JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Domingo, 22 de junho de 1980 | Ano XC — Nº 75 | Preço: Cr$ 15,00

TEMPO

No Rio — Nublado sujeito a instabilidade no fim do período. Temperatura em ligeiro declínio. Ventos Sudoeste fracos a ocasionalmente moderados. Máxima: 25: 25.7, em Jacarepaguá; mínima: 14.8, no alto da Boa Vista.

O Salvamar informa que o mar está calmo, com águas correndo de Sul para Leste. A temperatura da água é de 21 graus dentro da baía e fora da barra.

* Temperaturas referentes às últimas 24 horas

(Mapas na página 36)

O JORNAL DO BRASIL de hoje circula com dois cadernos de **Classificados**, Noticiário, **Cad. Especial, Cad. B e Cad. de Quadrinhos**, mais **Revista do Domingo**.

PREÇOS, VENDA AVULSA:

Rio de Janeiro
Dias úteis ....Cr$ 15,00
Domingos ....Cr$ 15,00

Minas Gerais
Dias úteis ....Cr$ 15,00
Domingos ....Cr$ 20,00

RS, SC, PR, SP, ES, MS, MT, GO, DF, BA, SE, AL, PE, PB, RN
Dias úteis ....Cr$ 20,00
Domingos ....Cr$ 25,00

Outros Estados e Territórios:
Dias úteis ....Cr$ 25,00
Domingos ....Cr$ 30,00

Tancredo afirma que a inflação domina Governo

O Senador Tancredo Neves (PP-MG) considerou inquietante a situação econômica do país, depois de afirmar que o Governo perdeu o controle da inflação "e passou a administrar a recessão". Criticou, também, a instabilidade da abertura e disse que a reforma partidária "frustra-se em seus altos objetivos pela política facciosa do Planalto".

Na próxima terça-feira, o Senador Tancredo Neves e o Deputado federal Miro Teixeira, presidente e secretário-geral do PP, encaminharão ao TSE o pedido de registro do Partido. Os papéis, relativos à formação de comissões regionais e municipais em 14 Estados e nos Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, pesam 190 quilos. (Página 7)

Carne, ônibus e batata elevaram o custo de vida

Os aumentos de 97,3% nas carnes frescas, de 150% nas passagens de ônibus e de 171% na batata-inglesa foram algumas das altas responsáveis pela taxa de 81,8% nos preços ao consumidor, no Rio de Janeiro, nos últimos 12 meses, encerrados em maio, segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas.

O petróleo e seus derivados, no entanto, foi o item de maior influência na taxa anual de 94,7% para a inflação. No atacado, o petróleo bruto subiu 170,3%; a gasolina comum 221,9%; os óleos comestíveis em 221,4% e o óleo diesel em 142,8%, representando 11% da inflação. E a manutenção do carro para o consumidor encareceu 154,1%.

Em São Paulo, o diretor-superintendente do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, disse que os empresários que participaram das reuniões com o Ministro Delfim Neto, em Brasília, estão agora preocupados com a criação de novos empregos, e desejam que, na contenção de gastos governamentais, seja incluído o Programa Nuclear Brasileiro.

Depois de assinalar que, se o nível de investimentos das empresas estatais não fosse mantido elevado nos últimos anos, a economia brasileira já estaria passando por uma recessão aguda, o professor Luciano Coutinho, da Universidade de Campinas, disse que o efeito do corte nos investimentos estatais será maior se atingir as compras no mercado interno. (Pags. 34 e 35)

Vaticano — Foto da UPI

O Papa disse a Carter que uma solução para Jerusalém é necessária à paz

Japão escolhe "Premier" para vaga de Ohira

O Partido Liberal Democrata (PLD) do Japão marcou a sessão extraordinária do Congresso para escolher o **Premier** que sucederá o recém-falecido Masayoshi Ohira, confiante numa vitória nas eleições de hoje, que vão renovar a Câmara e o Senado. O PLD pretendia consultar a Oposição, mas tomou a iniciativa diante das pesquisas que lhe dão votos suficientes para manter a maioria.

A Oposição contava com a possibilidade de chegar ao Poder através de uma coligação, pois as divisões internas do PLD e os baixos índices de popularidade do Governo aumentavam suas chances.

As facções do PLD, entretanto, fizeram um acordo, após a morte de Ohira, obrigando os demais Partidos a reformularem os termos de suas campanhas. (Página 17)

Carter ouve do Papa apelo para economia justa

O Papa João Paulo II pediu ao Presidente Jimmy Carter que contribua, com outros líderes mundiais, para a criação de nova ordem política e econômica internacional mais justa, e afirmou que um acordo que resolva "a questão de Jerusalém" é fundamental para a paz no Oriente Médio, rejeitando, dessa maneira, a anexação, por Israel, do setor árabe da cidade.

Carter encerrou sua estada em Roma visitando o monumento a Aldo Moro e viajou para Veneza, onde hoje começa a conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos sete grandes países industrializados. O Presidente e o Chanceler alemão Helmut Schmidt, após encontro à tarde, manifestaram-se de acordo com o programa de instalação de mísseis nucleares na Europa. (Página 18)

Televisão

A legitimidade do casamento da Som Livre com a TV Globo é discutida por profissionais do ramo, que procuram saber até onde é válido uma empresa de discos não pagar um níquel por uma publicidade que custaria milhões às demais gravadoras. O assunto é abordado por vários ângulos e se examina até o que aconteceria se as duas empresas atuassem nos Estados Unidos.

Em moda, os novos modelos para a primavera procuram tornar a mulher mais **sexy**, utilizando materiais leves, como linho e organza. As cores preferidas são o branco, o lilás e o verde-água. Em arte, o novo diretor da Sala Cecília Meireles, Jacques Klein, promete revolucionar em 1981, quando quer devolver à Sala a condição de local mais importante de concertos do país.

Caderno B

Nova ordem econômica

Uma nova ordem econômica internacional é defendida hoje em suplementos que circulam simultaneamente em 17 jornais do mundo, com reflexões sobre as causas do atual bloqueio do diálogo Norte—Sul e os meios de sair desse impasse. Um professor grego afirma que um dos mais graves problemas de nossa época "é constituído pelas dívidas dos países em desenvolvimento".

O **Le Monde**, da França, e **El Moudjahid**, da Argélia, constatam a ausência de uma forte política baseada "em imperativos da justiça e respeito ao ser humano", enquanto o **Zycie Warszawy**, da Polônia, conclui que o progresso econômico e social não pode ser alcançado sem o aumento da eficácia e da qualidade do trabalho.

Caderno Especial

Fisco estende a operação-malha ao compulsório

Os contribuintes do Imposto de Renda que vão pagar o empréstimo compulsório de 10% sobre rendimentos não tributáveis, superiores a Cr$ 4 milhões, também agora estão sujeitos à operação-malha da Secretaria da Receita Federal, porque o exame feito para o cálculo do empréstimo mostrou distorções em muitas declarações.

No momento, há 2 mil 159 declarações sob rigoroso exame do Fisco, e 25 mil 959 outras poderão ser incluídas na operação-malha. Amanhã será distribuído o segundo lote de notificações do compulsório, num total de 20 mil. O Ministério da Fazenda concluiu um parecer sobre a constitucionalidade do empréstimo, para se precaver contra eventuais ações na Justiça. (Páginas 30, 31, 32 e 33)

São Paulo/Foto de José Carlos Brasil

A violência marcou a passagem do Governador Maluf pela Freguesia do Ó

Arte do Traço

Ao correr da História brasileira, a caricatura e o desenho de costumes vêm narrando com gosto nossa realidade política. Dia 1º de julho, a Funarte inaugura no Rio, com a mostra Criaturas I, o primeiro espaço dedicado exclusivamente ao cartum, o Espaço Rian, homenagem a Nair de Teffé, pioneira do traço satírico no Brasil.

Rico e preocupado com os quilos a mais, Paul McCartney, o mais bem-sucedido dos Beatles, corteja a meia-idade com solene desprezo pelas grandes responsabilidades. Um agente secreto francês revela a vida cinzenta dos **dormentes**, espiões infiltrados em outros países que levam uma existência comum até receberem a ordem de agir.

Revista do Domingo

Metrô, com 6km de linha, deve US$ 800 milhões

Uma dívida de 800 milhões de dólares e apenas seis dos 37 quilômetros da rede básica concluídos, entre as estações da Glória e do Estácio. Esse é o saldo de 10 anos de obras da Companhia do Metrô, que, no período, promoveu desapropriações, fechou ruas, remanejou serviços públicos e contribuiu, decisivamente, para a queda da qualidade de vida no Rio.

Os 10 anos de metrô transcorrerão sem festas, sob a ameaça de não cumprimento do prazo para a entrega da rede básica, prevista para 1982. O ritmo das obras é lento, os recursos escassos e o pré-metrô, destinado às populações de baixa renda, está parado, acumulando lixo. (Página 21)

Governo decidirá esta semana quem controlará a Tupi

O Governo, embora tenha decidido promover a venda da Rede Tupi de Televisão, somente no final da semana anunciará a fórmula pela qual será feita a operação. Há pressões para que a rede seja pulverizada entre vários grupos privados, mas poderá ser definida a transferência para um só grupo, como tentativa de equilibrar o mercado de telecomunicações.

No Rio, o Condomínio Acionário dos Diários Associados reúne-se amanhã com o propósito, segundo o jornalista David Nasser, de afastar o Senador João Calmon da direção. Nasser atribui a Calmon toda a responsabilidade pela crise que atinge as emissoras dos Associados. (Páginas 26 e 27 e editorial)

Vaia a Maluf gera conflito e até padre é espancado

Oito pessoas ficaram feridas, ontem, num conflito gerado após a instalação de mais um **Governo Itinerante** do Sr Paulo Maluf, na Freguesia do Ó, bairro da periferia de São Paulo. O tumulto se generalizou quando 600 pessoas vaiavam o Governador e foram dispersadas por um grupo, não identificado, que usava cassetetes e conduzia bombas de gás.

O Deputado Geraldo Siqueira (PT), um dos feridos, sofreu luxação no tórax e fratura do nariz. O Padre Piter Francis Curran, da igreja de Vila Mirian, também foi espancado. O DOPS distribuiu nota oficial para esclarecer que não participou do conflito, isentando também a Polícia Militar. O parlamentar do PT responsabilizou Maluf e admitiu que poderá propor o seu **impeachment** por crime de responsabilidade. (Página 9)

Coluna do Castello

Duas doutrinas da sucessão

Brasília — *Sobre a longínqua sucessão do Presidente João Figueiredo, já existem no Palácio pelo menos duas doutrinas, ou se quiserem duas versões. Uma delas, a que se filia o autorizado Sr Heitor Fereira, prevê que estamos encerrando o ciclo dos Presidentes militares e o sucessor do atual Presidente deverá ser um civil. A outra sustenta que, pelo menos por mais um mandato, isto é, pelo menos até 1991, teremos Presidentes militares.*

A doutrina da sucessão civil revela, por seus divulgadores, ter ganho espaço pois ela vem dimensionada com pormenores. Sinal de que o assunto tem sido estudado, o que não é inédito numa equipe que, segundo versão autêntica, tratou da sucessão do Presidente Geisel antes da sua posse. Por essa doutrina, os presidenciáveis civis situam-se numa faixa que vai do Paraná a Pernambuco mas cujo epicentro estaria no triângulo Minas—São Paulo—Rio de Janeiro. Os nomes não são inteiramente definidos, mas há algumas hipóteses de trabalho. No Paraná, apesar da última frustração do Governador Ney Braga, seu nome continua a ser considerado. Em Pernambuco, nasce a primeira estrela do Nordeste, o jovem Governador Marco Maciel. Na Bahia já se sabe que o candidato, se sair de lá, será o Governador Antônio Carlos Magalhães, de aspirações notórias.

Mas, no estágio atual das especulações, aconselhar-se-ia na área palaciana que os nomes do Paraná, da Bahia e de Pernambuco procurassem se fixar de preferência na conquista da Vice-Presidência da República, alvo mais acessível e complemento indispensável à composição do futuro Governo. Em São Paulo, citam-se dois nomes, os do Ministro Delfim Neto e do Governador Paulo Maluf (cuja exclusão a priori *seria um erro). Em Minas, outros dois, os Srs Aureliano Chaves, Vice-Presidente da República, e Abi-Ackel, Ministro da Justiça. No Rio de Janeiro é difícil obrigar nos quadros do PDS um nome presidencial, dada a perda do prestígio do Partido governamental nesse Estado. Todavia os fluminenses dispõem de uma elite não necessariamente hostil ao sistema da qual poderia surgir um candidato viável.*

Evidentemente, trabalha-se, na hipótese da candidatura civil, com outros nomes, pois nem todas as possibilidades são confiadas aos observadores políticos não engajados no sistema. Essa doutrina tem o mérito de casar-se bem com o objetivo declarado do Presidente da República de implantar no país um regime democrático. Não que essa implantação exclua previamente os militares como candidatos à Presidência, mas é que, depois de 21 anos de Presidentes orindos das Forças Armadas, seria conveniente evitar uma fadiga. Lembra-se a propósito que poucos Presidentes seguirão tão à risca os mandamentos constitucionais quanto o Presidente Eurico Dutra, no entanto co-autor de um golpe de estado e por oito anos Ministro da Guerra de uma ditadura.

Mas há a doutrina de que, por questões de segurança e como conclusão do processo de abertura, haveria a necessidade de ganhar tempo, pelo menos um mandato a mais, para consolidação da obra feita. Como se sabe, não há lideranças ostensivas nas Forças Armadas, neste momento, a não ser a que é decorrente do exercício de Pastas ministeriais, ou seja, lideranças vinculadas a funções e não frutos de uma ascendência pessoal. Isso não impede todavia que, à margem do Alto Comando, que será cem por cento renovado até novembro do próximo ano, se escolha um general do sistema para o desempenho daquela missão consolidadora.

O nome preferido já é conhecido. Trata-se do General Otávio Medeiros, Ministro-Chefe do SNI, instituição com tradição no ramo. O chamado grupo castelista *do Exército, os coronéis e generais que acompanharam em abril de 1964 o Marechal Castello Branco ao Poder, já chegaram à Presidência ou perderam a oportunidade de o fazer, contemplados com outras tarefas, às vezes da mais alta relevância como é o caso do General Golbery do Couto e Silva. Da equipe* castelista *foram Presidentes o General Ernesto Geisel e o General Figueiredo, ambos tendo como principal conselheiro e estrategista o General Golbery. Os demais, que ocuparam Pastas ministeriais ou comandos importantes, consumiram-se politicamente pela idade. O grupo não tem mais herdeiros, mas já existem herdeiros do herdeiro e o mais notável deles seria precisamente o General Medeiros, muito chegado ao Presidente Figueiredo, como o é, também, o Ministro Walter Pires.*

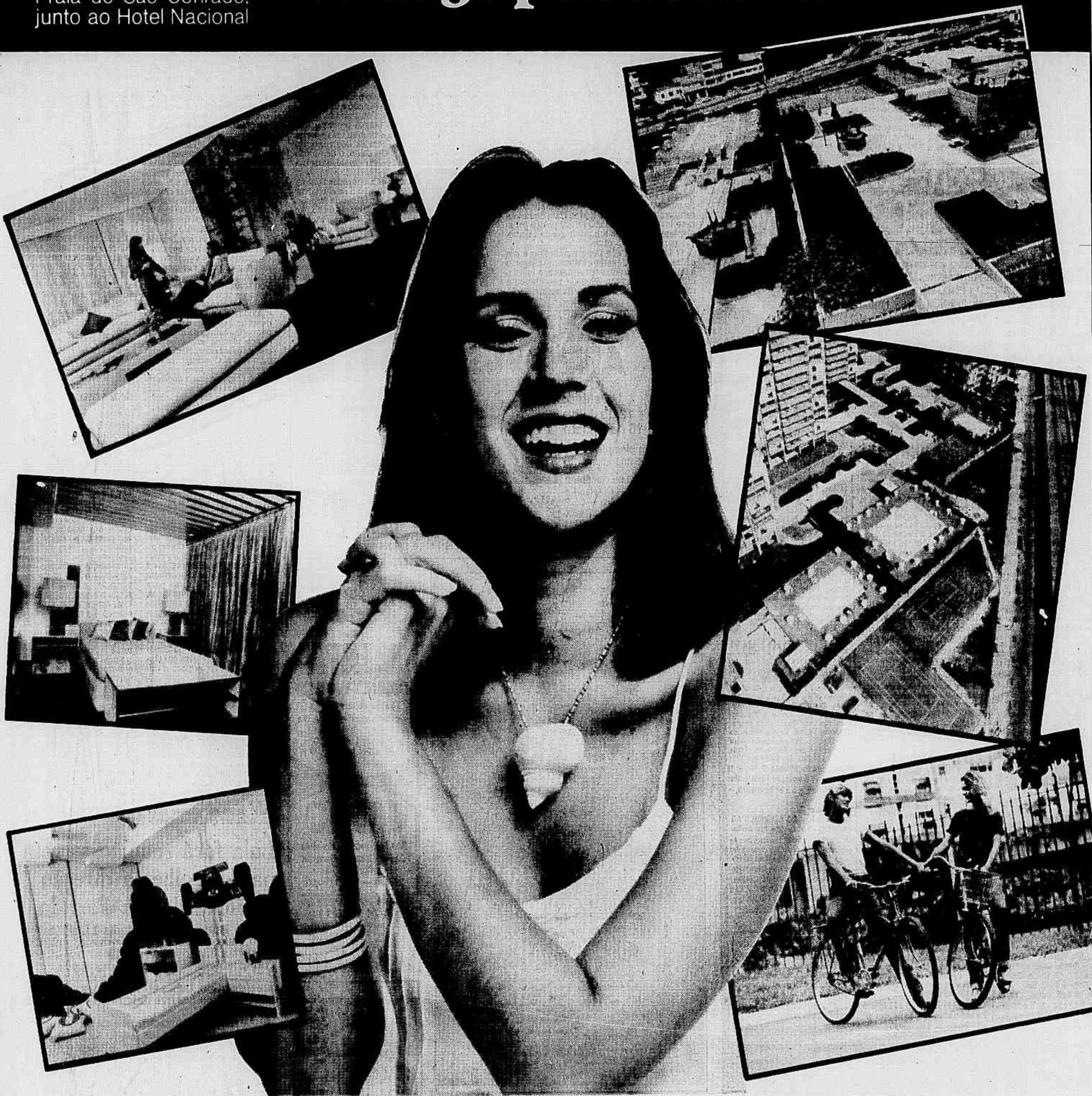
Pela doutrina do candidato militar, o Sr Heitor de Aquino, embora difunda a doutrina oposta, seria a linha de continuidade na medida em que se tornou uma espécie de regra três do General Golbery para a Chefia da Casa Civil. Se subir Medeiros, Heitor o acompanharia ocupando o quarto andar do Palácio do Planalto.

Até aqui, as doutrinas. Vamos esperar os fatos.

O desmentido

Pouco importam versões em off. O desmentido do Ministro Ibrahim Abi-Ackel foi bem recebido pelo Palácio do Planalto. Lá não se espera a repetição da crise de 1968.

Carlos Castello Branco

Por amor à arte de viver venha conhecer o Parque Village por dentro.

Ouvir estrelas, ver que o mar quando quebra na praia é bonito, navegar no mar e no ar, encher o peito de ar puro, poder só competir na vida, saber aproveitar esse sol que nasce para todos são privilégios. Privilégios de quem mora no Parque Village, com 20.000 m² de jardins suspensos destinados a áreas especiais de lazer. 4 piscinas (cada uma com seu snack-bar), 3 minigolfes, saunas, 4 quadras de vôlei e futebol, 5 quadras iluminadas de tênis, ringue de patinação, salas para ginástica, balé e judô e mais uma área de 33.000 m² com diversos tipos de árvores.

E mais a privacidade e a segurança do Parque Village, garantidas por decorativos gradis coloniais que cercam todo o empreendimento e portões com guaritas em comunicação direta com a portaria do seu prédio.

Quem mora em um dos edifícios do Parque Village, com a sua alta qualidade de acabamento, incluindo portarias ricamente decoradas, ainda tem outros privilégios.

Os espaços generosos dos seus apartamentos de 4 ou 5 quartos, com 2 vagas demarcadas na garagem. Espaços que já estão decorados para que você tenha uma perfeita idéia do que é a qualidade de vida do Parque Village.

O PARQUE VILLAGE ESTÁ TOTALMENTE PRONTO E FUNCIONANDO.

Financiamento direto em 120 meses.
Preços a partir de:
Sinal: ______________ 673.000,
Aceitamos o seu imóvel como parte de pagamento.
Venha ver os apartamentos decorados.

Financiamento
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Projeto
Incorporação e Construção
CARVALHO HOSKEN S.A.

Incorporação
IMOBILIARIA
Incorporação, Planejamento e Vendas
SERGIO DOURADO
CRECI J 367

Atendimento diariamente no local, inclusive domingos, das 8 às 23 horas, Praia de São Conrado, junto ao Hotel Nacional.

PUBLICA

Teotônio propõe criação de comitês pela Constituinte

Florianópolis — O Senador Teotônio Villela lançou ontem, em Santa Catarina, a idéia dos comitês pró-Constituinte, que, devidamente articulados, deverão permitir a deflagração de uma campanha nacional pela sua convocação. Segundo o Senador, no momento em que as outras formas democráticas de participação popular nos destinos do país foram esgotadas, a Constituinte surge como a única opção de "se recompor a vida da sociedade".

Explicou que os comitês seriam apartidários e criados em bairros, clubes ou mesmo um único na cidade. Considerando esta matéria prioritária, o Sr Teotônio Villela, que participa de concentrações do PMDB no Estado, disse acreditar ser muito fácil conscientizar o povo para a necessidade de uma Constituinte, cuja campanha deverá atingir a dimensão da campanha pela anistia.

"Podemos deflagrá-la ainda em 80, a partir de hoje" — assegurou o Senador, que lembrou que bem mais difícil foi pedir o voto do povo para mudar o regime parlamentarista pelo presidencialista. "E o povo, naquela oportunidade, entendeu", arrematou.

Classificando o atual estágio da sociedade brasileira como "pré-revolucionário", pois, segundo ele, "o povo está revoltado, desde o mais humilde trabalhador até o banqueiro, todos querem uma mudança de regime", o Senador de Alagoas advertiu que, no momento em que "as eleições foram tangidas para um futuro remoto e o caminho normal, através do Congresso, também está fechado", restam apenas duas maneiras de se restaurar a normalidade: a primeira, democrática, seria a convocação de uma Constituinte; a outra, "a rebelião desordenada do povo, que dependerá da capacidade de se suportar a angústia, que também tem limites".

O Senador considera a união das oposições como "um problema pertencente ao rol dos secundários" e, com referência as eleições de 1982, disse que, se vierem a ocorrer, como o Governo pretende, só o Partido do Governo terá condições de aliciamento, uma vez que a adoção do voto distrital e do voto vinculado "estrangulam qualquer possibilidade da Oposição".

Sugerindo o **slogan** "do feijão à Constituição" para a campanha que pretende deflagrar no país, o Senador considera a Constituinte prioritária e deixa claro que, no seu entender, "o Governo não quer a participação de civis. Numa hábil manobra, substituiu a palavra ato pela palavra lei, mas a Lei de Segurança Nacional não é exatamente uma lei. Prefiro chamá-la de "lei tresmalhada, pois foi fabricada com a função específica de servir ao grupo do Poder e não de atender aos anseios sociais".

Embora descarte a possibilidade de "uma solução sul-americana" para o país, ou seja, um golpe ainda mais à direita, o Sr Teotônio Villela, referindo-se à recente declaração do Ministro Aby-Ackel no sentido de que o projeto visando restaurar as prerrogativas do Congresso poderia desembocar na crise de 68, disse que "define muito bem que o Governo não quer abrir, quer fechar. Mostrou bem a abertura, esta falsa abertura que estamos vivendo".

Deputados estudam fórmula para viabilizar imunidade

Brasília — Os Deputados Djalma Marinho e Célio Borja — respectivamente, presidente e relator da comissão interpartidária do Congresso que elaborou a proposta de emenda constitucional das prerrogativas — manifestaram a convicção de que Governo e o Legislativo encontrarão uma fórmula de convivência que permita a restauração da inviolabilidade parlamentar de forma absoluta.

Ambos não quiseram revelar qual seria esta fórmula, tendo o Deputado Célio Borja — que voltou a conversar longamente com o relator indicado pelo Governo para a comissão mista que examinará a matéria, Senador Aluísio Chaves — afirmado que ainda não possui a fórmula, "mas se eu a tivesse na cabeça não revelaria para não estragar as negociações".

Em seu gabinete, depois de ter conferenciado longamente com o Senador Aluísio Chaves, o Sr Célio Borja disse que a restauração da inviolabilidade absoluta é uma condição **sine qua non** para o restabelecimento da dignidade do Poder Legislativo, pertencendo aquele instituto à própria instituição e a cada um de seus integrantes.

Não existe Poder Legislativo autônomo onde não existe a inviolabilidade parlamentar, segundo a argumentação desenvolvida pelo Deputado Célio Borja. Isso não significa que o parlamentar fique a salvo do alcance da lei, pois a verdade é que, se ele cometer algum crime comum, será processado sem a necessidade de licença da respectiva Câmara.

— No caso de praticar crime contra o patrimônio ou a honra alheia, o parlamentar pode ser processado sem a necessidade do pedido de licença. Uma vez já na fase em que for prolatada a sentença judicial, sua prisão ocorrerá com a licença da Casa Legislativa a que pertencer. O deputado ou senador só deve ser preso em flagrante delito, como em qualquer sociedade democrática do mundo. Não se trata de restaurar a inviolabilidade como privilégio dos parlamentares, mas como um privilégio da instituição parlamentar — disse.

O Deputado Célio Borja manifestou a sua certeza de que o Governo e Congresso chegarão a um acordo sem deixar de restaurar a inviolabilidade parlamentar. Mas, ele não chegou a revelar qual seria a fórmula de reconciliação das duas posições divergentes, uma vez que o Governo já manifestou sua discordância com a inviolabilidade absoluta através de declaração pública do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel.

O Sr Célio Borja elogiou a postura com que o relator da matéria Senador Aluísio Chaves (PDS-PAS), um dos vice-líderes do Governo no Senado, apresentou-se aos parlamentares. O Senador paraense, segundo o Sr Célio Borja, se dispôs, de forma cavalheiresca, a ouvir os líderes e os dirigentes dos Partidos oposicionistas, além de seus colegas do PDS.

— Essa disposição do Senador melhorou o ambiente formado em torno da nossa proposta, que é, volto a repetir, uma proposta bastante moderada de reposição das atribuições e predicamentos do Poder Legislativo — disse o Sr Célio Borja.

O Senador Aloísio Chaves, o relator da proposta de emenda constitucional das prerrogativas, esteve não apenas com o Sr Célio Borja, mas, igualmente, com o Presidente do Partido Popular, Senador Tancredo Neves, e com os líderes do PMDB no Senado e na Câmara, Senador Paulo Brossard e Deputado Freitas Nobre.

Colocou-se à disposição do presidente do PP e dos líderes do PMDB no Senado e na Câmara para colher qualquer crítica ou sugestão que os três tenham em relação àquela proposta. Dependendo das gestões que conduz, em nome da liderança do Governo, com as liderenças do PDS e dos Partidos de Oposição, o Sr Aloísio Chaves poderá concluir pela necessidade de um substitutivo.

Na próxima semana, os Deputados Djalma Marinho e Célio Borja voltarão a se encontrar com o Sr Aloísio Chaves, em busca da fórmula que concilie Governo e Congresso em torno das prerrogativas. O Sr Djalma Marinho pretende procurar, na próxima semana, o Ministro da Justiça para falar do assunto.

Disse o Deputado Djalma Marinho que tem consciência de que o Ministro Ibrahim Abi-Ackel, que é um Deputado e um homem de boa formação jurídica, saberá compreender o quanto é necessário restaurar a inviolabilidade absoluta.

Brizola admite a fusão das oposições em discurso para mil filiados do PDT gaúcho

Porto Alegre — Ao falar para mais de 1 mil correligionários reunidos no 1º Seminário Estadual do PDT, sexta-feira à noite, o Sr Leonel Brizola admitiu, para surpresa de seus entusiasmados ouvintes, a possibilidade de uma reunificação das oposições em torno de uma única legenda, caso o Governo insista em barrar o caminho da Oposição.

— Queremos a livre competição, queremos um processo real de abertura, mas qualquer pessoa de bom senso está vendo que isso não está ocorrendo. Por isso, se o Governo impuser amanhã o voto distrital, para transformar a minoria em maioria, não tenho dúvida de que não sobrará outro caminho à Oposição se não fundir-se numa sigla única para, numa regressão, enfrentar o Governo.

RESPOSTA A FIGUEIREDO

A prazo curto, o Sr Leonel Brizola previu e anunciou a disposição de empenhar-se nesta tarefa, a necessidade da Oposição meditar em conjunto sobre o quadro de dificuldades sócio-econômicas do país para estudar soluções para a crise.

Partindo do pressuposto de que existe uma "incompatibilidade insanável" entre a política oficial e as soluções requeridas pela crise econômica, o líder do PDT previu que "neste contexto, a maior responsabilidade pela superação de tudo isso vai recair sobre os ombros da Oposição no seu conjunto.

— Surge, então, a necessidade imprescindível de que todos os Partidos de Oposição venham a discutir em conjunto esse quadro de preocupações. Vou trabalhar para que a Oposição venha a formular alternativas.

Aludindo ao repto do Presidente da República à Oposição, para que ao invés de fixar-se na crítica ofereça sugestões concretas, o Sr Leonel Brizola afirmou que a Oposição "deveria tomá-lo pela palavra".

— A grande reposta que devemos dar ao Governo é esta: sim, nós podemos formular sugestões concretas. Mas, entendemos que não existe nenhuma solução que possa ser dada por um grupo aí numa sala fechada, sem que colabore na solução uma entidade superior, que se chama povo brasileiro. E para que o povo brasileiro possa colaborar é preciso que haja mais liberdade, mais democracia.

RECEIO DO CAOS

Após manifestar que por ser um homem de boa vontade "desejaria que o atual Chefe do Estado e seu Governo acertassem" e de considerar preferível a construção da democracia passo a passo, dia a dia para evitar imprevistos traumáticos, "onde sempre reflue o autoritarismo e ingressamos em situações das quais não sabemos como vamos sair", o ex-Governador disse que gostaria que, efetivamente, o do Presidente Figueiredo fosse um Governo de transição para a democracia plena.

— Sinceramente, gostaria que acertassem, mas não estou vendo isto, lamentavelmente.

Daí sua preocupação em motivar os Partidos de Oposição em propor soluções para a problemática do país. No entanto, preocupa-se, pelas conseqüências de um eventual fracasso:

— Tanto que, às vezes, penso que, se a Oposição não tiver capacidade política de formar uma alternativa eficaz, inteligente, capaz de superar tudo isso, pode ser que, lamentavelmente, ingressemos numa hora de muitas dificuldades em nosso país, onde o nosso povo vai pagar o pato, novamente, sabe lá com que conseqüências. Vivemos um momento de grande deelicadeza, que exige de todos nós, para com o povo brasileiro, uma grande colaboração. O nosso povo não quer derrubar, não quer revanchismo, não quer desordem, nem anarquia. Porque o nosso povo, às vezes, teme mais o caos, a anarquia, do que a própria crise, a própria miséria.

Arquivo

Leonel Brizola

MONSTRO FERIDO

Mais adiante, afirmando ter absolvido o revés da perda da antiga sigla, o Sr Leonel Brizola afirmou que quanto maiores as dificuldades para a organização partidária, mais estimulado se sente a nela se empenhar.

— Quero dizer que, até, me sinto mais jovem, eu me sinto como o gaúcho que diz: bem, bem, me pisaram no poncho, agora nós temos que tomar isso como um desafio. É verdade, nos pisaram no poncho, porque não fizemos nada para nos darem este golpe, nos fizeram esta injustiça. A tal ponto que ressurgimos como gente de boa vontade, generosamente, querendo a reconstrução democrática, combatendo até o revanchismo Eu voltei ao país como um homem de boa fé e de boa vontade, chegaram a dizer que Brizola voltou moderado, voltou conciliador.

Numa análise da evolução do quadro político brasileiro, a partir das eleições de 74, o ex-Governador gaúcho disse que naquele pleito o povo brasileiro como se estivesse com uma espada na mão "conseguiu ferir com a ponta, num lugar realmente sensível, aquele grande monstro (o sistema de poder).

— Ele ainda está aí vivo, mas está sangrando cada vez mais, está cambaleando. Mas, ele ainda tem muita força e nós devemos nos cuidar daquilo que se chama o manotaco do afogado, como costuma dizer o povo gaúcho.

Lula fará reunião secreta para escolher a direção nacional de seu Partido

São Paulo — O líder sindical Luís Inácio da Silva, Lula, vai iniciar "uma cruzada" pelos Estados com a finalidade de estruturar o Partido dos Trabalhadores, PT. Amanhã e depois, em São Paulo, ainda em lugar ignorado devido ao sigilo que é mantido, Lula e outros dirigentes do PT vão escolher os nomes que dirigirão nacionalmente o Partido.

Ao mesmo tempo em que está preocupado em articular o PT, o Sr Luís Inácio da Silva procura reorganizar a comissão de mobilização que tinha no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, quando dirigia a entidade, antes de ser deposto. Ele esteve reunido com quase 100 integrantes da comissão que, ao todo, chegou a ter mais de 400 membros.

FAZER POLÍTICA

Depois da reunião com os integrantes da comissão de mobilização, Lula declarou que "com a inflação a 6 e 7% ao mês não há salário de trabalhador que agüente, e não será surpresa se até o fim deste ano tivermos novas paralisações em São Bernardo". Na quarta-feira, Lula seguirá para Brasília onde fará, além dos contatos políticos, uma palestra para os bancários; dia 26, participará de um debate na Universidade Federal de Belo Horizonte e, à noite, dará posse da diretoria do Sindicato dos Empregados em Empresas de Comunicação.

Prefeito fará plebiscito sobre prorrogação

Curitiba — O Prefeito de Lages, Sr Dirceu Carneiro (PMDB), vai fazer um plebiscito para decidir sobre a prorrogação de seu mandato.

Antes, porém vai propor à Justiça Eleitoral sua aplicação em todo o país. Mas em seu Município — 180 mil habitantes, o segundo em população e o terceiro em arrecadação de Santa Catarina — o plebiscito já está decidido. "Seria covardia renunciar. Mas também ilegal permanecer sem aprovação do povo".

Eleito em 1976 com 27 mil 848 votos — mais que os dos cinco outros candidatos somados aos nulos e brancos — o arquiteto e urbanista Dirceu Carneiro, 33 anos, julga o Congresso Nacional incompetente para decidir a prorrogação de mandatos. "Porque foi escolhido para isto". Além disso. Não pretende entregar o cargo (em caso de intervenção do Governo). Para isto, convocará toda a população a resistir: "Se é caso de anarquia, o barco vai começar a virar daqui".

Florianópolis/Foto de Carlos Sdroyewski

Dirceu Carneiro acha que o Congresso não tem competência para decidir sobre a prorrogação

SEM VERBAS

Acusado durante a campanha eleitoral pelo Governador Jorge Konder Bornhausen de ter criado em Lages uma "republiqueta marxista", pelos seus métodos originais de administração (os projetos só são levados ao Legislativo após experimentados e aprovados pela população), Dirceu Carneiro desafiou o Governador a mostrar onde, naquela cidade, eram usados métodos marxistas. "Baseio meus atos na realidade da população que me elegeu, em função da escassez de recursos disponíveis e da impossibilidade de esperar por providências superiores".

Para ele "esperar não é saber", e em sua defesa alega que a única alternativa que encontrou para fazer boas coisas em sua administração foi sobretaxar seus habitantes, pedindo que construam suas casas, doem material, façam suas roupas, plantem os produtos hortigranjeiros que consomem. "Mas eles fazem tudo isto sabendo que esta situação é produto do sistema errôneo a que o país está sendo submetido e que, se eles querem sair disso, têm que se organizar e lutar". Sua primeira medida em Lages foi criar núcleos comunitários, onde a população dos bairros se reúne para decidir que medidas tomar para resolver os problemas que a aflige.

Sem nunca ter recebido resposta do Governador ao seu desafio, o Prefeito Dirceu Carneiro resume sua formação política em poucas palavras: "Lido com isto desde o ginásio". Foi líder estudantil em Caçador, cidade próxima, e da União Lageana de Estudantes, cujo mandato terminou exatamente em 1964, quando era Comandante em Lages o General Samuel Alves Correia — atual Embaixador brasileiro no Iraque. Ao ingressar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, liderou o Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura.

Em Lages, o Sr Dirceu Carneiro começou a trabalhar em 1970 na organização partidária de Oposição, de onde foi secretário. Em 1972, "num momento de crise na oligarquia Ramos", que há 42 anos dominava o Município, conseguiu se eleger Vice-Prefeito e, quatro anos após, Prefeito. Trabalhando sob o slogan "Lages, a força do povo", o Sr Dirceu Carneiro nega que seus trabalhos sejam frutos de uma formação acadêmica. "Aprendi tudo na escola da vida". Sobre o marxismo, responde que "quando não se fazem coisas de acordo com o sistema vigente, seus autores são acusados comunistas. Na verdade, minha intenção é a de não tapear e de não fazer crescer a indústria da miséria".

Senador contesta Sarney

Brasília — O Senador Orestes Quércia (PMDB-SP) considerou uma ameaça de retrocesso político as declarações do presidente do PDS, Senador José Sarney, de que a prorrogação de mandatos dos atuais prefeitos e vereadores "é indispensável ao prosseguimento da abertura política e da normalização institucional do país".

O representante paulista entende que o PMDB deve sustentar a realização das eleições municipais e não aceitar as imposições do Governo, "que tenta encurralar a Oposição numa parede de absurdos, por temê-la nas urnas, uma vez que a efetivação do pleito teria todas as conotações de plebiscito". Prometeu lançar candidatos, em São Paulo, neste fim de semana.

O Senador paulista criticou também o acordo entre o Governo e o presidente da Câmara, Deputado Flávio Marcílio, em torno da emenda das prerrogativas parlamentares. "Constituir-se-á numa farsa caso aos autores da iniciativa venham a aceitar as exigências do Governo" — afirmou.

Informe JB

Experiências

Estranho país em que as soluções para questões reguladas por lei específica são experimentadas nos escaninhos das negociações cercadas de expectativa e sigilo.

A exploração de canais de televisão no Brasil é, como bem diz a lei, uma concessão em caráter precário, cercada de toda a cautela, para que o poder concedente, o Governo, tenha sempre à mão o interruptor que transformará em treva o logotipo da emissora que arranhar a legislação. Isso diz a lei.

■ ■ ■

Se emissoras da rede Diários Associados não pagam seus funcionários, não recolhem ao INPS, não depositam o Fundo de Garantia e não pagam aos fornecedores, perderam não apenas o direito de explorar um canal de televisão, mas a capacidade de funcionar como empresas.

Cabe, então, ao Governo o simples gesto de desligar o interruptor e depositar a concessão em mãos mais afeitas ao ramo. As dívidas, das quais os funcionários são credores privilegiados, serão saldadas com a renda dos imóveis e equipamentos da emissora cassada. Isso prevê a lei. O que a lei não prevê são negociações para que ninguém saia prejudicado, nem o faltoso.

Retorno

Cultivar a modéstia nos gastos de representação parece ser idéia fixa dos líderes dos países democráticos ocidentais. Não raro estadistas de países comunistas, como a União Soviética, espantam-se diante da simplicidade de um Chefe de Estado como Helmut Schmidt, que só utiliza a residência oficial durante os dias úteis da semana e, aos sábados e domingos, recolhe-se à própria casa, pequeno sobrado em Hamburgo. Ou do Ministro do Exterior da RFA, Hans Dietrich Genscher, que recusou a casa oficial a que tinha direito, para instalar-se nos subúrbios de Bonn.

■ ■ ■

Brasília nasceu sob a idéia de que o Estado deve pagar todas as contas. A consolidação da Capital estabeleceu a mordomia como serviço natural, ao qual tinham direito funcionários graduados: É admissível que o Estado pague algumas despesas de alguns funcionários, mas não na medida em que o faz hoje. Pois a mordomia, tal como entendida aqui, tem duas faces, ambas negras. A primeira é a despesa a que o próprio Estado se obriga, desobrigando o funcionário que se favorece. Hoje a conta vai alta; é carga pesada, e o Estado não pode, nem deve, continuar onerado por ela. A segunda é a inevitável decadência moral, produto da facilidade. Facilidades como carro oficial, casa oficial, criados pagos e cozinha abastecida geram o desejo de desfrutar de outras facilidades, mais difíceis de obter.

■ ■ ■

Estabelecer a linha que separa exatamente que vantagens devem ser oferecidas aos funcionários da máquina estatal, é mais que problema legal. É uma questão moral, e assim deve ser tratada.

Portanto, o melhor é que se adote desde já, e para sempre, uma política drástica e definitiva, retornando-se ao tempo em que o vocábulo não existia na acepção em que hoje se o emprega.

Que se acabe com qualquer tipo de mordomia, tal como entendida até aqui.

O Estado gastará menos. Os Tribunais de Contas terão menos trabalho. E os que dela se servem, hoje, poderão olhar com mais firmeza os contribuintes, que pagam as contas.

Comidas

O cardápio do restaurante da Assembléia Legislativa de Minas oferece aos seus freqüentadores pratos a preços razoáveis, homenageando os três poderes do Estado.

Como o restaurante é concessão da Casa, seu dono tem critérios especiais para avaliar a importância de cada um dos poderes.

Assim o *Legislativo* aparece como o mais reforçado dos pratos, e o mais popular.

Na última sexta-feira, o *Legislativo*, generosa feijoada, com variados pertences, terminou às 14h. Restavam as opções *Judiciário*, filé com catupiri e arroz, e *Executivo*, contrafilé com arroz.

■ ■ ■

Em Brasília, a cozinha funciona de forma diversa.

No muro

Durante o lançamento do seu livro *Norte das Águas*, na livraria Muro, em Ipanema, o Senador José Sarney ouviu o seguinte comentário:

É bom estar em cima do muro.

Respondeu na hora:

— É bom, mas só quando se tem uma escada para descer.

Oportunismo

Pesquisando as convulsões sociais que agitaram o interior cearense durante a República Velha, o historiador João Brígido encontrou estranho grupo partidário, organizado sob sigla que poderia, hoje, abrigar muitos parlamentares brasileiros.

Trata-se do Partido fundado em Barbalhos, perto do Crato, que procurava manter eqüidistância entre os grupos a favor e contra o Padre Cícero.

Era o PNO.

Partido Neutro Oportunista

Prev-Saúde

O Ministro da Saúde, Sr Waldyr Arcoverde, admitiu recentemente, para um grupo de amigos, todos sanitaristas, que o Brasil, em termos de saúde pública ainda está numa fase primária. Queixou-se de que ao assumir a pasta, em outubro do ano passado, passou a ser responsabilizado por toda a estrutura "carcomida e anacrônica" das instituições de saúde existentes no país.

O Sr Waldyr Arcoverde julga que a situação poderá melhorar a partir do Prev-Saúde, anteprojeto que será submetido ao Conselho de Desenvolvimento Social ainda este ano, e cujo texto final está sendo elaborado por comissão formada por técnicos dos Ministérios da Saúde e Previdência Social.

■ ■ ■

O Prev-Saúde terá condições, segundo julga o Sr Waldyr Arcoverde, de, pela primeira vez na história da saúde pública brasileira, integrar o setor de assistência médica dos Ministérios da Saúde e Previdência Social, e administrar os hospitais públicos vinculados aos dois Ministérios sob regime de co-gestão.

E prevê a formação de rede básica de saúde, que utilizará médicos generalistas, clínicos gerais voltados para a medicina preventiva, um programa nacional de imunizações, de complementação alimentar e de educação em saúde.

Educação

As Oposições e o PDS não se acertam mais em relação às sessões solenes da Assembléia gaúcha. Em março, o PMDB e PDT rejeitaram requerimento do PDS para sessão de homenagem à Revolução de 64, realizando em seu lugar uma homenagem às "vítimas da Revolução".

O PDS revidou a 19 de abril, quando as Oposições queriam homenagear Getulio Vargas, no transcurso da data de seu aniversário. O pedessista Jarbas Lima fez violento discurso criticando o "ditador" e homenageando as "vítimas, do Estado Novo".

■ ■ ■

Na sexta-feira, as Oposições voltaram à carga. Não designaram oradores para falar na sessão de homenagem ao ex-Governador Ildo Meneghetti, falecido a 29 de março.

Permaneceram no plenário, em silêncio.

■ ■ ■

A falta de educação começa assim, e termina em pugilato, como na Assembléia de Goiás.

E depois, os políticos reclamam da imprensa, que "desmoraliza a classe".

Soja

No Rio, a moda é casa de chá; em São Paulo, restaurante vegetariano.

Nas dezenas de restaurantes vegetarianos da Capital paulista, o único vegetal que não tem saída é a soja. Alguns já chegaram a retirar esta leguminosa do cardápio.

■ ■ ■

O Rio, se o feijão misturado à soja fosse de boa qualidade, o carioca compraria dois quilos da mistura para obter um de feijão.

Mas não é. E a soja permanece intocada nas prateleiras dos supermercados.

Recurso

A obstrução parlamentar, instrumento de minoria, transformou-se, dada a precária maioria do PDS na Câmara, em artifício muito utilizado pelo Partido do Governo.

E de tal forma difícil conseguir vencer a barreira, que um deputado comemorou, há dias, com gritos de alegria, a aprovação de projeto impedindo que brasileiros abram contas secretas em bancos estrangeiros.

Lance-livre

● Ao retornar a São Paulo, o Governador Paulo Maluf disse que virá novamente ao Rio dia 4 de agosto para participar, em Teresópolis, do churrasco pelo aniversário do ex-Presidente Geisel. O Governador paulista, na primeira quinzena de agosto, fará nova viagem ao exterior.

● **O secretário-geral do PDS, Deputado Prisco Viana, embarca esta semana para a Alemanha. Vai conhecer o sistema e o funcionamento dos Partidos políticos daquele país.**

● O Ministro Jair Soares inaugura em agosto o ambulatório do INAMPS de Del Castilho. Ocupa uma área de 9 mil metros quadrados e toda a construção é na horizontal. O posto tem capacidade para atender a 250 mil consultas mensais.

● **O Presidente João Figueiredo estará quinta-feira em Campina Grande e João Pessoa. E no dia seguinte inaugura a eclusa de Sobradinho.**

● Na terça-feira, o Congresso realiza sessão solene em homenagem ao Padre José de Anchieta, que será beatificado dois dias antes.

● **O Teatro de Dança de Wuppertal, da Alemanha, fará três apresentações no Rio nos dias 9, 11 e 12 de julho no Teatro João Caetano. Promovem as apresentações o Instituto Cultural Brasil-Alemanha, o Instituto Goethe e a Funarj.**

● Na próxima quarta-feira, o Ministro Hélio Beltrão vai ao Senado explicar os seus projetos de desburocratização.

● **Amanhã, às 15h30m, na sede do Arquivo Nacional, a transmissão do Cargo de diretor, de Raul Lima, para Celina Moreira Franco.**

● O Deputado cearense Iranildo Pereira apresenta esta semana um projeto de Emenda Constitucional beneficiando o deficiente físico e proibindo qualquer discriminação quanto ao ingresso no Serviço Público e quanto a salário. No Brasil existem 14 milhões de pessoas portadoras de deficiências físicas.

● **A Câmara dos Deputados transformou 30 cargos transitórios em efetivos. A maioria dos ocupantes, indicada pela atual Mesa diretora.**

● O Governador de Sergipe, Augusto Franco, conseguiu uma vitória para seu Estado: um reajuste no preço do petróleo extraído de Sergipe. Com isto, o Estado receberá este ano cerca de Cr$ 300 milhões da Petrobrás.

Grêmio Sorriso

— Moço, me dá uma nota de cinco cruzeiros para eu comprar um agasalho ali no Bazar de Pechinchas que o Lions Clube Engenho Velho está realizando para o Grêmio Sorriso.

•

Reparei no menino: pés no chão, calcinha surrada e camisa rota sem botões. Fazia frio. Não sei precisar quanto tempo meus olhos se prenderam nele. Não era só de agasalho que precisava o menino. Acima de tudo, parecia faltar-lhe a segurança de um lar.

Lembrei-me da minha infância. Também já andei descalço e nem sempre tinha um agasalho mas, em compensação, possuía um lar que aquecia o suficiente evitando o enrijecimento do sentimento pelo amago frio da vida. Quando ia à feira — bem no finalzinho — comprar artigos mais baratos, encontrava as calçadas cheias de necessitados estendendo suas esqueléticas mãos à compaixão pública. Pensava: quando eu crescer terei um grande local onde porei todos os necessitados. Cada um terá uma tarefa de acordo com sua possibilidade. Uns vão varrer, outros lavar, outros plantar, outros cuidar das galinhas, etc...

O menino sonhador cresceu, percorrendo caminhos que não previra. A dura realidade lhe ensinou muitas coisas que tentaram apagar seus sonhos infantis e só o futuro dirá se a criança de então sonhava ou planejava.

Ajude ao GRÊMIO SORRISO, entidade beneficente de assistência a Excepcionais deficientes mentais, mesmo sendo órfãos, em regime de Lar-Pensionato, na Travessa Serafim nº 12. Envie objetos usados, roupas, etc. Reúna seus amigos e vizinhos em prol dessa obra meritória. Informe-se: 221-8232 Margot ou Marisa.

R. Pinto Material Elétrico Ltda. Rua General Caldwell nº 171/173. PABX 221-8232, 224-8118, 231-1332, 224-7964, 224-5296, 224-4760 e 224-2065. Tudo para instalações elétricas. Cantamos de galo com preço de pinto. IP

Farhat reafirma compromisso com democracia e desmente retrocesso

Brasília — "O Presidente João Figueiredo prossegue com absoluta firmeza e disposição, com o apoio de todos os seus ministros, no desenvolvimento de seu aperfeiçoamento democrático das instituições, não contemplando qualquer idéia de retrocesso político". A afirmação foi feita, ontem, pelo Ministro da Comunicação Social, Sr Said Farhat.

As palavras do Ministro, refletindo o pensamento atual do Presidente Figueiredo, foram ditadas a propósito das declarações atribuídas ao Ministro da Justiça, Sr Abi-Ackel que, em conversa com líderes do PDS, disse que a eventual aprovação integral da proposta de emenda do Deputado Flávio Marcílio, devolvendo a imunidade total dos parlamentares, poderá provocar um retrocesso semelhante ao de 1968.

TELEFONEMA

Explicou o Ministro Farhat ter telefonado para o Ministro da Justiça na última sexta-feira, logo que tomou conhecimeto do teor da notícia publicada pelo JORNAL DO BRASIL, para saber da confirmação do fato pelo próprio Sr Abi-Ackel.

Este, contudo, não pode ser localizado pela manhã e somente às 17h daquele dia manteve uma conversa por telefone com o Sr Farhat. O Ministro da Justiça negou a versão do episódio e foi aconselhado pelo Ministro Farhat a dar um desmentido formal à notícia. Sexta-feira à noite, a assessoria de imprensa do Ministro da Justiça distribuiu nota oficial com o desmentido. No Congresso, contudo, outros participantes da reunião no Ministério confirmaram a declaração.

Tancredo condena instabilidade da abertura

Brasília — O Senador Tancredo acha que a abertura política "vive hoje de avanços e recuos", uma vez que "o Governo precisa perder o medo da democracia e caminhar ao seu encontro resolutamente". Numa análise do quadro econômico, o Senador constata a imprevidência do Governo e certa timidez no combate à inflação.

A reforma partidária, segundo o Sr Tancredo Neves, concedida como "uma possibilidade de quebra do maniqueísmo político, isto é, uma oposição condenada a não ser poder, e um Governo que se recusa a ser Oposição, está sendo frustrada em seus altos objetivos". Ao lembrar que a reforma começa a ser vista com a marca de algo feito para dividir as oposições, o Senador mineiro adverte que, se ela se frustrar, "fatalmente iremos armargar os dias sombrios de um incontrolável e imprevisível radicalismo".

"O Governo foi derrotado pela inflação"

— A possibilidade de uma taxa inflacionária de 100% este ano, leva os políticos a uma atitude pessimista em relação à abertura. O senhor acredita que a liberalização do regime sobreviva à crise?

— Quando, há um ano atrás, advertimos a nação que estávamos caminhando para uma inflação catastrófica de 100% até o fim de 1980 fomos tidos como profetas da desgraça. Hoje, desgraçadamente, as minhas previsões se caracterizaram. Estamos diante de um grave problema, de vez que o Governo foi fragorosamente derrotado pela inflação, já perdeu o seu controle e hoje cuida tão-somente de administrar a recessão. Como não pode, a médio prazo, conter a ação destruidora do processo inflacionário, entrega-se totalmente ao trabalho de contenção da recessão. Ela ainda não se declarou ostensivamente, mas os seus primeiros sintomas são evidentes. Felizmente, a queda no nível de emprego ainda não assusta, mas já não se cria nenhum emprego novo e o desaquecimento da economia, imprescindível ao tratamento da inflação, está reduzindo, dia a dia, novos investimentos. Não há dúvida de que a recessão está instalada e o que o Governo faz é conter a sua extensão e profundidade mesmo porque seria calamitoso se tivesse que reconhecer a recessão como uma política ou como uma decorrência inevitável da situação a que chegamos. Não obstante, o que existe de alentador nesse quadro sombrio é a vitalidade da nação, é a capacidade de resistência e de resignação do povo brasileiro. Creio, por isso, que venceremos as horas duras que estão sendo impostas, embora tenhamos de pagar pela imprevidência e incapacidade dos Governos um pesadíssimo preço político e social. A correlação entre uma má situação e uma grave deterioração na ordem econômica e social tem sido uma constante na história dos povos. No caso brasileiro só haverá, no meu entender, uma periclitação da ordem institucional se a inflação gerar na massa assalariada condições insuportáveis de inconformismo com as restrições necessárias ao saneamento econômico e financeiro.

Como impedir que isso venha a ocorrer?

— Sou dos que pensam que a abertura política ampliada e fortalecida é um dos mais influentes instrumentos para quebrar o ciclo fechado da autocracia do poder econômico e financeiro existente entre nós. A amplitude democrática significa a participação de todos nos debates e estudos para a solução dos problemas nacionais e uma equitativa distribuição de responsabilidade nos ônus das soluções que venham a ser adotadas. O que é insustentável é uma meia abertura política respaldada numa semi-abertura e no discricionarismo do poder econômico. Um dos aspectos mais inquietantes da conjuntura política nacional depois de todos os casuísmos e sofisticações a que foi submetida, é o de haver o Governo perdido a sua maioria no Congresso. Ele a tem instável e precária em termos meramente numéricos, de vez que não consegue exibir à nação, tanto na Câmara como no Senado, uma maioria efetiva e dinâmica. Ele já não mais detém o comando do Congresso, a não ser através de manobras negativista e obstrucionistas, o que compromete o seu prestígio e diminui a força e a projeção do Poder Legislativo. Essa situação que o Governo criou para isso mesmo, com a sua reforma partidária, patrioticamente bem conduzida, coloca o Governo em permanente crise de instabilidade congressual, o que não é bom, nem para o Governo e nem para a consolidação de nosso processo democrático.

"É essencial que a nação se entenda"

— A crise econômica aconselharia um grande acordo nacional, uma coalizão das forças políticas majoritárias, do Governo à Oposição?

— Temos sido exaustivos e até impertinentes em anunciar à nação que não se rompem os círculos estreitos de uma inflação aguda como a que assola o Brasil em clima de luta partidária ou de luta de classes. Qualquer que seja o nome — união nacional ou o novo pacto social — o essencial é que as forças vivas da nação — operários, estudantes e intelectuais, políticos e empresários — se entendam em torno de um programa mínimo de recuperação nacional, que não será nunca um instrumento de fortalecimento da política partidária do Governo, mas uma alavanca a serviço da nação em busca da emancipação econômica de nosso povo.

— Quais os fatores que contribuíram para agravar a situação econômico-financeira do país?

— As causas da inflação são notórias e de todos conhecidas. O desnível na balança comercial e o déficit na balança de pagamentos, a crise do petróleo, o afrouxamento no sistema monetário, o abandono da agropecuária, para citar as mais importantes. Nunca houve, entre nós, dúvida de diagnósticos para caracterizar as causas da inflação. Os erros do Governo se situaram na área das políticas antiinflacionárias. Nos últimos anos, a despreocupação com os déficits nas balanças comercial e de pagamento, em decorrência das facilidades de financiar esses déficits com os empréstimos externos, passou a ser uma rotina em nossa política financeira. Desprezou-se o apelo à poupança interna, subestimada e considerada inexpressiva em face da megalomania da política de investimento. Os empréstimos no exterior, de início moderados, passaram a se constituir em um endividamento em bola de neve, que hoje constitui um grave risco para a própria soberania nacional, impondo ao povo gravames intoleráveis. Em 1974, quando a crise do petróleo já era um pesadelo para todos os povos da terra, no Brasil ela era tratada com o maior desapreço, nada se fazendo para preparar a nação, psicológica e materialmente, para resistir aos seus impactos. De 1974 a 1978, o Governo brincou com a crise do petróleo e só em 78 começaram a ser tomadas as primeiras medidas visando a contornar a difícil e delicada emergência.

"Temos vivido uma transição inquietante"

— Existe algum fato novo?

Hoje já existe, pelo menos, um plano nacional de energia, cujas metas se nos afiguram atingíveis, desde que o Governo se disponha a enfrentá-las com garra, energia e determinação. Esperamos que, em 1985, possamos extrair de nosso lençóis petrolíferos 500 mil barris diários para o nosso consumo, ou seja, 300 mil barris a mais da produção atual. Só não será atingida essa meta se o Governo se omitir de uma atuação decidida. Podemos arrancar do Pró-Álcool, no mesmo ano de 1985, 10 milhões e 800 mil litros de álcool, o equivalente a 180 mil barris de petróleo. É uma meta perfeitamente racional, mas é preciso que o Governo se engaje nesse programa com mais afinco e firmeza, o que infelizmente não está acontecendo. No tocante ao carvão, do qual podemos tirar uma importante contribuição para o alívio das pressões, tudo está ainda por fazer, mas, seja como for, estamos com altas demandas em 1985, tendo que importar de 700 mil a um milhão de barris diários de petróleo, em condições de preços que escapam a qualquer previsão. Só no começo deste ano, adotou-se uma política monetária rígida, tanto no que diz respeito aos empréstimos internos, volume de emissões, taxas de juros, corte de subsídios e aplicações bancárias, providências tardias que estão apenas anulando as liberalidades anteriores. A tudo isso se acrescenta uma política de investimento totalmente divorciada das realidades nacionais.

Como o senhor encara a condução da política de abertura no momento?

— O processo de transição de um sistema de Governo autoritário para o regime democrático, para ser eficaz, tem que ser conduzido com firmeza, dentro de um cronograma inflexível. Haja visto o caso da Espanha, que teve de pagar um pesado ônus político e social para oferecer ao mundo esse estupendo espetáculo de uma democracia moderna, estável e culta. No Brasil, essa transição se tem feito de maneira muito lenta. O Governo não comanda o processo. Ele se tem limitado a ceder às pressões da opinião pública, quando estas se tornam irresistíveis. Temos vivido uma transição inquietante, já que feita de avanços e recuos. Ao mesmo tempo em que o Governo concede a anistia, restaura o hábeas-corpus e as prerrogativas do Judiciário, suprime as eleições e agride o Legislativo, anulando o princípio, que lhe é fundamental, da inviolabilidade parlamentar. Não somos, hoje, nem um regime autoritário e nem uma democracia plena e essa estranha contingência não é das mais auspiciosas para o país. O Governo precisa perder o medo da democracia e caminhar ao seu encontro resolutamente.

Os diversos Partidos que estão nascendo exprimem, com autenticidade, as correntes de opinião do país?

— A reforma partidária, que todos receberam como uma possibilidade de quebra do maniqueísmo político, isto é, uma Oposição condenada a não ser poder e um Governo que se recusa a ser Oposição, está sendo frustrada nos seus altos objetivos pela política facciosa do Governo, que não poupa benesses ao seu Partido e tira de seu arsenal todas as armas de hostilidade aos Partidos de Oposição. Hoje, muito poucos acreditam nos resultados benéficos para a democracia brasileira decorrentes da reforma partidária. Já se forma uma consciência nacional de que ela foi feita para o mesquinho propósito de fracionar as Oposições e assegurar a permanência no Poder daqueles que hoje o empolgam. Se se frustrar essa tentativa de aprimoramento de nossas instituições democráticas, fatalmente iremos amargar os dias sombrios de um incontrolável e imprevisível radicalismo político.

PP que vai ao TSE pesa 190 quilos

Os documentos que formam o pedido de registro do PP, a ser encaminhado ao TSE, na próxima terça-feira, pesam 190 quilos e historiam o início da existência do Partido em 14 dos 22 Estados e nos Territórios de Amapá, Rondônia e Roraima, segundo anunciou, ontem, no Rio, o secretário nacional da agremiação oposicionista, Deputado Miro Teixeira.

A papelada, que já se encontra em Brasília, seguirá para o Tribunal Superior Eleitoral numa Kombi. Ao ato de entrega do pedido de registro do PP estarão presentes, além do Sr Miro Teixeira, o presidente nacional do Partido, Senador Tancredo Neves, os líderes no Senado e Câmara, Gilvan Rocha e Thales Ramalho, e a maioria de seus representantes no Congresso.

Os Estados

O secretário nacional do PP informou que o Partido já constituiu nos 14 Estados, que lhe garantirão o registro provisório — cinco além do mínimo previsto na lei de reforma partidária — mais da metade do total de Comissões Municipais provisórias, que terá de formar em cada um deles.

Esses Estados são os seguintes: Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. O Partido Popular já tem existência legal, também, nos três Territórios Federais e Comissões Regionais provisórias instaladas em mais três Estados: Amazonas, Alagoas e Maranhão.

O Sr Miro Teixeira explicou que o Partido está constituído, também, em Pernambuco, mas as atas referentes àquele Estado do Nordeste não farão parte da documentação que encaminhará ao TSE, terça-feira, a pedido do Deputado Thales Ramalho. É que com as novas adesões recebidas, entre elas a do ex-Governador Cid Sampaio, muitas lideranças regionais e municipais, que estavam indefinidas, começaram a fortalecer a legenda em Recife e no interior pernambucano.

Expectativa

Em alguns Estados, segundo o seu secretário nacional, o PP não quis apressar o seu processo de constituição, na expectativa de futuras adesões. Revelou que Goiás é um deles, onde o Senador Tancredo Neves, pessoalmente, se empenha para obter o apoio do Senador Lázaro Barbosa.

"Faz parte de uma campanha geral de interessados em desacreditar as oposições — disse o Sr Miro Teixeira — as notícias que dão conta da pouca receptividade do PP, além do Estado do Rio de Janeiro. Esse tipo de crítica não nos abala. Redobram, ao contrário, o paciente trabalho em que os fundadores do Partido se empenham para consolidá-lo em muitos Estados, dos quais São Paulo é um exemplo. O PP paulista, para quem não sabe, já tem Comissões Municipais funcionando em mais da metade das 571 cidades do Estado".

O secretário nacional do PP, sem citar os Estados, garantiu que estão para explodir "choques de lideranças e de comandos regionais que só beneficiarão o Partido Popular em áreas de grande densidade eleitoral". Indagado se um desses Estados seria São Paulo, limitou-se a afirmar que "pode ser, dada a volúpia com que o ex-Governador Paulo Egídio e o ex-Prefeito Olavo Setúbal se atiram aos contatos com importantes lideranças do interior paulista, num trabalho que passou a contar, também, com a firme participação do Prefeito de Campinas, Francisco Amaral".

Deputado sugere à Oposição que prepare um programa alternativo de Governo

Brasília — O vice-líder do PMDB na Câmara, Deputado Oswaldo Macedo(PR), afirmando que toda a nação quer uma alternativa de poder e que esta não merecerá crédito "se surgir de dentro do próprio sistema", sugeriu que as oposições apresentem à nação "um projeto alternativo de poder", com uma condição preliminar pois qualquer projeto deve passar pelo voto popular.

E acrescentou: "Falar em voto, hoje, no Brasil, é falar em mudança do poder. Voto agora é revolução: ele derruba, muda, constrói. Chega de voto de qualidade, em que uma dúzia de generais escolhe por todo o povo. Façamos prevalecer o princípio universal e democrático — **um homem, um voto.**"

CONSTITUINTE

Disse o Sr Oswaldo Macedo que um projeto de poder para as oposições deve ser a tarefa maior e imediata "de todos os comprometidos com a causa da democracia." E aduziu:

— Certamente que esse projeto se consolidará com a convocação de uma Constituinte, que implicará da ruptura do regime. Mas ao lado dela, ou para se chegar a ela, deve avançar-se no espaço e na tese, disciplinando a luta pelo **arroz com feijão**. A situação está amadurecida para essa proposta: o Governo está desacreditado e enfraquecido e o regime está saturado.

O vice-líder oposicionista afirmou, ainda, que depois de 17 anos, o inventário do regime apresenta um saldo negativo, de falências, frustrações e fracassos. "Ninguém mais acredita no Governo e sabem todos que ele não oferece nenhuma perspectiva. Os homens do regime se estão sentindo acossados pela crise econômica, social e política e têm reagido com a intimidação e a agressão".

Assegurou o Deputado Oswaldo Macedo que ao lado do descontentamento das massas populares, diante do alto custo de vida e do desemprego, "observamos a insatisfação da classe média, que se vê empobrecida e sem oportunidades.

Guerreiro prepara visita de Figueiredo a Santiago

Luiz Barbosa

Brasília — Ainda mal refeito da longa excursão pela África, o Chanceler Saraiva Guerreiro vai desembarcar no final da semana em Santiago para dar prova ao Governo do General Augusto Pinochet de que, mesmo festejando a reaproximação com a Argentina, o Brasil continua empenhado em ter boas relações com o Chile.

Ao descer no aeroporto de Puntanuel, o Ministro das Relações Exteriores estará levando no bolso os planos da visita oficial do Presidente João Figueiredo ao Chile, prevista para setembro, mas não pretende que sua viagem seja entendida como mero preparativo do programa presidencial; quer torná-la um fato político autônomo, de significado próprio dentro do jogo de forças na região.

Expectativas

Mesmo proclamando sua absoluta isenção face à disputa em torno do Canal de Beagle — uma questão que se arrasta desde o começo do século, envolvendo a Argentina e o Chile, gira sobre a aplicação de um Tratado de Limites de 1881 — o Itamarati tem plena consciência de que a solução ou a acomodação dessa pendência é condição essencial ao relacionamento equilibrado com seus vizinhos do Cone Sul. Depois de ter havido, por parte da Argentina, em 1977, a rejeição de um laudo arbitral encomendado pela Rainha da Inglaterra a uma Comissão de Juristas, a questão está submetida à autoridade do Papa e algum pronunciamento da Santa Sé, ainda que não o definitivo, é esperado para dentro dos próximos três meses, após a visita de João Paulo II ao Brasil. Tal laudo pode coincidir com a fase mais intensa dos contatos brasileiros com argentinos e chilenos, quando estão previstas as visitas do Presidente Rafael Videla a Brasília (segunda quinzena de agosto) e a do próprio General João Figueiredo a Santiago.

Não é absurda a ameaça de que se restabeleça, como aconteceu entre 1977 e 1979, o clima de tensões extremas em Buenos Aires e Santiago. Como, ao contrário daquela ocasião, a Argentina não tem mais problemas de ordem política com o Brasil e ainda festeja o apoio recebido na sua disputa sobre as Ilhas Malvinas os chilenos temem que a sua concentração agora, sobre a questão de Beagle, supere a tudo o que já ocorreu no passado. Buenos Aires, num clima de guerra, chegou a ensaiar **balck-outs** em seus principais bairros, simulando a ocorrência de um ataque aéreo chileno sobre a cidade.

Nos três dias de permanência em Santiago, porém, o Chanceler Guerreiro quer mostrar que o Governo brasileiro não trama nenhuma forma de interferência na disputa argentino-chilena, preservando intata a sua influência moderadora na região, fruto da isenção que manteve até aqui.

— Ele vai ter uma audiência com o Presidente Augusto Pinochet e examinará com seus colegas da Chancelaria chilena as medidas necessárias para elevar o comércio bilateral ao invés de um 1 bilhão de dólares anuais (com a Argentina, o Brasil tem um comércio de 1,5 bilhão de dólares), graças, principalmente, aos negócios com o cobre e à venda de equipamentos e veículos ao mercado chileno.

Na área do cobre, serão examinados dois projetos alternativos: a construção de uma planta de preparação e concentração do minério, em São Paulo, sob o sistema de **joint venture**, ou a realização de um esquema semelhante no próprio Chile. Há, também, um plano para a montagem, em território chileno, de uma fábrica de alumínio, destinada a aproveitar os recursos hidrelétricos da região com o uso do minério brasileiro.

Político quer julgar tecnocracia

Recife — "Só com o tempo será possível a necessária perspectiva histórica para que se faça o estudo e o julgamento da tecnocracia, avaliando os prós e os contra. Só então será possível fechar a sua contabilidade e saber-se se o saldo é credor ou devedor, negativo ou positivo. Uma coisa porém é certa: os políticos não lograrão reocupar toda a área perdida".

A afirmação é do Vice-Governador Roberto Magalhães ao analisar a presença do tecnocrata na administração pública. Segundo ele, "os tecnocratas foram muito competentes na ocupação da ampla área de poder que lhes coube. Tanto que desfrutam dos mais altos salários da administração pública, sobretudo indireta, e são, até prova em contrário, os responsáveis pela disseminação das mordomias, a níveis que os políticos do passado jamais sonharam".

— "Poderá haver" — frisou — "uma diminuição de poder e de prestígio, na área do Executivo, mas não se voltará ao equilíbrio de forças que vigorou no passado. Até mesmo em razão das novas exigências de um Brasil mais desenvolvido, uma administração mais complexa, de uma sociedade mais carente de competência gerencial".

Jânio diz que já conversou com Oposição e que não viu o seu conteúdo ideológico

Curitiba — O ex-Presidente Jânio Quadros apoiou a exortação feita pelo Presidente Figueiredo para que as oposições apresentem propostas concretas para a solução da crise econômica. "Conversei longamente com dirigentes oposicionistas e, em linhas gerais, nada ouvi que sugerisse programas com conteúdo ideológico", explicou ontem cedo, nesta cidade, onde passa o final de semana com sua mulher, D Eloá, e com a cadela **Quinta-feira**.

"Sou daqueles que entendem os esforços do Presidente da República no sentido de nos reconduzir ao estado democrático. Vivemos um instante tão difícil, que é impossível prever o que poderia acontecer-nos se se frustrassem os propósitos do Presidente. E eu o apoio nas circunstâncias atuais, até como necessidade de sobrevivência coletiva" — disse o Sr Jânio Quadros.

EMOÇÃO

O ex-Presidente classificou sua visita ao Paraná de sentimental, já que foi a terra em que nasceu seu pai e onde foi eleito, em 1958, Deputado federal com expressiva votação. Na casa de seu primo, Sr Manoel Quadros, ele conversou com jornalistas ontem cedo, garantindo que não é candidato a nenhum cargo eletivo: "Já me cansei de ser síndico de massas falidas". Ele acentuou que, no momento, sua obrigação é fazer o que o filósofo Voltaire sugeriu: "A mim cabe, agora, dizer a verdade".

Essa verdade, em sua opinião, dirige-se aos moços, "que herdarão esse país". Ele mostrou-se preocupado com o momento atual, onde "vivemos horas emprestadas e onde temos que ter unidade para evitarmos soluções extremas". Ao comentar a conjuntura econômica nacional, o ex-Presidente disse que "o momento é grave, tocando as raias do desesperador" e apresentou sua sugestão: "Um regime de austeridade radical, violenta, nos planos federal, estadual e municipal e a adoção de uma política de taxas e prazos bem mais ásperos, quase espoliativos, para a obtenção dos recursos indispensáveis."

Em Curitiba, o Sr Jânio Quadros visitou, ontem, a Sra Flora Camargo Munhoz da Rocha, viúva do ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Realizou uma reunião com petebistas, anunciando, na oportunidade, o ingresso no Partido, do Deputado federal Hamilton Vilella Magalhães, do PP, e proferiu uma palestra na Universidade Católica do Paraná. Hoje, o ex-Presidente vai fazer um passeio na **Boca Maldita**, tradicional ponto de encontro no centro da cidade, e tentará conversar com o ex-Governador Jayme Canet Júnior.

Visita de Maluf à Freguesia do Ó gera mais um conflito

São Paulo — Um grupo de homens à paisana, usando bombas de gás e cassetetes, dispensou ontem de manhã 600 pessoas que iam reivindicar melhorias para o bairro da Freguesia do Ó e protestar contra o Governador Paulo Maluf que instalava ali o seu Governo itinerante. Populares ficaram feridos e o Deputado estadual Geraldo Siqueira (PT) foi internado com fratura no nariz e luxação no tórax.

O Governador Paulo Maluf chegou às 9h40m, na sede da Administração Regional da Freguesia do Ó e os incidentes ocorreram às 10h30m, perto do prédio. De madrugada, um aparato policial civil e militar, envolvendo 5 mil homens, cercou a área: faixas de protesto foram arrancadas e incendiadas por desconhecidos e houve algumas prisões. No largo da Clipper às 7 horas, aglomeravam-se 2 mil pessoas, das quais 600 seguiram para a Administração Regional.

APARATO

O bairro da Freguesia do Ó fica na zona Oeste de São Paulo e concentra 800 mil moradores. Durante a semana, assessores do Palácio dos Bandeirantes divulgaram fotos mostrando jovens de barba em manifestações anteriores contra o Governador, acusando-os de incitadores de manifestações "previamente organizada" contra o Governador e apelidando-os de "barbudinhos". Esses assessores informavam, então, que ontem, haveria grupos que apóiam o Sr Paulo Maluf, para se contraporem aos "barbudinhos."

O bairro amanheceu patrulhado por 5 mil homens da PM e da Polícia Civil, dos DOPS, além de 60 elementos da segurança pessoal do Governador. O subchefe do Gabinete Civil, Sr Roberto Pastana Câmara, denunciava, de manhã, que havia "gente do PT, trotsquistas e da linha chinesa" nos protestos programados. Algumas prisões foram efetuadas pela PM, enquanto, pelas ruas, boletins de apoio ao Governador eram distribuídos.

PANCADARIA

Quando o Governador Paulo Maluf chegou, às 9h40m, toda a área próxima à sede da Administração estava cercada. Numa sala do prédio, ele passou a receber sociedades de bairros e outras entidades.

— Quero que o povo fique do meu lado. Não farei Governo no Jardim América, Jardim Europa e Morumbi (bairro de luxo da Capital), pois lá não existe necessidade como aqui.

O Prefeito de Itararé, Sr Floriano Cortes (PDS), presente, anunciou um movimento para levar o Governador Paulo Maluf à sucessão do Presidente João Figueiredo. Explicou que não está sozinho na campanha: prefeitos preparam manifestos, com apoio da Associação Brasileira dos Municípios. Segundo ele, o Vice-Presidente da República de Maluf deverá ser o Ministro Mário Andreazza.

Às 10h40m, 600 pessoas chegaram ao local para protestar contra a presença do Governador e reivindicar "melhores condições de vida e trabalho, mais escolas de segundo grau, pronto-socorro e mais casas populares". Foi quando um grupo de homens à paisana entrou em ação, dispersando manifestantes. Na confusão, deputados, jornalistas e populares apanharam; fotógrafos tiveram seus filmes apreendidos. Regina Helena Teixeira e Sheila Lobato, do **Jornal da Tarde**; Jorge Araújo e Antenor Briga, da Agência Folhas; Kenji Honda, de **O Estado de S. Paulo**, e Luiz Padovani, da **Folha de S. Paulo**, foram agredidos.

O Deputado Geraldo Siqueira (PT) foi agarrado por vários homens. Quando conseguiu livrar-se, apresentava o nariz fraturado e luxação no tórax, sendo internado no Pronto-Socorro de Fraturas da Lapa. Também o Deputado Sérgio dos Santos (PMDB) foi agredido no rosto. Durante o conflito, não se viu nenhum homem da Polícia Militar agindo.

No prédio da Administração Regional, mais tarde, assessores diretos do Governador Maluf exibiram para a imprensa alguns estiletes e outras armas perfurantes improvisadas, que teriam sido apreendidas com os manifestantes. O Deputado Januário Mantelli Neto (PDS) disse que há "agitadores agindo".

O Governador Paulo Maluf disse depois a um grupo de deputados e populares que conseguiram escapar da ação policial que, "se essa violência foi da polícia, será apurada violentamente". Alguns padres também receberam golpes, entre eles, o Padre Pedro Curran, da igreja do bairro.

Indagado sobre os estiletes, que segundo seus assessores eram dos manifestantes, o Governador disse apenas: "Sobre isso, cabe à polícia responder". Em seguida, ele ouviu novas reivindicações para o bairro e uma professora leu uma carta contendo protestos.

CARTA DE PROTESTO

"Senhor Governador. As condições de vida, moradia e trabalho do povo, nos últimos 16 meses, pioraram como nunca. A Região da Freguesia do Ó é retrato vivo dessa situação. Aqui concentra-se o maior número de favelas de São Paulo. A estrutura de saúde é deficiente. Não há sequer um pronto-socorro. A rede escolar é insuficiente e funciona precariamente. São pouquíssimas as escolas de Segundo Grau.

Tudo isso, sem falar nos problemas de saneamento básico, transporte, pavimentação. Contra esse estado de coisas, o povo tem lutado e muito. Nossas reivindicações se multiplicam, esbarrando freqüentemente nas alegações de que não existem verbas, de que a crise econômica e até mesmo a crise internacional do petróleo não permitem. Em muitas ocasiões, as manifestações pacíficas foram tratadas como caso de polícia, não somos nós quem criamos as crises, mas é sobre nossos ombros que ela é descarregada.

Se o povo fosse representado no Governo, não usaria o dinheiro público para salvar empresas falidas, nem daria incentivo para empresas estrangeiras. Utilizaria o dinheiro em hospitais, escolas. Se o povo fosse o Governo não teria tantas dificuldades de chegar ao Governador.

O Governador Paulo Maluf ouviu depois do Padre Almiro mais protestos contra a violência: "Houve homens que tentavam retirar documentos da bolsa de senhoras". O Deputado Sérgio dos Santos (PMDB) também esteve com o Governador. Antes, limpou o sangue do rosto, mas não pôde trocar de roupa: seu terno estava rasgado.

O Governo-itinerante do Governador continou na sede da Administração Regional. O Sr Paulo Maluf continuou a receber pessoas e dirigentes de entidades do bairro enquanto lá fora não se registraram mais incidentes.

São Paulo — Foto de Carlos Brasil

O Prefeito Reinaldo de Barros, o Governador Maluf e o Vice José Maria Marin governaram sem vaias sob a proteção da Polícia

São Paulo — Foto de Carlos Brasil

Homens com roupas civis dispersaram manifestantes com bombas e violência

São Paulo — Foto de Fernando Pereira

O Deputado Geraldo Siqueira foi para o hospital com fratura e luxação

Deputado luxa tórax e quebra nariz

Por volta de 15 horas, o médico Sílvio Aguiar confirmou que o Deputado Geraldo Siqueira, do PT, sofreu luxação no tórax e fratura no nariz (sem desvio), em conseqüência da agressão que sofreu durante manifestações de hostilidade ao Governador Paulo Maluf, no bairro da Freguesia do Ó. O Deputado continua internado no Pronto-Socorro de Fraturas da Lapa.

O lapidador João Bino de Souza, 34 anos, depois de atendido no mesmo pronto-socorro, foi removido para o Hospital Sorocabano. O Deputado Geraldo Siqueira responsabiliza o Sr Paulo Maluf pela violência empregada contra as pessoas e afirma que o episódio pode enquadrar o Governador em crime de responsabilidade. Admitiu pedir o seu afastamento do cargo.

As manifestações contra o Sr Paulo Maluf ocorridas na Freguesia do Ó são uma repetição do que vem ocorrendo no Estado, quando o Governador realiza suas visitas e os presentes começam a vaiá-lo. O Deputado contou, no leito do hospital, onde está internado e enfaixado, que as agressões que sofreu foram iniciadas quase no fim das manifestações.

Ele garantiu que tudo começou quando um homem alto o pegou de surpresa, atirando-o contra um automóvel; depois foi jogado ao chão, com a ajuda de mais duas pessoas. Segundo o Deputado, trata-se de um funcionário da Administração Regional da Sé.

O motorista do Deputado ouviu das pessoas agressoras a expressão "viu só, pegamos aquele Deputado". Mais tarde, quando souberam que também um padre havia sido agredido, eles fizeram o seguinte comentário: "Se é padre, tem que apanhar mais".

O Deputado Geraldo Siqueira está internado no quarto 208 do Pronto-Socorro de Fratura da Lapa. Além dele, outras três pessoas agredidas foram ali atendidas e liberadas. São elas: José Gomes Viana, 38 anos, pintor; Roberto Domênico Lajolo, engenheiro do IPT — Instituto de Pesquisas Tecnológicas — e Piter Francis Curran, Padre de Vila Miriam.

Diversas pessoas visitaram o Deputado Geraldo Siqueira. O advogado Luís Eduardo Greenhald, do Comitê Brasileiro de Anistia, qualificou a pancadaria contra populares de "violência localizada, a revelar nova forma de repressão".

Os Srs José Gomes Viana, Roberto Domênico Lajolo e Piter Francis Curran, depois de atendidos no PS da Lapa e dispensados, estiveram no 28º Distrito Policial pedindo abertura de inquérito.

Seis feridos registram queixa

Foi a Deputada Irma Passoni (PT) quem tomou a iniciativa de reunir algumas partes para o encaminhamento ao Distrito Policial da Freguesia do Ó, onde os acontecimentos foram registrados em boletim de ocorrência, cuja cópia foi enviada ao DOPS.

Segundo esse boletim, ficaram feridas oito pessoas na "rixa", conforme ficou anotado. São elas: o Deputado Geraldo Augusto Siqueira Filho (PT); o espanhol Manuel Filgueiras Bairral (engenheiro e professor da USP); o pintor João Bilo de Souza; o Padre norte-americano Peter Francis Curran, da Igreja de São Judas de Pirituba; o italiano Roberto Domênico Larjollo (professor do IPT); o pintor de carros João Gomes Viana e mais dois outros não identificados, que ainda não compareceram à polícia para o registro de queixa. Com base nesse boletim, o DOPS poderá proceder à instauração de inquérito policial.

Sindicato culpa o Governador

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo denunciou, ontem à tarde, as violências ocorridas na Freguesia do Ó e acusou o Governador Paulo Maluf de "incompetência administrativa e inabilidade no relacionamento com a população".

"Desta vez, a violência que se registrou teve requintes dos dias mais negros do obscurantismo político que o país viveu". A nota denuncia que "os repórteres que cobriram os fatos tiveram seus filmes apreendidos".

Delegado defende DOPS e a PM

"Nem o DOPS, nem a Polícia Militar, tiveram qualquer participação no incidente entre os dois grupos políticos, através de manifestantes populares — disse o diretor do órgão, delegado Romeu Tuma — a não ser para separá-los. Apenas isso".

Para o diretor do DOPS, o conflito assumiu proporções graves "a ponto de uns poucos agentes deslocados para acompanhar e observar os acontecimentos, terem de lançar mão de uma bomba de gás para dispersar os manifestantes. Foi nesse tumulto que ficou ferido o Deputado Geraldo Siqueira Filho".

ATAQUE E DEFESA

Diante das repetidas manifestações de vaias ao Governador, principalmente na instalação e vigência dos **governos itinerantes** políticos ligados à situação se têm precavido, fazendo convocar amigos e correligionários, para formar um "grupo de proteção" aos seus líderes.

"Foi o que aconteceu, nem mais nem menos, na festa política da Freguesia do Ó", acrescentou o delegado Romeu Tuma. "Não minto se disser, que inclusive o DOPS foi colhido de surpresa nessa operação".

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1980

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito
Editor: Walter Fontoura

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Diretor: Bernard da Costa Campos
Diretor: Lywal Salles

Um Pastor

Aproxima-se o dia da chegada do Papa João Paulo II ao Brasil, e pode-se quase medir o aumento da expectativa gerada pelo grande acontecimento. Nosso país sempre teve como motivo de orgulho a sua especial ligação com a Igreja de Roma; e tem hoje outra razão de júbilo na beatificação do Padre José de Anchieta, que simbolizou como ninguém a abnegação dos primeiros missionários — aliada, na sua extraordinária personalidade, à mais fina cultura humanística.

A expectativa da chegada é tanto maior quanto João Paulo II surge como figura exponencial da nossa época, capaz de falar a todos os homens e de ser ouvido com respeito.

Em época desprovida de líderes, como a atual, os que chegam a atingir essa preeminência devem, quase, carregar o peso do mundo: deles se esperam palavras esclarecedoras sobre todos os assuntos.

Não tendo compromisso com Partidos ou ideologias, o Papa não se furta a pronunciamentos sobre os problemas mais angustiosos; para a Igreja, não há distinção de pessoas, de países, de classes sociais — embora ela sempre tenha manifestado uma particular preocupação com os humildes, como humildes eram os apóstolos escolhidos pelo Cristo.

Desse caráter universal da pregação da Igreja surge às vezes a idéia precipitada de que caberia à Igreja encaminhar todos os problemas. Um equívoco desta natureza começou a esboçar-se depois do último Concílio, quando o convite ao *aggiornamento* foi entendido por alguns como um incentivo ao engajamento direto em todos os aspectos da realidade social. Esse equívoco foi levado, em certos casos, a trágicas conseqüências, e tornou necessário uma chamada à ordem.

Mas as contradições já parecem, hoje, reduzidas às suas devidas proporções. As largas perspectivas abertas pelo Concílio, João Paulo II quer acrescentar, visivelmente, o aprofundamento de doutrina e de vida sem o qual as novidades passam a ser aceitas e desejadas por si mesmas. O Papa quer dar um lastro à Igreja renovada pelo Concílio; quer imunizá-la contra a perda de identidade que em certos casos chegou a manifestar-se; quer evitar que ela se transforme apenas em mais uma entidade assistencial.

Estas ponderações deveriam ser levadas em conta pelos que talvez esperem demasiado da viagem pontifícia. O cenário da viagem do Papa não é o do Juízo Final: é o do Pastor que vai de encontro aos que estão sob a sua responsabilidade, para fortalecê-los pelo exemplo, pela presença viva e pela palavra inspirada. Nos termos da Igreja, a especulação pura pode dividir; enquanto a fé verdadeira aproxima, faz com que um cristão seja capaz de ouvir o outro. Este talvez seja o desígnio profundo da peregrinação papal: dar aos cristãos a noção do que os une, e não do que os divide.

Última Oportunidade

A televisão brasileira encontra agora sua última oportunidade de sobrevivência em mãos da iniciativa privada. A seqüência de erros graves e omissão sistemática do Governo, como poder concedente e poder fiscalizador, deixou frente a frente o contraste comprometedor. De um lado a falência de uma rede de notória ineficiência técnica e empresarial. De outro, um monopólio com tentáculos estendidos sobre outras áreas para sugar privilegiadamente todo um mercado que, sem condições competitivas, apenas prepara o advento do Estado como autoconcessionário exclusivo.

Fora das duas cadeias — uma falida e outra montada como monopólio — só existem emissoras com sobrevivência vegetativa. Portanto, sem condições de competir. O Governo quer resolver o grave problema pela ponta quebrada, isto é, mediante a transferência da concessão da Rede Tupi a um grupo também sem experiência no ramo. É apenas um paliativo, porque o monopólio está plantado — e bem plantado — em 80% do mercado. Os novos donos da Rede Tupi vão carregar água em peneira.

Não há fórmulas para acomodar. É preciso romper o impasse. O desenvolvimento da televisão brasileira está bloqueado por um monopólio que se constituiu na base da incompetência do concorrente falido e da omissão do Estado. O monopólio não admite, porém, a competição e vai atacar os novos donos da Tupi com a mesma desenvoltura com que se lançou sobre outros campos de atividades. Fez o possível para pulverizar as concessões. Fará o impossível — isto é, lutará com armas desleais — para que os novos concessionários continuem inferiorizados. E para isso os detentores do monopólio contam com um Código de Telecomunicações que favorece a sua situação altamente privilegiada.

Não é indispensável e urgente apenas um novo Código de Telecomunicações: é imprescindível que ele seja um conjunto harmônico de garantias à existência de um mercado de televisão aberto aos mais capazes, qualificados pela competição; e não mais um instrumento a serviço de qualquer monopólio.

Pela dimensão e pela diversidade cultural do Brasil, é de elementar bom senso a necessidade de limitar-se o funcionamento de cadeias nacionais. A fisionomia cultural das regiões brasileiras não pode ser violentada pelo massacre das padronizações. A identidade dos mercados regionais não pode ser desfigurada por padrões de consumo que acabam sendo anti-sociais. As expectativas e os hábitos das comunidades precisam ser defendidos. Caso contrário, o equilíbrio social será rompido e, antes que isto se agrave, o Estado intervirá com sua mão pesada para apropriar-se de um sistema com ameaça potencial à segurança nacional.

É este o momento. O Governo, na sua condição de poder concedente, está no dever de reprogramar no presente o futuro da televisão brasileira. Mas para isto terá de tirar todas as lições de seus erros passados e rejeitar todas as ilusões de que possa haver solução paliativa para um mal de origem. Voltamos à estaca zero.

Aspirações Comuns

Fora do Grupo Andino, cujos chanceleres felicitaram a Presidenta Lídia Gueiller por haver "criado condições à consolidação da democracia", todos os povos do chamado Cone Sul acompanham com ansiedade o drama vivido pela Bolívia. A cerca de uma semana da eleição presidencial, os bolivianos voltam à velha expectativa do golpe de estado, que tantas vezes interrompeu o curso da vida institucional do país.

As turbulências da rarefeita atmosfera boliviana datam praticamente da elaboração de sua primeira Carta constitucional, que esteve em recesso durante longos anos para se firmar de modo precário no fim do século passado. Neste século, ao contrário de se consolidar o regime duramente instaurado, agravaram-se os estremecimentos de estrutura, que se amiudaram no tempo até que o primeiro *pronunciamiento* militar derrubasse o Presidente Hernando Siles em 1930. A esta altura, estávamos por coincidência em revolução de espírito liberal mas que resultaria na ditadura do Estado Novo. Em 1946 outra coincidência aproximava-nos curiosamente da Bolívia: lá como aqui a chefia do Governo havia sido confiada ao Presidente da Corte Suprema, que a passaria normalmente ao eleito do povo, sem que com isto se firmasse a normalidade.

Um dos excelentes poetas bolivianos escreveu que "o lugar mais inseguro do país" era o Palácio Presidencial. Alguns Presidentes brasileiros poderiam confirmá-lo em mais de uma oportunidade histórica. Estamos agora em plena abertura para a democracia, enquanto a Bolívia tenta igualmente, mais uma vez, devolver à nação a soberania usurpada. A poucos dias da eleição presidencial, não se sabe até que ponto é verdadeira a impressão dos chanceleres do Grupo Andino, que felicitaram a Presidenta Gueiller pela determinação com que criou condições à consolidação do regime. Os incidentes de Santa Cruz de la Sierra, se é verdade que foram ultrapassados, denunciam a persistência de um clima de instabilidade que se distingue no momento pela posição liberal da maioria das Forças Armadas. Lídia Gueiller, com perseverença e firmeza surpreendentes, conseguiu afastar o obstáculo da suspicácia militar, mantendo as eleições convocadas para o dia 29 próximo. Se as explosões da intolerância registradas nas últimas horas não se repetirem, essa mulher de pequena estatura, e doente, terá assegurado a seu nome um lugar de extraordinário relevo na História da Bolívia. Sua desambição e espírito de resistência podem ser um exemplo estimulante para todos os países cujos povos, nesta mesma hora, lutam para tornar realidade aspirações comuns à dignidade da existência sob o estado de direito.

Tópicos

Prioridade

Os cronogramas de Itaipu e Angra dos Reis estão ameaçados pelo corte de 15% a que o Governo obriga as empresas estatais. Cortar no próprio orçamento é tarefa mais dolorosa que cortar no orçamento alheio. A burocracia estatal brasileira ficou amuada com a decisão e vai solfejar pessimismo nos ouvidos dos contribuintes.

O Sr Maurício Schulman, presidente da Eletrobrás, pela primeira vez admitiu a possibilidade de atraso nas duas grandes obras em construção. São grandes projetos e consomem grandes quantidades de recursos. Se fossem empresas privadas, os empresários veriam automaticamente de outro ângulo esse mesmo problema. Isto é: se é indispensável cortar 15%, a solução é estabelecer a prioridade, para evitar que duas obras de vulto se atrasem.

Prioridade é concentrar o atraso na menos importante ou que puder agüentar maior prazo com menor prejuízo. No caso, Itaipu merece, sem qualquer favor, a prioridade. Ambas se destinam a gerar energia, mas Itaipu pelo menos se sabe o que é. Já o mesmo não se pode dizer em relação a Angra, que das fundações da usina até o próprio núcleo do átomo só apresenta incertezas. O atraso no cronograma de Angra dos Reis vem a ser, por via transversa, a solução que já poderia ter sido adotada diretamente. Sem queixas e com ganho de tempo.

Câncer Moral

Sabe-se pouco sobre o Uruguai de hoje — um país e um Estado que se fecharam sobre si mesmos, e voltaram as costas ao mundo. Mas já se sabe o suficiente para imaginar o restante; e sabe-se cada vez mais a respeito de pelo menos um caso — o do seqüestro de Lilian Celiberti e Universindo Diaz em Porto Alegre.

Ante o rumo que tomou o caso Uruguai, importa pouco, agora, discutir os seus antecedentes — isto é, o desafio à ordem pública pelo movimento Tupamaro. A Itália convive com um terrorismo que não recua ante nenhum crime — e não perdeu a cabeça por causa disto.

O que se instalou no Uruguai, em nome da repressão ao terror, é em si mesmo um caso de terror, com o agravante de ser um terror metódico, silencioso, pouco visível, oficializado e justificado por "razões de Estado".

A tragédia uruguaia ilustra o fato bem conhecido de que o arbítrio político, por insensível gradação, acaba no arbítrio policial.

No que se refere à participação brasileira no tristíssimo episódio de um seqüestro **oficial**, choca, de início, o fato de que fronteiras foram violadas em nome da luta contra o terror; e fica evidente, em seguida, que, se os superiores se põem de acordo em questões de princípio, os de baixo, com as mãos livres pelo caráter sigiloso de certas operações, entendem-se até sem a concordância ou a conivência dos superiores. É neste sentido que o pior de uma ditadura termina por ser o guarda da esquina — o representante concreto de uma ordem legal desmantelada que se sente, por isto mesmo, autorizado a tudo.

Para esse acúmulo de injúrias às ordens moral e legal, não há outra solução senão levar, sem medo, cada caso à sua conclusão lógica. É o mínimo de reparação que se pode desejar, e a única forma de estancar o câncer do arbítrio.

Ziraldo

Cartas

Aborto eleitoral

Alto lá Deputado Anísio de Souza! **Alto lá!** Externar a sua opinião **pessoal** é respeitável, mas dizer pela **TV (Jornal Nacional** de 30/5/80) que a **prorrogação** dos mandatos municipais é **aspiração da** nação está faltando com a verdade. **Eu faço parte** desta nação, como **cidadão** brasileiro cumpridor dos meus **deveres** e ansioso **pela** oportunidade **de escolher** meus governantes. Sei que o voto é o maior exercício democrático. E espero sinceramente que o Presidente da República dê um basta em todas estas manobras e viabilize as eleições **municipais** que são o sustentáculo de todas as outras. Creio no alto espírito do Presidente e no seu juramento de fazer do **Brasil** uma democracia. Mas democracia **sem** eleições como prega o Deputado, não!

Jamais fale em nome da nação brasileira, Sr Anísio de Souza, pois existe, pelo menos, um homem no Brasil que repudia o seu projeto. Eu. Eu que, desesperadamente, sei que não posso fazer nada **para** impedir este abortamento eleitoral. Não tenho nenhuma tribuna. Não exerço nenhum mandato. E também sei que minha opinião é uma gota no oceano. Mas o que me leva a externar o que penso, **até** correndo o risco de ser ridicularizado diante do atual momento político, é o meu extremado amor pelo meu país. **Antônio Roberto Fernandes — Campos (RJ).**

Abono fixo

Restringir as mordomias não resolve. Enquanto um gastar para outro pagar, não haverá economia. É preciso substituí-las por um abono fixo que o funcionário gaste como entender. Assim sobrarão alguns mantimentos nas prateleiras para outros consumidores. **José Thomaz Nabuco — Rio de Janeiro.**

Inflação

(...) Não será demais repetir e repetir que a inflação não é causada por colheitas insuficientes, crise de energia, ganância dos bancos e homens de negócios, nem pelos sindicatos e nem pelos consumidores perdulários. Todos estes pretextos são invocados pelos governantes, verdadeiros criadores da inflação, que de forma alguma querem assumir a responsabilidade.

A crise do petróleo afetou também o Japão e outros países que nem sequer possuem como nós recursos hidrelétricos, vastas áreas para plantação de cana, um grande litoral para cabotagem e jazidas próprias de petróleo, se bem que insuficientes para as nossas necessidades. Mas nem de longe estes países apresentam uma inflação comparável à nossa. Más colheitas, greves e outros imprevistos podem causar um surto inflacionário temporário, jamais uma inflação crônica e galopante, oficialmente sancionada com uma correção monetária permanente. A verdadeira causa da inflação é o aumento arbitrário do meio circulante, tanto espécie como contábil, criado pelo Governo. Porém, existe um aspecto não devidamente esclarecido no livro **Free to Choose** de M. Friedmann: o crescimento monetário, apesar de causa reconhecida da inflação, deve ser aceito como um fator relativo. Mesmo um grande aumento do meio circulante não redunda necessariamente em inflação, uma vez que corresponde a igual aumento da produção, da oferta de bens e serviços no mais amplo sentido. Na Europa Central, desde a metade do século passado até a I Guerra Mundial, houve um formidável desenvolvimento econômico, com absoluta estabilidade de preços. Motivo: uma vez que a emissão de dinheiro corresponde à emissão de letras comerciais (duplicatas) e a sua retirada da circulação corresponde à liquidação de tais letras, não poderá haver nem inflação nem recessão.

Expansão e contração do meio circulante devem ser elásticas e obedecer a um mecanismo automático, adaptando-se perfeitamente aos movimentos correspondentes da produção, ou seja, da oferta de bens e serviços. Mas para tanto precisamos evidentemente de uma reforma bancária. Posto isso, compreende-se como é errada e arbitrária a decisão do Governo de limitar os créditos bancários a 45% sobre o nível do ano passado, como se não houvesse uma inflação de 80% nem aumento da produtividade durante o ano de 1979!! Acontece que a inflação não pode ser freada com esta medida. Adiciona-se apenas outro mal, ainda pior quando conjugado à inflação, a depressão. Para evitar uma calamidade geral, o Governo certamente em breve abandonará este caminho. Acontece que o nosso mal é que costumamos fazer as coisas **para** ver como fica para depois com a mesma facilidade desfazer e mudar quantas vezes for necessário. **Claus Kurt Rosenthal — Rio de Janeiro.**

Controle da natalidade

Impressionante é a correlação entre o subdesenvolvimento somado à aculturação de um povo e o seu crescimento populacional. Essa interligação entre a chamada explosão demográfica e o atraso de uma população é ainda mais marcante do que a relação íntima entre o analfabetismo e o subdesenvolvimento de um país.

Altos índices **de** natalidade são sempre típicos de povos pobres e ignorantes. **O Population Reference Bureau**, de **Washington**, nos fornece dados preciosos a **respeito. Vejamos** alguns índices de **crescimento populacional** em países civilizados **e vanguardeiros** no mundo: EUA — **0,6%**; **Canadá** — 0,8%; Japão — 0,9%; **França — 0,4%**; Suíça — 0,3%; Inglaterra — **0,0%**; **Finlândia** — 0,4%; Alemanha **Ocidental — 0,2%**; Suécia — 0,1%; **Dinamarca — 0,2%**.

E... quanto ao nosso pobre Brasil? **Com um índice** assustador de 2,8% e já 28 **milhões de menores** abandonados, que **esperanças alentar?** E, o pior, o desesperador **em tudo isso** é a existência de **corifeus da miséria** que, abroquelados **em colunas de jornais**, combatem, sadi**camente, o planejamento** familiar... **Roberto Porto — Rio de Janeiro.**

• • •

A propósito da controvérsia acerca do **controle da natalidade**, quero dar o meu **testemunho na qualidade** de médico, **convivendo com** o sofrimento físico e a **miséria humana**, sentindo de perto, no **dia-a-dia da enfermaria**, o dilema do paciente **em optar** entre comprar remédio ou **comida**. (...) **Desde que** cheguei ao **Brasil, há 30 anos**, vindo da Bélgica, a **população mais do que dobrou**, mas são **justamente as camadas** mais incultas e **indefesas da população** que são as mais **prolíferas e não adianta** triplicar o salário **mínimo se houver 10** bocas para sustentar. Como **pode** um casal de operários, mesmo ambos trabalhando, alimentar, vestir e dar lazer a um bando de filhos? Diga-se de passagem que muitas vezes o emprego é subemprego por falta de qualificação.

Na Europa, os **séculos** de guerra fizeram com que os pais evitassem ter filhos e o crescimento **demográfico** em alguns países chega a ser negativo. No Brasil, numa sociedade agrária, podia-se admitir um grande número de filhos, pois seriam mais braços para ajudar na lavoura; mas agora, que o êxodo rural trouxe um imenso proletariado para as cidades e que a mecanização dispensou o trabalho braçal em tantas áreas, não é mais admissível aquela família de cinco, sete ou mais filhos. O progresso nos meios de comunicação e a luta pela igualdade entre os sexos fizeram com que o serviço doméstico, até bem pouco tempo existente em nível de corvéia, fosse abandonado e, malgrado as tentativas do Governo de oferecer proteção social ao empregado doméstico, é cada vez mais difícil consegui-lo. Ora, se um adolescente da favela vê pela televisão do vizinho objetos que nunca poderá possuir, lugares que nunca poderá visitar, sem o freio da religião que dá a noção de pecado, o caminho que se abre mais facilmente diante de tamanha frustração é aquele que leva ao furto, ao assalto, à droga e ao assassínio. **O** menor **carente de afeto**, vivendo num meio brutalizado onde a vida humana não tem valor, não sentirá dó nem piedade ao puxar o gatilho. A bem da verdade, no outro extremo da escala social, o mesmo fenômeno ocorre. Assim como o amor e o ódio são sentimentos semelhantes com sentidos opostos, tivemos exemplos recentes de como em famílias ricas o enfado levou à droga e esta ao crime.

Portanto, uma vez que a providência divina poupou o Brasil da guerra em seu solo e da ocupação estrangeira, torno a repetir que, como elemento indispensável na estratégia desenvolvimentista, enquanto se valorize por um lado o trabalho menos qualificado, deve haver por outro lado menor oferta destes braços. **Dr Samuel Rozenberg — Rio de Janeiro.**

Crianças com fome

Nossas crianças morrem de fome no Nordeste. As fotos que nos chegam mais parecem retratos de Camboja, Vietnam, Uganda etc. Enquanto isso, proliferam as chamadas **ligas e associações** para a ajuda e defesa de pessoas que nem sempre necessitam. Preso político, exilado, Partido político, fundo de greve, memoriais (o de JK arrecadando milhões), em resumo, para tudo os filhinhos e filhinhas de papais fazem campanhas. Não seria hora de essa classe privilegiada de pessoas se movimentar em âmbito nacional no sentido de saciar um pouquinho só a fome dessas crianças? **Paulo Klein — Rio de Janeiro.**

Abuso econômico

Os jornais publicaram que o CADE está processando a Brahma e Antártica por abuso de poder econômico por promoverem **operações casadas**, obrigando os comerciantes a comprarem duas caixas de seus refrigerantes para que recebam uma de cerveja.

É preciso, no entanto, atentar também para o interesse do consumidor. Os donos de bares de Copacabana, por exemplo, nunca têm para servir aos consumidores os refrigerantes das referidas fábricas, impingem em copos outros fabricantes, servidos através de **Dispensers**, onde, por certo, podem ser batizados com água.

No caso, o consumidor que prefere refrigerantes Brahma ou Antártica, é obrigado a tomar os de outra procedência, servidos através das tais máquinas que facilitam sua adulteração.

A Sunab precisa levar isso em consideração e procurar resolver o assunto defendendo também o interesse do consumidor, facilitando-lhe poder escolher o refrigerante de sua preferência. **Cezario Gusmão — Rio de Janeiro.**

Descuido em Parati

O canhão que pertencia à Casa da Peça, localizada na antiga rua principal da cidade de Parati, depositado há um ano no pátio do Forte Defensor Perpétuo, na mesma cidade, desapareceu há dias. Jogado ao relento pelos responsáveis (?), a peça, que pode ser transportada por uma só pessoa, estava exposta naquele local, sem os devidos cuidados que a sua importância exigia.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na pessoa do Sr Aloísio Magalhães, deve uma explicação à população paratiense. A mesma população que espera não acontecer ao canhão o acontecido ao galo da torre da igreja de N Sª das Dores que, após algum tempo de desaparecimento, retornou ao mesmo local, gordo, forte e bem mais disposto, nem parecendo o galo de antes. Que explique, também, o abandono do Forte, com sua sede praticamente fechada ao público. **José Claudio de Araújo, Paulo Roberto de Castro e Júlio Cezar Dantas — Parati (RJ).**

As cartas serão selecionadas para publicação no todo ou em parte entre as que tiverem assinatura, nome completo e legível e endereço que permita confirmação prévia.

JORNAL DO BRASIL LTDA., Av. Brasil, 500 CEP 20940. Tel. Rede Interna: 264-4422 — End. Telegráficos, **JORBRASIL**. Telex números 21 23690 e 21 23262.

SUCURSAIS

São Paulo — Av. Paulista nº 1 294 — 15º andar — Unidade 15-B — Edifício Eluma. Tel.: 284-8133 PABX.
Brasília — Setor Comercial Sul — S C S. — Quadra I, Bloco K, Edifício Denasa, 2º and. Tel.: 225-0150.

Belo Horizonte — Av. Afonso Pena, 1 500, 7º and. Tel.: 222-3955

Niterói — Av. Amaral Peixoto 207 - Loja 103. Tel. 722-2030

Curitiba — Rua Presidente Faria, 51 — Conjuntos 1103/1105 — Edifício Farid Surugi Tel.: 224-8783.

Porto Alegre — Rua Tenente Coronel Correia Lima, 1960 — Morro Santa Tereza — Porto Alegre. Tel. (PABX) 33-3711.

Salvador — Rua Conde Pereira Carneiro, s/nº (Bairro de Pernambues). Tel.: 244-3133.

Recife — Rua Gonçalves Maia, 193 — Boa Vista. Tel.: 222-1144.

CORRESPONDENTES

Macapá, Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco, Manaus, Belém, São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju, Cuiabá, Campo Grande, Vitória, Florianópolis, Goiânia, Washington, Nova Iorque, Paris, Londres, Roma, Moscou, Los Angeles, Tóquio, Buenos Aires, Bonn, Jerusalém e Lisboa.

SERVIÇOS TELEGRÁFICOS

UPI, AP, AP-Dow Jones, AFP, ANSA, DPA, Reuters e EFE.

SERVIÇOS ESPECIAIS

The New York Times, L'Express, Times, Le Monde.

ASSINATURAS — DOMICILIAR (Rio e Niterói) tel. 264-6807

Trimestral	Cr$ 1.050,00
Semestral	Cr$ 1.900,00

BH

Trimestral	Cr$ 1.070,00
Semestral	Cr$ 1.960,00

SP, ES

Trimestral	Cr$ 1.170,00
Semestral	Cr$ 2.210,00

ASSINATURAS POSTAL EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Trimestral	Cr$ 1.470,00
Semestral	Cr$ 2.760,00

CLASSIFICADO POR TELEFONE 284-3737

Coisas da política

Festival Tom e Jerry

Wilson Figueiredo

DEVE empatar com a idade da imprensa o desencontro entre jornalismo e governo. O mau relacionamento agravou-se no mundo moderno, que fez mais difícil a vida das pessoas e dos governantes. No paraíso, o jornalismo seria um exercício de tédio ilegível. Um jornal com notícias de aviões que chegam pontualmente não teria leitores. Só governantes leriam elogios oposicionistas ao Governo.

Nesse dia seria dispensável até a rotatividade do poder, mesmo na baixa rotatividade municipal em que giramos. Para que democracia? Se tudo fosse bem, no melhor Brasil possível, o Congresso passaria a funcionar como um gabinete nacional de leitura de elogios recíprocos. Seria suficiente o jornalismo de televisão.

Muito provavelmente terá sido um burocrata quem tentou casar a crítica, que é substantivo, com o inadequado adjetivo construtivo. *Crítica construtiva não espera que a morte os separe. Separam-se na noite de núpcias por erro essencial de pessoa. Ou é crítica ou é construtiva. Se é crítica a função é enquadrar o erro. Só o elogio satisfaz a vaidade, que é uma solteirona gulosa.*

A notícia de que o Governo fez e aconteceu chove no molhado. Governo é para fazer e acontecer. Se não fosse, seria dispensável do incômodo de existir. O Presidente Figueiredo é mais notícia quando desabafa em público. Democracia é como casamento. Numa democracia, Governo e Oposição, como marido e mulher, precisam brigar. De outro modo mereceria a mesma inscrição do túmulo à margem de uma estrada romana, e citada pelo Padre Manoel Bernardes em sua sempre Nova Floresta*: "Olá, viandante, maravilha! / Marido e mulher aqui não brigam". (Para os mais velhos, no original que valoriza as citações: "Heus, viator, miraculum! / Hic vir et uxor non litigant").*

Inverdades, calúnias, má fé são práticas anteriores ao Governo Figueiredo. Os oposicionistas de hoje são seus herdeiros diretos. O último desabafo presidencial acabou reconhecendo, porém, que esse comportamento predatório da Oposição é natural. Ainda bem. Por que o Presidente João Figueiredo não prefere a malícia no jogo com a Oposição? Por exemplo: fazer o país saber que espera o Sr Ulisses Guimarães no Planalto, um dia qualquer, com a fórmula oposicionista para, em 24 horas, a renda chegar mais eqüitativamente ao contribuinte. Por via postal, uma geral devolução de renda a todos os brasileiros. Uma espécie de imposto de renda às avessas, distribuído em vez de cobrado.

A aula inaugural de uma democracia da segunda época ensina o Governo a levar desaforo para casa e acostumar-se a conviver com ele em Palácio. Temos já um bom começo de democracia mas fomos longe demais na inflação. É improcedente, no entanto, certo temor residual de que a abertura esteja inflacionada. Nem a inflação está democratizada, apesar da dentada tributária nos ganhos de capital. A primeira noção de jornalismo ensina que notícia é o homem que morde o cão. Cachorro morder o homem é a ordem natural das coisas. Por isso é que tem sido notícia a mordida no capital. Quando nada para agrado geral dos habitualmente mordidos pela matilha tributária, que já deveria estar vacinada. Aliás, a possível democracia brasileira depende urgentemente de uma focinheira no Estado.

O Presidente Figueiredo tem a compreensão preliminar necessária para conviver com a Oposição. As relações entre Governo e Oposição são marcadas pela mesma dificuldade de coexistência entre o gato e o rato. Numa democracia, elas se desenvolvem de acordo com o torvelinho em que atuam Tom e Jerry nos desenhos animados. É uma disputa de episódios seriados: aparentemente diversos mas absolutamente iguais. O Governo é o Tom. Passa o tempo todo apanhando o rato, mas não leva a melhor. Jerry tem a simpatia geral por ser o fraco, a vítima. Agride Tom, mas não consegue destruí-lo.

O Presidente João Figueiredo não percebeu ainda que já é visto como o azarão da abertura. Não deve andar longe o dia em que o Sr Ulisses Guimarães reafirmará que as Oposições — unidas ou divididas, não importa — entendem que a Constituinte continua a ser a melhor entrada na abertura. Mas, Constituinte com João, *que em matéria de confiança já está abonado. No momento em que o Presidente fizer uma pausa sem esbravejar, vamos ver o novo queremismo que já está no sorriso oposicionista.*

Está faltando agora desburocratizar a abertura. Mas isto se resolve. Ponha-se mais uma cadeira no Conselho Político e chame-se o Ministro Hélio Beltrão para eliminar papéis inúteis.

É preciso acabar com tamanha dificuldade até de criar Partidos porque, a esse preço, o Governo não vende facilidades. Tem de ser no rompante do João e no jeito do Beltrão. O resto virá por falta de acréscimo. E quando repararmos melhor, estaremos instalados numa democracia para oposicionista nenhum botar defeito.

Da ditadura à democracia

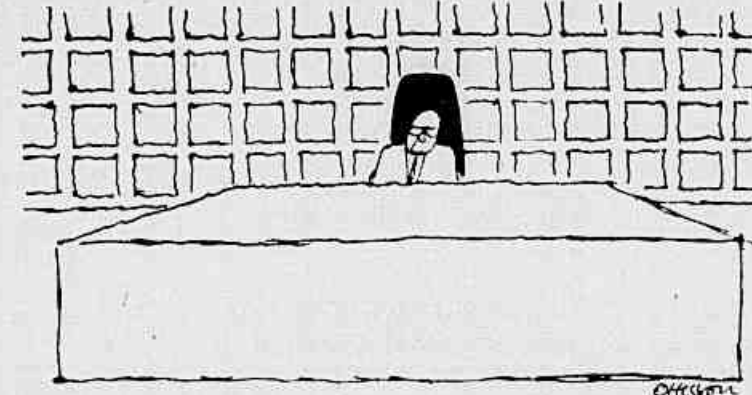
Barbosa Lima Sobrinho

DOU razão a mestre Marcel Prélot: o vocábulo monarquia se reduziu, com o decurso do tempo, a indicar um regime em que prevalece a sucessão hereditária da chefia do Governo. Os outros poderes foram pouco a pouco transferidos para outros órgãos do poder, os Gabinetes e o Parlamento. **Monarquia** deixou, assim, de significar o governo de um só, como queriam os gregos, inventando-se, para a substituição, outro vocábulo, **monocracia**, que não teria destino melhor que a demarquia proposta pelo sábio Hayek, para arquivar a nossa velha e conhecida **democracia**. Uma prova de que o continente léxico vale muito menos que o conteúdo histórico que o uso foi acumulando durante séculos, em diversas regiões da Terra, quando os adjetivos vinham corrigir ou acentuar os desvios do substantivo. A monarquia constitucional ou parlamentar está tão longe da monarquia absoluta quanto a democracia das democracias possíveis ou relativas, com que se batiza a ditadura. Porque, para essas outras democracias, é que caberia o vocábulo **monocracia**, governo de um só, embora não de uma só pessoa, mas de um só poder que seria na quase totalidade dos casos, o Poder Executivo.

A evolução tem isso de particular: não limita a sua área de influência, pois que alcança, por igual, todas as formas de Governo. A própria ditadura se transforma, procurando novos meios de ação e novos aspectos, com a intenção de coonestá-la, menos pela sua substância, que pouco se altera, do que pelas máscaras de que se vale. Com a peculiaridade de que todas elas fazem questão do título de democracia, como um passaporte para a popularidade, desde o fascismo de Mussolini ao comunismo soviético. Haja vista a Constituição brasileira de 1967 ou de 1969, como queiram. O regime que ela instituiu, fossem quais fossem as intenções do Marechal Castelo Branco, foi o da predominância do Poder Executivo. Contava, para isso, com a faculdade da cassação dos legisladores que receava. Para subjugar o Congresso, bastava-lhe o preceito do excesso do prazo, nos projetos enviados ao Congresso, mas originários do Executivo. E para que ninguém tivesse dúvidas quanto à substância do regime, estendia-se a cassação à inviolabilidade do congressista, que passava a responder pelo que outros poderes considerassem abusos na utilização da tribuna parlamentar. Todas essas restrições valiam como reforço do Poder Executivo, armado de faculdades que pudessem caracterizar uma monarquia absoluta, tal como a conceituava Luís XIV com a regra famosa de que **l'État, c'est moi**.

Isso sem falar em outras limitações, como as do número e verbas das Comissões Parlamentares de Inquérito e no libertar o Poder Executivo da obrigatoriedade de fornecer informações reclamadas pelo Congresso.

Quando se examina o AI-5 sobre o fundo dos preceitos constantes da Constituição de 1967 ou 1969, não se tem a impressão de que ele houvesse instituído a ditadura, como dizia Pedro Aleixo, pois que a ditadura já existia, sob a forma do predomínio total do Poder Executivo, em face dos outros poderes, com que o Estado se organizara. O AI-5 servira para forçar o Congresso à obediência, de que pensara libertar-se, no episódio do Deputado Márcio Alves, eleito bode expiatório de um regime discricionário. Era, de fato, um atrevimento da Câmara o pensar que podia julgar o que fosse, ou não, violação das imunidades parlamentares. A inviolabilidade era privilégio do sistema não da tribuna parlamentar. Não foi outro o objetivo do AI-5. Nem das providências que autorizou.

Ora, se o regime era o da predominância irrestrita do Poder Executivo, e se, na verdade, existe uma abertura no sentido da restauração de uma democia sem adjetivos, só existe um caminho, que o Deputado Flávio Marcílio vem promovendo, com firmeza e bravura que honram a sua vida pública e se enquadram nas tradições de sua terra, pois que o retorno à democracia não se distancia das campanhas do abolicionismo. E o Congresso, que nunca foi muito cioso de suas prerrogativas, vem desempenhando, desde 1964, o papel de uma simples ordenança do Poder Executivo, para cumprir ordens e realizar mandados. O que vale dizer que sua intenção é tão somente dar sentido e objetividade às promessas de "abertura". O Presidente da República não encontra, no Congresso, correligionário mais fiel do que o deputado que transforma em lei promessas tantas vezes repetidas.

Merece, por isso mesmo, todos os louvores o digno e corajoso Presidente da Câmara dos Deputados. Não há, não pode haver democracia sem a presença de três poderes independentes, embora harmônicos entre si, como declaram todas as Constituições republicanas, inclusive a de 1967 ou 1969, que repete, no art. 6, que "são poderes da União, **independentes** e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". Na enumeração do artigo, o Legislativo é o primeiro; na realidade, na prática, é o último, pela subordinação a que foi reduzido e pela precariedade de uma inviolabilidade, que está longe de ser um privilégio de deputados e senadores, pois que é um privilégio do povo que os elegeu, para que tenham condições do exercício livre dos respectivos mandatos.

O Poder Legislativo é, atualmente, o Poder Executivo, pois que lhe cabe a autoria de mais de 90% das leis que regem o país, na estatística levantada pelo Deputado José Costa. As leis que restringem direitos do cidadão brasileiro não têm sequer a colaboração do Poder Legislativo. E no capítulo essencial da inviolabilidade dos deputados e senadores no exercício de suas funções, basta ler as lições magistrais e irrefutáveis do deputado Célio Borja, dentro do próprio Partido que apóia o Governo. Tanto não é privilégio que se restringe ao exercício das funções, sobretudo na crítica dos atos dos governantes, em que qualquer limite que se venha a estabelecer poderá valer como impedimento ao cumprimento de deveres que constituem a substância da função parlamentar. E por que tanto horror a privilégios de sentido público, num regime de tantos privilégios que estão aí, patentes a todos os olhos, sem necessidade de microscópios?.

Se queremos, ou se marchamos para uma democracia verdadeira, e não de mentirinha, há que submeter as acusações pelos crimes de difamação, injúria ou calúnia, porventura praticados na tribuna parlamentar, ao julgamento do próprio Congresso, e não a outros poderes, pois que sofreria, com essa atribuição, como diz o deputado Célio Borja, o próprio Poder Legislativo, a representação nacional e, "em última instância, quem sofre é o povo que nos credencia para falarmos em seu nome".

Se o Congresso não exercer, ou exercer mal essa tarefa, a reprovação em que incorrer valerá como punição. Para prova de que não existe, num regime democrático, essa impunidade que é norma inevitável nas ditaduras. Na democracia, através dos pleitos populares, há julgamentos implícitos de todas as autoridades que não cumprem seus deveres, pertençam elas ao Legislativo, ao Judiciário ou ao Executivo, unidas, quando não no voto, pelo menos no descrédito em que incorrem. Para isso basta que seja garantida a publicidade, como a crítica de todos os atos do poder público.

Fala-se tanto em segurança nacional, e será caso de perguntar o que significa, para ela, um regime que perdeu a confiança do povo, para chegar à conclusão de que uma verdadeira democracia é aquela em que todas as autoridades, na disputa da credibilidade, vivem subordinadas ao julgamento supremo da opinião pública.

As mangas (e o fundilho)

Fernando Pedreira

O Brasil é sem dúvida um país incomparável. Incomparável talvez não no exato sentido da "Canção do Exílio", mas no sentido próprio e lato da palavra. Qualquer comparação que se queira fazer com ele, por mais cuidadosa ou benigna que seja, fracassa, esboroa-se antes que se possa concluí-la.

A irredutível originalidade brasileira vem de muito longe, e é certamente inútil procurar as suas primeiras raízes. Os seus melhores cantores, e possivelmente os seus únicos intérpretes fidedignos, foram Mário de Andrade e Gilberto Freyre. Mário inventou o herói nacional Macunaíma. Gilberto era um inglês; um inglês nascido e crescido no seio de uma antiga família nordestina; e só por isso, porque era inglês, pôde ver-nos assim como exatamente somos — ou éramos, antes do feroz desenvolvimento das últimas três ou quatro décadas, obra aliás do Centro-Sul novo, com seus paulistas e suas incontáveis levas de imigrantes italianos, alemães, japoneses.

Não se pense, entretanto, que a passagem rápida do progresso tenha feito deperecer e desaparecer a nossa colorida originalidade natural. Ao contrário, em muitos campos, como o político, o econômico e até o lingüístico (semântico, prosódico), ela alargou-se e aguçou-se consideravelmente.

Há tempos, por exemplo, numa época em que a Inglaterra trocava não apenas de Governo, mas de sexo (cf. Aloysio de Salles), substituindo Jim Callaghan por Meg Tatcher, e o fazia com sobriedade e compostura verdadeiramente britânicas, ocorreu-me tentar mais uma vez um paralelo entre aquele país e o nosso. Era um instante em que nós mesmo acabávamos de mudar de general-presidente e as nossas autoridades governamentais se desdobravam no preparo desta situação que hoje, 12 meses depois, desfrutamos com tanto gosto. Apesar disso, não é preciso dizer que a minha tentativa de comparação malogrou.

A Inglaterra, afinal, é um país em declínio (não se poderia chamá-la de potência emergente) e de dimensões diminutas. A única semelhança inegável que tem conosco é que, como nós, também ela fura os seus poços de petróleo ne plataforma submarina. Por outro lado, a vitória da senhora Tatcher ocorrera ao cabo de uma longa disputa entre trabalhistas e conservadores, sobre o grau de socialização da economia britânica e o crescente papel dos sindicatos na vida nacional. As eleições apenas exprimiram o veredicto da opinião pública e os rumos que esta queria imprimir aos negócios do país.

O nosso caso era completamente diferente. Cuidava-se, aqui, de devolver o país a um Estado de direito democrático e os nossos dirigentes maiores, os Generais Geisel e Golbery, haviam concluído que a melhor maneira de fazer isso era conduzir a nação como um automóvel que entra na garagem de marcha à ré. O raciocínio deles, em favor de sua tese, era irrespondível: entrando de marcha à ré, ficava-se em posição de sair da garagem mais depressa, sem amassar os pára-lamas, no caso de alguma necessidade urgente. É o que se costuma chamar segurança nacional. E, de fato, não há garagem nenhuma, mesmo entre as mais seguras e bem contruídas, que seja absolutamente à prova de incêndio ou de desmoronamento.

Outro terreno em que a originalidade brasileira é imbatível (além do futebol), é o econômico-financeiro. O Brasil é o único país do mundo com uma economia indexada, embora a indexação oscile naturalmente para cima, para baixo e para os lados, de acordo com a política das nossas atentas autoridades financeiras. Isto, é claro, é fonte de grande tranqüilidade e alegria para todas as pessoas que vivem de salários ou de rendas e que já são tão numerosas no país. Estamos todos em boas mãos, protegidos das instabilidades do mercado e da grave crise que hoje lavra no mundo inteiro, alimentada pelos enlouquecidos preços do petróleo.

O Brasil, aliás, é um firme partidário da economia de mercado, sempre governado por homens que não escondem a sua fé na livre iniciativa. Em conseqüência, o país dispõe hoje de um incontável acervo de empresas estatais, das quais as 60 maiores, com 153 subsidiárias, vão gastar este ano, entre investimentos e custeio, pouco mais de quatro trilhões de cruzeiros, a preços de dezembro de 1979 (cf. Betting). Para controlar esses gastos e essas empresas, que andam um tanto descontrolados, o Governo vem de criar uma espécie de **holding**, um novo órgão estatal chamado Sest, subordinado ao ministro do Planejamento.

Não é preciso dizer que, se o Sest conseguisse realmente controlar e dirigir uma máquina assim tão vasta, senhora de recursos tão imensos e que mexem com todos os setores da vida do país, ele próprio, Sest, se tornaria uma medonha monstruosidade, certamente mais forte do que o Governo civil e o próprio país. Mas, esse perigo felizmente não existe. O Sest vai aparar alguns excessos, vai perseguir por algum tempo a gula e a incompetência dos superburocratas, mas não irá muito além disso. Tanto quanto as variedades de queijo do General de Gaulle, as estatais são, por natureza, ingovernáveis.

O que está errado é o sistema. Enfiar um chapéu de plumas na cabeça do Leviatã, como procuram fazer o General Figueiredo e o Ministro Delfim, é uma providência, a longo prazo, apenas decorativa. O que era preciso era desarmar o sistema. Ainda há dias, O Ministro Camilo Penna (que era melhor quando não era ministro) desafiou os empresários privados a comprarem as estatais. Mas, quem no mundo poderia "comprar", por exemplo, a GM, a IBM, a Siemens? Há pelo menos 50 anos sabe-se que, entre as grandes sociedades anônimas, a questão não é de propriedade, mas de **controle**. Toda a diretoria de um desses gigantes, muitas vezes não possui sequer um por cento das ações da companhia e, no entanto, a domina inteiramente.

Para desestatizar as suas empresas, o Governo não precisaria encontrar quem pudesse comprá-las, não precisaria nem mesmo (como fez agora, no caso da Vale) entregar grandes lotes de suas ações, a preço de liquidação, a meia-dúzia de especuladores amigos da casa. Deixemos os problemas técnicos, para os técnicos. Mas, no Japão, há 100 anos, mesmo o velho Micado soube devolver à economia privada os grandes monopólios de Estado que criara para promover a modernização do país.

O mal das nossas estatais vem menos do seu controle acionário do que da ideologia que as anima e que comanda sua multiplicação e seu funcionamento. Essa ideologia é a ideologia dominante entre nossos governantes e os nossos burocratas, membros da nossa **nova classe**. Ela ensina que (1) as riquezas nacionais não devem ser exploradas pelos cidadãos, mas pelo Estado, que representa a nação inteira; e (2) o bem público só pode ser corretamente provido por órgãos do Estado, que estão a serviço de todos e não à cata de lucros privados. O papel da iniciativa (privada) dos cidadãos é subsidiário e complementar, e deve estar bem enquadrado e disciplinado a fim de melhor adequar-se aos interesses e diretrizes do Estado. Eis aí o credo verdadeiro e inconfessado da burocracia.

Ora, além de incomparável, o Brasil é hoje certamente grande demais, diverso demais, para conter-se dentro desse estreito uniforme paternalista. As costuras estouram e, por mais que se desdobrem os alfaiates do Plano, falta pano para as mangas e, até, para os fundilhos. Com as partes assim perigosamente expostas, o país corre o risco de apanhar um resfriado.

Violadores são mortos na China

Pequim — Por ter chefiado um bando responsável por 92 violações sexuais, o filho de um dirigente de Changchun (Nordeste da China) foi condenado à morte e executado, "com a firme aprovação de seu pai", informou ontem um jornal das juventudes chinesas.

Segundo a publicação, Li Heng foi reconhecido como sendo autor pessoal de 28 violações. Junto com ele, foram executados dois cúmplices, Zhang Gitian e Gong Leyan, ao passo que um quarto condenado à morte teve sua execução adiada por dois anos. Outros dois membros do grupo foram condenados a 15 e 5 anos de prisão.

"Quando o pai de Li Heng foi informado dos crimes de seu filho, reagiu como velho camarada do Exército Vermelho e manifestou seu total apoio aos policiais que o detiveram", acrescentou o jornal. "Ainda existem filhos de dirigentes que, influenciados por idéias feudalistas, acham que podem fazer o que lhes der na cabeça", concluiu.

Pequim lança míssil

Hong-Kong — A China lançou, no fim de maio, seu primeiro míssil balístico intercontinental de uma base estabelecida recentemente na ilha meridional de Haina, 400 quilômetros à Sudoeste de Hong-Kong, segundo o jornal **Centre Daily News**, que atribuiu a informação à fontes da defesa chinesa.

Em Pequim, o secretário-geral do Partido Comunista chinês, Yao Ging afirmou que o julgamento do **bando dos quatro**, do qual faz parte a mulher de Mao Tse Tung, será realizado até setembro. Disse ainda que haverá um julgamento separado para "o grupo de Lin Piao".

Yao acrescentou que o processo de reabilitação maciça afetará 1 milhão de chineses. Anunciou a breve publicação de um documento sobre o papel de Mao na revolução cultural e disse que "seus erros causaram grandes problemas para o Partido e o povo."

Um navio espião norte-coreano foi afundado ontem a 130 quilômetros da Capital sul-coreana por barcos da Marinha e três caças bombardeiros.

Chineses entregam os 16 vietnamitas que estavam na sua Embaixada em Hanói

Hanói — Os 16 vietnamitas que se refugiaram sexta-feira na Embaixada chinesa em Hanói foram ontem devolvidos às autoridades locais, depois de 12 horas de negociações, segundo informou fonte oficial. O grupo pretendia obter asilo político e deixar o país.

O incidente, registram os observadores, ocorre no momento em que as relações entre Pequim e Hanói passam por um período crítico, que se manifesta, especialmente, nas acusações recíprocas de violação da soberania nacional na faixa de fronteira.

TENTATIVAS

É a terceira vez este mês que cidadãos vietnamitas invadem locais protegidos por privilégios diplomáticos. No dia 2, cerca de 20 mestiços vietnamitas irromperam nas dependências da Embaixada da França, onde pediram vistos da saída. O mesmo grupo reincidiu quatro dias depois, aparecendo pelas dependências da representação local do Alto Comissariado para Refugiados, organismo da ONU.

O **Bangkok Post**, revelou que pelo menos 50 pescadores tailandeses se afogaram quinta-feira quando guarda-costas vietnamitas afundaram três botes pesqueiros no Golfo da Tailândia. Acrescentou o jornal que o ataque partiu de oito unidades de patrulha que abriram fogo contra uma frota de botes de pesca, que se achava cerca de 40km da ilha vietnamita de Thorn.

Outros incidentes semelhantes verificaram-se no curso dos últimos anos. Pescadores tailandeses realizam com freqüência seu trabalho em águas territoriais de países vizinhos, tais como Birmânia, Camboja e Vietnam.

África do Sul tem mais greves

Johannesburg — A greve de metalúrgicos negros propagou-se ontem a 16 fábricas da região de Port Elizabeth, enquanto se informava a ocorrência de dois incêndios num subúrbio mestiço da Cidade do Cabo. Segundo a polícia, uma escola e uma subestação de eletricidade haviam sido danificadas pelo fogo, mas não houve outros atos de violência.

Devido à greve de 7 mil 500 metalúrgicos, iniciada há cinco dias em uma dúzia de fábricas, está havendo escassez de peças, o que levou à paralisação de algumas linhas de montagem.

O Governo diz que a greve se deve a exigências de melhores salários, mas os operários afirmam que desejam "reformas políticas, econômicas e sociais" da administração da minoria branca. Um porta-voz sindical declarou que a greve e os distúrbios na zona industrial são protestos contra a proibição de realizarem-se atos públicos por ocasião do quarto aniversário — segunda-feira passada — do levante do gueto negro de Soweto, em 1976.

Teera/UPI

O Almirante Ahmad Madani é acusado de conspirar contra Bani Sadr

Hussein se queixou a Carter de que Camp David dissimula a ocupação da Cisjordânia

Washington — Para os países árabes, os acordos de paz entre Egito e Israel constituem uma fórmula de dissimular a gradual anexação da disputada margem ocidental do rio Jordão pelos israelenses, afirmou o Rei Hussein ao Presidente Jimmy Carter, segundo revelações de um improtante funcionário jordaniano.

Durante o encontro dos dois estadistas, esta semana, Hussein disse acreditar que as negociações sobre a autonomia palestina chegaram a um beco sem saída e recomendou a adoção de novas alternativas nas negociações para dar aos palestinos um Estado independente.

SEM PRESSÕES

O funcionário reafirmou que não houve pressões por parte do Presidente Carter para que Hussein aderisse às negociações juntamente com Egito e Israel, e o Rei da Jordânia não fez qualquer promessa de uma participação posterior.

Durante o encontro entre os dois dirigentes, Hussein destacou os seguintes pontos, segundo o funcionário:

1) Carter deveria apresentar uma declaração sobre os princípios que regem o problema palestino e o conflito árabe-israelense, ao mesmo tempo que se adotem medidas práticas.

2) Poderia ser um fator determinante o reconhecimento mútuo de Israel e da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

3) A Jordânia não promete deixar de ser uma base para incursões terroristas contra Israel.

SÍRIA

Forças de segurança do Governo sírio mataram uma mulher e sete homens, supostos integrantes de um grupo chamado Irmandade Radical Muçulmana, ao tomarem de assalto uma casa na cidade central de Homs, informou ontem a agência oficial de notícias do país, acrescentando que o ataque se deu depois que vizinhos comunicaram atividades suspeitas no lugar.

Soviéticos acusam o Paquistão

Moscou — O jornal soviético **Sotsialisticheskaya Industria** afirmou ontem que o Paquistão prefere um agravamento das tensões internacionais do que negociações e acusou o Governo paquistanês de ter "transformado seu próprio país numa trincheira para ações de agressão contra o Afeganistão e o Irã".

O Presidente paquistanês, Zia Ul-Haq, assinou ontem um decreto que instaura no país o recolhimento de duas tradicionais taxas islâmicas destinadas a auxiliar os necessitados, indigentes e pobres. Zia, que no ano passado lançou um programa de islamização do Paquistão, fez o anúncio durante uma cerimônia televisionada da Mesquita de Markasi Zami. Foi a primeira vez que se utilizou uma mesquita para um anúncio do Governo.

O jornal soviético acusou o Paquistão de agrupar suas tropas nas proximidades da fronteira com o Afeganistão, aumentando a tensão internacional. "Nos últimos dias vem-se observando uma considerável concentração de tropas ao longo da fronteira do Paquistão, onde se intensificaram as atividades nos acampamentos chineses e paquistaneses, que abrigam bandidos que entram sigilosamente no território afegão", disse o jornal.

Comércio fecha em Cabul e estudantes vão às ruas em protesto contra soviéticos

Nova Déli e Islamabad — A maior parte do comércio em Cabul fechou as portas e estudantes saíram às ruas em resposta à greve geral convocada pelos rebeldes muçulmanos contra a intervenção soviética no Afeganistão. Tanques e carros blindados irromperam nas ruas da capital, enquanto helicópteros faziam vôos rasantes numa demonstração de força. Mas não há notícias de choques nem vítimas, segundo as fontes de Nova Déli, citadas pelas agências AP e UPI.

Outras fontes, em Islamabad, disseram que guerrilheiros muçulmano-afegãos destruíram dois aviões a jato e cinco tanques soviéticos, além de matar 10 soldados russos, num ataque de comando lançado contra o aeroporto de Jalalabad. Após o ataque, os guerrilheiros retornaram aos seus esconderijos fora de Jalalabad, a Leste de Cabul, perto de fronteira com o Paquistão, deixando para trás os aviões soviéticos envoltos em espessas nuvens de fumaça.

Rebeldes afegãos instalados na cidade paquistanesa de Peshawar afirmaram que 200 tanques soviéticos foram destruídos pelos insurretos perto da Universidade Militar de Cabul. A versão parece confirmar-se na capital afegã onde moradores falaram de um grande estoque de armas explodido pelos guerrilheiros na quinta-feira.

Os rebeldes disseram que os responsáveis pela explosão dos tanques escaparam sob a cobertura da fumaça a chamas, debeladas com dificuldades pelos conselheiros soviéticos chamados às pressas ao local.

Islâmicos ajudarão rebeldes afegãos

Mont Pelerin, Suíça — A Comissão tripartite da Conferência Islâmica, que há dois dias mantém conversações com os líderes rebeldes afegãos, reiterou a promessa de não reconhecer o regime de Cabul e prometeu aos rebeldes plena ajuda política e humanitária, recusando, entretanto, ao menos por enquanto, seu pedido de fornecimento de armas.

"Ajudaremos o movimento de resistência pelos meios políticos e humanitários", disse o Ministro do Exterior iraniano, Sadegh Ghobzadeh, membro da Comissão que debate a crise no Afeganistão. "Esperamos chegar a uma solução pacífica e honrosa para o problema afegão, mas se isto não for possível passaremos para a fase da luta armada", disse o Chanceler.

Os rebeldes, que se reuniram com os três membros da Comissão — Ghotbzadeh, o Chanceler paquistanês Agha Shahi e o presidente da Conferência Islamica Habib Chatti, da Tunísia — exigiram ajuda militar imediata.

Gulbuddin Hekmatyar, líder rebelde, declarou que eles jamais conversarão com "o regime fantoche de Cabul". "Com os russos falaremos de uma única coisa: da retirada das tropas soviéticas". A Comissão mandou um convite ao Governo do Presidente Babrak Karmal, em Cabul, mas não recebeu resposta.

URSS revela à França nível da intervenção

Paris — A União Soviética enviou ao Presidente francês Valéry Giscard d'Estaing uma mensagem sobre o nível de suas tropas no Afeganistão, como resultado da reunião de cúpula soviético-francesa realizada recentemente em Varsóvia, informou ontem em Paris um porta-voz do Palácio do Eliseu.

O Embaixador da URSS em Paris, Stepan Chervonenko, enviou na noite de sexta-feira uma mensagem a Jacques Wahl, secretário-geral do palácio presidencial francês. Ele pedira audiência com o Presidente "para entregar-lhe uma importante mensagem do Governo de seu país", disse o porta-voz do Eliseu, Jean-Marie Poirier.

O Ministro das Relações Exteriores da China, Huang Hua, que se reuniu ontem com seu colega francês Jean François-Poncet, declarou depois que o encontro reforçara sua opinião de que a União Soviética não vai retirar suas tropas do Afeganistão. Essa questão foi o tema central da conversa, disse. Referindo-se ao recente encontro de Giscard com Brejnev, comentou que todos os que tiveram conversações com os soviéticos concordam em que não haverá uma retirada.

Retirada parcial pode ser anunciada em breve

Noênio Spínola
Correspondente

Moscou — **Os soviéticos poderão iniciar a retirada parcial de tropas do Afeganistão, segundo se deduz das condições atuais deste país. A despeito dos ataques esporádicos dos rebeldes em Cabul, que resultaram há alguns dias no envenenamento de escolares e em outras ações localizadas, o país está calmo e a segurança em seus pontos mais estratégicos parece garantida.**

É portanto provável que por ocasião do summit do Presidente Carter com os principais líderes ocidentais, algo seja anunciado por Cabul ou por Moscou, segundo fontes. Há quem volte a afirmar que a União Soviética retiraria um contingente inicial de tropas ou tanques para demonstrar flexibilidade e real interesse de diálogo, fortalecendo também a posição do Chanceler Helmut Schmidt e sua proposta de adiamento da decisão de rearmar as tropas da OTAN com novos mísseis americanos. Rumores semelhantes correram em Moscou às vésperas da reunião da OTAN e do Pacto de Varsóvia, mas a iniciativa limitou-se a uma proposta do próprio Governo afegão, que levaria à retirada de tropas mediante garantias tanto da URSS como dos Estados Unidos de que o país não seria mais atacado po. rebeldes com o apoio externo.

Os contatos mantidos por este correspondente em Cabul com membros do Governo do Afeganistão nos últimos dias levam a crer na possibilidade do anúncio de retirada de tropas do território deste país ser feito agora. Esta iniciativa não quereria dizer, entretanto, que as tropas não retornariam no caso de recrudescimento da crise ou de novos ataques rebeldes com o apoio de outras nações.

Irã prende militares da Oposição

Kuwait — Pelo menos 27 membros das Forças Armadas do Irã foram presos ontem, sob a acusação de conspirarem contra o Governo. A notícia foi atribuída ao Chefe do Tribunal Revolucionário do Exército, **hojatoleslam** Mohammad Reyshahri, que acusou o líder da Frente Nacional, Almirante Ahmad Madani, ex-candidato à Presidência e ex-Chefe da Marinha iraniana, de estar envolvido na conspiração.

O Presidente Bani Sadr ordenou a dissolução imediata de um grupo armado que atuava em nome do Tribunal Islâmico de Qazvin. A iniciativa faz parte de um esforço para colocar sob seu controle os chamados "centros ilegais de poder" que se multiplicaram no país após a derrubada do Xá.

Fontes do Kuwait informam que mais de uma centena de membros das Forças Armadas têm sido julgados ou aguardam sentenças por suposta participação em planos subversivos. Entre estes, está o Almirante Mahmoud Alavi, sucessor de Madani no comando da Marinha iraniana. Preso há três semanas, Alavi teve seu julgamento suspenso sem qualquer explicação.

O **hojatoleslam** Reyshahri disse que os presos têm confessado suas vinculações com os generais partidários do ex-Xá, com segmentos políticos iraquianos e com grupos rebeldes do Curdistão. Segundo ele, embora o Irã careça de eficientes serviços de contra-espionagem, o Governo não está preocupado com as conspirações "porque a maioria das Forças Armadas apóia Bani Sadr."

O Presidente vem-se empenhando em dissolver os Comitês Revolucionários que, em nome da Revolução Islâmica, cometem abusos de todo o tipo. Em entrevista ao jornal **Bandad**, de Teerã, Bani Sadr declarou que o fato de os tribunais islâmicos contarem com grupos armados que prendem pessoas sem qualquer garantia.

Universidade expulsa 389

Teerã — Trezentos e oitenta e nove professores, estudantes e funcionários da Universidade de Teerã foram expulsos ou aposentados ontem, anunciou a rádio iraniana. As medidas, segundo o Reitor Hasan Arefi, obedecem a um decreto do **ayatollah** khomeiny sobre antigos colaboradores da Savak, a polícia política do Xá Reza Pahlavi.

Outros onze traficantes de drogas foram executados ao meio-dia de sexta-feira no Irã, segundo informou ontem o jornal **Bambad**. Eles haviam sido processados e julgados por um tribunal revolucionário presidido pelo **ayatollah** Khalkhali.

Após a execução, Khalkhali declarou na rádio que os nove haviam sido condenados também por delitos contra os bons costumes e por assassinarem vários guardas revolucionários. Outros quatro acusados foram condenados à prisão perpétua, e 16 a penas entre dois e 15 anos de prisão. Desde 21 de maio, foram executados por ordem de Khalkhali 122 pessoas acusadas de violarem as leis antidrogas.

Em Dasht Moghan, uma mulher foi condenado à morte, por adultério, mas como estava grávida a execução foi adiada. Um ex-membro do Exército também foi condenado à morte, por suas atividades de repressão a manifestações revolucionárias na época do Xá, mas a pena foi comutada para prisão perpétua.

Novos choques na região de Semiron, a Sudeste de Isfahan, deixaram cinco guardas revolucionários mortos e cinco feridos.

Em Nova Iorque dois homens armados, que disseram querer entregar uma encomenda, tentaram invadir ontem a casa da Princesa Ashraf Pahlavi, irmã do Xá Reza Pahlavi, mas foram feridos por um guarda de segurança que tentaram render. Ashraf não estava no local, uma das residências que tem na cidade. A polícia informou que os dois eram americanos, provavelmente ladrões, e conseguiram fugir numa camioneta. Em dezembro passado, o filho da Princesa Ashraf foi assassinado em Paris.

PLD já se considera vitorioso nas eleições de hoje no Japão

Anilde Werneck
Correspondente

Tóquio — A direção do Partido Liberal Democrata (PLD) conta como certa uma folgada vitória nas eleições de hoje para a Câmara e o Senado e, com base neste otimismo, decidiu ontem que o Parlamento será convocado entre os dias 16 e 20 de julho, em sessão extraordinária, para escolher o Primeiro-Ministro que sucederá Masayoshi Ohira, que morreu no último dia 12. Inicialmente, o Partido pretendia consultar os grupos oposicionistas sobre a data da convocação, mas a certeza de que conseguirá uma maioria, que lhe assegure a manutenção do Poder, provocou a decisão individual.

De acordo com a tradição parlamentar japonesa, a Dieta é convocada, no máximo, uma semana depois da ordem imperial, que ocorre 14 dias depois de conhecidos os resultados do pleito. A ordem imperial será expedida a 8 de julho e o Parlamento deveria reunir-se até o dia 15. A maioria dos dirigentes do Partido situacionista optou por adiar a convocação para ter mais tempo para escolher o novo **Premier**. O PLD vai decidir, neste período, se o sucessor de Ohira apenas cumprirá o resto do mandato até dezembro ou se manterá o cargo pelos dois anos regulamentares.

Voto meteorológico

Se fizer bom tempo hoje, os líderes do PLD estarão mais tranqüilos, já que seus eleitores das áreas rurais não deixarão de votar. Mas se chover, a vantagem fica para os Partidos de esquerda — o Socialista e o Comunista — pois os eleitores urbanos, de acordo com a conscientização cívica dos japoneses, cancelarão seus programas de lazer com a família, e comparecerão às urnas. E, nas cidades, os votos flutuantes vão sempre para a esquerda.

Já estava prevista para este mês de junho a realização de eleições para a renovação de metade das cadeiras do Senado, o que ocorre a cada três anos. Faltava apenas a definição da data, que o Gabinete de Ohira e o Partido tentavam evitar que coincidisse com a conferência de cúpula, que começa hoje em Veneza, e com um dia azarado, segundo calendário lunar que aqui ainda prevalece, especialmente para os supersticiosos.

Estariam em jogo 126 vagas de senadores e a disposição era que o pleito se realizasse no dia 29 — sempre num domingo. Mas a aprovação de um voto de desconfiança contra o Gabinete, a 16 de maio, precipitou o processo, pois Ohira dissolveu a Câmara dos Deputados, sendo obrigado a convocar, também, novas eleições gerais. Este segundo pleito não constava dos planos do PLD, que já vinha de um fiasco, em outubro passado, quando Ohira tentou, também através de uma dissolução, ampliar a margem da maioria do Partido no Parlamento.

A eleição dupla — A primeira da história política do país — foi marcada para hoje e se decidirá que Ohira viajaria a Veneza, depois de participar da campanha eleitoral até a última sexta-feira. Para o Partido Liberal Democrata, a situação era mais grave que em outubro, pois as divisões internas se acentuaram desde então e o Gabinete atingia um dos mais baixos índices de popularidade.

Mais uma vez, os comentaristas políticos levantaram a questão de um Governo de coligação, pois se tinha como certo que chegará o momento do PLD perder a maioria, mesmo depois das tradicionais composições com candidatos conservadores, que correm em chapas independentes. Este foi, também, o pensamento da Oposição e os Partidos Socialista, Socialista Democrático e o Komei alinhavaram um esboço de acordo, visando assumir o Poder, através de uma coalizão de grupos moderados, com variações que vão da direita à esquerda.

Redenção

Quando Ohira se internou, com estafa, a 31 de maio, passaram a restar poucas dúvidas de que o PLD caminhava para um novo e definitivo fracasso. E logo se chegava à certeza de que seria este o resultado, quando os médicos o proibiram de participar da campanha e de viajar a Veneza. Já então se falava em renúncia, o que seria a pá de cal para os 25 anos de poder do grupo conservador.

Mas Ohira morreu no dia 12, de enfarte do miocárdio, e aconteceu um milagre político. Canonizado pelas duas facções que o apoiavam, reverenciado pelos adversários de dentro do Partido e respeitado pela Oposição, o **Premier** morto tornou-se o símbolo da redenção do PLD. Todos os candidatos liberal-democratas passaram a usar luto e o retrato de Ohira, com tarjas negras, correu o arquipélago japonês à frente dos alto-falantes das camionetas de propaganda. A gravação de seu discurso na abertura da campanha — o último de sua vida — não deixou de ser repetida em todo o país.

Internamente, observava-se uma unidade que o Partido não via há muito tempo. Seus principais adversários, os ex-Primeiros-Ministros Takeo Fukuda e Takeo Miki e o ex-secretário-geral Yasuhiro Nakasone uniram-se a outros líderes na campanha.

A oposição perdia seu principal alvo de críticas, tendo de reformular toda a estratégia eleitoral. Com isto, cresceram as chances do PLD e, nenhuma das prévias publicadas nos últimos dias, deixou de mostrar que, pelo menos, seria mantida a maioria de antes das eleições.

Os indícios da reabilitação do Partido situacionista chegaram a tal ponto que o Komeito e o Partido Socialista Democrático praticamente abriram o acordo com os socialistas e se ofereceram para voltar a formar com o PLD, no Parlamento, como sempre fizeram, ou mesmo, se for necessário, para integrar uma coligação de orientação exclusivamente conservadora.

O que dizem

As prévias promovidas pelos principais jornais japoneses — o **Asahivg**, o **Yomiuri** e o **Mainichi** — e pela agência de notícias Kyodo tiveram resultados bastante semelhantes. A apuração das várias pesquisas mostra que, com os resultados dos pleitos para a Câmara e o Senado, o PLD terá um voto acima do mínimo necessário para a maioria absoluta, no Parlamento, antes mesmo das composições com os independentes de tendência conservadora. Isto lhe asseguraria o direito de continuar governando sozinho, prescindindo de uma coligação.

Foram inscritos 835 candidatos para as 511 cadeiras da Câmara dos Deputados, e, segundo as pesquisas, o PLD elegerá 258, 10 a mais que em outubro; o Partido Socialista fará 113 deputados, mais seis; o Komeito, 46, menos 12; o Partido Comunista, 38, menos três; o PSD, 32, menos quatro; o Clube Novo Liberal, nove, mais cinco; o Shaminren, três, mais um; e os independentes, 12, mais oito.

Para as 126 vagas do Senado, concorrem 285 candidatos e se prevê que o PLD elegerá 68 mantendo o número anterior; o PS elegerá 22, perdendo cinco; o Komeito, 12, perdendo dois; o PC, oito, ficando com menos três; o PSD elegerá seis, aumentando em dois sua bancada; o CNL não elegerá seu único candidato inscrito e continuará com apenas um senador, cujo mandato não terminou; o Shaminren terá seu primeiro senador; serão eleitos oito independentes, mais quatro que antes, e haverá ainda um novo senador eleito por grupos menores.

Assim, de acordo com as pesquisas, o PLD terá 124 senadores (somando os 66 já existentes), ficando dois abaixo da maioria absoluta na casa — que tem 252 cadeiras — antes de absorver os independentes. Mas, na Câmara, que é o que conta na política parlamentar japonesa, terá três acima da maioria absoluta, também antes das composições. Isto lhe dará uma margem mínima de uma cadeira de vantagem nos 763 assentos da Dieta, independente das adesões pós-eleitorais.

Parlamento Europeu

Um ano depois, nenhuma fumaça lírica sobre um futuro radioso

Arlete Chabrol
Correspondente

Paris — Daqui a um mês, no dia 17 de julho, a nova Assembléia Européia, eleita em sufrágio universal, celebrará seu primeiro aniversário. Certamente, não faltarão os balanços e as análises. Mas em Estraburgo, sede do Parlamento, há muita discrição a esse respeito. Nenhuma fumaça lírica sobre um futuro radioso para os Estados Unidos da Europa.

Em Estrasburgo, reconhece-se modestamente que esses 12 primeiros meses serviram antes de tudo como período de **amaciamento** para todos e que somente agora se poderá partir para um trabalho mais eficaz. Parece, contudo, que duas medidas seriam necessárias para melhorar a tarefa dos deputados europeus, e sobre elas a Maioria já estaria aprontando medidas: primeiro, transferir as sessões da Assembléia para Bruxelas, onde já se encontram os escritórios da Comunidade Econômica Européia, a fim de acabar com o incessante vaivém dos parlamentares entre seu país de origem, a França e a Bélgica; segundo, aumentar o número de sessões, que, sendo quatro por mês, não permitem realizar um trabalho suficiente.

Arquivo/76

Berlinguer, como os outros grandes, quase não aparece

Neste junho tormentoso, os corredores do Palácio da Europa, em Estrasburgo, ressoam de um rumor unânime: necessário escolher uma sede única para a Assembléia. No dia 10 de junho de 1979, na tarde da eleição pelo sufrágio universal, e mais ainda no dia 17 de julho que lhe seguiu, dia solene entre todos pela sessão inaugural, os 410 deputados europeus, flamantes em suas novas responsabilidades, não duvidavam das limitações que os esperavam.

Passado um ano, já sabem quais são elas e não mais as aceitam. Não podem passar sua vida dentro de trens, aviões e carros, entre o país de origem, a Capital onde têm encargos políticos ou sindicais, e Estrasburgo, onde se realiza uma sessão de rotina por mês, durante uma semana. Sessão curta, é verdade: da tarde de um segunda à manhã de sexta, ou entre Luxemburgo, onde está o Secretariado Geral de Parlamento, e Bruxelas, onde se realizam os trabalhos das comissões. Essas idas e vindas através da Europa lhes fazem perder um tempo considerável e lhes custa caro. Mais ainda, os deputados não têm tempo para se fixar em parte alguma, viajando de hotel a hotel.

Dias aqui, outros lá, vão perdendo pouco a pouco contato com as realidades. Nesse ritmo, um deputado europeu consciente fica logo exausto. Mas, mesmo admitindo que uma renovação freqüente supere tal incoveniente, o que não está provado, fica-lhe a incrível dispersão, vivendo em tantos lugares geográficos para uma mesma entidade.

Por isso, explicam muitos deputados e funcionários do Parlamento ao JORNAL DO BRASIL, os elementos ou o documento que se precisa encontram-se sempre onde eles não deviam estar. Em resumo, tal confusão e tal fadiga não podem mais continuar, dizem em côro os 2 mil 300 deputados e funcionários que vivem esse movimento constante. Cada categoria, com seus meios — os grupos políticos por referendo interno, os funcionários por ameaças de greve — procura obter uma solução para o problema daqui até 1981.

A batalha ameaça, porém, ser dura, porque os franceses desejam manter Estrasburgo como lugar principal das sessões parlamentares, e o Presidente Giscard d'Estaing prometeu-lhes que isso vai acontecer. É preciso lembrar também que o Prefeito da Capital da Alsácia, Pierre Pflimlin, ex-Presidente do Conselho durante a IV República, não poupa esforços para seduzir os deputados europeus.

Em torno do belo edifício, especialmente construído em estrutura de madeira em forma de guarda-chuva, ele fez levantar novos prédios para que cada um dos representantes tenha seu gabinete. Em toda sessão, oferece-lhes uma recepção, uma pequena festa, onde se multiplicam as amáveis atenções.

Apesar de tudo — apesar do imenso fascínio que exerce essa cidade, onde não se sabe o que preferir se os velhos quarteirões cheios de encanto, com suas grandes casas de imensos tetos, ou se os quarteirões nobres com seus magníficos palácios patrícios — é muito provável que o Parlamento Europeu seja transferido em breve prazo.

Para onde? Luxemburgo, onde as autoridades fizeram construir às pressas um hemiciclo que pode acolher os 410 deputados atuais, mas que seria pequeno para receber os deputados dos futuros países membros, a Grécia, a Espanha e Portugal? Ou então — por evidentes motivos lógicos — Bruxelas, onde se concentra toda a administração da Comunidade Econômica Européia e onde, de qualquer maneira, os deputados devem vir cada 15 dias, para assistir às reuniões das comissões parlamentares? Mas a Capital belga não possui atualmente um plenário apropriado para receber os deputados. Não lhe faltam, contudo, nem terrenos para construir um, nem mesmo prédios à disposição para acolher o Secretariado e os serviços de tradução.

Enquanto aguardam uma solução, para surpresa dos visitantes, os deputados europeus provam que não desgostam Estrasburgo. Pode-se mesmo dizer que eles assistem com exemplar constância às sessões, pois os trabalhos acusam um comparecimento em torno de 70%, taxa que nenhum parlamento nacional consegue atingir. Claro, alguns comparecem mais do que outros. Há os que não faltam praticamente a nenhuma sessão, como é o caso do ex-Primeiro-Ministro belga Leo Tindemans, do ex-Ministro francês Michel Poniatowski, ou ainda do ex-Premier do General De Gaulle, Michel Dabré, que é, apesar disso, um antieuropeu encarniçado. E há ainda os que fazem no plenário raras mas notáveis presenças. É o caso de Willy Brandt e dos comunistas Enrico Berlinguer e Georges Marchais.

Muitos fatos justificam a assiduidade bem comportada dessa Assembléia. Explica-se, desde logo, ser o voto pessoal. Delegação ou procuração de voto não existe no Parlamento europeu. Os ausentes não votam. O fato também de que para muitos esse papel de deputado tem o encanto do novo, que deve ser tomado muito a sério. Deve-se reconhecer que quatro dias por mês não é algo intransponível. Além disso, mais da metade de seus membros — sobretudo entre os franceses e os italianos — chega na terça e retorna na quinta.

Só os britânicos é que estão presentes desde segunda à tarde até sexta-feira pela manhã. Não que sejam eles mais ferventes europeus que seus colegas das demais nacionalidades — coisa bem sabida — mas simplesmente porque são os únicos a viajar em excursão, devem, pois, todos juntos, chegar para o início da sessão e só retornar quando esta terminou. Esse sistema foi adotado na falta de ligações cômodas entre Londres e Estrasburgo, e também porque é bem mais barato para os parlamentares britânicos. Detalhe que não é sem importância, de modo algum: de todos os parlamentares europeus, ele são o menos bem pagos. São os países que remuneram seus representantes. Se alemães e franceses recebem 18 mil francos (Cr$ 180 mil), os italianos 14 mil francos (Cr$ 140 mil), os bitânicos recebem apenas 7 mil (Cr$ 70 mil).

Mas todos têm direito ao mesmo **jeton** de presença, cerca de 500 francos por dia (Cr$ 5 mil), pago pelo Parlamento Europeu, com a condição que cada deputado assine o livro de presença desde sua chegada a Estrasburgo. E todos tomam cuidado de não esquecer isso, pois a estada em Estrasburgo custa caro, com reservas antecipadas de hotel. Precaução indispensável porque não é fácil encontrar hospedagem livre durante as sessões parlamentares.

Línguas são grande obstáculo

Paris — A Comunidade Econômica Européia ainda é uma entidade abstrata, que os homens ainda não integraram às suas vidas. "Muitas vezes, é um problema de idioma", explicou o JB Fabrizia Baduel-Glorioso, ex-presidenta do Comitê Econômico e Social e Europeu e sindicalista italiana de primeira linha, que foi eleita como independente na lista do Partido Comunista Italiano.

Europeista convicta de primeira hora, ela fala perfeitamente o francês, o inglês e o alemão. E não está sozinha nisso: Roberto Battersby, conservador britânico de 56 anos, fala seis línguas. Também os mais jovens conhecem pelo menos uma ou duas línguas além das suas. Mas a maioria só pode se exprimir em sua língua materna.

"No início", esclareceu Baduel-Glorioso, "todos queriam aprender pelo menos duas ou três línguas. Ofereceram-nos todas as facilidades para isso, com estágios no estrangeiro, cursos etc. Mas as pessoas esqueceram suas boas intenções ou não encontraram tempo. O resultado é que se tem muita dificuldade para falar livremente nos corredores da Assembléia ou no exterior".

Deve-se dizer que o Parlamento Europeu preferiu desde o início não adotar uma ou duas línguas oficiais, mas todas as representadas (isto é, seis, e em breve sete, com a chegada da Grécia à CEE em janeiro). Isso significa também que há uma pesada máquina linguística para apoiar a iniciativa: mais de um mil tradutores e intérpretes, toneladas de papel impresso, porque cada discurso é imediatamente difundido em seis idiomas, nas seguintes cores:

Amarela para o alemão, azul para o francês, malva para o inglês, rosa para os dinamarqueses, verde para os italianos e laranja para os holandeses. Todas essas folhas em cores constituem, diga-se de passagem, a única nota alegre do sombrio hemiciclo, aliviado apenas pelas poltronas recobertas de tecido azul vivo.

Cadeiras obedecem à ideologia

Paris — *A direita e a esquerda que se delineiam cada vez mais nitidamente, em Estrasburgo, se reencontram, a grosso modo, na própria disposição geográfica correspondente, no plenário. Mas ali se constata também algumas bizarrias inexplicáveis. Assim é que o grupo comunista e aliados se sentam na extrema esquerda. Composto de 44 membros, sendo 24 italianos, 19 franceses e um dinamarquês, é o quarto mais importante. As vedetas deste grupo são, obviamente, Enrico Berlinguer e Georges Marchais, respectivamente secretários-gerais do PC italiano e PC francês.*

Mas eles não se beneficiam das cadeiras da frente da tribuna. De fato, o grupo se situa atrás dos lugares ocupados pelo socialista, que — aliás — toma o maior espaço do plenário, com 113 membros, sendo, portanto, o mais numeroso. É o único grupo a ser integrado por deputados dos nove países da comunidade. Conta com eleitos do SPD alemão, do PS francês, do Labour Party britânico, entre outros grandes Partidos. Suas vedetas são: Willy Brandt, Barbara Castle, Bettino Craxi, Edgar Pisani, Jacques Delors, Jiri Pelican, ex-diretor da televisão da Tcheco-Eslováquia, exilado na Itália e eleito pelo PS italiano.

No centro, bem em frente à tribuna, ocupada com bastante assiduidade pela Presidenta da Assembléia Nacional francesa, Simone Veil, coloca-se outra grande força do Parlamento, com 107 membros: o Partido Popular Europeu (PEE), que inclui os democratas-cristãos e, entre os quais, percebe-se os italianos Mariano Rumor e Emilio Colombo, o belga Leo Tindemans, o francês Jean Lecanuet.

Ironicamente, espremeu-se atrás deles, no fundo do plenário, nas últimas cadeiras reservadas geralmente aos alunos problemáticos nas escolas, o grupo que a lógica colocaria à extrema esquerda: o dos 11 membros da Coordenação Técnica e de Defesa dos Grupos e dos Parlamentares Independentes (CDI), quer dizer, os esquentados radicais italianos, como Marco Pannella; a escritora Maria Antonietta Macciocchi; ou o ex-líder estudantil de 1968, Mario Capanna, aos quais se juntaram os dinamarqueses hostis à Comunidade Econômica Européia, os irlandeses e um belga.

Junto a eles, igualmente relegados atrás dos democratas-cristãos, nove não inscritos se reuniram de modo também curioso: os quatro neofascistas italianos (com Giorgio Almirante), um norte-irlandês pró-britânicos, dois belgas francófonos e dois holandeses.

Retomando as colocações no plenário pelos primeiros lugares, vê-se à direita dos democrata-cristãos, os 64 conservadores britânicos que se juntam sob o nome de grupo de Democratas Europeus (ED), do qual se destacam Diana Elles, Anthony Simpson e três dinamarqueses perdidos. Expulsos para os últimos lugares, entre o PPE e o ED, descobre-se os integrantes do grupo dos Democratas Europeus Progressistas (DEP), com 22 membros. São 15 franceses, eleitos na lista gaullista (como Michel Debré, Jacques Chirac, Louise Weiss (a decana da Assembléia), o acadêmico Maurice Druon), mas também um dinamarquês, uma britânica militante da independência escocesa e oito majoritários irlandeses, incluindo Sile de Valera, a filha mais nova do fundador da República da Irlanda.

Um pouco mais à direita, com 40 membros, encontra-se o Grupo Liberal e Democrático (L), espécie de coquetel sortido, já que engloba franceses giscardianos, republicanos italianos, liberais dinamarqueses, democratas holandeses, etc, entre os quais se destacam: Edgar Faure, ex-presidente do Conselho de Ministros e acadêmico francês, e Michel Poniatowski, amigo inseparável do Presidente Giscard d'Estaing.

Na extrema direita, enfim, localizam-se personalidades sem militância partidária, que têm um papel oficial de primeiro plano no seio da Comunidade Econômica Européia, mas que não são eleitas para o Parlamento. São: Roy Jenkins, Claude Cheysson, François-Xavier Ortoli, Guido Brunner, Antoine D'Avignon.

O esquema do plenário tem importância na medida em que os grupos têm papéis essenciais na vida do Parlamento Europeu. Por exemplo, um grupo vedete como o dos gaullistas em Paris tem, ao contrário, pouca influência em Estrasburgo, porque não faz parte de um grupo numericamente importante. Entretanto, sempre seguindo o exemplo da França, o grupo socialista que não consegue influenciar a vida parlamentar francesa tem grande importância em Estrasburgo, porque o grupo do qual faz parte é o primeiro e dispõe de mais tempo de palavra, por conseqüência, de maior força de pressão.

É verdade que no começo, pelo menos, certos grupos minoritários conseguiram ter um papel considerável em Estrasburgo, aproveitando dos equívocos do regulamento inicial. Assim, os radicais italianos, com Marco Pannella e Emma Bonnino na liderança, apresentavam questões de ordem, durante as sessões plenárias, conseguindo — com 1 mil emendas num texto, por exemplo — paralisar completamente o funcionamento da Assembléia e impor a voz de todos os que (ecologistas, feministas, esquerdistas) geralmente não podem se fazer ouvir.

Hoje, apesar de estarem um pouco mais controlados — o novo regulamento prevê que, depois de dois apelos à ordem, a presidência pode cortar a palavra do orador que não respeita seu tempo de discurso — os radicais italianos continuam a levar um pouco de entusiasmo e de ar puro ao plenário.

Além das vedetes dos Parlamentos nacionais que são as mesmas do de Estrasburgo, outras personalidades se destacaram igualmente durante este primeiro ano. O Reverendo Paisley que interveio com freqüência e com calor para defender a Irlanda do Norte; o socialista Pieter Dankert, que teve a difícil tarefa de relatar o Orçamento e se mostrou muito ativo; a comunista italiana Carla Barbarella, imbatível nas questões agrícolas; e ainda a socialista francesa Yvette Roudy que defende com dedicação as mulheres, aliás não muito mal representadas no Parlamento europeu, já que são 69 sobre 410 membros, ou seja, 16,8%, índice superior ao alcançado nas Assembléias nacionais.

Durante este primeiro ano, muitos dos deputados não são bons conhecedores da vida parlamentar e tiveram de se adaptar e se colocar por dentro dos problemas europeus, extremamente complexos. Uma confusão geral se seguiu e somente agora está se esclarecendo. A nova Assembléia, saída de seus primeiros balbuciamentos, deveria encontrar durante seu segundo ano de vida a rapidez de cruzeiro e representar, enfim, o papel para o qual foi criada: o de uma entidade independente entre outras, União Soviética, Estados Unidos, mas também América Latina, Ásia e África, num mundo de vários polos reequilibrados.

Circulação: 1.600.000 clientes satisfeitos.

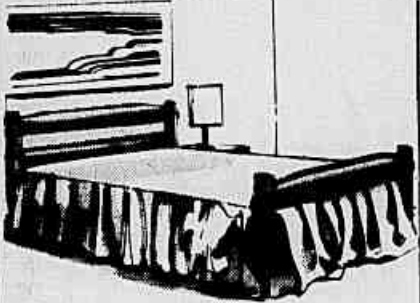
O BONZÃO

O informativo a serviço do consumidor.

Rio de Janeiro - Semana de 22 a 28 de junho de 1980.

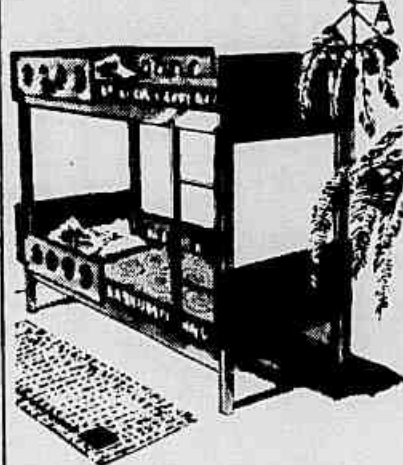
Ganhe tempo e dinheiro. Consulte o Bonzão.

MÓVEIS E DECORAÇÕES

Esta semana, nossa coluna vem com força total trazendo seis grandes soluções para quem está com problemas na decoração da casa. Estes móveis, muito charmosos, você pode comprar com todas as facilidades que o Ponto Frio oferece.

Cama de casal Bávara. Mede 1,37 x 1,88 m. Em mogno maciço.

À Vista 6.990,

Sem Entrada

15 x 755, = 11.325,

Beliche Jepimirim. Mede 0,78 x 1,88 m. Em cerejeira.

À Vista 3.990,

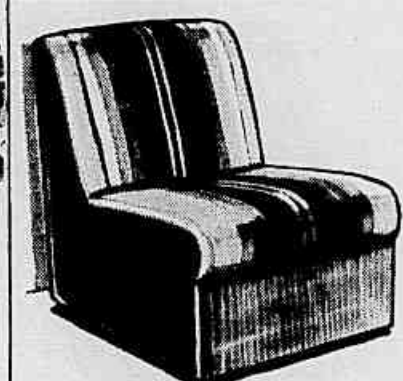
Sem Entrada

15 x 430, = 6.450,

Grupo Fixo Topázio. Com 3 peças, sendo: 1 sofá e 2 poltronas. Em courvin vinho.

À Vista 19.990,

Sem Entrada

15 x 2.160, = 32.400,

Módulo Nice. Em chenille listrado.

À Vista 2.990,

Sem Entrada

15 x 323, = 4.845,

Conjunto Monte Belo. Com 7 peças, sendo: 1 mesa e 6 cadeiras. Em cerejeira.

À Vista 13.890,

Sem Entrada

15 x 1.500, = 22.500,

Sala Paloma. Com 8 peças, sendo: 1 buffet, 1 mesa elástica e 6 cadeiras. Em laminado azul.

À Vista 14.470,

Sem Entrada

15 x 1.563, = 23.445,

ELETRODOMÉSTICOS

O pequeno que satisfaz. Este anúncio está diretamente ligado àqueles que ficam felizes com um pequeno competente. Trata-se do REFRIGERADOR CONSUL ET-1527, com 146 litros e que é encontrado numa linda cor marrom.

À Vista 8.790,

Copeira. Das mais eficientes do mercado e de total confiança. Faz o serviço com muita rapidez e segurança. Os interessados podem procurar a LAVA LOUÇAS BRASTEMP BVF-62-L nas dependências do Ponto Frio Bonzão. Na cor branca.

À Vista 38.220,

Buffet. Está à disposição das donas-de-casa o segredo das melhores cozinhas do mundo: o FOGÃO BRASTEMP BFG-51-E ADVANCED LINE, com 4 bocas. Para gás de rua ou engarrafado. Nas cores amarela, azul, branca ou marfim.

À Vista 13.880,

Sem Entrada

15 x 1.499, = 22.485,

Batidas. Você que precisa, a toda hora, bater coisas, compre esta BATEDEIRA WALITA CANDY, que já vem com todos os acessórios. Ela é levíssima, possui pedestal e seu manejo é muito simples. Funciona em 110/220 volts e é encontrada em diversas cores.

À Vista 1.720,

Sem Entrada

12 x 215, = 2.580,

Salta uma geladinha. Quem gosta de uma bem gelada não pode deixar de levar este REFRIGERADOR BRASTEMP BRG-36-L. Com 360 litros. E você pode escolher a cor: amarela, azul ou vermelha. Procure no Ponto Frio.

À Vista 16.880,

1.876, + 12 x 1.876, = 24.388,

Bom desempenho. Funciona em 5 velocidades, dependendo do seu gosto. Possui tampa à prova de vazamento e rara beleza. Desenho avançadíssimo. O que toda dona-de-casa tem em seus sonhos. Procurar o LIQUIDIFICADOR ARNO LE.

À Vista 1.725,

Sem Entrada

12 x 216, = 3.240,

Furos à frente. Quem vive furando tudo o que vê na frente, precisa ir rapidamente ao Bonzão conhecer a FURADEIRA ELÉTRICA SINGER, com 1/4" e que funciona em 110 volts. Esta é a melhor oportunidade de você dar um furo com toda a convicção.

À Vista 1.999,

Sem Entrada

9 x 308, = 2.772,

Luzes da ribalta. De agora em diante, a sua vizinha vai morrer de inveja toda a vez que ver a sua casa encerada com a ENCERADEIRA GENERAL ELECTRIC. Ela tem uma escova e vai fazer o seu chão virar um show de luzes.

À Vista 3.650,

487, + 9 x 487, = 4.870,

Vende-se Biplex. Todos que precisam de lugares amplos têm agora uma boa oportunidade: adquirir um REFRIGERADOR CONSUL BIPLEX CB-4313. Com 430 litros, você vai ter muito espaço para se expandir. Nas cores branca, marrom ou ocre.

À Vista 24.990,

2.777, + 12 x 2.777, = 36.101,

Torrada! Torrada! Você que vibra quando as coisas esquentam deve conhecer o TORRADOR FAET 606. Ele é automático, encontrado na cor coral e funciona em 110 volts. Informações no Ponto Frio Bonzão.

À Vista 1.460,

Atacado novamente na Estrada Vicente de Carvalho.

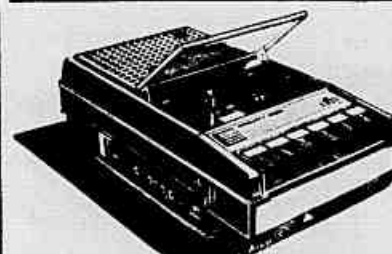
O Ponto Frio Bonzão vende por atacado na Estrada Vicente de Carvalho, 730 - bairro Vicente de Carvalho - onde você encontra todas as facilidades e a mais completa linha de produtos para pronta entrega.

O SOM NOSSO DE CADA DIA

Em termos de SOM estão pintando sucessos para estourar esta semana no Bonzão. Vamos a eles.

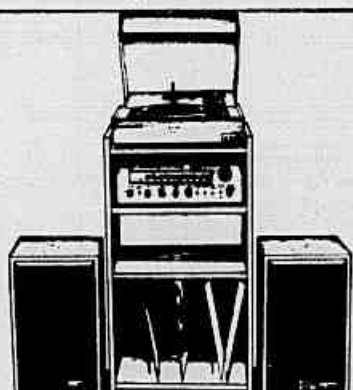
Rádio Gravador Aiko ATPR-405. Com rádio AM/FM e microfone embutido. Funciona a pilha/luz. 110/220 volts. Produzido na Zona Franca de Manaus.

À Vista 7.980,

777, + 15 x 777, = 12.432,

Gravador Collaro CS-605. Com auto-stop e microfone embutido. Pilha/luz. Produzido na Zona Franca de Manaus.

À Vista 4.250,

Sem Entrada

15 x 459, = 6.885,

Som Yang. Composto de: 1 toca-discos YANG YTD-5000, 1 receiver Yang YR-1400, 2 caixas acústicas Yang YC-2200 e estante Rack Yang YE-4400 em jacarandá.

À Vista 22.780,

Sem Entrada

15 x 2.460, = 36.900,

Eletrofone Philips Discotheque AH-982. 3 em 1. Com toca-discos, tape-deck, rádio AM/FM e 2 caixas acústicas. Funciona em 110/220 volts.

À Vista 21.660,

2.400, + 12 x 2.400, = 31.200,

Rádio Relógio Digital Philco B-505. Eletrônico. Com AM/FM. A melhor maneira de você despertar.

À Vista 6.195,

TELEVISÃO

Várias opções para os telespectadores nesta semana: em Malu Mulher, o episódio "Ele também ganha TV" mostra Pedro Henrique ganhando um televisor - e fica no ar a pergunta: a mulher também não pode dar este tipo de presente ao marido?

TV Philco B-828-SD. (20"). 51 cm. Em cores. Com seletor digital eletrônico de canais. Cinescópio Showcolor (Black Matrix): cores mais nítidas e naturais.

À Vista 38.855,

TV Philco B-814. (14"). 31 cm. Em cores. Com seletor digital eletrônico de 12 canais. Cinescópio Showcolor (Black Matrix, In Line): cores mais nítidas e naturais.

À Vista 30.665,

Sem Entrada

15 x 3.312, = 49.680,

TV Semp TVC-10. (10"). 25 cm. Em cores. Portátil.

À Vista 26.990,

TV Sanyo CTP-6710. (20"). 51 cm. Em cores. Com seletor digital eletrônico de canais e timer. Produzido na Zona Franca de Manaus.

À Vista 33.880,

TV Telefunken 500-T. (20"). 51 cm. Controles deslizantes. Funciona em 110/220 volts.

À Vista 9.820,

1.250, + 9 x 1.250, = 12.500,

TV Colorado Itaipu. (12"). 31 cm. Controles deslizantes. Funciona em 110/220 volts. Produzido na Zona Franca de Manaus.

À Vista 7.690,

Sem Entrada

15 x 831, = 12.465,

TV Philips C-310. (20"). 51 cm. Em cores. Com seletor eletrônico de canais Seletronic. Funciona em 110/220 volts.

À Vista 31.490,

Sem Entrada

12 x 3.936, = 47.232,

TV Philco B-265/2-M.(12"). 31 cm. Com base giratória. Funciona em 12/110/220 volts. Produzido na Zona Franca de Manaus.

À Vista 7.415,

CAMPING/ESPORTE

Julho está chegando aí, e é bom você começar a se preocupar com o seu equipamento de camping e de esporte. Fique atento a esta coluna de O BONZÃO para saber das oportunidades que surgem, já que as férias estão chegando.

Bicicleta Peugeot Petit. Aro 20. Com selim macio e guidom aerodinâmico.

À Vista 5.550,

740, + 9 x 740, = 7.400,

Barraca Itapema. Acomodação para 5 lugares.

À Vista 12.230,

Sem Entrada

15 x 1.321, = 19.815,

Fogareiro Yanes Luxo. Esmaltado a fogo. Queimador cromado. Registro de controle.

À Vista 239,

Lampião Yanes Luxo. Alta luminosidade. Ideal para praia ou camping.

À Vista 469,

OFERTAS VÁLIDAS NAS LOJAS: CENTRO - Rua Uruguaiana, 130/146 - CARIOCA. Rua Uruguaiana, esquina Lgo. Carioca - COPACABANA - Av. N. S. de Copacabana, 735.

Ponto Frio Bonzão

é coisa nossa

Reagan apóia abertura e acordo nuclear Brasil-Alemanha

Silio Boccanera
Correspondente

Washington — Caso se torne Presidente dos Estados Unidos em janeiro próximo, o republicano Ronald Reagan deverá apoiar o processo de abertura no Brasil como alternativa à radicalização interna, eliminará as pressões contra o acordo nuclear Brasília-Bonn e rechaçará a política de direitos humanos da administração Carter.

Para a América Latina como um todo, suas diretrizes deverão seguir uma linha anticomunista e de apoio aos Governos que a defendem, incentivará o papel da iniciativa privada como forma de cooperação hemisférica e evitarão críticas abertas aos excessos de repressão interna.

ANTICOMUNISMO

O líder republicano tentará reverter as posições da administração Carter para o continente consideradas muito à esquerda e contra producentes para os interesses norte-americanos, desde a questão de direitos humanos e não proliferação nuclear até as restrições à ajuda aos militares ou órgãos de segurança interna.

No plano global, a política externa de uma possível administração Reagan sugere inspiração em rígido anticomunismo no estilo dos anos 50 e na convicção de que existe um expansionismo soviético acelerado que precisa ser desencorajado através do esforço militar do Ocidente.

Estes são alguns dos pontos da provável política externa de Reagan, deduzidos a partir das posições e dos pronunciamentos não só do próprio Reagan, mas sobretudo dos especialistas que o vêm assessorando para a questão.

Uma centena de pessoas fazem parte do grupo oficial de assessoramento de Reagan para política externa, defesa e questões de segurança nacional. Dividem-se em subgrupos especializados (América Latina, Ásia, União Soviética, questão de armamentos, assuntos estratégicos, etc) e a partir desta semana começaram a preparar documentos de "posições" para o ex-Governador da Califórnia apresentar em sua campanha pela Casa Branca. O trabalho de assessoria em política externa e defesa, de uma maneira geral, é coordenado por Richard Allen, especialista em questões econômicas soviéticas e internacionais, ex-conselheiro de Richard Nixon e de Henry Kissinger.

"A política externa deve ser conduzida com uma perspectiva voltada para o interesse nacional" — disse Allen na sexta-feira em reunião com jornalistas estrangeiros baseados em Washington, acrescentando que, no caso específico da política de direitos humanos, "o Governador (termo invariavelmente usado para se referir a Reagan) reconhece que temos de lidar com o mundo do jeito que ele é".

No subgrupo de América Latina, a assessoria de Reagan inclui Roger Fontaine (do Centro de Estudos Estratégicos da Universidade de Georgetown), Pedro Sanjuan (do American Enterprise Institute), David Jordan (da Universidade de Virginia), Jeane Kirkpatrick (da Universidade de Georgetown e do American Enterprise Institute), Constantine Menges (do Hudson Institute) e James Theberge (consultor empresarial e ex-embaixador na Nicarágua), além de uma "rede de contatos de umas 30-40 pessoas com experiência de pelo menos 15 anos na área", segundo explicou Fontaine, que tem o Brasil como uma de suas área de especialização acadêmica (visitou o país em novembro, voltará em setembro). Fontaine notou que o subgrupo latino-americano não tem um comando.

"Conheço o Governador há quatro anos" — disse Fontaine — "compartilhamos das mesmas posições. Seus pontos de vista são os meus e sei que a região (América Latina) tem sido uma preocupação crescente para ele. Obviamente, a América Central, as Antilhas e o México estão no núcleo da atenção dele. Mas em termos de América do Sul, ele demonstra insatisfação com a política da Administração Carter para o Brasil e a Argentina".

Instado a especificar melhor estes pontos de insatisfação, Fontaine apontou as críticas severas de Carter a Brasília e Buenos Aires nas áreas de direitos humanos e não proliferação nuclear.

"Acho que a principal preocupação (de Reagan) é que, quando se lida com amigos, não se deve tratá-los como se fossem inimigos" — disse Fontaine.

De fato, em discurso ao "Conselho de Relações Externas de Chicago", a 17 de março, Reagan declarou: "Enquanto os soviéticos arrogantemente nos advertem para ficar fora de seu caminho, ocupamo-nos com a busca de violações de direitos humanos nos países que historicamente têm sido nossos amigos e aliados. Estes amigos sentem-se traídos e abandonados e em vários casos específicos, eles foram".

Em seu escritório no centro de Washington, sob uma foto autografada de Reagan a seu lado ("lembranças calorosas" é a dedicatória), Fontaine explicou que discorda da interpretação de que as pressões da administração Carter tiveram alguma influência sobre o processo de abertura no Brasil. Com a advertência de que fala em seu nome e não no de Reagan, ele demonstrou apoio ao processo de liberalização política no Brasil, classificando-o de "caminho para uma democracia mais estável".

Sendo esta sua opinião, pode-se esperar que irá transmiti-la ao candidato republicano durante a campanha. E também a posição — e o provável conselho a Reagan — de Pedro Sanjuan, do American Enterprise Institute, ex-funcionário do Departamento de Estado, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Pentágono e da agência de Controle de Armas e Desarmamento.

"Sou a favor da abertura política no Brasil como forma de consolidar a democracia e evitar explosões radicais" — disse Sanjuan, que na chefia do Centro Hemisférico no AEI tem ligações com o Forum das Américas e seu presidente, o brasileiro Mario Garnero.

Sanjuan — de origem cubana — critica a política tradicional de Washington em relação à América Latina, no sentido de tratar o continente como uma unidade, ignorando as substanciais diferenças entre os vários países. Mas equivocada ainda, acrescenta ele em entrevista no escritório do AEI (onde o telefone tocou e era Roger Fontaine o procurando), é a perspectiva norte-americana de pretender moldar regimes a seu gosto, conforme ele vê a política de direitos humanos e a de não proliferação nuclear.

Em artigo recente para a publicação **Washington Quarterly**, do próprio AEI, Sanjuan escreveu: "...se começarmos a considerar nossas relações com a América Latina no contexto de nosso próprio interesse nacional e não no contexto de uma cruzada contínua, poderemos ter uma influência muito mais estabilizadora sobre futuros acontecimentos hemisféricos".

Sanjuan participou da delegação norte-americana que negociou o novo tratado do Canal do Panamá, sob o Governo Carter, mas seu apoio a este acordo diverge da posição pessoal de Reagan, totalmente contrária à cessão da passagem marítima e das terras contíguas (Zona do Canal) à soberania panamenha, por considerar o Canal propriedade norte-americana e ver o Governo panamenho como ditadura esquerdista.

Da mesma opinião de Reagan é Jeane Kirkpatrick, outra participante da assessoria de América Latina do candidato republicano (embora ela seja democrata, linha conservadora). A professora de Georgetown e "scholar" do AEI, escrevendo em **Commentary** sobre a política externa de Carter, referiu-se ao líder panamenho Torrijos como "ditador platino de inclinações castristas".

Kirkpatrick reserva suas críticas maiores às diretrizes de Carter para a América Latina, onde tanto ela quanto seus colegas na equipe de assessoria de Reagan vêem o comunismo avançando com rapidez diante do que consideram fracasso norte-americano em apoiar regimes amigos.

Ainda no discurso de Chicago, em março, Reagan disse: "marxistas totalitários estão controlando a ilha antilhana de Granada, onde assessores cubanos treinam guerrilheiros para ação subversiva contra outros países, como Trinidad-Tobago, o vizinho democrático de Granada. Em El Salvador, revolucionários totalitários marxistas apoiados por Havana e Moscou estão impedindo a construção de um Governo democrático. Devemos deixar Granada, Nicarágua, El Salvador, se tornarem outras Cubas?..º próximo passo do eixo Moscou-Havana será para o Norte, em direção à Guatemala e ao México, depois para o Sul, Costa Rica e Panamá?"

Kirkpatrick se refere ao deposto Presidente nicaraguense Anastácio Somoza e ao ex-Xá do Irã como "autocratas moderados" e lamenta que a administração tenha permitido o acesso dos sandinistas ao Poder na Nicarágua, com um regime político "hostil aos interesses e à política dos Estados Unidos".

Sanjuan e Fontaine também revelaram oposição à nova liderança nicaraguense e sugerem que a forma de evitar os mesmos resultados em El Salvador e Guatemala é apoiar as forças políticas moderadas, em aliança com o setor privado.

No discurso de Chicago — que repetidamente é citado pelos próprios assessores do candidato como seu mais importante pronunciamento sobre política externa até o momento — Reagan declarou: "Precisamos tomar a liderança e mostrar a outras nações, principalmente às do Terceiro Mundo, a superioridade de nosso sistema. Por muito tempo, em níveis oficiais, temos ficado na posição de pedir desculpas, quando não mesmo mostramos hostilidade ao capitalismo americano como modelo de desenvolvimento econômico".

Fontaine sugeriu que a administração Carter poderia e deveria ter evitado a tomada do Poder pelos sandinistas pressionando Somoza para realizar eleições livres e influenciando a oposição moderada (excluídos os sandinistas) a participarem do pleito.

No caso atual de El Salvador, ele sugere aumentar o apoio à Junta Cívico-Militar de Governo, fornecendo-lhe não só dinheiro mas também substancial ajuda militar, propondo ainda que a Junta se integre mais ao setor empresarial a fim de ampliar sua base de apoio e tornar-se alternativa eficaz à esquerda militante.

No que se refere à ação da Agência Central de Informações (CIA) no continente, Fontaine se limitou a dizer que ela devia ter "restaurado sua função primordial de coletar informações". Ainda no discurso de Chicago, Reagan disse que os serviços de informação norte-americanos (além da CIA, FBI e agências militares) tinham sido "acorrentados e desmoralizados" pelo Congresso e pela administração Carter, acrescentando que "temos os meios para regenerar nossas organizações de informação e eu certamente utilizarei esses meios".

Não há qualquer garantia ou indicação pública por parte de Reagan no sentido de que os membros de sua assessoria de política externa venham a ser tornar membros efetivos de uma administração Reagan, caso o candidato republicano se eleja Presidente.

Independentes garantem dinheiro para campanha

Beatriz Schiller
Correspondente

Nova Iorque — *O caudal financeiro da campanha de Ronald Reagan será substancialmente engrossado por grupos chamados "independentes", que afirmam "nada terem a ver" com a campanha do ex-Governador da Califórnia, mas fazem contribuições maciças através de "comitês independentes" de apoio ao candidato.*

Após as irregularidades da última campanha de Richard Nixon, do escândalo Watergate e da influência excessiva dos tubarões na política — que com doações volumosas compraram gratidões de Washington — a Corte Suprema dos Estados Unidos aprovou em 1974 uma lei, declarando que o Governo federal passaria a fornecer fundos de campanha e a controlar as despesas de cada candidato presidencial. Essa mesma lei determina que o candidato subvencionado pela Receita Federal não pode aceitar nenhum outro capital para sua campanha.

Campanha alternativa

Em 1975, em nome da defesa da liberdade do cidadão americano, a Corte Suprema aprovou uma emenda à lei declarando que um indivíduo ou um grupo de indivíduos não podem ser cerceados em suas liberdades pessoais de gastarem dinheiro para expressarem suas opiniões ou ajudarem qualquer candidato à presidência.

Foi a brecha que permitiu a verdadeira "campanha alternativa" para a campanha oficial de Reagan.

Vários grupos de amigos de Reagan formaram "comitês independentes", que se dizem "sem vinculações com a campanha" do candidato. Mas segundo o Wall Street Journal, *eles adicionarão entre 35 e 55 milhões de dólares extras à campanha.*

Os democratas estão preocupados com a rapidez com que os grupos de "gastos independentes" estão-se articulando. Assessores de Reagan dizem "nada ter a ver com isto". O Wall Street Journal, *explica que "não poderiam jamais admitir a participação, porque isso invalidaria o esforço* independente".

Apesar de os grupos declararem-se independentes, inclusive entre si, é notório que Thomas Reed e os Americans for Change *compartilham uma máquina de xerox, uma mesa de telefones e têm escritórios quase conjuminados (salas 319 e 321) no edifício situado no número 218 da Rua N, em Alexandria, Virginia, próximo a Washington. Os grupos não podem declarar que colaboram entre si; porque, com isso, tornar-se-iam imediatamente ilegais. Alegam que foi "coincidência".*

A questão toda está-se tornando polêmica e o grupo de cidadãos Common Cause, *que recentemente denunciou doações de campanha a candidatos ao Congresso, faz denúncias contra os "gastos independentes", prometendo levar o caso a julgamento.*

Diz o vice-presidente da Common Cause *que a emenda à lei de campanha de 1976 teve a "boa fé de não tolher a liberdade de um indivíduo ou grupo de expressarem seu descontentamento, denunciar ou questionar publicamente. "Nunca se previu que esta brecha seria transformada metodicamente em campanhas alternativas", acrescentou.*

A maioria dos especialistas em campanha, ao interpretar a lei de doações independentes individuais, afirma que os candidatos têm direito a um teto de 5 mil dólares por comitê. Alguns advogados olham que a lei estabelece um teto individual de 1 mil dólares. Mas nada impede que haja a proliferação de comitês, o que permite aos mesmos indivíduos depositarem sua confiança e dinheiro em todos eles.

Quais são os grupos e o que pretendem

Nova Iorque (da Correspondente) — Alguns grupos se propõem a "promover as qualidades de Reagan", outros, a "desmoralizar Carter". Os principais grupos pró-Reagan são os seguintes:

• **Americanos para a Mudança (Americans for Change)** — Dirigido pelo Senador Harrison Schmidt, do Novo México, republicano que deseja levantar entre 20 e 30 milhões. No comitê de politização estão o Senador republicano David Durenberger, de Minesota, e o ex-Secretário de Defesa, Melvin Laird, bem como o ex-Governador de Michigan, George Romney.

• O segundo grupo mais influente não tem nome, mas está sendo organizado por Thomas Reed, velho partidário de Reagan, e Peter Flanighan, funcionário do Governo de Nixon. Pensam colaborar com gastos entre 12 e 15 milhões de dólares e contratar os serviços profissionais dos administradores de campanha mais experimentados do país.

• **Cidadãos por Reagan-80 (Citizens for Reagan-80)** — É formado pelo grupo ultradireitista **Fund for a Conservative Majority** (Fundo para uma Maioria Conservadora). Querem levantar de 3 a 10 milhões.

O **Citizens for Reagan-80** já contribuiu para promover o candidato com 65 mil dólares na primária de New Hampshire, colocando anúncios na rádio e enviando centenas de cartas, contrastando as posições de Reagan com as de George Bush, sobretudo em assuntos emocionais, como aborto e a economia. Ronald Reagan se diz um cristão contrário a interferir na natureza e um inimigo dos impostos.

A próxima atividade dos **Citizens for Reagan** está em preparação. São séries de anúncios de televisão atacando o Presidente Carter por sua indecisão, falta de liderança, que estão sendo arquitetados pelo escritor Bruce Herschensohn, que fazia discursos políticos para Richard Nixon. Herschensohn ficou famoso na Casa Branca por ter defendido, até o final, a continuação da guerra do Vietnam.

Além de atacar Carter em questões de princípio, Herschensohn vai atacar o Presidente exatamente onde ele é mais forte, na sua moralidade (o americano, instintivamente, confia em Carter). Herschensohn levantará todas as figuras excusas que Carter cultivou e trouxe até sua administração.

O primeiro será o Dr Peter Bourne, ex-assessor de Carter para assuntos de abusos de medicamentos. Ele demitiu-se após descobrir-se que usava nome fictício nas receitas que dava para a compra de uma substância controvertida e muito abusada no mundo das drogas.

Bert Lance será o objeto seguinte da campanha anti-Carter que visa a dar votos depois de ter sido denunciado publicamente sobre suas falcatinas bancárias, inclusive para dar regalias especiais a Carter.

• **Americanos por Reagan-80 (American for Reagan-80)** — Organização fundada pelo Senador Jesse Helms, segundo **Wall Street Journal**, "para promover seus interesses". O potencial de levantamento de contribuições é pequeno, em padrões americanos: 500 mil dólares no mínimo.

• **Fundo de Vitória de Ronald Reagan (The Ronald Reagan Victory Fund)** — É outro apoio de um grupo ultradireitista, o **National Conservative Political Action Committee**, que já gastou 600 mil dólares em propaganda, qualificada de "gastos independentes", nas campanhas contra seis senadores liberais do Partido Democrata.

Agora, o Fundo espera gastar 500 mil dólares **dando uma mãozinha** a Reagan.

Equipe ainda não tem uma chefia eficiente

Londres — Desde que John Sears deixou a direção política da campanha de Reagan ninguém ocupou realmente seu lugar, segundo a revista inglesa **The Economist**, que ressaltou ser o atual chefe da campanha William Casey, ex-chefe da Comissão de Valores Mobiliários, um sólido e experimentado conselheiro que não tem experiência como executor de tarefas pertinentes ao cargo de Sears.

Stuart Spencer foi consultado para ocupar a direção política mas existem incompatibilidades muito fortes entre ele e o resto da equipe. Spencer foi o responsável pela criação da imagem política de Reagan em 1966 assessorado por Bill Roberts.

The Economist afirma que Spencer vai chefiar uma campanha de arrecadação de fundos para Ronald Reagan aproveitando-se de uma falha na legislação eleitoral que não limita a contribuição financeira de entidades que não sejam formalmente ligadas ao candidato.

A campanha Reagan recebeu ajuda adicional com a contratação de Bill Timmons, que trabalhou com o ex-Presidente Richard Nixon e foi conselheiro do ex-Presidente Gerald Ford. Lyn Nofziger, assessor de imprensa que vem trabalhando com Reagan desde que era Governador da Califórnia voltou à equipe.

Outras aquisições, segundo a revista inglesa, são Martin Anderson, conselheiro político da Universidade de Stanford, **Ed Meese**, que foi chefe de Gabinete de Reagan (Governador), e Mike Deaver, sócio da empresa de relações públicas que vem cuidando da imagem de Ronald Reagan.

Miami/UPI

A maioria dos refugiados perambula pelas ruas, à cata de alimentos, e uns poucos afortunados conseguiram abrigo no estádio Orange Bowl

Cubanos vagueiam por Miami

Miami — Cerca de 1 mil refugiados cubanos sem emprego e sem moradia perambulam pelas ruas de Miami há várias semanas, em busca de alimentos e dormindo nas calçadas ou nos bancos de carros abandonados. As autoridades de Miami decidiram abrir as portas do estádio de Orange Bowl para acolher os refugiados que foram liberados dos campos de trânsito e que ainda não encontraram teto ou meios de subsistência.

Para saírem dos campos de refugiados da Flórida, os cubanos teriam, em princípio, que dispor de ofertas de amigos ou parentes dispostos a lhes assegurar temporariamente meios de sobrevivência. Entretanto, muitos dos asilados foram liberados sem cumprir essa condição e em outros casos, os que lhes prometeram ajuda, mudaram de opinião.

"Depois de sair do campo de Fort Chaffee, passei dois dias sem comer porque não quero mendigar nem roubar. Dormi onde pude", disse o refugiado Lazaro Quinones. Alguns parentes se ofereceram para acolhê-lo, mas ele não os procurou. "Não quero ser um peso para eles. A única coisa que quero é trabalho".

As autoridades de Miami queixaram-se da lentidão por parte do Governo federal em atender aos refugiados e, preocupados com a reputação da cidade, decidiram abrigá-los. Os refugiados, entretanto, terão que abandonar o estádio antes do início da temporada de futebol, no dia 15 de agosto.

Refugiados podem ficar até 6 meses

Washington — O Governo Carter afirmou na sexta-feira que a grande maioria dos refugiados cubanos e haitianos poderá permanecer nos Estados Unidos pelo menos durante seis meses e tornar-se residente permanente após dois anos, se o Congresso aprovar.

O coordenador para Assuntos de Refugiados, Victor Palmieri, havia declarado informalmente que os cubanos, com exceção dos criminosos, poderão permanecer no país. O anúncio de sexta-feira, porém, foi a primeira indicação de que o Governo federal decidiu abandonar seus esforços para expulsar 15 mil haitianos.

A decisão do Governo Carter representa um esforço para esclarecer sua política para refugiados, que ora salientava a necessidade de se acolher bem os refugiados, ora pregava que as leis de imigração deveriam ser mais severas. Palmieri disse que a extensão para seis meses do prazo atinge 114 mil cubanos que chegaram recentemente nos Estados Unidos e 15 mil haitianos.

Greve de fome é suspensa em Lima

Lima — Cerca de 50 refugiados cubanos suspenderam ontem em Lima uma greve de fome iniciada há cinco dias para exigir vistos de entrada nos Estados Unidos, a fim de que eles possam reunir-se a seus familiares.

O líder da greve, Gerardo Ramos Hernandez, declarou que a greve foi suspensa depois que um porta-voz da Embaixada dos Estados Unidos anunciou que as autoridades norte-americanas estão dispostas a ouvir os pedidos e considerar cada solicitação individualmente, de acordo com as leis.

A greve de fome começou no dia 16 de junho como uma reação desesperada dos refugiados que permanecem no Peru. A greve obrigou as autoridades peruanas a redobrarem as medidas de segurança no acampamento Tupac Amaru, montado pela Cruz Vermelha.

O Comissário para Refugiados das Nações Unidas local, Guillermo da Cunha, ofereceu-se para ser o mediador entre os cubanos e a Embaixada norte-americana. O Comissário, que iniciou o diálogo entre as duas partes, ofereceu-se também para conseguir que as pessoas que não conseguissem ir para os Estados Unidos fossem transferidas para outros países.

Os refugiados cubanos pediam também que o Departamento de Estado norte-americano enviasse de Washington uma comissão para solucionar o problema em Lima.

M-19 poderá aceitar anistia

Bogotá — O movimento guerrilheiro de esquerda **M-19** declarou-se disposto a aceitar a anistia oferecida pelo Governo em troca da deposição de suas armas, mas exige para isso uma reunião de personalidades colombianas no Panamá, "para debater a problemática do país", informou um comunicado enviado a diversos meios de comunicação, com as assinaturas de seus principais líderes, Jaime Bateman e Carlo Toledo Plata.

"A atual situação que vive a Colômbia — diz o comunicado — não permite aceitar rendições humilhantes que impeçam resolver os fundamentais problemas de ordem pública".

O **M-19** há havia proposto uma conferência semelhante no Panamá durante os dois meses que um comando seu ocupou a Embaixada Dominicana em Bogotá.

Vários ex-presidentes, generais reformados, dirigentes políticos, sindicais e estudantis, e outras personalidades, deveriam — segundo o **M-19** — reunir-se nos dias 4 e 5 de julho próximo no Panamá, quando seriam discutidas "as possibilidades de profundas mudanças econômico-sociais na Colômbia".

Banzer defende acordo de gás assinado com o Governo Geisel

Rosental Calmon Alves
Enviado especial

La Paz (do enviado especial) — O General Hugo Banzer, candidato à Presidência da República nas eleições do próximo dia 29, declarou que se voltar ao Governo "manterei as relações com o Brasil sobre as mesmas bases de quando fui Presidente" e defendeu o cumprimento do acordo que assinou em 1974 com o então Presidente Ernesto Geisel para a exportação de gás natural boliviano ao Brasil, provocando na época uma forte campanha da oposição que dura até hoje.

Banzer, dirigente máximo da Ação Democrática Nacionalista, a terceira organização política do país, afirmou que ainda não foi consultado sobre a possibilidade de seu Partido participar de um acordo para a escolha, pelo Congresso, de um novo Presidente se nenhum dos candidatos conseguir maioria dos votos. Ele, no entanto, apóia a solução, consciente de que seu Partido será o fiel da balança diante de um desempate entre Vitor Paz Estenssoro e Hernan Siles Suazo.

SÍMBOLO

País que se tornou símbolo da instabilidade política da América Latina, com 188 golpes de Estado em 155 anos de vida independente, a Bolívia terá, no próximo domingo, a terceira tentativa, em três anos consecutivos, de realizar eleições gerais que desemboquem na escolha de um Governo estável, capaz de iniciar uma etapa de normalidade democrática. Mas, para que isso ocorra, os bolivianos terão de superar muitos problemas, como o excessivo divisionismo partidário, a tradição das fraudes eleitorais e a constante ameaça de um golpe militar.

Outro problema fundamental para que tenham êxito as eleições do próximo domingo é a própria lei eleitoral deste país, que mostrou sua inadequação nas tentativas eleitorais de 1978 e 1979, mas não sofreu alterações fundamentais para evitar que se repitam as dificuldades e, em especial, o impasse do ano passado. Ao contrário, os dirigentes políticos sabem que o processo eleitoral se encaminha justamente para aquele mesmo impasse: nenhum dos candidatos conseguirá a maioria simples (metade mais um) do eleitorado, transferindo outra vez a decisão final ao Parlamento.

Para entender a complicada política boliviana, é preciso lembrar que depois de uma guerra civil, em 1949, este país foi abalado por outra revolução, em 1952, na qual as milícias populares derrotaram o Exército regular, levando ao Governo o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Com a chapa Victor Paz Estenssoro para Presidente e Hernan Siles Suazo para Vice-Presidente, o MNR tinha vencido as eleições de 1951, mas fora impedido, por um golpe de Estado, de assumir o Poder.

Hernan Siles Suazo foi o líder do movimento armado que, quando vitorioso, a 9 de abril de 1952, chama Victor Paz Estenssoro, que estava no exílio na Argentina e no Uruguai, a voltar ao país para assumir a Presidência da República. Começa então uma fase de hegemonia do MNR, que dura até 1964. Primeiro, o Presidente é Paz Estenssoro; em 1956 Siles Suazo, em 1960 novamente Paz, que acaba derrubado em novembro de 1964 pelo seu Vice-Presidente, o General René Barrienos Ortuno.

Fundado em 1941 por um grupo de intelectuais e transformado depois num movimento pluripartidário e pluriclassista com forte influência sindical, o MNR é o eixo principal da história política da Bolívia até hoje. No correr dos anos e, principalmente, no começo da década de 60, cada um de seus principais líderes toma um caminho diferente e, sempre em nome do vitorioso "nacionalismo revolucionário" original, formam diferentes Partidos ou organizações políticas, nas quais sua liderança pessoal é indiscutível, ao contrário do que acontecia no grande MNR.

Esta é a origem do impasse nas eleições do ano passado entre Victor Paz Estenssoro, da Aliança Movimento Nacionalista Revolucionário (AMNR) e Hernan Siles Suazo, da Frente Unidade Democrática Popular (UDP). Companheiros leais e inseparáveis no começo, os dois foram tomando caminhos diferentes com o passar dos anos, o primeiro mais à direita e o segundo mais à esquerda. Curiosamente, desta forma, se invertiam as posições, pois, no começo, era o contrário: Siles mais de direita e Paz mais esquerdista.

Os dois são os principais líderes políticos do país ainda hoje, sem a menor dúvida. E seu desentendimento foi a causa do fracasso das eleições de 1979. Ao contrário de 78, quando fraudes inocultáveis foram responsáveis pela anulação das eleições, no ano passado a votação foi considerada das mais limpas da história boliviana, mas o fracasso se deveu ao virtual empate entre os dois candidatos mais votados.

Siles Suazo obteve 528 mil 606 votos contra 527 mil 184 votos de Paz Estenssoro. Paz tinha mais votos no Congresso, mas lhe faltaram cinco deputados ou senadores, para que fosse eleito. Resultado: a Bolívia mergulhou num período marcado pelo sangrento e fracassado golpe militar de Nastusch Busch em novembro passado (que causou a morte de mais de 200 pessoas), a formação de outro debilitado Governo Provisório (de Lidia Gueiler) e o agravamento da crise política que, por pouco, não acabou em outro sangrento golpe militar nos últimos dias.

A Bolívia apresenta um espectro partidário excessivamente pulverizado. Nada menos que 71 Partidos políticos vão concorrer domingo próximo, através de 13 coalizões, cada uma com seu candidato à Presidência da República. A tão criticada lei eleitoral boliviana permite que o cidadão vote somente no candidato à Presidente, que, a reboque, estará levando uma lista de candidatos ao Parlamento e o Vice-Presidente.

Um virtual empate entre Victor Paz Estenssoro e Hernan Siles Suazo é inevitável novamente este ano. Além disso, ninguém acredita na possibilidade de algum candidato obter maioria entre o eleitorado. Portanto, o Parlamento terá de resolver outra vez.

O DESEMPATE

"Nós achamos que deve ganhar quem tiver mais votos populares", disse um porta-voz da UDP de Suazo, arrematando, porém, que "isso dependerá de comprovarmos que foram eleições limpas". Essa disposição para que, desta vez, haja uma solução no Congresso para o desempate pode ser observada também entre os dirigentes da AMNR, de Victor Paz, mas todos garantem que não houve negociações prévias sobre acordos.

Quando, na madrugada de segunda-feira, dia 30, saírem os resultados suficientes para fomar rapidamente um quadro definitivo da situação (pela primeira vez estarão sendo usados minicomputadores), começarão imediatamente as negociações interpartidárias. Mas haverá bastante tempo. A decisão só será tomada pelo novo parlamento, a se instalar no dia 4 de agosto, dando-se o prazo de pouco mais de um mês para que as barganhas cheguem a resultados concretos.

Belaúnde governa com ex-banidos

Manuel D'Ornellas

Especial para o JB

Lima — Quatro encarniçados adversários da Revolução Peruana foram nomeados, quinta-feira última, pelo Presidente eleito Fernando Belaúnde Terry, para integrar, em postos-chave, seu gabinete ministerial, a partir de 28 de julho próximo, data da instalação do novo Governo democrático do Peru.

São eles o futuro Primeiro-Ministro Manuel Ulloa, que assumirá o Ministério da Economia, José Maria de La Jara y Ureta, Ministério do Interior, Luis Felipe Alarco, Ministro da Educação, e Javier Arias Stella, a quem caberá a Pasta do Exterior.

Os quatro ministros nomeados por Belaúnde que, junto com dois independentes e dois membros do PPC (Partido de direita liderado por Luis Bedoya Reyes) formarão o Poder Executivo, possuem amplo histórico na luta contra a chamada primeira fase do atual regime militar. Durante essa etapa do processo militar cujo comando coube ao General Juan Velasco Alvarado, todos eles sofreram exílio e, no caso de Alarco, prisão e desterro. Os quatro, porém, foram anistiados pelo General Francisco Morales Bermudez, quando este derrubou Velasco, em meados de 1975.

Alvarado, por sua vez, havia derrubado Belaúnde, em outubro de 1968 e, imediatamente, tratou de hostilizar as personagens do regime civil destronado, visando, de modo especial, a seu último "ditador econômico", Manuel Ulloa. Os jornais de propriedade deste, **Expresso** e **Extra** foram desapropriados em março de 1970. Velasco conseguiu inclusive que Ulloa fosse expulso da Espanha, onde passara a residir, alegando que, junto com La Jara, continuava a conspirar contra a estabilidade do regime militar.

La Jara, por sua vez, que assumira a chefia partidária na ausência de Belaúnde — refugiado nos Estados Unidos — já havia sido deportado antes para Buenos Aires. Uma tradição familiar: seu pai e homônimo fora desterrado durante a longa ditadura de Augusto Leguia (1919/30), e com a queda deste foi nomeado Ministro do Peru no Brasil. Seu filho, além disso, também esteve como adido cultural e de imprensa no Rio de Janeiro, de 1962 a 1963.

Arias Stella foi deportado duas vezes, por ser destacado dirigente belaundista, por Velasco Alvarado. Em abril de 1974, e por esta razão, se transferiu de Buenos Aires, para onde fora enviado, para o Rio. Ali se encontrou — no Copacabana Palace — com Ulloa, que veio especialmente da Europa para conversar com o novo desterrado. A reunião deixou em cóleras o irascível Velasco Alvarado, que se apressou em denunciar uma conspiração de exilados, na qual estaria também envolvido **O Estado de S. Paulo**, com a cumplicidade, segundo insinuou, do próprio Governo brasileiro.

Em conseqüência dessa denúncia, as relações Brasil-Peru chegaram a seu nível mais baixo na última década. Por isso, uma das primeiras medidas de Morales Bermudez, que acabava de instalar-se no Palácio Pizarro, foi promover um encontro entre o General Ernesto Geisel, o que se realizou na fronteira fluvial que limita as duas nações.

Cuba arma guerrilha salvadorenha

San Salvador — O ex-chefe de logística e finanças das Forças Populares de Libertação (FPL) de El Salvador, Julian Otero, denunciou ontem que os Governos de Cuba, Nicarágua e a Ordem Religiosa dos Jesuítas fornecem armas à guerrilha salvadorenha. Otero, que afirmou ser ex-militante da FPL, foi capturado há dois dias pelo Exército e apresentado à imprensa.

Pablo Maurício Albergue, Secretário-Geral do Governo salvadorenho, afirmou que o país "está vivendo uma guerra civil" e que as forças do Exército já perderam mais homens do que no conflito com Honduras. Albergue e dois outros membros do Governo — o chefe do Estado-Maior, Francisco Adolfo Castilho, e o Ministro do Interior, Ovídio Hernandes — encontram-se em Madri para divulgar "a situação desesperadora de seu país".

REPÚDIO

Segundo Hernandez, a solução para a guerra civil é muito difícil, porque uma resposta militar com todas as suas conseqüências por parte da Junta de Governo destruiria o lento caminho já percorrido das reformas e, além disso, implicaria no repúdio internacional".

Para Castilho, "o processo de El Salvador é realmente irreversível, apesar da extrema direita ter recebido apoio da Guatemala a nível de grupos de pressão muito fortes". "Sabemos, inclusive", acrescentou, "que foi-lhes prometida ajuda no Congresso norte-americano por parte de senadores da extrema direita"

Dois empresários irmãos, Ricardo e Wilfredo Reabusch, foram assassinados por guerrilheiros esquerdistas do Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centroamericanos. Dois homens e uma mulher foram mortos por desconhecidos, assim como um policial e um soldado.

Videla rechaça críticas

Buenos Aires — O Presidente argentino Jorge Rafael Videla afirmou ontem que só se submete ao julgamento do povo, da Junta Militar e de sua consciência diante de Deus, referindo-se a críticas feitas pelo ex-Comandante-em-Chefe da Armada e ex-membro da Junta, Almirante Emilio Massera, que criticou a política econômica do Governo.

Videla disse que essa e outras críticas de distintos setores da sociedade não apontam soluções que seriam bem recebidas pelo Governo. O Chefe do Estado-Maior do Exército, General Leopoldo Galtieri, afirmou que o atual processo argentino não tem prazos e, portanto, não se deve especular quantos Presidentes militares sucederão Videla.

O Governador da Província de Córdoba, General Adolfo Sigwald, havia declarado que o país teria mais dois Presidentes militares antes que o Poder fosse novamente entregue aos civis. O General Galtieri ressaltou que a Junta ainda não decidiu nada sobre a sucessão presidencial e deverá iniciar o exame do assunto esta semana. O novo Presidente será um oficial da reserva, escolhido em setembro. O mais cotado é o General Roberto Viola, ex-Comandante do Exército.

O jornal **Buenos Aires Herald**, editado em inglês, disse ontem, em editorial, que a atual ofensiva de críticas contra o Governo é "mais enérgica e ambiciosa do que as anteriores, apesar de ainda estar longe a unificação das oposições." O Herald ressalta que esta união poderia representar uma força política considerável, pois os resultados das eleições realizadas em 1973 mostram que esses grupos representam perto de 80% da população.

Papa pede a Carter ordem política e econômica mais justa

Roma — O Papa João Paulo II fez ontem um apelo pessoal ao Presidente Jimmy Carter, ao recebê-lo no Vaticano, pela criação de uma nova ordem política e econômica internacional mais eqüitativa. Pediu que Carter como outros líderes mundiais controlem os armamentos e aumentem esforços a fim de conseguir uma paz duradoura no Oriente Médio, incluindo a solução do problema palestino. E ao referir-se ao interesse norte-americano pela América Central, ressaltou a necessidade de "esforços perseverantes" em favor de "todos os irmãos e irmãs dessa parte do mundo".

Carter foi recebido em audiência privada que durou pouco mais de uma hora pelo Papa depois de encerrar sua visita oficial à Itália visitando com sua comitiva o monumento a Aldo Moro, no local da Via Caetani, onde em 9 de maio de 1978 foi deixado o corpo do ex-Primeiro Ministro e líder democrata-cristão italiano, seqüestrado e assassinado pelas Brigadas Vermelhas. Ali o grupo permaneceu alguns momentos em silêncio e Carter depositou uma coroa de flores.

PERTINI E VATICANO

No Palácio Quirinal, Carter recebeu cedo a visita do Presidente Sandro Pertini, seu anfitrião, numa breve cerimônia em que trocaram caloroso aperto de mãos, e Pertini, depois de referir-se à solidariedade ocidental, disse que existe uma urgente necessidade "de criar novas formas de consulta e cooperação" entre os aliados no Atlântico.

Ao falar sobre os reféns norte-americanos no Irã, Pertini disse: "Freqüentemente me pergunto o que teria acontecido se os reféns fossem de outra nacionalidade. Sinto-me orgulhoso de ter sido o primeiro a manifestar minha plena solidariedade a vocês e de ter enviado um firme protesto às autoridades de Teerã".

Em seguida às despedidas o Presidente norte-americano foi com sua comitiva depositar a coroa de flores no local onde foi encontrado o corpo do líder democrata-cristão Aldo Moro e depois esteve na Embaixada dos Estados Unidos em Roma e de lá se deslocou para os jardins perto da Vila Borghese, onde embarcou num helicóptero que o levou aos jardins do Vaticano. De carro, seguiram todos para o pátio Damaso, onde uma companhia de Guardas Suíços prestou as honras de estilo ao Chefe de Estado.

As conversações com o Papa João Paulo II foram iniciadas na biblioteca privada do Pontífice, no Palácio Apostólico. Carter é o sétimo Presidente norte-americano a visitar o Vaticano desde que Woodrow Wilson foi recebido por Bento XV, em 1919.

Enquanto Carter e João Paulo II mantinham conversação privada, o Secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Agostinho Casaroli, e seus principais assistentes se reuniam com o Secretário de Estado norte-americano Edmund Muskie, o assessor para Assuntos de Segurança Zibniew Brzezinski e outros funcionários dos Estados Unidos.

A conversa privada de Carter e João Paulo II durou uma hora, após o que a mulher do Presidente, Rosalyn, e sua filha Amy se uniram a ele. O Papa lhes deu as boas-vindas na porta da biblioteca, beijando Amy e introduzindo as visitantes no seu gabinete.

DISCURSO DO PAPA

Em seu discurso, João Paulo II fez um apelo a Carter e a outros líderes mundiais para que controlem os armamentos do mundo. Pediu maior respeito pelos direitos humanos e disse que uma paz ampla para o Oriente Médio deve incluir a solução de todas as questões pendentes no Líbano e de todo o problema palestino.

"A Santa Sé está ciente do aspecto mundial da responsabilidade que está depositada nos Estados Unidos. Também estamos cientes dos riscos envolvidos ao fazer face a essa responsabilidade", disse o Pontífice.

"Contudo, apesar de todos os inconvenientes e problemas, apesar das limitações humanas, os Governos de boa vontade devem continuar a trabalhar pela paz e compreensão internacional no controle e redução de armamentos, na promoção do diálogo Norte-Sul e na intensificação do avanço das nações em desenvolvimento", assinalou.

João Paulo II manifestou também sua aprovação à política de direitos humanos do Presidente Carter dizendo que os líderes governamentais e eclesiásticos deveriam trabalhar lado a lado para promover "a sagrada dignidade humana".

A Igreja, disse o Papa, "está feliz de falar em favor da pessoa humana e de tudo que seja vantajoso para a humanidade. Nesse sentido", disse, "Igreja e Estado são chamados a colaborar na causa do homem e na promoção dos sagrados direitos da dignidade humana".

O Presidente Carter agradeceu ao Papa suas intervenções em favor dos 53 reféns da Embaixada norte-americana em Teerã e afirmou que, neste assunto, seu país continuava dando demonstrações de "paciência, de força e de valor". Expressou também "a profunda admiração dos norte-americanos" pelos esforços do Papa em tal sentido.

Da Cidade do Vaticano, Carter foi para a residência do Embaixador norte-americano na Itália, Richard Gardner, onde passou as últimas horas antes de embarcar para Veneza.

EM VENEZA

Carter foi de helicóptero para o Hotel Cipriani, situado numa ilha vizinha à de San Giorgio, onde se levará a cabo a conferência.

O hotel está cercado por carabineiros. Os habitantes da ilha receberam distintivos especiais que lhes permitem deslocar-se e que são cuidadosamente controlados na entrada e saída da ilha. Adotaram-se medidas extremas de segurança, com a mobilização de cerca de 8 mil homens da polícia e outras forças. O grupo terrorista Brigadas Vermelhas ameaçou perturbar as reuniões.

Roma: UPI

Na Via Caetani, Carter pôs flores no local onde tombou Aldo Moro

Schmidt concorda com mísseis

Veneza — O Presidente norte-americano Jimmy Carter e o Chanceler da Alemanha Ocidental, Helmut Schmidt, declararam ontem, após reunião de 90 minutos, que concordam com a instalação de mísseis nucleares na Europa Ocidental, desmentindo assim as notícias amplamente divulgadas de que a Alemanha Ocidental estaria contra a decisão dos aliados de instalá-los.

"Compreendemos completamente a situação da força nuclear baseada em terra e assegurei ao Chanceler Schmidt não termos dúvida de que ele e a República Federal da Alemanha estão inteiramente comprometidos com a execução do acordo acertado em dezembro para a instalação da força nuclear de solo na Europa Ocidental", disse Carter aos jornalistas depois do encontro.

"Gostaria de sublinhar cada sentença que o Presidente (Carter) falou", disse Schmidt. "Nunca chegou a pensar que não concordássemos na essência do assunto", acrescentou.

Carter e Schmidt sorriam, ao saírem ontem do encontro. Carter disse que a discussão abrangeu a questão nuclear, o Afeganistão e a agenda de viagem do Chanceler a Moscou. "Não temos divergências sobre o Afeganistão", disse Carter. "Nós dois concordamos que os soviéticos precisam retirar todas as suas tropas, pois elas são inaceitáveis".

Grandes discutirão só política

Armando Ourique
Enviado Especial

Veneza — Por divergências crescentes sobre assuntos urgentes e complexos, em lugar de questões econômicas predominará a agenda política pela primeira vez na 6ª Conferência de Cúpula dos sete principais países industrializados que, com toda pompa veneziana, começa hoje e termina amanhã na ilha de San Giorgio Maggiore, em frente à imponente Praça de San Marco.

Salvo a manifestação de esquerda realizada ontem contra o imperialismo norte-americano, Veneza saberá acolher calorosamente os sete grandes. Mas eles não manterão este clima nos dois dias de discussões. A etiqueta terá que disfarçar um pouco contrariedades cultivadas nos últimos meses por crescentes diferenças políticas. Ninguém espera que o diálogo do Presidente norte-americano Jimmy Carter transcorra tranqüilamente em especial com o Chanceler alemão Helmut Schmidt, o Presidente francês Valery Giscard d'Estaing e até com a Primeira-Ministra inglesa Margaret Thatcher.

Divergências

As atuais divergências entre norte-americanos e europeus ocidentais são as mais sérias desde o início da década de 50, quando os **EUA** não precisavam ser ávidos por solidariedade de seus aliados. Desta forma, a economia será discutida rapidamente amanhã e teve que ceder primazia à política para os líderes do Ocidente abordarem as fissuras que podem estar se abrindo com graves conseqüências nos pontos mais delicados da aliança.

A agenda política da conferência abordará a resposta ocidental à invasão soviética do Afeganistão e o diálogo mantido com Moscou, a modernização e aumento do arsenal nuclear na Europa Ocidental, e o acordo de Camp David acompanhado da recente decisão européia de promover a participação da OLP nas negociações de paz, além da questão dos reféns norte-americanos no Irã.

Sobre cada um desses tópicos, entre os sete, que também inclui o anfitrião, Primeiro-Ministro Francesco Cossiga, o Primeiro-Ministro Canadense Pierre Trudeau e o Ministro de Relações Exteriores Japonês Saburo Okita, não existem talvez pontos-de-vista completamente diferentes mas sim comprometedoras diferenças e uma tendência de cada um seguir o seu próprio curso.

As discussões mais delicadas irão girar em torno do relacionamento com a União Soviética. Os Estados Unidos vêm adotando uma nova postura com os soviéticos desde que o tratado **SALT-2**, que versa sobre a corrida armamentista bilateral, começou a se arrastar no Congresso norte-americano. A inesperada invasão do Afeganistão em fins de dezembro passado levou Washington a rever a totalidade de suas relações com Moscou colocando em questão a continuidade da **détente**.

Os Estados Unidos querem infligir danos crescentes aos soviéticos enquanto o Afeganistão permanecer ocupado. E o Presidente Carter tem amplos argumentos de ordem estratégica para sustentar sua posição. Washington, nos últimos cinco meses, exerceu considerável pressão para os seus aliados seguirem os seus passos. Mas essas pressões capitalizaram menos medidas de solidariedade do que provocaram fissuras na aliança.

O sentimento predominante na Europa é de que a maneira como os Estados Unidos vêm rompendo laços com os soviéticos constitui uma aventura perigosa envolvendo, de qualquer forma, medidas ineficazes para os seus objetivos.

De acordo com a bem-conceituada e conservadora revista inglesa **The Economist**, os europeus não estão seguindo os passos norte-americanos nas retaliações aos soviéticos porque não querem perder os lucros e os empregos que mantêm no comércio subsidiado que mantêm com a União Soviética. É certo que para a Alemanha e a França, o custo de aplicar sanções seria bem maior do que foi para os norte-americanos. A **détente** na área comercial avançou bem mais na Europa Ocidental do que nos Estados Unidos.

A Europa Ocidental parece entretanto ter razões mais profundas para não se alinhar com os Estados Unidos. O comércio é importante, mas os europeus dão a impressão de não estarem dispostos, ao contrário dos Estados Unidos, a sacrificarem a **détente**, no sentido global do seu conceito, por causa da invasão do Afeganistão. Eles concordam com a necessidade de conter o expansionismo soviético, e não apenas do Sudoeste Asiático. Mas discordam dos métodos da diplomacia norte-americana. Os europeus parecem estar convencidos que a **détente** pode e deve sobreviver e que é preciso protegê-la.

Essa divergência pode ser comprometedora para a aliança se cada país continuar a tomar decisões em desconsideração pelas políticas dos demais, isto é, sobretudo em desconsideração com a política dos Estados Unidos, já que Washington se considera com direito à liderança.

O Presidente Carter hoje deverá ressaltar que os seus aliados não se estão dando conta da seriedade da invasão e deverá pedir-lhes que apliquem novas sanções cortando o fornecimento de tecnologia avançada para os soviéticos. Carter não deverá insistir na questão do boicote às Olimpíadas em Moscou. Deverá considerar que os países que enviarão equipes o estarão fazendo por decisão de seus comitês olímpicos, apesar das pressões ao contrário feitas pelos seus Governos.

Mas o Presidente norte-americano deverá questionar o diálogo em alto nível que a França e a Alemanha Ocidental estão mantendo com os soviéticos. Esta é uma séria manifestação dos caminhos divergentes que os aliados estão seguindo. O Presidente Giscard D'Estaing marcou sua reunião com o **Premier Brejnev** em Varsóvia sem fazer qualquer consulta prévia aos Estados Unidos. Na ocasião, em Washington era discutida seriamente a conveniência de o recém-empossado Secretário de Estado Edmundo Muskie manter um primeiro contato com o Chanceler soviético Gromiko, quando os dois estariam em Viena por ocasião de uma festividade austríaca. O contato acabou sendo estabelecido, mas não sem logo antes, diante de uma enorme platéia de autoridades internacionais e do próprio Chanceler Gromiko, Muskie ter feito graves acusações aos soviéticos. Giscard D'Estaing, que quer criar um mecanismo de consultas entre os países da aliança, tomou sua decisão sem comunicar nada a Washington porque os Estados Unidos também fariam o mesmo, segundo comentaram depois diplomatas franceses.

Hoje o Presidente Carter estará pressionando os aliados também para serem mais ativos em suas retaliações contra o Irã pela libertação dos 53 reféns norte-americanos que estão detidos desde início de novembro do ano passado. Depois de muita relutância, os europeus da Comunidade Econômica acabaram aplicando sanções parciais ao Irã, que não agradaram muito a Washington. A crise iraniana, que já envolveu a surpreendente e triste operação de comando fracassada quando Washington estava empenhada com os europeus a se restringir a medidas diplomáticas, também desgastou bastante os Estados Unidos diante da aliança. Nesta conferência o Presidente Carter não deverá insistir muito na questão dos reféns para concentrar suas pressões na questão soviética. De qualquer forma, em recente entrevista ao colunista do jornal **The New York Times**, James Reston, o Presidente Giscard d'Estaing disse que faria qualquer coisa sensata para contribuir para a libertação dos reféns mas que no momento não havia autoridade constituída em Teerã para se dialogar. Acrescentou que achava ser um erro de Washington insistir em transformar a questão dos reféns num problema de consciência para os aliados.

Participação da OLP

Mas os europeus, há uma semana, em Veneza, em sua conferência própria, resolveram passar à ofensiva e de sua maneira criaram um problema de consciência para Washington. Pressionados pelos Estados Unidos desde fins do ano passado com as questões soviéticas e do Irã, passaram a pressionar pela participação da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) em negociações sobre a parte no Oriente Médio. Com essa decisão, que Washington procurou evitar quando o Secretário Edmund Muskie esteve em Viena há umas cinco semanas, o Presidente Carter também terá que, na defensiva, escutar as proposições européias.

Washington tem sustentado que, com a invasão do Afeganistão, a União Soviética está assegurando uma posição de superioridade no Oriente Médio. E que é necessário corrigir essa situação. Nesse contexto, Washington vinha sugerindo que os europeus do Ocidente deveriam também assumir suas responsabilidades na região. O que significaria que a OTAN deveria passar a atuar, em caso de necessidade, também fora da Europa.

A nova posição européia pode no entanto implicar a contra-argumentação de que o Ocidente deveria se empenhar sem tabus em arrefecer esse foco de tensões, através de novas negociações com a participação da OLP que culminariam com a criação de um Estado palestino.

Seca atinge 80% do Ceará e flagelados são 500 mil

Egídio Serpa
Correspondente

Fortaleza — O Ceará, que tem 80% do seu território na região semi-árida, enfrenta, pelo segundo ano consecutivo, uma seca de danosas conseqüências econômicas e sociais. Há, seguramente, uma população estimada em 500 mil pessoas diretamente atingidas pela estiagem, neste que é um dos mais pobres Estados nordestinos.

O Programa de Emergência para socorrer às populações flageladas, elaborado pela Sudene, está em execução, mas sob a ameaça iminente de um colapso pela absoluta carência de recursos financeiros. O Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, repassadores das verbas destinadas ao financiamento de serviços em milhares de propriedades rurais, não dispõem, até agora, dos recursos repetidamente prometidos pelas autoridades dos ministérios do Interior e do Planejamento.

Fluxo de caixa

Para agravar o quadro de perigosa expectativa em que se encontram os agricultores sertanejos, o Ministro da Agricultura, Amaury Stabile, veio aqui na quinta-feira e disse, alto e bom som, diante de um auditório repleto de políticos e empresários, que a liberação de recursos para o Programa de Emergência contra a seca depende de um "fluxo de caixa" do Governo. Como se o socorro a essa tradicional desgraça do Nordeste fosse uma simples operação comercial.

A palavra do Ministro Stábile, no auditório da Federação das Associações do Comércio, da Indústria e da Agropecuária do Ceará (Facic), foi considerada tão pessimista e tão grave que alguns empresários presentes sugeriram aos jornalistas que omitissem a informação ministerial, sob pena de causarem um impacto dramático junto às massas flageladas. No dia anterior, em Teresina, o Ministro da Agricultura já havia declarado que o Governo não dispõe de recursos para combater as conseqüências da seca nordestina.

O Ministro parece ter razão. Gerentes das agências dos Bancos do Brasil e do Nordeste confirmaram, em Quixeramobim e Quixadá, no sertão central cearense, onde a seca é mais forte, que não há mesmo recursos para serem emprestados como manda o Programa de Emergência — a juros de 7% ao ano, pagamento em 15 anos, com quatro de carência. Por isso, em Quixeramobim muitos proprietários rurais já despediram os seus trabalhadores, que rondam ameaçadoramente o comércio da cidade, vigiado permanentemente pela polícia, talvez aguardando uma chance de saquear.

Muito grave

"A situação é muito grave", dizem políticos e empresários. Mas a gravidade do quadro não parece sensibilizar o Governo. Os empresários chegaram a dizer ao Ministro Amaury Stábile que não entendem como são rápidas as providências para socorrer as emergências climáticas que atingem o Sul e Centro-Sul do país e tão demoradas e burocratizadas as medidas de socorro às populações nordestinas, que não aprenderam até hoje como conviver com a falta de chuvas.

O Ceará perdeu, com a seca deste ano, 80% de sua safra agrícola. O feijão e o milho praticamente se perderam, mas o algodão — resistente à estiagem — vai registrar uma colheita de aproximadamente 50 mil toneladas, bem aquém das 85 mil toneladas previstas no início do ano. Por enquanto, as promessas do Governo do Estado, de que o programa de emergência está apenas começando e que por isso os recursos financeiros ainda não chegaram, mas vão chegar, têm mantido os sertanejos nas regiões em que moram e trabalham. Não obstante, registram-se pequenos fluxos migratórios, a partir da região Sul — mais precisamente na região do Cariri. Ali, onde pela primeira vez na história das secas do Ceará observa-se a total alta de chuvas, as perdas agrícolas são totais. Por isso, mais de 2 mil pessoas já deixaram a região, de ônibus ou caminhão, em busca do Sul do país. É um número insignificante, se comparado com o de secas passadas, mas é um registro importante, porque o fluxo migratório havia deixado de constar das crônicas sobre os flagelos nordestinos.

O que pretende o Plano de Emergência contra a seca é digno de louvores, porque, além de manter o sertanejo em sua terra, prevê a preparação e a ampliação das áreas de cultivo, através da construção de cercas, poços profundos, cacimbas, aguadas, barreiros, silos e do desmatamento e destocamento das novas glebas. Mas isso só pode ser feito se os recursos prometidos pelo Governo forem logo liberados.

Governo não estatiza as rádios

Brasília — Segundo o Ministro das Comunicações, Haroldo Correia de Mattos, a decisão do Governo é manter a exploração do rádio nas mãos da iniciativa privada, não se cogitando nenhuma mudança na linha dessa orientação. "O que se faz necessário", observou, "é a existência de um código de ética sem a participação do Governo quer na elaboração, quer na aplicação de suas sanções".

As declarações foram feitas em reunião com o presidente do Conselho-Diretor da Associação Interamericana de Radiodifusão, Hector Mengoal, que salientou que a entidade, que congrega 14 mil emissoras, defende o princípio de que a radiodifusão deve ser exercida livremente pela iniciativa privada.

O Sr Hector Mengoal ressaltou que a associação se preocupa quando os meios de comunicação social sofrem intervenções do Governo, pois ela quer e defende a radiodifusão livre: "Nós nos regozijamos com o Governo brasileiro pelas demonstrações e reafirmações de que os meios de comunicação social são exercidos pela iniciativa privada."

Ao longo da Rodovia Londrina—Maringá, uma cidade de 100 quilômetros

Cidade com 12 municípios surge em rodovia do Paraná

Curitiba — Uma cidade linear de 100 quilômetros está-se formando ao longo da Rodovia Londrina-Maringá, unindo 12 municípios nascidos no ciclo do café, que ao entrar pelas férteis e virgens terras do Norte do Paraná, há menos de meio século, transformou a região num eldorado. A formação de um único conjunto urbano é inevitável porque as cidades apresentam crescimento desenfreado.

Com seus 1 milhão 13 mil 400 habitantes (Curitiba tem 1 milhão 7 mil 400), A Metronor como já é chamada pela Secretaria de Planejamento do Paraná, escapa, por sua peculiaridade, da definição oficial brasileira de região metropolitana. Porém, antes do ano 2 000 já será comum viajar durante horas pela "avenida principal" daquela quilômetrica concentração urbana, que terá pelo menos 2 milhões de habitantes.

Explosão

Os dois extremos do eixo — Londrina e Maringá — são as duas principais cidades do interior do Estado, não só pelo tamanho, mas pela expressão econômica que ganharam a partir do ciclo do café pós-1930. Maringá, que não existia há 35 anos, foi considerada a quinta cidade mais desenvolvida do Brasil em 1975 e hoje possui 200 mil habitantes.

Do outro lado, Londrina, com 321 mil 600 habitantes é um importante pólo cultural e político, disposto a competir em pé de igualdade com a maioria das Capitais brasileiras. Entre os habitantes dessas duas cidades existe uma rixa desenvolvimentista, que estimula constantemente a competitividade, favorecendo ainda mais seu crescimento. No meio do eixo, Apucarana, com 120 mil habitantes é o entroncamento rodoviário onde se encontram a BR-376 vinda de Maringá, e a BR-170, vinda de Londrina.

É a partir de Apucarana, através da BR-376, que a maior parte da produção Norte paranaense chega a Paranaguá: antes o café, hoje menos café e mais soja, trigo e pecuária. A área urbana de Maringá já ultrapassa seus limites territoriais e invade, sem senhum constrangimento, o município de Marialva, ao qual pertenceu antes de 1947. Sarandi, pequeno distrito de Marialva, sedia boa parte das indústrias maringaenses, que o transformaram em cidade-dormitório.

Assim como Maringá já abosorve Paicandu, de um lado, e Sarandi, de outro, estendendo seus tentáculos para Marialva, 10 quilômetros adiante, o mesmo acontece em relação a Londrina, na extremidade Leste da Metronor: Ibiporá, a Leste, e Cabé a Oeste, já integram plenamente a área urbana de Londrina, que brevemente atingirá Rolândia, oito quilômetros eixo adentro. Da mesma forma, Apucarana tende a se estender até Cambira e Jandáia do Sul, a Oeste, e Arapongas dez quilômetros a Leste.

Problemas

São cinco, assim, das 13 concentrações urbanas em 12 municípios, que já estão aglutinadas. E isto começa a causar problemas, decorrentes das políticas isoladas de desenvolvimento, levadas a efeito em cada um dos municípios. As cidades de Cambé e Rolândia, por exemplo, podem começar a lançar seus esgotos na cabeceira do Ribeirão Cafezal, o que causará sérios problemas para a população de Londrina, que capta água para seu abastecimento no mesmo rio.

Igualmente, Apucarana, Cambira, Arapongas, Jandáia do Sul, Mandaguari, Marialva e Sarandi, já enfrentam problemas para se desfazer de seus esgotos industriais e domiciliares, pois estão localizados na bacia do Rio Pirapó e poderão comprometer a captação de água de Maringa. O coordenador de Estudos e Projetos da Secretaria do Planejamento, Sr José Vicente Socorro, observa que "o processo de apropriação imobiliária está se tornando cada vez mais especulativo, e já se começa a perceber o congestionamento do espaço entre os municípios".

Outro problema da aglutinação, diz respeito ao crescimento industrial: "De nada adianta Londrina levar em conta a direção dos ventos para definir a localização de seu distrito industrial, sem considerar a posição de Cambé e Rolândia em relação aos mesmos ventos", explica o Sr José Vicente Socorro.

Por isso, a Secretaria de Planejamento reuniu ontem em Apucarana, 12 prefeitos, 149 vereadores, 95 gerentes de bancos, oito associações comerciais e industriais, 11 cooperativas centrais, e representantes de clubes, universidades, faculdades, consulados e órgãos de comunicação, para apresentar o projeto Metronor. No plano concreto, até agora, esse projeto prevê a duplicação da rodovia que liga Maringá à Londrina, e a definição de áreas industriais e residenciais, ao longo do eixo.

Objetivo

No plano político-administrativo, o objetivo é criar a região metropolitana do Norte do Paraná, que permitirá definir diretrizes conjuntas, para orientar o crescimento dos 12 municípios. A questão principal é que se o Governo federal não encampar a criação daquela região metropolitana, o Governo estadual terá que fazê-lo, pois "a conubação exige formas de articulação político-administrativa coordenadas, para problemas que se interligam", segundo o coordenador de Estudos e Projetos da Secretaria de Planejamento.

Com ou sem região metropolitana, a futurística Metronor continua crescendo: enquanto a taxa de crescimento da indústria paranaense foi de 23,5% ao ano, no período de 1970 a 1975, do Norte do Paraná foi de 25% ao ano, no mesmo período. Aquela região respondia, em 1975, por 20% do valor da transformação industrial do Paraná, que era, então, de Cr$ 1 bilhão 224 mil 325.

As 12 cidades daquele eixo consomem, atualmente, 681 mil 692 mW horário, ou seja, mais da metade do consumo de energia elétrica de Curitiba (região metropolitana), que é de 1 milhão 142 mil 891 mW/hora. Em 1977 existiam 92 mil 836 veículos rodoviários na Metronor, contra 158 mil 270 em Curitiba. Enquanto a oferta de emprego crescia a 9% ao ano, no Paraná, entre 1970 e 1975, na Metronor esse crescimento era de 14%.

Esses números, segundo o Sr José Vicente Socorro, indicam que "apesar de não ser uma região metropolitana de direito, a Metronor o é de fato, já que não se enquadra mais na definição de "aglomerados urbanos". Por isso, acrescenta, "é preciso buscar uma maior linearização do seu crescimento, para aproveitar melhor as area e evitar transtornos imprevisíveis".

Aparecida discute número de romeiros que vão ver o Papa

Os 10 dias que faltam para a visita do Papa à Aparecida ainda serão marcados por uma grande discussão — e apostas que se sucediam ontem — sobre o número de romeiros diante da basílica, onde se construiu uma praça para receber 1 milhão de pessoas. O Prefeito Alfredo Bouraberi pensa em 2 milhões, mas o responsável pela construção do templo, Padre Noé Sotillo, a quem os religiosos chamam de o **poderoso chefão**, diz que "só Deus sabe". O bloqueio da Rio—São Paulo ficou acertado para meio-dia do dia 3.

As reservas nos 12 hotéis — que não merecem duas estrelas, se tanto — estão esgotadas. Mas ainda é possível encontrar lugar nas pensões e hospedarias, onde o bafio começa à entrada. Os comerciantes não se mostram até agora entusiasmados. Os romeiros não têm chegado em grandes levas, como acontecia. Eles preferem vir nos dias próximos à chegada do Papa, a 4 de julho.

O heliporto na face Norte da basílica, que dá para a cidade, deverá estar concluído amanhã, enquanto tratores trazem terra para o auditório de 300 mil metros quadrados. A Ford informou que o Landau adaptado para o Papa — que só será visto em Aparecida — está pronto. Militares se postam a cada canto, para idealizar um esquema perfeito de segurança. Os subterrâneos da basílica — onde fica o salão dos romeiros — foi improvisado para se transformar na maior sala de imprensa do mundo, com a presença de 1 mil 800 jornalistas.

Na cidade, um churrasco magro sai por mais de Cr$ 400 e os visitantes são conduzidos a estúdios onde são fotografados junto a uma reprodução da imagem, ou perto da silhueta de João Paulo II, em madeira. Diante da velha catedral, que ainda abriga N Sª Aparecida — exceto nos fins de semana e feriados, quando é levada para a nova basílica — um postal custa Cr$ 200.

Em S. Paulo, ficará em mosteiro

São Paulo — A rotina do Mosteiro de São Geraldo e do Colégio Santo Américo, no Morumbi, sofrerá uma pausa de 20 horas, no próximo dia 3, para hospedar o Papa João Paulo II e sua comitiva, durante sua visita a São Paulo: além das refeições e do pernoite, o Papa terá vários encontros no colégio, entre às 13 do dia 3 e às 8 do dia 4, quando seguirá para Aparecida.

Entre as quatro alternativas apresentadas ao Vaticano para hospedar o Papa, o Colégio Santo Américo, mantido pelo Mosteiro de São Geraldo — dos monges beneditinos de origem húngara — foi escolhido principalmente devido às boas condições de segurança: um terreno de 61 mil 294 metros quadrados, com 22 mil 951 metros quadrados de área construída que dão amplas possibilidades de abrigar os 28 membros da comitiva, sem o risco de que seja rompido o isolamento do local.

Desde 1963, 32 anos depois da chegada do primeiro monge húngaro ao Brasil, os beneditinos do Mosteiro de São Geraldo estão instalados no Morumbi, onde funcionam, além do Mosteiro e do colégio, a casa das irmãs, a oficina, o seminário, um auditório e a igreja, todos em construções modernas, situadas na rua que leva o nome do colégio: Santo Américo.

O apartamento 316 do mosteiro — com uma sala de 30 metros quadrados, um quarto de 3 por 4,5 metros e um banheiro pequeno — já está pronto para hospedar o Papa João Paulo II. No mesmo andar, entre os apartamentos 315 e 325, ficarão hospedados seu médico, os assessores mais próximos, o Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, e o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, anfitrião oficial do Papa em São Paulo.

O refeitório, de 12 por 8 metros, onde o Papa almoçará e jantará, no dia 3, e tomará o café da manhã, no dia 4, também já recebeu pintura nova. E, para atender à comitiva, foram instaladas mais dez linhas telefônicas no mosteiro e um telex para o Vaticano.

Percurso dará impressão falsa

Recife — O percurso que será feito pelo Papa João Paulo II quando aqui chegar, na tarde do dia 7 de julho, não dará ao visitante uma idéia geral do que seja Recife, uma cidade essencialmente pobre, com algumas marcas de riqueza.

Assim que desembarcar na Base Aérea no bairro do Ibura, ele começa a percorrer um roteiro de pouco mais de 31 quilômetros, durante o qual verá a praia de Boa Viagem; fábricas e oficinas de automóveis, na Avenida da Imbiribeira; restaurantes sofisticados, alguns motéis e hotéis, poucas igrejas antigas, pouco verde e praticamente uma única favela, das 62 existentes na Capital pernambucana: a do Coque, que fica ao lado de onde ele celebrará uma missa.

O que vai ver

Na saída da Base Aérea, João Paulo II poderá ser informado que ali começa o bairro do Jordão, de péssimo acesso e onde, nas várias vilas da Cohab, centenas de famílias diariamente enfrentam uma verdadeira batalha para chegar em casa, por causa das ruas esburacadas e sem calçamento.

Chegando à Avenida da Imbiribeira, oficialmente denominada de Marechal Mascarenhas de Morais, verá um desfile de fábricas ou seus escritórios, assim como lojas de peças de automóveis, depósitos, postos de gasolina e alguns poucos barracos de madeira que ainda resistem à especulação imobiliária e teimam em continuar erguidos numa área altamente valorizada da cidade.

Ao entrar na Avenida Antônio Calção, que em determinado trecho se chama General Mac Arthur, o Papa terá uma visão pouco interessante: dezenas de prédios de apartamento, tipo caixote, se amontoam junto aos sofisticados motéis da Zona Sul. Atravessará uma linha férrea, onde encontrará alguns casebres, próximos ao mangue, e poderá ver a fachada do Hospital Psiquiátrico de Pernambuco. Já se aproximando da Avenida Boa Viagem, começará a ver algumas das marcas de riqueza da cidade, traduzida nos altos e bem-construídos edifícios, revestidos de mármore, com varandas e vidros **rayban**.

Já na Avenida Boa Viagem, João Paulo II terá uma visão da praia, talves dos arrecifes que surgem quando a maré está baixa e, ao longe, verá os navios entrando no porto. A partir do terceiro jardim da praia, onde ainda se encontra boas e ricas casas, o Papa poderá ver restaurantes sofisticados, como o Lobster, cuja especialidade é lagosta, ou o Veleiro, que anuncia em letreiros luminosos "lagostas, peixadas e ostras", ou ainda o grande restaurante China Town, todo fechado, com ar condicionado, mesmo sendo localizado à beira-mar.

No segundo jardim terá uma visão de um dos edifícios **treme-treme** da Zona Sul, o Califórnia, com suas janelas quase caindo e o colorido das roupas de seus moradores penduradas nas janelas. Mas a meio de tudo isso, verá muitos coqueiros, palmeiras e casuarinas que embelezam toda a orla marítima, assim como as dezenas de barracas de coco verde.

À medida que se aproxima o fim da Avenida Boa Viagem, onde começa o Pina, João Paulo II sentirá a diferença de habitações, pois nesse bairro, popular, os prédios também são tipo caixote. Se pudesse olhar além da avenida, veria os casebres dos que vivem na localidade chamada Bode. E no fim o Pina, ao longe, quando fizer a curva para entrar na Avenida Antônio de Góis avistará Brasília Teimosa.

Nesse bairro, uma das maiores favelas de Recife, mais de 10 mil pessoas vivem em palafitas ou em barracos ameaçados de desabamento, tendo como principal atividade a pesca. Mas o cortejo seguirá e o Papa novamente não terá muito a ver, até chegar à Ponte do Pina, acesso ao viaduto do Cabanga, onde celebrará a missa. Até chegar ao local do lado esquerdo, o Papa estará passando pela mais tradicional favela de Recife, o Cogue, sem saneamento, sem calçamento — uma das áreas mais críticas da cidade.

Depois da missa, o Papa percorrerá as ruas do Centro, como Avenidas Conde da Boa Vista, Guararapes e Dantas Barreto, vendo lojas, bancos e provavelmente uma verdadeira multidão nas janelas dos edifícios que terá a melhor localização para assistir a sua passagem.

Ainda no Centro, verá o Teatro Isabel, as pontes, o Palácio do Campo das Princesas e, na Rua do Imperador passará pela igreja de São Francisco e a Capela Dourada, onde todas as terças-feiras, centenas de mendigos se postam nas suas portas para receber pão, distribuído por fiéis como pagamento de promessas.

Quando chegar à Avenida Nossa Senhora do Carmo, com várias ruas transversais, poderia ver, se não fosse feriado, um amplo, variado, desorganizado e ameaçado comércio ambulante, a principal atividade da população flutuante de Recife, subempregada, vivendo de biscate, e que os tecnocratas denominam de "setor informal da economia". São essas pessoas que, usando ainda a mesma linguagem, habitam os "assentamentos subnormais", nada mais do que as favelas da cidade.

Do Centro, chega à Avenida Cruz Cabuga que, no final, limita Recife de Olinda, e na sua passagem, de um lado terá dezenas de casas dos oficiais da Marinha, enquanto do outro lado o Hospital Santo Amaro, de indigentes, e o Hospital do Câncer.

Índios querem mostrar documento

Manaus — Os índios que participarão de uma assembléia nacional a ser realizada em Brasília, por ocasião da visita do Papa, tentarão entregar a João Paulo II um documento sobre a situação das tribos brasileiras. Caso não consigam isso em Brasília, alguns dos participantes, como o xavante Juruna ou cabixi Daniel, poderão viajar até Manaus, para se encontrarem com o Papa.

Em Manaus, a reunião do Papa com líderes de tribos da Amazônia já está confirmada, razão pela qual haveria condições de os participantes da assembléia nacional entregarem o documento a João Paulo II. Da Capital do país à Capital do Amazonas a delegação representante da assembléia nacional viajaria por terra.

Chegou ontem a Manaus o Secretário Nacional do CIMI, Padre Paulo Suess, que participou, no exterior, de um congresso religioso contra o racismo. O Secretário do CIMI confirmou que o Papa está bem informado a respeito dos problemas dos índios brasileiros, embora seja de grande importância que ouça dos líderes, em encontro pessoal, um relato sobre a situação de suas tribos.

Para o Padre Paulo Suess, os problemas dos índios brasileiros são os mesmos em qualquer região do país, já que decorrem sobretudo da falta de demarcação de seus territórios, freqüentemente invadidos e desrespeitados.

Leia editorial "Um Pastor"

Aparecida/SP — Foto de Aguinaldo Ramos

Romeiros não perdem oportunidade de se fotografarem ao lado do Papa fabricado em madeira

Prefeito de Aparecida critica visita à favela

O Prefeito de Aparecida, Alfredo Bourabebi, acaba de voltar do Rio e pergunta se os cariocas se deram conta de que o Papa vai chegar. "Nunca vi tanta pobreza e falta de imaginação para homenagear Sua Santidade. E depois é um absurdo levá-lo para visitar uma favela."

Há grande emoção na sede da municipalidade: todos querem pôr os olhos num cheque de Cr$ 80 milhões, que acaba de ser enviado pelo DNER. "Eu nunca vi tanto zero em minha vida" — diz o Prefeito Bourabebi, em seu gabinete. Uma senhora interrompe o despacho para cumprimentar "aquele que foi o artífice da visita do Papa".

Prefeito, o eleito

"Vou ser franco: o Papa vem ao Brasil antes de tudo por causa de Aparecida" — diz Alfredo Bourabebi, 48 anos, três anos à frente dos destinos de Aparecida, um município com 35 mil habitantes e que a cada fim de semana incha, para dar lugar a uma população de 200 mil pessoas.

O Prefeito Bourabebi, assim como o Padre Soutillo, se inclui também na categoria dos eleitos que sabiam da vinda do Papa, há dois anos. Ele mandou espiões a Puebla, no México, para saber como receber "o representante de Deus na Terra. Eu não tinha dúvidas de que o convite do Bispo Dom Geraldo Penido seria aceito."

Para Alfredo Bourabebi, não há como negar que a visita do Papa foi um grande negócio em termos de benefício para a população: "Onde eu iria obter Cr$ 293 milhões?". Entre os retratos do Presidente Figueiredo e do Governador Paulo Maluf, o Prefeito Bourabebi sente-se realizado. É um homem simples, que gosta de tomar suas cervejas e ganhou fama de **pedinchão**: nunca, em tempo algum, um administrador municipal tomou tanto dinheiro ao mesmo tempo do Estado e da União.

"Sim, não nego, foi uma façanha. Mas, eram melhorias há muito exigidas pela comunidade. Não é fácil governar com os cofres vazios. E se não pensássemos alto, a visita do Papa não teria a grandeza com que foi projetada. Mas, veja uma coisa: O DNER ainda nos está devendo um cheque de Cr$ 35 milhões".

Com sua habilidade inegável, Alfredo Bourabebi e seu assessor de Planejamento, Roberto Reis de Castro, fizeram das tripas coração e onde havia uma autoridade estendiam o pires vazio: "Depois que o Papa se for, vamos ter que voltar ao ramerrão, isto é, dirigir um município cujo orçamento não vai além de Cr$ 142 milhões, sem nunca mais pensar na visita de uma personalidade eminente".

"Um milagre, não há dúvida que foi um milagre" — diz Bourabebi, lembrando que, quando toda a confusão passar, Aparecida terá sempre em estoque 3 milhões de litros dágua. Antes, o reservatório só dispunha de 650 mil litros. E quando veio 12 de outubro de 1975 — data da padroeira — era inevitável o colapso. A cidade foi invadida por 450 mil romeiros e tudo parou".

O Prefeito Bourabebi não quer pensar — mas sonha — com a presença de 1 milhão 500 mil pessoas. O comércio está reclamando muito: há meses que os romeiros não aparecem em grande escala, esperando a chegada do Papa. "Agora, afinal, temas condições de receber a grande massa flutuante nos fins de semana".

Aparecida vive em torno dos romeiros, com uma única indústria de papel e celulose. Não havia dinheiro nem para a iluminação da Avenida Monumental, que levará o nome de João Paulo II e que acaba de ser inaugurada graças a um outro cheque de Cr$ 3 milhões 500 mil. O Governo do Estado de São Paulo também foi pródigo: Cr$ 30 milhões.

De repente, Aparecida se tornou o centro das atrações de todo o eixo Rio—São Paulo, onde os futurólogos esperam surgir em linha reta dezenas de megalópolis. A entrevista é interrompida por um telefonema da Ford: o **Landau** adaptado exclusivamente para a visita do Papa só será visto em Aparecida.

As rivalidades entre os municípios vizinhos acabaram-se. Com a visita do Papa, diz o **Prefeito Bourabebi**, todo o Vale do **Paraíba** se beneficiou. Ante o bloqueio da estrada Rio—São Paulo, ramais ferroviários foram improvisados para buscar romeiros em Guaratinguetá e Pindamonhangada. O DNER aplicou Cr$ 40 milhões.

O Prefeito Alfredo Bourabebi endossa o cheque de Cr$ 80 milhões e assina outro ato declarando feriado em Aparecida o dia da chegada do Papa.

Aparecida/SP — Foto de Aguinaldo Ramos

Padre Sotillo pôs um morro abaixo para construir o altar onde João Paulo II rezará a missa

Padre é considerado "o chefão"

"Esta igreja foi feita com o dinheiro dos pobres, o palpite dos ricos e a crítica dos padres". Na esplanada da Basílica de Nossa Senhora Aparecida, entre 200 operários — "os meus candangos" — o Padre Noé Sotillo, 54 anos, decide tudo. Ele é o ecônomo da Arquidiocese, e segundo o reitor do Seminário Bom Jesus, "Sotillo é nosso **poderoso chefão**".

O Padre tem 1m80 e lembra um oficial de campo quando discute com militares sobre a segurança do Papa. Há 14 anos, o Padre Sotillo, nascido em Tietê, São Paulo, deixou de pregar de capela em capela, e fez do novo templo, que se constrói há 25 anos, a sua casamata. Nunca deu uma entrevista, por considerar que "jornalistas não ganharão o reino dos céus".

Garantia do céu

"Eu, de minha parte, garanto: depois de tanto carregar pedra aqui em Aparecida, se São Pedro me negar a chave do céu, chuto a porta e faço greve de fome. E vou bradar: aquela igreja lá embaixo, maior que a Basílica do Vaticano, me custou os olhos da cara. Para construí-la, paguei todos os meus pecados, São Pedro".

Sotillo, a princípio, parece um tipo duro, implacável, um executivo, mas emociona-se quando alguém pede a sua ajuda para entender o traçado da Basílica, com quatro capelas gigantescas entre os pontos cardeais, agora em forma de cruz romana. Falta apenas o acabamento, e essa tarefa levará cinco anos. "Senhor" — indaga Sotillo — "ainda terei tanto tempo aqui na Terra?".

Ontem, ele determinava que se cobrisse de carpete (uma doação) o grande palco de madeira diante da Basílica. Ao centro, numa elevação, ficará João Paulo II e mais 12 sacerdotes que oficiarão a missa.

"Eu espero estar entre essa dúzia de eleitos, junto de sua Santidade". Em torno, ficarão as autoridades, e diante da grande entrada da igreja um coro de mil vozes. "Nos cantos, estarão os honrados mafiosos da imprensa que virão de todo o mundo" — diz Sotillo, que fez dos subterrâneos da Basílica a maior sala de imprensa do mundo.

Os 1 mil 800 jornalistas esperados vão ocupar o salão dos peregrinos e dali, com telex e telefones, poderão se comunicar para todo o mundo. "Mas, ai daquele que não cumprir as minhas ordens. Eu esfolo diante da multidão."

"**O povão**" — diz o Padre Sotillo, descendente de italianos — ficará no grande auditório de 300 mil metros quadrados, uma praça concluída em três meses e que poderá abrigar mais de 1 milhão de pessoas. Tive que pôr abaixo um morro e os tratores continuam remexendo a terra para cá. Mas alguns dias, talvez segunda-feira, eu conclua o heliporto, onde o Papa descerá."

Sotillo, durante dois anos, guardou o segredo de que o Papa viria mesmo ao Brasil. E tocou as obras da Basílica como se fosse uma questão de vida ou morte, dentro de "uma economia de guerra.". Seus companheiros — os padres redentoristas — "vivem para as coisas espirituais e não sabem quanto custa o preço de um saco de cimento. Fazem os gastos, e mandam as contas, como quem diz: o Sotillo que se vire."

Quando o jovem padre chegou a Aparecida, a igreja era ainda um sonho, criticado por todos, que já tinha deixado de cabelos brancos Dom Antônio Macedo, ex-administrador da Arquidiocese. O Bispo de Aparecida, Dom Geraldo Maria de Moraes Penido, teve muita dificuldade em conter o impetuoso Padre Sotillo, que mandava os arquitetos desafiarem a dignidade episcopal com autorização de novas obras.

E, ao fim de cada dia, uma nova etapa era vencida para surpresa do Bispo, a quem só restava dizer: "já que está deixa ficar". E assim o padre Sotillo foi concluindo a Basílica — uma obra considerada para o "Dia de São Nunca" e sob permanentes críticas. "Temos os 200 candangos e mais 300 funcionários encarregados da administração.

Para o sacerdote, não há nenhuma suntuosidade, "a não ser a grandeza digna do Senhor". E, de fato, os detalhes caprichosos, o requinte ou luxo, não surgem na Basílica. Não há vitrais nem portas incrustradas com trabalhos de ouro.

"Mas, para que portas nesta igreja?" — pergunta-se o padre Sotillo, lembrando que há 20 delas ao longo das quatro naves e que confecciona-las custaria anos e anos. "A casa do Senhor deve estar aberta noite e dia, sem portas. E, depois, para que fechar ao anoitecer e reabrir de novo ao fim de cada madrugada?"

O padre Sotillo é contra as portas e, antes de tudo, contra os bancos. Estes, talvez, por medida de economia. O romeiro, gente humilde, chega pela manhã, com sua merenda, e se posta diante do grande altar. "E não quer sair mais, embevecido com a obra, sem saber que, às vezes, temos outras 150 mil pessoas querendo entrar." "Sou contra as portas e contra os bancos" — frisa Sotillo diante da face Norte da Basílica, onde descerá o Papa.

"Quero manter tudo isso rústico." O altar que o Papa vai sagrar no intervalo durante a missa é apenas uma simples mesa de mármore escura. De fato, o projeto idealizado pelo arquiteto Benedito Calixto de Jesus Neto sofreu algumas alterações. Antes, era uma cruz grega, que acabou romana — para se poder dizer, afinal, que esta é a maior igreja do mundo.

A cúpula central chega aos 75 metros e a torre a 100, como queria o arquiteto. A aboboda dá vertigem para ser examinada com vagar. O Padre Sotillo é a única pessoa que se move com desembaraço naquela atmosfera de religiosidade criada pelos romeiros que se arrastam desde a entrada.

"Ora, tenho os olhos no alto, mas preciso pensar nas coisas terrenas. Já imaginou o que seria de tudo isso, se eu me postasse a cada instante de joelhos. Há 14 anos, um saco de cimento custava 80 centavos e agora estou pagando mais de Cr$ 150. Um quilo de ferro passou de 30 centavos para Cr$ 30. E cada caminhão de tábuas que chega agora sai por Cr$ 1 mil. "Valha-nos Deus!"

Anchieta é beatificado após missa

Roma — Quando terminar a missa de duas horas celebrada pelo Papa João Paulo II na Basílica de São Pedro, o missionário jesuíta José de Anchieta será o primeiro beato do Brasil. A missa começará às 9h30m (14h30m no Rio) e marcará o término de um processo de beatificação que se estendeu por 373 anos, tempo em que foi exaustivamente discutido na Congregação Para a Causa dos Santos, no Vaticano.

Catequizador e defensor da liberdade dos índios, principalmente dos capixabas, tamoios e aimorés, Anchieta será beatificado junto com outros quatro missionários católicos. Os meios eclesiásticos têm como certo que o panegírico de Anchieta será lido pelo Monsenhor Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB.

JÁ TINHA ALTAR

"Enquanto o Brasil católico esperava, com filial aceitação das disposições canônicas, o momento em que a Santa Sé decretasse a beatificação de seu apóstolo José de Anchieta, ele — no dizer de nossos escritores e poetas — já tinha um altar no coração de cada brasileiro". Essas referências estão num dos três artigos dedicados a Anchieta que ocupam toda a quinta página do **Osservatore Romano**, órgão oficial da Santa Sé, na edição de hoje.

O **L'Osservatores della Domenica**, semanário da Santa Sé, dedica um editorial, que ocupa quase toda a página de **Vida Católica**, a José de Anchieta. "Conhecido como Apóstolo do Brasil, o novo beato soube defender os direitos dos indígenas contra as injustiças e abusos dos colonizadores, contribuindo de modo eficaz para a sua progressiva civilização", afirma o editorial.

Na cerimônia de beatificação, dois Governos estarão representados: o do Brasil, pelo Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, e o da Espanha (terra do beato), pelo Vice-Presidente do Governo, Martin Retondillo. A partir da beatificação, a canonização de Anchieta dependerá apenas de dois milagres que, após a cerimônia de beatificação, possam ser provados como de sua autoria.

D Ivo nega decepção com o Papa

Bonn — O presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, negou ontem que a Igreja brasileira esteja decepcionada com as afirmações do Papa Paulo II sobre a responsabilidade política e social do clero. "O que o Papa disse no México e repetiu na África vai muito mais além do que nós dissemos", declarou o prelado brasileiro ao jornal **Frankfurter Allgemeine Zeitung**.

Dom Ivo Lorscheiter espera que a viagem do Papa ao Brasil contribua para combater a "resignação" existente na Igreja brasileira e latino-americana. Para ele, João Paulo II defende claramente a convicção de que a Igreja não pode nem deve fazer política — mas todas as questões sociais e éticas estão a cargo da Igreja.

AGIU CERTO

"Fazer política significa prender-se a um Partido político ou pretender alcançar poder político como objetivo, e isto a Igreja brasileira não quer", disse Dom Ivo ao jornal alemão. "Com sua conduta durante a greve em São Bernardo, a Igreja brasileira não ultrapassou suas competências, já que questões como direitos civis, participação em decisões dentro de empresas e co-gestão operários-empresários são eminentemente éticas e sociais".

O presidente da CNBB defendeu o bispo Hummes, de São Bernardo, afirmando que sua diocese não provocou ou aconselhou os operários a entrarem em greve. "Portanto, não poderia pedir que parassem." E acrescentou: "O fato de a greve ter sido mais tarde declarada ilegal não significa que o movimento não tenha sido legítimo. Nem tudo o que é declarado ilegal é também injusto, sobretudo quando se considera certos episódios em processos jurídicos locais."

Indagado pelo jornal se setores conservadores da Igreja brasileira,"representados pelo Cardeal Dom Vicente Scherer", se teriam pronunciado contra as greves, ele respondeu: "Justamente sob esse **Cardeal conservador**, responsável pelo Rio Grande do Sul, foi elaborado um documento sobre a situação no campo que é muito mais crítico e forte em suas formulações do que as declarações aprovadas pela CNBB sobre problemas no Brasil industrializado."

Dom Ivo Lorscheiter admitiu que a resistência à Igreja Católica brasileira tem crescido bastante, principalmente como conseqüência da "lógica interna das três etapas de desenvolvimento da Igreja." "Na primeira, datada de 1964, a Igreja ocupou-se apenas com casos isolados de violação de Direitos Humanos, desaparecimentos e torturas, que resultaram num documento enviado às Nações Unidas em 1977/78. Na segunda, o ponto de partida foi o reconhecimento de que a totalidade da ordem política necessitava ser reformulada. Estamos atualmente na terceira fase, que está levando a muita polarização.

Metrô em 10 anos não resolveu transporte de massa no Rio

Luís Cláudio Latgé

O metrô completa 10 anos de obras, sem festas, operando em apenas seis quilômetros, entre Glória e Estácio, e com uma dívida de 800 milhões de dólares. Desapropriações, ruas fechadas, remanejamentos de serviços públicos foram sofridos pela população, desde que o Governador Negrão de Lima acionou solene o primeiro bate-estacas na Praça Paris, dando início, num dia 23 de junho, à construção do metrô.

Gastos milhões de dólares (o metrô custou Cr$ 17 bilhões a preços históricos), o panorama das obras hoje é reflexo dos erros do passado, quando foram abertas muitas frentes ao mesmo tempo, com recursos de empréstimos externos. Segundo os administradores, a maxidesvalorização do cruzeiro é a culpada.

Faltando muito pouco para acabar, o ritmo de trabalho é lento, para a operação dos 37 km de rede básica em 1982. Diversas estações foram abandonadas (entre elas a do Largo da Carioca, a maior de todas), assim como pré-metrô, obra de alcance social, por beneficiar populações de baixa renda, de Maria da Graça à Pavuna, que está parado, tomado pelo lixo.

Obras levaram 2 anos para começar

"Um buraco só de Botafogo à Tijuca" sempre foi a frase preferida dos técnicos do metrô, desde a fundação da Companhia, em 1968, aprovada por decurso de prazo na Assembléia. A partir de 1975, quando o metrô passou a ser prioridade, símbolo da Fusão, os trabalhos puderam ser intensificados até a abertura de todas as frentes.

Empresa de economia mista, da qual o Estado é acionista majoritário (e as ações só eram vendidas a brasileiros), a companhia do metrô levou dois anos para iniciar as obras, pois o Governo entendia que era preciso a garantia de recursos externos. Enquanto isso, foram realizados todos os estudos de viabilidade técnica e os primeiros projetos, antecipando toda a malha metroviária necessária ao Rio.

Com as obras na Praça Paris — graças ao aval do Presidente Médici — começou a construção das galerias, tendo como prioridade o trecho Central—Glória. O Rio de Janeiro tinha então pouco mais de 4 milhões 800 mil habitantes e os ônibus trafegavam a uma velocidade média de 15 quilômetros por hora.

Em seis meses, o metrô construiu apenas 580 metros de galerias e o ritmo das obras, nos pontos iniciais, era bastante lento. Os problemas de trânsito, contudo, só começaram em dezembro de 1972, com as obras da Cinelândia. A antiga praça permaneceu quatro anos cercada pelos tapumes, máquinas e operários, com prejuízos para o comércio até ser entregue reurbanizada, lamentavelmente, com a perda do Palácio Monroe.

Já em 1973, com 1 mil 200 metros de galerias prontas, estavam frustrados os cronogramas iniciais e só em 1974 foram iniciadas as obras da Estação Estácio, hoje em funcionamento precário. Logo em seguida, começarem as obras no Largo da Carioca — a maior estação do sistema de metrô, capaz de movimentar quase 1 milhão de passageiros por dia. A estação, apesar de abandonada, de acordo com as prioridades da Companhia, está praticamente pronta, faltando concluir a obra de acabamento e a instalação da parte elétrica.

O ritmo das obras começou mesmo a se intensificar em 1975, com o apoio irrestrito do Governo federal, que fez, inclusive, nomear presidente da empresa o engenheiro Noel de Almeida. Em menos de um ano, foram abertas novas frentes no Centro, Catete, Flamengo e Botafogo.

Iniciou-se a obra do Centro de Manutenção do Metrô, na Avenida Presidente Vargas. O Centro, que possui três prédios (almoxarifado, administração e plataforma de ensaio) foi palco de acidente bastante grave, em 1969, quando as abóbadas de concreto da cobertura de uma oficina desabaram, matando dois operários e ferindo outros 28.

Dia a dia, as obras seguiam tornando insuportável o Centro: havia obras no Largo da Carioca, na Treze de Maio, na Uruguaiana e na Presidente Vargas. Barulho, poeira e lama, além das dificuldades de acesso, provocando a falência de inúmeros comerciantes, sobretudo na Rua Uruguaiana.

Seguidamente, os custos da obra foram aumentados até chegar a US$ 70 milhões (Cr$ 3 bilhões 500 milhões) o preço de cada quilômetro, conforme disse o Ministro Elizeu Resende.

Em abril de 1976 a Companhia do Metropolitano abriu quatro grandes frentes, a partir da Praça José de Alencar, seguindo pelo Morro Azul (atrás dos prédios da Rua Marquês de Abrantes) e daí pelas ruas Barão de Itambi e Muniz Barreto, até encontrar a Rua General Polidoro, em Botafogo — exatamente o traçado da Avenida Radial Sul, criada com as obras e já em funcionamento.

Ao mesmo tempo em que criava novas vias, o metrô fez apagar também um pouco da paisagem do Rio antigo. No Catete, onde as obras ainda duram, foram destruídos oitis e casarões do início do século, além de bares tradicionais, como o Café Lamas e a Taberna da Glória. Ao todo, ao longo da rede básica, foram desapropriados 3 mil 37 imóveis, equivalentes a uma área de aproximadamente 740 mil metros quadrados. Estes terrenos, que até pouco tempo permaneciam sob as restrições da ZE-9 (Zona Especial, que disciplinava a construção ao longo dos 37 quilômetros do metrô), serão negociados para reduzir os custos das obras.

As resistências dos moradores nos bairros foram tantas, desde o início, que chegaram ao ponto de principiar uma guerra: **a guerra dos aipins**, na então tranqüila Rua Barão de Itambi, onde os moradores, revoltados com o barulho das obras entrando pela noite, atiravam bananas, ovos e aipins nos operários.

Novas frentes foram abertas, com o começo das obras na Tijuca, acompanhado de um pedido simplório do Secretário de Transportes: "Vamos ter paciência e compreensão." Desde que foi cravada a primeira estaca na Rua Dr. Satamine, surgiram inúmeros problemas — entre eles, rachaduras em alguns prédios. Hoje, quatro anos depois, entremeados por repetidos atrasos e a falência da Ecisa, a Companhia do Metrô anuncia para o fim do ano a reurbanização do bairro. Metrô em funcionamento, porém, só em 1982.

Pré-metrô também atrasou 2 anos

O ritmo intenso das obras obrigou a que o metrô recorresse, seguidamente, a empréstimos externos, sempre com o aval do Governo federal. Em 1976, os compromissos financeiras da empresa elevavam os custos da obra. O metrô foi, inclusive, autorizado pelo Governador a coordenar suas importações de equipamentos no exterior.

As obras chegaram a seu pico máximo com a abertura de todas as frentes. Em 1977 foi iniciado o pré-metrô, com atraso de quase dois anos, devido a problemas com as desapropriações e com as chuvas. De acordo com os técnicos, a linha hoje abandonada (depois de atrasos também com o remanejamento de serviços públicos) é, dentre todas, a de maior alcance social, por beneficiar populações baixa renda.

Com um contingente de cerca de 15 mil operários trabalhando mais de 12 horas por dia, mal-alimentados e dormindo em alojamentos precários, as depredações nos canteiros de obras espalhados por toda a cidade repetiram-se em 77 e 78. Foi preciso a intervenção do Ministério do Trabalho.

Em 1978, começaram a circular os primeiros trens, num percurso restrito, de cinco quilômetros, entre Cidade Nova e Glória. Na mesma data, o Presidente Geisel entregou a reurbanização do Centro.

Após a euforia, com o pagamento dos encargos financeiros, a obra, que seguia frustrando os mais cautelosos cronogramas, voltou a cair de ritmo, com atrasos nos pagamentos. A Ecisa, maior empreiteira do metrô, responsável por mais de 40% das obras, teve os contratos rescindidos, e as obras pararam na Tijuca, Triagem, Catete e no Centro de Manutenção.

De volta à normalidade, com a substituição da empreiteira, seguiu-se nova crise. O Governo anunciava cortes. O orçamento do metrô para 80 começou a ser discutido no segundo semestre do ano anterior, enquanto as obras mantinham o curso à base de acordos entre o Estado e as construtoras, visando, sobretudo, à inauguração das estações Estácio e Uruguaiana, o que aconteceu em março último.

A dívida externa da Companhia era muito grande, e o Estado, que deixou de contar com o suporte do Governo federal, no momento em que se constituíram PP e PDS, resolveu tentar a transferência da empresa para a União. Não deu certo. Durante as negociações, Noel de Almeida acabou saindo do metrô, as dívidas da empresa foram destinadas ao Estado, e o Governo federal assumiu o compromisso de concluir as obras da rede básica até 1982.

Agora, falta muito pouco a fazer. O metrô tem cerca de 80% da rede básica pronta. Mas não há dinheiro, porque os encargos financeiros são muitos. O Rio terá que esperar até 1982 para ter um transporte de massa, mesmo assim bastante simplificado em relação aos projetos.

Integração sofrerá atrasos

O principal objetivo do metrô, a integração intermodal — que mudaria radicalmente a estrutura de transporte do Rio — será a maior vítima dos erros na condução da obra. Os atrasos e a simplificação dos projetos que excluiu os grandes terminais e edifícios-garagem das estações adiarão inevitavelmente a integração dos transportes; ou a racionalização, como costumavam dizer alguns técnicos.

Transporte rápido e seguro — barato também — o metrô aprovou para os milhares de pessoas que viajam entre Glória e Estácio. O movimento registra 85 mil passageiros por dia.

A operação, contudo, até agora tem sido deficitária, pois o percurso é "antieconômico", com as passagens a Cr$ 7. Já no ano que vem, com o funcionamento das estações de Botafogo e do Maracanã, o movimento deverá chegar a 300 mil passageiros. E o metrô estará prestando um serviço à população, conforme diz o presidente da Companhia, Carlos Theóphilo, referindo-se às escolas da Praça da Bandeira, que se beneficiarão com o novo transporte, e ao público do futebol.

Estações amplas, limpas, com facilidade de estacionamento e conexão para outro transporte; trens confortáveis, completando a viagem de seis quilômetros em cerca de 10 minutos — tudo foi aprovado pelos usuários. Mas ainda não é o transporte de massa de 1 milhão e meio de pessoas para que foi previsto, com viagens de três em três minutos, por Botafogo, pelo Centro, pela Tijuca e pelos subúrbios.

Os planos iniciais previam, porém, que a grande importância do metrô estaria na integração, hoje ainda restrita a uma pequena transferência entre metrô, trens e ônibus, no Centro e no Estácio. Melhor mesmo é a integração com os usuários de transporte individual, que preferem não usar os carros no Centro, deixando-os nos estacionamento do metrô na Cidade Nova e no Estácio. Mas não é o bastante para fazer valer o investimento no metrô: rapidamente, um movimento diário de mil carros saturou os estacionamentos (1 mil vagas).

Crise tornou planos modestos

O metrô hoje tem planos bastante modestos: pretende, até o fim do ano, preparar o trecho Botafogo—Maracanã, cuja operação foi adiada para ano que vem, e terminar as obras de superfície, reurbanizando, principalmente, a Tijuca. Os serviços, que ocupam 2 mil operários, estão adiantados. Na verdade, resta muito pouco a fazer. Difícil, porém, é dispor de recursos.

Na metade do ano, o Estado ainda não conseguiu obter financiamento de Cr$ 2 bilhões com o BNDE para a instalação de equipamentos, já comprados, de operação e controle. Além disso, deve Cr$ 900 milhões às empreiteiras de atrasados do ano passado.

A situação financeira não mudou muito desde a recente intervenção do Governo federal, que garantiu a continuidade das obras: o Estado não tem como pagar a dívida externa. A solução está em novos empréstimos externos, para reescalonar as dívidas, por assim dizer. Mas estes, ainda não foram resolvidos. São 130 milhões de dólares — parte, apenas, dos 200 milhões de dólares de encargos financeiros que a Companhia terá que resolver só esse ano.

A Companhia já estuda os planos para o ano que vem e, com toda a programação revista, resolveu alguns pontos críticos. Hoje, os investimentos só se fazem com a garantia dos recursos em caixa. Além disso, os projetos do metrô foram simplificados, com uma redução nos custos de acabamento da ordem de 50%.

Segundo o presidente do metrô, engenheiro Carlos Teóphilo, ano que vem o metrô começará a operação entre Botafogo e Maracanã e serão retomadas as obras do pré-metrô, restritas atualmente à precária manutenção e conservação. As obras das estações Largo do Machado e Largo da Carioca, também serão reformados. Pode ser que se inicie nova frente, com a ampliação da rede básica até Copacabana. Mas o recente anúncio de novos cortes financeiros em Brasília pode prejudicar a idéia.

Rio assinará acordos para linhas marítimas

O Programa Hidroviário da Baía de Guanabara, que prevê a criação das linhas marítimas Rio-São Gonçalo e Praça 15-Ilha do Governador, será iniciado esta semana, com a assinatura de um acordo entre o Estado e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Em seguida, serão realizadas as concorrências para gerenciamento do projeto.

O programa custará um total de Cr$ 3 bilhões 500 milhões, quantia já garantida em orçamento, em três anos, até a entrada em operação das novas linhas. A ampliação do sistema da Baía de Guanabara permitirá reduzir o trânsito na Avenida Brasil e no corredor Niterói-São Gonçalo, completamente saturados.

Solução econômica

Projeto antigo, a ampliação do sistema hidroviário da Baía de Guanabara é encarada pelos técnicos como fundamental: o transporte marítimo, que não enfrenta os problemas de trânsito, é mais econômico e confortável. Suas possibilidades, contudo, estão restritas às ligações existentes — Rio-Niterói e Rio-Paquetá — e às novas linhas, da Praça 15 a São Gonçalo e à Ilha do Governador.

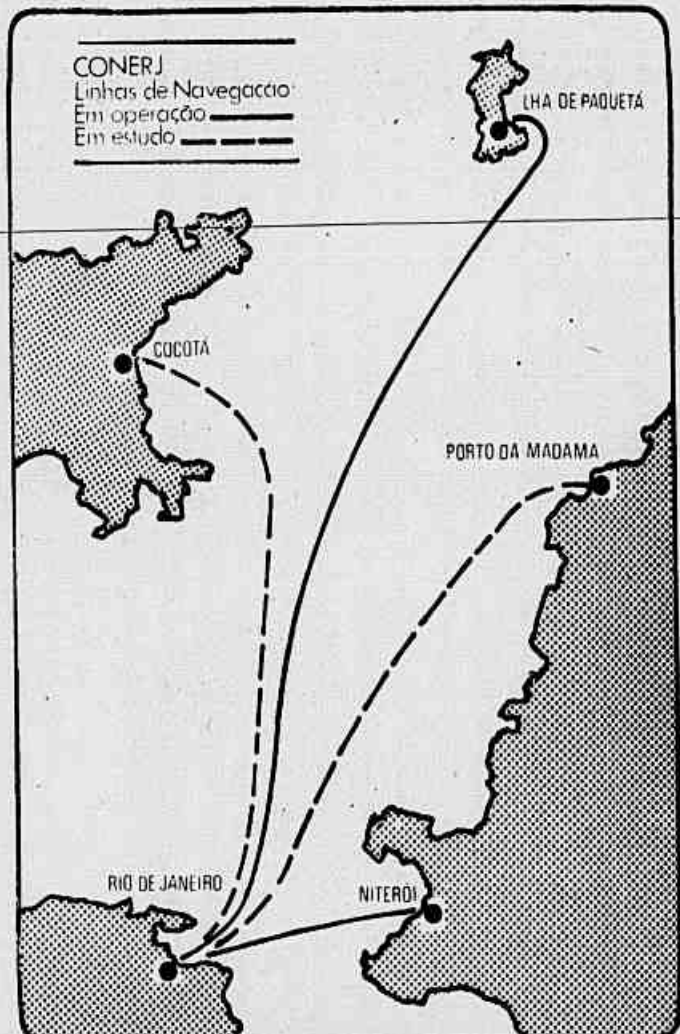
"É inviável levar as lanchas até Copacabana ou Ipanema, porque o atracamento requer águas absolutamente tranqüilas. No caso, seriam necessárias docas artificiais, muito caras. E o enrocamento de pedras pode provocar o desaparecimento de uma praia ou o surgimento de uma outra em algum lugar", observa o diretor de Operações da Conerj, Comandante Luís Beltrão.

Um representante do IPT, Carlos Alberto Pedroso, do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, que visitou com técnicos do Governo e da iniciativa privada o sistema de barcas em funcionamento, os estaleiros da Conerj e os locais dos futuros terminais, disse que ainda não há nada definido quanto aos projetos das lanchas que serão empregadas nas novas linhas. E acrescentou: "Primeiro faremos um estudo preliminar na área, para verificar o número de lanchas necessário, a capacidade e a velocidade de cada uma. O projeto será executado em função da demanda!"

De acordo com os estudos iniciais, o movimento com a ampliação do sistema, daqui a três anos, será de 200 mil passageiros por dia. Para tanto, serão necessárias 14 embarcações, com capacidade para 1 mil 200 pessoas; menores, portanto, do que as que fazem a travessia Rio—Niterói, com capacidade para 2 mil passageiros.

Na segunda etapa do programa, que se inicia com um orçamento de Cr$ 359 milhões para esse ano, serão abertas as concorrências para o gerenciamento do projeto, cujos editais já estão prontos. A construção das lanchas será feita por diversos estaleiros. O local exato dos terminais também não foi ainda definido com exatidão, mas pretende-se que as duas novas linhas liguem a Praça 15 ao Porto da Madama (São Gonçalo) e a Cocotá (Ilha do Governador).

Além das novas linhas, o sistema Rio—Niterói será melhorado. Estão em construção duas novas lanchas, com capacidade para 2 mil passageiros cada, e já no início do ano que vem **Urca** e **Boa Viagem** reforçarão o circuito.

As lanchas antigas — que têm uma vida útil indefinida — uma a uma, estão sendo reformadas no estaleiro Cruzeiro do Sul, da Conerj, onde é realizada a raspagem do casco, revisão de motores e consertos da parte elétrica. As lanchas **Icaraí, Itapetininga** e **Vital Brasil** já passaram pelo processo de remodelação e já estão em tráfego, com novas cores.

Rio-São Gonçalo e Praça XV-Ilha, as novas linhas

Carro volta a calçadas de Ipanema

A falta da presença ostensiva dos reboques e dos policiais colando avisos de multa nos pára-brisas dos automóveis fez com que o número de carros estacionados irregularmente nas calçadas das Ruas Ataulfo de Paiva, no Leblon, e Visconde de Pirajá, em Ipanema, aumentasse ontem. O Detran, entretanto, continuava punindo os infratores e mais de 200 multas foram aplicadas só na parte da manhã.

Os comerciantes continuam reclamando e argumentam que a queda de vendas está ultrapassando os 50%, pois "suspenderam os reboques mas continuam multando e os fregueses têm medo de parar até para apanhar um embrulho". Os comerciantes de Ipanema continuaram a recolher assinaturas para um abaixo-assinado que deverão levar ao Governador Chagas Freitas amanhã, em horário ainda não estabelecido.

Dona Maria José Melo de Carvalho, comerciante estabelecida no número 529 da Rua Visconde de Pirajá, em Ipanema, argumentava, ontem, com um policial, que não era justo uma medida tão repressiva por parte do Detran, que estava prejudicando todo o comércio local. "Nós, comerciantes de Ipanema, não temos estrutura para agir no rigor da lei", dizia ela. "Estamos revoltados, vamos ter que fechar as casas pois não vai dar para a arrecadação dos nossos tributos. Os turistas vão sofrer, essas medidas do Detran vão criar uma série de problemas."

Segundo ela, os comerciantes que antes reclamavam por causa do reboque, agora reclamam por causa das multas, pois a mudança, na sua opinião, não mudou nada. "Foi uma medida para inglês ver", disse em relação à suspensão dos reboques. "Estamos aguardando solução melhor do Sr Sérgio Rodrigues, se não vier vamos fechar as lojas. Aí, então, o bairro vai ser como ele quer, residencial, para valorizar o seu imóvel, o seu apartamento."

A dona de uma **boutique** infantil, na mesma rua, dona Neuza Rossi, disse que o abaixo-assinado feito pelas mães que reclamavam mais espaço era inconseqüente, pois "minha loja é infantil e as mesmas mães que fizeram o abaixo-assinado freqüentam a loja e reclamam justamente que não têm estacionamento para vir mais freqüentemente. Não entendo, pois elas protestam por espaços para os carrinhos de bebê e ao mesmo tempo reclamam que não têm onde estacionar".

Na sua opinião, o Detran deveria chegar a um meio-termo, designando um espaço na calçada que desse para estacionar e ao mesmo tempo que desse espaço suficiente para passar os carrinhos, os bebês e os pedestres. Mas o morador de Ipanema, Bruno Waissman, já não é da mesma opinião. Segundo ele, "as calçadas estão insuportáveis e quem tem filho é obrigado a deixar a babá passear com a criança pela rua porque em determinados trechos a gente nem consegue passar."

Do tempo do bonde, muito mudou

Ipanema nostálgica ainda há: casas e árvores, cigarras nas tardes de verão, rolinhas e pardais a fazer ninhos. Como na Barão da Torre, Barão de Jaguaribe, Alberto de Campos, Redentor. Questão de procurar, entre os neons, as **boutiques**, a despersonalização de hoje. Na década de 50, os bondes 12 e 13 deslizavam pela Visconde de Pirajá e o 11, Jardim Botânico, saía do Bar 20 para a cidade, via Gávea. Não havia prédio de mais de dois andares, nem carros estacionados, e o comércio se resumia em armazéns, na Casa Magestade (com g mesmo), no Zepelin, na Sapataria Matury. Nos domingos, as matinês do Pirajá, ao lado do Bar Progresso. Isso, já não há mais.

Botequins havia muitos, quase de esquina em esquina, com sinuca aos fundos e charutaria, daquelas de tampa com campainha que tocava quando se comprava um Odalisca ovaes ou um Macedônia com ponteira. As padarias eram quatro ou cinco e ainda existe sombra de uma delas, na esquina da Joana Angélica, onde pontificava no forno, a partir das duas da matina, o compositor Catissa, desconhecido nos meios artísticos mas famoso entre as donas-de-casa por sua habilidade em encerrar e passar o escovão, pois enceradeira era coisa rara, luxo de uns poucos como o jurista Pontes de Miranda, que morou e morreu na grande casa da Prudente de Morais. Na Visconde de Pirajá, numa casa assobradada com grande jardim, morava Aníbal Machado.

Tom Jobim depõe: "Era um paraíso. Ipanema tinha pitangueira, camaleão, terreno baldio. Na Saddock de Sá a gente colocava tábua para os carros não ficarem atolados na areia." Vinícius de Morais: "Antigamente, Ipanema era uma grande família, você cumprimentava todo mundo, conhecia todas as pessoas e agora isso se perdeu". Marcos Vasconcelos: "Não tenho saudades. Lastimo não ver mais o Nicácio, garçom com cara de tango argentino, lastimo não ser servido pelo Paulista, no Jangadeiros, lugar sem estilo, sem classe, sem ódios, rancores, sem erros nas contas; lastimo não ver mais o Bidé, a Lelia, o Zequinha Estelita; mas saudades não tenho, porque nós aproveitamos".

■ ■ ■

Não se pense sempre na década de 50. Leblon e Ipanema sempre foram divididos pelo canal do Jardim de Alá, mas só por volta de 1935 passaram a ser considerados bairros distintos. Antes, a região situada entre o Arpoador e o morro Dois Irmãos, ao longo do oceano Atlântico era apenas um areal sem valor, morada predileta de socós, preás, tatus; terra onde cresciam cajueiros, pitangueiras, araçazeiros, ariris. Povoada por choupanas de pescadores. Uma autêntica **ipanema**, que na língua dos índios quer dizer lugar onde a "água não presta".

Por volta de 1575, o Governador do Rio de Janeiro, obedecendo ordens do Rei de Portugal, fez erguer um engenho que custou 3 mil cruzados, às margens da lagoa de Sacopenapã.

A **indústria** deu prejuízo, as terras não se prestavam à cultura de cana, sobraram bois e vacas a ruminar capim. Eras ruminadas, chegamos a 1860, quando o Governo criou no Leblon de hoje a Fazenda Nacional da Lagoa, uma reunião de 100 chácaras. Por volta de 1890, o segundo Barão de Ipanema, José Antônio Moreira Filho, repetiu o que fez com Copacabana, e começou a **urbanizar** o bairro que leva seu nome. Abriu praças, traçou ruas, dando-lhes nomes de pessoas de sua família ou de datas importantes de sua vida. A principal ficou sendo a Rua 20 de Novembro, dia do nascimento de sua mulher Luiza Rudge. Hoje, este critério foi esquecido e a rua se chama Visconde de Pirajá.

Das 100 chácaras da Fazenda Nacional da Lagoa, foram surgindo pontos. Rua do Sapé, Travessa do Pau, Caminho da Barra. A rua do Sapé acabava diante do Campo do Leblon, que tinha este nome por causa do francês Charles Le Blon, que comprara grande parte das chácaras. É verdade que o povão da época chamava o local de **Lebrão**, mas prevaleceu o critério mais elitista na denominação.

Anos 20, os bairros de Ipanema e Leblon vão-se definindo. Na Vieira Souto, os Nogueira da Gama, descendentes do Duque de Caxias, criavam vacas. Numa casa grande, a maior da praia, morava o Conde Modesto Leal, onde Rui Barbosa e Afrânio Melo Franco passaram muitos fins de semana. Mais além, os Alvaro Alvim, Moura Brasil, Oscar de Souza. Focos de mosquitos sendo exterminados, adentramos os anos 30. Favelas, pastagens, prédios, tudo começa a se misturar. Em 1939 completava-se a pintura interna da igreja de Nossa Senhora da Paz, ela ficava pronta.

— O grande mal do bairro é que as pessoas perderam a identidade.

Em 1976, o pároco do bairro denunciava o medo de Ipanema "virar Copacabana": um síndico que tenta expulsar um menino excepcional de um prédio; um guarda que se recusa a tomar qualquer providência para remover um atropelado na Vieira Souto; uma jovem que prefere dormir nas escadarias da igreja a voltar para casa e assistir a mais uma cena violenta entre os pais; outra que ganhou um carro do pai e tenta o suicídio porque não passou no exame da auto-escola.

Em 1980, Ipanema ainda é, mas Leblon é mais. **Boutiques** sofisticadas mesmo, recantos, macetes. Iniciados não dizem, mas a nostalgia se transfigura em outros pontos, em novas bossas, novas musas. Angela Ro Ro substituiu Nara Leão, a Garota de Ipanema mora em São Paulo. Rubem Braga ainda colhe rabanetes em sua horta suspensa em Ipanema. Afinal, ele só predisse que as ondas engoliriam Copacabana.

Brastel facilita
MÁQUINA DE COSTURA ELGIN FUTURA
Novo modelo. Robusta e silenciosa. Gabinete com 5 gavetas.
à vista 5.950, ou 1+15x 614, Total 9.824,
FOGÃO TROPICANA ELETRONIC LINE
4 bocas, acendimento automático.
à vista 8.950, ou 1+12x 1.040, Total 13.520,
REFRIGERADOR PROSDÓCIMO 330 litros
Porta totalmente aproveitável.
à vista 12.980, ou 1+12x 1.509, Total 19.617,
TV SEMP MAX COLOR 10
O portátil dos portáteis. A maravilha a cores em 10 polegadas (25cm). Produzido na Zona Franca de Manaus.
à vista 26.990,
TV PHILCO B-828 - 51cm (20")
Cinescópio Show Color (Black Matrix) maior brilho e maior contraste, cores mais nítidas e naturais.
à vista 35.835,
TV TELEFUNKEN 500 T 51cm (20")
Seu melhor programa em preto e branco.
à vista 11.490, ou 1+12x 1.335, Total 17.355,
ELETROLA DE MÓVEL DENISON
Toca-discos de 3 velocidades. Rádio com 3 faixas.
à vista 11.250, ou 1+12x 1.307, Total 16.991,
BALANÇA DOMÉSTICA BENDER
à vista 290,
BATEDEIRA ARNO PLANETÁRIA
5 velocidades e 2 tipos de batedores.
à vista 3.790,
PANELA DE PRESSÃO MAMICOC
à vista 495,
FERRO ELÉTRICO AUTOMÁTICO LORENZETTI
Leve e prático.
à vista 595,
RÁDIO SEMP TOSHIBA AC 242
Cabeceira, 3 faixas.
à vista 3.360,
GRAVADOR CASSETE PORTÁTIL AIKO ATP 704
Microfone embutido, parada automática, pilha/luz.
à vista 3.690,
RÁDIO TRANSISTONE PHILCO FM B-503
2 faixas (AM/FM), 2 antenas, cores modernas.
à vista 1.765,
ELETROFONE PORTÁTIL PHILIPS GF 133
3 velocidades.
à vista 2.520,
Brastel é um amor
COMBINADO ESTÉREO PHILIPS RH 895
Compacto, com 10W de potência musical, reúne avançado de toca-discos e sintonizador de 4 faixas de onda: OM, 2XOC e FM.
à vista 18.180, ou 1+15x 1.875, Total 30.000,
DORMITÓRIO BÉRGAMO MIRAGE
Espaçoso guarda-roupa de 4 portas, confortável cama de casal.
à vista 13.790, ou 1+15x 1.422, Total 22.752,
DORMITÓRIO DUPLEX POMZAM GUARAPARI
Guarda-roupa de 8 portas, 6 peças com acabamento impecável, padrão sucupira.
à vista 29.070, ou 1+15x 2.998, Total 47.968,
LIQUIFICADOR BRITÂNIA
Copo anatômico, 3 velocidades.
à vista 985,
LIQUIDIFICADOR ARNO LR
3 velocidades.
à vista 1.380,
BI-CAMA PELMEX
Linha reta, tecido florido. Alto luxo.
à vista 9.450,
GRUPO ESTOFADO ORLY
Sofá e 2 poltronas. Super luxo, forração em veludo listrado.
à vista 20.400, ou 1 + 15 x 2.104, Total 33.664,
ENCERADEIRA ELECTROLUX B-31
à vista 3.650,
ENCERADEIRA EPEL
3 escovas. Potente, leve e silenciosa.
à vista 2.480,
GUARDA-ROUPA DUPLEX JEPIME
6 portas, acabamento interno de alto luxo. Padrão cerejeira.
à vista 8.390,
ARMÁRIO KIT DOMANI
4 portas, nas cores azul, vermelho ou amarelo.
à vista 6.980,
CONJUNTO PARA COPA LAS VEGAS
5 peças, mesa elástica em fórmica azul, vermelha ou amarela.
à vista 6.580,
FORRÓ DA CIDADE NOVA TODOS OS DIAS NA MARQUÊS DE SAPUCAÍ, COM ENTRADA FRANCA.
BRASTEL
dá sempre um jeitinho

São João de Nepomuceno tem concepção própria de progresso

Foto de Rogério Reis

Manuela lembrou a seca do Nordeste e o lixo nuclear no seu discurso em defesa do meio-ambiente

Cacique participa de passeata de crianças pelo Meio-Ambiente

O cacique Arinê, da tribo dos Paraquetás, de Mato Grosso, participou, ontem, da passeata em comemoração ao Dia do Meio-Ambiente, realizada por mais de 50 crianças às 10h, no Jardim Botânico. O movimento foi liderado pela menina Manuela Pinho, de nove anos, que fez um discurso lembrando problemas ecológicos que, na sua opinião, precisam de soluções imediatas: seca do Nordeste, devastação da Amazônia e o lixo nuclear.

Segundo as crianças, a passeata, que não dispensou os tradicionais cartazes e faixas, foi realizada duas semanas após a data comemorativa do meio-ambiente, 5 de junho, "para que as pessoas não comemorassem somente naquele dia e depois esquecessem que a defesa da natureza tem que ser lembrada sempre. "Entre crianças e adultos, mais de 100 pessoas participaram da comemoração.

BIÓLOGAS

Ao som da música do Bloco da Palhoça, que costuma acompanhar a garotada em suas passeatas, o grupo, que se reuniu no portão principal do Jardim Botânico, saiu cantando pela ala principal, dirigindo-se ao **playground**, onde se formou uma pequena concentração. Durante o percurso, três biólogas da UERJ, Sheila Butter, Vânia Nunes Vitória e Ana Cristina de Freitas, paravam em frente a algumas árvores e davam explicações sobre a família a que pertenciam e em que ramo da botânica se enquadravam.

A menina Manuela Pinho, uma das organizadoras da passeata, foi à frente do grupo, de mãos dadas com o cacique Arinê, convidado especial das crianças. "Estamos também torcendo pela demarcação das terras indígenas, pois a gente acha muito triste os índios não terem terras. Por isso convidamos o cacique", disse outra menina, Cristiana Lavinque. Arinê, que trabalha no Rio em programa de rádio sobre cultura indígena, disse que, "entre os índios, a preservação das matas virgens é fiscalizada pelas crianças das tribos", e por isso achou importante participar de um movimento organizado por crianças.

No **playground**, as crianças se sentaram, formando um circulo, para ouvir as palestras de Manuela e das biólogas. A menina disse que "este ano a Semana do Meio-Ambiente foi mais comemorada" e que "as pessoas estão mais preocupadas com a natureza". Lembrou que além dos "problemas que exigem solução imediata, como a seca do Nordeste, a devastação da Amazônia e o lixo nuclear, a nossa atenção está voltada principalmente para o índio brasileiro". Ela leu, logo após, uma carta ao cacique Arinê, em que dizia que"achamos muito triste que o índio, o verdadeiro dono da terra, agora tenha que lutar por ela."

Rodeadas por crianças do bairro, das escolas Rodrigo Otávio Filho, Escola Aeva e Centro Educacional da Lagoa, além de representantes de associações demoradores, Campanha em Defesa da Natureza, Comissão Pré-índio e da Secretaria Municpal de Planejamento, as biólogas falaram sobre a devastação da Amazônia. Segundo as crianças, "se as pessoas cortarem muito as árvores da Amazônia, no lugar das árvores vão existir poças e quando elas secarem, a Amazônia vai virar um grande deserto."

Israel Tabak

São João Nepomuceno, uma pequena cidade de Minas, perto de Juiz de Fora, está criando a sua definição de progresso. Primeiro foi o asfalto, que acabou não vindo porque a juventude da cidade não deixou. Depois foi a Companhia Estadual de Águas e Saneamento, que também veio em nome do progresso e acabou expulsa do município.

O que teria mudado nesta cidade escondida e quieta de 15 mil habitantes? O que pode estar mudando nas pequenas cidades do interior? De janeiro para cá São João teve duas passeatas, muitas panfletagens, listas de solidariedade e protesto correndo de mão em mão e um prefeito assustado com tanta novidade.

Na praça principal, os bancos continuam abrigando os velhos roceiros com seus chapéus de palha enterrados na cabeça, e o olhar perdido, exatamente como há 100 anos, quando a cidade foi fundada. Mas nos postes próximos são exibidos corpos de mulheres nuas em capas de revistas ampliadas. Nas antigas janelas permanecem as cabeças brancas das idosas senhoras que ficam o dia todo vendo o movimento e cumprimentando quem passa. Mas nos bares as jovens universitárias tomam cerveja, desacompanhadas, até de madrugada.

O pároco, de roupa esporte, fala pouco mas sabe muito. Sabe das migrações, da pobreza, e tem a sua comunidade de base, que trabalha em silêncio. Romeu, o comerciante, quer o asfalto, "para ficar bonito, que nem Copacabana". A maioria dos moradores pobres do morro Santa Rita diz que não tem opinião porque não se mete em política. Os jovens do Movimento da Vida Saudável estão entusiasmados com as adesões vindas de todo o Brasil. É à noite, nos bares, os amigos continuam jogando palitinho, sem palitinho. O número é memorizado. Em Nepomuceno apesar de toda a transformação o que vale, ainda, é a palavra.

As duas guerras

No ano do seu centenário a pacata São João enfrentou duas guerras; a do asfalto e a da água. Na primeira, a cidade se dividiu, e os vencedores foram os jovens do Movimento da Vida Saudável e a parcela da população que os apoiou na luta contra o asfaltamento das ruas do Centro. Na segunda guerra, todo o município se uniu contra a Companhia de Águas e Saneamento de Minas Gerais (Copasa), que chegou para melhorar o abastecimento mas acabou revoltando todos os usuários.

A cidade ficou agitada. O Prefeito não entendeu. Os burocratas da grande companhia menos ainda. Os comerciantes a favor do asfalto não esperavam tanta oposição. Até no morro de gente humilde e calada correram listas. Polêmicas apareciam no jornal de São João. Ninguém sonhava em comemorar 100 anos com duas guerras.

"A cidade garbosa no ano do seu centenário", diz a placa na estrada, junto ao acesso a Nepomuceno. Quem entra não se espanta. Na aparência não há nada de original para ver. Existem as praças bem cuidadas acolhendo pessoas simples de olhar distante e cansado. Nas ruas calçadas do Centro, os poucos carros e caminhões se misturam às carroças que trazem o leite das fazendas próximas.

Há casas de estilo variado, todas coladas. Quase todos se cumprimentam. No comércio eclético, não diferenciado, vende-se cimento no armazém Colombo e peixe fresco no botequim Cidade Nova. "Está dando uma seca horrível no Norte, sor", comenta-se, ao jeito caipira, junto ao Bar Cebolinha. "Aqui até cachorro vira-lata se conhece pelo nome", diz D Elisa Knop Martins, na janela que quase nunca abandona.

Uma razoável produção leiteira, três fábricas pequenas e umas 80 confecções. Carros dormindo na rua de porta aberta, algumas igrejas, algumas quase favelas. A serenata das sexta-feiras, as novelas de noite: "O que mudou em São João" — volta D Elisa — "é que agora o bem e o mal aparecem dentro da casa, a cores, todo dia na televisão".

No início do ano havia um prefeito — Antonio Cavalheiro, do PDS — benquisto pela maioria da população e que fazia o que os outros prefeitos fazem: calçava ruas, reformava praças, conservava prédios e sonhava com uma moderna rodoviária. Simpático, dono de uma fábrica de calçados, anunciou em janeiro a boa nova: o DER daria de presente pelos 100 anos asfalto para as principais ruas do Centro.

Não havia o que discutir. Todas as cidades vizinhas já tinham asfalto, que no interior lembra o progresso, o moderno. Asfalto sempre foi reivindicação dos prefeitos e políticos. O povo apoiava, ou pelo menos aceitava. De repente alguns jovens do Movimento da Vida Saudável, até então desconhecido, declararam-se contra o asfalto. Sensibilizaram largas camadas da população, conseguiram mais de 400 adesões para o seu manifesto: "O asfalto não embeleza, mata", dizem. Ele irradia calor, aumenta a velocidade dos carros, sua conservação é cara e suas substâncias, quando inaladas, podem provocar até câncer pulmonar. Na pele pode fazer surgir várias espécies de doenças". Fizeram uma passeata contra, cantaram músicas adaptadas, distribuíram panfletos.

Dias depois houve a passeata a favor do asfalto, liderada pelo comerciante José Romeu da Silva. Mas foi uma passeata de carros, alguns vindos até de Copacabana: "Estou com ele e não abro mão, o asfalto é o progresso para nossa São João".

"É ilusória a impressão de progresso que o asfalto traz. Devemos conservar as características tradicionais da cidade e defender o meio-ambiente", contra-atacavam os jovens do Movimento da Vida Saudável.

O projeto do asfalto está adiado **sine die**, anuncia Antônio Cavalheiro: "Vá você entender esse povo", arremata desconsolado. Os ecos da briga haviam chegado a Belo Horizonte. O Departamento de Estradas de Rodagem, já agora preocupado com os efeitos políticos do planejado presente, recolheu o carro.

"Não é nada disso. O homem que vai botar o asfalto aqui teve um infarte. Quando ele ficar bom, começa o trabalho", ataca o comerciante José Romeu da Silva, líder da passeata a favor, baseando-se no que "ouviu falar". Primeiro dá a bênção aos dois filhos e depois fala da sua adorada Copacabana, onde passa as férias, "com aquelas ruas todas asfaltadas, pretinhas, lisinhas. Não entendo por que essa garotada é contra o progresso".

Ele pede o asfalto só para o Centro, mas confessa que também gostaria de vê-lo na rua em que mora, ainda calçada com pés-de-moleque. Nesta rua, a Orozimbo Rocha, além dos pés-de-moleque há muitas árvores, plantadas junto ao meio-fio. As árvores, o pé-de-moleque, as casas singelas tornam a rua muito bonita. Mas Romeu e a maioria dos vizinhos querem asfalto.

"Esse negócio de poeira preta é besteira. Poeira a gente tem todo dia saindo do meio dessas pedras quando os garotos vêm varrer. Juiz de Fora está aí mesmo, mostrando o que é progresso. No fundo tudo é política. Esse pessoal está é contra o Prefeito", argumenta o funcionário estadual aposentado Otto Siqueira, da janela de sua casa.

"Eu plantei centenas de árvores em muitas ruas e arrancaram a maioria. Não sei o que está havendo com esse povo", interrompe de outra janela o funcionário da Prefeitura Orlando Siqueira. Ele tem medo do asfalto. "Pra isso, a gente teria que trocar antes todos os encanamentos, embaixo, e a Prefeitura não tem dinheiro. Se não, cada vez que vazar um cano, temos que quebrar tudo. E o remendo nunca fica bom. A cidade vai ficar toda remendada, horrível".

"Eu quero é paz", anuncia, na sua blusa branca, a adolescente Rosa Alves Garcia, que aparece e encerra a discussão de rua.

O movimento

A cerca de 200 metros dali, fica o escritório do Movimento da Vida Saudável. É a casa confortável da Rua Duque de Caxias nº 18, onde mora a família do médico Geraldo Cortes. Sua filha Ana Cortes, estudante de Engenharia, e a amiga Ana Fam, que faz Comunicação Visual, são as mais ativas participantes do movimento e estão exultantes.

"A cidade, que não questionava nada, que considerava tudo o que vinha da Prefeitura como atos prontos e acabados, de repente discute sobre os seus problemas, o **progresso**, a Copasa, tudo", comenta Ana Cortes, exibindo telegramas e cartas de entidades ecológicas, associações de classe e profissionais liberais apoiando o Movimento.

No jornal local saíram opiniões contra e a favor do asfalto. O Movimento chegou a ser acusado de **oposição radical** ao Prefeito. Houve uma sugestão para que o asfalto prometido pelo DER fosse utilizado no campo de pouso da cidade. E houve até quem, mineiramente, sugerisse que as ruas fossem asfaltadas pela metade, para agradar os dois lados.

Pensou-se em plebiscito, mas os dois lados, também mineiramente, confessam que era melhor não fazer. Ninguém sabia ao certo com quantos adeptos podia contar. Com uma visão política e social ainda difusa, influenciados pelos movimentos ecológicos, os jovens de classe média da Vida Saudável começam a se sensibilizar para problemas maiores. Sua preocupação principal: toda a comunidade deve poder participar do processo de evolução e transformação de uma cidade.

Ana Cortes comenta que, "até o pessoal do morro, em geral apático, já começa a dar mostras de alguma participação, embora em escala ainda reduzida". Antes os líderes das escolas de samba dos morros eram a favor do asfalto, "porque assim o pessoal pode sambar melhor no carnaval". Agora, embora a maioria se negue a dar opinião ("não me meto nesse negócio de política" é a frase mais ouvida), alguns já põem em dúvida a validade de asfaltar as ruas do Centro "quando uma ambulância não pode subir o morro por falta de ruas calcadas".

Mas todos se uniram quando outro emissário do progresso, a Copasa, chegou. "É muito desaforo uma companhia sair de Belo Horizonte para tapear a gente simples do interior", desabafa, furioso, o professor Ubi Barroso Silva, diretor de uma escola da cidade, exprimindo o sentimento geral.

Como a Copasa veio parar em São João Nepomuceno? O município era servido por uma água de boa qualidade, embora sem tratamento, distribuída por um encanamento antigo. Alguns pontos, sobretudo os mais elevados, não eram, no entanto, bem abastecidos. Era preciso modernizar: chamar os técnicos da Capital para, com seu **konw-how** e larga experiência, tratar a água, melhorar a distribuição e abastecer os locais onde ela não chegava.

Os engenheiros chegaram com foguetes, ganharam escritórios e começaram a furar as paredes de todas as casas para instalar os hidrômetros, aparelhos que muitos moradores, sobretudo os do morro, nunca tinham visto. Primeira surpresa: ao invés dos Cr$ 50 fixos, por mês, cobrados antes pela Prefeitura, os consumidores iam agora pagar pelo que realmente gastavam.

A grande reforma da antiga rede não ocorreu. Além de algumas pequenas obras, a Copasa limitou-se a clorar a água, e sobretudo cobrar. Cobrar alto. Gente do morro, que só pagava Cr$ 50, passou a receber contas de Cr$ 300 e até Cr$ 400. "A água, nos dias em que caía, chegava preta. É esse negócio de cloro, não é moço?" e pergunta Luísa Maria Sousa, do Morro Santa Rita, uma das que primeiro viram o hidrômetro instalado em sua casa. Pouco depois chegava o valor da taxa, quadruplicado. O pior — segundo comentam os moradores do morro — é que a água continuou não aparecendo em muitas casas. Mas as contas foram chegando. "Porque resolveram instalar os hidrômetros primeiro aqui em cima, deixando o pessoal graúdo, em baixo, **pra** depois?", perguntam.

A cidade toda foi parar no gabinete do Prefeito Antonio Cavalheiro, ainda mal refeito do susto do asfalto. O Presidente da Câmara, Afonso de Sousa Lima (PP), organizou dezenas de listas de protesto, que acabaram no Paço da Municipalidade, como é chamada a Prefeitura. "A Copasa simplesmente não cumpriu o contrato que a obrigava a fazer, antes de cobrar as novas taxas, as obras necessárias na rede", denuncia o professor Ubi Barroso Silva.

O Prefeito não teve outro jeito: as coisas voltaram a funcionar como antes, na base da taxa única, só que desta vez atualizada para Cr$ 100. "A Copasa não foi expulsa daqui", tenta explicar Antônio Cavalheiro. "Apenas achamos por bem que ela interrompesse os seus serviços temporariamente e fizesse antes as obras de reforma na rede. Mas ela volta", garante, sem convencer muito.

Foto de Basílio Calazans

A cidade não quer perder a tranqüilidade característica do interior

Prefeito vira ecólogo e padre sorri

Entre as personalidades locais, duas chamam a atenção dos que visitam São João de Nepomuceno. O industrial Antônio Cavalheiro, que se tornou o Prefeito-Ecólogo, e o padre Vicente Reis, calado e sorridente, sempre interessado no bem-estar dos paroquianos.

O prefeito, de fevereiro para cá, desandou a plantar árvores por toda a cidade. Ele mostra com orgulho um relógio de sol inaugurado nas comemorações do centenário da cidade, em maio, na Praça da Bandeira. Há até uma árvore com placa na Praça Daniel Sarmento, inaugurada por ocasião da visita do Governador Francelino Pereira. "Árvore imune de corte. Cacia Rosa. Por um Minas mais verde. Instituto Estadual de Florestas", diz a placa.

"Esse negócio de ecologia está na moda agora, não é meu filho?" diz Antônio Cavalheiro. "Pois fique sabendo que eu me preocupo com isso há muito". E depois de mostrar e enumerar as suas obras mais importantes — reformas de grupos escolares, da Câmara Municipal, de praças, calçamento de ruas — fala do que está pensando para substituir o asfalto, adiado **sine die**.

"Quero transformar a Rua José Dutra, a principal da cidade, num grande calçadão, cheio de pedras portuguesas. Só que há um problema. As ruas próximas, no futuro, terão de ser asfaltadas, porque vai ficar sem graça um calçadão fazendo fronteira com ruas de paralelepípedos". E conclui, se reportando ao grande sonho da sua administração, depois do terminal rodoviário: a construção de um moderno matadouro.

O prefeito agora é ecólogo, mas continua desconfiado. "Voce viu como está aquele ficus da praça do colégio, que os garotos não deixaram podar? Está secando, morrendo." Antônio Cavalheiro se refere ao ficus que a Companhia de Força e Luz queria podar no Natal, para facilitar a colocação de luzes pisca-pisca, o que foi impedido pelos jovens do Movimento da Vida Saudável. Mas os rapazes hoje não têm dúvidas: "Botaram química, veneno no ficus para ele morrer, por vingança." E a cidade, interessada, espera o desenlace, como se a morte ou a sobrevivência do ficus, simbolizasse o destino de toda essa briga.

Afonso de Souza Lima, o Presidente da Câmara, soube capitalizar politicamente as desavenças. Pôs-se do lado dos jovens e resolveu colocar em cheque, publicamente, as prioridades do prefeito: "É mais importante asfaltar as ruas do Centro ou atender às populações necessitadas do morro?", pergunta, enquanto explica os motivos da sua filiação ao Partido Popular, depois de pertencer ao antigo MDB: "Você sabe, política é dinheiro. Sem dinheiro não se faz nada. E a gente se filiando ao PP recebe uma força tremenda do pessoal do banco."

O DIAGNÓSTICO

"Ele não vai falar muita coisa, é retraído, não gosta de aparecer", avisa a população, referindo-se ao Pároco Vicente Reis. De fato é lacônico, evasivo, mede as palavras, ri antes de responder a cada pergunta, como se o próprio riso fosse a sua resposta preferida. "O bom senso prevaleceu", fala sobre o caso da água. "Começaram a cobrar alto e não deram água limpa em troca". Sobre a questão do asfalto, diz que "tudo é uma questão de prioridades. Cada um tem a sua filosofia administrativa".

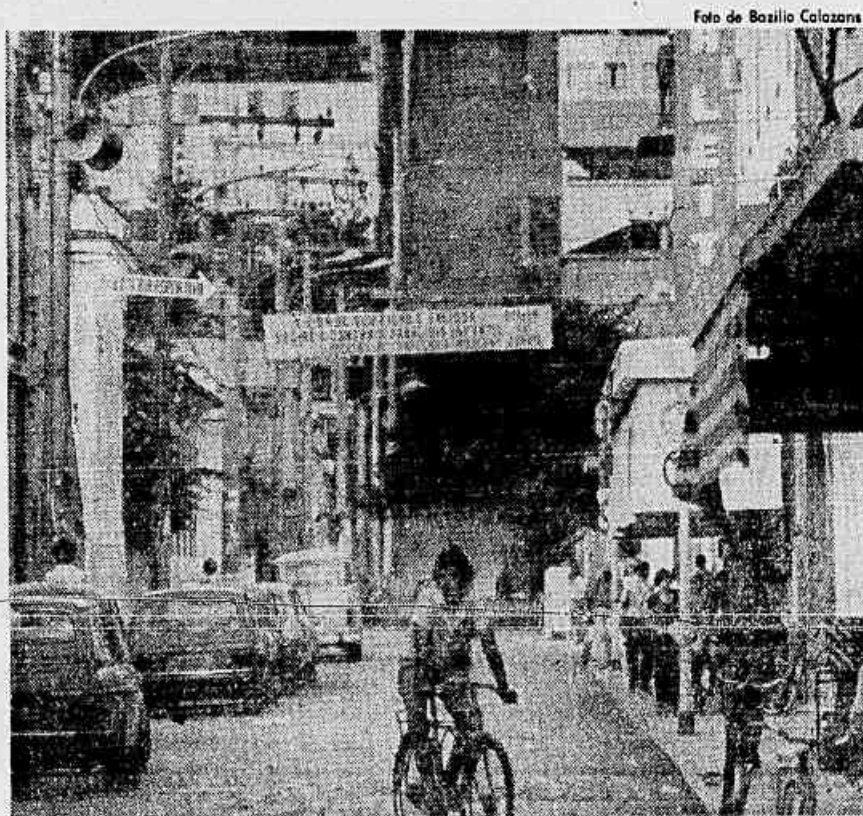
"Sim, estamos preocupados com os pobres da cidade. A maioria da população é assalariada, com reduzido poder aquisitivo. A habitação é pouca, o aluguel é caro, e cada vez vem mais gente para o perímetro urbano. Os fazendeiros acabam com as plantações e instalam pastos. E para lidar com bois é preciso muito menos gente que na agricultura".

"Isso aqui é a primeira pousada. A ponte, o trampolim. A maioria não encontra emprego e vai tentar a vida na região industrial do Sul do Estado do Rio, no Grande Rio ou em outros pontos. Tem gente que foi até Rondônia."

— Sugestões, Padre.

— Deixa isso pra lá, responde depois de mais um sorriso.

— O Sr tem comunidade de base por aqui?

— Tenho. Não, não, descupe, não tenho, conserta, de novo rindo, parecendo arrependido. E conclui com uma observação: — Parece que o povo anda mais consciente.

Depoimento de perito revela dúvidas na morte de Aézio

Luiz Carlos Modesto

Ao se completar, hoje, um ano da morte do servente Aézio da Silva Fonseca, que apareceu enforcado na cela nº 6 da 16ª DP, na Barra da Tijuca, o inquérito sigiloso que apura a existência de crime doloso contra a sua vida, reúne fatos novos e revelações que se afastam cada vez mais da versão de suicídio, sustentada num jogo de contradições.

Em novos depoimentos, o perito Waldemar dos Anjos Correia, mostra omissões suas e contradiz o que descreveram os legistas. Vera Lúcia — filha mais velha de Aézio — cita um policial que lhe deu carona até o Itanhangá e sugeriu que investigasse melhor a morte de seu pai. Jacinéia — pivô da prisão do servente — relembra o que disseram os policiais: **"Não adianta mais porque agora ele vai virar linguicinha".**

Enforcamento atípico

Através do laudo de Exame de Local de Morte Suspeita, nº 728698, assinado pelos peritos Waldemar dos Anjos Correa e Walter Gomes (este último nome riscado a caneta, e acrescentado", digo, Waldomiro Miranda Lins Gouveia"), que consta às fls. 32 e 33 do inquérito 55/79, consta que, em relação ao enforcamento de Aézio, "os peritos infra-firmados se fizeram presentes no local, procedendo os exames que se faziam necessários".

Entre outras coisas, na descrição do local (a cela nº 6), os peritos afirmaram: "...onde ocorreu o evento estava à hora dos exames em estado de arrumado e vazio, notando-se, haver encostado à parede anterior, pendurado pelo pescoço, à grade da clarabóia, o cadáver de uma pessoa do sexo masculino."

Sobre o cadáver, o documento pericial diz que "trajava camisa social de tergal, de mangas compridas, em tom azul pastel, calças de brim azul, tipo Lee, estando os pés descalços. Não havia sinais de evasão sanguínea, estando o corpo em fase de rigidez muscular cadavérica, notando-se a presença de livores..." Dos ferimentos: **"À simples inspeção visual** e externamente considerados, foi notado um sulco na epiderme do pescoço, em trajetória oblíqua, da região supra-hióide para as carotidianas superiores, tendo as características idênticas aos produzidos por atritagem de laço, no caso, as pernas da calça. Notava-se, também, a projeção parcial da língua para fora da cavidade bucal."

A respeito de "outros elementos", os dois peritos atestaram que:"... 2) As vestes do cadáver se apresentavam em relativo alinho, estando a camisa parcialmente fora da calça e notando-se **um ligeiro enguramento no setor posterior da mesma**, voltado para a esquerda, **possivelmente**, por atritagem com a parede;" E ainda: "...; 4) O interior do cubículo **somente apresentava** uma cama improvisada com panos e jornais;..." E bem frisado: "...; 6) O corpo se apresentava em suspensão total, **tendo os pés a cerca de 40 centímetros do solo**; Nada mais de valor criminalístico."

Ambos os peritos, que firmaram o laudo como tendo estado no local, concluíram: "Frente ao exposto, concluem os peritos haver ocorrido no cubículo nº 6, do conjunto carcerário da 16ª Delegacia Policial, uma morte violenta, perpetrada por enforacamento com suspensão total. Nos exames procedidos no local e no cadáver, em seu aspecto externo, nada encontraram os peritos que pudesse descaracterizar a auto-eliminação por enforcamento.

Contudo, pelo que consta das declarações tomadas a termo do perito criminal Waldemar dos Anjos Corrêa, pelo Departamento Geral de Investigações Especiais, no dia 29 de outubro do ano passado, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em presença do então presidente do inquérito, o falecido delegado Waldyr de Mattos Dias, e do promotor Élio Gitelman Fischberg, inúmeras foram as omissões da perícia, nem sempre a verdade figurou do laudo e as hitpóteses superam a prova técnica.

Neste depoimento, constante das fls. 397, 398 e 399, o perito diz que, "só nesse caso e em mais um teve a oportunidade de presenciar a suspensão ainda total" que "o depoente compareceu ao local, como consta do laudo de fls. 31, às 09h15m, **em companhia do motorista da viatura, César, e do fotógrafo Gustavo, tendo na Delegacia encontrado, ocasionalmente, o perito Barros, também do ICE que lá estava por outra finalidade...**" Assim sendo, o perito Waldomiro Miranda Lins Gouveia, que também assina o laudo, e diz que não há nada "que pudesse descaracterizar a auto-eliminação por enforcamento", não estava presente ao local.

Minucioso em detalhes como "a camisa de Aézio (esta peça de roupa ninguém sabe por onde anda) estava enrugada, apenas no lado esquerdo, no sentido da direita para a esquerda, **admitindo** (do verbo admitir = aceitar como bom; permitir, tolerar) que isso tenha ocorrido pela atritagem do corpo contra a parede", o perito Waldemar, adiante, declara que, **"o depoente não chegou a ver o diâmetro do laço da calça,** mas **admite** que esticada a calça após o laço, atingiria, cerca de 0,40m a 0,50m em sua abertura interna;"

Em certo trecho do depoimento, ocorre uma contradição matemática, quando o depoente diz que "a queda sofrida pelo corpo de Aézio, foi de **cerca de 0,30m, caindo sempre do segundo degrau da escada**". No laudo, ele atesta que a distância entre o segundo degrau da escada e o ângulo inferior da clarabóia, onde se localiza a grade em que foi presa a calça, mede 1 metro e 55 centímetros, e que a distância total até o solo é de 2 metros. A ficha policial da vítima (à fl. 144) informa que ele tinha 1,62m de altura. Ainda no laudo, descreve que o corpo estava suspenso com "os pés a cerca de 40 centímetros do solo".

Se do segundo degrau à grade, existem 1,55m, restam do degrau ao solo 0,45m, que perfazem os 2 metros atestados. Neste caso, se a queda foi de 0,30m a partir do segundo degrau, seu corpo jamais poderia ficar suspenso "cerca de 40 centímetros do solo" e sim, matematicamente, apenas 15 centímetros.

Depois de afirmar, em suas declarações posteriores ao laudo, que"**considera o enforcamento de Aézio como atípico** (adjetivo — que se afasta do normal, do **típico**), entendendo como tal fato de que normalmente, em enforcamentos **o laço envolve todo o pescoço** e o corpo fica suspenso apenas por uma corda, ou um objeto;", o perito observa que **"no caso Aézio, o laço foi incompleto e corpo permaneceu suspenso por dois objetos, isto é, as duas pernas da calça"**.

Com relação ao sulco apergaminhado de "15 centímetros" descrito no laudo de necrópsia dos legistas Elias de Freitas e Mary Monteiro Cordeiro, o perito criminal diz que **"o sulco não era regular, em razão da perna da calça sofrer maior ou menor pressão de acordo com a região"**.

Embora no laudo tenha afirmado que o xadrez estava "arrumado e vazio", ele faz nova revelação: "notou a existência de outros objetos dentro da cela, não sabendo afirmar se se tratavam de roupas ou não de Aézio e, ao que se recorda o depoente, estavam dentro de uma bolsa de papel, do tipo de supermercado;"

E observa:"...; **que, apesar do desalinho das roupas trajadas por Aézio, não pôde o depoente afirmar que tivessem sido vestidas após o suicídio, digo, após a morte; que tal hipótese não é absurda, embora não coadune com o quadro observado pelo depoente;...**"

Fatos novos

Já o depoimento de Vera Lúcia — a filha mais velha de Aézio — (às fls. 415 e 416) mostram fatos novos, ao declarar que na sexta-feira, 22 de junho, após tomar conhecimento da morte de seu pai, saiu da 16ª DP, "no carro de um homem moreno, que pediu para "não colocá-lo no meio dessa história", mas que informou que a depoente, Maria Nilza e os outros, deveriam apurar sobre a morte de Aézio; porque tal pessoa dizia achar que não foi suicídio, **porque tal pessoa declarou que presenciou o perito chegar à Delegacia, indagar "ô gente, o que é que houve?"**, ao que uma pessoa teria respondido que **"isso aí era serviço do Touro"**.

Quanto ao contato que manteve com sua irmã Jacinéia — Aézio foi preso sob a acusação de haver espancado esta filha — que continua internada na Funabem, Vera Lúcia diz que a menor lhe contou que **"depois de baterem no seu pai, ela lhe deu um biscoito, que Aézio, tremendo, apanhou o biscoito, ocasião em que os policiais declararam que "não adianta mais porque agora ele vai virar lingüicinha"**.

O depoimento diz ainda que, nessa hora, "o tio Delair — que fez a denúncia contra o cunhado — estava lá declarando que Aézio tinha feito mal à depoente (Vera Lúcia)", fato que ela sempre desmentiu. E ainda, que Delair foi à Funabem levar coisas para Jacinéia e pedir que não coptasse nada.

Arquivo 28/08/79

A mulher de Aézio entrega ao Juiz Melic Urdan as roupas sujas de sangue

Governo decide esta semana como será negociada Rede Tupi

Brasília — Embora o Governo tenha decidido realmente promover a venda das emissoras do grupo Diários Associados, não está definido ainda se para um ou para vários grupos privados. Apesar de existir forte pressão para que a rede seja pulverizada, a fórmula final — que deverá ser anunciada esta semana — pode colocar as estações que compõem a Rede Tupi nas mãos de um único grupo, como tentativa do Governo de equilibrar o mercado de telecomunicações.

Um assessor do Ministro das Comunicações revelou que as emissoras poderiam ser divididas em três partes, ficando as do Rio, São Paulo, Brasília, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre com um grupo privado e as demais (12), divididas entre outros dois. Esta solução, no entanto, estaria encontrando oposição de condôminos Associados que detêm a direção de empresas do grupo em boa situação, como é o caso de Minas Gerais, Brasília e Recife.

Sigilo

Enquanto falava-se ontem, em Brasília, que o presidente do condomínio, Senador João Calmon, pretendia tirar a TV Tupi de São Paulo do ar, forçando a cassação do canal pelo Governo, várias fontes do Governo que orientam os entendimentos para a venda das emissoras recusavam-se a revelar o nome ou nomes dos possíveis compradores.

Sob a alegação de que nada pode ser revelado para não prejudicar as negociações, reiteraram que a solução está próxima e que deverá ser encaminhada por decreto do Presidente Figueiredo. Segundo os informantes, há três meses a Rede Tupi estava praticamente negociada. Porém, no momento da decisão final, alguns condôminos recusaram-se a assinar a cessão das emissoras que dirigem.

De qualquer maneira, a transferência de empresa que esteja sob a direção do Condomínio Associados, envolve questões jurídicas de solução um pouco complicadas. Ano passado o Tribunal de Justiça do Rio, ao julgar ação movida pelo Sr Gilberto Chateaubriand, considerou o Condomínio dissolvido, daí, sem condições de transferir negócios que lhe tenham sido legados por Assis Chateaubriand. O processo está atualmente no Supremo Tribunal Federal, dependendo do voto do Ministro Leitão de Abreu, que se encontra doente.

Pode-se considerar certo, no entanto, que nenhum empresário se interessa em comprar a Rede Tupi de Televisão, tal o volume de suas dívidas. Do passivo trabalhista às dívidas com os fornecedores e a Previdência e as hipotecas levantadas, tendo seus imóveis como garantia, ergue-se o rastro de um déficit que inviabiliza uma compra normal.

O grupo ou grupos interessados querem, possivelmente, que o Governo, casse e transfira a concessão e pague os credores com os bens que sobrarem à Tupi.

Maior credor não sabe como recebe

O Ministro da Previdência Social, Jair Soares — O INPS é o maior credor do grupo Diários Associados — afirmou não ter "conhecimento sequer se a dívida dos Associados para com a Receita Federal será parcelada."

Acrescentou que acha possível o condomínio ser transferido para um pool empresarial, ressalvando, entretanto, que nenhum empresário o comprará, "com tantos débitos financeiros e sociais, sem ter assegurado uma eficaz ajuda governamental."

Desigualdade

— Não sei, no entanto — continuou Jair Soares — se esse seria o melhor caminho para as Emissoras Associadas encontrarem sua vitalidade administrativa, a fim de voltarem a competir de maneira fortalecida no mercado. O Sr Jair Soares discorda ainda de que a entrega da concessão da rede a um pool aumente a desigualdade do mercado nesse campo de comunicação social.

— Entendo que a vitória de um pool nesse mercado estaria totalmente condicionada à capacidade administrativa dos seus empreendedores. Além do mais, não entendo que a Rede Globo constitua um monopólio. Ela apenas teve a iniciativa empresarial que em certo momento faltou à TV Tupi.

Quanto à decisão governamental de afastar o Senador João Calmon (PDS-ES) da presidência do Condomínio Associado, o Ministro Jair Soares disse desconhecer os termos em que foi tomada a medida: "Eu não sei de que forma pode o Governo realizar essa intervenção, e nem sei se o Sr João Calmon tem poderes para se recusar a sair, tendo em vista que ele é um grupo privado."

Segundo o Sr Jair Soares, "dentro do novo quadro que se apresenta, tendo o Governo tomado a decisão de estimular a transferência da Tupi para outro grupo, continua assegurada a disposição do Ministério da Previdência em realizar a composição da dívida da rede resultante da sonegação dos encargos sociais".

Disse que são várias as hipóteses dessa composição: "Continuamos dispostos a fazer o parcelamento da dívida em cinco anos, nos termos da legislação vigente; e continuamos também dispostos a efetuar a restituição, aceitando imóveis do condomínio em troca da dívida. É fato conhecido que é grande o patrimônio imobilizado da rede".

A dívida

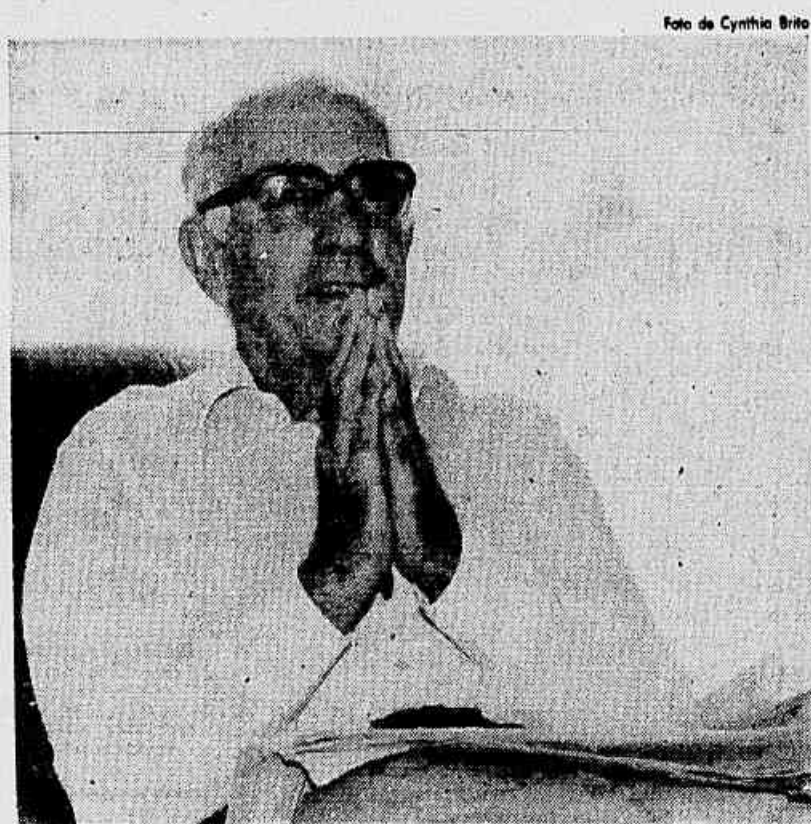
Outra solução para essa dívida, segundo o Ministro, não dependeria só do Ministério, porém do Governo. "Seria o encaminhamento ao Congresso Nacional de um projeto de lei dilatando o prazo para o pagamento dessa dívida. É evidente que essa solução demandaria a disponibilidade de mais tempo para solucionar o problema do condomínio".

Informou que a dívida das Emissoras Associadas para com a Previdência data de 1961, embora em 1967 tenha sido paga uma parte.

— No ano passado — adiantou — também houve por parte do Sr João Calmon uma promessa de pagamento, em forma de dação, restituição que nunca se concretizou.

O Ministro foi acusado ontem por um diretor do Correio Braziliense (órgão dos Diários Associados), Sr Ari Cunha, de criar dificuldades para o condomínio ao cobrar a dívida para com a Previdência exatamente no momento em que o grupo atravessa essa crise.

Ofendido com a acusação, veiculada através de artigo divulgado ontem, o Sr Jair Soares disse que já foi condescendente o suficiente com essa dívida, "e inclusive acusado pelos grevistas por não ter ainda executado esse débito. Como podem agora me acusar de querer aumentar uma crise?"

Foto de Cynthia Brito

O Senador diz que a venda foi pedida há um ano e meio

Calmon diz que pediu ajuda

O Senador João Calmon, presidente do Condomínio dos Associados, afirmou ontem que a posição governamental de colaborar para a venda de algumas empresas do grupo vem ao encontro a duas cartas que ele enviou ao Presidente João Figueiredo, comunicando a decisão do Condomínio em realizar tais vendas, "para diminuir o endividamento e reduzir as despesas financeiras".

As cartas, segundo ele, foram enviadas nos dias 2 de maio de 1979 e 29 de fevereiro deste ano, além de um pedido de audiência especial que o Senador teve com o Presidente Figueiredo, no dia 29 de maio último, onde o assunto voltou a ser abordado. Lamentando notícias erradas que estariam circulando sobre os fatos, explicou que não é "nem funcionário, nem diretor, nem presidente da Tupi de São Paulo". Além disso, o Condomínio não poderia vender 22 estações de TV: só possui nove. As demais são afiliadas, o Condomínio não detém o seu controle acionário.

Interferência

— Há um ano e meio — declarou o Senador João Calmon — o Condomínio decidiu vender algumas empresas de rádio e TV para diminuir o endividamento e reduzir as despesas financeiras. Em carta ao Presidente Figueiredo, esclarecemos nossa posição, e o Governo está colaborando para que seja cumprido o Decreto-Lei 236, de 27 de fevereiro de 1976, que limita o número de estações a cada grupo privado. A nós caberia ter cinco e não nove, como temos agora. Já apareceram grupos interessados em comprar, mas até hoje não se concluiu nenhum negócio.

Desestímulo

— Antes, outro candidato, o Sr Edevaldo Alves da Silva, presidente da Rede Capital de Rádio e TV e das Faculdades Metropolitanas Unidas (mais de 30 mil alunos em São Paulo), também foi desestimulado. O jornal **O Globo** chegou a publicar com destaque uma entrevista do Sr **Gilberto Chauteaubriand**, em que ele era classificado como "um picareta, um vigarista, bem como vendedor de diplomas falsos em suas faculdades".

Afirmando não saber de cabeça o montante das dívidas dos Associados nem o valor de seu capital ("é questão complexa: mercado, equipamento, aspecto político, são muitos os seus ingredientes"), o Senador João Calmon fez um histórico do surgimento da TV no Brasil, falou do pioneirismo da TV Tupi, da situação do Rio antes do início das atividades da TV Globo:

— Eram quatro estações: TV Rio, TV Excelsior, TV Continental e TV Tupi. Três dessas faliram, só a Tupi sobreviveu, a duras penas, chegando um momento que tivemos 80 pedidos de sua falência. Em São Paulo, a situação foi semelhante: faliu a TV Excelsior, a TV Record foi obrigada a ceder metade de suas ações ao grupo Sílvio Santos, o Canal 5 transferiu sua concessão para a TV Globo. Assiste-se hoje ao monopólio brutal de um grupo que teve suas origens numa sociedade com o **Time-Life** e que conseguiu comprar a parte dos americanos com publicidade da Caixa Econômica Federal. Em última análise, a Rede Globo foi uma dádiva da nação ao Sr Roberto Marinho.

O Senador João Calmon ressaltou também a dificuldade da Tupi em concorrer com uma empresa que podia oferecer cinco vezes mais a qualquer artista que se destacasse no Ibope. Citando o caso de **Os Trapalhões**, reconheceu o aspecto humano diante de tais ofertas, embora considere que havendo um grupo financeiro poderoso, para fazer face aos critérios e atuações da Globo, este quadro de monopólio poderá mudar: "Caso contrário, será o colapso do setor ou a sua estatização".

Condomínio se reúne no Rio

Todos os 22 membros do Condomínio Acionário dos Associados reúnem-se no Rio, amanhã às 10h, na sede oficial, no edifício onde funcionava a revista **O Cruzeiro**, na Rua do Livramento. Vão debater os problemas que a rede vem atravessando, e que culminou com a decisão governamental de promover a venda da cadeia de TVs Associados.

A informação foi prestada ontem pelo presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde, um dos sócios da empresa Diários Associados e pioneiro na formação do grupo que começou em 1924, com a compra de **O Jornal**, por Assis Chateaubriand.

Distância

Alegando desconhecer os problemas que afetaram a TV Tupi de São Paulo, o Sr Austregésilo de Athayde lembrou que a TV era dirigida, sem qualquer interferência dos três sócios dos Diários Associados, os jornalistas Leão Gondim, Martinho Luna de Alencar e ele próprio.

— Ficava tudo um pouco a distância, não tínhamos interferência. Ao contrário do que muitos pensam, os Diários Associados é uma empresa que presta serviços aos demais condôminos. Ela está bem, sadia economicamente, e não fossem os problemas da TV, sobretudo de São Paulo, nada haveria a dizer. Somos uma empresa separada, embora tudo conflua para a figura de seu presidente, o Senador João Calmon.

Há 56 anos, quando Assis Chateaubriand comprava **O Jornal**, fundado em 1919, convidando para dirigi-lo o Sr Austregésilo de Athayde, começava uma rede que se foi ampliando cada vez mais, procurando alcançar uma influência nacional. Optou-se por criar uma grande organização jornalística, que foi aos poucos comprando ou fundando jornais regionais, como o **Diário da Noite**, de São Paulo, **O Diário de Porto Alegre**, o **Estado de Minas**. No Rio, surgia a revista **O Cruzeiro**, que chegou a alcançar tiragens enormes. Na década de 50, a rede introduzia um novo meio de comunicação no Brasil, a TV. Paralelamente, também partia para o rádio.

Arquivo — 8/12/77

Athayde: Problemas só na TV

Abril acompanha negociações

São Paulo — Ao voltar ontem de manhã de Brasília o empresário Roberto Civita, um dos diretores da Editora Abril, confirmou ter participado de reunião com pessoas interessadas em encontrar uma solução para o problema das emissoras de televisão dos Diários Associados, cujos funcionários da televisão Tupi de São Paulo estão sem receber salários há cinco meses.

O Sr Roberto Civita não quis fazer nenhuma declaração sobre a discussão do problema em Brasília, mas lembrou que o Governo pretende encontrar uma saída para o impasse. A decisão do Governo é vender a empresa para um outro grupo econômico. Além do Sr Civita outros dois grupos estariam interessados em assumir o controle associado e dar continuidade à empresa.

O diretor da Abril afirmou que a solução do problema da Tupi não depende dos empresários, mas do Governo, que já chegou a uma conclusão". O Sr Civita viajou a Brasília na sexta-feira pela manhã com a finalidade de participar de reuniões, que duraram até às 23 horas, retornando a São Paulo ontem de manhã.

Arquivo 13/5/77

Civita admite interesse

Funcionários no Rio seguem rotina

Nos modestos estúdios da TV Tupi do Rio, no antigo Cassino da Urca, o ambiente ontem era de rotina. Ninguém discutia a greve de São Paulo, nem esse parecia ser o assunto que mais interessava os funcionários que foram trabalhar, cerca de 90% do total.

No Rio, dos 450 empregados apenas cerca de 40 — que recebem pela folha de São Paulo — resolveram aderir à greve, entre eles Flávio Cavalcanti, João Roberto Kelly, e vários comediantes. Embora recebendo por São Paulo, eles gravam seus programas nos estúdios da Urca.

A Tupi do Rio enfrentou uma crise séria, semelhante a atual de São Paulo, durante os anos de 72, 73 e 74. Naquela época os funcionários ficavam até seis meses sem receber, mas não houve greve. Agora, de uma forma geral, os salários atrasam no máximo de 10 a 15 dias.

A própria situação dos estúdios, e das demais instalações técnicas, não é tão ruim como naqueles anos, embora o material de trabalho seja desatualizado, se comparado com o da Rede Globo. O principal estúdio, que era a grande sala de jogo do Cassino da Urca, e onde ontem dezenas de pessoas assistiam, no auditório, o programa **Almoço Com as Estrelas**, de Aerton Perlingeiro, sob um confortável ar refrigerado, já foi um inferno de calor.

Funcionários mais antigos comentam que as vezes a temperatura chegava aos 50 graus.

O teto do estúdio tem alguns rombos e está precisando de reforma. O interior do prédio não é bem conservado, mas não parece em ruínas. Os empregados insistem em que hoje ele está melhor do que na época da grande crise, entre 72 e 74.

"Com suas centenas de jornalistas, a TV Globo apresenta um jornalzinho de 20 minutos. Com nossos gatos pingados resolvi iniciar uma experiência de jornalismo testemunhal, onde deixo o povo falar no vídeo. O programa tem uma hora, e de 0,7% de audiência, no início, evoluiu para 5,3%. Sabe o que é isso? Quase 500 mil expectadores a mais que na primeira semana", comenta Rubens Furtado, chefe do tele-jornalismo.

Rubens Furtado, que já foi diretor, está na casa desde o ano da sua inauguração, 1951. Perto dele, outros jornalistas e cinegrafistas, a maioria com mais de 20 anos de TV Tupi. Ulisses Gobbi, orgulhoso, mostra seu álbum de fotografias, documentando a sua entrada na estação como porteiro, passando a câmera-assistente de estúdio e hoje assistente de produção do tele-jornalismo, numa trajetória de 20 anos. Todos falam de crises e dificuldades com naturalidade, como se isso já estivesse incorporado ao seu destino profissional.

Pimentel faz retificações

Com o propósito de retificar informações contidas no noticiário da edição de ontem sobre a venda da Rede Tupi, o Sr Paulo Pimentel remeteu ao JORNAL DO BRASIL a seguinte carta:

1 — Não estive várias vezes com o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, General Golbery do Couto e Silva, tratando do problema da Rede Tupi. Aliás, jamais conversei com o Sr Ministro sobre esse assunto.

2 — Não declarei que a Atlântica-Boa Vista integrava o grupo, do qual faço parte, interessado em contribuir para a manutenção da Rede de TV Associada. Dest'arte, não poderia ter-me referido a um telefonema do Dr Roberto Marinho ao Dr Almeida Braga, desaconselhando-o a permitir que um dos diretores da Atlântica participasse de "um negócio que ia contra os interesses da TV Globo".

Creio até que a extinção da Rede Associada não consulta aos interesses da Rede Globo, pois deve estar ciente o Dr Roberto Marinho, como certo eu estou, que nem o Governo nem o povo consentiriam com um sistema monopolista de televisão no país.

3 — Desconheço onde se obteve a informação sobre a participação da Warner americana, pois em nenhum momento fiz qualquer afirmativa nesse sentido.

4 — A expressão a mim atribuída, de que se trataria de "um negocião, um grande negócio", a transferência da Rede Associada para o grupo do qual participo, também não procede. É notório o estado lamentável dos Associados. Afirmar-se que a aquisição de empresa concordatária é "um bom negócio" seria, quando pouco, uma insensatez empresarial.

Realmente, me interessei em participar de um esquema visando a salvar a Tupi do desaparecimento - meta que julgo viável — por entender salutar e de interesse público o objetivo do Governo do Presidente João Figueiredo no setor da Comunicação, que pretende estimular "a formação de redes nacionais, especialmente no campo da televisão, (...) dentro de um regime competitivo e equilibrado".

5 — Desconheço, no momento, a solução encontrada pelo Governo para contornar a crise da Rede Tupi. Tudo o que sei é resultante do noticiário dos jornais, mesmo porque permaneci durante toda a sexta-feira em Curitiba, longe do centro das decisões.

Leitor e admirador do JORNAL DO BRASIL, sei das dificuldades em se localizar as informações precisas num assunto em que as partes envolvidas procuram manter reserva. Atribuo a isso os equívocos aqui esclarecidos.

Como sempre, permaneço à inteira disposição desse respeitado JORNAL DO BRASIL.

Atenciosamente,

Paulo Pimentel

Arquivo — 14/11/57

Assis Chateaubriand no dia em que embarcou para Londres, como Embaixador do Brasil, disse que seria "um repórter na Corte"

Chateaubriand, o gênio do império

Ele atrasou aviões, banquetes, enterros, festas e até procissão. Mas sabia ser também pontual. Sua vivacidade intelectual e física o fazia dormir pouco, no máximo três horas por noite. Gostava da autoridade e do poder. Detestava cigarros e fumantes e não tolerava manteiga no pão. Era avarento e generoso, honesto e escuso, amado e odiado. E renunciou à família porque "a verdadeira grandeza é solitária". E comentava: quem admite César conquistando a Gália com uma mulher de sobrecarga?

Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, o paraibano Doutor Assis, ou simplesmente Chatô foi tudo: advogado aos 21 anos e professor catedrático aos 22; jornalista, industrial, fazendeiro, senador, diplomata, escritor acadêmico e **imortal**, repórter, embaixador. E dono dos Diários e Emissoras Associados o **império da palavra** que surgiu em 1924 com o **O Jornal** e chegou a ter mais 33 jornais, 22 estações de televisão, 25 emissoras de rádio, 28 revistas e duas agências de notícias.

Arquivo — Set/63

Mesmo doente, não perdeu o prestígio e o respeito dos políticos

Primeiro contato

Foi na vila sertaneja de Umbuzeiro, hoje cidade, que nascia a 5 de outubro de 1892 o paraibano Assis Chateaubriand. Infância humilde, pais pobres, aprendeu a ler em velhos jornais de um tio. Já em Recife, aos 14 anos de idade, começou a escrever em **O Pernambuco, primeiro contato com o jornalismo**, a carreira de repórter.

Com a morte do pai, um ano depois, foi obrigado a trabalhar em dois jornais para se sustentar, época em que ingressou na Faculdade de Direito de Recife, de onde saiu bacharel aos 20 anos. Um ano depois já era redator-chefe do **Estado de Pernambuco**, mas um concurso para a Cátedra de Direito Romano em 1915 transformou-o em professor durante três anos.

No Rio de Janeiro, em 1917, o advogado Assis abriu um escritório, mas sem deixar de ser colaborador de vários jornais, inclusive de **La Nación**, de Buenos Aires, época em que aceitou convite do Conde Pereira Carneiro para ser o redator-chefe do JORNAL DO BRASIL.

Destacando-se mais tarde como comentarista em assuntos internacionais, foi em 1920 à Europa como correspondente do **Correio da Manhã**, demitindo-se ao regressar, para se dedicar à tarefa de organizar a fundação do primeiro diário associado. E isto ocorreu com a compra de **O Jornal**, em 1924, seguida de um outro, o **Diário da Noite**, de São Paulo. Os dois jornais foram a base do império jornalístico de Assis Chateaubriand, que segundo ele mesmo "foi financiado em 70% pelo café".

Primeiro livro

Em 1926, casou-se com a Sra Maria Henriqueta Barroso do Amaral, aproveitando sua **lua-de-mel**, em Campos de Jordão, para escrever o livro **Terra Desumana**, sobre a vocação revolucionária do Presidente Arthur Bernardes. Em 1930 adere à Aliança Liberal que levaria Getúlio Vargas ao Poder pelas armas, mas dois anos depois colocava seus jornais contra o Presidente, que expropriou **O Jornal**. Reconciliou-se, mais tarde, reavendo o jornal.

Dois anos antes (1928), Chateaubriand já havia fundado a Empresa Gráfica O Cruzeiro, revista que circulou no Rio a 10 de novembro com uma tiragem de 27 mil exemplares, fato inédito, e que teria o seu recorde de 720 mil registrado na edição da morte de Getúlio Vargas (1954). E além de **O Cruzeiro**, havia **A Cigarra, a Revista do Brasil**, até chegar ao **Dr Macarra, Luluzinha e Bolinha** dos nossos dias.

A partir de 1934, o núcleo jornalisitco marchou para outra cadeia, a de rádio. Para isso um ano depois vinha ao Brasil, para inaugurar a Rádio Tupi, o cientista e inventor italiano Marconi. E das rádios que se seguiram, chegou-se ao tempo da televisão, a primeira fundada em São Paulo, em 1949, a primeira estação do Brasil e também da América do Sul.

Mas isso não bastava, e Assis Chateaubriand criou um sistema agropecuário para, por meio de fazendas-modelo, "educar o povo para a vida rural". E plantou algodão e café e importou gado da raça **Hereford** e **Galloway**, da Inglaterra, pois como sempre dizia "trigo todos os países têm de sobra, mas carne é muito mais difícil".

Político e acadêmico

De advogado a jornalista, e de fazendeiro a político, a partir de 1950, quando "permitiu que seu nome fosse indicado" para uma vaga pelo Estado da Paraíba nas eleições para Senador, e representando na segunda legislatura o Maranhão. Ainda como Senador foi eleito, também, Imortal da Academia Brasileira de Letras, a 27 de outubro de 1954, na cadeira número 37 que fora ocupada anteriormente pelo Presidente Getúlio Vargas.

E a pedido de um Presidente da República, Juscelino Kubistchek, renunciou à cadeira de Senador para ser o Embaixador do Brasil na Inglaterra. Segundo alguns sua obsessão por esse cargo diplomático surgira quando tivera o seu pedido de audiência como jornalista recusado pela Rainha Elizabeth II: "se não me recebeu antes, vai me receber agora." E segundo também conta, deu de presente na ocasião um colar de água-marinha comprado com o dinheiro destinado ao pagamento dos salários dos funcionários do **Diário da Noite** e **O Jornal** (era costume seu passar no caixa, pedir, dinheiro, colocar no bolso e ir embora sem dar satisfação).

Como Embaixador, comparecia às recepções no Palácio de Buckingham limitado pelas regras do protocolo, mas no dia seguinte oferecia um jantar nordestino nos salões da Embaixada brasileira, onde os convidados londrinos sentavam-se em almofadas no chão para comer vatapá. À própria Rainha Elizabeth II ele teria dito: "Eu não sou diplomata, e sim um repórter acreditado na Corte de St. James."

Paixão pela arte

Mas Assis Chateaubriand foi também um apaixonado pelas artes, criando o Museu de Arte de São Paulo, um patrimônio avaliado em mais de 100 milhões de dólares. E não tinha o menor escrúpulo para conseguir enriquecer o acervo através de "doadores voluntários". Seu método era simples: durante uma recepção por ele programada para vários colecionadores de obras de arte, anunciava em voz alta doações e as agradecia. O proprietário da obra, geralmente muito rico, ficava sem graça de desmentir e concordava. E assim, o **Mecenas Chateaubriand** recolheu vários quadros oferecidos àquele museu.

Assim como gostava e se extasiava diante de um quadro de Rembrandt, Assis Chateaubriand foi um amante fiel do avião, paixão que o fez patrocinador de aeroclubes em diversos municípios brasileiros onde, às vezes, não havia nem automóvel. Era "sua vassoura mágica" que permitia almoçar no Rio de Janeiro, jantar em Porto Alegre.

E através dos Diários Associados promoveu campanhas das mais diversas, em todo o país: em favor da economia do Nordeste; pela produção de cafés finos; pela criação do Banco Central; pela redenção do Vale da Paraíba; pela preservação dos monumentos; em favor da candidatura de Eduardo Gomes; contra o Governo de Juan Peron; contra a inflação e o peleguismo; a favor da Campanha do Ouro para o Bem do Brasil. E em cada campanha, a honestidade, o oportunismo, a troca de influências e os métodos próprios se confundiam.

Princípio do fim

Mas o Velho Capitão, que dormia apenas três horas por noite e cochilava nos almoços, aviões, reuniões e casas de amigos, adoeceu a 27 de fevereiro de 1960, após sofrer uma dupla trombose cerebral que o obrigou a vários tratamentos nos Estados Unidos e Inglaterra.

Antes da trombose, ele escrevia em qualquer lugar, em qualquer papel, mas com uma letra ilegível que só um linotipista de **O Jornal** entendia. Depois, só usando máquina elétrica, sentado na sua cadeira de rodas, batendo a tecla com um dedo só, seu braço esquerdo sustentado por uma correia de couro.

Preocupado em dar continuidade ao seu **império da palavra**, instituiu, antes de adoecer, o Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados, distribuindo 49% das ações e quotas que possuía dentro de toda a cadeia a 22 dos seus auxiliares. Em 1961 resolveu doar os restantes 51% das ações e quotas que reservara para si.

Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, o paraibano Doutor Assis, ou simplesmente Chatô, na intimidade, morreu aos 75 anos de idade, no dia 4 de abril de 1968, deixando realmente um império que aos poucos foi ruindo e perdeu toda a força que 56 anos antes (1924) serviu como motivação para o seu início.

David Nasser diz que incompetência de Calmon levou à crise

Numa entrevista em que narrou como o Senador João Calmon conheceu Assis Chateaubriand — cuja obra "conseguiu demolir por sua incompetência" — o jornalista David Nasser disse ainda que o Governo é co-responsável pela falência dos Diários e Emissoras Associados, quando o Presidente Geisel permitiu que se desse de "mão beijada" um empréstimo de Cr$ 2 bilhões.

Explicou ainda a mecânica pela qual o Senador Calmon, a quem sempre se referiu como o "biônico", conseguiu construir uma fortuna pessoal às custas dos empregados, "sem pagar a ninguém", penhorando prédios por cinco vezes. Disse também que o lugar do Senador é a cadeia e que espera para amanhã, às 10h, a destituição de João Calmon do condomínio acionário.

O calote

Lembrou que os Associados deram "calote até no irmão do Presidente João Figueiredo", o escritor Guilherme Figueiredo, que só se aposentou depois de pagar Cr$ 40 mil devidos pelos jornais ao INPS. Explicou David Nasser que se afastou há 10 anos do condomínio acionário, quando observou "a bandalheira" e sentiu que o assunto era de vara criminal.

"O Ministro Delfim Neto" — acrescentou — "fez tudo para impedir um empréstimo de Cr$ 600 milhões", mas mesmo assim os Associados levaram Cr$ 60 milhões — "e não faz muito tempo".

"Não posso estar feliz com o desemprego de tantos companheiros, em greve num mercado de trabalho tão restrito. É surpreendente que o presidente do condomínio venha falar em radicais, só porque lutam pelo direito de receber seus salários. Não, não posso estar feliz com o desaparecimento de uma organização que afundou por causa de um incompetente".

Lembrou que os **Associados** foram criados por um homem-gênio, Assis Chateaubriand, um tipo à maneira de Robin Hood, "que saqueava docemente os ricos, para devolver à comunidade sob forma de museus". E, no entanto, "acabou morrendo nas mãos de um Lampeão mesquinho, um carroceiro", a quem conheceu durante uma regata. Chateaubriand, na mocidade, gostava de remar e coube à Dona Laura recomendar João Calmon, que foi para o Ceará, "de onde nunca devia ter saído".

"Meu desejo é que o Governo encontre uma fórmula que preserve os direitos trabalhistas, o passivo empregatício e, principalmente, o mercado de trabalho ameaçado. Até agora à noite, eu não sei qual foi a forma encontrada pelo Governo para por fim a esta crise, mas, se está pronto o decreto de intervenção, não acredito que inclua a saída do **biônico**".

Concessão

Em sua opinião, o Governo não teria condições de entrar numa empresa particular e mudar seus diretores. "A não ser que o decreto trate de cancelar a concessão dos canais de TV. E não precisa ser um jurista do porte de Vitor Nunes ou Carlos Medeiros da Silva para saber que isso é legal".

Mas a concessão dos canais e agora o cancelamento — observou David Nasser — poderá conduzir a uma situação semelhante àquela da empresa de aviação Panair do Brasil, durante o Governo Castelo Branco, "sob pressão do Brigadeiro Travassos", que pediu a interferência do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Explicou que o Governo, se tenciona decretar a intervenção, ainda não o fez é porque ainda espera uma negociação por parte dos Associados com outros grupos idôneos, "capaz de fazer o elefante erguer-se". E frisou que isso deverá ocorrer no início desta semana, já que o Ministro da Justiça, Abi-Ackel, jantou na casa de um dos condôminos, Edilson Varela, em Brasília, "quando não estava presente o **biônico**".

"E neste jantar estranho" — prosseguiu David Nasser — "suponho que o Ministro da Justiça deva ter dito que se tratasse de destruir aquele incompetente, de tal forma desmoralizado e com a imagem denegrida, que não consegue nem ser levado a sério no Congresso, onde entrou pela porta dos fundos. No Senado, nem fala mais — o que é um serviço à Casa. E depois — confesso — não há mais o que esperar nem esperança de diálogo com uma pessoa de tal tipo — um mineral".

Interessados

Afirmou que está de posse de informações sobre o interesse do ex-Governador paranaense Paulo Pimentel em adquirir os Associados. "Deve haver capitalistas atrás dele, porque Paulo Pimentel não tem condições econômicas para uma parada dessas".

Mencionou ainda o Sr Walter Moreira Sales, como outro interessado, aliado a outros grupos, como a Warner, e ainda os Civita, da Editora Abril, cuja empresa terá de seguir o caminho eletrônico. "As revistas muito breve vão para o cassete da TV".

Lembrou também como interessado o Grupo Capital, "do qual fazem parte o professor Everaldo, que é, segundo dizem, sócio do Governador Paulo Maluf, e também Edmundo Monteiro", componente do condomínio acionário dos Diários Associados. "Eu não tenho provas, mas é o que dizem, e não é crime ser sócio de uma empresa".

Para David Nasser é possível que o Governo concorde que um desses grupos assuma as empresas falidas e pague os débitos, incluindo o Imposto de Renda. "Ora, todo mundo sabe como se faz tais acertos. Quem não recorda quando o Banco da Bahia estava numa situação desgraçada e o Bradesco teve que engolir?"

O jornalista negou que sejam 22 estações de TV do grupo e esclareceu que cinco delas — tidas como Associadas — "por meio de uma manobra por parte do **biônico**, deixaram de pertencer aos condôminos". E deu como exemplo a TV Abaré, a de Campina Grande, de Uberaba, Juiz de Fora e do Espírito Santo, onde o condomínio não tem mais o controle acionário.

"Nessas cinco estações botaram testas-de-ferro e o Governo não conseguirá intervir ou cassar a concessão como sendo do Condomínio. E assim o grupo foi e continua vivendo mantendo suas mordomias."

David Nasser explicou que não se trata de uma briga pessoal com o Senador João Calmon, "embora tenha todo o aspecto. Afinal, é difícil travar um combate de 10 anos, sem que não tome por vezes um cunho pessoal". Ele não pode nem me julgar um inimigo. Para se ter um inimigo, é preciso que o sujeito esteja no mesmo **ranking**, pelo menos moral. Mas nem o gabarito de um Leonel Brizola, o **biônico** possui. Meu drama é do sujeito que foi enganado e que, de repente, descobre a verdade."

Administração

Contou que Chateaubriand dirigiu o império "sob uma forma abagunçada", com vontade férrea, afinal era o dono, "baixando atos", muitos deles para cortar a cabeça de João Calmon. "Chateaubriand não acreditava na vida eterna e tudo corria de qualquer maneira. Achava a herança uma instituição burguesa e não cultivava nem a família (dizia mesmo que Jesus Cristo só fora feliz longe da família e, quando voltou, foi para ser crucificado). E, na velhice, meteram-lhe na cabeça que devia fazer um condomínio para a perenidade de sua obra. Não tenho dúvida de que empurraram isso na cabeça de Chateaubriand, que não tinha preocupações biográficas e dizia que, para descansar, contava com a eternidade".

"E quando sobreveio a doença, estava pouco ligando para o que acontecesse. Uma fundação não era possível porque existiam muitas hipóteses e dívidas. E inventaram esse tal negócio de condomínio. Eu só tinha ouvido falar de condomínio de prédio ou edifício. E assim surgiram 22 pessoas, cada uma co-proprietária de cada ação. E até hoje não sei sob qual critério escolheu os 22, se por motivo geográfico ou sentimental. Na primeira leva resisti, porque era apenas um profissional. Mas depois acabei envolvido. Um condômino não tinha salário, foi inventado depois. Tudo se fez no tapa ante a morte do Chateaubriand. A maçã não foi repartida ao meio. E fui o primeiro a dar o fora."

Assessores

David Nasser lembra que, com a doença, Chateaubriand passou a ser um tipo dócil. Certa vez numa entrevista à revista **Times** lembrou que o seu segredo empresarial era ter três assessores que não se davam e viviam em briga de foice: Leão Gondim, na revista **O Cruzeiro**, Edmundo Monteiro em São Paulo e João Calmon no Rio.

"De Nova Iorque, doente, às vezes Chateaubriand decidia cortar a cabeça do **biônico**, mas desistia. E isso aconteceu quatro vezes. E só entendi tudo quando me chegou às mãos um dossiê, uma espécie de diário secreto do **biônico**. Embora não saiba escrever, o **biônico** se expressa bem e tem uma **cara** que inspira confiança. Pode até ser tomado como honesto. E disse na TV, há dias, que ele e sua mulher deram Cr$ 2 bilhões 400 milhões em aval. Mas, na verdade, declara em seu Imposto de Renda que possui um apartamento no Rio, uma casa em Colatina, outra em Brasília, e ainda um apartamento em Guarapari. E Cr$ 5 mil em jóias! Ora, como um camarada com Cr$ 20 ou Cr$ 30 milhões em bens pode avalizar bilhões?"

Disse David Nasser que João Calmon é um primata, que não passou ainda do Mobral e lamenta ter escrito, por ele, um dos livros. Outro coube ao escritor José Cândido de Carvalho, autor de **O Coronel e o Lobisomem**.

"Eu lhe disse uma vez que era órfão das palavras e pai de livros alheios. E, parece incrível, esse homem numa certa época me inspirou confiança. O que me espanta é que Chateaubriand se deixasse cercar por tantos velhacos, embora houvesse exceção. Carlos Lacerda, por exemplo, que foi secretário de **O Jornal**, não se curvou às suas imposições, quando Chateaubriand quis desmentir uma entrevista que fiz. E Lacerda o mandou à merda. Vestiu o paletó e foi embora. Só se conciliaram 15 anos depois."

Farsa

David Nasser contou também que acreditou na campanha que João Calmon fez contra o Sr Roberto Marinho e suas vinculações com o grupo **Time/Life**. "Cheguei até acreditar naquela encenação que o **biônico** fez com o Leonel Brizola. Era tudo uma farsa, combinada muito tempo antes para impressionar os telespectadores — e o maior palhaço era eu, sem saber que tudo era um jogo feito. E cheguei a escrever livro sobre aquela triste figura."

Lembrou que o Senador João Calmon propôs que os condôminos tivessem participação na receita bruta dos Associados, "até das empresas deficitárias". Queria também que os 22 fossem auto-indenizáveis, pudessem se demitir, recebendo as indenizações, e voltando a ocupar postos. "A indenização dele ia a Cr$ 6 milhões. Queria ser afastado, receber a bolada, e voltar. Eu lembrei que era um suicídio moral."

"Tem mais: o **biônico**, como vim a descobrir depois, ofereceu os serviço das empresas aos norte-americanos. E propôs até levar nordestinos de outros Estados para votar contra o Arrais, em Pernambuco. Lacerda tinha razão quando me disse: "Este homem é um louco". Mais do que isso: megalomaníaco que chegou a dizer ao Carlos que era a única solução civil para a Presidência da República, depois da Revolução. Só não é louco para ganhar dinheiro".

David Nasser está de posse também de um **Diário de Bordo** do Senador, "que honra o Senado com a sua ausência, porque o cheque sem fundos que ele dá tem o mesmo valor de seu mandato. Não tem nem um conceito sobre soberania nacional: propôs alugar a opinião dos jornais por 100 milhões de dólares. Exigiu cinco parcelas de 20 milhões e neste documento afirma textualmente que "o conceito de soberania nacional está ultrapassado". São palavras do **biônico** em seu **Diário de Bordo**".

Os americanos recusaram, mas o Senador João Calmon — segundo o jornalista David Nasser — foi mais longe quando propôs, através do Sr Nei Galvão, presidente do Banco do Brasil, "o bandeamento para o João Goulart, antes da Revolução de Março de 64". O objetivo era calar a Rede da Democracia e apoiar o candidato que Jango indicasse, em troca do esquecimento das dívidas dos Associados. "A verdade é que Goulart, com todos os seus defeitos, teve a ombridade de nem lhe dar resposta. E tudo consta do **Diário de Bordo** do **biônico**, que vai ser objeto de um livro meu muito breve". Concluiu David Nasser.

Foto de Almir Veiga

Nasser desfia em seu relato histórias do condomínio acionário

Rede Ferroviária Federal fecha 35 estações do Sistema Regional Nordeste

Recife — Nos últimos 10 anos, apesar da crise de combustível e da busca constante de soluções para o transporte de massa, pelo menos 35 estações ferroviárias foram fechadas, na área sob jurisdição do Sistema Regional Nordeste — abrangendo os Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte — da Rede Ferroviária Federal.

"O número pode assustar", adverte o chefe do Departamento de Transporte, Sr Rômulo Halliday, "mas não houve prejuízo social para as comunidades". Entretanto, muitas dessas estações serviam a populações de municípios onde, ainda hoje, o acesso por automóvel é bastante precário.

"ESTAÇÃO FANTASMA"

É o caso da estação "São Serafim", no Município pernambucano de Calumbi — a 477 quilômetros de Recife — que está fechada há 11 anos; ou mesmo Canaã, na localidade conhecida como Sacos dos Bois, Distrito do Município de Triunfo.

São Serafim e Canaã são como cidades fantasmas. Casas abandonadas, semidestruídas, o mato tomando conta da rua é o panorama encontrado nessas duas ex-estações ferroviárias, desativadas pela RFFSA "por não mais satisfazerem as exigências para o funcionamento, além de apresentar prejuízos financeiros".

Mas, independente de qualquer motivo, o fechamento da estação de São Serafim, tem uma razão curiosa: um crime. O último chefe da estação foi assassinado logo após a passagem do trem das 18 horas, pelo feitor da linha, conhecido apenas por Severino.

— Justino Pereira de Oliveira era considerado por todos como um bom chefe. Há anos trabalhava em São Serafim — conforme relata a Sra Eurídice Nunes da Silva, que mora há 26 anos perto da estação — e nunca desentendeu-se com os trabalhadores da linha de ferro. No entanto, o feitor de linha Severino, não se sabe por que motivo, num final de tarde, acompanhado de dois trabalhadores, esperou a passagem do último trem e invadiu a sala, disparando toda carga do revólver, à queima-roupa, no chefe da estação.

A repercussão do crime foi grande. Toda polícia passou a caçar o criminoso, que refugiou-se em Triunfo, sendo preso e encaminhado a Recife. Desde então, a Rede Ferroviária do Nordeste não mais enviou substituto para o chefe assassinado e, meses após, a São Serafim foi fechada e os trabalhadores distribuídos pela região.

Na vila existiam cerca de 80 moradores e até um pequeno comércio. Distante apenas 2 quilômetros da sede de Calumbi, o fechamento da estação prejudicou bastante a economia do município. Quase isolada, a cidade sobrevive da produção de milho e feijão, além de um fraco comércio.

O trem que faz o percurso Recife—Salgueiro, entretanto, continua passando nas duas estações fechadas nesta região: Canaã e São Serafim, fazendo, às vezes, pequenas paradas para embarque ou desembarque de poucos passageiros. Segundo os moradores do local, quando as duas estações funcionavam, o movimento era grande.

Há pouco tempo, como necessitassem de material para usar em estações da rede, trabalhadores da RFFSA levaram portas, telhas e alguns tijolos das duas estações abandonadas.

MOTIVO OPERACIONAL

A justificação do fechamento de várias estações ferroviárias no Nordeste é puramente operacional. Segundo o chefe de Transporte, Sr Rômulo Holliday, a intenção foi "melhorar a velocidade dos trens. Tínhamos estações com quatro quilômetros de distância, uma da outra, e isto prejudicava o trânsito. Liberando as locomotivas podemos desenvolver uma velocidade maior."

Além disso, a RFFSA passou a utilizar trens mais velozes, com tração múltipla (três locomotivas), aumentando a tonelagem transportada e reduzindo o número de trens.

Outro motivo alegado pelo Sr Rômulo Holliday, para o fechamento dessas estações, foi a fraca produção que elas vinham apresentando, principalmente por não terem cargas tipicamente ferroviárias, ou seja, cargas grandes para longas distâncias.

Em razão da prioridade nacional ser do transporte de passageiros nas áreas metropolitanas, o sistema regional Nordeste da RFFSA está dinamizando todos os ramais do Grande Recife. Atualmente, cerca de 90 trens servem aos subúrbios de Jaboatão, Cabo e São Lourenço, transportando uma média de 30 mil passageiros por dia. Com isso, o transporte de passageiros de longa distância, no momento, está relegado a um segundo plano.

Projeto estabelece regime especial de trabalho para menor que não tem profissão

O Deputado federal Carlos Chiarelli apresentou ao Congresso Nacional um projeto de lei que dispõe sobre o trabalho do menor sem qualificação profissional, em regime especial, como resultado dos debates realizados no Seminário sobre o Trabalho do Menor, patrocinado pela Funabem e pelo JORNAL DO BRASIL.

No projeto, o parlamentar surge que o menor, de 12 a 18 anos incompletos, que não se encontra submetido a regime metodizado de aprendizagem, poderá ser contratado mediante salário inicial de 50% do salário mínimo regional. Diz, ainda, que de 15 a 18 anos incompletos poderá ser admitido mediante salário inicial de 75% do salário mínimo regional.

INTEGRAL

O projeto sugere que aos pisos básicos salariais seja acrescido um adicional, a cada 12 meses de serviço, de 5%. Após dois anos completos de serviço para a mesma empresa, e na mesma atividade, o menor, independente de sua idade, fará jus ao recebimento do salário mínimo regional integral, na presunção de ter completado a sua básica formação profissional de modo prático.

Num dos artigos do projeto, o parlamentar propõe que o menor, na faixa etária de 12 a 15 anos incompletos, terá direito a uma redução diária de uma hora na jornada semanal de trabalho válida para o adulto; o menor, de 15 a 18 anos incompletos, terá direito a similar redução em meia hora útil por dia.

Sugere também que para os menores de 12 a 18 anos incompletos não sejam exigidos serviços em horário noturno, nem prorrogação extraordinária da jornada de trabalho.

Professor destaca papel que farmacêutico tem no controle das drogas

Belo Horizonte — O farmacêutico é o traço de união entre a droga e o usuário e, conseqüentemente, desempenha um importante papel para controlar e detectar o abuso de drogas. Mas no Brasil 80% das farmácias estão nas mãos de leigos que, por serem meros comerciantes e conhecerem pouco o problema, chegam em alguns casos a serem coniventes com o abuso das drogas.

Esta tese será defendida pelo diretor da Faculdade de Ciências Médicas de Minas, farmacologista e pesquisador José Elias Murad, no II Congresso Internacional de Educação Farmacêutica, em Boston, Estados Unidos, no próximo mês. Neste e em outro congresso, que será realizado na próxima semana na Suécia, ele vai denunciar uma série de medicamentos que são usados como **bolinhas** no Brasil.

ABSURDO

Em seu trabalho **O Papel do Farmacêutico Diante do Abuso de Drogas nos Países em Desenvolvimento**, o professor Elias Murad, que é também médico, afirma que este profissional deve ser a primeira pessoa a alertar as autoridades para o problema do abuso de drogas, por estar em permanente contato com o usuário.

"O absurdo é que na maioria dos casos verificados no Brasil um farmacêutico tornado em presta seu nome como responsável por uma farmácia à qual vai raramente. A legislação deveria proibir isso e fiscalizar um pouco mais as farmácias."

No trabalho, o médico cita o exemplo de uma pequena farmácia da periferia de Belo Horizonte que, em apenas três meses, vendeu 8 mil 974 frascos de Pambenyl (xarope contra tosse) 55 mil comprimidos de Optalidon e 12 mil comprimidos de Fiorinal (ambos analgésicos) e que são usados mais como **bolinhas**. Segundo o professor, uma farmácia como a que foi pesquisada não venderia nem um centésimo destas quantidades se os medicamentos fossem controlados e se os farmacêuticos fossem mais conscientes.

Macae-RJ-Foto de Isdras Pereira

O arqueólogo Aristides Sofiatti confirmou tratar-se de um importante sítio arqueológico

Escavadeira descobre 100 urnas indígenas em Macaé

Macaé — Na Fazenda Jurubetiba, com 250 alqueires de área, entre as localidades de Cabiuna e Carapebus, foi descoberto um sítio arqueológico, com aproximadamente 100 urnas funerárias de indígenas, quando o maquinista Genildo Fernandes, que operava uma pá carregadeira para tirar areia do local, acabou destruindo parcialmente as urnas.

Segundo o presidente do Centro Norte Fluminense para Conservaç-ao da Natureza, professor Aristides Artur Sossiati Neto, com curso em Arqueologia após um exame superficial, admitiu que tudo leva a crer tratar-se de um sambaqui que remonta de 300 a 3 mil anos, de grande valor histórico. A maior parte das urnas foi danificada pela pá carregadeira.

Susto e alarme

Segundo Genildo Fernandes, a descoberta foi por volta das 8h da última sexta-feira, quando retirava areia da Fazenda Jurubetiba, de propriedade do Sr José Francisco Mancebo, para aproveitá-la na construção civil. "Eu trabalhava normalmente, quando ouvi um barulho ao mesmo tempo em que percebia que algo de diferente tinha acontecido. Vi' que a máquina (havia) rompido uma urna, deixando exposto um cadáver. Ainda sem saber do que se tratava, ciente de que deveria parar, corri e contei para o meu patrão o que havia acontecido."

A notícia do achado imediatamente correu por toda a cidade de Macaé. Entre a hipótese de ter sido encontrado sob a areia um velho cemitério indígena e um tesouro, o povo ficou com a última opção, até fantasiando que junto com as urnas haviam sido encontradas pedras preciosas e outros objetos de valor. A polícia, tão logo tomou conhecimento, determinou a suspensão dos trabalhos e mandou fechar os portões de acesso ao local, tomando providências para preservar o sambaqui.

Apenas uma urna de cerâmica, com um esqueleto em seu interior, apareceu totalmente na escavação, mas, à proporção em que chegavam pessoas para examinar o local, começaram a surgir evidentes vestígios de outras urnas, quase todas danificadas pelo peso da pá carregadeira. Tão logo soube tratar-se realmente de um cemitério indígena, o delegado Roberto Peixoto enviou ofício à Polícia Militar para que isolasse a área, enquanto o Prefeito Carlos Emir se comunicava com outras autoridades e entidades, entre elas o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Antes que a Polícia Militar isolasse a área, chegou a haver invasão de curiosos. O professor Aristides explicava que não havia a hipótese da existência de jóias no interior das urnas, já que os índios colocavam ali as armas que pertenceram aos guerreiros.

Com 60 centímetros de altura por 40 de diâmetro, as urnas ou igaçabas são de cerâmica cozida, revestidas por uma camada de barro mais claro e decoradas com uma faixa vermelha na tampa, além de uma série de desenhos com linhas curvas, retas e pontilhadas, todas pretas. Os desenhos são semelhantes aos encontrados na cerâmica marajoara.

Quando os trabalhos foram paralisados, havia uma grande curiosidade quanto ao número de urnas (igaçabas) existentes. Pelos estudos históricos, toda a região compreendida entre Macaé e Campos, na área compreendida pela Lagoa Feia, que atinge os dois municípios, foi habitada pelos índios goytacazes, um grupo que segundo o professor Aristides Sossiati, se distingui dos demais (Guaiçui-Mirim, Guarulhos e Puris), que também habitaram as regiões vizinhas.

O presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, a única pessoa com conhecimentos sobre a cultura indígena e arqueológica, os sambaquis se caracterizam por uma grande quantidade de conchas, de formação natural ou artificial, dependendo do grupo cultural. "Neste caso" — esclareceu — "existem poucas conchas e o sítio seria do tipo **sujo**, onde a quantidade de areia é superior às conchas." Sobre a que tribo indígena pertenceria, Aristides Sossiati respondeu que seria indispensável uma análise técnica do material, para identificá-lo.

Foto de Ronaldo Theobald

O homem alto, de bigode, bermudas e capacete considerou que a urna era um barril velho

"Urna nada, aquilo é barril velho"

Pouco depois que a numerosa caravana de curiosos e especialistas abandonou a Fazenda Jurubetiba, e momentos antes de chegar o destacamento de nove soldados do Exército e da Guarda Municipal, um homem alto, forte, claro, com um vasto bigode, trajando bermudas e capacete chegou ao areal, numa camionete veraneio com placa de Caxias do Sul IB-3825, derrubou parte de uma urna e jogou no chão a ossada.

O homem aproximou-se do local onde estava a urna e apenas o carro de reportagem do JORNAL DO BRASIL, já de saída. Mostrou-se grosseiro e disse que ali não tinha "urna indígena nenhuma e que aquilo é um barril velho". Acompanhado de um garoto, aparentando cerca de 18 anos que ria debochando do interesse que o "barril velho" despertou, o homem foi diretamente à urna, a destruiu, entrou no carro e foi embora.

Dizia-se mecânico dos tratores que trabalham na Fazenda Jurubetiba.

Quando soube do episódio, o prefeito Carlos Emir irritou-se a ponto de querer procurar e prender o homem. Imediatamente mandou alguém para o local ficar vigiando a urna até que o Exército chegasse. Mas tão logo chegaram ao areal, os dois funcionários da Prefeitura voltaram com a notícia de que a ossada do crânio tinha desaparecido.

O prefeito estava decepcionado, porque "o valor da descoberta estava caindo". Segundo os funcionários, o osso jogado no chão não foi encontrado, mas viram a camionete e um homem de bermudas e capacete perto do local.

Foram imediatamente iniciadas as buscas ao homem e à ossada.

Foto de Ronaldo Theobald

A destruição da urna foi depois de o achado ser examinado e considerado valioso

Agricultores estão sem terras para subsistência em Mato Grosso do Sul

Campo Grande — Mato Grosso do Sul, um Estado essencialmente agrícola, apresenta no momento uma atuação crítica segundo um levantamento da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, que mostra uma população de 35 mil trabalhadores rurais desempregados e sem terras para cultivar lavouras de subsistência. Ao todo, 7 mil 890 famílias que vêm de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e do Nordeste, sonhando ganhar um pedaço de terra no novo **Eldorado**, que já não consegue superar suas próprias crises.

Numa extensão de 650 quilômetros de comprimento por 150 de largura, ligando das margens do Rio Paraná, no Sul, a Corumbá na Bolívia, situam-se nesta região de solos férteis, considerada área de segurança nacional, os maiores conflitos pela posse da terra, com jagunços, posseiros e grandes latifundiários, que disputam na violência cada palmo de chão, prevalecendo sempre a lei dos mais fortes.

AS DENÚNCIAS

Com uma área territorial de 350 mil 543 quilômetros quadrados, 135 mil 260, estão localizados na faixa de fronteira, representando 38,6 por cento de todo o Estado, que teoricamente deveriam estar sob o domínio da União para assentamento de colônias agrícolas. Mas foram titulados pelos Governos de Mato Grosso e ratificados pelo INCRA.

As mortes e violência na zona de fronteira vêm ganhando proporções alarmantes, com a federação de agricultura denunciando ao Governo do Estado e este encaminhando ao INCRA que por sua vez não toma nenhuma providência concreta. Diariamente os gabinetes de parlamentares, tanto do PDS, como do PMDB, são invadidos por agricultores que chegam a Campo Grande, apresentando versões e sinais dos atos de violência, como espancamentos, mortes e invasão de terras, com destruição de pequenas plantações.

Na última quarta-feira, os 18 deputados de Mato Grosso do Sul enviaram ao Presidente João Figueiredo um telegrama solicitando, com a "máxima urgência, a implantação de uma coordenadoria do INCRA neste Estado, para pôr fim aos problemas de terras." O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Sr Pedro Ramalho, já enviou telex até para o Vice-Presidente da República, Sr Aureliano Chaves, e reconhece que todas as tentativas foram inúteis. Por isso, ele criou uma comissão composta de quatro pessoas, do Legislativo, Igreja, sindicatos e da Federação, que aguardam uma audiência com o Governador Marcelo Miranda, para tratar do assunto.

Os conflitos fundiários estão caracterizados nos meios políticos e administrativos como um jogo de empurra entre o Estado e o INCRA, mas ninguém assume a responsabilidade, com ambas as partes sempre assegurando: "Está sendo feito um levantamento." Diz o presidente da Federação: "Nós estamos percebendo que o pessoal não vai resistir, porque não existe mais condições de o trabalhador rural suportar, permanecendo no campo."

BOI GORDO

Os pequenos agricultores são expulsos cedendo lugar às grandes invernadas para a criação de boi, em regime semi-extensivo para o consumo nos grandes centros. Na opinião do Sr Pedro Ramalho, "se continuar nesta linha de conduta, não dou seis meses para estourar no Estado uma luta armada". E acrescenta: "A única solução é a reforma agrária maciça e imediata."

Dos municípios de Mundo Novo, Naviral, Eldorado, Iguatemi e Ivinhema, de acordo com o levantamento, 40 mil brasileiros já atravessaram a fronteira e estão vivendo no Paraguai, onde sogrem pressões das autoridades daquele país para retornarem ao Brasil.

Esse pessoal foi retirado à força das fazendas Macuco, Guarujá, Laguna, Laguna Peru, Caseiro, Primavera, Água Doce, Entre Rios, Jequitibá, Meio Século, Cisne Branco e Campo Verde, todas pertencentes a grupos paulistas.

O problema não é levado muito a sério: Mato Grosso do Sul recebe diariamente entre 20 e 30 famílias de migrantes, que chegam buscando meios de sobrevivência. Por exemplo, até 15 dias atrás estava localizado em Ivinhema um escritório do Incra, responsável pelo controle de 22 mil hectares de terras da União. Ali não era permitido entrar posseiros ou pequenos agricultores. Entretanto, de um momento para outro, este escritório foi fechado e começaram a encostar caminhões carregados de postes e arame, e toda a terra foi dividida em lotes de 2 mil hectares, enquanto a representação do Incra em Campo Grande, anunciava para até o final deste mês o lançamento do edital de concorrência pública para essa área, que já está dividida e cercada. Todos os caminhões transportando madeira e arames, assim como os trabalhadores, vieram de São Paulo.

Laboratório afirma que Debendox tem excelente "registro de segurança"

São Paulo — Em comunicado, o laboratório Richardson Merrel-Moura Brasil, afirma que "as notícias relativas ao medicamento Debendox nos meios leigos são cientificamente inconsistentes, já que Debendox tem um excelente registro de segurança, tendo sido prescrito nos últimos 23 anos para aproximadamente 30 milhões de mulheres em todo o mundo, visando ao alívio de náuseas e vômitos da gravidez".

No comunicado, assinado pelo diretor-presidente da empresa, Sr Ismar de Moura, o laboratório ressalta a importância de se prestar esclarecimentos à opinião pública, "para evitar que essas notícias deturpadas venham a causar ansiedade desnecessária entre as mulheres grávidas, que estejam tomando Debendox no presente momento".

SEGURANÇA E EFICÁCIA

O laboratório Richardson Merrel-Moura Brasil informou que "Debendox foi lançado nos Estados Unidos em 1956, após haver recebido a aprovação do Food and Drug Administration, sendo também vendido, além dos Estados Unidos, em outros 16 países, incluindo o Brasil, onde o produto foi lançado em 1960.

Garante o fabricante que "a segurança e eficácia de Debendox foram comprovadas por estudos em animais e em trabalhos clínicos e de epidemiologia, sob a responsabilidade dos mais renomados especialistas da área médico-científica.

"Esses estudos indicam que Debendox é seguro e não está correlacionado com o aumento do risco normal de defeitos congênitos. Especificamente, um grande número dos principais especialistas mundiais em teratologia fez uma grande revisão dessa evidência, e concorda em que Debendox não se encontra associado a nenhum aumento da incidência normal de defeitos congênitos".

Acrescenta o comunicado que "nossa defesa veemente da segurança do produto é feita porque acreditamos firmemente que o Debendox é uma medicação importante para as mulheres que, na opinião de seus médicos, venham a precisar fazer uso do produto durante a gestação. Queremos informar ainda que o Debendox esteve devidamente licenciado (Licença 346) até 24 de março de 1980, estando a solicitação de novo registro sendo apreciada pela Dimed, de acordo com a Lei de Vigilância Sanitária".

Carbrasmar vende iate de Cr$ 40 milhões ao Gabão

A Carbrasmar vai ampliar a exportação e investir na onda de veleiros, para enfrentar os custos crescentes de produção e manutenção das lanchas, pois tanto a fibra de vidro dos cascos quanto o combustível têm por matéria-prima o petróleo. Nesse sentido, está fazendo um iate de 800 mil dólares (Cr$ 40 milhões) para o Presidente da República do Gabão e lança um veleiro projetado nos EUA para quatro pessoas, muito veloz, a ser comercializado a Cr$ 1 milhão — O J-24.

"A partir deste ano a balança comercial da Casbramar tende a ampliar os superávits, pois prentendemos vender ao exterior 5 milhões de dólares, dos quais 2 milhões 100 mil já contratados, contra importações de máquinas e equipamentos que não deverão ultrapassar os 300 mil dólares. No ano passado a empresa exportou 562 mil dólares, e os principais compradores são da América, África e Europa — inclusive França e Dinamarca" — afirma o gerente geral da Carbrasmar S/A Indústria e Comércio, Erick Schmidt, economista e campeão mundial de vela na classe **Snipe**.

J-24, em competição nos EUA

Além de lanchas e embarcações para a prestação de serviços a motor, a empresa faz veleiros, entre os quais o Velomar, de 27 pés, para seis pessoas, o seu maior sucesso de vendas no momento. Suas embarcações custam de Cr$ 150 mil a Cr$ 30 milhões, e a capacidade instalada permite ampliar a produção até 1 mil 600 barcos por ano, gerando emprego para 700 pessoas.

Segundo o Sr Schmidt, a alta no preço do petróleo encarece a fibra de vidro, dificultando a colocação dos barcos, mas o material sucedâneo de melhor qualidade, a fibra de carbono, é muito mais caro, e a madeira, farta no Brasil, também está em alta. Apesar disso, ele acredita no mercado externo, desde que o Governo prossiga incentivando e financiando a exportação.

"A tendência natural é crescer a venda de veleiros; e apesar da crise econômica temos colocado nossos barcos além da expectativa. Agora mesmo vendemos para o Gabão 37 lanchas, num contrato total de 4 milhões 500 mil dólares, incluindo o iate presidencial, que custará cerca de 800 mil dólares — uma lancha especial, de 61 pés."

O gerente da Carbrasmar vê, também, crescer o mercado na Amazônia, e espera que a Sunamam — Superintendência Nacional da Marinha Mercante possa continuar financiando os armadores, para que coloquem suas encomendas junto aos estaleiros. O Governo, de um modo geral, compra 5% da produção da Carbrasmar, e a linha de lanchas ainda representa 70% do faturamento da empresa, que faz barcos militares e para serviços especiais.

Seu novo projeto é o veleiro J-24, desenhado nos EUA, onde faz grande sucesso em competições, por sua velocidade. "Nós já importamos o molde e começamos a fabricar em três meses. É um veleiro de oceano, pequeno, 24 pés, de classe monotipo, ideal para quatro pessoas. Estimo que o preço inicial fique em torno de Cr$ 1 milhão" — conclui o Sr Erik Schmidt.

Alumínio pára Sail Surf

"Nós estamos com a produção praticamente parada. Quando há material para trabalharmos fazemos até 300 Sail Surf e barcos a vela por mês, principalmente o Dingue, de 14 pés, nosso maior sucesso de vendas. Mas a fibra de vidro é petroquímica, e o mastro e a retranca da vela de alumínio, feitos sob encomenda; e nosso fornecedor alega que há falta de material e não se pode importar" — afirma o gerente da Pomar Indústria e Comércio Ltda., Daniel Jones.

A empresa faz pranchas para **windsurf**, e seu dirigente acredita que há mercado na América Latina, pois é grande o número de argentinos e uruguaios que adquirem esse material em suas viagens ao Rio.

"Não temos um projeto de exportação, inclusive porque o mercado interno absorve toda a nossa produção. Mas com toda a certeza o Sail Surf tem compradores na América Latina. Aliás, não adianta, mesmo, falar em exportação quando nos falta alumínio para montar o mastro e cumprir os prazos de entrega das encomendas" — diz o Sr Jones.

Esporte deixa superávit

O Brasil exportou 1 milhão 892 mil e 48 dólares de material esportivo no ano passado, menos 200 mil dólares do que em 1978, e importou 468 mil 708 dólares, com superávit de 400 mil dólares, segundo a Cacex — Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil. Mas na opinião do Sr Giulite Coutinho, presidente da Federação Brasileira de Futebol e presidente de honra da Associação de Exportadores Brasileiros, incluindo os artigos da indústria têxtil e os calçados para a prática de esportes, as exportações chegam a 20 milhões de dólares (Cr$ 1 bilhão).

Exportação (US$)	1979	1978
Aparelhos para ginástica e atletismo	681.390	460.832
Bolas para qualquer esporte	962.588	1.538.825
Raquetes para tênis e outros esportes	123.060	5.636
Patins	37.312	49.748
Demais	87.698	52.424
Total	1.892.048	2.107.465
Importação (US$)		
Aparelhos para ginástica e atletismo	13.312	17.633
Bolas para qualquer esporte	166.465	199.289
Raquetes para tênis e outros esportes	178.071	179.545
Patins	36.725	30.109
Demais	74.135	147.519
Total	468.708	574.095

Atalla diz que está em dia, mas ainda não pagou ao Governo

São Paulo — Apesar do passivo de cerca de Cr$ 10 bilhões, o Grupo Atalla está com seus compromissos financeiros em dia, tendo o seu presidente, Jorge Wolney Atalla, assinado promissória no valor de Cr$ 7 bilhões com a Copersucar, da qual foi presidente por 12 anos consecutivos, a serem resgatados a partir de 1982. Entretanto, ainda não cumpriu a promessa para com o Governo de desmobilizar seus bens para pagamento de dívida junto ao Banco do Brasil e outras instituições, no valor superior a Cr$ 3 bilhões.

A Sr Atalla ainda resiste à idéia da desmobilização, apesar de saber que existem alguns interessados na compra de suas usinas de açúcar e álcool, em São Paulo (Central Paulista), em Porecatu, no Paraná, e a do Sul de Minas Gerais. São três unidades no total. A sua esperança está na boa safra de café, em São Paulo, que começou a ser colhida agora. Ele tem mais de 64 mil acres de terras com pés de café, na região de Bauru, onde utiliza um sistema especial de proteção contra a geada, através da nebulização.

O Grupo Atalla negou ontem que esteja enfrentando dificuldades nas usinas de álcool e açúcar em razão do que não iniciou a colheita na atual safra. O IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool) em São Paulo informou que o fato de as usinas do Grupo Atalla não terem começado a produção nada significa, pois muitas outras só iniciam ao final de junho ou princípio de julho. O Grupo Atalla assegura que "não há problemas nas usinas, e o pagamento dos salários está em dia".

Arquivo

Jorge Wolney Atalla resiste à idéia de desmobilizar bens para resgatar débitos de Cr$ 3 bilhões

Ressurgimento

Depois de alguns meses ausente de reuniões empresariais, o Sr Jorge Wolney Atalla voltou a ser visto por empresários de São Paulo, tendo inclusive feito várias viagens de negócios a Brasília. "Ele está bem disposto e parece que não enfrenta problemas maiores", asseguraram esses empresários. O Sr Jorge Wolney Atalla evita, porém, contatos com a imprensa.

Na Copersucar, seus atuais dirigentes se recusam a comentar a gestão Atalla. Há um sentimento entre os usineiros cooperados de que ele, "apesar de ter sido o responsável por um rombo financeiro na Copersucar, fez muito pelo setor". A expressão utilizada pelos empresários é de que o Sr Atalla é um "touro" para trabalhar.

Possivelmente o Sr Atalla ainda seria presidente da Copersucar, se não tivesse, em 1978, insistido tanto na obtenção de um empréstimo de 300 milhões de dólares pelo Governo federal. Isso fez com que o Governo começasse a investigar as dívidas do Grupo Atalla e, já em setembro daquele ano, o Banco do Brasil inciava uma fiscalização intensa, pois era credor do grupo em Cr$ 3 bilhões. Começaram, então, a surgir problemas para a Copersucar. Um grupo de usineiros iniciou um levantamento na situação financeira da cooperativa, chegando à conclusão de que o Sr Atalla e outros usineiros amigos — dos quais não se sabe o nome até hoje — tinham contraído dívidas superiores a Cr$ 8 bilhões para com a entidade.

Além disso, o Sr Atalla havia comprado, através da Copersucar, a Hills Brother, que se tornou uma subsidiária da Companhia União dos Refinadores, a unidade industrial da Hills Brother, que detinha 7% do mercado norte-americano. A empresa acusou um prejuízo de 100 milhões de dólares, confirmado pelo atual presidente da Companhia União dos Refinadores, Hermínio Ometto. Ela especulou com o café, no momento em que as donas-de-casa norte-americanas iniciavam uma campanha contra o seu consumo, devido ao alto custo.

A Hills Brother, hoje, recuperou sua posição no mercado americano, mas continua endividada no Banco do Brasil. A atual diretoria da União dos Refinadores — da qual a Hills Brother é subsidiária — considera muito difícil desfazer-se dessa dívida de 100 milhões de dólares e cogita da venda para outro grupo nacional, considerando que o mercado norte-americano continua interessante para o café brasileiro.

O Sr Jorge Wolney Atalla assinou as promissórias com a Copersucar correspondentes à dívida de Cr$ 7 bilhões, com resgate a partir de 1982. Caso não consiga pagar, a Copersucar aceitará safras das três usinas até anular o débito. Essa dívida sofre correção monetária e juros, o que a eleva em muito, mas o total atualizado ninguém revela. A Copersucar, no acordo assinado com o Governo, deveria receber, para sobreviver ao déficit financeiro causado pelo Sr Atalla e outros usineiros, 100 milhões de dólares, mas até o momento recebeu 50 milhões de dólares e não vê perspectiva de receber o restante. O empréstimo de 100 milhões de dólares foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional.

Interessados

Grandes usineiros de açúcar e álcool estão interessados na compra das usinas do Sr Wolney Atalla que, até o momento, não se manifestou. Essas usinas, porém, teriam que passar por várias transformações técnicas, pois seu equipamento foi importado da Fives Lille, da França — o que na ocasião causou uma reação dos fabricantes de bens de capital do país e exige para o seu funcionamento óleo combustível encarecendo o custo de produção. As usinas nacionais empregam o próprio bagaço de cana como carburante.

Empresas que poderiam ser desmobilizadas, sem que, no entanto, o Grupo Atalla tenha demonstrado interesse para que isso ocorresse, são as seguintes: fazendas de café, com cerca de 12 milhões de pés; fazendas com cabeças de gado; a Paraquímica S/A, Indústria e Comércio; Cilpan Indústria e Comércio de produtos de Calcários e de Mármore S/A; Companhia de Carbonos Coloidais; áreas de reflorestamento com mais de 1 milhão de pés de eucalipto; além de edifícios e terras em várias partes do país. Segundo o Grupo Atalla, o passivo de Cr$ 10 bilhões é coberto pelo ativo imobilizado. O que parece dar tranqüilidade ao seu presidente.

Seu irmão, Jorge Rudney Atalla, que mora em Jaú (SP), chegou a dizer ao Governador Nei Braga, em 1978, que sua família estava disposta a se desfazer dos bens para resolver os problemas financeiros do grupo. E mais, que daria uma procuração ao Governo para assim agir.

Atalla surpreende

Há alguns dias, a União São Paulo, proprietária das usinas de álcool e açúcar Rafard e Porto Feliz, decidiu elevar o capital e abriu a subscrição entre seus associados. Não houve atendimento imediato à chamada, mas o Sr Atalla, surpreendendo os outros empresários, pagou sua parte na subscrição, e manteve sua participação. As usinas são filiadas à Copersucar.

O Grupo Atalla, enquanto não quitar as dívidas contraídas com a Copersucar, não poderá se desfiliar da entidade. Há um compromisso nesse sentido. Após perder a presidência da cooperativa para o Sr José Luís Zillo, do Grupo Zillo, o presidente do Grupo Atalla também perdeu as presidências da Associação dos Usineiros e do Sindicato dos Usineiros do Estado de São Paulo. Hoje ele apenas preside o seu grupo, após ter por 12 anos freqüentado os vários ministérios das áreas econômica e política em Brasília.

Empresários de grande porte de São Paulo comentam que o Sr Jorge Wolney Atalla teria jogado no fechamento político que lhe permitiria continuar utilizando subsídios governamentais para o crescimento de suas empresas. Essa é uma opinião corrente em meios empresariais paulistas, que, no entanto, mantêm o reconhecimento de que "ele é um esforçado". Freqüentemente, o caso do Grupo Atalla é comparado ao da Lutfalla, com uma diferença: o Governo terá de esperar reaver do Grupo Lutfalla os recursos empregados, e, no caso Atalla, quem aguarda o ressarcimento é a Copersucar.

Sem data

O Instituto do Açúcar e do Álcool informam que as usinas do Grupo Atalla (São Paulo, Paraná e Minas Gerais) estão "agindo corretamente" e não vê anormalidade no fato de não iniciarem até agora o corte da safra de cana-de-açúcar. Não há ainda a informação de quando ela começará. Mas, se elas realmente não iniciarem a colheita, o IAA terá de ser informado, segundo a legislação em vigor.

O boletim do IAA divulgado esta semana mostra que as usinas centrais de São Paulo e Paraná nada produziram até o momento da safra 80/81. Mas há várias outras usinas no mesmo caso. Diz ainda que na safra 79/80, a Usina Central Paulista produziu 27 milhões 693 mil litros de álcool carburante e a Central do Paraná, em Porecatu, 29 milhões 595 mil litros.

Operação-malha do Fisco atinge quem vai pagar o compulsório

Brasília — A operação-malha da Secretaria da Receita Federal, que normalmente atinge os contribuintes do Imposto de Renda, está sendo estendida às pessoas que vão pagar o **empréstimo compulsório** de 10% sobre rendimentos não tributáveis superiores a Cr$ 4 milhões. Exatamente 2 mil 159 declarações estão sob rigoroso exame do fisco.

Segundo fonte da Secretaria da Receita Federal, tal operação decorre do fato de não existir coerência entre alguns parâmetros da declaração de renda levados em consideração para o cálculo do **empréstimo**. Amanhã, a SRF remeterá aos contribuintes o segundo lote de notificações do compulsório, num total de 20 mil avisos.

Distorções

Revelou o técnico da Receita que 25 mil 959 declarações examinadas para efeito de cobrança do compulsório apresentaram também algumas distorções que poderão levá-las para a operação-malha. Segundo explicou, isto se deve principalmente ao fato de o acréscimo patrimonial ter sido superior à soma dos rendimentos tributáveis e não tributáveis.

Os **mutuantes** (nome que a receita deu a quem vai pagar o **empréstimo**) que receberem avisos de cobrança remetidos a partir de amanhã deverão pagar a primeira parcela até o dia 25 de julho. Na segunda-feira, dia 16, a SRF enviou avisos de cobrança a 5 mil 286 pessoas que deverão pagar aproximadamente 60% do total previsto para recolhimento, ou Cr$ 12 bilhões. Para estes, a primeira parcela vence no dia 4 de julho.

De acordo com dados já levantados pelo fisco, 2 mil 514 **mutuantes** incluídos no compulsório incluíram doação como rendimentos não tributáveis. Como a reformulação do decreto que instituiu o **empréstimo** estabeleceu que as doações correspondentes a bens sobre os quais recaia o direito de usufruto não são consideradas para efeitos de recolhimento, a SRF adverte que amanhã expira o prazo para comunicar a exclusão desses valores. Por isso, as notificações para estes contribuintes serão expedidas a partir do dia 30.

Além disso, no prazo de sete dias, contados da data do recebimento do aviso de cobrança, o contribuinte poderá interpor recurso ao Ministério da Fazenda em caso de erro material, de erro de cálculo ou de inclusão indevida de valores. O recurso, contudo, não terá efeito suspensivo, ficando o contribuinte obrigado ao recolhimento do empréstimo nos prazos constantes do aviso de cobrança. Se o recurso for julgado procedente, a SRF restituirá os valores cobrados a mais.

Fazenda se precavém contra ação na Justiça

Brasília — O Ministério da Fazenda está procurando resguardar-se contra eventuais ações na Justiça arguindo a constitucionalidade do decreto-lei que instituiu o "empréstimo compulsório" sobre rendimentos não tributáveis superiores a Cr$ 4 milhões. Além de um extenso parecer de 57 páginas encomendado ao jurista José Souto Maior Borges, a Procuradoria-Geral da Fazenda preparou um estudo sobre o assunto.

Na última sexta-feira, o titular da Procuradoria, Cid Heráclito de Queiroz, advertia que os contribuintes do empréstimo compulsório devem meditar antes de ingressar em juízo para tentar fugir à obrigação. Caso contrário, acabarão recolhendo o "empréstimo" duas vezes: o valor cobrado originalmente e a multa de 100%, além de correção monetária, juros de mora e despesas judiciais.

Destacou o Sr Cid Heráclito de Queiroz que o Decreto-Lei nº 1790, que modificou o "empréstimo compulsório", ao determinar que a restituição seja feita com a correção monetária, pelos índices das ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) à semelhança das cadernetas de poupança, "eliminou o único argumento possível contra a legitimidade do empréstimo, o do confisco".

Para o Procurador-Geral da Fazenda também não procede o argumento da retroatividade do "empréstimo compulsório". Explica ele que o "empréstimo" será tomado das pessoas, segundo "sua atual capacidade econômica para emprestar". Essa capacidade atual será aferida por critério elegido pela lei, diz ele — os ingressos no patrimônio conforme constam da declaração de renda, mas que não podem ultrapassar 3% do patrimônio líquido (bens menos dívidas).

Quanto aos que deixarem de recolher o "empréstimo compulsório" nos prazos legais, o Sr Cid Heráclito de Queiroz enfatizou que as procuradorias da Fazenda em todo o país já montaram esquemas de trabalho com o objetivo de "promover a rápida inscrição da dívida ativa e imediata cobrança executiva". Adverte, ainda, que os processos tramitarão o mais rápido possível, "para que não haja qualquer demora na cobrança ou na penhora dos bens do devedor".

Afirmou também que os nomes dos contribuintes que ingressarem em juízo contra o compulsório serão conhecidos, pois o processo judicial é público e os atos processuais são publicados no "Diário da Justiça". Além disso, a defesa da Fazenda será elaborada com base em casos concretos, com o exame detalhado da declaração de renda do contribuinte, inclusive do anexo 2, onde constam os rendimentos não tributáveis ganhos no ano passado.

Nordeste reivindica revisão do Proálcool para evitar tensões

Salvador — Para que alcance seus objetivos, o Proálcool (Programa Nacional do Álcool) deve rever as estratégias de ação o mais breve possível, em face das tensões sociais existentes nas zonas canavieiras do Nordeste, especialmente na Paraíba. O alerta foi feito pelo Secretário da Indústria e Comércio da Paraíba, Carlos Pessoa Filho, durante o seminário sobre pólos alcooleiros, realizado esta semana, em Salvador.

Segundo o secretário paraibano, depois de quase cinco anos de implantado o Proálcool, dois grandes problemas ainda criam sérios obstáculos à expansão da produção de álcool anidro e hidratado para uso em automóveis: o alto nível dos investimentos em recursos próprios exigido pelo Governo e o alto nível de concentração fundiária existente.

Dos 281 projetos de destilarias já enquadrados no Proálcool, apenas 100 foram para os 12 Estados das regiões Norte, Nordeste, enquanto somente o Estado de São Paulo ficou com 110 destilarias autônomas e anexas aprovadas pela Cenal (Comissão Executiva Nacional do Álcool).

O Sr Carlos Pessoa criticou a padronização de destilarias — todas com capacidade para produção de 120 mil litros/dia de álcool — pois isso requer um investimento total de aproximadamente Cr$ 528 milhões, sem incluir o valor da terra, além de área aproximada de 8 mil 300 hectares para cada projeto individualmente.

Como o Proálcool só financia até 80% do investimento fixo, o empresário que desejar produzir álcool no Nordeste terá que participar com recursos próprios em torno de Cr$ 100 milhões, caso possua a terra. Do contrário, o investimento fica numa média de Cr$ 432 milhões, de acordo com o cálculos do secretário.

— Este talvez seja o motivo maior por que a participação empresarial local está lenta, em detrimento das áreas com possibilidades de expansão existentes na região — disse Carlos Pessoa. — Por outro lado, está provado o interesse de empresas da Região Centro-Sul, desejosas de implantar pólos alcooleiros na região, aumentando, assim, a concentração da riqueza, em vez de promover a distribuição, um dos objetivos do Proálcool.

O secretário denunciou que são muitas as queixas de que o Proálcool está expulsando as produções hortifrutigranjeiras, em detrimento da produção de cana-de-açúcar, pois "a grande expansão de áreas agrícolas cultivadas num sistema monocultor, como tem ocorrido com a cana, traz em si o risco de outras implicações, que afetarão seriamente o setor agrícola brasileiro, bem como outros setores que dele dependem".

Para solucionar o problema social decorrente da instituição do Proálcool, o secretário propõe um modelo de agroindústria cooperativa de álcool, constituída por fornecedores de matéria-prima que poderá ter ou não a participação do Governo.

Contudo, entende o secretário que nas atuais condições sócio-econômicas da zona canavieira nordestina, a participação do Governo será de grande importância para o crescimento da produção do álcool. Segundo o Sr Carlos Pessoa, em termos amplos, a estrutura da agroindústria cooperativa alcooleira seria fundamentada na reunião das vantagens do latifúndio com as vantagens do minifúndio. Seria montado um complexo integrado, possuindo área para produção de cana, outra para a produção agroalimentar e área para habitação, educação e lazer, além de uma reserva florestal visando manter o ecossistema.

CONSTITUCIONALIDADE DO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO INSTITUÍDO PELO DECRETO-LEI 1.782

Através de parecer entregue esta semana à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Fazenda, o Professor José Souto Maior Borges considerou perfeitamente constitucional o empréstimo compulsório recentemente instituído pelo Governo, sobre os ingressos superiores a quatro milhões de cruzeiros, com fundamento no artigo 18 §3º, da Constituição e artigo 15, item III, do Código Tributário Nacional (C.T.N.). Eis a íntegra do documento:

SUMÁRIO

I — A CONSULTA E O SEU OBJETO;
II — BREVÍSSIMA RECONSTITUIÇÃO DOS ANTECEDENTES DA PREVISÃO DOS EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;
III — O VALOR APENAS RELATIVO AO ARGUMENTO QUE SE FUNDAMENTA NA INSERÇÃO DO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO NO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL;
IV — A DEFINIÇÃO EM LEI COMPLEMENTAR DOS CASOS ESPECIAIS DE CABIMENTO DO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO;
V — A DEFINIÇÃO EM LEI COMPLEMENTAR DOS CASOS EXCEPCIONAIS DE CABIMENTO DO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO;
VI — O EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO DO ART. 18, §3º DA C. F. NÃO ESTÁ SUBMETIDO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ANUALIDADE;
VII — IRRETROATIVIDADE DO DECRETO-LEI Nº 1.782/80;
VIII — O DECRETO-LEI SOBRE MATÉRIA FINANCEIRA E SUA FUNÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO.

I — A CONSULTA E O SEU OBJETO

1) A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal consultam-me sobre a constitucionalidade do DL nº 1.782, de 16.04.80, que, nos termos da sua ementa e art. 1º, institui empréstimo compulsório para absorção temporária de poder aquisitivo.

O mencionado DL, no seu art. 2º, dispõe sobre os âmbitos pessoal e material do empréstimo compulsório pelo modo que se transcreve:

> "O empréstimo será exigido, pela União, da pessoa física que tenha obtido, a título de ingressos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, para efeito do imposto de renda relativo ao exercício financeiro de 1980, ano-base de 1979, importância total superior a Cr$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros)."

O DL nº 1.782/80 prescreve ainda que o valor do empréstimo é equivalente a 10% (dez por cento) da quantia excedente do limite de Cr$ 4.000.000,00 (art. 3º) e que o empréstimo deverá ser realizado em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, a partir de 1º de julho de 1980 (art. 4º).

O âmbito pessoal de validade do DL nº 1.782/80 responde à indagação sobre quem deve realizar o comportamento nele determinado, ou seja, sobre quem deve emprestar compulsoriamente à União 10% do que exceder ao patamar de Cr$ 4.000.000,00: só as pessoas físicas que tenham obtido esses ingressos — com exclusão portanto das pessoas jurídicas.

O âmbito material de validade do DL nº 1.782/80 responde à indagação como devem comportar-se as pessoas por ele abrangidas e qual a prestação que é devida. Pode então ser descrito assim: quem tiver obtido, para efeito do imposto de renda, no ano-base de 1979, ingressos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte superiores a Cr$ 4.000.000,00 deve pagar o empréstimo compulsório na forma e nos prazos estabelecidos pelo DL nº 1.782/80.

2) Como o empréstimo visa apenas esterilizar poder aquisitivo, o DL nº 1.782/80 prescreve que o seu produto permanecerá indisponível, junto ao Banco Central do Brasil, até sua restituição (art. 5º). Portanto, o montante do empréstimo efetivamente arrecadado não é acrescido ao patrimônio da União, ou seja, o seu valor não constituirá a rigor receita federal. Por isso ainda, a sua reversão ao patrimônio da pessoa física não constituirá tecnicamente despesa pública.

Subseqüentemente, o DL nº 1.782/80 preceitua que o empréstimo será restituído em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, a partir do mês de julho de 1982, sem correção monetária e acrescido de juros de 6% ao ano (art. 6º) e ainda que o Secretário da Receita Federal deverá praticar os atos necessários à sua execução (art. 7º). Finalmente, prescreve o DL nº 1.782/80 que, na hipótese da falta de realização de qualquer parcela do empréstimo, nos prazos nele fixados, dar-se-á a imediata inscrição em dívida ativa do total ou do saldo remanescente, acrescido da multa de 100% (cem por cento), para efeito de imediata cobrança executiva (art. 8º).

Quando se considere que só quem tiver obtido, no ano-base de 1979, ingressos superiores a Cr$ 4.000.000,00 estará sujeito ao empréstimo, poder-se-á concluir que, sob esse aspecto, ele tem caráter nitidamente seletivo. Só compulsoriamente emprestará quem ultrapassar o teto nele estabelecido. A rigor, trata-se de alcançar pelo empréstimo o patrimônio das pessoas nele contempladas. Por outro lado, o DL nº 1.782/80 visa claramente, pela esterilização de poder aquisitivo, restringir a demanda de bens e serviços. É pois um instrumento jurídico, como inúmeros outros possíveis, de combate à inflação. Essas afirmações pretendem tão apenas significar que o empréstimo compulsório instituído pelo DL nº 1.782/80 está juridicamente relacionado com a previsão do art. 15, III do C.T.N., ou seja, a de uma conjuntura que exige absorção temporária do poder aquisitivo. Que o empréstimo visa à contenção do processo inflacionário é afirmação expressa na exposição de motivos nº 60, de 15.04.80, pela qual o Ministro da Fazenda submeteu ao Presidente da República o respectivo projeto de decreto-lei.

II — BREVÍSSIMA RECONSTITUIÇÃO DOS ANTECEDENTES DA PREVISÃO DOS EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

3) O problema da instituição e cobrança do empréstimo compulsório e da fixação do seu regime jurídico antecedeu, no Brasil, a vigência da própria Constituição de 1946. Mas, é quando esta já vigorava, que se produziram os melhores trabalhos doutrinários sobre a matéria. Não se logrou todavia um consenso doutrinário sobre a sujeição do empréstimo compulsório ao regime tributário. Contrapunha-se, aos que essa sujeição preconizavam, a opinião dos que nele vislumbravam um contrato coativo ou mesmo uma requisição de dinheiro. Não é aqui entretanto o lugar de examinar criticamente essas posições doutrinárias. A menção às teorias em choque visa apenas situar o problema na sua evolução histórica, ou seja, adotar u'a metodologia expositiva útil à compreensão atual do empréstimo compulsório. Só por essa via, é possível acentuar as relevantes diferenças entre o que lhe é antecedente e a construção do regime jurídico do empréstimo compulsório na Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

Predominaram até então as propostas de explicação doutrinária para o empréstimo compulsório que entendiam ser este um tributo restituível. A posição doutrinária predominante não foi contudo prestigiada pelo Supremo Tribunal Federal, que se inclinou por uma orientação diversa, acabando por incluir no sua Súmula de Jurisprudência Predominante o seguinte enunciado:

> "418 — O empréstimo compulsório não é tributo e a sua arrecadação não está sujeita à exigência constitucional de prévia autorização orçamentária".

4) Esse descompasso entre a doutrina e a jurisprudência predominantes será melhor compreendido quando se atente para a circunstância de que, na Constituição de 1946, não estava explicitamente contemplado o regime jurídico do empréstimo compulsório. De conseguinte, caberia à doutrina e à jurisprudência, no âmbito de suas atribuições, fixar-lhe os contornos em face de certos princípios e normas constitucionais genericamente considerados, mas que lhe seriam aplicáveis, na inexistência de uma disciplina constitucional específica do empréstimo compulsório. Por isso mesmo, foi possível à doutrina ensinar que o princípio da anualidade, identificado com a prévia inserção orçamentária do tributo, estabelecido no art. 141, § 34, 2ª parte, da C.F. de 1946 seria vulnerado, se exigidos empréstimos compulsórios com desvinculação plena dessa exigência constitucional, ou seja, cobráveis no decorrer do próprio exercício em que tivessem sido instituídos.

5) Até hoje entretanto não se adiantou nenhum passo, nenhum progresso teórico logrou a doutrina, ao enfrentar o problema da caracterização do empréstimo compulsório, no confronto com a elaboração teórica inspirada na Constituição de 1946. Por isso mesmo é que sempre se considerou necessário vincular indistintamente o regime jurídico do empréstimo compulsório, em nossa estrutura federal de governo, à rígida discriminação constitucional de rendas e às tradicionalmente determinadas limitações constitucionais ao poder de tributar. Entendeu-se portanto, e não sem motivos, que a caracterização jurídica do empréstimo compulsório, a sua descrição doutrinária, deveria considerar não só a discriminação constitucional de rendas, mas também as limitações constitucionais ao poder de tributar. Essa discriminação constitucional de rendas, ou seja, a própria competência tributária, tal como resulta dos seus contornos constitucionais, poderia vir a ser comprometida pela instituição indiscriminada de empréstimos compulsórios. Por isso, os princípios e normas constitucionais de discriminação de rendas tributárias haveriam de ser aplicados aos empréstimos compulsórios, numa exigência implícita da C.F. Informada como estava a C.F. de 1946 por critérios de extremo rigidez, compreende-se a preocupação da doutrina em preservá-lo, atribuindo aos empréstimos compulsórios, sem ressalvas, o mesmo regime jurídico dos tributos.

6) Todavia, com o advento da Constituição de 1967, na redação da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, a disciplina jurídica dos empréstimos compulsórios passa a submeter-se a uma regência constitucional expressa. É esse então um dado novo que não pode ser desconsiderado pelo intérprete e pelo aplicador da Constituição. Nada obstante e acriticamente, toda a construção doutrinária que gravita em torno do empréstimo compulsório continua sendo empreendida à luz dos mesmos critérios que informaram a elaboração teórica inspirada no quadro de discriminação de rendas tributárias contemplado na C.F. de 1946.

Daí a incompreensão das inovações introduzidas pela C.F. em vigor, na regência do empréstimo compulsório em sua feição atual. Essa a razão dos equívocos e impropriedades que comprometem o esforço da edificação de uma teoria jurídica do empréstimo compulsório centrada na sua previsão constitucional e, assim sendo, depurada de preconceitos doutrinários. Esse o motivo do malogro das tentativas, até agora empreendidas, para a fixação do regime jurídico do empréstimo compulsório, na sua estruturação constitucional.

III — O VALOR APENAS RELATIVO AO ARGUMENTO QUE SE FUNDAMENTA NA INSERÇÃO DO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO NO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

7) Uma primeira advertência deve para logo ser feita. É que, estando a disciplina constitucional do empréstimo compulsório adentrada no Título I, Capítulo V — **Do Sistema Tributário**, poder-se-á pretender que ele esteja integralmente submetido ao regime tributário. O argumento, como se vê, leva em conta a "topografia" dos dispositivos constitucionais que versam sobre o empréstimo compulsório. Tratar-se-á portanto de uma aplicação específica, na hipótese em apreço, do argumento **pro subiecta materiae**, porque considera o lugar onde, no contexto normativo geral, se insere o texto que disciplina uma determinada categoria jurídica. A inserção do empréstimo compulsório no sistema constitucional tributário será contudo, e quando muito, um simples indicador de seu regime jurídico, passível de confirmação ou infirmação nos desdobramentos da análise jurídica. Nunca porém um argumento de peso decisivo para a comprovação de que o empréstimo compulsório esteja submetido integralmente à disciplina tributária. Vale dizer que as normas integrantes do sistema tributário podem ter, no seu conjunto, um âmbito de validade mais amplo do que o aparentemente indicado por essa epígrafe constitucional.

8) Na verdade, a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, ao estruturar o sistema tributário nacional, adotou o expediente técnico de não só incluir nele as normas que regulam estritamente as situações jurídicas emergentes das normas tributárias, mas também certas situações jurídicas que não se subsumem ao regime jurídico tributário, ou que, só em parte, a ele estão submetidas. Provas?

No mesmo Capítulo V, que trata dos tributos e sua discriminação, a C.F. dispõe que a receita dos impostos de exportação e sobre operações financeiras poderá legalmente destinar-se à formação de reservas monetárias ou de capital para financiamento de programa de desenvolvimento econômico (art. 21, § 4º). E também que o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente sobre os rendimentos do trabalho e de títulos da dívida pública pagos pelos Estados e pelo Distrito Federal, será distribuído a estes, na forma que a lei estabelecer, quando forem obrigados a reter o tributo (art. 23, § 1º). E mais ainda que, do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, oitenta por cento constituirão receita dos Estados e vinte por cento serão dos Municípios. As parcelas pertencentes ao Município, di-lo a própria C.F., serão creditadas em contas especiais, abertas em estabelecimentos oficiais de crédito, na forma e nos prazos fixados em lei federal (art. 23, § 8º). Ainda nos termos da C.F., pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, incidente sobre os imóveis situados no seu território (art. 24, § 1º). Será, por outro lado, distribuído aos Municípios, na forma da lei, o produto da arrecadação do imposto sobre a renda, incidente sobre rendimentos do trabalho e dos títulos da dívida pública por eles pagos, quando forem obrigados a reter o tributo (art. 24, § 2º).

A C.F. determina ainda e igualmente o modo de distribuição do produto da arrecadação dos impostos de renda e sobre produtos industrializados, pelo mecanismo dos Fundos de Participação e Fundo Especial, entre os Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios (art. 25, I a III). Finalmente, a receita do imposto único também deve ser, em decorrência da C.F., distribuída entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (art. 26, I a III e § 1º).

9) Todos esses dispositivos contemplam a destinação constitucional do tributo. Ou seja, regulam um componente normativo que se pretende estranho à instituição do tributo. Algo que, num sentido figurado e metafórico, poder-se-ia considerar "externo" ao âmbito material das normas tributárias. E assim o será porque o tributo, ensina-o tradicionalmente a doutrina, é uma categoria normativa que tem o seu ciclo vital instaurado como o surgimento do fato jurídico tributário ("fato gerador", C.T.N., art. 114) e se extingue com o pagamento ou outra modo de extinção das obrigações tributárias legalmente prevista (C.T.N., art. 156, I a X). Portanto uma vez efetuado o pagamento, extinguir-se-ia o tributo devido. E é precisamente nesse sentido que se afirma ser a aplicação, ou melhor, a destinação que se der a **quantum** da prestação tributária, algo estranho ou "externo" ao tributo e pois tributariamente indiferente. A matéria estaria submetida já então ao direito financeiro e não ao direito tributário, no sentido estrito em que são estipulativamente usados esses termos. E, esse discrime estará constitucionalmente autorizado pela diversidade do regime jurídico formal do tributo com relação a outros institutos do direito constitucional financeiro. Com efeito, a C.F. distingue formalmente entre as normas gerais de direito financeiro e as normas gerais de direito tributário. Essa diversidade formal é uma decorrência imediata da reserva de lei ordinária para as normas gerais de direito financeiro (art. 8º, XVII, C) e da reserva de leis complementares para as normas gerais de direito tributário (art. 18, § 1º).

10) Uma constatação imediata dessa desconformidade está precisamente no empréstimo compulsório, onde se pretende apartar, sempre, encobertas por uma formulação literalmente unitária, duas normas distintas. A primeira, de "natureza" tributária, estaria configurada exclusivamente pela previsão legal do empréstimo. Em conseqüência dela, instaurar-se-ia uma relação entre o comportamento do fisco, de um lado, e o do particular do outro, enquanto normativamente disciplinados. O Estado apareceria como credor de uma prestação, o tributo, e o particular como devedor dessa prestação. Na segunda relação, diversa da primeira, inverter-se-iam essas posições. O Estado apareceria como devedor da quantia, digamos, "emprestado", com aspas e por enquanto, para evitar posições apriorísticas e mesmo preconceituosas. Essa segunda relação tem sido caracterizada ora como revestida de conteúdo financeiro, ora administrativo, ora finalmente contábil. Sem embargo, de caráter extrajurídico, ou seja, administrativo, financeiro ou contábil, não será, principalmente porque é uma relação juridicamente qualificada. Não se deve portanto confundir, pena de equívocos de difícil senão impossível superação, a instituição do tributo e o destino da sua arrecadação. Todavia, não será, em absoluto, lícito deduzir dessa distinção, necessária à análise do empréstimo compulsório, que a destinação do tributo é algo juridicamente irrelevante. Quando assim se entenda, estar-se-á aplicando a um quadro de análise extratributário categorias teóricas só pertinentes no campo da tributação. Tanto não é irrelevante a destinação que a restituição é, ao contrário, elemento essencial ao suporte fáctico do empréstimo compulsório porque, sem ela, não teria sentido juridicamente definida a expressão "empréstimo compulsório".

11) Esse entendimento equivocado poderia parecer, a um exame superficial e ao imediato súbito de vista, prestigiado pelo art. 4º do C.T.N., conforme o qual, **in verbis**, a natureza específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la a destinação legal do produto de sua arrecadação (item II). Quando entretanto se pretenda identificar a mera irrelevância para efeitos tributários, a uma irrelevância jurídica absoluta, só com base nessa disciplina do C.T.N., estar-se-á equivocadamente atribuindo ao seu art. 4º, II um âmbito de validade maior do que o de sua efetiva abrangência. Com isso pretende-se significar tão-somente que a irrelevância do destino da arrecadação para efeitos tributários não significa irrelevância para outros efeitos jurídicos, e. g., efeitos de direito constitucional financeiro. Ora, quando a C.F., nos dispositivos acima transcritos, dispõe sobre coparticipação na receita tributária, converte a destinação do tributo num dever jurídico da pessoa constitucionalmente competente para a sua instituição. Dever esse que se identifica com a própria vinculação constitucional do tributo. Tanto que a pretensão à coparticipação (chamemo-la assim **brevitatis causa**) é oponível pela entidade participante à entidade tributante e pode ser submetida, numa relação contenciosa concreta, ao controle do Poder Judiciário (C.F., art. 153, § 4º, na redação da Emenda nº 7, de 07.04.1977). Tudo isso conduz a uma conclusão oposta à que pretenda ser a destinação do tributo algo juridicamente irrelevante em qualquer hipótese. Mais precisamente e concluindo: o ser tributariamente irrelevante não implica o ser juridicamente irrelevante. Nem se concebe facilmente que um procedimento de repartição de receitas tributárias constitucionalmente disciplinado corresponda à pura irrelevância jurídica. Mas, dadas as suas implicações imediatas com o quadro tributário, a própria C.F. optou pela inclusão do regime de distribuição de receitas tributárias, que não é, como visto, regime tributário no sentido estrito, no capítulo que trata do sistema tributário nacional. A afinidade das matérias tratadas não indicaria outra implantação mais apropriada.

Como se constata de todo o exposto, o sistema tributário, como está contemplado na C.F., não contém só as normas relativas ao tributo, porque abrange também normas de conteúdo propriamente financeiro. Há que atribuir-se ao contexto normativo do sistema constitucional tributário um significado mais amplo e não circunscrevê-lo apenas ao campo do tributo.

Em conclusão provisória: a denominação do capítulo, "sistema tributário nacional", não deve prevalecer contra a disciplina efetiva de matérias que não se submetem ao regime constitucional da tributação. Mais especificamente: o regime jurídico do empréstimo compulsório não deve ser doutrinariamente extraído tão só de sua inserção no sistema tributário da C.F. Se essa circunstância tivesse valor decisivo, ter-se-ia que atribuir, contra a sistemática constitucional, caráter tributário até ao regime de coparticipação impositiva.

IV — A DEFINIÇÃO EM LEI COMPLEMENTAR DOS CASOS ESPECIAIS DE CABIMENTO DO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

12) Uma previsão específica do empréstimo compulsório está contemplada no art. 21 da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, nos termos a seguir reproduzidos:

> "§ 2º. A União pode instituir:
> **(omissis)**
> II — empréstimo compulsório, nos casos especiais definidos em lei complementar, aos quais se aplicarão as disposições constitucionais relativas aos tributos e às normas gerais do direito tributário".

Para logo cumpre advertir que a matriz dessa hipótese constitucional com que se habilita a União para instituir o empréstimo compulsório é diversa e inconfundível com a da competência legislativa prevista no art. 18, § 3º. Mais precisamente: os pressupostos para o exercício da competência atribuída pelo art. 21, § 2º, II — casos especiais — são diversos dos previstos no art. 18 § 3º — casos excepcionais.

Uma primeira ilação desse discrime é desde já cabível. Para efeito de fixação do regime normativo do empréstimo compulsório, "caso especial" é algo diverso — diversidade constitucionalmente irredutível — de "caso excepcional". A autonomia conceitual que se verifica entre uma e outra hipótese ressalta, precisamente porque a Constituição regula diversamente cada uma delas. O segundo passo, ainda no terreno dessas considerações propedêuticas, consistirá em saber como opera, no seu funcionamento, na sua dinâmica, esse procedimento de criação do empréstimo compulsório, para, só então, explicitar as diferenças entre os pressupostos do art. 21, § 2º, II e os do art. 18, § 3º.

13) Sob essa perspectiva dinâmica, deve-se inicialmente enfocar o art. constitucional 21, § 2º, II como uma norma determinante do modo de produção de normas — as contidas na lei complementar integrativa — que lhe são infra-ordenadas. Trata-se de analisar o relacionamento em que se põem as normas constitucionais, nessa qualidade revestidas de superioridade hierárquica, e as normas constantes de lei complementar; normas direta e imediatamente fundadas na C.F. e da qual extraem o seu fundamento bastante de validade.

Ora, a lei complementar, no sistema do direito constitucional brasileiro (art. 46, II) é uma categoria legislativa inconfundível com a lei ordinária (art. 46, III), em decorrência de um diverso regime jurídico formal e material. Um com exclusão do outro, fará malograr qualquer tentativa de compreensão integral da lei complementar, como uma categoria legislativa autônoma. No atinente ao seu regime jurídico formal, a lei complementar se especifica diante da lei ordinária em decorrência do **quorum** especial e qualificado que é constitucionalmente exigido para a aprovação da primeira (art. 50). Mas, o regime só formal é, como dito, insuficiente para a intelecção integral dessa categoria jurídica. Só a forma, o **fieri** do procedimento legislativo, nada adianta ao intérprete e aplicador da C.F. sobre o conteúdo do ato legislativo, isto é, sobre o sentido normativo do **factum** do ato legislativo que põe no ordenamento as normas complementares. É preciso portanto acrescentar uma consideração contenutística, ou seja, relacionada com as matérias cuja regência normativa está posta sob reserva constitucional de lei complementar; numa palavra, uma consideração relacionada com o "conteúdo" da lei complementar. Em termos constitucionais, a lei complementar é resultante de um regime jurídico ao mesmo tempo formal e material. Por isso, se a legislação complementar efetivamente editada desobedecer a forma, a inconstitucionalidade será procedimental; se a vulneração é da matéria, de inconstitucionalidade material se tratará.

14) Se contempladas as normas jurídicas, não estaticamente, mas na sua dinâmica, no modo de sua produção, constatar-se-á que as normas superiores regulam, em certa medida, não só o conteúdo das normas inferiores, mas também o procedimento de criação dessas normas inferiores. Objeto da ciência jurídica é, tanto a descrição do ordenamento jurídico (estática jurídica), quanto a dos comportamentos humanos normativamente regulados (dinâmica jurídica). Um desses comportamentos consiste precisamente na produção de normas jurídicas, condicionadas parcialmente pelas normas que lhe são supraordenadas. Muito mais especificadamente: na produção de leis complementares, conforme o seu modelo constitucional. É assim, e não de outro modo, que se dá o relacionamento entre o art. 21, § 2º, II da C.F. e a legislação complementar que lhe é imediatamente integrativa. Equivale não apenas a dizer que a integração do art. 21, § 2º, II deve ser feita por lei complementar, mas também que há um condicionamento constitucionalmente vinculante para o conteúdo dessa lei complementar ao dispor sobre as hipóteses "especiais" de cabimento do empréstimo compulsório. Todavia, como o conteúdo do preceito constitucional se reveste de um grau de indeterminação bastante acentuado — posto que não é possível inferir só da C.F. o que se deve entender por "caso especial" — será ele determinável pela legislação integrativa, ou seja, pela lei complementar, na medida mesma da sua indeterminação constitucional.

Não será por outro motivo que certa proposta teórica pretenderá explicar esse inter-relacionamento normativo pela caracterização do art. 21, § 2º, II como um dispositivo constitucional de eficácia limitada, no sentido de que, antes da definição, em lei complementar, dos respectivos casos especiais do seu cabimento, o empréstimo compulsório não poderá ser instituído pela União, sem ofensa aos critérios constitucionais que presidem a sua instituição.

15) Com essas ressalvas, pode-se inferir, da sistemática constitucional, serem casos especiais aqueles que, para os efeitos do art. 21, § 2º, II, se agrupam numa classe determinada, em decorrência da sua própria definição em lei complementar. A C.F. se restringe ao enunciado da especialidade dos casos. A especificação decorre da lei complementar que define tais casos como especiais. Conseqüentemente, a caracterização desses casos especiais não é ofertada diretamente pela C.F., porque apenas o é pela lei complementar integrativa. Todavia, a especialidade do caso não a aparta da regra geral, ou, mais precisamente, do regime jurídico das prestações compulsórias de direito público que se caracterizam como tributárias. Tanto que ao empréstimo previsto no art. 21, § 2º, II se aplica o regime normativo dos tributos. A rigor, portanto, não decorre, a sua especificação, apenas do regime jurídico formal que lhe é aplicável, ou seja, da reserva de lei complementar, porque a intermediação da lei complementar é também característica do regime tributário (C.F., art. 18, § 1º). Decorre, ao contrário, de sua inserção no âmbito material e pessoal de validade das normas do empréstimo compulsório, isto é, da sua definição, em lei complementar, como pressuposto para a instituição do empréstimo compulsório.

16) A título meramente ilustrativo de hipótese sujeita ao art. 21, § 2º, II da C. F., é possível referir à da Lei Complementar nº 13 — de 11.10.72, que define "caso especial", e não "excepcional", de empréstimo compulsório em proveito da ELETROBRÁS, nos termos do seu art. 1º:

> "Fica a União autorizada a instituir, na forma da lei ordinária, empréstimo compulsório em favor das Centrais Elétricas Brasileiras S/A — ELETROBRÁS — destinado a financiar a aquisição de equipamentos, materiais e serviços necessários à execução de projetos e obras da seguinte natureza:
> a) centrais elétricas de interesse regional;
> b) centrais termonucleares;
> c) sistemas de transmissão em extra alta-tensão;
> d) atendimento energético aos principais pólos de desenvolvimento da Amazônia".

Não trata a Lei Complementar nº 13/72 senão de uma hipótese que, em tudo e por tudo, deve sujeitar-se ao regime jurídico próprio dos tributos. A especialidade do caso — empréstimo instituído em benefício da ELETROBRÁS — não o exclui da regra geral, ou seja, da submissão desse empréstimo às disposições constitucionais relativas aos tributos e às normas gerais de direito tributário (C.F., art. 21, § 2º, II). Não tem, portanto, a Lei Complementar nº 13/72 nenhuma vinculação com o art. 18, § 3º, da C.F., nem, muito menos, com o art. 15 do C.T.N. Nem se constata nenhuma indicação de que essa medida esteja revestida de caráter emergencial e urgente que a incompatibilize com o princípio da anualidade contemplado no art. 153, § 2º, da C.F. Por isso, a sua submissão ao regime jurídico-constitucional dos tributos é plena.

17) O art. 21, § 2º, II, da C.F. prescreve que aos empréstimos compulsórios se aplicarão as disposições constitucionais relativas aos tributos e às normas gerais do (sic) direito tributário. Em face desse dispositivo, poder-se-á entender que vinculação dos empréstimos compulsórios, nesse particular, seria restrita tão-só ao segmento constitucional do ordenamento jurídico, excluídas portanto as normas gerais de direito tributário que, já num plano infraconstitucional, viessem a ser efetivamente editadas, mediante lei complementar.

Conceda-se que a vinculação aos princípios e normas constitucionais relativos (a) aos tributos e (b) às normas gerais de direito tributário postas na própria C.F., não é o mesmo que a vinculação às normas gerais de direito tributário, já veiculadas no plano integrativo da lei complementar. Sem embargo, todas essas duas hipóteses estão abrangidas no âmbito material de validade do art. 21, § 2º, II analisado. E o estão porque é a própria C.F. quem determina que aos empréstimos compulsórios, correspondentes aos casos que ela denomina "especiais", sejam aplicados todos, nenhum excetuado, os dispositivos constitucionais relativos não só aos tributos, mas também às normas gerais de direito tributário. E, dentre os dispositivos constitucionais relativos às normas gerais de direito tributário, inclui-se um, o mais genérico por sinal, o art. 18, § 1º, em cujos termos:

> "Lei complementar estabelecerá normas gerais de direito tributário, disporá sobre os conflitos de competência nessa matéria entre a União, os Estados, Distrito Federal e Municípios e regulará as limitações constitucionais ao poder de tributar".

18) Ora, a aplicação do art. 18, § 1º somente poderá ocorrer por meio de uma lei complementar que simultaneamente implica criação infraconstitucional de direito. O procedimento de integração normativa iniciado com a C.F. se desdobrará nesses termos, pela edição da lei complementar, que aplicará o art. 18, § 1º da C.F., do qual extrairá a sua fundamentação bastante de validade. Por isso, não é possível restringir o significado do art. 21, § 2º, II da C.F., para excluir do regime jurídico que ele disciplina normas da lei complementar integrativa do art. 18, § 1º da C.F.

Em decorrência da acentuada pormenorização do sistema constitucional tributário, reduz-se a esfera de discrição, isto é, de liberdade legislativa, não só da lei complementar, mas sobretudo da lei ordinária federal que instituir o empréstimo, considerada essa margem de discrição como a ausência de vinculação das normas respectivas. Todavia, há sempre um grau de indeterminação, como acentuado, dessa esfera de produção normativa. Aliás e a rigor, o art. 21, § 2º, II é até redundante. Quando se reconheça que, ao empréstimo compulsório nele previsto devem aplicar-se as disposições constitucionais relativas aos tributos, ter-se-á de concluir que lhe será aplicável o art. 18, § 1º da C.F. que precisamente estabelece a reserva de lei complementar para a instituição de normas gerais de direito tributário. Essas normas gerais de direito tributário devem dispor, entre outras matérias, sobre as limitações constitucionais da competência tributária. O art. 21, § 2º, II é, sob esse prisma, apenas uma especificação do art. 18, § 1º da C. F., na medida em que regula uma limitação constitucional ao poder de tributar ou, mais precisamente, da competência tributária e não à competência tributária da União. Quer dizer: o âmbito material de validade do art. 18, § 1º é genérico; o do art. 21, § 2º, II é específico. Se assim o é, não será cabível negar que a normatividade do art. 21, § 2º, II já está contida no âmbito de validade do art. 18, § 3º. Desenganadamente, entretanto, se lhe são aplicáveis as disposições constitucionais relativas aos tributos, ser-lhe-ão aplicáveis **ipso facto** as disposições constitucionais relativas às normas gerais de direito tributário. Nem se venha a contrapor que a lei não contém palavras inúteis, inútil parêmia. A lei não deve conter palavras inúteis, coisa inteiramente diversa. Nem será redundante explicitar aspecto da instituição jurídica dos empréstimos compulsórios caracterizadamente polêmicos. Mas, sua vinculação às disposições constitucionais relativas aos tributos implica, por si só, a sujeição do empréstimo compulsório do art. 21, § 2º, II ao princípio da anualidade. O ser "especial" não significa, nesse sentido, que é o da Constituição, ser "excepcional", nem muito menos urgente, de modo que nada justifica sejam subtraídas às exigências da anualidade as normas que disponham sobre o empréstimo compulsório.

19) As maiores dificuldades que se apresentam para a interpretação do empréstimo compulsório decorrem da diversa formulação dos arts. 18, § 3º e 21, § 2º, II da C.F.

Com efeito, o art. 18, § 3º está expresso em termos nitidamente restritivos. Somente a União, nos casos excepcionais que a lei complementar defina, poderá instituir empréstimo compulsório. O advérbio "somente" funciona na hipótese, na lição dos lógicos, como um "quantificador". Quem não estiver compreendido na habilitação constitucional expressa decerto estará fora do âmbito de validade material e pessoal dessa norma, ou seja, será incompetente para instituir empréstimo compulsório com fundamento no art. 18, § 3º da C.F., nesses casos excepcionais em lei complementar definidos. Por isso, é plenamente cabível a aplicação à hipótese do argumento **a contrario sensu**: os Estados e os Municípios são incompetentes para instituir empréstimos compulsórios com base no art. 18, § 3º da C.F.

O art. 21, § 2º, II não apenas contempla um pressuposto diverso, porque a sua formulação literal é bem outra — a União poderá instituir empréstimos compulsórios nos casos especiais definidos em lei complementar. A habilitação constitucional exige, nessa hipótese, interpretação muito mais delicada. Enquanto a linguagem do art. 18, § 3º se mostra claramente restritiva, a do art. 21, § 2º, II é diversamente apenas enunciativa. Ao seu enunciado não se agrega a restrição adverbial do art. 18, § 3º. Por outras palavras: não está dito, no art. 21, § 2º, II, que somente a União poderá instituir o empréstimo que ele regula.

A formulação do art. 21, § 2º, II conseqüentemente postula a solução do problema tormentoso da fixação do seu âmbito de validade. O problema consiste em saber se a atribuição de competência à União, em tal hipótese, implica a denegação de competência aos Estados e Municípios. Quando se identifique a linguagem do art. 21, § 2º, II a uma proposição prescritiva, essa prescrição positiva dirigida à União envolve uma prescrição negativa aos Estados e Municípios?

20) Em face da diversidade de pressupostos conceituais para a instituição do empréstimo compulsório, podem agrupar-se duas posições. A primeira, decorrerá da doutrina tradicional que, atribuindo ao empréstimo compulsório caráter essencialmente unitário, transportará acriticamente o regime jurídico do art. 18, § 3º para o empréstimo do art. 21, § 2º, II. Porque o empréstimo compulsório será havido como uma categoria substancialmente unitária, a restrição do art. 18, § 3º dilargar-se-ia além das suas barras, ou seja, pretenderia explicar, por si só, a proibição constitucional de serem instituídos empréstimos compulsórios pelos Estados e Municípios. Só a transposição acrítica e mesmo equivocada do regime jurídico do art. 18, § 3º para o art. 21, § 2º, II, não permite caracterizar como privativa a competência da União para instituir empréstimo compulsório nos casos especiais em lei complementar fixados. É tão precário atribuir privatividade à competência do art. 21, § 2º, II, só com base na restrição do art. 18, § 3º, porque essa conclusão dela não pode ser extraída, quanto atribuir ao caráter tributário ao art. 18, § 3º, somente transpondo-se para o seu âmbito de validade os pressupostos normativos do art. 21, § 2º, II. Em qualquer dessas hipóteses, haverá a petição de princípio que se identifica pela circunstância de haver como demonstrado algo apenas indemonstrado. Até porque é indemonstrável por essa via.

Essa proposta teórica estaria irremediavelmente comprometida nos seus fundamentos, porque os casos especiais do art. 21, § 2º, II, são inconfundíveis com os casos excepcionais do art. 18, § 3º, não havendo como se lhes aplicar **a priori** uma só disciplina normativa, no que ao particular importa.

21) A segunda, considerando ao contrário a diversidade de formulação literal do art. 21, § 2º, II, poderia recusar-lhe o caráter de norma atributiva de uma proibição implícita dirigida aos Estados e Municípios. O estar atribuída à União competência para, nesses casos especiais, instituir empréstimos compulsórios (art. 21, § 2º, II) não implicaria estar constitucionalmente denegada competência aos Estados e Municípios para, no âmbito de suas atribuições, basicamente a dos arts. 23 e 24, eventualmente devolver o produto da arrecadação de tributos. Quer isso dizer que, na competência para tributar, estaria contida a competência para destinar à devolução o produto da arrecadação tributária. Quem pode o mais, pode o menos. Se os Estados e Municípios podem cobrar o tributo sem devolvê-lo, poderão fazê-lo devolvendo o produto de sua arrecadação. Essa orientação estaria revestida de inegável sedução teórica, na medida em que, aparentemente, prestigiaria não só a isonomia entre as pessoas constitucionais, mas também os princípios da autonomia estadual (C.F., art. 13) e da autonomia municipal. Esse entendimento aliás poderia parecer fortalecido pela consideração adicional de que um dos aspectos informadores da autonomia municipal é precisamente, na Edição da Emenda nº 1, de 1969, a administração própria que pertine à aplicação das rendas do Município, e não apenas à instituição e arrecadação dos tributos municipais (art. 15, II, a).

22) A isonomia entre a União, Estados e Municípios pode ser havida, em tal hipótese, como apenas aparente, porque, enquanto os Estados e Municípios poderiam cobrar tributos restituíveis — algo em tudo e por tudo equiparável ao empréstimo compulsório do art. 21, § 2º, II — a União só poderia fazê-lo mediante a definição prévia dos casos de seu cabimento em lei complementar. Porque restringe a competência da União, em confronto com a dos Estados e Municípios, essa posição deve ser descartada.

CONSTITUCIONALIDADE DO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Alternativamente, entretanto, poder-se-ia pretender que o empréstimo do art. 21, § 2º, II é um plus, algo que se agrega à competência da União, que também poderia devolver o produto da arrecadação dos seus tributos com prescindência da intermediação de lei complementar. Esta apenas seria necessária quando o empréstimo compulsório tivesse como base, não a competência tributária da União, mas sim os casos especiais definidos em lei complementar, para além dessa competência. A atribuição do caráter de tributáveis a esses casos especiais somente decorreria a posteriori de sua definição em lei complementar. Sem embargo, não será fácil a captação de matéria tributável com abstração do campo, já de si larguíssimo, tributável pela União. Não será por outra razão que via de regra a prática tributária demonstra que os empréstimos compulsórios são agregados à competência impositiva da União, ou seja, são instituídos como adicionais aos impostos da competência privativa da União, sobretudo o imposto de renda.

23) Poder-se-á no entanto sustentar que nada impede, mesmo sem a intermediação da lei complementar, venha a lei ordinária da União a instituir empréstimo compulsório adotando como sua hipótese de incidência a que sirva para a instituição de tributos da competência federal (C. F., arts. 18, caput, I e II, 21 e 22). Quem pode o mais pode o menos. Quem pode cobrar o tributo sem devolvê-lo, pode fazê-lo devolvendo o produto de sua arrecadação. Esta crítica nada obstante improcederia.

Até a extinção da obrigação tributária, concreta e individualizada, pelo pagamento, ter-se-ia uma relação específica entre os comportamentos da União, de um lado, e do sujeito passivo dessa relação, do outro. Essa obrigação se caracterizaria como tributária não apenas porque tem por objeto a dação obrigatória de uma soma de dinheiro — a prestação do quantum do empréstimo devido. Não só porque corresponderia a uma prestação pecuniária compulsória, instituída ordinariamente por lei, não tipificadora de uma sanção de ato ilícito e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. E é essa precisamente a definição de tributo fornecida pelo art. 3º do C.T.N., e que em nada agride os pressupostos constitucionalmente vinculantes para a tributação. Essa relação é tributária porque a própria C.F. determina lhe seja aplicável o regime jurídico dos tributos (art. 21, § 2º, II).

Reversamente, a segunda relação jurídica é tipificada como de direito constitucional financeiro. Nela a União passa à posição de devedor da quantia a ser restituída; obrigada portanto a um comportamento determinado em face do sujeito passivo da relação anterior, ou seja, a pessoa que efetivamente prestou a quantia devida, a título de empréstimo compulsório. Esta é, já agora titular de um direito de crédito oponível à União, tão logo vencido o prazo de vencimento assinado para a obrigação de devolver. Essa decomposição do art. 21, § 2º, II em duas normas distintas é essencial para uma compreensão adequada do seu regime jurídico bifronte. E, essa segunda relação financeira, decorre da destinação especial de que se dá ao produto da arrecadação do empréstimo. Por definição, o montante do empréstimo compulsório destina-se a devolução posterior, com ou sem juros ou correção monetária, seja o respectivo prazo determinado ou indeterminado. Ora, como essa segunda relação é de caráter financeiro, não há como vincular a competência para instituir o empréstimo compulsório à competência para instituir o tributo, porque a primeira transpõe os confins da segunda. Não é por outro motivo que aqui não encontra campo de aplicação a regra segundo a qual aquele que pode o mais pode o menos. A competência para instituir o empréstimo é constitucionalmente distinta da competência para vincular o produto da sua arrecadação — não necessariamente receita — a uma devolução futura.

24) Tirantes os impostos extraordinários de guerra (art. 22), a C.F. não autoriza a União a instituir empréstimos compulsórios como adicional de impostos estaduais e municipais. Com efeito, veda-o implicitamente o art. 18, § 2º. Esse dispositivo sobre a competência residual prescreve que a União poderá, desde que não tenha base de cálculo e fato gerador (sic) idênticos aos dos previstos na C.F., criar outros impostos, além dos mencionados nos arts. 21 e 22, ou seja, dos impostos de sua competência privativa, mas que não sejam de competência tributária privativos dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. E o art. 21, § 1º reitera: a União poderá instituir outros impostos, além dos que ele enumera, desde que não tenham base de cálculo ou fato gerador (sic) idênticos aos dos previstos nos artigos 23 (competência impositiva estadual) e 24 (competência impositiva municipal).

Essa disciplinação constitucional da cédula de competência residual seria grosseiramente burlada se, sob o pretexto da instituição do empréstimo compulsório, e não de impostos residuais, fora possível à União explorar esse campo, com longuíssimo prazo de restituição, já que não há nenhuma limitação constitucional implícita ou explícita desse prazo, com desvinculação plena das restrições com que ele lhe foi outorgado.

25) Ao contrário do art. 18, § 3º, não há uma proibição constitucional expressa no art. 21, § 2º, II, de que os Estados e Municípios instituam empréstimos compulsórios, ou seja, não há uma vedação constitucional explícita, relativa à instituição dos empréstimos compulsórios tributários propriamente ditos, pelos Estados e Municípios. Essa ausência de previsão expressa não constitui entretanto um óbice absoluto a que se identifique uma disciplina normativa implícita que albergue a proibição de serem instituídos empréstimos compulsórios pelos Estados e Municípios. Com efeito, não é somente quando se equipara o empréstimo compulsório a um contrato de mútuo, embora com a pretendida e discutida característica da compulsoriedade — contrato coativo — que poder-se-á negar aos Estados e Municípios competência para instituí-lo. A identificação ou equiparação do empréstimo compulsório a um contrato de mútuo briga aliás com o seu regime constitucional, que é nitidamente tributário (art. 21, § 2º, II).

26) A ilação pela negativa de competência aos Estados e Municípios decorrerá de outra senda, aberta pela argumentação expositiva. O empréstimo pode ser considerado numa formulação muito elástica como uma categoria jurídica genérica, na medida em que envolve não apenas o contrato de mútuo propriamente dito, matéria regida pelo direito civil e comercial (C.F., art. 8º XVII, b), mas também o empréstimo público compulsório, que nada tem de contratual, por isso mesmo que submisso às normas tributárias (C.F., art. 21 § 2º, II). Assim sendo, na sistemática constitucional, a União detém tanto habilitação para legislar sobre direito civil e comercial, quanto para legislar sobre os tributos de sua competência e, por extensão, sobre o empréstimo compulsório do art. 21, § 2º, II. Ora, quando a C.F., neste último dispositivo, outorga à lei complementar competência para definir os casos especiais de cabimento do empréstimo compulsório, nada mais faz do que atribuir à União autorização para desvincular o empréstimo público não só das normas contratuais, mas também e conseqüentemente para explorá-lo como uma categoria tributária. Elementar até que a competência para legislar sobre direito civil e comercial se não confunde com a competência para instituir empréstimos compulsórios. Mas, a primeira é seguramente um pressuposto constitucional para o exercício da segundo. E assim o é porque o art. 21, § 2º, II é norma autorizativa dessa desvinculação do empréstimo — pela sua compulsoriedade — da regência de normas sobre o contrato de mútuo, porque o submete a uma normatividade diversa, a tributária. Quando se atribua ao empréstimo compulsório característica de um instrumento, uma técnica específica a serviço da intervenção estatal no domínio econômico (C.F., art. 163, caput), a sua desvinculação das normas de direito privado, que disciplinam o contrato de mútuo, para a sua subsunção ao regime tributário, dar-se-á pelo mecanismo da lei complementar. Nesse lanço, a lei complementar abre uma exceção ao caráter contratual do empréstimo, exceção que acarreta a sua inclusão no âmbito da normatividade tributária.

O dogma da autonomia da vontade contratual, corretamente entendido, não deve ser havido como uma categoria a se stante, distinta das normas que o contemplam. Por isso, não é a vontade no sentido psicológico, nem mesmo a sua manifestação, que juridicamente importa, senão a proteção jurídica dessa manifestação da autonomia da vontade, pela via contratual. A autonomia da vontade está, nesse sentido, sempre presente nas relações contratuais de direito privado. Mas, dada a supremacia do interesse público sobre o interesse particular, como um princípio imanente ao ordenamento positivo brasileiro, no particular, a autonomia da vontade e sua conformação nas relações de direito privado sofre derrogação eventual por normas de direito público, ou seja, comporta a exceção, que limita a sua validade, do art. 21, § 2º, II. É essa uma hipótese restritíssima em que poder-se-ia legitimamente restaurar a velha concepção segundo a qual o direito tributário é excepcional ao direito privado, porque restringe a liberdade e a propriedade, enquanto valores constitucionalmente incorporados no ordenamento jurídico. Não será por outro motivo que a C. F. exige, para essa derrogação, lei complementar que defina as hipóteses de cabimento do empréstimo compulsório.

Nessas condições, somente a União pode legislar sobre empréstimos compulsórios, ou seja, subtrair essa matéria à disciplina geral do contrato de mútuo. Ainda assim, na ausência de lei complementar prévia, que defina os casos especiais de cabimento do empréstimo compulsório, nem mesmo ela, a União, pode instituí-lo, sem ofensa ao art. 21, § 2º, II.

E porque é excepcional a sua instituição pela União, não podem os Estados e Municípios instituir empréstimos compulsórios.

27) A C.F. confere à União um campo privativo de legislação que é juridicamente incontratável com o dos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios. A rutura do sistema constitucional tributário, tal como rigidamente arquitetado pela Emenda nº 1, de 1969, será inevitável quando se admita que a repartição dos campos de tributação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios possa vir a ser solapada pela instituição indiscriminada de empréstimos compulsórios, com fulcro no art. 21, § 2º, II, decorrentes de leis complementares que adotassem, como pressupostos, na definição dos casos especiais, as mesmas hipóteses de incidência já constitucionalmente atribuídas ao campo tributável pelos Estados e Municípios.

Não é despropositado recordar que as princípios constitucionais, sobre serem normas, são normas que se revestem de uma função axiologicamente mais importante do que as outras normas de competência. A norma-princípio tem uma abrangência que informa toda a estrutura jurídico-política do sistema constitucional brasileiro. Por isso mesmo, e não por outro motivo, sustenta-se a conclusão de que a agressão a um princípio é muito mais grave do que o agravo a uma simples norma. E, dentre os princípios constitucionais que poderiam vir a ser afetados na hipótese aventada, incluir-se-iam o da federação, o da autonomia estadual e o da autonomia municipal. Em termos constitucionais, que noutros termos não caberia a análise, o tributo é sempre um instrumental de autonomia política e administrativa e não apenas a acanhadamente financeira. Até porque sem esta dificilmente as duas primeiras poderiam efetivar-se. Noutras palavras e buscando sempre maior clareza: o empréstimo compulsório do art. 21, § 2º, II não deve servir de pretexto para a vulneração do regime constitucional de discriminação de receitas tributárias. Não deverá portanto a lei complementar que definir os casos especiais de seu cabimento erigir em hipótese de incidência desses empréstimos — que a tanto equivale a definir casos especiais de cabimento — as que possam servir para a incidência de tributos estaduais e municipais. Se pudesse fazê-lo, estaria subtraindo-se à eficácia jurídica das normas integrantes do sistema constitucional tributário, contra o expresso teor do art. 21, § 2º, II.

28) Esse dispositivo, como visto, defere expressamente à lei complementar competência para estabelecer o elenco dos casos especiais em que deverá ser instituído o empréstimo compulsório. O art. 21, § 2º, II põe essa matéria sob reserva de lei complementar. Sem embargo, atribui à União competência para instituir empréstimo compulsório nos casos especiais em lei complementar previamente definidos, sem explicitar contudo por meio de que instrumento legislativo deverá a União fazê-lo. Essa matéria está submetida pela C.F. à regência do princípio geral de legalidade (art. 153, § 2º), bem como do princípio específico da legalidade da tributação (arts. 19, I e 153, § 29, combinados). A competência para definir os casos especiais de cabimento do empréstimo compulsório, exercitável que é pela lei complementar — distingue-se nitidamente da competência para instituí-lo, mediante lei ordinária. Contudo, não é inconstitucional a instituição do empréstimo compulsório no próprio texto da lei complementar que defina o caso especial do seu cabimento. Fácil é comprová-lo. A União detém tanto a competência para regular o empréstimo por lei complementar — na definição dos "casos especiais" que lhe venham a estar sujeitos — quanto a de instituí-lo por lei ordinária federal. Como a definição do caso especial do empréstimo será feita por lei complementar, a sua instituição também por lei complementar, embora atípica, não será formal nem materialmente inconstitucional. E não o será precisamente porque ela, a União, poderia, dês que previamente definidos em lei complementar os casos especiais, instituir o empréstimo por simples lei ordinária. Fê-lo entretanto por lei complementar. A única diferença entre uma e outra categoria legislativa residirá contudo no quorum especial — a maioria absoluta das duas Casas do Congresso Nacional — exigido apenas para a aprovação da lei complementar. Aqui vigora o princípio hermenêutico de que poder o mais implica poder o menos. Se a União poderia instituir o empréstimo por lei ordinária, nada impede que viesse a fazê-lo com o quorum especial e qualificado da lei complementar. Só que essa circunstância em nada altera o regime jurídico de revogação da lei instituidora do empréstimo forçado. Poderá ela, nada obstante, ser revogada — porque de "lei complementar" as respectivas normas integrantes só terão o nome — por simples lei ordinário federal. Exceto, é claro, a definição do caso especial, que esta é matéria sob reserva de lei complementar e portanto sujeita a um regime revogatório diverso.

29) Por outro lado, o dever de restituir não é um elemento caracterizador do empréstimo compulsório no confronto com outras categorias jurídicas. Também há obrigação de restituir na cobrança do tributo indevido (C.T.N., arts. 165 e segs.) e certamente ninguém pretenderá vislumbrar nessa hipótese um empréstimo compulsório. Nada obstante, é o dever de restituir um componente essencial à definição do empréstimo compulsório porque sem ele não se estaria em presença dessa figura constitucional. Componente necessário e pois, nesse sentido, essencial de sua estrutura, não porém suficiente para a sua autonomização diante de outras categorias jurídicas. O empréstimo compulsório se individualiza diante da restituição do ilícito tributário porque a sua cobrança não decorre de um ato estatal ilícito. Precisamente o contrário dos pressupostos para a repetição do indébito tributário, como estruturado no C.T.N. e na legislação tributária. Tanto que a própria cobrança do empréstimo compulsório pode ser objeto de uma pretensão à devolução do indébito, se cobrado sem observância dos cânones normativos que o disciplinam.

Em decorrência de toda a antecedente exposição, pode-se concluir que o empréstimo compulsório do art. 21, § 2º., II é uma técnica alternativa, contemplada no direito constitucional vigente, para a percepção de recursos financeiros. Instituí-lo ou cobrar impostos — tributos não restituíveis — é uma opção atribuída constitucionalmente à competência da União. Não incumbe à ciência do direito tributário fazer essa opção de política jurídica, nessa qualidade estranha ao seu objeto. Ressalva-se finalmente que, a rigor, todo esse esforço de explicitação do sentido normativo do art. 21, § 2º., II poderia até ser dispensado, já que o Dec.-lei nº 1782/80 não foi editado com base nele, senão no art. 18, § 3º da C. F. Mas, a comparação entre esses dois dispositivos será necessária à compreensão das diferenças na regência constitucional dessa matéria.

V — A DEFINIÇÃO EM LEI COMPLEMENTAR DOS CASOS EXCEPCIONAIS DE CABIMENTO DO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

30) Hipótese específica de cabimento do empréstimo compulsório está disciplinada pelo art. 18, § 1º da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, in verbis:

"Somente a União, nos casos excepcionais definidos em lei complementar, poderá instituir empréstimo compulsório".

Essa hipótese é específica porque contrapõe os "casos excepcionais" à hipótese diversa dos "casos especiais", definíveis ambos os dois em lei complementar. À falta de uma disciplina constitucional clara, vale dizer, com maior rigor, na ausência de uma determinação maior do conteúdo normativo desses preceitos, cabe aqui aplicar a bela regra natural de raciocínio, nunca por demais invocada, "ir do conhecido ao desconhecido". Conseqüentemente, partindo de um dado jurídicamente expresso na Constituição, e portanto desde já conhecido — a diversidade conceitual entre os "casos especiais" e os "casos excepcionais" —, buscar-se-á alcançar sentido normativo ainda desconhecido. A dizer: o sentido que dimana do próprio conteúdo dessa norma, a do art. 18, § 3º, no tocante à excepcionalidade dos casos de cabimento do empréstimo compulsório.

31) Há sempre, como demonstrado, um certo grau, maior ou menor, de indeterminação do conteúdo da norma superior pela norma inferior. Por isso mesmo, depende da consulta ao direito positivo a resposta à indagação sobre o maior ou menor vinculação da norma inferior e a conseqüente margem de liberdade (discrição) da legislação integrativa da norma supra-ordenada. A priori, nada se deve acrescentar a respeito. Incumbe ao intérprete e aplicador da Constituição tão só identificar até onde vai o grau de indeterminação ou determinação de um conceito constitucional, por hipótese, o de casos excepcionais do art. 18, § 3º.

Ora, a C.F., no art. 18, § 3º, defere à legislação complementar integrativa a função de definir os casos excepcionais de cabimento do empréstimo compulsório. Veja-se bem: a C.F., no art. 18, § 3º, como no art. 21, § 2º, II, não diz que à lei complementar incumbe tão só "dispor" ou "regular" os casos "excepcionais" ou "especiais" de cabimento do empréstimo compulsório. Se o tivesse feito, poder-se-ia concluir que seria possível extrair diretamente dela, a C.F., o significado normativo dessas expressões. Diversamente, a C.F. diz apenas que os casos "excepcionais", assim como os "especiais", serão definidos em lei complementar. Assim sendo, o grau de determinação, pela C.F., desses conceitos é menor do que os revesteria se a sua dicção literal fora diversa. Noutras palavras, se ao invés de defini-los, à lei complementar competisse tão só regular ou dispor sobre casos já constitucionalmente definidos. Daí porque, tanto o art. 21, § 2º, II, quanto o art. 18, § 3º podem ser havidos como dispositivos constitucionais de eficácia limitada. Por isso, e não por outro motivo, debalde procurar-se-á extrair da C.F. uma disciplinação exaustiva, implícita ou explícita, dos casos excepcionais de cabimento do empréstimo compulsório. Ao nível constitucional, a vinculação restringe-se apenas à excepcionalidade de mesmo do caso. E não será tão tênue essa vinculação, como equivocadamente e a um exame superficial poder-se-ia supor.

Se fora possível extrair direta e imediatamente da C.F. o sentido normativo, ou seja, o conteúdo material do art. 18, § 3º, não teria sentido jurídico preciso a remissão, por esse dispositivo constitucional, à lei complementar, prescrevendo-lhe o definir esses casos excepcionais.

Por isso mesmo, não é possível abstrair, na análise jurídica dessa matéria, o plano da legislação complementar, que é imediatamente integrativa da C.F. O art. 18, § 3º, assim sendo, não se caracteriza como um preceito constitucional auto-executável, bastante em si, de aplicabilidade ou executoriedade imediata. Ao contrário e desenganadamente, postula a sua integração pela lei complementar como um requisito de executoriedade, ou seja, como um pressuposto de sua aplicação. Dispositivo de eficácia limitada, portanto e como dito.

32) O art. 18, § 3º da C.F. funciona hoje como o fundamento constitucional de validade do art. 15 do C.T.N., que literalmente prescreve:

> "Somente a União, nos seguintes casos excepcionais, pode instituir empréstimos compulsórios:
>
> I — guerra externa, ou sua iminência;
>
> II — calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis;
>
> III — conjuntura que exija absorção temporária do poder aquisitivo.
>
> Parágrafo único — A lei fixará obrigatoriamente o prazo do empréstimo e as condições de seu resgate, observado, no que for aplicável, o disposto nesta lei".

Conceda-se inicialmente que este tipo de empréstimo é dessemelhante dos empréstimos que se incluem no âmbito do crédito público propriamente dito, os empréstimos contratuais. Essa concessão resulta da consideração de que, por definição, a compulsoriedade será excludente do caráter contratual do empréstimo público, porque se contrapõe à autonomia da vontade, que a grande maioria da doutrina entende imprescindível à formação do vínculo contratual. Despreze-se portanto e para simplificação expositiva a teoria que vislumbra no empréstimo compulsório um contrato coativo. Há quem pretenda que, nesses termos posta a questão, se de empréstimo se tratasse, este não poderia ser compulsório. Se compulsório é, não seria a rigor e propriamente empréstimo, dado que os dois termos hurlent de se trouver ensemble. Não se deve esquecer entretanto que, mesmo admitido houvesse impropriedade terminológica, como se pretende, ela contudo estaria designando uma categoria de direito constitucional positivo. E, as questões jurídicas não se resolvem pela nomenclatura das instituições jurídicas.

Nada obstante, só aparentemente há uma contradictio in terminis na denominação "empréstimo compulsório" porque se pretende de indevidamente assimilar o empréstimo, sempre, a uma cessão voluntária de dinheiro o que seria incompatível com a nota da compulsoriedade, ou seja, e por hipótese, a dação obrigatória de uma certa quantia à União.

É certo que o empréstimo, por isso mesmo que compulsório, responde a uma obrigação de direito público. E é obrigatório o empréstimo precisamente porque o não pagamento do quantum respectivo, nos termos do DL nº 1.782/80, art. 8º, é pressuposto para a aplicação de uma sanção específica: inscrição automática na dívida ativa do total ou do saldo remanescente, acrescido da multa de 100%, para efeito de imediata cobrança executiva.

Mas, a Constituição não fala, tanto no art. 18, § 3º, quanto no art. 21, § 2º, II, em contrato de empréstimo, senão em empréstimo compulsório, coisa inteiramente diversa. Sobremais, não está a C.F. adstrita, sob qualquer aspecto, à configuração do contrato de mútuo no direito privado, nem efetivamente deu ao empréstimo compulsório regime jurídico que com este se identificasse. Nem tampouco estará o DL nº 1.782/80 submisso às categorias de direito privado, precisamente porque a União detém tanto a competência para legislar sobre direito civil e comercial (C.F., art. 8º, XVII, b), quanto a para legislar sobre os empréstimos compulsórios (arts. 18, § 3º e 21, § 2º, II).

Por tudo isso, conclui-se que descabe sustentar, contrariamente à opinião da doutrina tradicional, que o empréstimo é sempre um contrato, em direito público, como em direito privado. Não passa de um preconceito essa opinião que de saída briga com texto constitucional expresso e não apenas implícito.

33) Na caracterização do empréstimo compulsório, tanto a doutrina quanto a jurisprudência ordinariamente vêm tomando uma posição, mais ou menos fundamentada, com relação às teorias que, no âmbito doutrinário, procuram fixar-lhe o perfil jurídico. São levadas a optar por uma das teorias em choque sobre o regime jurídico do empréstimo compulsório, assimilando-o a um misto de empréstimo e imposto, empréstimo de direito público, requisição de dinheiro ou a tributo. A partir daí, já com uma posição preconcebida, é que passam a interpretar as normas que, na C. F., disciplinam o empréstimo compulsório. Essa orientação mal dissimula o seu irremediável apriorismo. Esse apriorismo é, nada obstante, patente, na medida em que se considere a inversão metodológica indevida por ela operada. Ao invés de partir do dado, ou seja, do objeto próprio de conhecimento, isto é, das normas constitucionais, para enfrentar o problema de sua interpretação, opera de logo uma seleção dos problemas emergentes do empréstimo compulsório. E introduz, na análise jurídica desses problemas, categorias doutrinárias preestabelecidas. Sem embargo, a C. F. de 1967, na redação da Emenda nº 1, de 1969, conferiu um regime de tal sorte peculiar e estrito ao empréstimo compulsório que inviabiliza qualquer tentativa de transposição pura e simples das construções doutrinárias antecedentes à sua vigência para a sistemática constitucional em vigor. É o que ver-se-á em seguida.

34) Esse apriorismo é a origem de todos os equívocos que enfermam a interpretação das normas constitucionais sobre o empréstimo compulsório. Tome-se, como exemplo bastante ilustrativo — útil para a confirmação dessas afirmações — a teoria que entende ser o empréstimo compulsório indiscriminadamente um tributo. Partindo dela e transpondo-se ela para a C.F., ter-se-á que colocar a aplicação das normas constitucionais num verdadeiro leito de Procusto, porque a atribuição indiscriminada de caráter tributário ao empréstimo compulsório não consegue explicar coerentemente os motivos pelos quais a C.F. os disciplinou em dois dispositivos autônomos, conferindo expressamente a um deles — o art. 21, § 2º, II, caráter tributário e silenciando quanto à aplicabilidade desse regime ao outro — art. 18, § 3º. Só pela extensão, contra o expresso teor da C.F., do mesmo regime jurídico do art. 21, § 2º, II, ao art. 18, § 3º, como normalmente se vem fazendo, é possível concluir pelo caráter tributário do empréstimo compulsório, em qualquer hipótese.

35) Em decorrência dessas ponderações, seguir-se-á doravante uma via metodológica inversa na análise dessa matéria, buscando extrair da C.F. as conclusões que ela impõe, sem nada adiantar a priori quanto ao regime normativo que ela estabelece.

Com essa advertência prévia, o primeiro observação que se impõe ao intérprete decorreria da diversa formulação do art. 18, § 3º, em confronto com o art. 21, § 2º, II. Efetivamente: enquanto o primeiro fala em "casos excepcionais", o segundo se refere a "casos especiais". É pois o conceito de "caso excepcional" algo inconfundível com o de "caso especial". Mas, o problema central a ser enfrentado consiste precisamente em determinar-se qual o sentido normativo dessa distinção, quais as conseqüências que ela envolve. Para logo, deve notar-se que o art. 18, § 3º, diversamente do art. 21, § 2º, II, não diz que ao empréstimo compulsório por ele disciplinado se aplicarão as disposições constitucionais relativas aos tributos. Nem muito menos as relativas às normas gerais de direito tributário. E se não o prescreve a C.F. não será lícito ao seu intérprete fazê-lo, salvo se pudesse deduzir essa aplicabilidade por via de uma inferência intra-sistemática. Contudo, isso não parece viável. Ao contrário, é intuito destinado ao fracasso, em virtude das considerações subseqüentes.

36) Em termos constitucionais, ser meramente "especial" o caso não constitui pressuposto para apartá-lo do regime tributário (art. 21, § 2º, II). A especialidade dessa categoria jurídica é um atributo que se identifica com a particularidade. Não com a sua excepcionalidade. Noutras palavras: especial é a qualidade da espécie, portanto algo que se insere dentro de um determinado gênero, e não fora dele. Por isso é que o empréstimo compulsório do art. 21, § 2º, II guarda com relação ao conceito, que é constitucionalmente pressuposto de tributo, uma relação de espécie para com o gênero. Assim é que se lhe aplicam as disposições constitucionais relativos aos tributos e às normas gerais de direito tributário (art. 21, § 2º. II).

Reversamente, o empréstimo do art. 18, § 3º só cabe nos casos "excepcionais" que à lei complementar incumbe definir. O próprio caráter de excepcionalidade do caso já funciona por si só como um indicador seguro, porque confirmável pela análise sistemática, do regime jurídico que lhe é aplicável. O ser excepcional é um atributo do caso que o aparta da regra geral. Na hipótese, de aplicabilidade geral reveste-se o regime tributário, por isso mesmo que o Capítulo V — Do Sistema tributário — do Título I da C.F. trata precisamente do sistema tributário nacional. Com a permissão dessa linguagem figurada, apenas útil à compreensão do problema, o caso excepcional não está, a rigor, "dentro" do sistema tributário nacional. Se o estivesse não mais seria excepcional. Quando muito, seria especial ou específico. Sem embargo, limítrofe que é ao quadro da tributação, por isso mesmo que corresponde a uma prestação pecuniária compulsória, à semelhança do tributo, a sua inserção no mencionado Título V é plenamente justificada. Não se vislumbra melhor localização para essa norma, a do art. 18, § 3º, no sistema constitucional em vigor. Porque a sede mais apropriada da exceção é ao lado da regra.

É nesse sentido que se o conceito de excepcionalidade é sempre um conceito de relação. Só é excepcional o empréstimo do art. 18, § 3º, com relação ao sistema tributário, ou mais precisamente, às normas tributárias insertas na C.F.

A excepcionalidade da norma do art. 18, § 3º da C.F. implica portanto a sua insubmissão ao regime tributário. Se assim o é, como demonstrado, deverá ser extraído da Constituição, e não fora dela, o regime jurídico do empréstimo compulsório, na sua instituição via de regra em lei ordinária.

37) Dir-se-á que a sua desvinculação do regime tributário implicará o reconhecimento de uma competência à União juridicamente intolerável pelas suas projeções incontroladas, sobre a liberdade e a propriedade. Tal conclusão seria contudo improcedente, como o demonstram as subseqüentes considerações. Pode-se extrair diretamente da sistemática da própria C.F. a conclusão de que são aplicáveis ao empréstimo compulsório do art. 18, § 3º, entre outros os seguintes princípios e normas constitucionais:

a) a reserva de lei complementar para a definição dos casos excepcionais de seu cabimento (arts. 18, § 3º e 46, II e 50, combinados);
b) a atribuição expressa de competência privativa à União para instituí-lo, com exclusão portanto dos Estados e Municípios (art. 18, § 3º);
c) a reserva de lei ordinária para a sua instituição, numa decorrência implícita do art. 153, § 2º da C.F., conforme o qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (princípio de legalidade);
d) a igualdade jurídica de todos perante a lei do empréstimo (art. 153, § 1º). Se todos são iguais perante a lei e se o empréstimo compulsório é matéria sob reserva de lei, segue-se a aplicação do princípio de isonomia ao empréstimo compulsório;
e) a proibição da retroatividade, nas hipóteses previstas na própria C.F. (art. 153, § 3º);
f) o princípio da universalidade da jurisdição, conforme o qual a lei não poderá excluir da apreciação do poder judiciário qualquer lesão de direito individual em decorrência da exigibilidade do empréstimo (art. 153, § 4º, na redação da Emenda Constitucional nº 7, de 13.04.1977);
g) a proibição de confisco, numa decorrência implícita do art. 153, § 22, que garante o direito de propriedade, salvo desapropriação, nas hipóteses que enumera.

Basta esse rol sumário de princípios e normas que atuam no sentido da contenção do poder de legislar em limites angustos relativamente ao empréstimo compulsório para legitimar uma dupla ordem de conclusões prévias:

1º) O empréstimo compulsório do art. 18, § 3º da C. F. não está sujeito a regime jurídico tributário;
2º) A insubmissão do empréstimo compulsório do art. 18, § 3º ao regime tributário não compromete, de modo algum, a rigidez do sistema constitucional brasileiro, no tocante à disciplinação da exigibilidade, pelo Estado, de prestações compulsórias de direito público.

Não constitui, pois, o art. 18, § 3º, uma norma sobre competência que atribuísse à União, para usar linguagem figurada, um cheque em branco, como equivocadamente costuma afirmar-se.

38) Há pontos de aproximação entre as diversas prestações compulsórias — não necessariamente pecuniárias — de direito público. A entrega do dinheiro (tributo) é algo juridicamente assemelhado à dação de um bem (requisição) ao Estado. Mas, esta se distancia da primeira não só pelo seu objeto. Também porque a requisição é sujeita sempre a uma indenização posterior (C. F., art. 153, § 22, in fine), nada obstante as suas afinidades jurídicas com o regime tributário, até porque estão ambas submissas à legalidade. Analogamente, também a desapropriação, o recrutamento militar, o serviço de júri, o serviço eleitoral constituem prestações compulsórias de direito público, inconfundíveis com o tributo. Todas elas entretanto revestidas da nota comum de serem prestações coativamente impostas aos cidadãos pelo poder público (C. F., art. 153, § 2º). Dentre essas e não fora delas, inclui-se hoje o empréstimo compulsório do art. 18, § 3º da C. F. Não obsta ao estudo em comum dessas categorias específicas a sua diversidade de conteúdo, desde que estão todas regidas por princípios e normas comuns.

A comparação entre elas acentuará as notas específicas de cada uma delas e evitará que o desconhecimento de outros aspectos comuns venha a possibilitar, como ocorre, na hipótese, se pretenda uma transposição indevida do regime normativo constitucional dos tributos para um campo que lhe é estranho, até pela singela razão de que os "casos excepcionais" do art. 18, § 3º são, por definição e nessa qualidade, hipóteses que escapam à regra e portanto algo que se não confunde com tributo.

Essas prestações compulsórias de direito público correspondem basicamente a obrigações de fazer (júri, serviço militar e eleitoral) e a obrigações de dar (tributos, desapropriações por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, requisição de bens).

Não se deve entretanto extrair o regime jurídico das prestações pecuniárias compulsórias de direito público só com fundamento no C.T.N. Primeiro porque esse regime jurídico está inaugural e pormenorizadamente disciplinado na própria C.F. e, assim sendo, o C.T.N. já é, nesse particular, não só infra-ordenado mas sobretudo condicionado pelas limitações constitucionais da competência para legislar sobre normas gerais de direito tributário (art. 18, § 1º). Segundo e conseqüentemente porque o C.T.N. não esgota as virtualidades de instituição dessas prestações pecuniárias compulsórias, dado que elas transcendem o campo tributário. Implicitamente essa conclusão está comprovada pela própria estruturação constitucional do princípio de legalidade. Com efeito, sobre prescrever a reserva de lei em matéria tributária (arts. 19, I, e 153, § 29, combinados) a C.F. agasalha o princípio, cujo âmbito de validade é incomparavelmente mais amplo, da legalidade, digamos: genérica (art. 153, § 2º). Este e não o princípio estrito da legalidade tributária é que se aplica às hipóteses de prestações pecuniárias compulsórias de direito público, insusceptíveis de contenção no âmbito de validade das normas sobre a competência tributária.

O equívoco capital dos que só enfrentam esse problema à luz da configuração da matéria no C.T.N. decorre de haverem ignorado essas considerações. Só assim tornou-se possível o entendimento equivocado de que toda prestação pecuniária compulsória é tributo, não só porque o art. 3º do C.T.N. assim o diz, mas também porque o seu art. 5º não diz que os tributos são apenas impostos, taxas e contribuições de melhoria. É pretender que o C.T.N. dê uma resposta que ele não pode ofertar, ou seja, que ele esgote toda a normatividade pertinente à categoria, mais rica, genérica e pois abrangente, das prestações compulsórias de direito público, das quais o tributo é apenas uma espécie. Deve-se pois enveredar por outra senda, enquadrando o tributo numa categoria mais ampla e abrangente, a das prestações compulsórias de direito público (C.F., art. 153, § 2º).

É possível concluir então que nem toda prestação pecuniária compulsória é tributo, na sistemática da C.F. Portanto, só esses atributos — o ser compulsória e pecuniária — não bastam para definir, por si sós, uma obrigação como tributária. Há que se lhes acrescentar outra característica especificadora. Nem terá valor decisivo sequer afirmar que a distinção entre tributo e empréstimo estará na definitividade da prestação tributária, no confronto com a transitoriedade da prestação do empréstimo compulsório, porque ao empréstimo do art. 21, § 2º, II se aplicam as disposições constitucionais relativas aos tributos. A distinção está em que é essencial ao suporte fáctico da norma sobre empréstimo compulsório a previsão da devolução da quantia arrecadada, porque, sem essa previsão, do empréstimo coacto não se tratará. Faltante a previsão normativa da devolução, a prestação pecuniária não mais deverá ser havida como empréstimo compulsório. Ao contrário, a devolução é elemento puramente acidental na configuração jurídica do tributo. Quer-se significar, com isso, que a previsão da devolução da respectiva receita pode eventualmente, não necessariamente, estar acoplada a um tributo de competência da União. E mais: nessa hipótese, a previsão da devolução descaracterizará o tributo (e. g., imposto de renda), transformando-o ipso facto em empréstimo compulsório, perfeitamente legítimo se instituído pela União.

Portanto, empréstimo instituído sob a forma de adicional a tributo da União. Será inconstitucional entretanto empréstimo compulsório, mesmo sob inadequado nomen iuris, instituído pelos Estados e Municípios, sob a forma de adicional aos tributos de sua competência, ou sob qualquer outra modalidade. Por isso, a devolução da receita é elemento essencial à composição do suporte fáctico da norma sobre empréstimo compulsório, e não o é contudo dos tributos propriamente ditos. Nada obstante, é cabível a devolução eventual do tributo sem que, por isso, se configure o empréstimo compulsório, como ocorre na repetição do indébito tributário. Ao contrário do que geralmente se pensa, indébito tributário é tributo e não uma prestação pecuniária de fato. Se entidade juridicamente relevante — tributo — não fora, ser-lhe-iam inaplicáveis as normas que, no C.T.N. disciplinam a repetição do indébito, particularmente a preclusão interna (art. 168) e externa (art. 169) do direito de pleitear a restituição.

39) Não passará então da atribuição de uma extensão indevida do conceito de tributo pretender que, por ser ele uma prestação pecuniária compulsória (C.T.N., art 3º), terá necessariamente caráter tributário! Essa é nada obstante uma ressalva de importância exegética fundamental, pelas suas implicações intra-sistemáticas.

Se o tributo, sob determinada perspectiva teórica, pode ser havido como uma categoria genérica, nada obsta entretanto que, também ele, possa ser encarado como uma simples especificação da categoria mais genérica das prestações compulsórias de direito público. O estudo amplo dessas categorias, no seu inter-relacionamento, ainda se encontra em estado larvar. Sem embargo, a sua imprescindibilidade teórica é inegável.

Essas prestações de fazer ou dar transbordariam de muito o âmbito próprio dos estudos jurídicos dos tributos, embora com esse apresentam afinidades.

Não se contrapõe nenhum obstáculo teórico à constatação de que, entre essas prestações compulsórias de direito público despidas de caráter tributário, inclui-se uma outra: o empréstimo compulsório (art. 18, § 3º). E não está esse empréstimo compulsório revestido de caráter tributário porque em nenhum — em absolutamente nenhum — dispositivo seu, o C. F. lhe atribui o regime jurídico tributário. Limita-se a C. F. a expressar que os empréstimos do art. 18, § 3º serão cabíveis nos casos excepcionais que a lei complementar definir. Não que se lhes explicarão os dispositivos constitucionais relativos aos tributos e às normas gerais de direito tributário. E se a C. F. não lhe atribui esse regime não é lícito ao seu intérprete e aplicador atribuí-lo.

40) A definição, em lei complementar, dos casos excepcionais de cabimento do empréstimo compulsório está constitucionalmente deferida ao Congresso Nacional (C. F., arts. 18, § 1º e 50). Mas, entre outros, na hipótese de exercício destorcido da competência do art. 18, § 3º, ou seja, se a lei complementar definir como caso excepcional, caso, p. ex., apenas especial (art. 21, § 2º, II), tornar-se-á possível o controle jurisdicional do empréstimo, pelas vias que o próprio ordenamento jurídico autorizar.

Por seu turno, a lei ordinária extrairá da lei complementar definidora dos casos excepcionais o seu fundamento imediato de validade, porque o mediato ela o retirará da própria C. F. Por isso, não deverá a lei ordinária estender a exigibilidade do empréstimo para além dos casos em lei complementar definidos como excepcionais.

41) O art. 15 do C.T.N. extrai hoje o seu fundamento de validade do art. 18, § 3º, não do art. 21, § 2º, II da C.F. A vigência do C. T. N. antecedeu à da própria C.F. de 1967, redação original. Entretanto, o elenco de categorias normativas do direito brasileiro não contemplava até então a lei complementar como uma categoria legislativa formalmente autônoma, sobretudo porque distinta da lei ordinária. O C.T.N., nada obstante lei nacional pelo seu âmbito de validade, é simples lei ordinária editada pela União. Não converteu, o advento da Constituição nova, o C.T.N. em lei complementar, como pretende desacertadamente certa doutrina,

CONSTITUCIONALIDADE DO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

que sustenta uma indemonstrada, até porque indemonstrável, "transubstanciação" ou "transformação" do C.T.N., com a vigência da C.F. de 1967. Formalmente uma lei ordinária, o C.T.N. persiste vigorando sob a C.F. de 1969, já que em nada se mostra incompatível com o vigente sistema constitucional tributário.

O que se alterou com a vigência da C.F. de 1969 foi o regime jurídico de revogação do C.T.N. No que efetivamente dispõe sobre normas gerais de direito tributário (art. 18, § 1º) ele somente pode, já agora, ser revogado mediante lei complementar. Vale dizer: a C.F. não transformou o que historicamente aconteceu, em algo acontecido de modo diverso. Não passou a tratar a lei ordinária como se complementar fora. O que efetivamente a C.F. nova alterou foi o regime jurídico da revogação do C.T.N., ao submeter as normas gerais de direito tributário à reserva de lei complementar. Não será por outra razão que, somente por lei complementar, poderá o C.T.N. ser derrogado ou ab-rogado.

42) Mas, o C.T.N. não inclui no seu bojo apenas matérias postas constitucionalmente sob reserva de lei complementar. Dilarga o seu âmbito de validade em hipóteses tais como as referentes às distribuições de receitas tributárias, que são de direito constitucional financeiro (art. 8º, XVII, c) e não tributárias no sentido estrito, que é o da C.F. (art. 18, § 1º). No que não constitui normas gerais de direito tributário, mas apenas normas gerais de direito financeiro, o C.T.N. poderá ser revogado por simples lei ordinária da União. Mais claramente: a reserva de lei complementar não abrange essas matérias, que não são tributárias, mas financeiras. Tal advertência, indispensável à compreensão desse regime normativo, não corresponde contudo à única ilação que poderá legitimamente ser extraída dessa disciplina constitucional.

43) Ela demonstra por si só que pretender atribuir ao empréstimo compulsório do art. 18, § 3º, da C.F. caráter tributário apenas com base no art. 15 do C.T.N. é intuito de antemão destinado ao fracasso. Primeiro, porque não seria pertinente a inversão metodológica que consistiria em extrair da lei infra-ordenada — a lei complementar, C.T.N., art. 15 — o regime jurídico da lei supra-ordenada — a lei constitucional, C.F., art. 18, § 3º. Segundo, porque esse argumento puramente "topográfico", como demonstrado, tem escasso valor metodológico. Não se deve contrapor um simples título, acaso não suficientemente abrangente ("Do Sistema Tributário"), ao regime explícito nos desdobramentos da regência dessa matéria pela C.F. Terceiro, porque o C.T.N. não institui somente normas tributárias. Quarto, porque o C.T.N. antecedeu à vigência da C.F. em vigor e portanto não poderia sequer levar em linha de conta a diversidade do regime jurídico dos arts. 18, § 3º, e 21, § 2º, II, da C.F.

O argumento fundado numa inexistente correlação absoluta entre as normas gerais de direito tributário e o conteúdo todo do C.T.N. perde entretanto qualquer valia quando se considere que este disciplina matérias extratributárias. Vale dizer: não é possível deduzir no da localização do art. 15 do C.T.N., argumento de peso decisivo pelo caráter tributário do empréstimo compulsório nele disciplinado.

44) Nesse ponto, resta entretanto uma indagação, que poderia ser contraposta a essa conclusão parcial. Se assim o é, porque o C.T.N. não disciplina expressamente o empréstimo compulsório do art. 21, § 2º, II da C.F.? A resposta a esta indagação não oferece maiores dificuldades. Ao empréstimo compulsório do art. 21, § 2º, II — di-lo a C.F. — se aplicarão as disposições constitucionais relativas aos tributos e as normas gerais de direito tributário. Assim sendo, aplicam-se-lhe não só o art. 18, § 1º da própria C.F., mas também o C.T.N., que neste se funda. Conseqüentemente, tudo que, no C.T.N., é aplicável aos tributos o será, no que couber, ao empréstimo compulsório do art. 21, § 2º, II. Sobretudo porque a forma mais usual de instituição desse empréstimo será a do adicional aos impostos de competência da União. É então perfeitamente possível à doutrina socorrer-se do C.T.N. para identificar essa dupla — embora inapercebida — regulação do empréstimo compulsório, no contexto das normas gerais que ele institui. O C.T.N. só não dispõe sobre os casos especiais de aplicação do compulsório, que isso a lei complementar, como a de nº 13/72, o fará.

45) Não tem sido bem apercebida uma função técnica que a lei complementar é constitucionalmente convocada a exercer. Mas eventualmente ela corresponde a um expediente, consagrado na C.F., para atenuar a rigidez do sistema constitucional. Vejamo-lo, apenas exemplificativamente.

Essa inadvertida função da lei complementar está bastante clara no art. 62, § 2º do C. F. Veda, esse dispositivo, a vinculação do produto da arrecadação de qualquer tributo a determinado órgão, fundo ou despesa.

A esse princípio, o próprio art. 62, § 2º excetua não só as disposições da própria C.F., mas também as de lei complementar. Aí, a lei complementar claramente abre uma exceção ao princípio da proibição de afetação de receitas tributárias. Note-se bem o grau de indeterminação dessa lei complementar. Total com relação ao seu conteúdo. A vinculação constitucional é formal apenas, ao colocar essa matéria sob regência de lei complementar. Não obstante assegurar aos Estados (art. 23) e aos Municípios (art. 24) uma competência tributária que funciona como um instrumento assim da autonomia estadual (art. 13), como da municipal (art. 15), a C.F. autoriza a União a, mediante lei complementar, expedir normas gerais de direito tributário, cogentes não só para ela, a União, mas também para os Estados e Municípios (art. 18, § 1º). E mais: poderá a União, mediante lei complementar e atendendo ao relevante interesse social ou econômico nacional, estabelecer isenções de impostos estaduais e municipais (art. 19, § 2º). Ora, a lei complementar, ao definir os casos, havidos como "excepcionais", de sujeição ao empréstimo compulsório (art. 18, § 3º), estará, só com isso, abrindo uma exceção ao regime jurídico em princípio contemplado no Capítulo V do Título I da C.F., ou seja, é excepcional o caso, porque está fora do sistema tributário. Mas, excepcionalidade (art. 18, § 3º) é algo intuitivamente diverso da mera especialidade (art. 21, § 2º, II). Sob essa perspectiva, o art. 18, § 3º atua como um instrumento constitucional de atenuação da rigidez do sistema tributário. Deve a matéria do art. 18, § 3º ser veiculada em lei complementar, por isso mesmo que é, nesse sentido, excepcional ("casos excepcionais", insista-se à exaustão, é o que diz a C.F.). Mas, por ser excepcional a hipótese, ela é "limítrofe" no sistema tributário. Daí a razão por que ela está formalmente contemplada no Título V. **Do Sistema Tributário**, da C.F. A sede mais indicada de implantação da norma excepcional é ao lado da norma-princípio.

46) De toda a antecedente exposição, é possível concluir que o empréstimo compulsório é uma categoria constitucional só formalmente unitária. Equivale a dizer que, a essa unidade formal, não corresponde uma identidade de seu regime jurídico material, ou seja, corresponde-lhe, ao contrário, uma irredutível diversidade de regime jurídico material. Nada obstante, há pontos de convergência entre a estruturação constitucional do art. 18, § 3º e a do art. 21, § 2º, II.

A análise jurídica orientar-se-á no sentido da atribuição de unidade conceitual ao empréstimo compulsório quando centrar-se na consideração de que ele é atribuído, pela C.F., exclusivamente à competência legislativa da União. Conseqüência: Estados e Municípios não mais podem instituí-lo. O que aliás demonstra não estar, a competência para instituir empréstimo compulsório, ou seja, para destinar à devolução o produto da sua arrecadação, contida na competência para tributar, havida como um consectário, ingrediente ou componente necessário seu, algo nela deontologicamente implicada, no sentido de que nela estaria abrangido. Descabe portanto sustentar que o poder (competência) de tributar envolve o poder (competência) de destinar o produto da arrecadação tributária à devolução, característica basilar do empréstimo compulsório.

Acresce que, tanto o empréstimo do art. 18, § 3º, quanto o do art. 21, § 2º, II, estão submetidos à reserva de lei complementar, na definição dos casos de seu cabimento. E ainda, como exposto, a outros princípios e normas constitucionais que disciplinam a exigibilidade das prestações compulsórias de direito público pela União (**supra**, item 37). Mas, a privatividade da competência federal e a reserva de lei complementar são apenas requisitos de ordem, por assim dizer, "externa" ao conteúdo do empréstimo compulsório, porque, nessa linguagem metafórica, apenas constituem pressupostos formais para a edição do ato legislativo; não para o seu conteúdo.

47) Quando, no entanto, se fizer presente a advertência de que o regime substancial do art. 18, § 3º não é tributário e o do art. 21, § 2º, II reversamente o é, não poderá deixar de concluir que materialmente o empréstimo compulsório não é uma figura jurídica unitária. Vale dizer: sob um só rótulo, um único **nomen iuris**, a C.F. trata de categoria jurídica submetida a um regime complexo, característica que seguramente resulta da conjugação do art. 18, § 3º com o art. 21, § 2º, II.

48) Cumpre acrescentar uma última conclusão que decorre seguramente de toda a exposição antecedente.

Sustenta-se que a Súmula 418 do S.T.F. está superada pela superveniência da C.F. de 1969. Esse equívoco decorreu, como demonstrado, da transposição, sem respaldo normativo, do regime jurídico aplicável ao art. 21, § 2º, II — tributário — para o art. 18 §, 1º — extratributário. Se o regime do art. 18 § 3º não é tributário, posto de prestação pecuniária compulsória se trate, não há como fugir à conclusão de que a Súmula nº 418 lhe é ainda plenamente aplicável. Noutras palavras: só com relação ao empréstimo do art. 21, § 2º, II é que ela perdeu a aplicabilidade.

VI — O EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO DO ART. 18, § 3º, DA C.F. NÃO ESTÁ SUBMETIDO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ANUALIDADE

49) Conceda-se no entanto, apesar de toda a precedente exposição demonstrar o contrário, e só para efeito de argumentação, que o empréstimo compulsório do dec.-lei nº 1.782/80 fora tributo.

Ainda assim as conseqüências dessa equiparação não seriam as que equivocadamente se pretende, como se verá.

Recorde-se que, no plano constitucional, praticamente todos os princípios e normas aplicáveis aos tributos aplicam-se por igual ao empréstimo do art. 18, § 3º, exceto o princípio da anualidade. Consequentemente, a atribuição indevida de caráter tributário ao dec.-lei nº 1.782/80 apenas introduz, na hipótese, o problema da aplicabilidade ou não da anualidade. Nessa hipótese, o empréstimo compulsório poderia ser havido como um imposto sobre o patrimônio, dado que ele não incide sobre rendimentos, mas apenas sobre ingressos, inclusive as heranças e doações. A implantação constitucional dessa competência seria a cédula residual (arts. 18, § 5º, e 21, § 1º). Na formulação do art. 153, § 29, da C.F., nenhum tributo será cobrado, em cada exercício, sem que a lei que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do exercício financeiro.

Como o exercício financeiro corresponde ao ano civil, esse dispositivo firma o denominado princípio da anterioridade de lei. Para que o tributo seja cobrado, em cada exercício, deve a lei que o houver instituído ou majorado estar em vigor antes de 1º de janeiro de cada ano, termo inicial do exercício financeiro. Assim, tributo instituído ou majorado no decorrer de um certo exercício financeiro só a partir do exercício financeiro subsequente poderá ser cobrado. E não é só a instituição do tributo que deve anteceder ao termo inicial do exercício financeiro imediatamente subsequente. A C.F. exige mais para a cobrança do tributo. É preciso que a lei instituidora esteja em vigor antes do exercício financeiro. Todavia, como esse âmbito material de validade do princípio seria demasiado amplo, obstaculando gravemente a ação de tributar em determinadas hipóteses onde a aplicação dele não encontra campo, a própria C.F. ressalvou, no mesmo dispositivo, as exceções que ele comporta:

a) a tarifa alfandegária e a de transporte;
b) o imposto sobre produtos industrializados e o imposto lançado por motivo de guerra;
c) e demais casos previstos nela, a Constituição.

50) Pressuposto, é claro, o inexistente caráter tributário do empréstimo compulsório, instituído com fundamento nos arts. 18, § 3º, da C.F., e 15 do C.T.N., ter-se-á que a sua cobrança estaria subsumida ao art. 153, § 29, da C.F. Coloca-se então e de imediato a seguinte indagação: estaria esse empréstimo vinculado ao princípio da anterioridade da lei ou às exceções que o art. 153, § 29, contempla? Essa a magna questão a ser enfrentada sob particular aspecto da quaestio iuris analisada. Já aqui cabe a ressalva de que a C.F. não exige, para viabilizar-se a cobrança do tributo em cada exercício, a sua inclusão prévia na lei orçamentária. Limita-se o texto constitucional a prescrever a exigência da anterioridade da lei, coisa bastante diferente, pela diversidade mesma dos efeitos jurídicos que dessa distinção decorrem.

Para logo, adverte-se que somente cabe discutir, na hipótese, a aplicabilidade da ressalva final do art. 153, § 29, "demais casos", previstos na C.F. Quais serão esses casos? Por maior indeterminação conceitual que revista essa expressão, cabe a seguinte ilação, em face dela. Como esses demais casos constituem exceções à aplicação da anualidade, o âmbito material de validade dessa norma excepcional que os abriga funciona como um expediente técnico adotado pela C.F. para limitar o âmbito material de validade do princípio do art. 153, § 29. Deve conseqüentemente o intérprete e o aplicador da C.F. sindicar em quais hipóteses o empréstimo compulsório poderá ser cobrado no curso do exercício dentro do qual fora instituído.

51) Poder-se-á, restringindo o âmbito do princípio e amesquinhando conseqüentemente a exceção, sustentar que os demais casos previstos na C.F. são apenas os expressamente mencionados. Noutras palavras: como não há norma expressa excetuando, em casos que tais, os empréstimos compulsórios, eles estariam integralmente submetidos ao regime tributário, inclusive no tocante à anualidade.

Não assistirá razão a esse entendimento, que não consegue dissimular o seu apriorismo. A questão não se resolve pelo mero recurso à literalidade das fórmulas constitucionais. Há de defluir, solução que venha a ser dada ao problema, da sistemática constitucional. Não esquecer que a eficácia dos princípios e normas constitucionais implícitos, assim considerada a aptidão para produzir efeitos juridicamente vinculantes para o aplicador da Constituição, é idêntica à dos princípios e normas constitucionalmente expressos.

Afirmar portanto que não há uma palavra no texto constitucional que autorize a instituição do empréstimo no curso do exercício não passa de uma afirmação doutrinariamente gratuita. Constituirá um desvio da argumentação expositiva, um hiato lógico, sustentar a aplicabilidade de **todos** os princípios e normas constitucionais ao empréstimo compulsório.

Quando se não pretenda introduzir um preconceito ideológico na análise jurídica da Constituição, dever-se-á atentar que é tão descabido, por via exegética, ampliar contra **legem** a extensão da exceção, com mutilação do âmbito de validade do princípio quanto, inversamente, sacrificar a exceção, dilargando o âmbito material de validade do princípio para além do seu confinamento normativo. Assim sendo, não se deve, por via interpretativa, atribuir ao princípio da anualidade uma extensão tal que converta em terra morta a norma que o excetua, nos "demais casos" constitucionalmente previstos.

Ora, admitido **ad argumentandum** que, tanto o empréstimo compulsório do art. 18, § 3º, quanto o do art. 23, § 2º, II estão submetidos ao regime tributário, interpor-se-á a indagação: se assim o é, e se ambos estão vinculados às disposições constitucionais relativas aos tributos e às normas gerais de direito tributário, por que só com referência ao art. 21, § 2º, II a C.F. expressa esse regime, e reversamente não o faz no art. 18, § 3º? E mais: por que a C.F. atribui a cada um deles, pressupostos diversos, "casos excepcionais" (art. 18, § 3º), "casos especiais" (art. 21, § 2º, II)?

A resposta seria a seguinte. É que, enquanto o caso simplesmente especial, ou seja, apenas particularizante ou específico, não se reveste de nenhuma, digamos, urgência, os casos excepcionais correspondem a uma exigência inteiramente diversa. A tônica na excepcionalidade revela o caráter emergencial e via de regra urgente com que esse empréstimo deverá ser instituído e cobrado. Aos casos especiais aplicam-se, por isso mesmo, todas as disposições constitucionais relativas aos tributos e às normas gerais de direito tributário. Diversamente, aos casos excepcionais, aplicar-se-iam, dada a excepcionalidade mesma com que é instituído o empréstimo, as disposições constitucionais relativas aos tributos e às normas gerais de direito tributário com exceção, no entanto, da anualidade.

Uma disposição constitucional que não é aplicável ao empréstimo do art. 18, § 3º é precisamente o princípio da anualidade. Como admitir que um princípio se aplique a um caso que, pela sua excepcionalidade mesma, não pode ser considerado senão como situado fora do seu âmbito de abrangência? Se a Constituição, como justamente se observou, realisticamente permite o aumento de despesas no decorrer do exercício, há de consentir o aumento de receitas, pena de imprimir-se à execução do orçamento uma tendência inflacionária incontrolável. E, o empréstimo compulsório fundamentado no art. 18, § 3º da C.F. e art. 15, III do C.T.N., não é instituído por outro motivo que não o emergente de uma conjuntura que exige a absorção temporária de poder aquisitivo, algo por definição incompatível com o atributo da anualidade.

52) Mesmo quando se pretenda, contra a C.F., que o empréstimo do seu art. 18, § 3º seria tributo, o caso excepcional definido pelo art. 15, III do C.T.N. mostrar-se-ia incompatível com a aplicação da regra da anualidade, entendida como a simples anterioridade da lei tributária com relação ao exercício em que deva iniciar-se a sua vigência.

Essa previsão do art. 15, III do C.T.N. envolverá uma variada gama de casos que é difícil, se não impossível, prefixar-se. Mas, em todo caso, uma característica comum há de reuni-los numa classe unitária — serão todos urgentes, a exigir medidas imediatas de "enxugamento" do poder de compra, com urgência maior ou menor, na dependência de fatores ligados à maior ou menor gravidade da conjuntura a ser enfrentada. Nesses casos, excepcionais como são, e não especiais, não há como aguardar-se — em homenagem ao sacrossanto princípio da anualidade, que não encontra um altar apropriado para o seu culto na hipótese — o início do subseqüente exercício financeiro para, só então, adotar extemporaneamente medidas restritivas, ou seja, de "enxugamento" — como se diz no jargão econômico — do poder de compra.

53) Por isso, a descrição pela doutrina do ordenamento constitucional tributário vigente não poderia desconsiderar uma ressalva implícita: aplicar-se-ão ao empréstimo compulsório do art. 18, § 3º as disposições constitucionais relativas aos tributos e às normas gerais de direito tributário, apenas "no que couber" e sempre que essa aplicação for viável. Dito noutras palavras: à peculiar estrutura do empréstimo previsto no art. 18, § 3º não convém toda e qualquer norma constitucional relativa à tributação.

Acaso será razoável sustentar que o empréstimo compulsório instituído para enfrentar (sempre uma função extrafiscal) problemas emergentes de guerra externa ou sua iminência, calamidade pública, impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis, ou finalmente uma conjuntura que exija absorção temporária do poder aquisitivo, estará submetido à anualidade? Não será mais ponderado sustentar, como o faz este trabalho, interpretação que preconize o contrário, ou seja, a desvinculação — digamos: ontológica — desses casos à regra da anualidade? Não faz nenhum senso incluir o art. 18, § 3º da C.F. no âmbito material de validade do seu art. 153, § 29, no tocante à anualidade.

54) A análise intra-sistemática da C.F. autorizará ainda outra ordem de considerações, na particular.

Quando o art. 153, § 29 remete o intérprete e aplicador aos demais casos, está-se referindo a hipóteses diversas das exceções à anualidade que ele expressamente abriga. Do contrário, não teria sentido a referência aos demais casos, dado que eles já estariam contidos no art. 153, § 29.

Ora, se o decreto-lei, na sistemática da C.F., somente é cabível nos casos de urgência, di-lo o art. 55, parece solarmente claro que eventualmente a competência para expedi-lo atua como uma exceção constitucional à anualidade. Se a urgência da medida é, ao lado do interesse público relevante, pressuposto constitucional que autoriza a edição do decreto-lei, não poderá a sua vigência estar sempre condicionada ao exercício subseqüente. Na hipótese do dec.-lei nº 1.782/80, ou a absorção temporária de poder aquisitivo é urgente, e nesse caso é constitucional a sua edição, ou não o é. Se urgência inexistisse, não poderia sequer o dec.-lei nº 1.782/80 ter sido instituído. Logo, não haveria como cogitar-se de sua vigência no próximo exercício. Como entretanto a urgência não pode ser descartada, na hipótese — até mesmo porque, em não pequena medida, o Presidente da República é árbitro da sua configuração — ter-se-á que o dec.-lei nº 1.782/80, mesmo visualizado sob óptica tributária, não seria incompatível com o sistema constitucional vigente.

VII — IRRETROATIVIDADE DO DECRETO-LEI Nº 1.782/80

55) Poder-se-á pretender que, recaindo o empréstimo compulsório sobre ingressos isentos, não tributáveis ou tributáveis exclusivamente na fonte, relacionados no Anexo II da declaração de rendimentos de pessoas físicas relativa ao ano-base de 1979, por via de regra já entregue ao fisco, estaria configurada uma hipótese de retroatividade, vedada pelo art. 153, § 3º da C.F., em cujos termos:

> "A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

O argumento poderia ser explicitado pelo seguinte modo: como os rendimentos relacionados no Anexo II eram intributados ou tributados só na fonte, não poderia um tributo superveniente — gravame ou contribuição adicional — apanhá-los. Seria como que uma alteração nas regras do jogo, configurada pela retroatividade do dec.-lei nº 1.782/80.

O argumento supõe, como se vê, o caráter tributário do empréstimo compulsório, do que, consoante se demonstrou, ele não se reveste. Só essa ressalva, bastaria para evidenciar a precariedade dos fundamentos dessa crítica. Contudo, essa ponderação não teria ainda peso decisivo para infirmar a tese da retroatividade do dec.-lei nº 1.782/80, porque a proibição constitucional de retroeficácia não se aplica só à matéria tributária. Impõe-se portanto a complementação dos argumentos que tornam manifesta a irretroatividade do dec.-lei nº 1.782/80.

56) Uma coisa é a declaração de rendimentos intributados ou apenas na fonte tributados. Esta corresponde a algo que se insere no procedimento de lançamento por declaração do imposto de renda. Matéria de direito tributário formal ou administrativo, portanto. Outra, inteiramente diversa, é a instituição de um empréstimo compulsório, tomando como pressuposto o fato da percepção de ingressos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte. De notar-se que o pressuposto do empréstimo, sua hipótese de incidência, não está pelo dec.-lei nº 1.782/80 atrelado à formal discriminação desses ingressos no Anexo II da declaração de rendimentos, nem mesmo ao fato da efetiva entrega desta no prazo legal. Do contrário, incidir-se-ia no absurdo de excluir da exigibilidade compulsória as pessoas físicas que não tivessem cumprido o seu dever legal de apresentar a declaração de rendimentos. Por isso, o empréstimo será devido, com ou sem a efetiva entrega da declaração de rendimentos, relativa ao ano-base de 1979, exercício de 1980.

57) Nada obstante, cabe ressalvar que em virtude do dec.-lei nº 1.782/80, por isso mesmo que ele trata de matéria extratributária, não se passou a tributar rendimentos não tributados, ou a tributar, após a declaração, rendimentos até então tributados exclusivamente na fonte. Tudo isso ficou muito claro, em decorrência da antecedente exposição. São inconfundíveis portanto os pressupostos do empréstimo compulsório e os efeitos da percepção de rendimentos isentos, não tributáveis ou só tributados na fonte, para fins do imposto de renda. Quer-se concluir, em suma, que o dec.-lei nº 1.782/80 não apanhou, no passado, os efeitos da declaração de rendimentos ou da simples percepção de rendimentos, atribuindo-lhe efeitos jurídicos diversos dos que até então lhe eram próprios. Ou seja, não passou, insista-se, a tributar rendimentos até então excluídos da pretensão tributária. Mas, se é assim, o alegado efeito retroativo do dec.-lei nº 1.782/80 se esfuma.

58) Que o dec.-lei nº 1.782/80 não tributou rendimentos até então sobranceiros à pretensão fiscal, é indício até a formulação literal do seu art. 2º, que fala em "ingressos" e não em "rendimentos". Quer-se dizer: o dec.-lei não apanha esses "ingressos" como "rendimentos", precisa e tecnicamente, porque lhes atribui efeitos extratributários. De feito: o termo "ingressos" não tem necessariamente conotação tributária. Esses ingressos são apenas indício da aptidão, para suportá-lo, do patrimônio das pessoas sujeitas ao empréstimo. Tanto que, no âmbito do empréstimo, estão contempladas as heranças e as doações.

59) De notar-se que a C.F., art. 153, § 3º não exclui em caráter absoluto a retroatividade das leis. A vedação constitucional limita-se à retroatividade gravosa ao direito adquirido ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada. Não será por outra razão que, em face do direito brasileiro, poder-se-á discutir até a validade ética ou política das leis retroativas, e mesmo a sua contra-indicação. O que se não poderá negar, sob perspectiva estritamente jurídica e não apenas preconceituosa, será a sua admissibilidade, nos termos restritos do art. 153, § 3º. Mas, que é, a rigor, retroatividade na hipótese em apreço?

60) Diz-se que uma norma jurídica tem efeito retroativo quando o fato a que ela liga uma sanção realizou-se antes e não depois da sua entrada em vigor. O fato passado não era então ilícito, atributo que lhe é a posteriori conferido pela norma superveniente. Ora, na hipótese, a pretensa retroatividade do dec.-lei nº 1.782/80 é, sob esse aspecto, apenas aparente, porque ela não apanha o fato da obtenção dos ingressos que enumera como pressuposto para a aplicação de uma sanção qualquer. Isso nem mesmo os mais empedernidos defensores da tese da retroatividade do dec.-lei nº 1.782/80 conseguem sustentar. Nem, muito menos, atribuir o fato realizado no passado — relevante para efeitos tributários — um significado normativo diverso, ou seja, um efeito jurídico incompatível com a eficácia anterior desses fatos. Não, e toda a demonstração antecedente o comprova fartamente. Alcançou apenas um fato retrospectivo formalmente diverso — e para o direito não no fato natural bruto ou em si, só o fato juridicamente qualificado importa — atribuindo-lhe efeitos prospectivos inconfundíveis.

E, a retroatividade não se configura tanto pela circunstância de a lei erigir em hipótese de incidência uma situação retrospectiva, senão pela atribuição de efeitos jurídicos retrooperantes em decorrência dessa situação pretérita. Ao contrário, nada impede, observado o disposto no art. 153, § 3º da C.F., venha a lei a apanhar um fato acontecido no passado, atribuindo-lhe para o futuro efeitos jurídicos específicos. É tão-só o que ocorre na hipótese.

61) Os efeitos do dec-lei nº 1.782/80 não se projetam no passado, mas no futuro. A tanto equivale afirmar que, dada a percepção dos ingressos por ele alcançados no ano-base de 1979, deve o prestamista pagar o empréstimo a partir de 1º de julho de 1980 (art. 4º). A eficácia do dec.-lei nº 1.782/80 não é sequer contemporânea à sua vigência. A sua cobrança deverá iniciar-se a partir de 1º de julho do corrente ano (art. 4º). A sua execução depende parcialmente de atos baixados pelo Secretário da Receita Federal, posteriormente ao termo inicial de sua vigência (art. 7º). Tudo isso é incompatível com a inexistente atribuição de efeitos retrooperantes ao dec.-lei nº 1.782/80. Ora, o fato a que o dec.-lei nº 1.782/80 liga uma sanção é um fato futuro: a não realização de qualquer parcela do empréstimo nos prazos nele fixados (art. 8º). Não há pois, na hipótese, como cogitar-se razoavelmente de retroatividade do dec.-lei nº 1.782/80.

Como se vê, o que os defensores da tese da retroatividade do dec.-lei nº 1.782/80 pretendem é enxertar, no rol de inexistentes efeitos retroativos, efeitos desse diploma normativo que sequer podem ser considerados efeitos presentes, porque são inequivocamente efeitos que se realizarão no futuro.

Não usurpa, portanto, o dec. lei nº 1.782/80 o âmbito de validade da legislação do imposto de renda que já incidiu no tempo, porque lhe não atribui efeito diverso. Trata desenganadamente de matéria diversa. Nada obsta a que a lei nova adote como hipótese de incidência um fato pretérito. O que se veda é a sua retroeficácia — inexistente na hipótese — contra o teor do art. 153, § 3º, da C.F. Noutras palavras: o dec.-lei nº 1.782/80 não prejudica direito adquirido, ato jurídico perfeito ou coisa julgada, pressupostos constitucionalmente indeclináveis para a aplicação da proibição de leis retroativas. Aliás, esses ingressos objeto do empréstimo são, tão-só e como já dito, indício de aptidão patrimonial para suportá-lo.

VIII - O DECRETO-LEI SOBRE MATÉRIA FINANCEIRA E SUA FUNÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

62) O empréstimo compulsório do dec.-lei nº 1.782/80 não está submetido a regime constitucional tributário, mas ao regime constitucional financeiro.

Como se trata de uma prestação pecuniária compulsória, a matéria estará submissa ao princípio geral de legalidade, C.F., art. 153, § 2º:

> "Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

Também é posto o direito da segurança nacional sob reserva de lei pelo art. 86 da C.F., in verbis:

> "Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei".

Como afirmado, a eficácia jurídica da norma excepcional consiste precisamente em bloquear a extensão do princípio. Mais rigorosamente entretanto: a exceção atua como um expediente técnico, contemplado pelo próprio sistema constitucional, para delimitar o âmbito de validade do princípio. No tocante às exceções ao princípio genérico da reserva de lei, a simetria entre as normas financeiras e as relativas à segurança nacional é tecnicamente perfeita. Nada obstante, a competência presidencial para expedir decretos-leis sobre essa matéria é caracterizada como excepcional na Constituição.

63) No que interessa a este trabalho, dispõe o art. 55 da C.F. sobre a competência presidencial para expedir decretos-leis, nos seguintes termos:

> "O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não haja aumento de despesa, poderá expedir decretos-leis sobre as seguintes matérias:
> I — Segurança nacional;
> II — finanças públicas, inclusive normas tributárias".

Para logo, deve atentar-se que o art. 55, II, coerente com a distinção formalmente contemplada na própria C.F. entre normas gerais de direito financeiro (art. 8º, XVII, c) e normas gerais de direito tributário (art. 18, § 1º) distingue ele próprio a competência para instituir decretos-leis sobre normas de direito financeiro ("finanças públicas") das normas tributárias ("inclusive normas tributárias").

A expressão "finanças públicas", inserta no art. 55, II, corresponde tão-só a uma fórmula constitucional adotada **brevitatis causa** para designar as normas que disciplinam toda a atividade financeira estatal, exceto as normas tributárias, formalmente delas apartadas pela Constituição. Assim, em termos constitucionais, o direito financeiro não inclui a regulação jurídica de toda a atividade financeira, porque no seu âmbito não se adentram as normas tributárias.

Não há como facilmente negar-se atenda o dec.-lei nº 1.782/ 80 ao pressuposto do interesse público relevante. Todavia, sob esse prisma, poderá localizar-se, na hipótese, a urgência, que também é constitucionalmente pressuposta, para as exceções à legalidade?

64) Respeitável doutrina, construída sob a C.F. de 1967, redação original, pretende que, sendo a interpretação da competência presidencial estritíssima, só existe a urgência a que refere o art. 58, **caput** da C.F. de 1967, hoje art. 55, **caput**, na redação da Emenda nº 1, de 1969, quando a ordenação financeira seja necessária em prazo inferior a quarenta dias. Porque, se a questão pudesse ser resolvida por lei, em regime de urgência, no prazo de quarenta dias (C.F. de 1967, art. 54, § 3º; Emenda nº 1, de 1969, art. 51, § 2º) não caberia a medida excepcional do decreto-lei.

A essa argumentação impressionante, não há como opor-se, em linha teórica, qualquer contradita, até porque ela prestigia o princípio constitucional da legalidade, na pureza com que foi erigido pelo legislador constituinte.

A invocação da urgência com desconsideração dessas restrições importaria, sem dúvida, em fraude à C.F., com a dilação pela via da legislação integrativa, de uma competência constitucional restritivamente outorgada. Teria entretanto o dec.-lei nº 1.782/80 infringido essa sistemática?

Não parece razoável supor uma resposta afirmativa.

O dec.-lei nº 1.782 é datado do dia 16.04.80, para vigência imediata. Mas, já a partir de 1º de julho do ano em curso (art. 4º), o empréstimo deverá ser realizado. Antes disso, não só as pessoas físicas alcançadas pelo empréstimo deveriam ter conhecimento, com uma antecedência razoável, da prestação que lhes viria a ser exigida, para evitar os contratempos da surpresa, mas também o próprio Secretário da Receita Federal deveria praticar os atos necessários à execução do dec.-lei nº 1.782/80. É certo entretanto que não poderia ser necessariamente havido o dia 16 de abril, data em que foi assinado o decreto-lei, como o termo inicial do prazo estabelecido para que o Congresso Nacional apreciasse a matéria (C.F., art 51, § 2º), porque este prazo somente começaria a fluir após o recebimento da mensagem presidencial.

Entre a remessa do projeto e o seu recebimento poderia mediar um certo trato de tempo menor ou superior a um dia. Admita-se entretanto que, no mesmo dia do envio, 16/04, o Congresso Nacional tivesse recebido a mensagem. Assim sendo, o prazo de apreciação — afastada a regra do cômputo de prazo com exclusão do termo inicial e feita a contagem dia a dia — somente se esgotaria aos 25/05/80. Entre 26/05 e 1º de julho, teria o executivo de baixar os atos necessários à execução do dec.-lei nº 1.782/80 e teriam as pessoas físicas de preparar-se para efetuar o pagamento. É sem dúvida impraticável comprovar se esse último período seria necessário ou prescindível para a execução das normas sobre o empréstimo. O problema não consiste tanto em saber se é juridicamente correto o critério para a configuração da urgência acima preconizada, senão na sua praticabilidade, ou seja, sobre a sua aplicação à hipótese em análise. Mas, se alguma dúvida houvera sobre as dificuldades de sua aplicação in **casu**, esta estaria espancada com a superveniência do recentíssimo dec.-lei nº 1.790, de 09.06.80, que, entre outras medidas, introduz modificações no dec.-lei nº 1.782/80.

65) Pelo art. 5º do dec.-lei nº 1.790/80, são introduzidas as seguintes alterações no dec.-lei nº 1.782/80:

> I — fica acrescentado ao artigo 2º o seguinte parágrafo:
> "Parágrafo único. São excluídos dos ingressos a que se refere este artigo os valores correspondentes aos bens sobre os quais recaia direito de usufruto, uso ou habitação";
> II — ficam acrescentados ao artigo 3º os seguintes parágrafos:
> 1º. Em nenhum caso, o valor do empréstimo poderá ultrapassar o limite máximo de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido do mutuante.
> 2º. Para os efeitos deste Decreto-lei, presume-se como patrimônio líquido a diferença entre o valor total dos bens e dos créditos do mutuante e o valor total das suas dívidas, conforme apuração feita na declaração de bens correspondente ao exercício financeiro de 1979, para fins de imposto de renda";
> III — o artigo 6º passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 6º. O empréstimo será restituído em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, a partir de julho de 1982, atualizado monetariamente segundo a variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e acrescido de juros de 3% (três por cento) ao ano.
> Parágrafo único. É facultado ao mutuante compensar, depois do vencimento de cada parcela, o valor desta com o valor de imposto por ele devido à União, nos exercícios financeiros de 1982 e 1983".

Finalmente, o dec.-lei nº 1.790/80 autoriza o Ministro da Fazenda a baixar instruções necessárias à sua execução. É evidente que o art. 55, caput, in fine, da C.F. estabelece um prazo para a apreciação da matéria toda do empréstimo e não de cada decreto-lei, isoladamente considerado, que sobre ele dispõe. E, como, entre 09 de junho, data de expedição do dec.-lei nº 1.790/80, e 1º de julho era impraticável a apreciação dessa matéria pelo Congresso Nacional, para vigência a partir dessa última data, a aplicabilidade do art. 51, § 2º, da C.F. à hipótese perdeu qualquer oportunidade. Inconstitucionais seriam os decs.-leis nºs 1.782 e 1.790 se a sua vigência pudesse ser protraída até o próximo exercício, porque aí então o pressuposto da urgência estaria descaracterizado.

66) E, nada obstante a altíssima respeitabilidade teórica da doutrina acima exposta, o egrégio S.T.F., pela sua Primeira Turma, aplicou a C.F. adotando uma alternativa de interpretação diversa, no RE 74.096-SP, relator Ministro Oswaldo Trigueiro:

> "Os pressupostos de urgência e relevante interesse público escapam ao controle do Poder Judiciário" (RTJ, 62/821).

Essa decisão do S.T.F. faz referência ao acórdão proferido pelo S.T.F. no RE 62.739, onde se decidiu:

> "A apreciação dos casos de "urgência" ou de "interesse público relevante", a que se refere o art. 58 da Constituição de 1967, assume caráter político e está entregue ao discricionarismo dos juízos de oportunidade ou de valor do Presidente da República, ressalvada a opinião contrária e também discricionária do Congresso" (RTJ, 44/54).

Quaisquer que sejam as críticas que acaso se lhes poderia oferecer, essas decisões, ao contrário de uma simples opinião doutrinária, penetram no sistema jurídico como normas individuais e concretas — algo portanto que o inova. Não podem então ser desconsiderados pelo intérprete e aplicador da ordem jurídica. Porque o ordenamento jurídico não é constituído só pelas normas gerais e abstratas, mas também pelas normas individuais e concretas.

67) Não deve, enfim, passar despercebido que, **ex vi** do art. 5º, II do dec.-lei nº 1.790/80, os ingressos referidos no art. 2º do dec.-lei nº 1.782/80 configuram apenas uma presunção do patrimônio líquido do por ele denominado mutuante. E, se, além disso, ele estabelece como teto 3% do valor desse patrimônio líquido, é porque não se confunde com uma tributação sobre a renda. Essa característica do empréstimo ficou muito claramente explicitada com o advento do dec.-lei nº 1.790/80 e da presunção que ele expressamente contempla.

Todas essas considerações antecedentes — que estão longe de esgotar a riquíssima categoria jurídica do empréstimo compulsório — foram expendidas em caráter de absoluta urgência, porque já se inicia a aplicação concreta das normas que, na hipótese, a instituíram.

Todavia, em decorrência delas, impõe-se uma única conclusão: o empréstimo compulsório instituído pelo dec.-lei nº 1.782/80, com as alterações do dec.-lei nº 1.790/80, não está sujeito ao regime constitucional tributário e em nada ofende aos critérios constitucionais que presidem a instituição de prestações compulsórias de direito público, formal e materialmente inconfundíveis com os tributos.

Recife, 17 de junho de 1980.

José Souto Maior Borges
Advogado
OAB-PE 2317

Informe Econômico

A favor do imposto

O empresário Olavo Monteiro de Carvalho, presidente do Grupo Monteiro Aranha e um dos 30 mil contribuintes atingidos pelo empréstimo compulsório de 10% sobre os rendimentos não tributáveis acima de Cr$ 4 milhões, considera "socialmente justo" a criação do Imposto sobre Ganhos de Capital.

Ele não concorda, porém, com a legalidade ao empréstimo compulsório, especialmente na sua primeira versão (sem correção monetária para a devolução). Ainda que entenda a necessidade do Governo em criá-lo, como de taxar os dividendos distribuídos na fonte, para fazer frente às suas necessidades de caixa, que — a seu ver — não podem ser cobradas das demais camadas da população.

Monteiro de Carvalho admite que os empresários poderão encontrar maiores dificuldades para o financiamento de seus negócios com a maior tributação. Mas, acredita que tal situação seja temporária e possa ser superada — inclusive com um imposto sobre ganhos de capital — tão logo a situação econômica caminhe para maior normalidade.

Mesmo reconhecendo que a nova redação do empréstimo compulsório oferece um retorno, ao fim de 12 meses, idêntico ao rendimento das cadernetas de poupança acima de 2 mil UPCs (Cr$ 1 milhão 93 mil, atualmente) acha o novo texto punitivo: "porque se eu pudesse dispor do dinheiro, não aplicá-lo-ia jamais em cadernetas de poupança, porque teria outras opções para evitar que a inflação o corroesse".

Na berlinda

De um documento da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, cujo superintendente de pesquisas é o economista Roberto Fendt Jr., sobre política monetária:

"Há fortes razões técnicas em favor de uma reforma institucional que permita separar a política de fomento (pertinente ao Banco do Brasil) da política monetária (concernente ao Banco Central).

O atual sistema de autoridades monetárias resulta em descontrole monetário porque força emissões de base pelo Banco Central:

(I) diretamente, devido às funções de fomento, quando a expansão dos Fundos e Programas que administra não é suficiente;

(II) indiretamente, quando a expansão de crédito pelo Banco do Brasil exige recursos extra-orçamentários através de sua Conta de Movimento com o Banco Central.

Um exemplo recente é dado pelo III PND, elaborado em 79, determinando prioridades sem especificar mecanismos não inflacionários de financiamento."

Mais adiante, conclui o documento: "Os empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado constituíram-se no maior fator de expansão da base monetária em 79; o maior fator de expansão desses empréstimos, em valor absoluto e taxa de crescimento, foi o crédito à agricultura".

Só uma vez

Quem ler o relatório das atividades do Sistema BNDE, divulgado esta semana, só encontrará uma breve referência, na página 64, à fiação e tecelagem Lutfalla, no capítulo da Carteira de Participações Societárias, mas sem maiores explicações ou dados econômicos.

O BNDE já terminou a avaliação dos bens dos Lutfalla, que foram confiscados pelo Governo Geisel. Mas, até o momento não adotou nenhuma medida.

Novo plano

O plano da safra 80/81 de açúcar e álcool deverá ser conhecido esta semana. A expectativa é que a produção de álcool aumente de 3 bilhões 800 milhões de litros na safra 79/80 para 4 bilhões 100 milhões na safra 80/81. Também a produção de açúcar deverá elevar-se para 7 milhões 800 toneladas, o que equivale a 156 milhões de sacas de 50 quilos.

Recorde

Em maio, o Brasil bateu o recorde na produção de carros a álcool, fabricando 11 mil unidades num só mês. A produção de junho deverá chegar a 20 mil unidades. E, por falar em álcool, os fabricantes do produto estão pedindo ao Governo a criação do sistema de warrantagem na comercialização, porque não consideram justo que mantenham estoques nas destilarias para as distribuidoras, sem receberem nada por isso. Querem pagamento antecipado para se manterem capitalizados.

Campeã em prejuízos

A Chrysler norte-americana foi agraciada pela revista Fortune *com o título de campeã em perdas. A empresa não registrou prejuízos só em 1978 e 1979, mas também em 1974, quando perdeu 52 milhões 100 mil dólares, e em 1958, quando teve prejuízo de 33 milhões 800 mil dólares.*

■ ■ ■

Em 1978, os prejuízos da Chrysler foram de 204 milhões 600 mil dólares e em 1979 ultrapassaram a barreira do bilhão de dólares: 1 bilhão 97 milhões de dólares.

Fiscalização

Prosseguindo no programa de fazer a Receita Federal perenizar pelos Estados, na terça-feira o órgão será instalado em Belo Horizonte. Serão realizadas, então, operações especiais de fiscalização da arrecadação dos tributos federais em Minas.

Governo permite que BB supere limite de crédito no Nordeste

Recife — Informou ontem o Governador Marco Maciel que a Região Nordeste acaba de ser excluída da fixação do limite máximo de 50% para as operações de incremento do preço mínimo e de reaplicação de recursos, efetuadas pelo Banco do Brasil, por determinação do Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas.

Disse ainda que o limite para estas operações foi fixado em 100% para as médias e pequenas empresas, e em 75% para as empresas de grande porte na região.

A expansão do limite de crédito nas operações do Banco do Brasil no Nordeste foi vigorosamente solicitada, em meados deste mês, pelos empresários, que enviaram ao Ministro da Fazenda e ao presidente do Banco do Brasil mensagens alertando para os prejuízos que a medida acarretaria à indústria do Estado, com pesados reflexos em sua economia.

No Nordeste, as aplicações do Banco do Brasil representam 60% do total das aplicações, e não existem outras opções "em face da fragilidade da rede bancária estadual", afirma o telex enviado ao Ministro Ernane Galvêas, assinado pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco e mais 16 sindicatos das classes produtoras.

O presidente do Sindicato da Indústria Açucareira, Gilson Machado, alertou o presidente do Banco do Brasil para o fato de que "a ausência de solução para nossas reivindicações trará imprevisíveis reflexos na esfera social do Estado, sobre as quais os produtores açucareiros se eximirão de qualquer responsabilidade."

Investimentos estatais evitaram que país já vivesse em recessão

São Paulo — Se o nível de investimentos das empresas estatais não fosse mantido elevado nos últimos anos, a economia brasileira já estaria passando por uma recessão aguda, declarou ontem o professor da Unicamp (Universidade de Campinas), Luciano Coutinho.

No período de 1976 a 1979, os investimentos do setor produtivo estatal — formado pela Eletrobrás (inclusive Itaipu), Petrobrás, Siderbrás, CVRD e Nuclebrás — aumentaram em termos reais 55,30%, passando de Cr$ 90 bilhões 600 milhões para Cr$ 140 bilhões 600 milhões. As taxas de crescimento da formação bruta de capital dos setores privado e produtivo estatal, nos últimos anos, foram respectivamente: 1975, 5,3% e 18%; 1976, 5,7% e 9,7%; 1977, 1,5% e 15%; 1978, 4% e 10,5%. Esses dados foram levantados no trabalho sobre **Investimento Empresarial do Estado e Crise: 1974-1980**, elaborado pelo pesquisador Henri Philipp Reichstul, da **FIPE**, em conjunto com o professor Luciano Coutinho.

Corte

Para o professor da Unicamp, o corte determinado nos investimentos das empresas estatais pelo Governo foi significativo, devendo suas aplicações este ano diminuir em termos reais, no mínimo, cerca de 20% em relação a 1979. O impacto desse corte sobre a economia dependerá basicamente de sua distribuição pelas empresas entre os mercados interno e externo. O efeito, observou, será menor quanto maior for a parcela do corte que recair sobre as compras externas.

O estudo assinala que a política econômica estiolou-se, entre 1974 e 1978, na tentativa de conjugar objetivos inconciliáveis. Na primeira fase, entre 1974 e 1976, projetou-se, através do 2º PND, um padão de expansão para sustentar taxas de crescimentos elevadas, ao mesmo tempo que se tentava reverter a aceleração da inflação e conter do déficit do balanço de pagamentos. Assim, havia uma contradição entre a política de gasto público, ambiciosa e expansionista, e a política de crédito e financiamento, que deveria perseguir objetivos contencionistas.

"O PND" — assinala — "deveria ser implementado a todo vapor e vários projetos megalômanos foram ativados simultaneamente através das empresas estatais. Além disso, o CDI e BNDE aprovaram grande número de empreendimentos privados nos setores prioritários de insumos e bens de capital e o controle do crédito foi afrouxado.

Somente em 1975, percebendo que a retomada do crescimento implicaria deterioração ainda mais acentuada do déficit em conta corrente e que o financiamento externo poderia torna-se restritivo, o Governo tomou medidas como a imposição do depósito compulsório sobre importações, abertura de contratos de risco e o lançamento do Proálcool".

A incongruência dos objetivos, implícita na política econômica em meio a uma recessão mundial, assinalaram, ficou evidente. O Governo passou a ser pressionado por uma das mais intensas e virulentas controvérsias sobre o papel do Estado e das empresas estatais pela iniciativa privada e respondeu com uma série de medidas: estabeleceu o Imposto de Renda para elas, proibiu a criação de novas subsidiárias sem aprovação presidencial, limitou seu acesso à Bolsa e cerceou suas atividades financeiras no mercado aberto. Na primeira metade de 1976, no entanto, o crescimento industrial foi firmemente reativado, o setor privado continuou o investimento e as empresas estatais efetuaram grandes dispêndios, pois estavam em plena execução alguns projetos de grande porte.

Simonsen

O fortalecimento progressivo do setor responsável pela política de financiamento e crédito paralelamente ao enfraquecimento dos responsáveis pelo 2º PND (respectivamente, os Ministros Simonsen e Velloso) levou à articulação de uma política contencionista, Nesse sentido, o Governo começou a comprimir o crédito, com a elevação da taxa de juros e tentou controlar o gasto público. Mas, para corrigir os desequilíbrios do financiamento externo, recompor o nível das reservas e racionalizar o perfil da amortização da dívida junto a credores estrangeiros, passou a instar as empresas estatais a tomarem recursos no exterior.

Segundo o estudo, a forte elevação das taxas de juros no mercado interno, associada à entrada cada vez mais intensa de empréstimos externos, obrigou o Governo a financiar a conversão do saldo de recursos que entravam no país a um custo extremamente alto.

Do lado do gasto e do investimento públicos, as repetidas tentativas de impor cortes e controles mais rígidos foi sendo derrotada pela necessidade de utilizar as empresas estatais, especialmente a partir de 78, como tomadoras de recursos em grande escala no mercado de euromoedas. O Governo passou a controlar, desde 1976, os aumentos de preços e tarifas públicas, levando-as a se deteriorarem sensivelmente. Com isso, murchou a capacidade interna de autofinanciamento dessas empresas. Posteriormente, em fins de 78, foram impostos limites ainda maiores às suas operações internas de crédito, forçando as empresas a procurarem o mercado internacional. Assim, a partir de 1977, verifica-se um crescimento espetacular do endividamento externo das empresas estatais, aproveitando-se as boas condições de liquidez do euromercado, para esticar os termos e condições do cronograma de amortização. Apenas a Eletrobrás elevou sua dívida no exterior de 1 bilhão 600 milhões de dólares para 6 bilhões 700 milhões de dólares entre 77 e 79.

Delfim

A política corretiva de preços e tarifas implementada pelo Ministro Delfim Neto, segundo o professor Luciano Coutinho, corrigiu essa distorção, diminuindo a necessidade de empréstimos externos das empresas estatais. A seu ver, as medidas tomadas pelo atual Ministro do Planejamento são suficientes para desaquecer a economia, facilitando o combate à inflação.

O professor da Unicamp destacou que uma redução maior nos investimentos levaria à recessão, que, além de ser indesejada do ponto-de-vista social, provocaria aumento da inflação num primeiro momento. Lembrou que em países como o Chile e a Argentina, onde essa terapia foi aplicada, a expansão dos preços atingiu níveis insuportáveis, com conseqüências sociais desastrosas. E recuperar o controle dessas economias, agora, está sendo extremamente difícil.

Telebrás pedirá US$ 250 milhões no euromercado

Brasília — O diretor econômico-financeiro da Telebrás, Paulo Eduardo Tassano Sigaud, confirmou que a empresa pretende levantar um empréstimo financeiro de 250 milhões de dólares no euromercado. Ressaltou, porém, que o Banco Central é quem vai decidir a oportunidade da realização dessa operação financeira e que, dessa forma, ele não saberia informar quando a Telebrás iria ao euromercado, embora tenha interesse de fazê-lo "o mais rápido possível".

O diretor da Telebrás confirmou, também, que a empresa tem interesse em entrar no mercado internacional de bônus, mas aguarda "sinal verde" das autoridades financeiras brasileiras. Os bancos mundiais, segundo afirmou, consideram o nome da Telebras muito bom para entrar no mercado mundial de bônus, onde, até o momento, apenas sete empresas, entre as quais a Eletrobrás, Vale do Rio Doce, Petrobras e BNDE se lançaram.

INVESTIMENTOS

Com relação à redução nos investimentos das empresas estatais, o Sr Paulo Eduardo Tassano Sigaud disse que os dispêndios globais da Telebras, para este ano, estavam estimados em Cr$ 159 bilhões 704 milhões, e os investimentos em Cr$ 57 bilhões, com o que haverá um corte de Cr$ 8 bilhões 643 milhões. "Com esse corte, portanto, vamos rever a programação, principalmente as operações de créditos no exterior".

Estatais têm crédito especial através da 63

Os bancos de investimento, atendendo a uma norma não escrita do Banco Central, estão concedendo facilidades especiais para a obtenção de empréstimos externos pelas empresas estatais, através da Resolução 63 — na qual os financiamentos são contratados pelos bancos brasileiros no mercado externo e repassados às empresas, que não têm contato com o exterior.

As facilidades especiais permitem que os bancos ultrapassem, nessas operações, o limite máximo de risco por cliente, determinado atualmente pelo Banco Central em 5% do volume global da carteira de empréstimos do banco. E isentam os financiamentos da liberação parcelada dos recursos pelo Banco Central, que, numa operação normal de 63, permite a retirada do financiamento em quatro parcelas, ao percentual de 25%, durante 120 dias.

Elas foram aprovadas em duas decisões do Conselho Monetário Nacional, em abril, segundo informou o diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, e transmitidas como instruções aos bancos de investimento. As operações especiais pela Resolução 63 estão sendo realizadas com empresas estatais especificamente autorizadas pelo Banco Central, como consta da carta enviada pela Anbid (Associação Nacional dos Bancos de Investimento) ao diretor do BC, no final de maio.

O Sr Madeira Serrano explicou que, até março, a captação de recursos externos através da 63 foi muito reduzida, atingindo apenas cerca de 550 milhões de dólares. Mas, com a maior participação do setor público nos meses de maio e junho, o volume de recursos captados já atingiu 1 bilhão 600 milhões de dólares. E afirmou que o setor público teve que ser acionado, pois as empresas privadas estão muito retraídas com as operações 63, temendo nova maxi-desvalorização cambial.

Na sua opinião, a permissão para que os bancos de investimento ultrapassem, com as operações especiais, o limite máximo de risco por cliente não afetará o setor bancário, pois as empresas estatais "não significam um risco para o setor privado, já que há sempre a possibilidade da garantia do Tesouro Nacional, em caso de eventuais dificuldades".

Em sua carta, a Anbid informou ao diretor do BC que, "atendendo convocação especial do Governo", os bancos já estavam realizando as operações especiais com as empresas estatais, que gozam de cinco isenções, como a permissão para que o limite máximo de risco por cliente determinado pelo Manual de Normas e Instruções do Banco Central seja ultrapassado, além do limite máximo de 50% da carteira de empréstimos dos bancos, para o total dos créditos a entidades oficiais e empresas sob controle estrangeiro, fixado pela Resolução 521, do Banco Central.

É permitido, também, que a liberação de eventuais depósitos voluntários dos recursos, obtidos com as operações especiais no Banco Central, não estará sujeita à sistemática prevista na Resolução 589, de dezembro do ano passado. E não são aplicados a esses recursos as disposições da Resolução 595, de janeiro de 80, a qual prevê a constituição de um depósito compulsório, no BC, de 75% do contravalor do empréstimo externo, e estabelece um cronograma para a liberação parcelada dos recursos recolhidos.

E, finalmente, a carta destaca que "quando a operação especial de crédito à entidade governamental autorizada for efetuada pelo prazo total da operação de crédito externo realizada para tal fim, ela não será computada para efeito da apuração da utilização do limite operacional global referido na Resolução 489, do Banco Central, de abril de 1978".

Essas facilidades especiais foram concedidas, inclusive, por sugestão dos próprios bancos de investimento, como já havia informado o presidente do conselho técnico da Anbid e diretor do Banco Aymoré, Ary Waddington, que destacou que os bancos procuraram atender à "convocação geral do Governo para que seja feito um esforço nacional, com o objetivo de vencer o desequilíbrio no balanço de pagamentos".

Ele explicou que as vantagens foram concedidas às empresas estatais porque elas participam da maior parte do PNB (Produto Nacional Bruto) junto com as empresas estrangeiras. E além disso, destacou que as empresas privadas nacionais preferem não tomar empréstimos pela Resolução 63, evitando riscos com os quais não estão acostumadas a conviver, como o da variação cambial.

O presidente do conselho técnico da Anbid frisou, no entanto, que as empresas privadas nacionais que procurarem os bancos, para operações através da 63, terão seus recursos garantidos. "Mas elas não querem", disse, "e mesmo se todas quisessem, o volume não seria suficiente para atender as necessidades do país".

Na verdade, apesar do pequeno aumento na captação de recursos externos pelos bancos de investimento, nos primeiros três meses do ano, eles ainda mantinham sobras de caixa, necessitando de tomadores para os recursos. Até março, segundo as últimas estatísticas da Anbid, a captação acumulada no mercado externo atingiu Cr$ 98,6 bilhões, mas os repasses ao mercado interno somaram apenas Cr$ 80,5 bilhões.

Inflação até maio é empurrada apenas por 20 produtos

Vinte produtos que compõem o Índice de Preços por Atacado foram responsáveis por cerca de 70% da variação deste índice no período de maio de 1979 a maio de 1980 e de 42% da inflação, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas — Ibre. Petróleo e derivados, produtos siderúrgicos, feijão e leite exerceram forte influência na alta de 102,5% dos preços por atacado em 12 meses.

Por causa dessas pressões, o Índice de Preços por Atacado (IPA), que tem peso 6 na composição do Índice Geral de Preços, contribuiu com 61,5% da inflação de maio de 79 a maio deste ano, que atingiu 94,7%.

O Índice de Custo de Vida no Rio, com peso 3 no cálculo do IGP, participou com 24,6% no total da inflação. E o Índice de Custo da Construção Civil no Rio, com peso 1, entrou com 8,6% na soma que elevou a inflação anual a 94,7%.

A alta do custo de vida de 81,8% em 12 meses foi pressionada, principalmente, pelos aumentos em carnes frescas, hortaliças e legumes, produtos de farinha, aluguel, fumo e tarifas de ônibus. No IPA, destacam-se, além de petróleo e derivados, feijão e leite, outros itens, como a soja, fios e tecidos, batata inglesa, arroz, ovos e cigarros.

A influência dos produtos vincula-se a seu peso na composição dos índices. Na prática, porém, os produtos com maiores variações de preços entre maio de 1979 e maio de 1980 nem sempre correspondem aos que sofreram maior aumento do período. Assim, entre os produtos que integram o IPA, a erva-doce (385%), a farinha de mandioca (290%) e o limão (276%) lideraram as altas.

No custo de vida, os maiores aumentos incidiram sobre costela, peito, hortaliças e legumes, jóias e bijuterias, querosene, ônibus, manutenção de veículos e serviços de barbeiro e cabeleireiro. O Ibre considera imprecisas as comparações dos números atuais com os de 1964, porque a estrutura dos índices é bastante diferente. Afinal, se considerado o custo de vida, as mulheres já abandonaram os conjuntos de jérsei, a televisão substituiu o cinema, e a nova geração não sabe o que é lotação.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

Itens que Mais Influenciaram o Índice, entre maio de 1979 e maio de 1980

Itens	Influência s/o Índice (%)
Alimentação	38,0
Carnes Frescas	8,5
Hortaliças e Legumes	3,8
Produtos de Farinha	3,8
Alimentação fora de casa	3,3
Leite	2,3
Feijão	2,3
Arroz	1,7
Vestuário	1,4
Habitação	9,2
Aluguel	5,1
Artigos de Residência	6,6
TV e Rádio	1,6
Eletrodomésticos	1,1
Assistência à Saúde e Higiene	3,2
Serviços Pessoais	14,1
Fumo	3,4
Barbeiro e Cabeleleiro	2,2
Manutenção de Veículo Próprio	2,1
Serviços Públicos	9,3
Ônibus	6,5
Luz	1,6

ÍNDICES DE PREÇOS POR ATACADO

Itens de maior influência na variação Maio de 1979 a maio de 1980

Itens	Influência sobre o índice (%)
Petróleo e Derivados	18,3
Produtos Siderúrgicos	4,9
Feijão	4,9
Produtos Químicos (exceto derivados diretos de petróleo, adubos e tintas)	4,0
Leite	3,9
Soja	3,8
Fios e Tecidos	3,7
Madeira	3,5
Milho	3,2
Adubos e Fertilizantes	2,9
Carne Bovina	2,9
Cobre e Fios de Cobre	2,4
Materiais de Construção (exclusive siderúrgicos, cobre, madeira e asfalto)	2,4
Batata-inglesa	2,3
Veículos	2,0
Arroz Beneficiado	2,0
Papel e Papelão	1,3
Ovos	1,1
Cigarros	1,0
Mandioca	1,0

O alto peso do petróleo

O levantamento do Ibre constata que a variação de 102,5% do Índice de Preços por Atacado, no conceito de disponibilidade interna, teve origem principalmente no aumento de petróleo e derivados. Na lista de maiores altas dos produtos que compõem o IPA, aparecem o petróleo bruto (170%), a gasolina (221%), óleos combustíveis (221%) e o óleo diesel (142%). Com peso de apenas 0,18% na composição do IPA, o querosene também sofreu um aumento de 192%. E os adubos, com peso de 0,92%, tiveram um reajuste total de 199%.

Só o petróleo bruto tem peso de 4,55% no IPA. O da gasolina é 2,67%, o que confirma a influência de 18,3% de petróleo e derivados na alta do IPA. Entretanto, nem tudo é explicado pelo cartel da OPEP, pois a lista de produtos com aumentos superiores a 120% é extensa. E traz alguns itens importantes da dieta popular, como a farinha-de-mandioca, a batata-inglesa, o feijão, a manteiga, peixes e o aipim.

O peso do feijão-preto é 3,84%, daí sua influência de 4,9% na alta do IPA. O leite não está incluído na lista das maiores altas, porém foi responsável por 3,9% da variação do IPA, devido ao seu peso fixado em 4,26%. Arroz, ovos e cigarros são outros exemplos da importância do critério de ponderação.

No Índice de Custo de Vida no Rio, segundo os dados da Divisão de Estatística e Econometria do Ibre, as principais fontes de pressão se deram nos grupos alimentação e serviços públicos. As tarifas de ônibus elevaram-se 150%. O peso dessas tarifas na composição do custo de vida situa-se em 4,74%, o que determinou uma influência de 6,5% na alta de 81,8% nos preços ao consumidor de maio de 79 a maio de 80. Hoje, as passagens de ônibus serão novamente reajustadas — em 36% — com novos reflexos sobre o custo de vida (pouco ainda em junho e muito em julho).

No item Alimentação, destacam-se a batata (171%), hortaliças e legumes em geral (129%), a costela (144%), os queijos (135%) e o peito (130%). A alimentação fora de casa, ao que indica o levantamento, não está tão cara. E o pernil de porco é a carne mais barata, sem levar em conta o aumento de somente 45% na tripa.

O maior peso no grupo Alimentação pertence aos diversos tipos de carne (8,57%). Por isso, as carnes frescas contribuíram com 8,5% da variação do custo de vida. Os produtos do farinha (entre eles, o pão) aumentaram somente 71,4% nos últimos 12 meses, entretanto influíram 3,8% na alta do custo de vida, mesmo percentual de hortaliças e legumes, porque os pesos são respectivamente 5,46% e 2,93% no cálculo do custo de vida.

O vestuário é um dos poucos itens que se mantém bem abaixo da inflação: o reajuste nos preços do setor foi de apenas 43,6% no período. As roupas de senhoras apresentaram aumento de apenas 22,5% e a de crianças 70,9%. A exceção fica com jóias e bijuterias, com elevação de 104% — talvez, por influência dos metais nobres. Já os aluguéis, que têm peso de 8,91%, no índice de preços ao consumidor, apesar de alta de 46,6%, provocaram uma alta de 5,1% no custo de vida.

Nos artigos de residência, o destaque ficou para TV e rádio e demais eletrodomésticos. E os serviços pessoais foram pressionados pelo fumo e idas ao barbeiro e cabeleireiro. O último serviço encareceu 133%. Quanto aos automóveis, a manutenção mostrou um custo 154% superior ao de maio do ano passado. Mas o Ibre considera que este item tem peso de 0,70% no custo de vida.

Aliás, o índice de custo de vida calculado pelo Ibre "espelha o padrão médio de consumo de uma família de zero a 5,2 salários mínimos na zona urbana da cidade do Rio de Janeiro. A coleta de preços para a maioria de itens incluídos no Índice é diária, exceção para aluguéis (semanal) e vestuário, móveis e eletrodomésticos (quinzenal).

As diferenças entre 64 e 80

A Divisão de Econometria do Ibre afirma que a comparação entre 1964 e 1980 pode ser feita, mas com certas limitações. Destaca que, em primeiro lugar, a estrutura dos índices é bastante diferente, porque, em 1964, por exemplo, apenas 88 itens eram considerados no cálculo do custo de vida. Hoje, são 411 itens. Em segundo lugar, houve alterações nas bases dos índices.

Contudo, comenta que "no que se refere ao Índice de Preços ao Consumidor, todos os itens tiveram acréscimos em 1964 maiores que em 1980, com exceção dos aluguéis que, na época, eram congelados." O aumento do custo de construção é aproximado nos dois períodos. E a discrepância no Índice de Preços por Atacado deve-se ao aumento dos preços de produtos químicos, em especial combustíveis e lubrificantes.

Um dado curioso é a mudança nos pesos dos itens que compõem o custo de vida no Rio. Em 1964, a banha tinha um peso de 2,4%, mas como foi substituída pelo óleo de soja, hoje pesa somente 0,4%. O peso do vestuário caiu de 11,0% para 5,4%, o que se explica pelos fios sintéticos. O conjunto de jersey foi substituído por blusas e calças compridas. Hoje, há sabão em pó. O cinema pesa 0,5% atualmente, contra 3,48% da televisão e rádio. E lotação é coisa do passado, sem esquecer dos aumentos dos cigarros, em função do filtro e embalagens sofisticadas.

Itens do custo de vida com maior peso em 1964

	% Em 1964	% Atual
Alimentação	**43,0**	**41,5**
Carne	7,1	8,5
Pão	3,6	3,1
Feijão	3,0	2,5
Arroz	2,9	2,4
Leite	2,4	2,6
Banha	2,4	0,4
Açúcar	2,2	0,8
Café	2,0	1,1
Vestuário	**11,0**	**5,4**
Terno de Casimira	1,8	0,2
Calçados de Homem	1,6	0,4
Jogo de Jersey	1,5	0,2
Calçados de Senhora	1,3	0,2
Aluguel	**20,0**	**8,91**
Móveis, Utensílios e Artigos de Limpeza	**5,7**	**10,8**
Sabão	1,0	0,3
Cera	0,6	0,1
Artigos de Fármacia e Higiene	**4,0**	**1,3**
Serviços Pessoais	**5,8**	**13,7**
Cinema	1,5	0,5
Cigarros	1,4	4,1
Serviços Públicos	**10,5**	**9,7**
Lotação	2,6	X
Ônibus	2,3	4,7
Luz	2,1	2,8

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

Variação entre Maio de 1979 e Maio de 1980

Item	Variação (%)
Alimentação	91,6
Arroz	67,7
Feijão	91,8
Café	47,9
Carnes	97,3
Chã de Dentro e Patinho	108,6
Pá	119,7
Peito	130,0
Acen	125,7
Costela	144,9
Lombo de Porco	96,4
Pernil de Porco	75,0
Galinha	87,2
Fígado	113,3
Tripa	45,5
Pescado Fresco	110,2
Ovos	90,1
Leite (in natura e industrializado)	95,3
Queijos	135,0
Gorduras	66,9
Óleo de Soja	66,4
Farinhas e Féculas	123,9
Produtos de Farinha	71,4
Pão Francês	69,4
Doces, Chocolates e Açúcar	99,3
Hortaliças e Legumes	129,1
Batata	171,1
Tomate	99,1
Frutas	94,9
Lranja Pera	95,3
Bebida	61,7
Alimentação fora	91,1
Vestuário	43,6
Roupas de Homem	42,8
Roupas de Senhoras	22,5
Roupas de Crianças	70,9
Calçados e Artigos de Couro	30,3
Jóias e Bijouterias	104,5
Artigos de Armarinho	63,2
Tecidos	69,1
Habitação	54,8
Aluguel	46,6
Imposto Predial e Taxas	66,2
Conservação, Reparos e Condomínio	86,0
Força	52,8
Gás de Bujão	33,9
Querosene	185,0
Artigos de Residência	69,9
Mobiliário	63,9
Eletro-Domésticos	82,6
TV e Rádio	69,8
Assistência à Saúde e Higiene	77,5
Dentista	98,7
Óculos	80,7
Consulta Médica	77,1
Diária Hospitalar	89,8
Artigos de Higiene	70,5
Medicamentos	74,7
Serviços Pessoais	95,1
Educação	64,4
Revistas	94,5
Jornais	134,7
Barbeiro e Cabelereiro	133,5
Fumo	76,5
Manutenção de Veículo	154,1
Serviços Públicos	93,4
Ônibus	150,0
Trem	50,0
Telefone	37,1
Água	55,2
Luz	52,8
Gás Encanado	60,8
Correspondência	60,0

OBS: Estão em negrito os produtos com peso superior a 1% na composição do índice de Preços ao Consumidor

A maior alta do custo de vida no Rio foi a do querosene: 185% em 12 meses, mas sua influência na composição do índice é mínima. Já a alta de 87,2% no preço da galinha, que tem peso maior no consumo das famílias, contribuiu bastante para o aumento de 97,3% na carne. No IPA, apesar da variação de 385% na erva-mate, a pressão maior partiu de petróleo e derivados

ÍNDICE DE PREÇOS POR ATACADO

Produtos com Maiores Variações de Maio de 1979 a Maio de 1980

Produtos	Variação de Preços (%)
Erva-Mate	385,9
Farinha-de-Mandioca	290,2
Limão	276,0
Ácido Sulfúrico	256,7
Batata Inglesa	255,7
Adubos e Fertilizantes Potássico	233,1
Abacaxi	230,2
Gasolina até 90 Octonas	221,9
Óleos Combustíveis	221,4
Pera	218,1
Adubos Compostos	199,8
Querozene (exceto Aviação)	192,4
Tecidos de Juta	189,7
Superfosfatos Simples	189,1
Maçã	175,9
Aguarras Mineral	174,7
Petroleo em Bruto	170,3
Querozene p/ Motores	170,3
Manteiga	167,5
Juta	166,3
Madeiras Serradas ou Desdobradas	165,9
Wire Bars	162,9
Fosfatos Naturais	161,5
Fios e Cabos de Cobre Nus	157,3
Asfalto	156,3
Motocicletas	151,4
Feijão	148,1
Sardinha Enlatada	147,9
Chumbo em Formas Primárias	147,5
Queijos	146,1
Óleo Diesel	142,8
Colchões de Crina	142,2
Alho	142,0
Aveia	140,6
Óleo de Mamona	139,5
Fios e Cabos de Cobre Isolados	138,3
Leite Condensado	137,6
Carne Bovina, Seca ou Salgada	137,0
Baterias e Acum. p/ Veículos	134,1
Tiras e Fitas de Aço	132,5
Crustáceos	131,7
Arames Galvanizados	130,9
Madeiras Laminadas	128,3
Minério de Manganês	127,7
Peixes	127,2
Mandioca (Aipim)	126,8
Areia Lavada	126,7
Madeiras Compensadas	126,3
Tintas a Base de Óleo	126,3
Arame Farpado	126,2
Côco-da-Bahia	125,6
Máquinas p/ Construção Civil	125,2
Farelo Alim. Animais (Excl. Cereais)	124,5
Tornos Mecânico, Dian. Torn. acima 510 mm	124,5
Farelo p/ Alimentos Animais de Cereais	124,3
Persianas de Lâminas	124,3
Tijolos de Cimento	124,1
Meias p/ Senhoras	121,9

OBS: estão em negrito os produtos que possuem peso superior a 0,5% na composição do Índice de Preços por Atacado

Nos preços por atacado, destacaram-se os aumentos da erva-mate, farinha-de-mandioca e limão. Esses produtos têm o mesmo peso: 0,07% na estrutura do IPA. A alta do feijão, mesmo de menor intensidade, teve maior influência. Mas quem alimentou a variação de 102,5% no índice foram os derivados de petróleo, todos com aumentos superiores a 140%

Arquivo

Ermírio de Morais

Arquivo

José Mindlin

Arquivo

Laerte Setúbal

Empresários preocupam-se com nível de desemprego

São Paulo — Após os encontros com o Ministro do Planejamento, Delfim Neto, os empresários têm uma preocupação e um desejo: a preocupação está na falta de criação de empregos, e denunciam que há problemas sérios com a área universitária, uma vez que a cada dia que passa se eleva nas empresas o recebimento de **curriculum** de engenheiros, advogados, administradores e economistas que desejam emprego. O desejo é que, na contenção dos gastos do Governo, se reprograme o Programa Nuclear Brasileiro, evitando maiores gastos, "pois temos muito vento e poucos recursos", afirmou o empresário Dilson Funaro.

Todos os empresários revelaram que acreditam na desaceleração da economia a partir do segundo semestre. Eles reconhecem que há de fato um esforço do Governo para enfrentar as dificuldades da área econômica. Saíram das reuniões otimistas com o retorno do diálogo direto e com a franqueza do Ministro, analisando as dificuldades que o país enfrenta, sem ufanismo ou otimismo exagerado.

O empresário Abílio Diniz, principal executivo do Grupo Pão de Açúcar, membro do Conselho Monetário nacional, disse que esse tipo de encontro deve ser ativado e também devem ser convidados outros segmentos da sociedade, como os sindicatos operários, "por que não? Todos têm de saber que estamos vivendo um momento difícil; por que esconder?", pergunta o empresário.

Princípio de Confúcio

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, a exemplo dos Srs Cláudio Bardella, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, Dilson Funaro e Abílio Diniz, que mais ouviram do que perguntaram durante os encontros com o Ministro Delfim Neto, considerou que o Governo agora resolve aplicar o princípio de Confúcio na administração e que vai dar resultado: se ele quer resultados e faz os outros sofrerem no combate à inflação, também tem que sofrer. "Esse é um ponto pacífico, e há muito tempo vinha afirmando que a contenção dos gastos públicos era essencial para vencer a inflação".

Ele não se considera mais otimista ou pessimista, "pois sempre tive noção da realidade. O Ministro foi franco e isso é fundamental para o país. Se o Governo quer vencer a inflação, tem que dar o exemplo. Tem que existir um sacrifício de todos nesse momento."

Apoiou o Ministro do Planejamento, quando ele disse que se investiu em projetos sem recursos, e citou os de Caraíba Metais, Ferrovia do Aço e Programa Nuclear.

O Sr Ermírio de Morais considera que, se o Governo eliminasse agora o controle de preços pelo CIP, "seria um desastre da atual conjuntura. O Ministro do Planejamento disse que isso poderia ocorrer assim que a inflação entrasse em queda, mas, apesar de o CIP segurar os nossos preços, sou favorável, hoje, à sua rigidez".

Disse que está preocupado com o desemprego na área universitária, revelando que recebe diariamente 30 currículos de jovens recém-formados candidatando-se a uma colocação. "Na maioria são provenientes de escolas de administração de empresas e economia. Engenheiros, em menor número. Esse é um problema que se agrava diariamente. Na área médica, onde tenho experiência, por dirigir a Beneficência Portuguesa, continua a obstinação do recém-formado em permanecer nos centros urbanos. Ninguém quer ir para o interior. Há seis meses tenho uma vaga para engenheiro mecânico de manutenção, em Niquelândia, a 300 km de Brasília, com bom salário e ninguém quer ir para lá". Na área de operários qualificados, no entanto, até o momento há falta de gente, com uma oferta ainda razoável de empregos.

Ele é favorável à reprogramação do Acordo Nuclear com a Alemanha: "É uma questão de ter o pé no chão."

Realidade é menos pior

Para Cláudio Bardella, o que o Ministro Delfim Neto fez nos seus encontros com empresários foi mostrar a realidade, "o que sempre deve ser feito. A situação é grave e, para se ter consciência disso, basta conhecer um pouco de economia".

Explicou que a posição do Ministro ao reconhecer que apesar de a safra agrícola ter sido grande, será insuficiente para proporcionar grandes excedentes exportáveis, devido à necessidade de alimentação da população do país, "é uma mostra de que a realidade é essa mesma, de dificuldades. Por isso todos os segmentos da sociedade devem ter conhecimento do que está se passando."

Ressaltou que o seguro cambial que sugeriu ao Ministro Delfim Neto é fundamental e já existe na Alemanha, Inglaterra, França, Japão e outros países.

Também considera inevitável uma reprogramação do acordo nuclear pois não há recursos para tocá-lo "da forma simplista como algumas áreas vêm defendendo. Há seis anos clamo ao Governo para que reformule os grandes projetos sem prioridade, e elimine gastos inúteis pela indisciplina nas programações. Só agora passou a considerar essa política absolutamente necessária".

Outro empresário que apóia a reformulação no programa nuclear é o vice-presidente da Federação das Indústrias, José Mindlin, dizendo que "não há alternativa". O Sr Paulo Francini, principal executivo da Rádio Frigor, também é favorável ao corte nos gastos com o programa nuclear.

Para o Sr Abílio Diniz, o Governo deve intensificar um processo de explicação aos vários segmentos da sociedade sobre a difícil situação econômica do país. "Não fiquei mais pessimista ou mais otimista. Estou consciente de que as dificuldades são inúmeras e não se pode ignorar a realidade. Temos que conviver com ela todas as horas do dia. É grande a preocupação com o destino do país", afirmou.

Para ele, "as coisas têm que ser colocadas com realismo. Sei que o Ministro Delfim Neto também conserva muito otimismo, mas é preciso compreender que não basta o otimismo para que as coisas fiquem bem. Temos que ser realistas e esperar os resultados das medidas de combate à inflação, que darão bons resultados, sem dúvida".

"Mas", prosseguiu, "não se pode pedir ao empresariado privado que dispense funcionários, pois já estamos atuando com um mínimo de pessoal. Em nossa área, as dispensas já foram feitas e busca-se compensá-las com o aumento da produtividade".

Delfim diz que repetirá encontros

São Paulo— Os encontros desenvolvidos na última semana, durante três dias, pelo Ministro do Planejamento Delfim Neto com empresários nacionais foram considerados produtivos e segundo ele deverão repetir-se. Na primeira reunião, o Ministro foi surpreendido pelo principal executivo da Mesbla, Sr Henrique de Botton, que lhe entregou uma carta na qual anunciava a criação de uma **trading company** da sua empresa, "uma forma de mostrar que acreditamos no desenvolvimento do país", disse o empresário ao Sr Delfim Neto.

A assessoria do Ministério do Planejamento expediu convites individuais aos empresários de quinta para sexta-feira da semana anterior, de forma burocrática, via telex, ou telegrama, dando o endereço do Ministéric, em Brasília, o andar da reunião (7º andar) e informando que "o assunto é de interesse da sua empresa". Essa última indicação deixou cada empresário apreensivo, em estado de tensão. Por essa razão, na ante-sala do Ministro, antes da reunião da segunda-feira, a primeira do **rush**, havia muito silêncio, ninguém conversava. E não apareceu um funcionário que se preocupasse em apresentar os empresários entre si, pois muitos não se conheciam.

O quebra-gelo foi dado pelo presidente da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, Sanbra, Sr Carlos Antich, já na sala de reunião, pouco antes do Ministro do Planejamento e sua equipe entrarem. Ele tomou a iniciativa: "Como ninguém nos apresentou, que tal fazermos isso agora? Havia também hesitação, porque todos queriam evitar ficar próximos à cabeceira da mesa.

O Sr Manoel da Costa Santos, da Arno, foi o primeiro a assumir uma daquelas poltronas. O Ministro do Planejamento entrou na sala de reuniões acompanhado dos Srs Carlos Viacava (Secretaria Especial de Abastecimento e Preços); Nelson Mortada (Secretaria Especial de Controle das Estatais); José Flávio Pécora (Secretário Geral do Ministério) e Akira Ikeda, assessor econômico do Ministério.

O Sr Delfim Neto começou sua exposição, utilizando gráficos, mostrando que as medidas adotadas para o combate à inflação começarão a surtir efeitos em breve. Logo passou a se referir aos efeitos dos preços do petróleo na economia e defendeu seu expurgo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), pois "o aumento do preço da gasolina é um imposto que nos foi colocado diante dos preços do petróleo no mercado internacional". Acentuou que continua de pé sua idéia de expurgar o INPC, mas não deu indicações de como isso será feito. O empresário que mais intervenção fez nessa primeira reunião foi o Sr Sílvio Cunha, do Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro.

O Sr Delfim Neto explicou ainda que grande parte da culpa pela inflação cabia aos gastos governamentais e medidas seriam tomadas a respeito, o que de fato ocorreu porque ainda na semana anunciou a contenção nas estatais e proibição de contratação e promoção de funcionários nessas empresas. Na admissão da culpa do Governo pela inflação existente, disse que nunca se poderia ter iniciado obras simultâneas como dois metrôs, Itaipu, Tucuruí, Ferrovia do Aço e Açominas. "Como fazer essas obras, com vento?". Não havia recursos para começar essas obras, afirmou o Ministro aos empresários.

O Sr Laerte Setúbal Filho, presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros, em diálogo franco com o Ministro, mostrou que os exportadores estavam perdendo a competitividade de seus produtos no mercado externo, devido à elevação dos custos internos. O Ministro fez as contas e disse que isso não correspondia à verdade pois até o final do ano havia um equilíbrio ainda em decorrência da aplicação da maxidesvalorização cambial de 7 de dezembro último. Sobre o crédito internacional, o Ministro disse que a limitação de 45% está dando bons resultados e que agora há possibilidade de busca do crédito externo.

Ele admitiu que poderia ser fixada em 45% a correção cambial e monetária até julho de 1981. Ressaltou, porém, que era apenas um exemplo, um índice básico, e não o percentual definitivo. Disse ainda que os empresários privados também devem fazer redução nos seus custos, buscando maior produtividade, podendo até dispensar funcionários que recebem mais de Cr$ 150 mil. Responderam os empresários que as empresas já estão funcionando com seu mínimo de funcionários, sendo impossível novos cortes.

As segundas e terceiras reuniões foram semelhantes à primeira, trocando-se somente o time de empresários. O Ministro repetiu seu pensamento a respeito de "grandes investimentos que estão sendo feitos sem recursos, apenas com o vento".

Alertou os empresários de bens de capital, afirmando que eles é que sofrerão nesta etapa, com as medidas para promover a queda da inflação e o equilíbrio de pagamentos. Destacou que o Governo não pensa em recessão e que considera a atual legislação salarial inflacionária e reiterou a necessidade do expurgo do petróleo do INPC.

O Ministro do Planejamento advertiu que a recessão leva ao fechamento político e esse não é o pensamento do Governo federal, que pretende continuar com o seu processo de abertura. Basicamente, o Sr Delfim Neto se fixou na reunião em analisar a inflação, o balanço de pagamentos e a crise de energia.

Mostrou que, de maio de 1979 a junho de 1980, o preço do petróleo se elevou em 143%, isto é, de 14 dólares em maio de 1979 a 32 dólares em meio de 1980 e hoje a 34 dólares. Enfatizou que, enquanto o combate à inflação depende da vontade interna, o equilíbrio do balanço de pagamentos sofre influências externas, como a compra de petróleo do exterior.

Empresários se mostraram preocupados, e o presidente da Volkswagen do Brasil, Sr Wolfang Sauer, disse que nos últimos 15 dias está havendo uma queda nas vendas de veículos e que os revendedores estão com razoável estoque.

Ao final das reuniões todos cumprimentaram o Ministro Delfim Neto, dizendo que lhe davam apoio.

Falecimentos

Rio de Janeiro

Ricardo Calvano de Paiva, 78, parada cardíaca, em casa, no Flamengo, carioca, industrial aposentado, viúvo de Amanda Ferreira de Paiva, não tinha filhos (será sepultado às 9 horas no Cemitério São João Batista).

Celeste Rodrigues de Carvalho, 65, insuficiência coronariana, no Hospital da Lagoa, carioca, prendas do lar, solteira, morava na Lagoa, tinha dois filhos: Marcos e Aloysio, três netos. (será sepultada às 11 horas no Cemitério São João Batista).

Antonio Pereira dos Santos, 80, arteriosclerose, em casa, em Laranjeiras, carioca, viúvo de Fernanda Macedo dos Santos, tinha sete filhos: Paulo, Manoel, Antonio, Ary, Arnaldo, Armando e Cristina, vários netos e bisnetos. (será sepultado às 10 horas no Cemitério São João Batista).

Romeu Pires Ribeiro, 54, infarto, no Prontocór, carioca, comerciante, casado com Julia Vieira Ribeiro, não tinha filhos, morava em Copacabana. (será sepultado às 10 horas no Cemitério São João Batista).

Virginia Maria Lessa da Fonseca, 67, parada cardíaca, em casa, em São Gonçalo, carioca, prendas do lar, casada com Guilherme Fonseca Filho, não tinha filhos, (será sepultada às 10 horas no Cemitério São Francisco Xavier).

Humberto Junqueira de Souza, 69, insuficiência respiratória, no IASERJ, carioca, funcionário público aposentado, viúvo de Nádia Pessoa de Souza, tinha duas filhas: Maria de Lourdes e Maria de Fátima, quatro netos, morava no Rio Comprido. (será sepultado às 10 horas no Cemitério São João Batista).

Norma Corrêa Alves, 63, derrame cerebral, na Casa de Saúde de Grajaú, carioca, prendas do lar, solteira, morava em vila Izabel. (será sepultada às 9 horas no Cemitério São Francisco Xavier).

Dalila Monteiro Martins, 77, caquexia, em casa, na Penha, carioca, prendas do lar, viúva de Francisco Martins, não tinha filhos. (será sepultada às 10 horas no Cemitério de Inhaúma).

Sylvio Costa de Amorim, 74, derrame cerebral, em casa, em Jacarepaguá, mineiro, viúvo de Florinda Campos de Amorim, tinha dois filhos: Helcio e Hilda, vários netos. (será sepultado às horas no Cemitério Jardim da Saudade).

Exterior

Julia Schucht, 84, de ataque cardíaco, no Hospital para Velhos Bolcheviques, em Moscou. Filha de importante revolucionário soviético, Apolion Schucht, era viúva de Antonio Gramsci, fundador do Partido Comunista Italiano (PCI). O casal se conheceu na década dos 20, quando Gramsci cumpria uma missão em Moscou. Ela sofria há muito de epilepsia e passava a maior parte do tempo numa casa de repouso estatal no povoado de Peredelinko, mas proximidades da Capital soviética. Deixa dois filhos, Giuliano, músico, que se encontra em visita à Itália, e Délio, oficial da Armada Soviética.

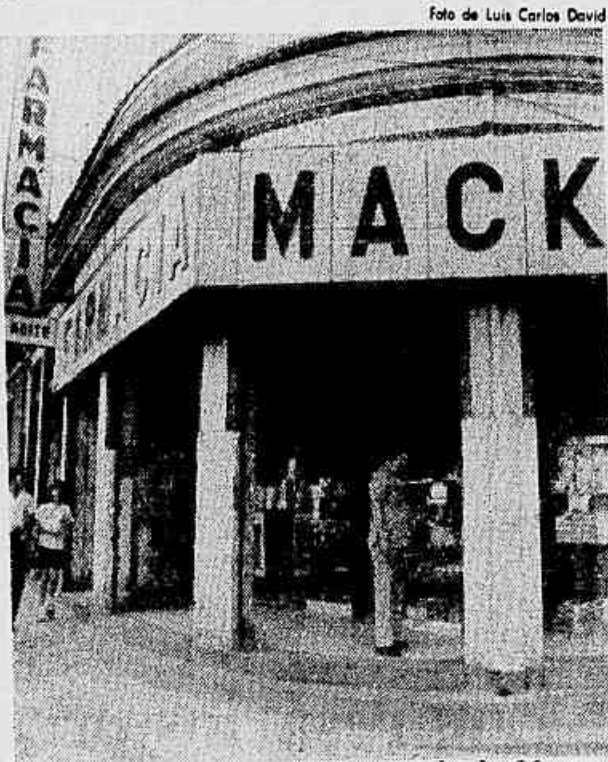
Carro pega fogo na Perimetral

O advogado Josimar de Oliveira Passos e sua mulher, Mércia, sofreram queimaduras nas mãos de natureza leve no incêndio da Brasília RJ MR 5614 às 19 horas de ontem sobre o Elevado da Av. Perimetral, próximo à entrada da Ponte Rio-Niterói. O carro era dirigido pelo advogado, que conduzia dois filhos menores. Estes nada sofreram, mas o carro foi totalmente destruído. Bombeiros do Quartel Central debelaram o fogo, originado possivelmente por um defeito nas instalações elétricas, segundo o advogado. Em conseqüência do acidente o tráfego ficou lento a partir da Rodoviária Novo Rio.

Refeição intoxica 17 moças

Dezessete funcionárias das Lojas Brasileiras (Lobrás), filial do Shopping Rio Sul, sofreram intoxicação alimentar ontem, após o almoço em que foi servido carne assada, abóbora, salada de alface e refresco de uva, além de feijão e arroz. Sete ficaram internadas, enquanto outros 450 funcionários, que também fizeram a mesma refeição nada sentiram.

Segundo o chefe de Segurança e Higiene do Trabalho, Sr Nilton Amorim, foram recolhidas amostras da refeição para análises. As 7 moças que ficaram internadas no Instituto Brasileiro de Investigações Cardiovasculares apresentavam sintomas de tonteiras, vômito e diarréia. As funcionárias desconfiam do refresco, servido pela primeira vez no restaurante da empresa.

Foto de Luis Carlos David

A Farmácia Mackenzie foi assaltada 26 vezes

Uma das mais movimentadas esquinas do Méier é também a preferida dos assaltantes

A esquina das Ruas Dias da Cruz e Fábio da Luz, no Méier, é uma das mais movimentadas e também das mais inseguras do bairro: a Farmácia Mackenzie foi assaltada 26 vezes; a Padaria Maranhão foi invadida uma vez por três jovens armados que deram coronhadas no dono; no bar Diretriz já roubaram cigarros, cervejas e cachaça; e o bar Mirim foi arrombado várias vezes.

Toda aquela área do Méier, localizada praticamente ao sopé do morro dos Pretos Forros, com várias favelas, registra diariamente uma série de assaltos a lojas e residências e roubos de carros. Em qualquer ponto de encontro as pessoas se atualizam sobre o último caso, como o da farmácia, de onde levaram Cr$ 9 mil em dinheiro e o relógio de ouro do patrão. Ano passado, o mesmo ladrão assaltou três vezes a casa.

FARMÁCIA TEM RECORDE

O farmacêutico Epitácio Ferreira Guinho comprou a Farmácia Mackenzie em 1971, depois que desistiu dos ramos de ótica e joalheria. Tudo foi muito bem nos quatro anos seguintes, até que, às 19h de uma terça-feira, o farmacêutico escutou gritos e palavrões dentro da sua farmácia. Era agosto de 1975.

"Eu desci do escritório, já ia entrando no salão, quando percebi que era um assalto. Saí pelos fundos para pedir ajuda, mas um dos ladrões, arma na mão, percebeu tudo e fui obrigado a me esconder atrás de carros na caçada. E não desisti: peguei um táxi, fui até o local chamado "Chave de Ouro" em busca de policiais, mas, como não os encontrei, voltei à pé. Os ladrões já tinham ido embora com Cr$ 2 mil da caixa", conta Epitácio Guinho.

Desde esse primeiro até ontem, já ocorreram 26 assaltos naquela farmácia, recorde que serviu para que Epitácio e seus 15 funcionários aprendessem que "não deve reagir nunca, pois só assim não se corre o risco de levar um tiro".

LADRÃO-FREGUÊS

Na última sexta-feira, às 20h35m, a funcionária Rosângela estava no balcão quando entrou um freguês de mais ou menos 27 anos, magro, barbudo e cabeludo, moreno e bem-vestido, que pediu um pente e um pacote de gaze. Rosângela pegou a mercadoria e foi tirar o talão.

Enquanto isso, revólver na mão, o **freguês** entrou na sala de estoque, onde a funcionária Shirley arrumava alguns remédios. Rendida, foi obrigada a sentar no chão. Nesse momento, descia do escritório o Sr Epitácio, logo reconhecido pelo ladrão como o patrão. Ao ser indagado sobre o cofre, foi logo entregando Cr$ 5 mil e o relógio Mido, de ouro, no valor de Cr$ 25 mil. Depois, também ele sentou-se no chão, revólver calibre 38 apontado para a cabeça.

Na caixa, a funcionária Aparecida, assustada, procurou esconder o dinheiro sob a saia, mas o ladrão percebeu e ela teve de entregar Cr$ 4 mil. No outro balcão, a funcionária Marlene, sem nada perceber, atendia a um outro **freguês** que sempre ia ali à procura de uma seringa e água destilada: "de repente ele sacou de uma arma e perguntou se eu não lembrava dele; a um freguês que estava perto ele pediu um **barão** e o expulsou da farmácia".

O outro ladrão que estava lá dentro ainda tentou roubar o relógio da caixa Aparecida quando já seia retirando, mas ela protestou: "Não leva a mal, **maninho**, mas este aqui é filho único". O ladrão respeitou o protesto e, com os outros dois, fugiram a pé e depois correram.

Segundo o farmacêutico Epitácio Guinho, no ano passado um mesmo ladrão assaltou a farmácia três vezes em uma semana: "Era o ladrão **Oswaldinho** que já está preso em Água Santa e responde a mais de 30 processos. Agora, a 25ª DP e o 3º Batalhão da PM precisam descobrir os que estão agindo desta vez" —, comentou o farmacêutico.

Assaltantes não conseguem levar dinheiro de empresa de ônibus mas matam dono

Numa tentativa de assalto à Castelo Auto-Ônibus, no Caju, cinco homens armados com revólveres calibre 38 e escopeta, mataram ontem de manhã, um dos proprietários da empresa: Bernadino de Gouvela, português, casado, 51 anos. Ele estava desarmado e levou três tiros — dois na cabeça e um no peito.

A tentativa frustrada ocorreu por volta das 7 horas, quando começou o pagamento semanal de 700 empregados, entre cobradores, motoristas e mecânicos. Os assaltantes chegaram em dois carros — um Passat e um Corcel. Dentro da garagem estavam cerca de 50 empregados, mas não conseguiram levar o pagamento, em torno de Cr$ 800 mil.

SURPRESA

Segundo o almoxarife Jairo Wanderley, logo após o portão da garagem ter sido aberto para que entrasse um caminhão de uma concessionária de autopeças, inesperadamente apareceram três homens armados; o que empunhava anunciou que era um assalto. Os três usavam tocas de lã na cabeça.

Imediatamente, dois deles — um com revólver e o outro com a escopeta — renderam os empregados que estavam no guichê do escritório recebendo o pagamento, enquanto o outro, baixo e troncudo, dirigiu-se para os fundos da garagem, como se procurasse alguém. Foi quando surgiu Bernardino, ferido com três tiros.

Após os disparos, o criminoso gritou para os outros que "o melhor era dar o fora." Entraram no Passat e no Corcel, onde estavam outros dois comparsas, e fugiram em direção à Avenida Brasil sem molestar os empregados que tiveram de ficar com os rostos conta a parede.

Segundo o inspetor da empresa, Diniz Augusto, ontem seria o terceiro assalto contra a Castelo Auto-Ônibus esse ano. No primeiro, há quatro meses, não só roubaram, também num sábado, Cr$ 600 mil, como espancaram o empregado Manoel Rodrigues das Neves. Consta que, na fuga, os assaltantes, um deles também baixo e troncudo, avisaram que voltariam para um acerto com o Bernadino de Gouveia.

O outro assalto foi num domingo à noite, no mês passado, e levaram cerca de Cr$ 100 mil. Na ocasião, outro empregado foi espancado pelos assaltantes, o inspetor Diniz Augusto. Por causa dos constantes roubos, Bernadino, que morava na Rua Nossa Senhora das Graças, 756, em Ramos, estava providenciando a construção de uma guarita na porta da garagem, onde colocaria um empregado armado.

"Louco do Triângulo" volta a atacar em Minas e mata outro casal de fazendeiros

Belo Horizonte — Com as mesmas características dos crimes do **Louco do Triângulo**, que, em princípios de 1972, matou 10 fazendeiros do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 18 pessoas já morreram este ano em fazendas da região, a tiros e pauladas.

A denúncia foi feita pelo Deputado estadual Milton Lima (PP-MG), ex-Prefeito de Araguari, logo após as obras de construção da represa de Emborcação, naquele município, terem sido assaltadas há duas semanas por sete PMs que mataram três pessoas e roubaram mais de Cr$ 8 milhões da construtora Andrade Gutierrez. Ontem, após o assassinato de outro casal de fazendeiros, o que elevou o número para 18, ele pediu providências ao Ministro da Justiça.

"LOUCO DO TRIÂNGULO"

Em 1972, o Triângulo Mineiro passou por experiência semelhante à denunciada agora pelo ex-Prefeito de Araguari. Num curto período, mas de 20 pessoas morreram em fazendas da região. Ao final de uma verdadeira operação militar, a polícia mineira prendeu Orlando Sabino, acusando-o pelos crimes. Ele acabou absolvido por falta de provas, mas até hoje está internado no Hospício de Barbacena. Os crimes continuaram misteriosos, despertando versões como a do jornalista Joaquim Borges, de Araguari, que publicou um livro **Operação Anti-Guerrilha**, que levanta a suspeita de que as mortes tivessem alguma relação com esse tipo de atividade.

Segundo o Deputado Milton Lima, "talvez por displicência do então delegado de polícia, começaram a surgir em Araguari crimes como o estupro e homicídio da menina Lázara Maria de Oliveira Ávila, as mortes de Avelino Antônio de Freitas, Tiofredo Elias e, em fevereiro, Rita Vieria de Resende e Maria Joana Vieira de Resende, entre outros".

Logo após o assalto à usina de Emborcação, da Cemig, há duas semanas, o Deputado subiu à tribuna do Legislativo para levantar a suspeita de que policiais também estariam envolvidos na série de mortes nas fazendas. Argumentava pelo desinteresse da polícia local em descobrir os autores.

O ex-Prefeito de Araguari estranha que os crimes se interrompem quando é mandado para a região um policial da Capital. Disse que em março eram fortes as suspeitas de envolvimento de PMs nos crimes contra fazendeiros da localidade de Arapiraca, distrito de Araguari. "Naquela época, denunciei da tribuna da Assembléia os crimes misteriosos e pedi reforço do policiamento na região".

Segundo disse, para lá foi então mandado o delegado Orfeu Braúna e cessaram os crimes. O delegado voltou à Capital e os crimes ressurgiram, incluindo o assalto à usina de emborcação. Afirmou que houve tempo em que os crimes eram tantos que, por insistência da população, um soldado passou a vigiar, dia e noite, cada fazenda do município de Araguari.

Dois assaltantes invadem casa na Vila da Penha e matam pai e filho a tiros

Dois assaltantes mataram ontem o operário Ivônio João Araújo, 48 anos, e seu filho, Gilson Santos Araújo, 18 anos, após invadirem a casa da família, na Rua José Basson, 135, Vila da Penha. Gilson foi ferido ao tentar defender o pai dele e morreu 12 horas depois de Ivônio, no Hospital Getúlio Vargas.

Até a tarde de ontem a polícia ainda não havia localizado o Passat marrom, chapa RJ QT-6162, utilizado pelos assaltantes na fuga. O carro tinha sido roubado momentos antes na Penha, quando os dois dominaram o Sr Moisés Nunes Pereira Júnior, que estacionava na garagem de sua residência, na Rua Costa Rica 238.

PAI E FILHO

O assalto à casa de Ivônio ocorreu por volta das 19h30m, mas a comunicação do roubo do carro só foi captada pelo Centro de Controle de Operação e Segurança (CCOS) uma hora depois de que pai e filho eram alvejados pelos mesmos bandidos. Estes, após o roubo de dinheiro, jóias e documentos das pessoas da casa, exigiam a chave da Brasília, que estava estacionada na garagem.

Ivônio reagiu e foi alvejado com dois tiros na barriga, um no peito e outro na testa, enquanto seu filho Gilson, na tentativa de socorrê-lo, foi também ferido na barriga e no braço direito. Mesmo gravemente ferido, o rapaz conseguiu arrastar-se até à rua, gravando a chapa do Passat em que os bandidos fugiam.

O CCOS só pôde estabelecer a ligação entre o roubo do carro e o assalto de que resultou a morte de Ivônio e Gilson às 20h30m, quando expediu um alerta geral para todos os setores policiais em patrulhamento nas ruas, entre eles a Polícia Rodoviária Federal. A providência, porém, foi tardia, porque os bandidos não foram localizados no trajeto entre a Zona Norte e a Baixada Fluminense para onde, segundo a polícia, fugiram. A ocorrência foi registrada na 22ª Delegacia Policial.

Tempo

INPE/CNPq Via Rio-Sul 9h16m (Via Riosul)

Uma área branca sobre o Oceano Atlântico, estendendo-se até o litoral da Venezuela e Colômbia, indica a nebulosidade e chuvas associadas a zona de convergência intertropical.

Outra área branca, sobre o Oceano Atlântico, estendendo-se até o litoral dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Sul da Bahia, cobre parte dos Estados de Minas, Goiás e Mato Grosso, indicando a nebulosidade e chuvas associados a frente fria.

A massa de ar polar, que acompanha esta frente, é responsável pelo acentuado declínio de temperatura que está ocorrendo no Sul do país, no Uruguai, Paraguai e Argentina. Uma nova frente fria pode ser também observada, ainda, no Sul do continente.

As imagens do satélite SMS são recebidas diariamente pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE/CNPq) em São José dos Campos (SP), transmitidas em infravermelho. As áreas brancas indicam temperaturas baixas e as áreas pretas, temperaturas elevadas.

Conhecendo-se a temperatura das áreas brancas e das áreas pretas pode-se, com uma escala cromática, determinar a temperatura da superfície da Terra, das massas de ar e do topo das nuvens.

NO RIO

— Nublado sujeito a instabilidade no fim do período. Temperatura em ligeiro declínio. Ventos: Sul a Sudoeste fracos a ocasionalmente moderados. Máx.: 25.7, em Jacarepaguá; min.: 14.8 no Alto da Boa Vista.

O SOL

Nascer:	6h33m
Ocaso:	17h17m

A CHUVA

PRECIPITAÇÃO (mm)	
Últimas 24 horas	0.0
Acumulado este mês	20.1
Normal mensal	43.2
Acumulado este ano	310.2
Normal anual	1075.8

O MAR

Rio/Niterói — Preamar: 05h17m/ 0.5m e 17h37m/ 0.5m. Baixamar: 09h53m/ 0.9m e 22h58m/ 0.9m

Angra dos Reis — Preamar: 05h08m/ 0.4m e 16h59m/ 0.3m. Baixamar: 09h58m/ 0.8m e 22h13m/ 0.9m

Cabo Frio — Preamar: 04h58m/ 0.4m e 17h00m/ 0.4m. Baixamar: 10h43m/ 0.8m e 23h04m/ 0.9m

Temperaturas	
Dentro da baía:	21
Fora da barra:	21

Mar calmo

Corrente: Sul a Leste

OS VENTOS

Sul a Sudoeste fracos a ocasionalmente moderados

A LUA

CRESCENTE até 27/06

CHEIA 28/06

MINGUANTE 5/7

NOVA 12/07

NOS ESTADOS

Amazonas — Nublado a encoberto com chuvas esparsas ao Norte e Médio Amazonas. Demais regiões nublado a parcialmente nublado. Temperatura estável. Máx.: 25.6; min.: 20.8. **Roraima** — Nublado a encoberto com chuvas esparsas. Temperatura estável. Máx.: 28.4; min.: 21.0. **Acre/Rondônia** — Parcialmente nublado. Temperatura estável. Máx.: 29.9; min.: 20.8. **Pará** — Nublado a encoberto com chuvas esparsas ao Norte e Baixo Amazonas. Demais regiões parcialmente nublado a nublado. Temperatura estável. Máx.: 31.4; min.: 22.4. **Piauí** — Claro a parcialmente nublado. Temperatura estável. **Ceará** — Nublado. Temperatura estável. Máx.: 30.2; min.: 24.8. **Rio Grande do Norte** — Nublado com chuvas esparsas no litoral. Demais regiões parcialmente nublado a nublado. Temperatura estável. **Amapá** — Nublado a encoberto com chuvas esparsas. Temperatura estável. Máx.: 30.1; min.: 23.2. **Maranhão** — Nublado no litoral. Demais regiões claro a parcialmente nublado. Temperatura estável. Máx.: 30.0; min.: 23.2. **Paraíba/Pernambuco** — Nublado com chuvas esparsas no litoral. Demais regiões parcialmente nublado. Temperatura estável. Máx.: 27.0; min.: 21.0. **Alagoas/Sergipe** — Nublado com chuvas esparsas no litoral. Demais regiões nublado. Temperatura estável. Máx.: 27.6; min.: 22.3. **Bahia** — Nublado sujeito a chuvas esparsas no litoral e Vale do São Francisco. Demais regiões claro a parcialmente nublado. Temperatura estável. Máx.: 26.5; min.: 21.0. **Mato Grosso** — Nublado sujeito a instabilidade ao Sul. Temperatura estável. Máx.: 24.4; min.: 19.4. **Mato Grosso do Sul** — Nublado a encoberto com chuvas esparsas ao Sul e Este. Demais regiões nublado. Temperatura estável. Máx.: 21.0; min.

NO MUNDO

Amsterdã, 15, Nublado — **Ancara**, 22, Encoberto — **Assunção**, 14, Nublado — **Atenas**, 26, Claro — **Beirute**, 26, Claro — **Berlim**, 17, Encoberto — **Birmingham**, 16, Encoberto — **Bonn**, 16, Chuva — **Bruxelas**, 15, Nublado — **Buenos Aires**, 08, Claro — **Cairo**, 23, Claro — **Casablanca**, 21, Encoberto — **Chicago**, 27, Claro — **Dallas**, 30, Claro — **Dublin**, 13, Encoberto — **Estocolmo**, 16, Nublado — **Genebra**, 17, Nublado — **Hong Kong**, 30, Claro — **Jerusalém**, 28, Claro — **Lima**, 16, Claro — **Lisboa**, 24, Claro — **Londres**, 15, Claro — **Madrid**, 27, Claro — **Montevidéu**, 08, Claro — **Montreal**, 18, Neblina — **Moscou**, 26, Claro — **Nice**, 22, Claro — **Nova Deli**, 28, Encoberto — **Nova Iorque**, 24, Claro — **Oslo**, 17, Claro — **Ottawa**, 20, Claro — **Paris**, 16, Nublado — **Roma**, 24, Encoberto — **São Francisco**, 16, Nublado — **Seul**, 21, Claro — **Sófia**, 24, Claro — **Taipé**, 27, Nublado — **Tóquio**, 21, Chuva — **Tunis**, 29, Nublado — **Varsóvia**, 16, Chuva — **Viena**, 18, Nublado — **Washington**, 28, Nublado.

AVISOS RELIGIOSOS

FEDELE GROPILLO

† A família agradece a amigos e parentes o carinho demonstrado por ocasião do seu falecimento e convida para a missa de 7º dia, amanhã, às 11:30 horas na Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, Rua 1º de Março, próximo à Praça 15. (P

MARIA LUCIA DA CRUZ VAZ GERALDO

(MISSA DE 30º DIA)

† Sua família convida parentes, amigos e funcionários da Petrobrás, a comparecerem à missa que será celebrada no dia 24, às 9 horas, no Outeiro da Glória.

DINAH FREIRE MOTTA

(7º DIA)

† Sua família agradece as manifestações de pesar e convida para a missa de 7º dia que será celebrada 3ª feira, 24, às 10hs. na Matriz de Santana (Rua Santana, Praça Onze).

LECTICIA FIGUEIRA DA SILVA

(Viúva Gen. Med. José Ananias da Silva Sobr.)

MISSA DE 7º DIA

† José Ananias, esposa e filhos e Joaquim Olegario esposa e filhos agradecem as manifestações de carinho e pesar por ocasião do falecimento de sua querida mãe, sogra e avó e convidam para a missa de 7º dia, que será celebrada 4ª feira, dia 25 de junho, às 19 horas, na Igreja de S. José do Jardim Botânico (Lagoa).

MARILU DE SOUZA E SILVA

(MISSA DE 7º DIA)

† Sua família convida para a missa que será celebrada na Igreja Santa Margarida Maria, na Lagoa, dia 23 de junho, segunda-feira, às 19 horas.

Leonello Kaiser

Missa de 7º dia

† C.A.Kaiser e Família agradecem sensibilizados as manifestações de pesar recebidas por ocasião do falecimento de Leonello Kaiser, e participam a celebração de Missa de 7º dia na Igreja da Venerável Ordem Terceira de N. Sra. da Conceição e Boa Morte, à Rua do Rosário esquina de Av. Rio Branco, dia 23, às 11:30 horas.

Leonello Kaiser

Missa de 7º dia

† A Diretoria e os Funcionários de Tintas International S.A. agradecem as manifestações de pesar recebidas por ocasião do falecimento de Leonello Kaiser, pai de seu Diretor-Presidente, e participam a celebração de Missa de 7º dia na Igreja da Venerável Ordem Terceira de N. Sra. da Conceição e Boa Morte, à Rua do Rosário esquina de Av. Rio Branco, dia 23, às 11:30 horas.

MARILÚ SOUZA E SILVA

(7º DIA)

† Adelaide e Ary de Castro, Ana Luiza e Gustavo Capanema, Aloysio Salles, Arthur Bernardes Filho, Ana Maria e João Augusto Penido, Célia e Luis Bastian Pinto, Candinha e Joaquim Silveira, Celina e Beca de Castro, Gisah e Miguel Faria, Gilda e João Saavedra, Gilberto Chateaubriand, Heléne e Ermelino Mattarazzo, Joana e José Manuel Fragoso, Julita e Raul Simonsen, Julieta e Oswaldo Aranha, Kiki e João Carlos Almeida Braga, Leda e Manoel Nascimento Brito, Lília Moniz de Aragão, Lourdes Proença de Faria, Lolly e Cecil Hime, Maria do Baldini, Maria Helena e Haroldo Buarque de Macedo, Marilú Moreira, Maria e Fernando de Lamare, Marilú e Ivo Pitanguy, Maria da Glória e Renato Archer, Maria e Maurício Roberto, Maria Luisa e Gabriel Ferreira, Nelly Jafet, Nelson Baptista, Peggy Salles, Rosita e Herculano Thomaz Lopes, Regina e Ernani Teixeira, Therezinha e Hildegardo Noronha, Turquinha Muniz e Souza, Theresa Souza Campos, Theresa Muniz, Viviana della Porta, Yvonne e Harry Giglioli convidam para a missa de sua querida amiga MARILÚ, a realizar-se na Igreja Santa Margarida Maria – Lagoa, 2ª feira, dia 23 às 19 horas (P

Canelle e Damping Wave fazem duelo do GP

Além da natural atração do Grande Prêmio Marciano de Aguiar Moreira, a prova de maior distância, para éguas, do turfe carioca, esse ano, além de ter a função de encerrar a tríplice coroa da parte feminina da geração, serve para colocar em duelo duas das melhores três anos em atividade no país: Canelle e Damping Wave.

Canelle vem de ótimas atuações, vencendo com firmeza o Grande Prêmio Diana, segunda prova da Tríplice Coroa, e o Grande Prêmio Taça de Ouro, mostrando muitos progressos, mas sempre em dois quilômetros. E, sem dúvida, o nome mais forte da prova, principalmente por suas atuações anteriores.

UM FRACASSO

Damping Wave, pelo menos na Gávea, não teve oportunidade de demonstrar todo o seu poderio locomotor. Na estréia, no Grande Prêmio Henrique Possolo, venceu bem, a primeira prova da Tríplice Coroa de égua. No Grande Prêmio Diana, não foi apresentada, pois estava com um problema, reaparecendo no Grande Prêmio Taça de Ouro, quando fracassou, segundo os responsáveis "inexplicavelmente", mas era sabido que ela estava com problemas em um casco — o do posterior direito.

Mas a carreira de hoje não se resume as duas, pois pelo menos mais três concorrentes entrarão na pista para disputar a milha e meia, se não com esperança de vitória, pelo menos tentando chegar na dupla. São elas First Crop, Ujica e Belansita, as três boas corredoras, mas num nível técnico, até agora, inferior ao das duas primeiras, mas que esperam um fracasso para terminar na luta pela vitória.

Foto de José Camilo da Silva — 26/05/80

Em sua vitória na Taça de Ouro, com Edson Ferreira, Canelle confirmou o triunfo do GP Diana

Foto de José Camilo da Silva — 10/03/80

Antes de fracassar no Diana, Damping Wave estreou no GP Henrique Possolo com vitória

Selmar Lobo vai tirar dúvidas sobre fracasso

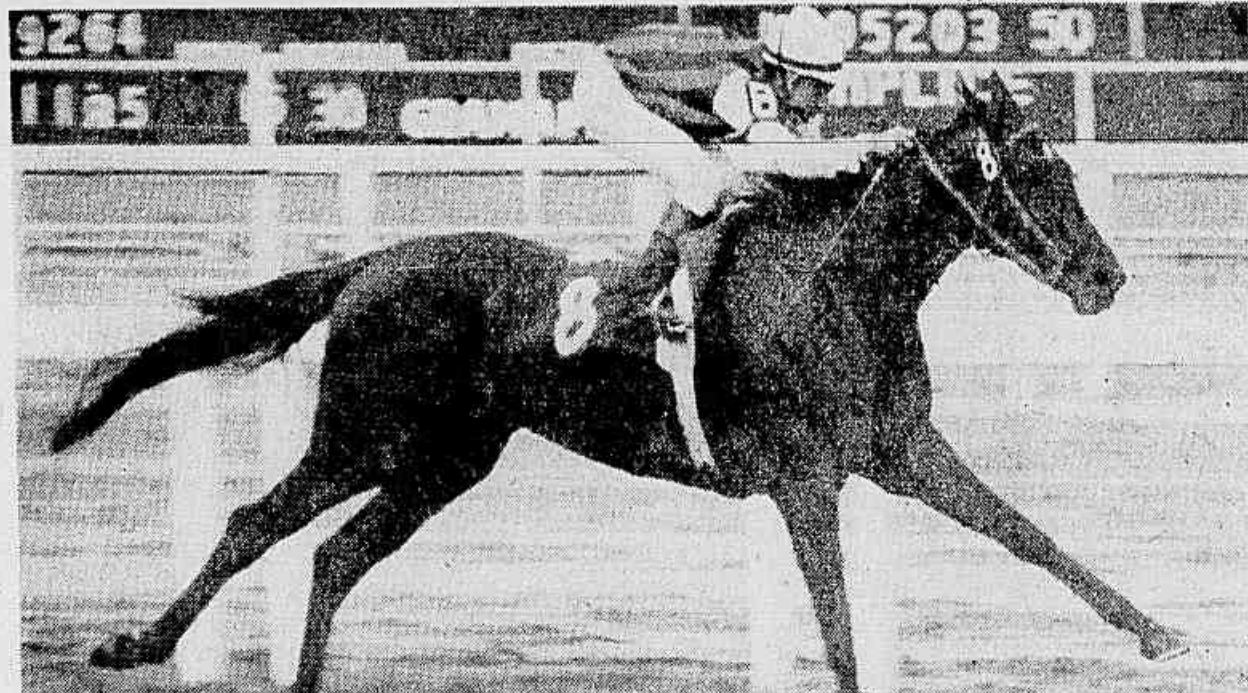
São Paulo — A participação de Damping Wave no Grande Prêmio Marciano de Aguiar Moreira servirá para o treinador Selmar Lobo, do Haras Rosa do Sul, tirar de uma vez por todas as dúvidas sobre o rendimento da égua em provas disputadas na Gávea. Na sua última atuação no Rio, no GP Diana, a filha de Tumble Lark fracassou, não justificando as excelentes corridas anteriores.

— Ela estreou no Rio no GP Henrique Possolo e estava bem. Ganhou por dois corpos, mas não me convenceu inteiramente, pois deveria vencer mais facilmente. Depois disso ela teve um problema sério, um cravo inflamado, e ficou fora da Taça de Ouro. Seu tempo de preparação para o GP Diana foi curto e o resultado me decepcionou.

Selmar diz que esperava pela vitória de Damping Wave ou no mínimo uma terceira colocação. Estava certo de chegar lutando com as ponteiras, "mas nada disso aconteceu, sua atuação foi decepcionante".

Damping Wave apurou quinta-feira em Cidade Jardim, passando os 1 mil 200 metros em 1m20s na raia principal. Seu treinador diz que ela vem sendo convenientemente preparada para a prova de domingo e desta vez está mais otimista, acreditando num bom rendimento da filha de Tumble Lark.

— Vamos dirimir dúvidas, saber se ela é boa no Rio e fracassou em sua última carreira por falta de um melhor preparo ou se corre realmente mais em São Paulo. Seu comportamento nos treinos esteve num nível bom, agora vamos ver domingo, na Gávea. Canelle e First Crop são os adversários mais difíceis de minha égua.

A filha de Tumble Lark tem seis vitórias e ganhou inclusive a primeira prova da Tríplice Coroa paulista. Vinte dias antes do GP Diana, que ela não correu, chegou em segundo lugar para Bela Reca. Selmar Lobo informou que hoje fará um galope na Gávea, voltando à raia amanhã "para uma voltinha, pois ela se sente bem em caminhar cedo, no dia da corrida".

As Vencedoras

Ano	animal (jóquei)	tempo
		(2 mil 400 metros)
1970	Aerenia (A. Ricardo)	2m31s4
1971	Juturna (A. Santos)	2m31s
1972	Caress (L. Cavalheiro)	2m30s1
1973	Kanga II (A. Garcia)	2m34s2
1974	Party (J. M. Amorim)	2m30s1
1975	Party (J. M. Amorim)	2m28s2
1976	Kalabaña (P. Cardoso)	2m38s1
1977	Cadur (G. Alves)	2m31s1
1978	Bac (J. M. Silva)	2m29s3
1979	Eifo (J. Escobar)	2m30s3

Páreo em 2 quilômetros abre reunião

1º Páreo: Uma carreira equilibrada e de boas qualidades técnicas abre a programação, onde Quadrillon aparece em condições de vencer. Na luta pela dupla, ainda com chance de vitória, estão Don Didi e El Sol, ambos bons corredores na pista de grama.

2º Páreo: De volta em carreira das mais fracas, aparece em condições de vencer Duqeville, que tem fama de ser bom corredor na pista de grama. Ban, em distância maior, Czar Rurik, sempre perigoso, e Iturbi aparecem como os maiores rivais do nosso indicado.

3º Páreo: Muito veloz, apesar de ter tido problemas, Good Leader pode ser o vencedor da carreira, mas não atua desde dezembro no Cristal, pode no final, perder para o estreante Cabulero, muito comentado, ou para Chano, que correu bem na última.

4º Páreo: Uma prova equilibrada onde, se confirmar suas corridas na pista de grama, Ciad pode vencer, mesmo em 1 mil 300 metros. Suas maiores rivais são a estreante Miss Dixie, das mais comentadas, e Haik, sempre atuando com regularidade.

6º Páreo: A parelha Tambi e Tachim, principalmente o primeiro, que levará a direção de Adail Oliveira, pode terminar por prevalecer nessa carreira. Muitos outros concorrentes têm chance de vitória, como João, Hester, Rampsar e Hamari.

7º Páreo: Muito maduro na turma a bom corredor na pista de grama, Dirty Harry só depende de um bom percurso para terminar lutando pela vitória. Ainda com muitas possibilidades aparecem Kharkov, King Blue, Snow Angel e Kossac. Chance ainda para Icacemo.

8º Páreo: Retrospecto puro da carreira, dificilmente Cleobela encontrará quem a derrote, dependendo apenas de que não tenha percurso ruim. Miss Sambola, que sempre se coloca, aparece como sua maior rival. Outra concorrente que tem chance é Feminina.

9º Páreo: Dois corredores, aparentemente, dominam o campo dessa carreira, Right Now e Cahill. O primeiro maduro na turma e o outro cada dia melhor, vindo de vitória impressionante em tempo muito bom. Além desses, aparece com chance Regra Três e Bedouin.

10º Páreo: Standard vem de Campos como um dos corredores mais comentados dos alistados nas corridas desse final de semana. Lucksor, que estreou com ótima atuação, aparece como seu maior rival; chance ainda para Virtuoso e para o estreante Kid's Friend.

Grou, de ponta a ponta, vence fácil Handicap na areia

Grou venceu de ponta a ponta o Handicap Extraordinário em 2 mil 200 metros, pista de areia, principal prova da programação de ontem à tarde no Hipódromo da Gávea, sob a direção de Gildásio Alves. Na segunda colocação, terminou Ilozone, separado de Estadao, o terceiro, por diferença mínima. Completaram o marcador Ceylão e Roger Bacon.

Grou, defendendo novo proprietário, o Haras Juramento, chegou de São Paulo no final da semana, depois de ter sido apresentado no leilão de Cidade Jardim e aprontado em São Paulo. Portanto, em uma semana foi do Rio para São Paulo, voltou e ainda aprontou. O concurso tríplice teve os seguintes resultados ontem: 1º Páreo: coluna dois, 2º Páreo: coluna três, 3º Páreo: coluna dois, 4º Páreo: coluna um, e 5º Páreo: coluna um.

Resultados

1º PAREO — 1400 metros — Pista — GL — Premio Cr$ 68.000,00

1º Ambore, J.M. Silva	57	2.30	11	26.90
2º Arturito, L. Gonzales	57	16.10	12	10.20
3º Miss Teca, A. Souza	55	3.40	13	5.80
4º Great Mystery, J. Reis	57	5.10	14	5.50
5º Tindaro, J. Pinto	57	1.90	22	40.60
6º Jarbas, R. Marques	57	5.10	23	4.50

N/C AIRMAN

Dif. — varios e varios corpos — Tempo — 1'26"1 — venc. — (5) 2.30 — Dup. — (24) 3.70 — place — (5) 1.80 e (3) 5.40 — Mov. do pareo Cr$ 771.700,00. AMBORE — M. C. 4 anos — SP — Kublai Khan e Inertia — criador — Haras São José e Expedictus — Propr. — Stud Empire — Treinador A. Morales.

2º Pareo — 1300 metros — Pista — GL — Premio Cr$ 78.000,00

1º Palora, E.R. Ferreira	55	7.00	11	17.80
2º Uma, J. Malta	56	2.40	12	8.90
3º Cantelle, J. Ricardo	55	2.80	13	4.70
4º Meg Rose, J.M. Silva	55	5.50	14	3.60
5º Barbarina, G. Meneses	56	8.10	23	9.10
6º Racionada, A. Oliveira	55	5.30	24	6.00
7º Nueva, J. Pinto	55	8.60	33	15.40
8º Sparkena, T.B. Pereira	54	2.40	34	2.70

N/CM: DABELA E RAJANE

DUPLA EXATA (01-07) Cr$ 45,60 — Dif. — 2 corpos e 1 corpo — Tempo — 1'20"3 — venc. — (1) 7.00 — Dup. — (14) 3.60 — place — (1) 3.90 e (7) 1.40 — Mov. do pareo Cr$ 1.418.430,00. PALORA — F. C. 3 anos — RS — Good Will e Prussia — criador — Haras Queracho — Propr. — Stud Shangri-la — Treinador — E. Coutinho.

3º PAREO — 1400 metros — Pista — GL — Prêmio Cr$ 85.000,00 (PROVA ESPECIAL)

1º Freitas, U. Meireles	55	9.80	12	3.70
2º Dutchman, J. Ricardo	57	2.10	13	5.00
3º Suzanne Lenglen, E.R. Ferreira	56	27.50	14	10.00
4º Arrabalero, G. Meneses	58	4.00	22	10.50
5º Al Pataco, J.M. Silva	55	14.00	23	2.00
6º Il Trovatore, J. Pinto	59	2.00	24	5.30
7º Azulino, G.F. Almeida	54	10.00	33	31.10

Dif. — 2 corpos e 3 corpos — Tempo — 1'22"4 — venc. (6) 9.80 — Dup. (34) 7.90 — place — (6) 6.30 e (4) 1.90 — Mov. do pareo Cr$ 1.677.070,00. FREITAS — M. C. 4 anos — SP — Millenium e Hecuba — criador — Fazenda e Haras Cotrim S/A — Propr. Stud America — Treinador — A. Araujo.

4º PAREO — 1300 metros — Pista — GL — Premio Cr$ 95.000,00

1º Mil Folhas, J. Pinto	55	1.90	11	19.50
2º Proud, G. Alves	55	5.40	12	3.70
3º Terizzi, E.R. Ferreira	55	8.80	13	6.80
4º Esso, T.B. Pereira	54	9.80	14	7.50
5º Oparana, J. Ricardo	55	9.60	22	8.50
6º Sculca, J.M. Silva	55	4.80	23	3.30
7º Bibesco, G. Meneses	55	9.60	24	4.50
8º Chere Amie, U. Meireles	55	6.70	33	16.20
9º Loila, R. Carmo	55	23.40	34	5.70

Dif. — 2 corpos e 1 corpo — Tempo — 1'20" — venc. — (3) 1.90 — Dup. (23) 3.30 — place — (3) 1.40 e (5) 2.00 — Mov. do pareo Cr$ 1.564.190,00. MIL FOLHAS — F. C. 2 anos — RJ — Locris e Microsia — criador — Haras Santa Rita da Serra — Propr. — Carlos Dondeo Junior Treinador — A. P. Silva.

5º PAREO — 2200 metros — Pista — AL — Premio Cr$ 98.000,00 (HANDICAP EXTRAORDINARIO)

1º Grou, G. Alves	57	1.90	11	5.80
2º Ilozone, J. Escobar	56	6.80	12	2.70
3º Estanco, G.F. Almeida	56	3.70	13	3.80
4º Ceylão, G. Meneses	57	4.00	14	3.80
5º Roger Bacon, J. Ricardo	56	4.00	22	31.20
6º Demigod, J.M. Silva	55	4.00	23	8.70
7º Quality Show, A. Oliveira	58	12.90	24	8.00

Dif. — 3 corpos e minima — Tempo — 2'21" — venc. — (1) 1.90 — Dup. — (11) 5.80 — place — (1) 1.40 e (2) 2.10 — Mov. do pareo Cr$ 1.594.610,00. GROU — M. C. 4 anos — SP — Zaluar e Readers — criador — Haras Malurica — Propr. — Haras Juramento — Treinador — S. Morales.

6º PAREO — 1300 metros — Pista — GL — Prêmio Cr$ 68.000,00

1º Escamoso, J. Pinto	57	3.20	11	22.30
2º Turno, J.M. Silva	57	2.10	12	12.20
3º Atrium, J. Ricardo	57	17.80	13	7.30
4º Clerus, E.R. Ferreira	57	10.90	14	5.00
5º Anatol, C. Morgado	55	10.50	22	32.20
6º Escudo Real, T.B. Pereira	56	25.80	23	7.30
7º Anfitrião, G. Meneses	57	17.00	24	8.60
8º Rei da Noite, U. Meireles	56	25.90	33	20.40
9º Tiago, A. Ferreira	57	11.20	34	2.10
10º Umata, R. Marques	56	11.20	44	4.00
11º Cavalor, P. Macedo	57	6.80		
12º Dollar Furado, C. Valgas	57	3.20		
13º Harmo, G.F. Almeida	57	27.30		
14º Florero, A. Ramos	55	31.90		
15º Talanco, P. Racha Fº	53	31.60		

DUPLA EXATA (06-09) Cr$ 6,20 — Dif. — pescoço e 3 corpos — Tempo — 1'19"1 — venc. (6) 3.20 — Dup. (34) 2.10 — place — (6) 1.50 e (9) 1.30 — Mov. do pareo Cr$ 1.827.900,00. ESCAMOSO — M. C. 4 anos — RS — Janota e Mar da Crimea — criador — Haras Minas Gerais S/A — Propr. — Stud Juheli — Treinador — R. Carrapito.

7º PAREO — 1000 metros — Pista — GL — Premio Cr$ 78.000,00

1º Lobo Selvagem, E.R. Ferreira	56	9.20	11	43.00
2º Decor, E.B. Queiroz	56	13.30	12	16.50
3º Dignis, J. Ricardo	56	3.40	13	4.90
4º Uirine, J.M. Silva	56	1.80	14	13.20
5º Greenwood, JJ. Garcia	56	14.20	22	32.20
6º Kamaroon, A. Ramos	56	10.00	23	5.20
7º Gran Castino, F. Carlos	56	22.20	24	9.30
8º Amadel Ringo, R. Freire	56	14.80	33	5.20
9º Balbi, J. Reis	56	20.40	34	1.80
10º Agrado, U. Meireles	56	21.00	44	12.30
11º Proud Prince, J. Ferreira	52	9.50		

DIF. — varios corpos e minima — Tempo — 1'4" — venc. — (8) 9.20 — Dup. — (23) 5.20 — places — (8) 6.70 e (3) 7.70 — Mov. do pareo Cr$ 1.856.730,00. LOBO SELVAGEM — M. C. 3 anos — SP — Lorrain e Charpana — criador e Propr. — Haras Leila — Treinador — E. C. Pereira.

8º PAREO — 1000 metros — Pista — NL — Premio Cr$ 98.000,00 (PROVA ESPECIAL DE LEILAO)

1º Vicki Blue, M. Andrade	[illegible]	[illegible]	12	15.40
2º Mull of Galloway, J. Ricardo	55	5.00	[illegible]	[illegible]
3º Cuon Boa, J.M. Silva	55	3.10	14	8.00
4º Plumpull, U. Meireles	55	3.40	22	46.20
5º Citral, J. Pinto	55	21.30	23	9.30
6º Misiones, A. Ferreira	55	7.00	24	15.00
7º Bitenita, A. Ramos	55	5.20	33	2.40
8º Miss Mage, E. Marinho	55	27.30	34	2.80

N/C: CALIMAR, RET. ALTIEUSE

Dif. — 1 corpo e pescoço — Tempo — 1'04" — venc. — (5) 3.60 — Dup. — (34) 2.80 — place — (5) 2.10 e (9) 2.20 — Mov. do pareo Cr$ 1.509.810,00. VICKI BLUE — F. C. 2 anos — RS — Waldmeister e Skyle criador — Fazenda Mondesir — Propr. — Stud Zig-Zag — Treinador — G. Feijo.

9º PAREO — 1100 metros — pista — NL — Prêmio Cr$ 95.000,00

1º Very Orbit, E.R. Ferreira	55	5.50	11	23.00
2º Sumare, A. Oliveira	55	4.40	12	16.40
3º Ery Park, J. Ricardo	55	1.80	13	10.10
4º Lampeiro, P. Vignolas	54	17.20	14	3.80
5º Osane, G.F. Almeida	55	10.70	22	48.30
6º Eletriz, P. Cardoso	55	16.80	23	7.60
7º Benino, J.M. Silva	55	9.30	24	5.60
8º Amalim, A. Ramos	55	16.00	33	20.20
9º Tia Bessie, J. Pinto	55	31.70	44	2.30
+ Dodie, J.F. Fraga	55	8.00	44	6.80

(+ Não completou o percurso)

Dif. — 3 corpos e 3 corpos — Tempo — 1'09" — venc. — (1) 5.50 — Dup. — (13) 10,10 — place — (1) 3.90 e (7) 3.60 — Mov. do pareo Cr$ 1.651.700,00. VERY ORBIT — F. C. 2 anos — RS — Royal Orbit e Nyzac criador Fazenda Mondesir — Propr. — Stud Black Boll — Treinador — W. Aliano.

10º PAREO — 1300 metros — Pista — NL — Prêmio Cr$ 68.000,00

1º Piriapolis, J. Ricardo	55	3.80	11	14.00
2º Cinderella, J. Pinto	56	1.90	12	12.90
3º Farandoule, P. Vignolas	56	9.50	13	5.30
4º Melvin, R. Macedo	52	12.00	14	3.50
5º Jambour, J.M. Silva	57	7.50	22	25.80
6º Foraged, A. Souza	53	16.50	23	14.40
7º Henrol, R. Marques	53	30.00	24	9.90
8º Mister Yato, A. Oliveira	55	9.80	33	14.90
9º Moinhos de Vento, U. Meireles	56	7.90	34	2.70
10º Aleris, J. Esteves	55	21.10	44	4.10
11º Don Manolo, C. Valgas	56	16.50		
12º Quiet Now, A. Abreu	53	32.50		
13º Mister Olgo, C. Morgado	55	21.10		
14º Moresco, J. Mendes	57	30.00		

N/CM: JYMBIO, NIGHT CUP e BAS POND. DUPLA EXATA (01-10) Cr$ 40,30 — Dif. 3 corpos e 2 corpos — Tempo 1'20"2 — Venc. — (1) 3.80 — Dup. — (14) 3.50 — place — (1) 3.30 e (1) 4.40 — Mov. do pareo Cr$ 1.844.650. PIRIAPOLIS — M. 4 anos — RS — Pleocaio e Pata Mouro — criador — Haras Queracho Propr. — Haras João Jabour — Treinador — R. Nahid.

APOSTAS Cr$ 20.064.936,00 — PORTÕES Cr$ 19.470,00

Tambi pode vencer na carreira da segunda dupla exata

1º PAREO — as 14h00 — 2000 metros — Baronius — 2m00s — (Grama)

1	Don Didi, J. Pinto	1	57	4º (8) Al Pataco e Rueck	1400	AP	1m27s3	R. Carrapito
2	Quadrillon, A. Oliveira	2	54	5º (8) Escandalo e Bau	1600	NL	1m41s	A. Morales
	Hibisco, G.F. Almeida	3	54	6º (7) Freitas e Bau	1600	GL	1m36s1	A. Vieira
3	El Sol, J. Ricardo	4	55	4º (8) Al Pataco e Rueck	1400	AP	1m27s3	R. Nahid
	Rueck, E.R. Ferreira	5	55	2º (8) Al Pataco e Devilish Khan	1400	AP	1m27s3	W. Aliano
4	Devilish Khan, F. Esteves	6	55	3º (8) Al Pataco e Rueck	1400	AP	1m27s3	R. Costa
	Sky Hawk, P. Vignolas	7	54	6º (8) Al Pataco e Rueck	1400	AP	1m27s3	A. Araujo

2º PAREO — as 14h30 — 1300 metros — Caroata — 1m15s 4/5 — (Grama) DUPLA EXATA

1	Zillian, J.M. Silva	1	55	9º (10) Libelia e Dogeu	1200	NL	1m15s	J.M. Aragao
	Duqueville, E. Ferreira	2	56	10º (12) Czar Rurik e Parceiro	1400	GL	1m24s1	J.T. Ferrao
	Ban, P. Macedo	3	55	9º (8) Quermes e Iturbi	1000	GU	59s3	F. Abreu
	Czar Rurik, A. Barbosa	13	52	2º (9) Olivero e Sator	1500	GL	1m31s2	F. Abreu
2	Virrey, E. Marinho	4	56	1º (6) Vanderhoeven e Vampire	1200	NP	1m14s1	G. Ulloa
	Siso, G.F. Almeida	5	57	5º (13) Hono Hele e Henevino	1300	NP	1m21s2	G.F. Santos
	Sadalgio, A. Souza	6	56	5º (6) Degallium e Esteoral	2000	GL	2m02s4	A. Garcia
3	Iturbi, T.B. Pereira	7	58	2º (8) Quermes e Rusay	1000	GU	59s3	B. Ribeiro
	Rusay, P. Queiroz	8	55	10º (13) Henevino e Parceiro	1200	NL	1m15s	L. Amaral
	Bla-Bla Bras, J. Escobar	9	54	11º (13) Hono Hele e Henevino	1300	NP	1m21s2	C.F.P. Nunes
	Abece, Juarez Garcia	10	55	7º (8) Bon Ami e Beach Boy (CP)	1300	NP	1m23s2	A. Oricouli
4	Mercurio, A. Ferreira	11	56	6º (8) Skopelos e Hono Hele	1600	NP	1m42s1	P. Duarte
	Sudito, F. Esteves	12	55	4º (8) Quermes e Iturbi	1000	GU	59s3	H. Tobias
	Olivero, J. Ricardo	14	56	1º (9) Sator e Czar Rurik	1500	GL	1m31s2	P. Nahid

3º PAREO — as 15h00 — 1000 metros — 56s 2/5 — Solylux — (Grama) 6º PAREO DO CONCURSO TRÍPLICE

1—1	West Sir, T.B. Pereira	1	56	9º (10) Rubem e Ox-Tail	1000	NL	1m01s3	F. Madalena
2	Re Belo, R. Marques	2	56	9º (9) Khaled e Cahill	1200	GL	1m13s1	R. Marques
2—3	Desp Islar, J. Ricardo	3	56	4º (8) Itaperuçu e Ox-Tail	1100	NL	1m08s1	R. Nahid
	Chano, J. Pinto	8	56	3º (9) Ballistic e Digno	1100	NL	1m09s	R. Nahid
3—4	Martim Pescador, J. Malta	4	56	9º (14) Erasmus e Ubine	1400	GU	1m25s4	J.M. Aragão
5	Sweet Viking, C. Xavier	5	56	6º (8) Itaperuçu e Ox-Tail	1100	NL	1m08s1	S.P. Gomes
6	Cabulero, J.M. Silva	6	56	Estreante	Estreante			S. Morales
4—7	Siriani, C. Valgas	7	56	8º (9) Khaled e Cahill	1200	GL	1m13s1	A. Vieira
8	Fanagram, A. Ramos	9	56	Estreante	Estreante			A.P. Silva
9	Good Leader, A. Oliveira	10	56	1º (8) Kesusto e Abalo (RS)	700	AL	41s2	A. Morales

4º PAREO — as 15h30 — 1300 metros — Caroala — 1m15m4/5 — (Grama) 7º PAREO DO CONCURSO TRÍPLICE INICIO DO CONCURSO DE 7 PONTOS

1—1	Haik, J. Malta	1	55	4º (10) Vasca e Hechiza	1200	GL	1m12s3	A.P. Silva
2	Jaguaruana, E.R. Ferreira	2	55	10º (10) Princ. Child e Decolette	1300	GL	1m18s3	W. Aliano
2—3	Sonata, A. Oliveira	3	55	6º (10) Lymph e La Aurora	1000	NU	1m02s4	A. Morales
4	Escalada Swady, J. Ricardo	4	55	Estreante	Estreante			R. Nahid
3—5	Miss Dixie, J.M. Silva	5	55	Estreante	Estreante			A. Oricouli
6	F. Carabos, H. Vasconcelos	6	55	Estreante	Estreante			R. Costa
4—7	Almanat, A. Ramos	7	55	8º (10) Vat e La Marquise	1300	NP	1m22s	G. Ulloa
8	Aguia Barbara, E.B. Quiroz	8	55	5º (8) Decolette e Tour D'Argent	1300	GL	1m19s1	J. Pedro Fº
9	Ciad, J. Pinto	9	55	4º (10) Tour D'Argent e Adelaide	1300	NL	1m22s2	Z.D. Guedes

5º PAREO — as 16h00 — 2400 metros — Lohengrin (2m25s1/5 — (Grama) GRANDE PREMIO MARCIANO DE AGUIAR MOREIRA — (3ª Prova da Tríplice Coroa) 8º PAREO DO CONCURSO TRÍPLICE

1—1	First Crop, J.M. Amorim	1	56	[illegible] (15) Cannelle e Ujica	2000	GF	[illegible]	A. [illegible]
9	Ujica, G.F. Almeida	2	56	[illegible] (15) Cannelle e Belansita	2000	GF	[illegible]	G.F. Santos
2—3	Cannelle, E. Ferreira	3	56	1º (15) Ujica e Belansita	2000	GF	[illegible]	[illegible]
3—4	Belansita, J. Ricardo	4	56	[illegible] (15) Cannelle e Ujica	2000	GF	[illegible]	A. [illegible]
5	Fuboe Van Demars, J. Pinto	5	56	[illegible] (15) Cannelle e Ujica	2000	GF	[illegible]	J.M. [illegible] (SP)
4—6	Rasbaderia, A. Oliveira	6	56	[illegible] (15) Cannelle e Ujica	2000	GF	[illegible]	A. [illegible]
7	Damping Wave, A. Bolino	7	56	8º (15) Cannelle e Ujica	2000	GF	[illegible]	S. Lobo

6º PAREO — as 16h30 — 1500 metros — Stick Poker — 1m29s — (Grama) 9º Pareo do Concurso Tríplice — Dupla Exata

1—1	Hamari, Juarez Garcia	1	53	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2	João, C. Valgas	2	55	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
3	Abeu, J. Malta	3	57	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2—4	Rampsar, P. Cardoso	4	57	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
5	Rondier, A. Oliveira	5	56	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
6	Cincinnati Kid, J. Pinto	6	56	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
3—7	Bravateiro, P. Macedo	7	57	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Seven Seas, F. Esteves	13	57	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
8	Tambi, J.M. Silva	8	55	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Tachim, G.F. Almeida	9	54	[illegible] e Tambi	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
4—9	Nespoli, A. Souza	10	57	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
10	Hester, J. Ricardo	11	56	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
11	Inscrito, J. Escobar	12	56	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	A. P. Silva
12	Hilador, W. Gonçalves	14	56	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

7º PAREO — as 17h00 — 1400 metros — Il Trovatore — 1m22s2/5 — (Grama) 10º PAREO DO CONCURSO TRÍPLICE

1—1	Racemo, C. Valgas	1	57	10º (12) Paulino e Oleto	[illegible]	[illegible]	[illegible]	Z.D. Guedes
	Stamine, G. Alves	9	56	7º (11) Sadalgio e Zoisan	[illegible]	[illegible]	[illegible]	Z.D. Guedes
2	Kharkov, E.R. Ferreira	2	55	4º (11) Sadalgio e Zoisan	[illegible]	[illegible]	[illegible]	W. Aliano
3	King Blue, G.F. Almeida	3	57	4º (8) Tom Sawyer e [illegible]	[illegible]	NP	[illegible]	C.F.P. Nunes
2—4	Dirty Harry, R. Macedo	4	50	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	E. Coutinho
	Kon Ma, L. Januario	11	56	[illegible] (12) Paulino e Oleto	[illegible]	[illegible]	[illegible]	E. Coutinho
5	Snow Angel, J. Malta	5	57	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	J.B. Silva
6	Kossac, A. Abreu	6	56	[illegible] (12) Paulino e Oleto	[illegible]	[illegible]	[illegible]	J.T. Ferrao
3—7	Klavier, J.M. Silva	7	58	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	R. Tripodi
8	Dolomito, P. Vignolas	8	54	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	W.G. Oliveira
9	Jerlan, A. Ferreira	10	55	6º (11) Sadalgio e Zoisan	[illegible]	[illegible]	[illegible]	E.C. Ferreira
	Dependente, I. Brasiliense	14	50	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	E.C. Ferreira
4—10	Fanage, P. Cardoso	12	58	[illegible] (12) Paulino e Oleto	[illegible]	[illegible]	[illegible]	C. Ribeiro
11	Zoisan, R. Marques	13	55	[illegible] (11) Sadalgio e [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	R. Marques
12	Rien, J.B. Fonseca	15	56	[illegible] (11) Sadalgio e Zoisan	[illegible]	[illegible]	[illegible]	J. Pedro Fº
13	Oleto, J. Pinto	16	54	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	J.L. Pedrosa

8º PAREO — as 17h30 — 1000 metros — Tom Sawyer — 1m00s — (Areia) 11º PAREO DO CONCURSO TRÍPLICE

1—1	Letizia, A. Oliveira	1	55	6º (6) Valley Of Princess e Bola	1300	AL	1m21s4	R. Tripodi
2	Feminina, J. Pinto	2	55	10º (10) Vat e La Marquise	1300	NP	1m22s	G.L. Ferreira
2—3	UpDown, A. Ramos	3	55	12º (13) Kennabis e La Marquise	1200	AL	1m15s3	C. Rosa
4	Cleobela, C. Xavier	4	55	2º (10) Bola e Cherie Amie	1100	AP	1m10s2	N.P. Gomes Fº
3—5	Gria, W. Gonçalves	5	55	8º (10) Lymph e La Aurora	1000	NU	1m02s4	J.L. Pedrosa
6	Copyaso, J. Malta	6	55	Estreante	Estreante			M. Aragao
4—7	Miss Sambola, A. Ferreira	7	55	5º (10) Bola e Cherie Amie	1100	AP	1m10s2	A.P. Lavor
8	Farilia, C. Morgado	8	55	Estreante	Estreante			C.A. Morgado
9	Amada Mia, L. Correa	9	55	12º (13) Kennabis e La Marquise	1200	AL	1m15s3	I. Coutinho

9º PAREO — as 18h00 — 1300 metros — Yard — 1m18s 3/5 — (Areia) 12º PAREO DO CONCURSO TRÍPLICE

1—1	Right Now, A. Oliveira	1	55	[illegible]	1300	[illegible]	[illegible]	A. Morales
	Regra Três, R. Freire	7	55	[illegible]	1300	[illegible]	[illegible]	A. Morales
2—2	Khaled, A. Machado Fº	2	51	[illegible]	1500	[illegible]	[illegible]	B. Ribeiro
3	Zé do Pito, J.B. Fonseca	3	52	[illegible]	1100	[illegible]	[illegible]	J.M. Fernandes
3—4	Queco, F. Carlos	4	56	[illegible]	1200	[illegible]	[illegible]	A.G. Oliveira
5	Bedouin, J.M. Silva	5	55	[illegible]	1300	[illegible]	[illegible]	A. Oricouli
4—6	Siton, J. Escobar	6	56	[illegible]	1300	[illegible]	[illegible]	S. Morales
7	Cahill, J. Ricardo	8	56	1º (10) Argozol e Duttos	1300	NL	[illegible]	A. Ferreira

10º PAREO — as 18h30 — 1200 metros — Iatagan — 1m12s 2/5 — (Areia) 13º PAREO DO CONCURSO TRÍPLICE — DUPLA EXATA

1—1	Latex, D.F. Graça	1	55	6º (13) Superavit e Lucksor	1000	AP	1m02s	J.D. Moreira
2	Portland, M. Andrade	2	55	Estreante	Estreante			G. Feijo
	Virtuoso, F. Esteves	3	55	3º (7) Vox e Gaivota da Gávea	1400	GU	1m25s	G. Feijo
3	Kid's Friend, J.M. Silva	4	55	Estreante	Estreante			I. Amaral
2—4	Adorado, E.B. Queiroz	5	55	12º (13) Superavit e Lucksor	1000	AP	1m02s	J. Pedro Fº
5	Cyrille, J.F. Fraga	6	55	Estreante	Estreante			H. Tobias
	Segall, J. Malta	8	55	[illegible] (13) Superavit e Lucksor	[illegible]	AP	[illegible]	H. Tobias
6	Standar, A. Oliveira	7	55	[illegible]	1100	[illegible]	[illegible]	A. Morales
3—7	Estuardo, E.R. Ferreira	9	55	[illegible]	[illegible]	AP	[illegible]	E. Coutinho
8	Lucksor, E. Ferreira	10	55	2º (13) Superavit e [illegible]	1000	AP	[illegible]	W.P. Lavor
9	Ellinas, J. Ricardo	11	55	Estreante	Estreante			R. Nahid
	Trumo, J.R. Oliveira	14	55	[illegible] (13) Superavit e Lucksor	1000	AP	[illegible]	R. Nahid
4—10	Minimus, A. Souza	12	55	[illegible] (10) [illegible]	1100	NL	[illegible]	G.L. Ferreira
11	Right, G.F. Almeida	13	55	Estreante	Estreante			A. Paim Fº
12	Estereofônico, J. Pinto	15	55	[illegible] (13) [illegible]	1400	GL	[illegible]	A.P. Silva
13	Ethero, P. Vignolas	16	55	[illegible] (13) Superavit e Lucksor	1000	AP	[illegible]	Z.D. Guedes

RETROSPECTO

1º PÁREO: Quadrillon — Don Didi — Sky Hawk
2º PÁREO: Duqueville — Iturbi — Ban
3º PÁREO: Good Leader — Cabulero — Chano
4º PÁREO: Ciad — Haik — Miss Dixie
5º PÁREO: Canelle — Damping Wave — Ujica
6º PÁREO: Tambi — Hester — João
7º PÁREO: Dirty Harry — Kharkov — Stamine
8º PÁREO: Cleobela — Miss Sambola — Feminina
9º PÁREO: Right Now — Cahill — Bedouin
10º PÁREO: Standar — Lucksor — Virtuoso.

Ex-campeões fazem do Masters a festa da natação

Fotos de Luiz Carlos David

Sílvio Fiolo, ex-recordista mundial, se emocionou com a medalha que as crianças lhe ofereceram e com a possibilidade de promover o esporte

Tanto para o enorme público, como para os ex-campeões e ex-recordistas mundiais que estavam ontem à piscina do Flamengo, na Gávea, os resultados foram o que menos importaram no Torneio de Masters, de natação. A promoção, a primeira desse tipo realizada no Rio, reunindo só ex-ídolos, alguns deles com até 70 anos de idade e levando no calção medicamento antienfarte foi um sucesso tão grande que quem não compareceu deve estar se lamentando.

Apesar da longa duração do Torneio, que começou às 9h e terminou depois das 14h, o público e os participantes não perderam o entusiasmo. Tanto que Lucy Mauriti Burle, ex-recordista sul-americana dos 100m livre, que trocou definitivamente as piscinas, há quatro anos, por um emprego no Consulado Brasileiro em Los Angeles, não se conteve de ficar assistindo e voltou a nadar.

— Foi emocionante. Pela primeira vez na minha vida participei de uma prova em que ouvia, "vai papai, vai titio, vai vovô." E embora tenha vencido, para mim o mais importante dessa promoção não foi a competição em si, mas o reencontro.

A opinião de Lucy é compartilhado por todos, pelos que competiram e pelos que assistiram entusiasmados ao Master, uma competição que na opinião de todos, pelo sucesso, pelo entusiasmo, pela promoção que dá ao esporte, deveria ter sido feita há mais tempos.

Sílvio Kelly dos Santos, hoje um advogado bem-sucedido, postulante à presidência do Fluminense, que no passado foi um dos ídolos não só da natação mas do water-pólo, tinha parado de nadar há 22 anos. Há dois meses, quando soube da promoção do Masters, achou tão importante o acontecimento que decidiu voltar "a dar minhas braçadas."

Considero esse tipo de promoção da maior importância para o esporte, para despertar no jovem o interesse por sua prática e mostrar-lhe que o esporte pode ser praticado em qualquer idade, não exclusivamente com o objetivo de vencer, mas por ser uma atividade saudável.

Outro que desde que havia parado, em 1963, jamais nadara é Manuel dos Santos, responsável por dois dos maiores feitos da natação brasileira: o recorde mundial dos 100m livre, com a marca de 53s6 (hoje está em 49s44) e uma medalha de bronze nessa mesma prova nos Jogos Olímpicos de Roma.

— Uma idéia brilhante como essa, por que não surgiu há mais tempo? Em São Paulo temos algo semelhante, o torneio Caros Coroas, para competidores acima de 40 anos, em todos os esportes. Lá, todos participam e pelo que aconteceu aqui tenho certeza de que os não vieram (Maria Lenk e Piedade Coutinho não compareceram) se arrependeram.

MANUEL GOSTOU DE PERDER

Com 42 anos, Manuel dos Santos tem hoje uma atividade intensa como dirigente de uma empresa madeireira, com filiais no Mato Grosso e no Paraguai. Aliás, ele parou de nadar para se dedicar à firma, mas ao ver a arquibancada da piscina da Gávea lotada de pessoas entusiasmadas, promoteu que no Masters do próximo ano trará muitos amigos, ex-atletas como ele. E não se importou em perder.

— Acho bom ter perdido. Foi importante mostrar que o principal do esporte é o prazer de competir. Na sociedade atual, mais cedo ou mais tarde o jovem acabou poderá acabar se se deixar levar por algum vício, ao passo que se estiver praticando esporte, a exemplo dos pais, aprenderá a dar valor à saúde.

Na época em que bateu o recorde do mundo, Manuel lembra que nada cerca de 6 mil metros por dia, enquanto hoje os principais atletas fazem cerca de 26 mil metros por dia. Por isso, acha que estão mais preocupados em fazer campeões do que em dar atividade física ao jovem:

— O caráter competitivo domina a natação de hoje, que é mais científica. Na minha época, ganhava o nadador de mais talento, de melhor técnica, e por isso muitas vezes discutia com meu treinador, porque a natação era para mim algo muito natural e o técnico tinha que saber mais do que eu. Hoje, o talento é superado pelo treinamento, pela máquina de fazer campeões. Condeno esse tipo de treinamento, porque visa apenas o título e não a saúde do atleta.

FIOLO, 2 ANOS DEPOIS

O ex-recordista mundial dos 100m peito, José Sílvio Fiolo, que parou somente há dois anos, é um exemplo de nadador que, embora no fim da carreira, passou por esse tipo de treinamento condenado por Manuel dos Santos.

— Confesso que todo aquele treinamento me deixou saturado, com verdadeiro pavor de chegar a borda de uma piscina. Só concordei em participar do Masters porque reconheço sua importância para a natação.

Fiolo se confessa também apaixonado pela natação, embora esteja quase inteiramente absorvido pelo trabalho na firma de construção de aquários de água salgada. Com 30 anos, apesar de gordo, pernas grossas, resultado de ter abandonado os exercícios físicos, seu estilo (e sua vitória nos 50m peito) foi o que mais impressionou o público. O que para ele não é o mais importante:

— Tudo que eu puder fazer para o esporte farei, inclusive participando. E o Masters é uma contribuição importante para a natação.

DOIS COM 70 ANOS

Um dos momentos mais emocionantes do torneio foi a competição de **masters** propriemante ditos, que reuniu nadadores até com 70 anos de idade. Um deles, Carlos Vasconcelos, 68, já acometido por dois enfartes, nadou inclusive com um vidro de Isordil (remédio antienfarte) dentro do calção.

Para Gastão Figueiredo, que tentara atravessar o Canal da Mancha, a derrota nos 400m livre foi o de menos no que considerou uma brilhante competição.

— Estamos dando um bom exemplo aos jovens e isso vale mais.

É o que pensa também Cândida Gandolpho, vencedora entre as três únicas mulheres, todas do Fluminense, que competiram na categoria masters. Ela derrotou Celina Moraes (70 anos) e América Curado, de 68, que tinha alguns de seus netos torcendo por ela na borda.

Por tudo isso, pelos comentários elogiosos à competição, os dirigentes da Federação estavam em largos sorrisos, chegando até a pensar em programar outra competição para o fim do ano. Mas prevaleceu a opinião dos próprios participantes: é preferível um só Master por ano, que motiva mais os nadadores, e o público não banaliza a promoção.

SUAM joga com Bennett no futebol

O Campeonato de Futebol dos Jogos Universitários JORNAL DO BRASIL/ DELFIN prossegue hoje com a realização de duas partidas pela 1ª Divisão: UFRJ x Castelo Branco e Bennett x SUAM, na Gama Filho, às 8h. Na 2ª divisão jogam; EsFO PM xNuno Lisboa, em Ítalo Del Cima, às 8h.

A competição de tênis de mesa masculino, com participação das faculdades não federadas à FEURJ, foi vencida por Davi Dutra, da Souza Marques, e Miako Ito, da UFRJ. A classificação final foi a seguinte: **masculino**: 1º Davi Dutra (Souza Marques), 2º Sérgio Ribeiro (Estácio de Sá), 3º Sérgio Roberto (Moraes Júnior), 4º Luís Antônio (Plínio Leite); **feminino**: 1º Miako Ito (UFRJ), 2º Helena Zilberman (Souza Marques), 3º Andrea Ribas (USU), 4º Sueli Barroso (Moraes Júnior).

João Malik ganha prova na Hípica

João Alberto Malik de Aragão, montando **Moron**, venceu ontem, sem cometer falta, a prova da categoria senior, com pista armada a altura de 1m30cm e disputada no sistema de tabela A (um desempate). A prova foi disputada na pista da Sociedade Hípica Brasileira e João Alberto superou Elizabeth Assaf, que também fez pista limpa, com **Pirro**, pela diferença de apenas um décimo de segundo. A terceira colocação pertenceu a Antonio Eduardo Alegria Simões, com **Estio**, sem falta, no tempo de 33s3d.

Na prova para cavaleiros juniores, com pista a 1m30cm, tabela A (um desempate), ganhou Pedro Figueira de Mello, com **San Martin**, sem falta, no tempo de 36s2d, classificando-se a seguir: Paulo Stuart, com **Boemio**, sem falta, em 38s5d; e Luciano Blessmann, com **Reservado**, que perdeu oito pontos, no tempo de 56s4d. Na primeira prova, para cavalos Classe A, pista armada a 1m20cm e do tipo cronômetro, venceu Hipólito Munhoz, montando **Carimbó**, enquanto na prova reservada a cavalos novos, o primeiro lugar ficou com Eduardo Graça Aranha. Hoje, na pista da Hípica, está programada uma prova pela manhã para cavalos estreantes e outra a tarde para animais de qualquer classe.

Bermuda Race começa com 161 veleiros

Newport, Rhode Island — A Regata da Bermuda, considerada uma das mais importantes e perigosas do mundo, começou ontem, com ventos fortes, reunindo 161 veleiros representando a Austrália, Estados Unidos e Canadá. O recorde do percurso pertence ao enorme **Ondine**, com 2 dias, 19 horas, 52 minutos e 22 segundos, e que está competindo este ano com uma tripulação de 20 iatistas.

O percurso completo, entre Newport e o arquipélago das Bermudas, mede aproximadamente 635 milhas, integrada a série de regatas Onion Patch e o grande problema da travessia é o Golf Stream, corrente que sai do Golfo do México e vai até o Polo Norte. Com muitos meandros, em caso de ventos fracos, ela por sua vez é mais rápida do que a velocidade dos barcos. Assim, pode arrastar os veleiros para o Norte, por algum tempo, tirando toda e qualquer chance de vitória.

O grande segredo para ultrapassá-la o mais rápido possível é localizar o ponto onde é mais estreita. Por isso, a atuação dos navegadores é fundamental. O detalhe curioso é que normalmente, nesta época, o frio é intenso na área da regata. Entretanto, quando os barcos chegam ao Golf Stream o calor é insuportável, obrigando os tripulantes a se desfazerem de todos os agasalhos, passando a velejar apenas de calção.

Dentro dela o ar é sufocante, costuma-se sentir cheiro de terra. As águas são revoltas e de tonalidade diferente. Um termômetro, colocado no casco, serve para orientar os navegadores sobre a proximidade da corrente quente, que permite a vida nos países nórdicos.

Vários barcos brasileiros como o **Wa-Wa-Too** e o **Saga** já disputaram a Bermuda Race, sendo que o **Saga** teve excelente atuação na primeira vez que competiu, quando chegou a pegar um **rabo** de furacão, muito comum na região. Entretanto, o maior destaque entre os barcos nacionais é o **Krshna**, que em 1978 — a regata é disputada de dois em dois anos — sob o comando de Roberto Pellicano, obteve o terceiro lugar geral, entre mais de 200 inscritos, além de ganhar a prova em sua Classe.

Apesar de ser uma regata difícil, muitas vezes corrida sob forte nevoeiro e sujeira à possibilidade de furacões oriundos do Caribe e da Flórida, a Bermuda Race não apresenta, em sua longa história, vítimas fatais, como a Fastnet Race, que no ano passado provocou a morte de 18 iatistas e ferimentos graves em dezenas de tripulantes.

A prova é disputada no sistema de tempo corrigido, mas uma de suas grandes atrações é o duelo pela vitória no tempo real, entre os enormes **ocean racers**, cujos comandantes só se preocupam em receber o tiro de chegada em primeiro lugar.

Confraternização

O atual comodoro do Iate Clube do Rio de Janeiro, Hélio Barroso, várias vezes campeão de pesca de oceano, com sua famosa lancha **Miss Flamengo**, está decidido a acabar de uma vez por todas com a antiga rivalidade entre iatistas e pescadores.

Assi, participa da entrega de prêmios aos vencedores de regatas, apóia as solicitações dos iatistas e agora dá um passo importante em sua campanha, com a promoção de uma prova de iatismo, reservada à Classe Star, onde o parceiro de barco deve ser pescador de oceano.

A regata, com o nome de Confraternização, está marcada para hoje, com largada em frente ao Morro da Viúva, prevista para as 13h30m. Os concorrentes terão como marcas de percurso bóias localizadas próximo à Fortaleza da Laje, Ilha da Boa Viagem, Bóia dos Cruzadores, próximo ao Aeroporto Santos Dumont. A chegada também será diferente, pois os barcos completarão o percurso entre os dois faróis, situados na entrada do ancoradouro, em frente da varanda do Iate Clube do Rio de Janeiro.

Festa no Iate

A diretoria de pesca e caça submarina do Iate Clube do Rio de Janeiro promove hoje, às 20 horas, na sala do departamento de pesca, a solenidade de entrega de prêmios relativos à temporada de 1979 e primeiro semestre deste ano. Os caçadores submarinos que mais se destacaram em torneios do Clube receberão taças, troféus e medalhas.

Caça submarina entrega prêmios

O duelo entre Fábio Crespi, que tem 17 pontos ganhos e Armando Serra, com 16, é a principal atração da última etapa do Torneio Interno de Caça Submarina do Iate Clube do Rio de Janeiro, marcada para começar hoje, às 9h. Anoite, na sala do departamento de pesca do clube, está programada a entrega dos prêmios das seguintes competições: Campeonato de Verão de 1979, Campeonato Interno de 1979, além dos troféus, taças e medalhas aos vencedores do Torneio deste ano, que termina por volta das 17h.Na solenidade estarão presentes todos os caçadores do Iate, e ex-campeões.

Foto de Delfim Vieira

Manuel dos Santos foi outro ex-recordista do mundo muito homenageado

Atletismo juvenil tem dois recordes no seu Estadual

A terceira etapa do Campeonato Estadual de Juvenis teve ontem, no Estádio Célio de Barros, dois recordes da competição batidos, o de 400 metros rasos feminino, quando Jacilene Silva, do Vasco, marcou 57s4, melhorando a marca anterior, de Siraia Teles em 1s2, e o de Reinaldo Antunes da Silva, nos 1 mil 500 metros rasos, com 2m56s9. O atleta da Gama Filho superou a sua própria marca, que era de 4m03s5.

A Gama Filho lidera a competição com um total geral de 281 pontos (169,5 no masculino e 111,5, no feminino) e praticamente já assegurou a conquista do título. A segunda colocação está com o Flamengo, com 189 pontos, seguido do Vasco, com 139 pontos, e Fluminense, com 127.

Resultados

Os resultados das provas de ontem foram os seguintes: **Salto em Distância, feminino**: 1º Helena Campos dos Santos (Flamengo), 5,08m; 2º Nara das Neves (Vasco), 5,06m; 3º Idalécia Rocha (Gama Filho), 4,93m. **Arremesso de Peso, feminino**: 1º Vera Lúcia de Oliveira (Gama Filho), 8,53m; 2º Luiza Jezze (Vasco), 7,95m; 3º Maria Rocha (Gama Filho), 7,21m. **Lançamento de Dardo, feminino**: 1º Mônica Luiza Alcântara (Flamengo), 34,60m; 2º Valéria do Espírito Santo (Gama Filho), 30,16m; 3º Maria Inês dos Santos (Vasco), 28,40m. **Pentlato Parcial**: 1º Vera Oliveira (Gama Filho), 1 mil 562 pontos; 2º Luiza Araújo Jezze (Vasco), 1 mil 516 pontos; 3º Maria Creuza Rocha (Gama Filho), 1 mil 443 pontos. **400 metros Rasos masculino**: 1º Jacilene Silva (Vasco), 57s4, 2º Ivonice dos Santos (Gama Filho), 1m01s2; 3º Claudiléa dos Santos (Gama Filho), 1m02s04. **100 metros Rasos, masculino**: 1º Romeu Emygio (Flamengo), 11s2; 2º Sílvio Sousa (Fluminense), 11s3; 3º Carlos de Sousa (Flamengo), 11s3. **1 500m Rasos, masculino**: 1º Reinaldo Antônio da Silva (Gama Filho), 3m56s09; 2º Roberto Aguiar (Gama Filho), 4m10s03; 3º Marcos André dos Santos (Fluminense), 4m14s. **Lançamento de Disco**: 1º David Geremberg (Flamengo), 35,22m; 2º Sidney Freitas (Gama Filho), 32,10m; 3º Vladimir Martins (Gama Filho), 31,74m. **110m com Barreira, masculino**: 1º Ronaldo Alcaraz (Gama Filho), 16s; 2º Wilson de Oliveira (Botafogo), 16s1; 3º Marcelo Siqueira (Gama Filho), 17s5. **Salto com Vara**: 1º Édson Quintanilha (Gama Filho), 3m; 2º Guilherme D'Avila (Flamengo), 2,70m.

Viviane vence prova de nado sincronizado

Viviane Patrícia, do Fluminense, somando 193,15 pontos, foi a vencedora da primeira etapa do Torneio de Solo, de nado sincronizado, categoria juvenil senior, realizado ontem, na piscina do Tijuca. Cristina Nunes, do Flamengo, com 187,85 pontos, ficou em segundo lugar, enquanto Maria Helena Reis, do Botafogo, terminava em terceiro, com 186,10 pontos.

Tracy vence na grama antes de Wimbledon

Eastbourne, Inglaterra — A norte-americana Tracy Austin foi campeã do último torneio preparatório para Wimbledon, ao derrotar na partida final a australiana Wendy Turnbull por 7/6 e 6/2. Com isso, Tracy recebeu o prêmio de 21 mil 850 dólares (cerca de Cr$ 1 milhão 150 mil).

No último preparatório masculino, em Surbiton, outro norte-americano, Briam Gottfried, não teve problemas para ser o campeão, derrotando na partida final outro norte-americano, Sandy Mayer, por 6/3 a 6/3 em menos de uma hora de partida.

NO RIO

Os principais nomes da equipe masculina que vai disputar o Campeonato Brasileiro até 14 anos, em Curitiba, treinaram ontem no Pavilhão de São Cristóvão com Paulo Ferraz e Roberto Carvalhaes. Participaram do treino Rodrigo Nóbrega (Leme), Marcelo Fiorini e Fernando Kronemberg (Campestre). Mário Wolfzon, com problemas em um braço, faltou.

Além dessa equipe, houve treino também para as equipes masculinas até 10 anos, 12 anos, 14 anos e 18 anos, além de Roberta Menezes, Kiki Rozwadovski e Lúcia Regina Silveira. Hoje, os mesmos tenistas voltam a treinar.

Do Rio para o Brasileiro até 14 anos se inscreveram 17 no masculino e quatro no feminino. Para o de 12 anos, que se vai realizar na mesma época e local, 11 no masculino e cinco no feminino e para o 10 anos, um no masculino e um no feminino.

Alemanha tenta o bi da Europa contra a Bélgica

Foto de Almir Veiga

Em partida muito equilibrada, apesar do resultado de 9 a 4 a seu favor, o Tijuca foi campeão

ROTEIRO

Water-Pólo

Ao vencer o Botafogo por 9 a 4, na final disputada ontem, na piscina do Parque Aquático Julio De Lamare, o Tijuca conquistou o título do Campeonato Estadual de Water-Pólo Juvenil, sem perder nenhuma das 12 partidas de que participou — teve nove vitórias e três empates.

O melhor índice técnico da competição coube a Hélio Gomes, do Tijuca, enquanto o melhor artilheiro foi Orlando Chaves e o goleiro menos vazado Moacir Neto, ambos também do Tijuca. Orlando fez 30 gols e Moacir tomou apenas 38.

Classificação

A equipe do Tijuca contou com Moacir, Márcio, João, Marcelo, Márcio Ribeiro, Orlando, que marcou 5 gols, Eduardo, que fez 2, Hélio, que fez 1, e Ricardo, que completou o placar.

O Botafogo jogou com Francisco, Alberto, Antônio, Paulo, que marcou dois gols, Sílvio, que fez 1, Isio, que fez outro, Oswaldo e Jairo.

Nas duas outras partidas da rodada de ontem, a Gama Filho venceu o Flamengo por 6 a 3 e o Fluminense empatou com o Guanabara por 3 a 3.

A classificação do Estadual Juvenil foi a seguinte: 1º Tijuca (9 vitórias e 3 empates); 2º Botafogo (10 vitórias e 2 derrotas, ambas para o Tijuca); 3º Gama Filho (6 vitórias, 5 derrotas e 1 empate); 4º Fluminense (6 vitórias e 6 derrotas); 5º Guanabara (4 vitórias, 7 derrotas e 1 empate); 6º Flamengo (4 vitórias, 7 derrotas e 1 empate); 7º Canto do Rio (12 derrotas).

Golfe

Harvey Buffalo, com um cartão de 68 **net**, assumiu, no campo do Gávea, a liderança da Taça Cruzeiro do Sul de Golfe, que teve sua primeira rodada disputda ontem e termina hoje, totalizando um percurso de 36 buracos. A vice-liderança está dividida entre três jogadores: Carlos Fernando Sellos, Chack Willians e Mário González Filho, todos com 68 **net**.

Três golfistas figuram também na terceira posição, empatados com 69 **net**: Jorge Gouveia, Roberto Pincett e Ian Vantilburg. Todos esses primeiros colocados, assim como os que conseguiram ficar entre os 15 melhores, com até 70 **net**, jogam hoje até as 11 horas. Os demais não têm horário determinado.

Hélio Barki, com 43 pontos, conquistou ontem, no campo do Itanhangá, a Taça Carlos de Vicenzi, categoria 0 a 17 de **handicap**, disputada em 18 buracos, **par point**. Arnaud Lucaussy, com 41, classificou-se em segundo lugar; Brian Prince, em terceiro, com 40; Lauro Sued, Guilherme Daudt e T. Nakamura, em quarto, empatados com 39 pontos.

Entre os jogadores de **handicap** 18 a 29, o melhor escore foi o de Maria Esperança — 44 pontos. A seguir, classificaram-se Eduardo Novaes e T. Asahina, com 40; André Wiltceck, Fernando Peiter, Jorge Gondim e Felisberto Brant, com 39 pontos. A Taça Carlos de Vicenzi estava prevista inicialmente para duas rodadas, com 36 buracos totais, programada para duplas mistas, mas foi mudada a modalidade e a forma de disputa, sem a participação das mulheres. Hoje, haverá a Taça Kaic, para adultos, e a Taça Kiko, para Juvenis.

Vôo Livre

Kössen, Áustria (Especial para o JB) — O Campeonato Europeu Aberto de Vôo Livre, que começa a ser disputado hoje, nesta cidade, e se estende até o dia 29, reunirá um total de 110 pilotos de 26 países, entre os quais o Brasil, que conta em sua equipe com Paul Geiser, Geraldo Nobre, Gil Dechartre, Pepê, Roco Lorenzen e Cláudio Fortes — os seis que compõem a equipe escolhida pela Associação Brasileira de Vôo Livre e melhores no **ranking** nacional. Do Brasil, estão ainda no torneio Ivo Gaivota, Ricardo Zejner e Guto Vilas Boas.

Ontem, logo após o encerramento das inscrições, os competidores fizeram um desfile pela cidade, em trajes atléticos e folclóricos. Ontem foi dia também dos treinos oficiais e os brasileiros mostraram estar em ótima forma física e técnica, só tendo dificuldades com o intenso frio, que variava de 6 a 8º. Conforme Gérard Thevenot, segundo colocado no **ranking** europeu e que já esteve no Brasil por três vezes, Paul e Lovenzen têm grandes chaces de boa classificação, assim como Bob Calver, da Inglaterra, Stevie Moyes, da Áustria, e Djoi Gugamus, da Alemanha, atual campeão mundial.

Voleibol

Com Isabel, Fernanda, Eliana, Dora, Regina e Jacqueline, o técnico Ênio Figueiredo definiu ontem o time-base da Seleção Brasileira de Vôlei Feminino que disputará os Jogos Olímpicos de Moscou. Porém, não pôde testar a equipe completa no jogo-exibição feito ontem à tarde, no Clube Militar, pois Dora, com problemas nas costas, está em repouso absoluto e fará exames na segunda-feira para saber se pode voltar ao treinamento. Jacqueline também foi poupada, devido a ter estado recentemente com o pé machucado.

O jogo de ontem terminou em 2 a 1 para a equipe B, que começou com Heloísa, Rosana, Vera, Helga, Denise e Rita, enquanto que a A teve Isabel, Fernanda, Eliana, Regina, Lenice e Ivonete, com vários revezamentos nas posições de Lenice e Ivonete. Jacqueline só entrou na partida no final, compondo a chave A, o que, segundo o técnico, permitiu fazer bons testes com as demais levantadoras do grupo. Os sets foram de 12/15, 16/14 e 15/8. A Seleção terá hoje um dia de folga e volta a treinar amanhã, no Clube Militar.

Play Volley-80

Confirmando seu favoritismo na categoria **girls**, Ana Lilian e Célia, da equipe Neutrox, venceram ontem, sem dificuldades, Carmen e Viviane, da equipe Bum Bum, por 2 a 0 (10/0 e 10/2), na primeira rodada do Play Volley-80, disputada, apesar do mau tempo, na praia de Ipanema, em frente à Rua Montenegro. No outro único jogo da categoria programado para ontem, Consuelo e Ester, da Dijon Sun, venceram Paula e Maria Alice, da equipe Castelo, por W. O.

Nos jogos masculinos, um dos mais disputados foi o das equipes Dijon Dig, com Lino e Luís Américo, e Fratelli, com Carlão e Curumim, que terminou em 2 a 1 para a Dijon Dig, com **sets** de 7/10, 10/3 e 6/4, na categoria all stars. Os demais resultados foram: Dijon Go 2 x 0 Hanover Leblon; Hanover Flamengo 2 x 0 Dietil; Breezin' 2 x 1 Hanover Botafogo; Dijon Race 2 x 0 Helal; Hanover Lagoa 2 x 0 Nunau; Company 2 x 0 Dejon New; Dijon Set 2 x 0 Ganadaratur; Dijon Net 2 x 0 Hanover Barra; Neutrox 2 x 0 Hanover; Dijon Star 2 x 0 Hanover Figueiredo; **Categoria Masters** — Hanover Recreio 2 x 0 Hanover Bolivar; Hanover Arpoador 2 x0 Hanover Castelinho.

A competição prossegue hoje com os seguintes jogos: **Quadra 1** — Rufero x Shell; Hanover Leblon x Hanover Montenegro; Dira x Dijon Gold; Dijon Nice x Dijon Sky; Company x Hanover Leme; Company x Dijon Dig; Ipanema Lights x Neutrox; Hanover Flamengo x Hanover Lagoa. **Quadra 2** — Dijon Race x Breezin'; Hanover Recreio x Hanover Arpoador; Ipanema Lights x Hanover Ipanema; Dijon Sun x Neutrox; Ipanema Lights x Bibba; Brasil x BCF; Dijon Star x Dijon Net; Dijon Go x Dijon Set.

Foto de Aguinaldo Ramos

Marcos Vinícius é um dos destaques hoje na Barra

Kart

Com a participação de 104 pilotos, será disputada hoje, a partir das 9 horas, no Autódromo de Jacarepaguá, a segunda etapa do Campeonato Estadual de Kart, com provas para cinco categorias: 1ª Internacional 100 cc; 1ª 125 cc; 2ª 125 cc, menores e novatos.

Entre os destaques da categoria principal — a 1ª Internacional 100 cc, que reúne os pilotos mais experientes — está Augusto Ribas, que fez o melhor tempo nos treinos de ontem, com 57s82, e Sérgio Caula, que marcou 58s01, a segunda melhor marca, e lidera o campeonato.

Na categoria 1ª 125 cc, a melhor marca na tomada de tempo oficial foi a de Eduardo Vargas, com 57s92, vencedor da primeira etapa da competição. O melhor tempo seguinte foi o de Paulo Monteiro — 58s04 — que detém a quarta posição no torneio.

A **pole-position** da 2ª categoria 125 cc coube a Ricardo Loureiro, com o tempo de 58s12. Ele ocupa a terceira posição no Estadual, liderado por Luiz Mangia Junior. Na segunda posição da categoria, larga hoje José Carlos Teixeira — que fez ontem 58s26 — segundo colocado também no campeonato.

Entre os menores, pilotos com até 15 anos de idade, Rodrigo Gasparian confirmou sua posição de líder do campeonato, garantindo a **pole-position** com o tempo de 59s06. Logo atrás, sai Júlio César Lopes, que nos treinos fez 59s38.

Foto de Aguinaldo Ramos

Argentinos estrearam com derrota para os Tigres

Pólo

A equipe brasileira dos Tigres estreou ontem com boa vitória sobre o combinado argentino Los Pinguinos, no Torneio Vinhos Puerto Viejo de Pólo. A partida, realizada no campo do Itanhangá, foi muito equilibrada e os brasileiros ganharam por 7 x 5.

Jorge Rangel, dos Tigres, teve ótima atuação marcando cinco gols e se constituindo no melhor jogador em campo. Daniel Klabin e Paulo Cesar Tovar fizeram os outros gols da equipe brasileira, enquanto Armando Klabin não marcou.

Martin Blaquier foi o principal destaque argentino, com três gols; os irmãos Armando e Pablo Brown completaram o marcador, jogando, ainda, Luis Maria. Hoje, também no campo do Itanhangá, à tarde, a equipe Los Pinguinos enfrenta os Leões.

Flu testa o time em Petrópolis

Fluminense x Serrano: Local: Atílio Marotti. **Horário:** 15h15m. **Juiz:** Djalma Antunes da Silva. **Fluminense:** Carlos Afonso; Edevaldo, Adilço, Tadeu e Wallace; Givanildo, Cristóvão e Mário; Robertinho, Gilberto e Zezé. **Serrano:** Acacio; Paulo Verdan, Renato, Eurico Souza e Humberto; Israel, Moreno e Wellington, Gilberto, Átila e Osório.

Uma equipe aplicada, combatendo em todos os setores do campo e alternando a marcação por pressão com a meia-pressão, sempre com deslocamentos rápidos, é o que deseja ver o técnico Zagalo, do Fluminense, no amistoso de hoje à tarde contra o Serrano, em Petrópolis.

Uma pancada na coxa sentida pelo goleiro titular, Paulo Goulart, fará com que Zagalo observe o comportamento de Carlos Afonso, a quem nunca viu jogar em partidas oficiais. O treinador, no entanto, está confiante no rendimento do goleiro, que treinou toda a semana entre os titulares com um bom rendimento.

REFORÇOS

Pela segunda vez Zagalo poderá observar a nova formação do ataque titular, com Gilberto na ponta-de-lança. O jogador, que tem características de recuar para buscar jogo no meio-de-campo e um excelente sentido de colocação dentro da área, aos poucos vem se entrosando no time e mostrando muitas qualidades.

No último coletivo, a equipe titular venceu por 4 a 1 o time reserva, apresentando deslocamentos rápidos, com grande variação de jogadas pelas pontas e o meio, sempre com a participação de Gilberto na criação dos lances de gol. O estilo de Gilberto, no entanto, faz com que Zagalo continue insistindo junto à diretoria para a contratação de um atacante de características agressivas e de um lateral-esquerdo.

O técnico lembrou que, a poucos dias do início da Taça Guanabara, os dois reforços ainda não chegaram e isso poderá prejudicar o time pois pretende contar pelo menos com os 11 titulares e mais cinco reservas no mesmo nível.

O diretor de futebol, Newton Graúna, garantiu ao técnico que os reforços estão sendo tentados e deverão chegar até o final da próxima semana.

As declarações do técnico Zagalo, quanto às dimensões do campo do Serrano, que seriam pequenas e semelhantes ao do Americano de Campos, contra quem o Fluminense fará sua estréia na Taça Guanabara, no dia 6 de julho, não foram bem recebidas pelos dirigentes do Serrano.

O presidente do Serrano, João Luis Guerra, comentou:

— Ele tem as dimensões oficiais, iguais à do Maracanã e portanto, aqui, ele não vai ter oportunidade de treinar seu time num campo pequeno.

Rodada

São Paulo
Portuguesa x Santos (será transmitido pela TV Bandeirantes às 16 horas)
Botafogo x São Paulo
São Bento x Palmeiras
Guarani x 15 de Piracicaba
América x Ponte Preta
Noroeste x Juventus
Taubaté x Ferroviária
Internacional x 15 de Jaú

Paraná
Colorado x Pinheiros
Londrina x Toledo

Santa Catarina
Joinville x Chapecoense
Figueirense x Juventus

Bahia
Leôncio x Bahia
Jequié x Vitória
Humaitá x Atlético

Pernambuco
Santa Cruz x Sport Recife
Ibis x Comercial

Ceará
Tirodentes x Guarany
Ceara x Ferroviário

Brasília
Guará x Brasília
Bandeirante x Taguatinga

Para
Tuna Luso x Liberato

Algoas
CRB x ASA
CSE x Ferroviário
Penedense x Capelense

Amazonas
Rio Negro x Libermorro
Penarol x Fast
Olaria x Nacional

Sergipe
Santa Cruz x America
Propriá x Maruinense

Paraíba
Campinense x Botafogo

Alemanha Ocidental x Bélgica. Local: Estádio Olímpico de Roma. **Hora:** 15h30m (de Brasília). **Juiz:** Nicolas Rainea (Romênia). **Alemanha:** Schumacher, Kaltz, Dietz, Briegel e Karl Foersler, Stielike, Schuster e Hansi Muller; Rummenigge, Hrubesch e Allofs. **Bélgica:** Pfaff, Gerets, Millecamps, Meeuws e Renquin; Cools, René Van der Eycken e Van Moer; Van den Bergh, Van der Elst e Ceulemans.

Roma — Alemanha Ocidental e Bélgica, em jogo que será transmitido pela TV Globo, a partir das 15h30m (hora de Brasília), decidem hoje, no Estádio Olímpico, a 6ª Copa Européia das Nações. Para os alemães, é a oportunidade de reconquistar um título que já ganharam em 72; para os belgas, qualquer que seja o resultado, eles já conseguiram uma façanha que foi chegar pela primeira vez a uma decisão do torneio, considerado só menos importante do que a Copa do Mundo.

Os alemães, que decepcionaram na estréia, quando empataram em gol com os tchecos, mas encantaram com o futebol praticado na vitória sobre a Holanda, são apontados favoritos. Mas além do bom futebol que os belgas estão mostrando, há também uma motivação a mais para estes últimos: o prêmio fixado em Cr$ 250 mil, pela Federação Belga, para cada jogador, no caso de vitória hoje.

A Alemanha, campeã em 72 e vice em 76, está invicta há 17 partidas com o técnico Jupp Derwall, que substituiu Helmuth Schoen. Suplanta ou, portanto, o recorde de 16 partidas, da famosa equipe dos "11 de Breslau", uma Seleção da Alemanha de antes da Guerra.

Tchecos ficam em 3º

Nápoles — A Tcheco-Eslováquia conquistou ontem o terceiro lugar na Copa Européia de Seleções ao vencer a Itália na disputa de pênaltis por 9 a 8. Os 90 minutos regulamentares terminaram empatados em 1 a 1, gols marcados no segundo tempo. A decisão do terceiro e quarto lugares quase não despertou interesse: cerca de 20 mil torcedores italianos compareceram ao estádio e, mais uma vez, saíram decepcionados.

O primeiro tempo, que terminou 0 a 0, chegou a provocar vaias, com os jogadores aglomerados no meio-campo, sem idéias e sem capacidade ofensiva. Os italianos criaram apenas duas oportunidades, mas Tardelli e Bettega enviaram a bola às nuvens. Apesar dos gols — Jorkemed para a Tcheco-Eslováquia e Graziani para a Itália — o segundo tempo não melhorou muito: um jogo morno, mostrando mais uma vez que as equipes — inclusive a Itália, que jogava em casa — não dão muita importância ao terceiro lugar em competições internacionais de futebol.

Na disputa de pênaltis, Tcheco-Eslováquia e Itália estavam empatados em 8 a 8, quando Colovatti desperdiçou uma cobrança pela Itália, permitindo a defesa do goleiro tcheco Netolicha. Barmos venceu o goleiro Zoff, da Itália, dando a vitória à Tcheco-Eslováquia.

Com arbitragem do austríaco Linemayer, as equipes jogaram assim: **Tcheco-Eslováquia** — Netolicha, Barmos, Jurkemed, Ondrus e Vojacek; Goegh, Kozak e Panenka; Masny, Nehoda e Vizek. **Itália** — Zoff, Gentille, Collovati, Scirea e Cabrini; Baresi, Tardelli e Altobelli; Causio, Graziani e Bettega.

Porto Alegre/ Foto de Rubens Borges

Roberto foi bem marcado pela defesa do Grêmio e não conseguiu o gol

Vasco sem novidades perde para o Grêmio

Victor Hugo Paz

Grêmio 1 x 0 Vasco da Gama. **Local:** Estádio Olímpico. **Renda:** Cr$ 2 milhões 117 mil 930. **Público:** 23 mil 845 pagantes. **Juiz:** Rui Canedo. **Cartões Amarelos:** Leandro. **Grêmio:** Leão; Mauro, Newmar, Vantuir e Dirceu; Carlos Kiese (Vitor Hugo), Flávio (Renato) e Leandro; Jurandir, Baltasar e Jesum. **Vasco da Gama:** Mazaropi; Orlando, Ivã, Léo e Marco Antonio; Dudu, Pintinho e Paulo Roberto; Wilsinho, Roberto e Ailton (João Luis). **Gols:** no primeiro tempo, Baltazar, aos 36 minutos. **Preliminar:** juvenis do Grêmio 2 x 0 Matsubara PR (amistoso).

Porto Alegre — Sem demonstrar qualquer novidade tática em relação ao tempo em que era dirigido por Orlando Fantoni, o Vasco foi derrotado ontem à tarde pelo Grêmio por 1 a 0, gol de Baltasar aos 36 minutos do primeiro tempo. O jogo marcou a abertura das comemorações pela reinauguração do Estadio Olímpico e pela estreia do goleiro Leão no Grêmio.

O Vasco voltou a mostrar suas habituais deficiencias, entre as quais sobressai a falta de objetividade nas jogadas de ataque. Por isso, apesar do volume de jogo superior ao do adversario e de dominar amplamente o meio-campo, pouco ameaçou o gol de Leão, que so defendeu bolas chutadas de fora da area, sempre em cobranças de faltas.

Muitos erros

O Grêmio também poucas vezes chegou ao gol e, a rigor, Mazaropi teve lances de perigo em sua area apenas em três ocasiões. Aproveitando a falta de um autêntico ponta-direita, pois Jurandir jogou semrpre no meio-campo, o Vasco concentrou a maioria de seus ataques pelo lado esquerdo, onde o avanço de Marco Antonio e a presença de Pintinho foram contantes durante o jogo.

Mas raramente o ataque conseguiu entrar na area do Grêmio. Roberto jogou preso entre seus marcadores e os jogadores do meio-campo não conseguiam a penetração, deixando muito espaço até o ataque. O gol único da partida surgiu de um cruzamento de Jurandir, da direita para o lado oposto da area do Vasco. Baltasar cabeceou na trave direita de Mazaropi e aproveitou o rebote para concluir, livre de marcação, tal como no primeiro lance, quando superou Orlando e Ivan para cabecear.

As outras duas chances de gol do Grêmio surgiram num chute cruzado de Baltasar que proporcionou a Mazaropi grande defesa para corner, e numa jogada de Leandro, concluindo com violência para outra defesa de Mazaropi. O Vasco teve uma oportunidade ainda no primeiro tempo, quando o lateral Mauro tentou atrasar a bola para Leão e chutou contra o travessão. O goleiro estava batido mas a bola saiu a corner. A partida começou com 30 minutos de atraso, em virtude das comemorações que antecederam o jogo. O Grêmio enfrentará agora o River Plate e o Argentinos Juniors, ainda dentro da programação de festas pela reinauguração do seu estádio.

A delegação do Vasco retorna na manhã de hoje ao Rio e o vice-presidente de Futebol, Antônio Soares Calçada, anunciou que terá um encontro com o presidente do América, Alvaro Bragança, amanhã, para tentar a compra do ponteiro-esquerdo Silvinho. Calçada admite subir sua proposta de Cr$ 5 milhões para Cr$ 6 milhões, que se não for aceita encerra as negociações. Paulo Cesar Lima, que chegará ao Rio terça-feira, também poderá ser contratado se aceitar as bases do Vasco e Baroninho, do Palmeiras, continua na lista de ponteiros que interessam ao clube, agora acrescida de Silvinho, atualmente reserva do Internacional.

Gilson otimista

O tecnico Gilson Nunes considerou injusta a derrota do Vasco frente ao Grêmio, "pois jogamos uma boa partida, até dominamos o Grêmio, mas não conseguimos marcar. De qualquer maneira, gostei muito da equipe e vamos continuar o nosso trabalho pois, em pouco tempo, vamos colher os frutos".

O que mais entusiasmou Gilson Nunes foi o posicionamento coletivo da sua equipe. "Jogamos bem, sem dúvida. Acho que o empate seria o resultado mais justo por tudo aquilo que produzimos em campo. Mas não marcamos e perdemos a partida", disse Gilson Nunes. Considerou ainda que se o Vasco contratar Cesar Lima ou Jair, do Internacional, como se comenta em Porto Alegre, a equipe vai ficar mais perto ainda, mas afirmou que está plenamente satisfeito com seu plantel.

Atuacões

Mazaropi — Jogou uma grande partida, com duas defesas muito boas. No gol, não teve culpa, pois Baltazar chutou sem marcação.

Orlando — Firme na marcação sobre Jésum, um ponteiro muito habilidoso.

Ivan — Muito atento na marcação sobre o perigoso Baltazar.

Léo — Jogou com muita calma, tocando a bola para as saídas de jogo de sua defesa.

Marco Antonio — Foi mais um ponteiro do que um lateral.

Dudu — Muito trabalho no meio-campo, com um bom rendimento.

Pintinho — Caiu pela esquerda, invariavelmente, onde iniciou boas jogadas, que não tiveram conclusão.

Paulo Roberto — Apesar da boa movimentação, não teve criatividade.

Wilsinho — Quase não apareceu no jogo.

Roberto — Fez muito pouco para um jogador de suas qualidades.

Ailton — Algumas boas jogadas de combinação. E só.

João Luis — Substituiu Ailton, sem maior proveito.

No Grêmio, o grande destaque foi Leandro, no meio-de-campo o melhor jogador da partida. Leão demonstrou tranquilidade e não foi muito exigido. Negativa a presença do paraguaio Carlos Kiese, que, às vezes, parece um jogador ingênuo em campo.

Alemanha tenta o bi da Europa contra a Bélgica

Foto de Almir Veiga

Em partida muito equilibrada, apesar do resultado de 9 a 4 a seu favor, o Tijuca foi campeão

ROTEIRO

Water-Pólo

Ao vencer o Botafogo por 9 a 4, na final disputada ontem, na piscina do Parque Aquático Julio De Lamare, o Tijuca conquistou o título do Campeonato Estadual de Water-Pólo Juvenil, sem perder nenhuma das 12 partidas de que participou — teve nove vitórias e três empates.

O melhor índice técnico da competição coube a Hélio Gomes, do Tijuca, enquanto o melhor artilheiro foi Orlando Chaves e o goleiro menos vazado Moacir Neto, ambos também do Tijuca. Orlando fez 30 gols e Moacir tomou apenas 38.

A equipe do Tijuca contou com Moacir, Márcio, João, Marcelo, Márcio Ribeiro, Orlando, que marcou 5 gols, Eduardo, que fez 2, Hélio, que fez 1, e Ricardo, que completou o placar.

O Botafogo jogou com Francisco, Alberto, Antônio, Paulo, que marcou dois gols, Silvio, que fez 1, Isio, que fez outro, Oswaldo e Jairo.

Nas duas outras partidas da rodada de ontem, a Gama Filho venceu o Flamengo por 6 a 3 e o Fluminense empatou com o Guanabara por 3 a 3.

A classificação do Estadual Juvenil foi a seguinte: 1º Tijuca (9 vitórias e 3 empates); 2º Botafogo (10 vitórias e 2 derrotas, ambas para o Tijuca); 3º Gama Filho (6 vitórias, 5 derrotas e 1 empate); 4º Fluminense (6 vitórias e 6 derrotas); 5º Guanabara (4 vitórias, 7 derrotas e 1 empate); 6º Flamengo (4 vitórias, 7 derrotas e 1 empate); 7º Canto do Rio (12 derrotas).

Basquete

O Vasco conquistou ontem à noite a Taça Guanabara, ao derrotar o Jequiá por 61 a 58.

Golfe

Harvey Buffalo, com um cartão de 68 **net**, assumiu, no campo do Gávea, a liderança da Taça Cruzeiro do Sul de Golfe, que teve sua primeira rodada disputada ontem e termina hoje, totalizando um percurso de 36 buracos. A vice-liderança está dividida entre três jogadores: Carlos Fernando Sellos, Chack Willians e Mário González Filho, todos com 68 **net**.

Três golfistas figuram também na terceira posição, empatados com 69 **net**: Jorge Gouveia, Roberto Pincett e Ian Vantilburg. Todos esses primeiros colocados, assim como os que conseguiram ficar entre os 15 melhores, com até 70 **net**, jogam hoje até as 11 horas. Os demais não têm horário determinado.

Hélio Barki, com 43 pontos, conquistou ontem, no campo do Itanhangá, a Taça Carlos de Vicenzi, categoria 0 a 17 de **handicap**, disputada em 18 buracos, **par point**. Arnaud Lucaussy, com 41, classificou-se em segundo lugar; Brian Prince, em terceiro, com 40; Lauro Sued, Guilherme Daudt e T. Nakamura, em quarto, empatados com 39 pontos.

Entre os jogadores de **handicap** 18 a 29, o melhor escore foi o de Maria Esperança — 44 pontos. A seguir, classificaram-se Eduardo Novaes e T. Asahina, com 40; André Wiltceck, Fernando Pelter, Jorge Gondim e Felisberto Brant, com 39 pontos. A Taça Carlos de Vicenzi estava prevista inicialmente para duas rodadas, com 36 buracos totais, programada para duplas mistas, mas foi mudada a modalidade e a forma de disputa, sem a participação das mulheres. Hoje, haverá a Taça Kaic, para adultos, e a Taça Kiko, para Juvenis.

Vôo Livre

Kössen, Áustria (Especial para o JB) — O Campeonato Europeu Aberto de Vôo Livre, que começa a ser disputado hoje, nesta cidade, e se estende até o dia 29, reunirá um total de 110 pilotos de 26 países, entre os quais o Brasil, que conta em sua equipe com Paul Geiser, Geraldo Nobre, Gil Dechartre, Pepê, Roco Lorenzen e Cláudio Fortes — os seis que compõem a equipe escolhida pela Associação Brasileira de Vôo Livre e melhores no **ranking** nacional. Do Brasil, estão ainda no torneio Ivo Gaivota, Ricardo Zejner e Guto Vilas Boas.

Ontem, logo após o encerramento das inscrições, os competidores fizeram um desfile pela cidade, em trajes atléticos e folclóricos. Ontem foi dia também dos treinos oficiais e os brasileiros mostraram estar em ótima forma física e técnica, só tendo dificuldades com o intenso frio, que variava de 6 a 8º. Conforme Gerard Thevenot, segundo colocado no **ranking** europeu e que já esteve no Brasil por três vezes, Paul e Lovenzen têm grandes chaces de boa classificação, assim como Bob Calver, da Inglaterra, Stevie Moyes, da Áustria, e Djor Gugamus, da Alemanha, atual campeão mundial.

Voleibol

Com Isabel, Fernanda, Eliana, Dora, Regina e Jacqueline, o técnico Ênio Figueiredo definiu ontem o time-base da Seleção Brasileira de Vôlei Feminino que disputará os Jogos Olímpicos de Moscou. Porém, não pôde testar a equipe completa no jogo-exibição feito ontem à tarde, no Clube Militar, pois Dora, com problemas nas costas, está em repouso absoluto e fará exames na segunda-feira para saber se pode voltar ao treinamento. Jacqueline também foi poupada, devido a ter estado recentemente com o pé machucado.

O jogo de ontem terminou em 2 a 1 para a equipe B, que começou com Heloísa, Rosana, Vera, Helga, Denise e Rita, enquanto que a A teve Isabel, Fernanda, Eliana, Regina, Lenice e Ivonete, com vários revezamentos nas posições de Lenice e Ivonete. Jacqueline só entrou na partida no final, compondo a chave A, o que, segundo o técnico, permitiu fazer bons testes com as demais levantadoras do grupo. Os **sets** foram de 12/15, 16/14 e 15/8. A Seleção terá hoje um dia de folga e volta a treinar amanhã, no Clube Militar.

Play Volley-80

Confirmando seu favoritismo na categoria **girls**, Ana Lilian e Célia, da equipe Neutrox, venceram ontem, sem dificuldades, Carmen e Viviane, da equipe Bum Bum, por 2 a 0 (10/0 e 10/2), na primeira rodada do Play Volley-80, disputada, apesar do mau tempo, na praia de Ipanema, em frente à Rua Montenegro. No outro único jogo da categoria programado para ontem, Consuelo e Ester, da Dijon Sun, venceram Paula e Maria Alice, da equipe Castelo, por W. O.

Nos jogos masculinos, um dos mais disputados foi o das equipes Dijon Dig, com Lino e Luís Américo, e Fratelli, com Carlão e Curumim, que terminou em 2 a 1 para a Dijon Dig, com **sets** de 7/10, 10/3 e 6/4, na categoria **all stars**. Os demais resultados foram: Dijon Go 2 x 0 Hanover Leblon; Hanover Flamengo 2 x 0 Dietil; Breezin' 2 x 1 Hanover Botafogo; Dijon Race 2 x 0 Helal; Hanover Lagoa 2 x 0 Nunau; Company 2 x 0 Dejon New; Dijon Set 2 x 0 Ganadaratur; Dijon Net 2 x 0 Hanover Barra; Neutrox 2 x 0 Hanover; Dijon Star 2 x 0 Hanover Figueiredo; **Categoria Masters** — Hanover Recreio 2 x 0 Hanover Bolivar; Hanover Arpoador 2 x0 Hanover Castelinho.

A competição prossegue hoje com os seguintes jogos: **Quadra 1** — Rufero x Shell; Hanover Leblon x Hanover Montenegro; Dira x Dijon Gold; Dijon Nice x Dijon Sky; Company x Hanover Leme; Company x Dijon Dig; Ipanema Lights x Neutrox; Hanover Flamengo x Hanover Lagoa. **Quadra 2** — Dijon Race x Breezin'; Hanover Recreio x Hanover Arpoador; Ipanema Lights x Hanover Ipanema; Dijon Sun x Neutrox; Ipanema Lights x Bibba; Brasil x BCF; Dijon Star x Dijon Net; Dijon Go x Dijon Set.

Foto de Aguinaldo Ramos

Marcos Vinícius é um dos destaques hoje na Barra

Kart

Com a participação de 104 pilotos, será disputada hoje, a partir das 9 horas, no Autódromo de Jacarepaguá, a segunda etapa do Campeonato Estadual de Kart, com provas para cinco categorias: 1ª Internacional 100 cc; 1ª 125 cc; 2ª 125 cc, menores e novatos.

Entre os destaques da categoria principal — a 1ª Internacional 100 cc, que reúne os pilotos mais experientes — está Augusto Ribas, que fez o melhor tempo nos treinos de ontem, com 57s82, e Sérgio Caula, que marcou 58s01, a segunda melhor marca, e lidera o campeonato.

Na categoria 1ª 125 cc, a melhor marca na tomada de tempo oficial foi a de Eduardo Vargas, com 57s92, vencedor da primeira etapa da competição. O melhor tempo seguinte foi o de Paulo Monteiro — 58s04 — que detém a quarta posição no torneio.

A **pole-position** da 2ª categoria 125 cc coube a Ricardo Loureiro, com o tempo de 58s12. Ele ocupa a terceira posição no Estadual, liderado por Luiz Mangia Junior. Na segunda posição da categoria, larga hoje José Carlos Teixeira — que fez ontem 58s26 — segundo colocado também no campeonato.

Entre os menores, pilotos com até 15 anos de idade, Rodrigo Gasparian confirmou sua posição de líder do campeonato, garantindo a **pole-position** com o tempo de 59s06. Logo atrás, sai Júlio César Lopes, que nos treinos fez 59s38.

Foto de Aguinaldo Ramos

Argentinos estrearam com derrota pára os Tigres

Pólo

A equipe brasileira dos Tigres estreou ontem com boa vitória sobre o combinado argentino Los Pinguinos, no Torneio Vinhos Puerto Viejo de Pólo. A partida, realizada no campo do Itanhangá, foi muito equilibrada e os brasileiros ganharam por 7 x 5.

Jorge Rangel, dos Tigres, teve ótima atuação marcando cinco gols e se constituindo no melhor jogador em campo. Daniel Klabin e Paulo Cesar Tovar fizeram os outros gols da equipe brasileira, enquanto Armando Klabin não marcou.

Martin Blaquier foi o principal destaque argentino, com três gols; os irmãos Armando e Pablo Brown completaram o marcador, jogando, ainda, Luis Maria. Hoje, também no campo do Itanhangá, à tarde, a equipe Los Pinguinos enfrenta os Leões.

Flu testa o time em Petrópolis

Fluminense x Serrano. Local: Atílio Marotti. **Horário:** 15h15m. **Juiz:** Djalma Antunes da Silva. **Fluminense:** Carlos Afonso; Edevaldo, Adilço, Tadeu e Wallace; Givanildo, Cristóvão e Mário; Robertinho, Gilberto e Zezé. **Serrano:** Acacio; Paulo Verdan, Renato, Eurico Souza e Humberto; Israel, Moreno e Wellington, Gilberto, Átila e Osório.

Uma equipe aplicada, combatendo em todos os setores do campo e alternando a marcação por pressão com a meia-pressão, sempre com deslocamentos rápidos, é o que deseja ver o técnico Zagalo, do Fluminense, no amistoso de hoje à tarde contra o Serrano, em Petrópolis.

Uma pancada na coxa sentida pelo goleiro titular, Paulo Goulart, fará com que Zagalo observe o comportamento de Carlos Afonso, a quem nunca viu jogar em partidas oficiais. O treinador, no entanto, está confiante no rendimento do goleiro, que treinou toda a semana entre os titulares com um bom rendimento.

REFORÇOS

Pela segunda vez Zagalo poderá observar a nova formação do ataque titular, com Gilberto na ponta-de-lança. O jogador, que tem características de recuar para buscar jogo no meio-de-campo e um excelente sentido de colocação dentro da área, aos poucos vem se entrosando no time e mostrando muitas qualidades.

No último coletivo, a equipe titular venceu por 4 a 1 o time reserva, apresentando deslocamentos rápidos, com grande variação de jogadas pelas pontas e o meio, sempre com a participação de Gilberto na criação dos lances de gol. O estilo de Gilberto, no entanto, faz com que Zagalo continue insistindo junto à diretoria para a contratação de um atacante de características agressivas e de um lateral-esquerdo.

O técnico lembrou que, a poucos dias do início da Taça Guanabara, os dois reforços ainda não chegaram e isso poderá prejudicar o time pois pretende contar pelo menos com os 11 titulares e mais cinco reservas no mesmo nível.

O diretor de futebol, Newton Graúna, garantiu ao técnico que os reforços estão sendo tentados e deverão chegar até o final da próxima semana.

As declarações do técnico Zagalo, quanto às dimensões do campo do Serrano, que seriam pequenas e semelhantes ao do Americano de Campos, contra quem o Fluminense fará sua estréia na Taça Guanabara, no dia 6 de julho, não foram bem recebidas pelos dirigentes do Serrano.

O presidente do Serrano, João Luís Guerra, comentou:

— Ele tem as dimensões oficiais, iguais à do Maracanã e portanto, aqui, ele não vai ter oportunidade de treinar seu time num campo pequeno.

Rodada

São Paulo
Portuguesa x Santos (será transmitido pela TV Bandeirantes às 16 horas)
Botafogo x São Paulo
São Bento x Palmeiras
Guarani x 15 de Piracicaba
América x Ponte Preta
Noroeste x Juventus
Taubaté x Ferroviária
Internacional x 15 de Jaú

Paraná
Colorado x Pinheiros
Londrina x Toledo

Santa Catarina
Joinville x Chapecoense
Figueirense x Juventus

Bahia
Leôncio x Bahia
Jequié x Vitória
Humaitá x Atlético

Pernambuco
Santa Cruz x Sport Recife
Ibis x Comercial

Ceará
Tirodentes x Guarany

Ceará x Ferroviário

Brasília
Guará x Brasília
Bandeirante x Taguatinga

Pará
Tuna Luso x Liberato

Alagoas
CRB x ASA
CSE x Ferroviário
Penedense x Capelense

Amazonas
Rio Negro x Libermorro
Penarol x Fast
Olaria x Nacional

Sergipe
Santa Cruz x América
Propriá x Maruinense

Paraíba
Campinense x Botafogo

Alemanha Ocidental x Bélgica. Local: Estádio Olímpico de Roma. **Hora:** 15h30m (de Brasília). **Juiz:** Nicolos Raineo (Romênia). **Alemanha:** Schumacher, Kaltz, Dietz, Briegel e Karl Foerster; Stielike, Schuster e Hansi Muller; Rummenigge, Hrubesch e Allofs. **Bélgica:** Pfaff, Gerets, Millecamps, Meeuws e Renquin; Coals, René Von der Eycken e Von Moer; Von den Bergh, Von der Elst e Ceulemans.

Roma — Alemanha Ocidental e Bélgica, em jogo que será transmitido pela TV Globo, a partir das 15h30m (hora de Brasília), decidem hoje, no Estádio Olímpico, a 6ª Copa Européia das Nações. Para os alemães, é a oportunidade de reconquistar um título que já ganharam em 72; para os belgas, qualquer que seja o resultado, eles já conseguiram uma façanha que foi chegar pela primeira vez a uma decisão do torneio, considerado só menos importante do que a Copa do Mundo.

Os alemães, que decepcionaram na estréia, quando empataram em gol com os tchecos, mas encantaram com o futebol praticado na vitória sobre a Holanda, são apontados favoritos. Mas além do bom futebol que os belgas estão mostrando, há também uma motivação a mais para estes últimos: o prêmio fixado em Cr$ 250 mil, pela Federação Belga, para cada jogador, no caso de vitória hoje.

A Alemanha, campeã em 72 e vice em 76, está invicta há 17 partidas com o técnico Jupp Derwall, que substituiu Helmuth Schoen. Suplanta ou, portanto, o recorde de 16 partidas, da famosa equipe dos "11 de Breslau", uma Seleção da Alemanha de antes da Guerra.

Tchecos ficam em 3º

Nápoles — A Tcheco-Eslováquia conquistou ontem o terceiro lugar na Copa Européia de Seleções ao vencer a Itália na disputa de pênaltis por 9 a 8. Os 90 minutos regulamentares terminaram empatados em 1 a 1, gols marcados no segundo tempo. A decisão do terceiro e quarto lugares quase não despertou interesse: cerca de 20 mil torcedores italianos compareceram ao estádio e, mais uma vez, saíram decepcionados.

O primeiro tempo, que terminou 0 a 0, chegou a provocar vaias, com os jogadores aglomerados no meio-campo, sem idéias e sem capacidade ofensiva. Os italianos criaram apenas duas oportunidades, mas Tardelli e Bettega enviaram a bola às nuvens. Apesar dos gols — Jorkemed para a Tcheco-Eslováquia e Graziani para a Itália — o segundo tempo não melhorou muito: um jogo morno, mostrando mais uma vez que as equipes — inclusive a Itália, que jogava em casa — não dão muita importância ao terceiro lugar em competições internacionais de futebol.

Na disputa de pênaltis, Tcheco-Eslováquia e Itália estavam empatados em 8 a 8, quando Colovatti desperdiçou uma cobrança pela Itália, permitindo a defesa do goleiro tcheco Netolicha. Barmos venceu o goleiro Zoff, da Itália, dando a vitória à Tcheco-Eslováquia.

Com arbitragem do austríaco Linemayer, as equipes jogaram assim: **Tcheco-Eslováquia** — Netolicha, Barmos, Jurkemed, Ondrus e Vojacek; Goegh, Kozak e Panenka; Masny, Nehoda e Vizek. **Itália** — Zoff, Gentille, Collovati, Scirea e Cabrini; Baresi, Tardelli e Altobelli; Causio, Graziani e Bettega.

Porto Alegre/ Foto de Rubens Borges

Roberto foi bem marcado pela defesa do Grêmio e não conseguiu o gol

Vasco sem novidades perde para o Grêmio

Victor Hugo Paz

Grêmio 1 x 0 Vasco da Gama. Local: Estádio Olímpico. **Renda:** Cr$ 2 milhões 117 mil 930. **Público:** 23 mil 845 pagantes. **Juiz:** Rui Canedo. **Cartões Amarelos:** Leandro. **Grêmio:** Leão; Mauro, Newmar, Vantuir e Dirceu; Carlos Kiese (Vitor Hugo), Flávio (Renato) e Leandro; Jurandir, Baltasar e Jesum. **Vasco da Gama:** Mazaropi; Orlando, Ivã, Léo e Marco Antonio; Dudu, Pintinho e Paulo Roberto; Wilsinho, Roberto e Ailton (João Luis). **Gols:** no primeiro tempo, Baltazar, aos 36 minutos. **Preliminar:** juvenis do Grêmio 2 x 0 Matsubara PR (amistoso).

Porto Alegre — Sem demonstrar qualquer novidade tática em relação ao tempo em que era dirigido por Orlando Fantoni, o Vasco foi derrotado ontem à tarde pelo Grêmio por 1 a 0, gol de Baltasar aos 36 minutos do primeiro tempo. O jogo marcou a abertura das comemorações pela reinauguração do Estádio Olímpico e pela estréia do goleiro Leão no Grêmio.

O Vasco voltou a mostrar suas habituais deficiências, entre as quais sobressai a falta de objetividade nas jogadas de ataque. Por isso, apesar do volume de jogo superior ao do adversário e de dominar amplamente o meio-campo, pouco ameaçou o gol de Leão, que só defendeu bolas chutadas de fora da área, sempre em cobranças de faltas.

Muitos erros

O Grêmio também poucas vezes chegou ao gol e, a rigor, Mazaropi teve lances de perigo em sua área apenas em três ocasiões. Aproveitando a falta de um autêntico ponta-direita, pois Jurandir jogou semrpre no meio-campo, o Vasco concentrou a maioria de seus ataques pelo lado esquerdo, onde o avanço de Marco Antônio e a presença de Pintinho foram constantes durante o jogo.

Mas raramente o ataque conseguiu entrar na área do Grêmio. Roberto jogou preso entre seus marcadores e os jogadores do meio-campo não conseguiam a penetração, deixando muito espaço até o ataque. O gol único da partida surgiu de um cruzamento de Jurandir, da direita para o lado oposto da área do Vasco. Baltasar cabeceou na trave direita de Mazaropi e aproveitou o rebote para concluir, livre de marcação, tal como no primeiro lance, quando superou Orlando e Ivan para cabecear.

As outras duas chances de gol do Grêmio surgiram num chute cruzado de Baltasar que proporcionou a Mazaropi grande defesa para córner, e numa jogada de Leandro, concluindo com violência para outra defesa de Mazaropi. O Vasco teve uma oportunidade ainda no primeiro tempo, quando o lateral Mauro tentou atrasar a bola para Leão e chutou contra o travessão. O goleiro estava batido mas a bola saiu a córner. A partida começou com 30 minutos de atraso, em virtude das comemorações que antecederam o jogo. O Grêmio enfrentará agora o River Plate e o Argentinos Juniors, ainda dentro da programação de festas pela reinauguração do seu estádio.

A delegação do Vasco retorna na manhã de hoje ao Rio e o vice-presidente de Futebol, Antônio Soares Calçada, anunciou que terá um encontro com o presidente do América, Álvaro Bragança, amanhã, para tentar a compra do ponteiro-esquerdo Silvinho. Calçada admite subir sua proposta de Cr$ 5 milhões para Cr$ 6 milhões, que se não for aceita encerra as negociações. Paulo Cesar Lima, que chegará ao Rio terça-feira, também poderá ser contratado se aceitar as bases do Vasco e Baroninho, do Palmeiras, continua na lista de ponteiros que interessam ao clube, agora acrescida de Silvinho, atualmente reserva do Internacional.

Gilson otimista

O técnico Gilson Nunes considerou injusta a derrota do Vasco frente ao Grêmio, "pois jogamos uma boa partida, até dominamos o Grêmio, mas não conseguimos marcar. De qualquer maneira, gostei muito da equipe e vamos continuar o nosso trabalho pois, em pouco tempo, vamos colher os frutos".

O que mais entusiasmou Gilson Nunes foi o posicionamento coletivo da sua equipe. "Jogamos bem, sem dúvida. Acho que o empate seria o resultado mais justo por tudo aquilo que produzimos em campo. Mas não marcamos e perdemos a partida", disse Gilson Nunes. Considerou ainda que se o Vasco contratar Cesar Lima ou Jair, do Internacional, como se comenta em Porto Alegre, a equipe vai ficar mais perto ainda, mas afirmou que está plenamente satisfeito com seu plantel.

Atuacões

Mazaropi — Jogou uma grande partida, com duas defesas muito boas. No gol, não teve culpa, pois Baltazar chutou sem marcação.

Orlando — Firme na marcação sobre Jésum, um ponteiro muito habilidoso.

Ivan — Muito atento na marcação sobre o perigoso Baltazar.

Léo — Jogou com muita calma, tocando a bola para as saídas de jogo de sua defesa.

Marco Antonio — Foi mais um ponteiro do que um lateral.

Dudu — Muito trabalho no meio-campo, com um bom rendimento.

Pintinho — Caiu pela esquerda, invariavelmente, onde iniciou boas jogadas, que não tiveram conclusão.

Paulo Roberto — Apesar da boa movimentação, não teve criatividade.

Wilsinho — Quase não apareceu no jogo.

Roberto — Fez muito pouco para um jogador de suas qualidades.

Ailton — Algumas boas jogadas de combinação. E só.

João Luis — Substituiu Ailton, sem maior proveito.

No Grêmio, o grande destaque foi Leandro, no meio-de-campo o melhor jogador da partida. Leão demonstrou tranqüilidade e não foi muito exigido. Negativa a presença do paraguaio Carlos Kiese, que, às vezes, parece um jogador ingênuo em campo.

Os pontas-direitas estão acabando

Jogadores de ontem e de hoje culpam esquemas defensivos

Pontas-direitas novos e antigos, os que já pararam com a bola e os que se mantêm em atividade, de Garrincha a Nilton Batata, de Pedro Amorim a Natal, de Julinho a Tarciso, a grande maioria acredita seriamente que os esquemas defensivos, o temor dos treinadores em perderem seus empregos, evitando as derrotas a todo custo, foram, em suma, a grande causa do desaparecimento de novos e bons especialistas na posição. Natal, ex-integrante do grande time do Cruzeiro, preferiu, por exemplo, abandonar a ponta, onde exibia um futebol elogiável, a ter que voltar para marcar. Melhor o meio do ataque, onde defende hoje o Valério Doce. Homens como Julinho e Garrincha, que tinham um prazer muito especial de partir com a bola dominada em direção aos seus marcadores, também fariam o mesmo por lhes faltar vocação para a destruição. Aos 60 anos, Pedro Amorim diz com uma ponta de tristeza que o estilo europeu foi perigosamente cultivado por aqui e, atualmente, o homem que se arrisca ao drible ou é taxado de ridículo ou inimigo do jogo coletivo.

1973

Garrincha acha que os técnicos descaracterizaram os pontas

Garrincha quer especialista

PONTA é feito para atacar. Para defender já tem muita gente lá atrás. Com essa frase curta e simples, como é de seu feitio, Garrincha tenta explicar por que desapareceram os grandes pontas do futebol brasileiro. Traduzindo em outras palavras, ele quer dizer que os esquemas demasiadamente defensivos adotados pela maioria dos nossos técnicos acabaram por tolher as características do jogador brasileiro e as posições mais prejudicadas foram justamente as pontas que, antes, eram ocupadas por especialistas em velocidade, em dribles, em jogadas individuais — ou seja, jogadores inteiramente voltados para o ataque.

— A verdade é essa: os pontas começaram a defender em vez de atacar. No meu tempo, o ponta jogava para o ataque — lembra Garrincha — e depois passou a ter que defender por ordem dos técnicos.

Na opinião de Garrincha, o ponta verdadeiro, de características ofensivas, facilita todo o time, porque obriga um ou dois adversários a marcá-lo de perto e isso ajuda a abrir o meio da defesa.

— Mesmo quando eu não conseguia jogar, trazia dois ou três beques para cima de mim e abria a defesa. Acho que dois pontas abertos ainda são o melhor caminho para furar as defesas adversárias.

Garrincha é contra o ponta falso e encerra seu pensamento com outra frase curta:

— Como goleiro é goleiro, ponta é ponta.

Natal não quis ser um super-homem

BELO HORIZONTE — Ponta-direita da Seleção Brasileira em 1967, na disputa da Taça Rio Branco, e em 1968, quando ganhou a posição de Paulo Borges numa excursão à Europa, o ex-ponteiro do Cruzeiro, Natal, resolveu mudar de posição porque o novo estilo do futebol brasileiro, introduzido por Zagalo a partir da Copa do Mundo de 1970, aumentou de um para três o número de marcadores do extrema-direita, exigindo que este seja um super-homem, já que, além disso, o ponteiro também é obrigado a marcar.

— Como eu gosto de marcar meus gols, e na ponta não estava dando mais, resolvi mudar de posição — explicou Natal Baroni de Carvalho, 34 anos, que atuou três anos no futebol venezuelano como meia-esquerda, disputou os dois últimos campeonatos nacionais pela Caldense de Poços de Caldas, na mesma posição, e atualmente é o meia-esquerda do Valério Doce, de Itabira, no interior mineiro, para onde se transferiu no começo deste mês.

Campeão da Taça Brasil de 1966, e penta-campeão mineiro (1965/69) pelo Cruzeiro, onde se consagrou — o drible fácil em velocidade, a arrancada e o arremate forte eram suas maiores características —, Natal foi considerado naquela época uma das maiores esperanças para a ponta direita da Seleção, mas começou a decair em 1969, logo após operar os meniscos. Hoje ele acha que só existem dois pontas-direitas no Brasil capazes de servir:

— Quando se fala em Gil, todo mundo logo fala mal. Mas, ao lado de Marinho, que foi do Atlético e recentemente convocado para a Seleção de Novos, Gil é o único ponta-direita do Brasil que joga como os pontas de antigamente e está à altura da seleção. Eu sei que ele está por baixo psicologicamente, mas se fizerem com ele um bom trabalho, será a melhor opção — comentou Natal.

O ex-ponteiro disse ainda que, antes do surgimento de Zagalo, o ponta-direita tinha apenas o seu marcador tradicional, o lateral esquerdo. Isso possibilitava as jogadas de linha de fundo, com cruzamentos para trás, "o que sempre foi meio gol. Hoje, com o novo esquema adotado, de todo mundo marcar, o ponta-direita tem como obstáculos, geralmente, o próprio ponta-esquerda adversário, o meia-esquerda e, finalmente, o lateral".

1970

Natal critica os técnicos

— Isso é tarefa para super-homem, pois o ponta também é um marcador — observou Natal, para quem Zagalo fez escola.

Hoje, nenhum técnico deixa de jogar assim, já que a mentalidade é esta: empatar não é perder. Se ganhar, tudo bem. Quanto mais homens o técnico tiver na defensiva, melhor. Esse sistema é usado em todo o Brasil, inclusive no futebol amador.

Segundo Natal, a fartura de jogadores do país favoreceu a implantação desse sistema, pois o ponta-direita que recebia a dupla tarefa de atacar e, ao mesmo tempo, marcar um jogador adversário corria o risco de ser substituído pelo treinador. A obediência a essa determinação acabou por impedir quase inteiramente a formação dos pontas tradicionais.

Natal lembra que, na Copa do Mundo de 70, o jogador talhado para a posição era Zequinha, do Botafogo, mas, Zagalo acabou escalando naquela posição um centroavante, Jairzinho.

Jair jogou na ponta, mas ao retornar, voltou à sua verdadeira posição. Na atual Seleção, o Telê também está improvisando centroavante na ponta, por falta de jogadores. Não duvido que ele escale até o Nunes, mas tudo será improvisação. Na minha opinião, como já disse, a solução está em Gil ou em Marinho, que na verdade são pontas — concluiu o jogador.

P. Amorim, drible envergonha

SALVADOR — Embora considere que o extrema deve ser bastante versátil para adaptar-se ao esquema adotado para cada partida, Pedro Amorim, ponta-direita que atuou pelo Bahia, Fluminense do Rio de Janeiro e integrou a Seleção Brasileira de 1939 a 1948, entende que o ponta tem de ter "sobretudo a condição indispensável de ir à linha de fundo e colocar os companheiros em condições de fazer o gol".

Médico clínico e fazendeiro bem-sucedido em Senhor do Bomfim, cidade do sertão baiano, onde nasceu há 60 anos, e para onde voltou depois que abandonou o futebol, Pedro Amorim não se acha em condições de fazer uma avaliação mais profunda do futebol praticado no Brasil — "a televisão chega muito ruim por aqui" —, mas ainda costuma afirmar enfaticamente que os técnicos brasileiros devem aproveitar ao máximo o potencial de criatividade do jogador do país e não "implantar esquemas rígidos de corpo a corpo, de homem-força, que deturpam essa virtude maravilhosa do sul-americano".

Fácil anulação

Ao mesmo tempo que entende que a característica básica do ponteiro deva ser a agressividade, Pedro Amorim acha que no futebol atual não pode haver nenhum jogador fixo, "pois se todos jogarem somente numa área pré-determinada, seriam facilmente anulados". Na opinião do ex-jogador, que foi para o Fluminense com o passe na mão e acabou integrando a Seleção Brasileira e carioca, o importante "é que ele seja versátil. Em alguns jogos construtor e em outros finalizador, mas principalmente que seja agressivo, parta pra cima do lateral e tente o drible".

Na época em que jogou futebol, Pedro Amorim conta que já se fazia essa exigência, mas hoje acha que "tudo mudou muito", lembrando inclusive a escalação de Sócrates contra a URSS na ponta-direita, que ele diz "não ter entendido nada. O Telê poderia não ter colocado um ponteiro fixo, mas, acho que nunca o Sócrates deveria estar caindo por ali. É um jogador de grandes qualidades, mas muito lento para aquela faixa do campo. Quando tiver oportunidade de ir ao Rio vou dizer ao Telê que realmente não entendi, mas até posso receber uma aula por isso".

Segundo Pedro Amorim, os técnicos brasileiros "estudaram o futebol força e esquemático e de diminuição do terreno, que anula as qualidades do jogador do Brasil. A meu ver, o nosso grande erro foi aceitarmos e cultivarmos essa teoria, tentando fazer desaparecer essa virtude, como se fosse uma coisa arcaica. Se chegou ao ponto de ser taxado de ridículo, o que tenta o drible".

Solteiro Cobiçado, como costuma se intitular e com um filho adotivo de 17 anos que pretende transformar "num grande goleiro", Pedro Amorim jogou naquela época ao lado de nomes como Domingos da Guia, Pirilo, Patesco, Zizinho e Servílio, entre outros, e lembrando as grandes virtudes técnicas desses jogadores, diz que "nunca deixei de acreditar que o sul-americano, principalmente o brasileiro e o argentino, se o técnico aplicar um método onde não morram essas qualidades natas, seremos imbatíveis".

1960

Julinho diz que o caminho está difícil

Julinho: esquemas sacrificam pontas

São Paulo — *Os rígidos esquemas defensivos utilizados pela maioria das equipes têm determinado a escassez de bons pontas no futebol brasileiro. Essa é a conclusão a que chegaram o ex-jogador Julinho e o atacante Vaguinho, do Corintians, para quem os técnicos "estão matando os pontas ao transformá-los em auxiliares da defesa, tirando-lhes o poder ofensivo".*

Um dos melhores pontas que o Brasil já teve, Júlio Botelho, o Julhinho, lembra que em sua época se jogava um futebol ofensivo, com o aproveitamento constante dos extremas, ficando os laterais mais restritos à função específica da marcação, fato que não ocorre hoje. Julinho diz que no seu tempo o ponta-direita partia em velocidade para o ataque e chegava à linha de fundo com relativa facilidade:

— A função do ponta-direita hoje está mal. Ele fica encurralado porque o lateral avança e o espaço encurta. É por isso que ninguém quer jogar ali, nem mesmo aqueles que estão iniciando a carreira. Quanto ao extrema fixo, tudo não passa de uma teoria boba, porque o jogador se desloca, vai algumas vezes para o meio. O bom futebol tem que ser realmente pelas pontas, a exemplo do que fazem os europeus. Com dois ou três passes eles chegam à área adversária. Contra a União Soviética, o Brasil deu 12 toques para sair do meio-de-campo.

— Quando eu jogava se exigia do ponta um futebol veloz, objetivo. Eu partia do meu campo com a bola dominada, tentava o drible ou a tabela com alguém que estivesse próximo, mas ia sempre em direção ao gol. Certa vez, numa partida entre paulistas e cariocas, no Pacaembu, Aimoré Moreira, técnico de nossa equipe, me mandou jogar isolado na frente, entre Nilton Santos e Eli, sendo que este dava o primerio combate. Depois do jogo disse para ele me dispensar se aquele esquema fosse mantido para os demais jogos da Seleção Paulista. Na segunda partida, realizada no Maracanã, eu joguei como queria, indo de encontro aos marcadores. Vencemos por 3 a 0 e eu fui um dos destaques do time. Mas hoje muita coisa mudou na função de um ponta, que já não tem a mesma liberdade para atuar. Voltar para dar combate, quando perde a bola para o lateral, seu marcador, é um fato comum. Mas ficar recuado, ajudando o meio-de-campo e disputando uma pequena faixa do campo, é um grande erro.

Para Julinho — hoje com 50 anos — um ponta de Seleção não deve ser diferente daquele que joga no clube. Durante sete anos ele treinou os juvenis do Palmeiras e depois foi para a Portutuesa de Desportos, onde desempenhou a mesma função, por período quase idêntico. Saudoso de sua época, ele busca no futebol de salão a manutenção da boa forma para um cinqüentão:

— A defesa é que tem a obrigação de marcar. O ponta pode dar uma ajuda, mas não receber do técnico essa determinação. Num sistema desse que vem sendo empregado atualmente, se acabaria até com Garrincha.

O FIM
DO PONTA

Um ponta-direita veloz, que se destacou no Atlético Mineiro e chegou à Seleção Brasileira duas vezes — 1971/73 — Vaguinho mostra-se revoltado ao falar da situação dos pontas hoje no nosso futebol. Ele acusa os treinadores de empregarem esquemas demasiadamente defensivos e com isso defenderem seus empregos com uma série de empates e vitórias "apertadas". Para ele, tudo parece perdido:

— Os técnicos estão matando os pontas. Até 1974 jogávamos com os extremas abertos, mas, daí em diante, os treinadores brasileiros passaram a imitar o futebol holandês e se começou a fazer entre nós um rodízio. Ora, somos fisicamente diferentes dos europeus, possuímos um outro estilo.

Vaguinho diz que hoje cabe ao ponta-direita também a função de marcar e abrir espaço para o lateral. Cita alguns exemplos recentes, como o que ocorreu com Gil, no Mundial da Argentina, em 1978, e lamenta que nada esteja sendo feito para se mudar essa situação.

— Os treinadores evitam a todo custo os riscos de um futebol ofensivo. Temem perder seus empregos. Isso resulta na destruição dos pontas, que passam a atuar defensivamente. Antigamente se jogava com um líbero, mas os técnicos utilizam dois e é essa a razão do ponta voltar para auxiliar na marcação. Edu, do São Paulo, é um jogador muito veloz, mas estão acabando com ele. Nilton Batata ainda insiste em jogar como os pontas antigos, mas o faz com muita dificuldade. Zequinha tinha um estilo bonito e objetivo no Botafogo. Veio para o São Paulo e acabou.

— Quando eu estava no Atlético era um ponto driblador, que chegava constantemente à linha de fundo para fazer os cruzamentos. Marcava gols. Hoje, no Corintians, fico mais atrás para ajudar o lateral, o que beneficia os líberos, que ficam na sobra. Na Copa do Mundo de 1978 Toninho e Nelinho praticamente jogaram nas pontas; Gil não pôde mostrar suas qualidades, o que não ocorreu na Copa do Atlântico, com o técnico Osvaldo Brandão, e no Fluminense, onde ele recebia lançamentos longos de Rivelino e penetrava sempre com perigo.

Vaguinho defende a necessidade da utilização de um ponta fixo e aponta a atuação de Jairzinho no Mundial de 1970 como justificativa para reforçar sua tese. Discorda de Telê Santana, quando este diz que o setor pode dar resultado com a deslocação de um outro jogador para a posição:

— Jairzinho acabou com os adversários em 70. No seu clube ele jogava pelo meio, mas, na Seleção, cumpriu à risca as funções de um verdadeiro ponta-direita. Agora, como Telê quer moldar um extrema na Seleção, eu acho errado. Para mim não dá. Nada de sair com toquezinhos lentos, meu negócio é na base da disputa, partir para o lateral. Se o Brasil voltar a jogar nesse estilo, vai melhorar, mesmo sacrificando um dos líberos.

Vaguinho jogou pela Seleção Brasileira na Copa Roca e disputou alguns jogos amistosos com a equipe, em 1971. Dois anos depois foi pré-selecionado, fez umas partidas, mas foi dispensado. Ele começou no Democrata, de Sete Lagoas, de onde saiu para o Atlético Mineiro, que vendeu seu passe ao Corintians. Trinta anos, 1,70m de altura, 72 quilos, ele faz uma advertência aos preparadores físicos:

— Hoje tem muita física e isso está tirando a motivação do jogador, que não se sente solto, lépido. Nos treinamentos, visa-se acima de tudo ao atleta, muitas vezes em detrimento da arte, do estilo. É uma pena. Estão matando os pontas brasileiros.

1979

Jair reclama das novas atribuições

Jair vê erro de conceito

PORTO ALEGRE — Tarciso e Jair, ponteiros-direitos do Grêmio e Internacional, respectivamente, foram convocados para a Seleção Brasileira na época em que Cláudio Coutinho era o técnico e ambos acham que a figura do ponteiro, aquele jogador encarregado exclusivamente de ir à linha de fundo e cruzar bolas, já não tem mais lugar no atual estágio do futebol brasileiro.

— O conceito geral que os 110 milhões de técnicos brasileiros têm sobre o ponteiro-direito é em função daquele jogador que tem muita velocidade, passa correndo por seu marcador, chega à linha de fundo e cruza na cabeça do centroavante para que este marque o gol. Só conheci um jogador que fazia isso, assim mesmo nem todos seus cruzamentos eram bons. Ele se chamava Garrincha — afirmou Tarciso.

Segundo o ponteiro do Grêmio, a linha de fundo, por causa de esquemas táticos, é algo raro na vida de um ponteiro, ainda mais na Seleção Brasileira, onde, por causa da grande responsabilidade, existe muito pouco tempo para que alguém passe pela fase de adequação e seja considerado titular da posição.

— Creio que falta maior apoio, até mesmo moral, aos jogadores que jogam como ponteiros na Seleção Brasileira. Nos clubes, no entanto, existem bons ponteiros, que chegam na Seleção Brasileira e são "queimados". Falta apoio, sem dúvida.

Jair considera que, no momento do futebol brasileiro, "o ponta-direita precisa ter características de meia-direita. Só assim, ele tem condições de fugir da marcação, confundir seu marcador e até mesmo abrir espaços para a penetração de outro jogador por aquele setor.

Sem ponta fixo

— A gente acompanha pela televisão as seleções da Europa jogar e nenhuma delas tem ponteiro fixo. Acho uma questão lógica. Não se pode ficar marginalizado numa faixa de terreno pequena, tentando driblar o lateral para chegar à linha de fundo. Isso também é função de um ponteiro, mas não pode ser a única. Acho que esse tipo de jogada deve ser tentada num momento, num lance e não precisa ser feito pelo jogador com a camisa sete", disse Tarciso.

Jair entende que o futebol evolui para ser um todo de movimentação, sem posição fixa de ninguém. "Mais cedo ou mais tarde, todos vamos jogar assim, por uma necessidade de evolução. Os espaços estão cada vez mais reduzidos e quem ficar limitado numa faixa de campo, não vai mais enxergar a bola."

— Foi isso que o Coutinho pretendia com a Seleção Brasileira, com o **overlapping** dele. Na época, eu não sabia fazer aquilo, porque no clube treinado pelo Telê Santana a minha função era específica. Receber um lançamento e chegar à linha de fundo para o cruzamento. Agora, o próprio Telê mudou seus critérios e acho que ele está certo, mas eu acabei me **quebrando**. Se um dia voltar à Seleção, vou errar pela minha cabeça e não pela cabeça dos outros — afirmou Tarciso.

— No meu caso — disse Jair — a coisa foi uma lástima. O pessoal se reuniu e 48 horas depois fomos jogar, sem tempo de coletivo ou qualquer tipo de entendimento. Fui convocado para ser meia-direita e não ponteiro. Por isso, não tenho experiência para falar sobre o ponta na Seleção.

Segundo Tarciso, o grande problema da Seleção Brasileira, ou do futebol brasileiro, está na preparação física dos jogadores, pois os técnicos querem um futebol rápido, como na Seleção, e o esquema não pode ser executado por causa da deficiência física.

— A questão da ponta direita da Seleção é um exemplo claro disso. Não é fácil alguém jogar como ponteiro e ainda procurar os deslocamentos constantes para abrir espaços e confundir a marcação dos adversários. Isso só é possível com um excelente condicionamento físico, a exemplo do jogador europeu.

Cláudio até admite um ponta falso

SÃO PAULO — Jogador de Seleção Brasileira, ídolo do Corintians até 1957, Cláudio admite a filosofia do ponta falso, mas jamais que se utilize no setor jogadores que não possuam o menor conhecimento da posição, e cita o caso de Sócrates contra a União Soviética. Para ele, o principal defeito dos ponteiros atuais é que não sabem cruzar conscientemente para a área, confundindo centros com **chuveirinhos** que só facilitam o trabalho dos zagueiros.

De uma outra geração, Nilton Batata, do Santos, ex-integrante da Seleção de Coutinho, ainda é a favor do especialista, não concordando apenas com que o ponta se fixe numa determinada faixa do campo.

Eis o pensamento de ambos:

Como vê a função de ponta?

Cláudio — O Telê, sendo um ponta, está dizendo que os europeus jogam com ponta falso. Concordo apenas em parte. O que deve haver é um extrema nato que saiba sair da posição quando preciso. Veja o caso do ponta-esquerda dessa seleção da Alemanha que disputa a Taça Européia de Seleções. Ele fez três gols fora de sua posição. Mas quando ele se deslocava, sempre havia alguém para cobrir seu setor.

Batata — Um ponta deve auxiliar seus companheiros e, especialmente numa Seleção, quando enfrenta escolas de futebol diferentes, até marcar quando for preciso. O futebol deve ser conjunto.

Você é a favor ou contra o ponta fixo. Por que?

Cláudio — Sou contra o ponta fixo. Mas também não concordo que se escale jogador que não seja da posição. Trata-se de uma faixa pequena de ação em que somente quem conhece pode atuar. E é por isso que ninguém estranho a ela gosta de jogar. Contra a União Soviética, por exemplo, nem o Sócrates, nem o Cerezzo ficaram muito tempo na ponta. Mesmo porque no meio-de-campo o jogador aparece mais, fica mais tempo com a bola e não é marcado com a mesma pressão como nas pontas. Veja que agora o Telê vai colocar o Paulo Isidoro ou o Renato na ponta, e eles não vão reclamar porque são novos na Seleção, não têm muito prestígio ainda e não se podem queixar.

Batata — O importante é que o jogador não tenha seu estilo modificado. Porém, deve saber variar o jogo quando necessário.

Quando você jogou na Seleção, o que se exigia do extrema?

Cláudio — Eu fui o primeiro ponta falso do futebol brasileiro, tanto que os comentaristas sempre diziam que eu era tudo menos ponta. Foi quando surgiram a diagonal, o tripé de meio-de-campo ou o 4-3-3, como chamaram outros. No Corintians, eu caía para o meio e o Luizinho ou o Carbone pela ponta. Na verdade, eu tinha características de armador, mas sabia cumprir meu papel pela ponta.

1957

Cláudio diz que jogo agora é "chuveirinho"

Batata — O Coutinho costumava pedir que eu fosse para o meio quando o adversário estivesse atacando pelo lado esquerdo da nossa defesa. Quando o ataque era pela direita, eu tinha que marcar o lateral deles. Isso não tem segredos. O futebol deve ser jogado de forma fácil e objetiva.

O que mudou na função de ponta?

Cláudio — Na minha época, geralmente o trio de miolo do ataque era formado de cariocas e os pontas ficavam isolados, funcionando quase como acessórios. Eu era um ponta que deveria lançar centros apenas, mesmo porque não tinha físico para trombar com o adversário. Hoje, os pontas não sabem centrar, confundem centro com chuveirinho. O centro deve ser um passe bem-feito, seja para o meia, no primeiro pau, seja para o ponta ou ponta-de-lança no segundo pau. Se este não puder cabecear direto para o gol, então deve cabecear para trás, aproveitando alguém que venha entrando. O Zé Sérgio, por exemplo, não sabe centrar, na maioria das vezes suas bolas são desperdiçadas.

Batata — A diferença é que agora a Seleção não tem ponta. Cada treinador pensa de uma forma diferente e o próprio Coutinho já chegou a colocar o Tita na direita. O Telê parece estar testando alguma tese, vamos ver se dá certo.

Como deve ser o ponta da Seleção?

Cláudio — Mesmo que se queira jogar com um ponta falso, ele deve conhecer a posição. Pode deslocar-se quando necessário, mas precisa ter posição. O mesmo deve ocorrer quando o Nelinho descer. Ele precisa estar seguro de que terá cobertura.

Batata — O ponta, na Seleção, deve procurar ser o mesmo que em seu clube. Afinal, foi por isso que ele foi convocado. Mas é claro que deve-se enquadrar no esquema de jogo do treinador. O importante é que procure ajudar os demais companheiros, sem deixar de ser audacioso e jogar seu futebol próprio.

Telê exige Seleção mais veloz no treino de hoje

Antônio Maria Filho
Enviado especial

Belo Horizonte — A Seleção Brasileira faz novo coletivo esta manhã, no Estádio Minas Gerais, desta vez com todos os titulares disponíveis, já que Nelinho tem sua participação confirmada. O treino praticamente encerrará os preparativos para a partida de terça-feira com o Chile, segundo o técnico Telê Santana, para quem o time já estará em condições de mostrar um bom futebol. Ele vai exigir que a equipe apresente mais velocidade.

Haverá ainda alguns treinos com bola, mas o treino de hoje é que realmente servirá para o ajuste final da equipe. Nelinho está escalado para enfrentar o Chile e deverá receber instruções especiais no coletivo desta manhã, pois não participou dos dois últimos treinos de conjunto.

APOIO TOTAL

Em princípio, Telê pretendia manter Getulio na lateral, por ter ele se saído muito bem nos dois coletivos, mas, além de considerar Nelinho melhor tecnicamente, acha fundamental sua escalação terça-feira para que se liberte definitivamente de qualquer problema psicológico que possa surgir em razão das suspeitas de um problema cardíaco.

Telê considera esta partida de vital importância para Nelinho, ainda mais por ser transmitida para todo o Brasil:

— Ele terá a oportunidade de mostrar que não está com qualquer problema cardíaco. Trata-se de um excelente jogador e o fato de não ter participado dos dois últimos coletivos não o atrapalhará em nada. Nelinho merece apoio total neste momento e estamos todos unidos para ajudá-lo a se libertar deste pesadelo.

Com a liberação de Nelinho, a equipe para enfrentar a Seleção do Chile já está definida: Raul, Nelinho, Amaral, Edinho e Júnior; Cerezo, Sócrates e Zico; Paulo Isidoro, Nunes e Zé Sérgio.

A exceção de Nelinho, que só chegou por volta das 19h a Belo Horizonte, a equipe treinou ontem com todos os titulares. Embora não tenha saído nenhum gol, Telê ficou satisfeito com o rendimento, principalmente pelo melhor entrosamento de todos os setores.

— De ontem (anteontem) para cá, nosso time já mostrou um futebol bem melhor. O treino desta tarde me deixou satisfeito, porque colocamos em prática tudo o que foi observado. Várias oportunidades de gols foram criadas, apenas não aproveitadas. Talvez por este detalhe o treino do dia anterior possa ser considerado melhor. Mas, se levarmos em conta apenas a movimentação e o entendimento entre os jogadores, este coletivo foi tão bom quanto o outro.

BOM ENTENDIMENTO

Telê Santana destacou principalmente a cobertura que os jogadores fizeram ao setor defensivo, sempre que um zagueiro partia para o ataque. Na sua opinião, havendo chance, o jogador de defesa tem que procurar as jogadas de ataque, conforme aconteceu ontem com Edinho, que acertou uma bola no travessão e obrigou o goleiro a fazer uma bonita defesa numa cabeçada.

— Os jogadores se alternaram na marcação e tudo saiu conforme queríamos. Nossa equipe está começando a se encontrar e creio que até o final desta fase preparatória apresentaremos um futebol de muito boa qualidade. Como já disse, se alguém saiu mal impressionado com o treino foi exclusivamente pela falta dos gols — explicou o técnico.

No coletivo, Telê deixou a equipe à vontade para ver como ela se movimentava. Não fez qualquer observação aos jogadores durante o exercício. E comentou:

— Mesmo sem qualquer instrução, o time evoluiu muito bem e o treino me satisfez plenamente

Outro detalhe que Telê faz questão de ressaltar quanto ao coletivo de ontem foi os jogadores saberem o momento de marcar sob pressão ou atrair o adversário para seu campo.

Belo Horizonte/Foto de Waldemar Sabino

Telê disse na preleção aos jogadores que, contra o Chile, a Seleção terá condições de apresentar um futebol bem melhor

Time não faz gol mas deixa boa impressão

A Seleção Brasileira empatou de 0 a 0 com os juniores do América Mineiro. À primeira vista, o resultado dá a impressão de que a equipe se apresentou mal, mas na verdade ela mostrou nos 45 minutos de treino uma movimentação muito boa, com o ataque criando várias oportunidades de gol.

Outro detalhe positivo do coletivo foi a boa participação de Paulo Isidoro na ponta direita. Embora caísse às vezes pelo meio, o jogador se fixou mais na extrema e conseguiu várias jogadas de linha de fundo, através de dribles e centros para a área.

O destaque foi Edinho, que, em excelente forma, aproveitou-se da fragilidade do ataque do América mineiro e sempre que foi à frente esteve para marcar. Num lance, acertou um violento chute no travessão; no outro, cabeceou um centro de Paulo Isidoro e quase marcou. Definitivamente também mostrou muitas qualidades e, se antes era considerado um jogador instável, é agora justamente o que comanda os outros durante os coletivos, procurando deixar os companheiros bem colocados em campo.

Chances de gols foram criadas, sendo que Nunes desperdiçou dois ótimos centros de Paulo Isidoro. Outros jogadores também perderam algumas oportunidades, até mesmo Zico, que treinou bem, embora procurando se poupar. Outro detalhe que merece destaque é o melhor entendimento entre os jogadores do meio-campo. Quando Cerezo vai à frente há sempre alguém colocado em sua posição para cobrir os zagueiros. Cerezo, por sinal, teve uma participação ofensiva muito boa, pois quando todos estavam marcados pelos jogadores do América Mineiro, ele aparecia de trás, sempre em alta velocidade, completamente livre para receber.

Na segunda parte do treino, os reservas derrotaram a segunda equipe de juniores do América por 5 a 0, com Serginho, que voltou a treinar com bola, e Eder, marcando dois gols cada um, e Pedrinho fazendo o outro. Este treino serviu apenas para que os jogadores se movimentassem já que os reservas foram enxertados por juvenis do Cruzeiro e não podiam mostrar noção de conjunto.

A equipe principal treinou com Raul, Getúlio, Amaral, Edinho e Júnior; Cerezo, Sócrates e Zico; Paulo Isidoro, Nunes e Zé Sérgio. Pela manhã os jogadores foram submetidos a um treino técnico na Toca da Raposa, no qual os goleiros foram mais exigidos.

Amaral volta a ter uma atuação segura

Raul — Foi exigido algumas vezes e mostrou segurança. Ontem foi visto orientando mais e gritando com os companheiros, o que não fizera até então.

Getúlio — Na defesa esteve seguro. Procurou avançar mais e mostrou bom entendimento com Paulo Isidoro.

Amaral — Parece estar superando a má impressão dos primeiros treinos. Seguro, tranqüilo e novamente perfeito no desarme.

Edinho — O melhor do treino. Preciso nas antecipações, procura comandar a defesa e tem tido sucesso. Avançou sempre na hora certa e chutou uma bola na trave. Excelente atuação.

Júnior — Também esteve bem, principalmente nos lances ofensivos, já que o ponta reserva não o incomodou. Seu entrosamento com Zé Sérgio tem melhorado muito.

Cerezo — Boa atuação. Mais preso, por determinação de Telê, deu boa cobertura aos zagueiros. Eficiente também no apoio.

Sócrates — Parece bem melhor fisicamente. Mostrou aplicação no rodízio com Cerezo e a categoria de sempre nos toques.

Zico — Procurou se poupar um pouco. Mas participou bem do revezamento no meio-campo e nas arrancadas em contra-ataques.

Paulo Isidoro — Ficou mais fixo na ponta, talvez pensando em se aprimorar no setor. E acabou fazendo boas jogadas, inclusive em busca da linha de fundo.

Nunes — O jogo de toques não o favorece muito. Mas procurou deslocar-se bastante e atrair a atenção dos zagueiros, para as entradas dos companheiros. Falhou nas conclusões.

Zé Sérgio — Envolveu quase sempre seu marcador e fez boas jogadas pela esquerda. Atravessa excelente fase e comprovou isso mais uma vez.

Os outros jogadores da Seleção, misturados com alguns do juniores do Cruzeiro, disputaram a segunda parte do coletivo. Carlos e Mauro Pastor quase não foram exigidos. Batista esteve bem e Renato, também. Pedrinho teve boa atuação, o mesmo acontecendo com Eder. Mas o melhor deles foi Serginho, que procurou forçar bastante e acabou não sentindo nada. Fez dois gols, chutou diversas bolas com perigo e mandou uma no travessão.

Edinho quer ser o líder

Edinho foi mais uma vez o melhor da defesa, no coletivo de ontem, no Mineirão, contra o time júnior do América Mineiro pela sua decisão nos lances, poder de antecipação e excelente posicionamento acabou sendo o melhor do treino. Suas avançadas foram sempre no momento exato e chegou inclusive a mandar uma bola na trave. Voltou a mostrar uma qualidade: o espírito de liderança.

— Sempre gritei muito em campo. No Fluminense sou eu quem orienta o posicionamento da defesa e a marcação. Acontece que quando cheguei à Seleção havia jogadores mais experientes, como Rivelino e Carlos Alberto Torres. Hoje quase ninguém grita dentro de campo e isso é muito importante. Como faço isso com naturalidade, tenho procurado desempenhar esse papel também na Seleção.

Experiência

Embora não se declare titular, Edinho procura ressaltar as vantagens que tem para ocupar a posição de quarto zagueiro de Seleção Brasileira. Diz que, apesar dos 25 anos, já está há três convocado e participou de uma Copa do Mundo.

— Com as competições que virão, como o Mundialito, essa vantagem tem de ser levada em conta, pois será muito importante para a equipe. Fui convocado como reserva, mas sinto que posso me firmar como titular. O Luisinho é excelente, todo mundo viu, mas jogou apenas duas partidas. Sinceramente, é difícil ser considerado titular com dois jogos.

Edinho reconhece que hoje está mais maduro e consciente em sua posição. Lembra que antes procurava apoiar sempre o ataque e não havia a cobertura necessária na defesa, que ficava desguarnecida.

— Infelizmente, a mentalidade do futebol brasileiro não é como a do europeu. Lá na Europa, os zagueiros sobem o tempo todo, mas contam com a volta de outro jogador do meio-campo para cobrir a posição. Aqui é mais difícil. Hoje, só avanço quando sinto que a jogada pode ter bom prosseguimento.

As avançadas de Edinho geralmente pegam a defesa contrária desarmada. Em velocidade, ele tem surpreendido e criado boas oportunidades de gol, muitas vezes cabeceando com perigo e em outras chutando violentamente de fora da área, assustando o goleiro. No combate direto, não tem perdido nenhuma bola e está firme na antecipação.

Edinho se sente em condições de se tornar um dia o líder que falta à Seleção. Mas acha que não atravessa a melhor fase de sua carreira, embora suas atuações recentes tenham sido excelentes. Para ele, quando foi convocado pela primeira vez, estava melhor do que hoje, embora menos maduro.

Raul já sente um ambiente melhor

O goleiro Raul afirmou ontem, após o coletivo, que embora muitos técnicos não gostem da afirmativa, realmente "treino é treino e jogo é jogo". Ele acha que a melhora do rendimento da Seleção Brasileira só será constatada no decorrer dos jogos, já que os treinos não representam cópia fiel das partidas.

— A Seleção caminha para um futebol mais positivo e a tendência é que os jogadores acertem. Esta segunda semana na Toca da Raposa acabou sendo benéfica, pois proporcionou uma descontração maior do grupo e o ambiente ficou excelente, já que todos agora se conhecem e se acostumaram aos métodos do Telê.

Raul afirma que isso fez com que ganhasse mais confiança para gritar com os companheiros, como normalmente faz no Flamengo, procurando orientar a defesa.

No começo a gente, por não conhecer direito os companheiros, fica sem jeito de gritar, teme ferir alguém ou causar um mal estar. Mas depois que nos acostumamos e passamos a saber mais sobre as características de cada um, esse problema desaparece. E com isso a defesa fica mais segura.

Sobre seu revezamento com Carlos, Raul acha que seria uma pena a Seleção ter dois goleiros e apenas um jogar. Para ele, o rodízio é importante para que os dois mantenham a forma, o que só se consegue jogando.

— A gente pretende jogar sempre, mas às vezes não dá. E na Seleção, mesmo sendo reserva, nos consideramos titulares, pois passamos a ser úteis à equipe. Encaro normalmente esse rodízio. Mais importante é ser lembrado para a Seleção.

SERVIÇO
SEXTA-FEIRA
CADERNO B
JORNAL DO BRASIL

Campo Neutro

José Inácio Werneck

COMO o meu caro leitor Aluísio Trindade Affonso deu-me permissão para tanto, vou responder sua carta através de minha coluna, pois ela também servirá para acudir às indagações de muitas outras pessoas.

Há alguns meses, Aluísio resolveu submeter-se a um teste de aptidão física, com resultados não muito brilhantes, e a partir daí dedicou-se a recuperar sua forma, com a prática do jogging, cooper, corrida ou que outro nome tenha.

A preocupação de Aluísio é lógica, refletindo um fenômeno não apenas brasileiro como mundial, a partir do momento em que as autoridades médicas começaram a alertar para a correlação entre vida sedentária e mortalidade por problemas cardíacos. Há 20 ou 30 anos, ao menor sinal de problema cardíaco, os médicos recomendavam ao paciente repouso absoluto. Lembro-me de uma alta autoridade que dizia: "A maior sorte que uma pessoa com coração fraco pode ter é quebrar uma perna. Assim podemos garantir que ela ficará imóvel em uma cama".

■ ■ ■

ENTÃO, o coração de atleta era considerada uma grave desordem, quando hoje se sabe que, sendo o coração um músculo, nada mais natural que ele cresça com o exercício. Faço estas considerações para concluir que a busca dos exercícios, principalmente a corrida, nada tem de modismo, pois está baseada em constatações científicas. Modismo é passar do *skateboard* para o *rollerskate*, mas a preocupação com o exercício, principalmente através de um gesto tão simples quanto correr, não vai mais deixar o homem moerno.

O que aflige Aluísio é a procura de um método correto e eu responderia que o melhor método é não se prender demais a método algum, pois correr é uma coisa simples, espontânea, que como tal deve ser encarada. Aprenda a ouvir e entender o seu corpo, pois ele dirá o que melhor fazer — eis o conselho que eu daria aos praticantes da corrida.

Em linhas gerais, para quem sai de uma vida sedentária, eu recomendaria os ensinamentos do médico alemão Van Aaken, por considerar que eles se revestem de bom senso. Para Van Aaken, o mais importante para o principiante é não a distância que ele corre, mas o tempo que ele devota ao exercício. Este exercício pode variar de uma simples caminhada até a corrida em boa velocidade, dependendo das condições físicas do praticante.

O fundamental é que o esforço seja feito em ritmo aeróbico. Isto é, *sem déficit* de oxigênio. O exercício contrário, o anaeróbico, é, por exemplo, uma corrida de 100 metros rasos, quando o organismo do atleta está consumindo mais oxigênio do que seu sangue consegue absorver através da respiração. Trata-se assim de um esforço *com déficit* de oxigênio, que leva à exaustão e não pode ser mantido por muito tempo.

Para Van Aaken, o ideal é a oxigenação do corpo, que deve ser mantida ao longo de uma hora e só pode ser conseguida com o exercício, pois só o exercício cria as necessárias condições de demanda.

Aos poucos, dentro daqueles 60 minutos, o praticante pode aumentar a intensidade de seu esforço e, no futuro, passar mesmo a outros métodos de treinamento, que demandem menos tempo e exijam maior intensidade. Mas, ao longo de todo o processo, meu caro Aluísio, aprenda a ouvir e a entender o seu corpo. E, quanto a publicações em português, só conheço três: *Corra para Viver*, de Yllen Kerr, *Por que Correr*, de Ayrton Ferreira, e *Guia Completo da Corrida*, de James Fixx, em tradução da editora Record.

A coisa mais estranha sucedida ao futebol (soccer) nos Estados Unidos é que, apesar de todos os esforços, apesar da contratação de Pelé, ele virou decididamente um jogo para brancos. O negro norte-americano continua alheio ao esporte.

No Brasil, já nos anos 20 os negros tomavam o futebol de assalto. Na Inglaterra e na França eles começam a se afirmar, vindos das ex-colônias. Mas nos Estados Unidos os negros dominam todos os esportes profissionais (basquete, futebol americano, beisebol) e, apesar de Pelé, ignoram o soccer.

Mesmo os garotos negros que vemos chutando bola nos parques de Nova Iorque, se formos olhar de perto e com eles conversar, descobriremos que não são negros norte-americanos, mas das Caraíbas. O soccer nos Estados Unidos é um esporte de subúrbio — e subúrbio, nos Estados Unidos, significa classe média, gente branca.

Os milhões de Pelés que habitam aquele país continuam a fazer suas diabruras com as mãos — principalmente nos Harlem Globetrotters.

Exame prova que coração de Nelinho está bom

Cruzeiro encaminha um protesto à CBF

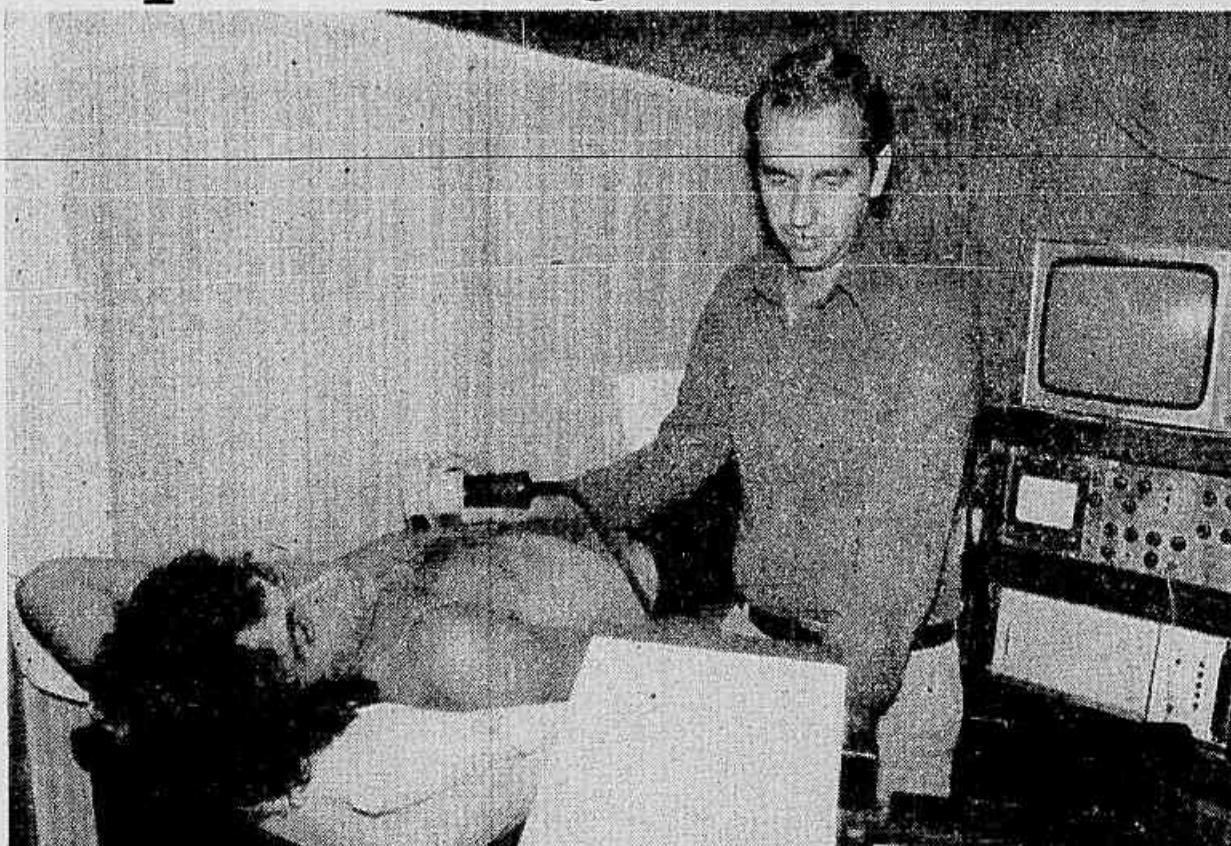
O Cruzeiro deve enviar esta semana um ofício à CBF, protestando contra a forma como foi conduzido o problema enfrentado pelo seu lateral-direito Nelinho, na Seleção Brasileira, que provocou diversas especulações. O vice-presidente do clube, Adil de Oliveira, e o médico Ronaldo Nazaré passaram a manhã de ontem na Toca da Raposa.

— Considero isso um desrespeito, uma falta de escrúpulo e uma grande desumanidade — disse Adil de Oliveira. Se num clube esse assunto mereceria o maior sigilo, visando a preservação do próprio jogador, o que não dizer da Seleção Brasileira, onde a cautela deveria ser bem maior? Se é necessário fazer um exame, que se faça, pois problema médico eu não discuto. Mas a conduta adotada deveria ser outra.

Ronaldo Nazaré observou que Nelinho joga futebol há 14 anos e o coração dele já foi obrigado a grandes esforços, cujas provas estão documentadas no Departamento Médico do clube. Explicou que o problema de Nelinho é uma "repolarização de fibras cardíacas".

— É uma hipertrofia das fibras cardíacas, que todo atleta tem de ter, pois seu coração precisa bombear muito mais sangue do que o de uma pessoa sedentária. A posição do Departamento Médico do Cruzeiro é a de aguardar todos os exames possíveis, que apenas irão confirmar nosso diagnóstico. Nem diria que isso seja um problema. É mais uma paranormalidade.

O Dr Ronaldo Nazaré disse que cada médico tem uma conduta própria, prefere determinado tipo de exame para verificar as condições do jogador e que, no caso da Seleção Brasileira, o escolhido foi o ecocardiograma bidimensionado, como poderia ter sido outro.

— Nelinho pode até morrer do coração, mas só se levar um tiro ou se for por amor — brincou o médico.

O Dr Fernando Morcerf examinou Nelinho durante 20 minutos e não viu nenhum problema

Nelinho quis tranqüilizar a mãe, D Rosa, em Olaria, depois de saber que o exame foi normal

Em apenas 20 minutos, o exame cardiológico realizado ontem pelo zagueiro Nelinho no Rio — ecocardiograma bidimensional — comprovou nada haver de anormal em seu coração que o impeça de continuar a jogar futebol. Ele foi imediatamente autorizado a regressar à Toca da Raposa, mas antes foi visitar sua mãe, D. Rosa, em Olaria, para tranqüilizá-la quanto ao resultado e juntos festejaram o resultado.

O médico Fernando Morcerf, após o exame na Clínica Aloysio de Carvalho, no Jardim Botânico, explicou que o resultado foi considerado normal, pois o coração de um atleta apresenta modificações típicas em relação ao órgão de um homem comum e nada de significante ficou constatado no caso de Nelinho.

O EXAME

— O coração de Nelinho é normal para um atleta. Esse exame teria a finalidade de mostrar se existiria algum problema na origem da extrasistolia constatada nos exames feito em Belo Horizonte, o que não aconteceu. A extrasistolia é uma variação no ritmo dos batimentos cardíacos, cuja ocorrência é muito comum.

O exame é realizado num aparelho equipado com pequena tela semelhante à da televisão, onde a imagem do coração do paciente em funcionamento é projetada. Ele permite uma visão completa do sistema cardíaco, nos mínimos detalhes, através de uma série de corte de imagens realizada pelo médico.

Segundo o cardiologista da Seleção Brasileira, Mauro Pompeu, existem apenas dois aparelhos desse tipo no Rio e os próprios médicos mineiros que realizaram os primeiros testes em Nelinho, em Belo Horizonte, aconselharam a vinda do jogador para o exame. Acrescentou que outros jogadores serão selecionados para fazer o exame, apenas como medida de rotina.

PREOCUPAÇÃO

Nelinho e Mauro Pompeu desembarcaram às 12h30m no Aeroporto do Galeão, onde foram recebidos pelo diretor de Futebol da CBF, Medrado Dias, que os levou à Clínica Aloysio de Carvalho. Chegaram às 13h30m e lá os esperavam também o cardiologista Onaldo Pereira, da equipe médica da CBF. Ainda no Aeroporto, Nelinho tentou telefonar para sua mãe, D Rosa, mas não conseguiu a ligação. Ele se mostrava calmo e bem disposto, mas estava preocupado com a mãe pelas notícias sobre o seu caso.

— Minha mãe ficou muito assustada com as informações de que eu tinha sido levado às pressas para o hospital, em Belo Horizonte, com um problema cardíaco. Na verdade, eu jamais senti algo de anormal, e só foi constatada essa alteração porque o Dr Mauro Pompeu tomou meu pulso após o treinamento. Quando resolveram fazer os exames em Belo Horizonte, concordei imediatamente, e fiquei tranqüilo quando disseram que estava tudo bem. Por isso, encarei com naturalidade o novo exame no Rio, embora, evidentemente, um pouco preocupado com tudo isso.

Além de rever a mãe e tranqüilizá-la, Nelinho também estava preocupado com a expectativa de seus companheiros em Belo Horizonte e queria regressar logo à Toca da Raposa. Após o exame, seguiu para Olaria, onde a expectativa da família por sua chegada era grande. Ele contou logo o resultado do exame e, no fim da tarde, regressou à Capital mineira, já com a certeza de poder continuar na Seleção. Nelinho estava praticamente certo de que tudo sairia bem, pois voltou a treinar após ter sido constatada a anormalidade em sua pulsação e nada sentiu.

De acordo com o médico Fernando Morcerf, o ecocardiograma a que se submeteu Nelinho serviu para complementar o exame realizado em Belo Horizonte, quando foi feito um teste ergonométrico. Este consiste no eletrocardiograma realizado simultaneamente ao exercício de bicicleta ergonométrica.

Drama faz jogador perder dois quilos

A expectativa pelo resultado do exame de ecocardiograma bidimensional fez Nelinho viver, talvez, o maior drama de sua carreira. Se após o coletivo do dia anterior parecia tranqüilo, ao chegar à Toca da Raposa já estava muito nervoso. Tão nervoso que da noite de anteontem até o momento do embarque já havia perdido dois quilos.

Por mais que seus companheiros e os próprios médicos afirmassem que o exame seria apenas para que o jogador se precavesse, já que os problemas apresentados por ele na prova de esforço eram comuns em atletas, Nelinho não conseguia sequer participar de qualquer conversa ou brincadeira.

Só ficou mais descontraído quando, ao acordar, participou do individual juntamente com os companheiros e por instantes pareceu esquecer o drama.

— Sou um jogador que já sofri todos os tipos de contusão. Até operação da coluna. Jamais poderia esperar que um dia corresse o risco de estar com um problema no coração. Por isso, fiquei surpreso quando os médicos disseram que teria de completar os exames de esforço.

— No Procor, fiquei preocupado a partir do momento em que os médicos desconfiaram de alguma coisa. Por mais que me explicassem queria saber detalhadamente o que se passava comigo. Se corria algum risco. Mas, quando fui levado ao Mineirão para participar do coletivo, fiquei tranqüilo e forcei bastante o ritmo como se estivesse me testando.

Ontem de manhã, Nelinho estava mais tenso ainda e após o treino afirmou:

— Olha, estou tão preocupado que durante o treino cheguei até a sentir falta de ar. Tudo isso é psicológico, eu sei, mas não é fácil enfrentar um problema desses. E só conseguirei me acalmar após o resultado deste exame.

Nelinho fez questão de elogiar o comportamento dos companheiros, que a todo instante procuravam elevar seu moral.

— Nesses momentos é que vemos como temos amigos e ao mesmo tempo conhecemos quem não é. Tudo o que fizeram por mim foi magnífico. E sinto orgulho de estar neste grupo.

Pouco depois, Nelinho, ainda com a roupa de treino, era chamado pelo médico Mauro Pompeu. Estava quase na hora do embarque para o Rio. Correndo, Nelinho foi até o vestiário, tomou banho, encaminhou-se até seu quarto na sede da Toca da Raposa, mudou de roupa e entrou na Kombi juntamente com o médico.

Nelinho não se lembrou sequer de se despedir dos companheiros que ainda permaneciam em treinamento. A Kombi partiu em direção ao aeroporto da Pampulha e ao parar no portão da Toca da Raposa, o jogador virou-se para o porteiro e prometeu.

— Fica por aí, que daqui a pouco estarei de volta. Quero participar do coletivo desta tarde. Tenho certeza de que os resultados do exame não revelarão qualquer anomalia.

Cuidado, moço

SE é uma invenção, respeitemo-la. As inovações ou invenções passam, geralmente, por três estágios: primeiro, poucos acreditam; segundo, são ridicularizadas e, por último, quando certas, são adotadas. Mesmo as leis da ciência e da natureza, quando descobertas, passam por isto. Pois não foi assim com a bicicleta?

Agora estamos descobrindo coisas novas em futebol. Tudo bem, sou completamente a favor das inovações. Também vejo os fenômenos sempre em movimento, desenvolvimento e transformação. Quando as mulheres rasparam os cabelos debaixo do braço, saudei. Achei uma maravilha. Estético e higiênico. Pensei que os homens também iriam aderir à idéia. Mas argumentaram que usam camisas de meia manga ou manga comprida e coisa e tal. E que quem raspa é. Não briguei e respeitei a maioria porque a lei não pegou com os homens. Nem com as mulheres do Mediterrâneo. O Salim disse que a Irene Papas é a mulher mais formidável de todas. Mas ela usa cabelo debaixo do braço! Em futebol também aparecem a toda hora inovações ou tentativas de inovações. E aparecem principalmente com as modificações fundamentais das leis do jogo (lei do impedimento obrigou a profundas modificações táticas) ou com o desenvolvimento da técnica (preparo físico, medicina esportiva e material esportivo). Mas os jogos de futebol têm certas coisas mais ou menos estanques pelas poucas modificações das leis e pela limitação das áreas de atuação dos jogadores dentro do campo. Em certos setores os jogadores têm de ser mais altos. O goleiro e pelo menos um dos zagueiros devem ser altos. Em outros, os jogadores têm de ser mais velozes. Assim, nas extremidades do campo e nas laterais. Isto é válido para atacantes e defensores. Ali no meio-campo *se pode ter jogadores mais lentos. Sejam defensores ou atacantes, ou qualquer nomenclatura de meio-campo. E não há mal nem lei que proíba que algum entre na área de ação do outro. Claro que os mais lentos devem evitar invadir áreas de homens velozes. Aliás fazem isto. O Didi ou Gérson, raramente andavam por tais áreas. Os mais velozes também raramente invadem áreas de jogadores mais lentos. Quando fazem isto, quase sempre bagunçam o coreto. São regras vulgarmente aceitas e quando violadas,* reagem. *E reagem como o resultado do jogo contra a União Soviética onde, por contrariá-las, fomos para o vinagre. É verdade que foi uma tentativa que espero não apareça mais. Entretanto nosso treinador afirma que continuará a fazer isto até o Juízo Final! Está bem, paciência. É um direito seu. Cuidado, moço, repetir erros clamorosos nem sempre é bom. Isto me faz lembrar aquela... sabem? Aquela daquele cidadão de além-mar que foi descer do bonde andando, caiu e esparrafatou-se todo. A galera que estava no* Ponto, *deu vaia e gozou às gargalhadas. O cara levantou, abanou a poeira e disse com empáfia: "Cada um desce do bonde como* quêire. *Está bem?" O que se há de fazer?*

João Saldanha

Mauro diz que sai mas não sabe quando

O médico Mauro Pompeu confirmou ontem que vai deixar a Seleção Brasileira, embora ainda não tenha marcado a data, pois antes de formalizar a decisão deseja informar ao diretor de Futebol da CBF, Medrado Dias. No encontro que tiveram ontem, por ocasião do exame de Nelinho, no Rio, Mauro Pompeu explicou sua posição a Medrado e ao cardiologista Onaldo Pereira, também da equipe médica da entidade.

Ele não quer confirmar sua saída agora, que ocorreria após o jogo com a Polônia, por não ter revelado com antecedência sua intenção ao dirigente. Medrado Dias, por sua vez, disse que o médico não tem a intenção de sair e, após a conversa que tiveram, as possíveis divergências com outros membros do comando da Seleção ficaram superadas.

QUESTÃO DE TEMPO

Mauro Pompeu explicou que aguardará uma oportunidade para se afastar da Seleção, enquanto Medrado Dias afirmou que não abre mão do seu concurso. Segundo o dirigente, os problemas surgidos na comissão técnica são conseqüência da falta de conhecimento entre alguns de seus componentes, o que aos poucos vem sendo contornado com a definição precisa das funções de cada um.

A respeito das críticas sobre as atividades da Seleção em Belo Horizonte, o diretor de futebol da CBF explicou que o Centro Hípico onde o time treinou dista apenas 400 metros da Toca da Raposa, e o Mineirão, local do coletivo de ontem, fica somente a sete minutos de carro, assim mesmo porque algumas ruas estão em más condições, pois o percurso poderia ser feito ainda em menos tempo de carro. Justificou a escolha do Estádio para o treino por ser o local do próximo jogo.

Quanto à decisão de Telê fechar a concentração à imprensa hoje à tarde, Medrado explicou que o técnico quer estreitar o convívio com os jogadores e promover um churrasco só para a equipe.

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro □ Domingo, 22 de junho de 1980

O NOVO DIRETOR É O ANTIGO

JACQUES KLEIN DIZ QUE VOLTA PARA "REVOLUCIONAR" A SALA CECÍLIA MEIRELES

Foto de Rubens Borges/Porto Alegre

A Sala será o local de concertos mais importante do país, garante Klein

Ângela Caporal

PORTO Alegre — Otimista e com boas expectativas, como faz questão de dizer, o novo diretor da Sala Cecília Meireles, Jacques Klein, prefere não entrar em muitos detalhes sobre seus planos, alegando que ainda não conversou com o presidente da Funarj, Arnaldo Niskier, o que acontecerá amanhã, mas adiantou que para este ano será mantida a programação já definida pelo ex-diretor Turíbio Santos, embora ele ainda a desconheça.

Ressalvando que são apenas pretensões, afirma que para 1981 pretende "revolucionar" a Sala, devolvendo-lhe a condição de local mais importante de concertos do país. A receita para conseguir isto, Jacques Klein já possui: criatividade para escolha da programação e, além disto, também sua experiência como diretor, pois foi administrador da Sala na anterior gestão do Governador Chagas Freitas.

Ao assumir a direção da Sala Cecília Meireles com muito entusiasmo porque é um local que "tem uma tradição séria de concertos", Jacques Klein procura esquivar-se das perguntas sobre os planos para a sua gestão, alegando que "é falta de ética, porque ainda não falei com o Niskier". O convite ocorreu há quatro dias e ele viajou para o Sul para um concerto com a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, OSPA.

Manifestando sua admiração pelo ex-diretor Turíbio Santos, Jacques klein afirma que será mantida a programação já estabelecida para este ano, que, contudo, ele confessa não ter a menor idéia de qual seja. "Vou tomar pé da situação na conversa com o Niskier".

Convencido de que "o Brasil deve prestigiar os seus músicos e os poucos magníficos estrangeiros", ressalta que o músico brasileiro é extremamente dotado, mas é preciso "fazer com que o público o estimule". Para conseguir isto, Jacques Klein considera que é necessário abrir vigorosamente o mercado para "trazer o músico e o público". Embora lhe desagrade a palavra **erudita**, ele reconhece que há 10 ou 12 músicos brasileiros eruditos que são largamente conhecidos e muitos outros de grande valor que poderiam aparecer, "se houvesse mercado de trabalho e prestígio do músico".

A entrevista se volta novamente sobre seus planos para a Sala Cecília Meireles e o novo diretor insiste em que tem pretensões. A pretendida revolução na Sala visa a devolver sua condição de local mais importante de concertos do país.

— Precisa de criatividade para escolha da programação porque recitais normais isolados não funcionam como chamariz. É preciso, por exemplo, um ciclo de compositores, como Chopin; público adora ópera, mas sua montagem é imensamente cara. Então, a solução é fazer uma série de recitais com árias, que todo mundo adora e entusiasma cantores.

Ele também é de opinião que é importante a divulgação da programação. Para isto, ele pretende a ajuda de empresas "que são sensíveis a colaborar com a cultura. O que também é interessante para elas porque ficam com uma imagem simpática". E Jacques Klein se dispõe a conseguir a colaboração dos empresários, "que precisam se conscientizar do dever de colaborar com a cultura", e chegou a fazer um alerta aos amigos: "Se cuidem porque eu vou atrás para que colaborem com a Sala."

A conversa corre solta e chega até o Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Para ele, o teatro deve voltar às suas atividades de 10 anos atrás, quando era uma casa "com ópera, balé, concertos sinfônicos, mas também com uma série de recitais".

Segundo ele, é preciso que o povo volte ao teatro, pois desde a sua reabertura houve apenas dois recitais — "um do seu ilustre interlocutor" — quando antes era uma média de 100 por ano. Para Jacques Klein, esta é uma política que deve ser revista para que a vida musical do Rio de Janeiro seja esplêndida e permita que o povo amante da música encha as salas. Depois da afirmação, ele pensa em voz alta: "não sei se devo dizer isto..."

Já sobre a propalada destruição da Sala com o plano de remodelação urbanística da Cidade, ele mais uma vez demonstra seu otimismo e enfatiza que "não pode haver tanta falta de juízo quanto a isto". Considera que a Sala não pode acabar porque, além de ser "acusticamente maravilhosa para recitais, tem um ótimo auditório (900 lugares)".

Mostrou-se ainda convicto de que a Sala não poderá ser derrubada "pelo menos sem outra com as mesmas condições ficar pronta". Porém, duvida muito que ela seja destruída.

UMA ESCOLHA INFELIZ

Ronaldo Miranda

MUDAM as administrações e repetem-se os erros. Num momento em que se esperava um sopro de vida e renovação para a Funarj, o seu novo presidente — Arnaldo Niskier — nomeia o pianista Jacques Klein para a direção da Sala Cecília Meireles.

Por que reconduzir ao cargo um antigo diretor do estabelecimento que pouco fez por ele? Foram anos de inércia e programação debilitada, o período da administração Jacques Klein na Sala (no primeiro Governo Chagas Freitas), só recuperados quando Myrian Daulsberg foi convidada para a direção artística, passando, no Governo seguinte, à direção geral.

Não faz sentido trocar Turíbio Santos — um excelente violonista que tinha pouco tempo para administrar a Sala — por Jacques Klein, um excelente pianista que tem menos tempo para a mesma tarefa. A carreira pianística de Jacques é das mais brilhantes e intensas, no Brasil e no exterior: fazê-la conviver com a direção de uma sala de concertos é admitir, de saída, o sacrifício no desempenho de uma ou ambas as funções.

Na fase atual da Funarj, em que a direção da Sala Cecília Meireles precisa brigar diariamente pelo pagamento dos cachês dos artistas que contrata, pelos programas que manda imprimir e pela própria manutenção física do prédio onde está instalada, é necessário um comando dinâmico e idealista, de alguém que possa dedicar-se por inteiro a uma causa verdadeiramente espinhosa.

Junte-se a isso tudo a pouca felicidade de Jacques Klein como programador de concertos. Seu período à frente da Sala foi de completa omissão em relação à música contemporânea e à música brasileira, que ele não toca nem programa. Jacques tem horror à produção musical nacional e não faz questão de esconder sua posição. Acha que a Sala Cecília Meireles se presta muito bem para a música sinfônica e chegou certa vez a se indispor com sua diretora musical por querer inaugurar uma temporada da Sala com um programa dedicado a Wagner, com o OSB e a cantora Rose Wageman, quando a acústica local mal suporta uma Sinfonia de Beethoven.

Jacques tem um gosto musical bastante eclético. Cultiva com refinamento os clássicos vienenses e o romantismo alemão (de que é um intérprete consumado), ao mesmo tempo em que tem paixão por Tchaikowsky e, especialmente, Rachmaninoff, em memória de quem promoveu um Concurso Internacional de Piano de parcos resultados artísticos e no qual concentrou todas as energias de sua primeira administração na Sala. Mas não foi, infelizmente, apenas na Sala que ficou marcada a paixão rachmaninoffiana de Klein. Sua participação na diretoria da OSB — onde até hoje exerce poderosa influência — gerou a execução desmedida dos Concertos para Piano e Orquestra do compositor russo, que continuam assolando as temporadas do conjunto sinfônico, sempre mais preocupado em promover meia dúzia de pianistas e autores românticos do que em divulgar em profundidade o repertório sinfônico.

Em termos de programação de maugosto, a influência de Jacques estende-se até mesmo ao Instituto Nacional da Música. Pois só pode ter sido idéia sua a maneira infeliz como ele próprio se apresentou no Projeto Padre José Maurício, na atual administração do INM, misturando uma Sonata para Clarineta e Piano, de Brahms, ao programa sinfônico da Orquestra de São João del Rei (?), da qual ele era o solista, no mesmo espetáculo, dos três movimentos do Concerto de Hadyn e do primeiro movimento do Concerto nº 3, de Beethoven, para finalizar a maratona. Acrescentar-se, de passagem, que, nas peças para piano e orquestra, o maestro local cedia seu posto ao pianista, que, do teclado, fazia sua estréia como Bernstein-tupiniquim.

A mediocridade das idéias, contudo, não deve encobrir os méritos do artista: Jacques Klein, pianista, salvo quando se sobrecarrega de compromissos que não consegue assumir concomitantemente, é um excelente intérprete, um dos cinco melhores de que o Brasil dispõe. Sua volta para a Sala só se explica no sentido de que ele pretende realimentar ainda mais a sua já poderosa influência no meio musical brasileiro: o Jacques, artista, não precisa da carreira de administrador.

Pior do que a sua aceitação do cargo é, contudo, a atitude de quem o escolheu: a nomeação atual mostra claramente que, no âmbito da política musical, o Sr Arnaldo Niskier está bem mais interessado na política do que na música.

CASA
QUINTA-FEIRA
CADERNO B
JORNAL DO BRASIL

Carlos Eduardo Novaes

OS BORRACHUDOS DE APUCARANA

PRIMEIRO a cidade de Apucarana foi invadida pelos mosquitos. Depois, com a notícia de que um laboratório está oferecendo duzentinhos por grama do inseto, a invasão foi de bóias-frias, comerciantes da Visconde de Pirajá, excedentes do teste pra recenseador, pretendentes a cargos públicos, todos transformados — na falta de esmeraldas — em caçadores de mosquitos.

Antes da oferta do laboratório, a cidade vivia próxima ao desespero às voltas com os borrachudos. O prefeito chegou a pedir ajuda ao Governo federal — pensou até em decretar estado de calamidade — à Unesco e — pasmem — ao Batalhão de Infantaria Motorizada. Voltei às funções de repórter, tomei um banho de repelente e marchei para Apucarana curioso por saber como o Batalhão de Infantaria Motorizado pretendia vencer a guerra contra os borrachudos.

— Vamos matar mosquitos a canhão — bradou o prefeito, sentado em sua mesa, envolto num desses véus protetores que se coloca sobre berços.

Felizmente o telegrama do laboratório chegou antes que a Infantaria Motorizada pudesse entrar em ação. O prefeito pegou o telegrama e saiu em disparada pelas ruas desertas da cidade até o local onde a chefia do estado-maior do batalhão estava reunida estudando a possibilidade de convocar o Grupamento Anti-Aéreo, muito mais indicado para combater os inimigos que atacavam pelo ar.

— Não atirem! Por favor, não atirem! — berrava o prefeito exibindo o telegrama — Vejam! Estão oferecendo dinheiro por nossos mosquitos! Isso é uma mina. Vamos ficar ricos! Por favor não atirem...não acabem com nossa fonte de renda.

—Que que nós devemos fazer então?

—Vocês poderiam cercar a cidade para não deixar entrar forasteiros e sair borrachudos.

A notícia rapidamente se espalhou pela cidade. A população, antes recolhida, rápido saiu às ruas para capturar os insetos. Iniciei minhas entrevistas:

— Como é que o senhor pretende capturar os mosquitos? — perguntei a um lenhador da cidade.

— Eu?? Peraí. Não se mexa!

— Isso é um assalto? — indaguei, levantando os braços.

Plaft! — levei uma bolacha no meio da cara.

— Voou — disse ele, procurando pelo borrachudo.

— O senhor ainda não me informou — prossegui, verificando se o maxilar continuava no lugar — como pretende caçar os mosquitos?

— Eu? — disse, olhando pra minha cara.

Plaft!

— O senhor acha que esse é o método mais indicado para pegar borrachudos? — insisti, verificando se a orelha permanecia no lugar.

Plaft!

— Não acerto uma — lamentou-se o lenhador, enquanto recolocava na minha cara os óculos que tinha atirado longe.

— Posso tentar eu agora? Tem três borrachudos na sua testa.

— Peraí, peraí, só mais uma vez.... tem dois na sua cara.

— Então vamos fazer o seguinte: vamos juntos...eu vou contar até três...um...dois...três.

Plaft! Taplaft! Paplaft!

— Oba! — exclamou o lenhador, tentando me reanimar — Matei um!

Pegou o inseto e jogou dentro do saquinho plástico. Olhei lá dentro e contei, oito cadáveres de borrachudos. Faltam quantos pra um grama. O lenhador meteu a cara no saquinho e tornou a contar:

— Oito... — calculou — pra uma grama faltam 4.992 borrachudos.

Apucarana se transformou num festival de bolachas. Vista a distância parecia uma cidade de malucos onde as pessoas andavam pelas ruas dando tapas e contorcendo a cabeça à procura de mosquitos. Lamentavelmente, apesar de todo o avanço tecnológico das últimas décadas, ninguém se lembrou de aperfeiçoar um método para matar mosquitos: eles continuam sendo capturados pelo mesmo sistema usado antes de Cristo por fenícios e hebreus, ou seja, no tapa. Quando se persegue apenas um mosquito que zumbe à noite a nossa volta, tudo bem, o tapa ainda é a arma mais indicada. Quando, porém, a caçada exige 5 mil borrachudos não há palma da mão que resista.

Como então capturar os mosquitos? Algumas idéias apareceram com o comércio ambulante que se instalou nas ruas principais de Apucarana. Um comerciante lançou as luvas de boxe que resistiam a até 10 mil tapas deixando as mãos macias e sedosas. Houve só um pequeno probleminha: depois que os mosquitos caíam mortos, não era muito fácil apanhá-los com as luvas de boxe. Um outro ambulante lançou no mercado as raquetes de pingue-pongue também sem muito êxito. A engenhoca de maior sucesso na captura dos insetos, porém, ganhou as ruas com o sobrinho do Prefeito: o aspirador de pó.

A caçada prossegue feroz, na cidade. Os habitantes e os recém-chegados utilizam-se de todos os recursos para recolher os insetos. O laboratório está pagando Cr$ 200 mil por quilo, tanto de mosquitos como de pulgas. Em Brasília, o Governo já arregalou os olhos pro negócio. Está pensando seriamente em estatizar os mosquitos. Incapaz de resolver os problemas da seca no Nordeste e preocupado com as despesas das frentes de trabalho (que é obrigado a abrir pra manter o flagelado vivo), o Governo pensa seriamente em soltar no próximo ano 5 milhões de mosquitos nas regiões atingidas. Pelo menos, com isso, espera manter os nordestinos distraídos até a próxima seca.

— Distraídos não! — corrigiu indignado um ministro — ganhando dinheiro! Em que outro lugar do mundo se paga Cr$ 100 mil por meio quilo de mosquitos?

GLÓRIA VANDERBILT DESISTE DA AÇÃO JUDICIAL CONTRA CONDOMÍNIO RACISTA

NOVA Iorque (da correspondente) — Após quatro meses de lutas e humilhações, a milionária Gloria Vanderbilt desiste do caso judicial em que se envolveu para forçar os co-proprietários do edifício de luxo River House a lhe venderem um duplex e aceitá-la como vizinha.

Seu caso passa a ser mais um entre centenas de rejeições anuais na base da raça, cor, status e exemplos variados de discriminação, prova de que o quadrilátero do East Side de Nova Iorque, entre as Ruas 50, 60 e 85, Quinta Avenida e Park Avenue, não tem o menor interesse em posar de território democrático.

Gloria Vanderbilt alegou desde o começo que foi recusada por estar afetivamente ligada ao pianista negro Bobby Short. Diz a Rádio Westinghouse (de notícias) que foi "incompreensível a desistência de Vanderbilt, porque a Corte de Justiça apoiara sua demanda de congelar a venda do duplex na River House até se terem apurado todos os dados sobre critérios de aceitação, fortunas e conduta pessoal de todos os proprietários."

Gloria: para não perder, desistiu da ação que era o assunto predileto de Nova Iorque

Mas a batalha seria custosa e perdia, dizem alguns membros da Corte. "Gloria Vanderbilt não venceria o caso. Os diretores das co-ops (cooperativas) sempre vencem quando excluem os que consideram indesejáveis." A estrutura de propriedade residencial de Nova Iorque é feita de tal modo que não há lugar para votos democráticos: o sistema é de votos fechados, arbitrários e definitivos. Cada unidade de apartamento é dependente, vendida como percentagem de um todo, que é o edifício. Com isso, se dá mão forte ao edifício como um todo para votar em quem pode ou não pode comprar um montante de ações que dá direito à propriedade parcial do prédio, com habitação em um determinado apartamento.

Diplomatas, atores e outros profissionais de origem africana, asiática, latino-americana, entre os quais muitos brasileiros, além de americanos de ascendência judaica, são simplesmente rejeitados no quadrilátero da exclusividade. Gloria Vanderbilt, apesar de milionária, desistiu após quatro meses do que considerou uma luta inútil.

Em tom de desabafo, disse a "rainha dos blue jeans": "Quero que os habitantes da River House se joguem no laço". Gloria e seu advogado já tinham argumentado que a presença de Bobby Short, como convidado para jantar, era menos ofensiva aos padrões nacionais de respeitabilidade do que a presença de Richard Nixon subindo e descendo os elevadores do prédio para jantar com Henry Kissinger, que, por sua vez, não é visto pela maioria dos americanos como flor que se cheire.

Bobby Short, saindo do seu show em Nova Iorque, no Hotel Carlyle, comentou: "Apoiei a Gloria quando ela decidiu lutar pela compra do duplex, embora não fosse esse meu plano, e apóio sua desistência de lutar." Ele declarou à imprensa há uma semana que não havia motivos para alarma do edifício, porque "não" se casaria com sua amiga.

Dizem os fofoqueiros, agora, que Gloria e Bobby estão planejando se casar. Certamente, a luta comum uniu-os mais ainda, e resta saber que lugar o casal escolherá para moradia, se o casamento se concretizar. Por parte de Gloria, foi apenas bom gosto desistir de uma vizinhança tão racista. A vida continua, e Gloria Vanderbilt ganhou muito mais admiradores com esses quatro meses de luta do que em toda sua vida de menina rica enclausurada num nome célebre.

Noticiário sob a responsabilidade de Leo Christiano Editorial

Zózimo

Surpreendente

• *Um conjunto de circunstâncias fortuitas colaborou para elevar esta semana a um valor surpreendente o preço de um Portinari, uma cena de circo, que pertencia ao* marchand *Paulo Klabin.*

• *Interessado em obsequiar um potentado do Iraque, onde tem apreciáveis interesses, o empresário Tuca Mendes saiu em campo à cata de um quadro do pintor que tivesse um motivo lúdico, de preferência uma cena de futebol.*

• *Andou de seca a meca e o único que encontrou disponível estava pendurado na parede da Sra Olga Portinari, exatamente como ele queria. Tentou comprá-lo mas recuou diante do preço pedido: 400 mil dólares.*

• *Acabou encontrando uma outra tela, mais em conta, nas mãos de Paulo Klabin. Não era exatamente o motivo que procurava, futebol, mas uma cena de circo, pela qual o empresário pagou* cash *200 mil dólares.*

• *O quadro, que será agora enviado para o Iraque, pertenceu anos atrás à coleção Jorge Grey.*

Vento forte

• Os sócios do Iate podem começar a se preparar para pagar mensalidades mais caras a partir do próximo mês de julho.

• Segundo ficou decidido na última reunião da Comodoria, terça-feira passada, as mensalidades sofrerão um acréscimo, a partir do mês que vem, passando a incluir-se entre as mais altas do Rio.

• Assim é que o trimestre, que era até agora de Cr$ 3 mil 675 (Cr$ 1 225 mensais), passará para Cr$ 7 mil 500 (Cr$ 2 500 por mês), sofrendo um novo reajuste em outubro, quando será elevado para Cr$ 8 mil 265 (Cr$ 2 775 por mês).

• A estes valores será acrescida ainda uma taxa mensal extra de obras, reajustáveis, no valor inicial de Cr$ 1 700, a vigorar por um período mínimo de 10 meses. A revelação dos novos níveis entre os sócios certamente vai dar o que falar.

Palavra final

• Como não podia deixar de acontecer, assim que o novo presidente da Funarj tomou posse, começaram a chover insinuações sobre a possível volta ao **décor** do Municipal dos bailes de carnaval.

• A resposta do Secretário Arnaldo Niskier foi sucinta:

— Nem pensar.

* * *

• É incrível como, passados tantos anos da abolição do nefando hábito de destruir anualmente durante três dias um dos maiores patrimônios da cidade, ainda há quem pense em tentar reabilitar a festa.

• Deveriam canalizar esses esforços para tentar conseguir do Governo do Estado ou da Prefeitura a tão prometida construção do sambódromo do Rio — essa sim, uma obra de grande apelo popular e uma garantia de que nunca mais o Municipal sofreria a tentação de abrir suas portas para eventos do gênero.

■ ■ ■

Terror musical

• *Depois de Drácula, a porta do terror bem-homorado está aberta na Broadway para os musicais do gênero.*

• *Robert Stigwood, o produtor de sucessos milionários, já se botou em campo para montar, a partir da temporada de 1981, o musical* Dr Jekyll and Mr Hyde.

• *E o produtor Harry Langman, que tem em cartaz atualmente três espetáculos na Broadway, prepara-se para emplacar um quarto* — Frankenstein — *possivelmente estrelado por John Travolta.*

■ ■ ■

Preço simbólico

• O escultor Bruno Giorgi negociou com o Clube Atlético Brasiliense os direitos de reprodução de sua escultura Os Candangos na camisa do time.

• Como o clube não anda com os bolsos forrados e o símbolo já estava impresso no uniforme dos craques, o escultor resolveu estipular um preço simbólico pela apropriação: pediu um jogo completo de camisas para levar na bagagem para Portugal, para onde viajou ontem.

• O negócio foi fechado no ato.

Manuela Papatakis, filha de Annouk Aimée, e Andy Warhol, a caminho do jantar no Laurent que festejou os 40 anos da Princesa Ira de Furstenberg

Endereço especial

• A Boutique 22 que a **maison** Davidoff está instalando em Paris, mais precisamente na Avenue Victor Hugo, será mais do que uma simples loja de venda de charutos.

• Em seu subsolo funcionarão, abertos 24 horas por dia, 150 cofres numerados à disposição de clientes, guardando encomendas, além de um telefone para compras de urgência a qualquer hora da noite.

• Também no mesmo endereço, Zino Davidoff está instalando o maior umidificador de charutos da Europa.

Culpados e inocentes

• A idéia da polícia de promover **batidas** na madrugada do Rio não deixa de ter seus méritos.

• É preciso, entretanto, que caracterizem nitidamente o aspecto de **blitz** policial, caso contrário os motoristas mais distraídos correm o risco de pensar estarem caindo em emboscadas.

• Anteontem à noite, por exemplo, uma turma de policiais fechou um trecho da Rua Toneleros para inspecionar quem passava de carro. Nenhum deles estava uniformizado, embora todos portassem imponentes metralhadoras, e por mais que se procurasse à volta não havia à vista nenhum carro da polícia que identificasse quem eram os homens armados no meio da rua.

• Aos escolhidos na amostragem, saudados não com um **boa noite** mas com um cano de metralhadora no rosto, eram apenas pedidos os documentos do veículo.

* * *

• Quer dizer: continua vigorando, cada vez mais do que nunca, a idéia de que todo mundo é culpado até prova em contrário.

Concorrência

• A Coca-Cola brasileira está reservando para o próximo verão duas novidades para o mercado nacional.

• A primeira, o refrigerente em lata. A segunda, a garrafa econômica de dois litros.

• Os dois lançamentos, já em uso há algum tempo nos Estados Unidos, servirão para fazer frente à investida dos concorrentes no setor da cola.

■ ■ ■

Moda para noite

• A moda lançada pela Xenon, de Nova Iorque, e que já começa a ser adotada em algumas discotecas de Paris, é levar à pista freqüentadoras vestidas com camisas sociais masculinas, desabotoadas.

• Embora não seja propriamente uma moda elegante para a noite, está causando grande sucesso entre os freqüentadores.

■ ■ ■

Caixa baixa

• A contenção de despesas e o corte no orçamento federal levaram o Ministério dos Transportes a decidir pela suspensão de diversos projetos, entre os quais três que estavam na ordem do dia.

• O primeiro era a ferrovia da soja, ligando Paranaguá e Cascavel; o segundo, a hidrovia de Tucuruí, no Rio Tocantins, e o terceiro, a duplicação do trecho de serra da rodovia Rio-Teresópolis.

• Quanto aos demais projetos, os que já foram iniciados serão concluídos, mesmo que com atraso no cronograma.

■ ■ ■

Roda-Viva

• Maria Schneider, em permanente e intensa perambulação pela noite do Rio, apareceu anteontem na noite do 21 à frente de um grande grupo de amigos.

• **Será dia 28, no Méridien, o jantar em benefício do Hospital Israelita do Rio de Janeiro.**

• Eduardo de Sued enviando aos amigos o primeiro número do novo jornal universitário **Clarin** de cujo corpo editorial ele participa.

• **A Embaixada do Canadá doou à cinemateca do MAM uma coleção de filmes de Norman McLaren e documentários.**

• O diretor Peter Brooks, um dos maiores nomes do teatro shakespeariano, estará no Brasil em fins de julho para a **avant-première** de seu filme **Encontros com Homens Notáveis.**

• **A Embaixatriz Anita Guerreiro de Castro liderando uma campanha para vestir a cidade de amarelo e branco durante a visita ao Rio do Papa João Paulo II.**

• Cabo Frio será sede em julho de um grande campeonato de **windsurf.**

• **Copacabana ganhou ontem uma nova sala de concertos, com o nome do pianista Arnaldo Estrela, patrocinada pela tradicional Casa Milton (De pianos).**

Zózimo Barrozo do Amaral

Cotações

★★★★★ *EXCELENTE*
★★★★ *MUITO BOM*
★★★ *BOM*
★★ *REGULAR*
★ *RUIM*

Cinema

Estréias da semana

- A Intrusa
- Avalanche
- O Namorador
- Diário de uma Prostituta
- O Doador Sexual

★★★★★

APOCALIPSE (Apocalipse Now), de Francis Ford Coppola. Com Marlon Brando, Robert Duvall, Martin Sheen, Frederic Forrest, Albert Hall e Sam Bottons. **Jacarepaguá Auto-Cine 1** (Rua Cândido Benício, 2 973 — 392-6186): 19h, 22h. Até terça (18 anos). Roteiro de John Millius e Coppola, livremente inspirado no romance **Heart of Darkness**, de Joseph Conrad. O Capitão Williard (Sheen), inadaptado à vida civil e veterano de missões especiais na Guerra do Vietnam, recebe uma tarefa sigilosa e angustiante: embrenhar-se na selva, até o Camboja, a fim de matar o Coronel Kurtz (Brando), oficial exemplar que teria aderido à barbárie, liderando massacres terríveis dos quais seriam vítimas inclusive os combatentes americanos. A viagem de Willard até encontrar Kurtz, que lidera os nativos como um deus que exige permanentes sacrifícios de sangue, mergulha o capitão no horror de uma guerra alimentada de drogas, corrupção e mentiras. O cineasta de **O Poderoso Chefão** jogou sua carreira em cinco anos de produção, ao custo de mais de 30 milhões de dólares — quantia só duas vezes superadas na história do cinema. Produção americana, filmada nas Filipinas. Premiado com os Oscar de Fotografia (Vittorio Storaro) e Som e ganhador da Palma de Ouro em Cannes, 1979. **Reapresentação.**

★★★★

A INTRUSA (Brasileiro), de Carlos Hugo Christensen. Com Maria Zilda, José de Abreu, Palmira Barbosa, Maurício Loyola, Arlindo Barreto, Fernando de Almeida, e Ricardo Wanick. **Pathé** (Praça Floriano, 45 — 220-3135): de 2ª a 6ª, às 12h, 14h40m, 16h30m, 18h20m, 20h10m, 22h. Sábado e domingo, a partir das 14h40m. **Art-Copacabana** (Av. Copacabana, 759 — 235-4895), **Art-Tijuca** (Rua Conde de Bonfim, 406 — 288-6898), **Art-Madureira** (Shopping Center de Madureira), **Rio-Sul** (Rua Marquês de São Vicente, 52 — 274-4532), **Para-Todos** (Rua Arquias Cordeiro, 350 — 281-3628): 14h40m, 16h30m, 18h20m, 20h10m, 22h. (18 anos). Em Uruguaiana, por volta de 1890, viviam dois irmãos. A região os temia: eram tropeiros, ladrões de gado e, uma ou outra vez, trapaceiros. O mais velho leva uma mulher jovem para viver com ele. O mais novo, torna-se carrancudo, embriaga-se sozinho, não se dá com ninguém. Está apaixonado pela mulher do irmão. Até que um dia passam a dividi-la, enquanto ela, submissa, atende os dois. Premiado no Festival de Gramado como melhor diretor, melhor ator (José de Abreu), melhor fotografia (Antônio Gonçalves) e melhor trilha sonora (Astor Piazzola). Baseado em um conto de Jorge Luiz Borges.

★★★★

GAIJIN — CAMINHOS DA LIBERDADE (Brasileiro), de Tizuka Yamasaki. Com Kyoko Tsukamoto, Antônio Fagundes, Jiro Kawarasaki, Gianfrancesco Guarnieri, Álvaro Freire e José Dumont. **Cinema-1** (Av. Prado Júnior, 281 — 275-4546), **Rian** (Av. Atlântica, 2964 — 236-6114), **Leblon-2** (Av. Ataulfo de Paiva, 391 — 239-6019): 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. **Studio-Paissandu** (Rua Senador Vergueiro, 35 — 265-4653): 16h, 18h, 20h, 22h. **Carioca** (Rua Conde de Bonfim, 338 — 228-8178): **Palácio-2** (Rua do Passeio, 38 — 240-6541): 13h30m, 15h30m, 17h30m, 19h30m, 21h30m. **Art-Méier** (Rua Silva Rabelo, 20 — 249-4544): 14h40m, 16h30m, 18h20m, 20h10m, 22h. **Rosário** (Rua Leopoldina Rego, 52 — 230-1889), **Astor** (Rua Ministro Edgar Romero, 236): 15h, 17h, 19h, 21h. (14 anos). Premiado no Festival de Gramado como o melhor filme, melhor ator coadjuvante (José Dumont), melhor roteiro, melhor cenografia (Yurika Yamasaki) e melhor trilha sonora (John Neschling). No Festival de Cannes ganhou o prêmio especial da Associação dos Críticos Internacionais. Cerca de 800 imigrantes japoneses chegam ao Brasil em 1908, durante o período da expansão cafeeira. Entre eles, Yamada e Kobayaski são contratados para trabalhar na fazenda Santa Rosa, em São Paulo, onde enfrentam a hostilidade do capataz, que exige sempre um ritmo inalterável de trabalho. O tratamento humano só é sentido através de outros imigrantes — italianos e nordestinos. Sem alternativas, os japoneses sofrem as conseqüências de uma vida quase animal: a maleita, o suicídio e a degradação determinam o desaparecimento dos mais fracos.

★★★★

A CLASSE OPERÁRIA VAI PARA O PARAÍSO (La Classe Operaia Va in Paradiso), de Elio Petri. Com Gian Maria Volonté, Mariangela Melato, Gino Pernice, Luigi Diberti, Donato Castellaneta e Salvo Randone. **Bruni-Copacabana** (Rua Barata Ribeiro, 502 — 255-2908); **Studio-Tijuca** (Rua Desembargador Isidro, 10 — 268-6014): 14h30m, 16h50m, 19h10m, 21h30m, (16 anos). Produção italiana de 1972. No Brasil, o filme chegou a ser exibido, depois foi censurado e agora novamente liberado. Massa (Gian Maria Volonté) trabalha numa fábrica e é considerado **operário-padrão**, chegando a ser hostilizado pelos colegas. Mas, depois de um acidente onde perde um dedo da mão, sua atitude na fábrica muda radicalmente ao ver o gesto de solidariedade dos companheiros. Aos poucos torna-se militante radical acabando por ser demitido. Novamente os companheiros mostram solidariedade, começando um movimento para sua readmissão, com uma série de passeatas e greves. Ganhador da Palma de Ouro no Festival de Cannes, 1972. **Reapresentação.**

★★★★

BYE BYE BRASIL (brasileiro), de Carlos Diegues. Com Betty Faria, José Wilker, Fábio Junior e Zaira Zambelli. **Veneza** (Av. Pasteur, 184 — 295-8349), **Comodoro** (Rua Haddock Lobo, 145 — 264-2025): 16h, 18h, 20h, 22h. (18 anos). Um grupo de artistas ambulantes, a Caravana Rolidei, cruza de caminhão todo o sertão nordestino em direção à floresta amazônica, saindo de Piranhas, em Alagoas, até Altamira daí se deslocando para Belém e em seguida para Brasília. Diegues, o realizador de **Xica da Silva** e de **Chuvas de Verão**, segue a viagem ao mesmo tempo interessado em retratar o que se passa com os artistas ambulantes (que encontram público cada vez menor nas cidades que contam com televisão) e o que se passa com as pessoas que eles encontram ao acaso no meio da viagem. Candidato à Palma de Ouro no Festival de Cannes, 1980.

★★★★

MAR DE ROSAS (Brasileiro), de Ana Carolina. Com Hugo Carvana, Norma Benguel, Cristina Pereira, Otávio Augusto, Ary Fontoura e Miriam Muniz. **Cinema-3** (Rua Conde de Bonfim, 229): 15h, 16h40m, 18h20m, 20h, 21h40m (18 anos). Conflitos violentos em uma família que viaja para o Rio. A mulher tenta matar o marido e é perseguida por um capanga deste, enquanto a filha usa a imaginação para provocar situações absurdas. Em contraponto, a história de um dentista e sua mulher, que acentuam o ângulo humorístico. Comédia e crítica tendo como tema a repressão. **Reapresentação.**

★★★

A ROSA (The Rose), de Mark Rydell. Com Bette Midler, Alan Bates, Frederick Forrest, Harry Dean Stanton e Barry Primus. **Opera-2** (Praia de Botafogo, 340 — 246-7705): 14h, 16h30m, 19h, 21h30m. (18 anos). Cantora de **rock**, jovem e talentosa, vive atormentada por instintos auto-destrutivos, entre casos de amor e o triunfo profissional. Suas decepções tornam-se a história de sua geração, durante a década de 60 em plena crise da Guerra do Vietnam, quando as expectativas criadas pela aparente atmosfera de liberdade não são totalmente realizadas. Produção americana. Bette Midler ganhou o Globo de Ouro como Melhor Atriz.

★★★

A GAIOLA DAS LOUCAS (La Cage aux Folles), de Edouard Molinaro. Com Ugo Tognazzi, Michael Serrault, Michael Galabru, Claire Maurier e Remy Laurent. **Leblon-1** (Av. Ataulfo de Paiva, 391 — 239-5048); **Caruso** (Av. Copacabana, 1.326 — 227-3544): 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (16 anos). Comédia baseada na peça de Jean Poiret, sucesso de bilheteria em inúmeros países (aqui interpretada por Jorge Dória e Carvalhinho). O casamento entre uma jovem, considerada modelo de virtude, e o filho do gerente de uma boate de travestis, **La Cage aux Folles**. Na festa, os anfitriões precisam representar o que não são: o gerente e a estrela do **show**, homossexuais, vivem juntos há 20 anos. Michel Serrault conquistou o Prêmio César, como "melhor ator". Realização francesa em co-produção franco-italiano.

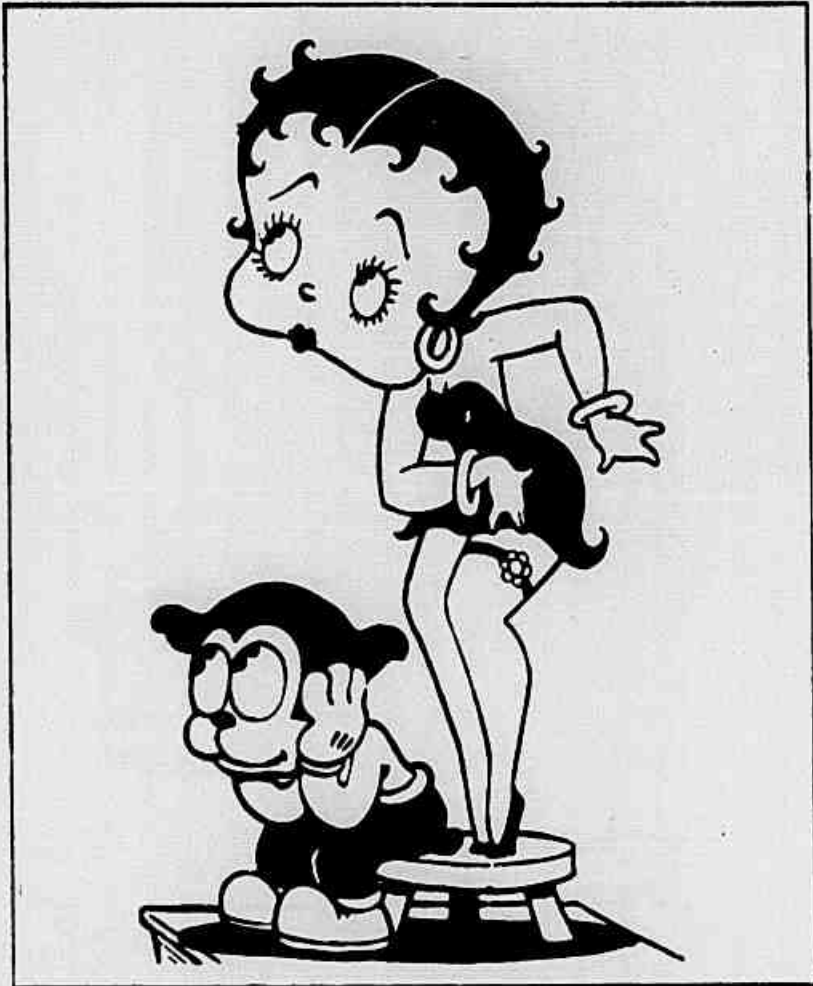
★★★

O ASSASSINATO DE TROTSKY (The Assassination of Trotsky), de Joseph Losey. Com Richard Burton, Alain Delon, Romy Schneider, Valentina Cortese e Giorgio Albertazzi. **Lido-2** (Praia do Flamengo, 72 — 245-8904): 15h, 17h10m, 19h20m, 21h30m (18 anos). Os fatos em torno do assassinato de Trotsky mostrados em paralelo a uma luta de morte entre um toureiro e um touro. **Reapresentação.**

★★★

A SAGA DO SAMURAI (Miyamoto Musashi), de Hiroshi Inagaki. Com Toshiro Mifune, Kaoru Yachigusa, Rentaro Mikuni, Mariko Okada e Kuroemon Onoe. Filme dividido em três épocas: **O Guerreiro Dominante (Miyamoto Musashi)**, **Duelo Mortal (Ichijiji No Ketto)** e **O Grande Duelo ou O Duelo da Ilha de Ganryu (Ketto Ganryu-Jima)**. Hoje, exibição integral das 3 épocas. **Ricamar** (Av. Copacabana, 360 — 237-9932): 14h, 20h. (14 anos). Primeira parte: **O Guerreiro Dominante (Miyamoto Musashi)**. As outras partes, que serão apresentadas ainda esta semana, completam a história do mais famoso samurai do Japão, colhida na realidade pelo romancista Eiji Yoshikawa. Vivendo uma série de aventuras arriscadas, Musashi formula uma visão pessoal de sua existência. Kojiro Sasaki, outra figura legendária dos contos de samurai, aparece apenas na 2ª parte **(Duelo Mortal)** e na 3ª. **(O Duelo na Ilha de Ganryju/O Grande Duelo)**. Produção japonesa. **Reapresentação.**

★★★

O SÓCIO DO SILÊNCIO (The Silent Partner), de Daryl Duke. Com Elliott Gould, Christopher Plummer, Susannah York, Mario Kassar e Andrew Vajna. **Roma-Bruni** (Rua Visconde de Pirajá, 371 — 287-9994): 15h, 17h15m, 19h30m, 21h45m (18 anos). Miles Cullen é um respeitado, mas tolo, solteirão com seus 30 e poucos anos de idade, que trabalha como caixa-chefe num banco de Toronto. Ele se interessa somente por peixe tropical e por sua atraente colega Julie, que tem por ele apenas um carinho especial, desde que iniciou um romance com o gerente do banco. Trilha sonora de Oscar Peterson. Produção americana.

O Museu de Betty Boop, de Max Fleischer, um dos desenhos da seleção de Cinema de Animação: hoje, na *Cinemateca do MAM*

★★★

CHUVAS DE VERÃO (Brasileiro), de Carlos Diegues. Com Jofre Soares, Gracinda Freire, Jorge Coutinho, Lurdes Mayer, Marlene Severo, Miriam Pires, Paulo César Pereio, Regina Casé e Roberto Bonfim. **Ilha Auto-Cine** (Praia de São Bento — Ilha do Governador — 393-3211): 20h30m, 22h30m. Até terça. (18 anos). A pequena humanidade suburbana concentrada na vida de um velho funcionário público que, nos dias que se seguem à sua aposentadoria, sofre profundas transformações pelos fatos que ocorrem à sua volta. **Reapresentação.**

★

AVALANCHE (Avalanche), de Corey Allen. Com Rock Hudson, Mia Farrow, Jeanette Nolan, Rick Moses, Steve Franken. **Odeon** (Praça Mahatma Gandhi, 2 — 220-3835), **Tijuca** (Rua Conde de Bonfim, 422 — 288-4999), **Madureira-1** (Rua Dagmar da Fonseca, 54 — 390-2338), **Olaria**: 13h30m, 15h30m, 17h30m, 19h30m, 21h30m. **Roxi** (Av. Copacabana, 945 — 236-6245), **Opera-1** (Praia de Botafogo, 340 — 246-7705): 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. **Santa Alice** (Rua Barão de Bom Retiro, 1.095 — 201-1299): de 2ª a 6ª, às 17h, 19h, 21h. Sábado e domingo, a partir das 15h. (14 anos). Na encosta de uma montanha gelada, sem levar em consideração os riscos de avalanche, um homem ávido de lucros constrói o Ski Haven, milionário "paraíso para esportes de inverno". Entre os protagonistas: uma mulher cuja independência permanece ameaçada pelo possessivo amor do ex-marido; um campeão de esqui contratado para promoção do hotel; um ator de TV à procura de história e sua mulher atraída pelo esquiador. Produção americana.

★

DIÁRIO DE UMA PROSTITUTA — (Brasileiro), de Edward Freund. Com Helena Ramos, Alan Fontaine, Ivete Bonfá, Roque Rodrigues, Américo Tarricano e Edward Freund. **Palácio-1** (Rua do Passeio, 38 — 240-6541), **Copacabana** (Av. Copacabana, 801 — 255-0983), **América** (Rua Conde de Bonfim, 334 — 248-4519), **Madureira-2** (Rua Dagmar da Fonseca, 54 — 390-2338): 14h10m, 16h, 17h50m, 19h40m, 21h30m. **Lido-1** (Praia do Flamengo, 72 — 245-8905), **Coral** (Praia de Botafogo, 316 — 246-7218): 16h, 17h50m, 19h40, 21h30. **Imperator** (Rua Dias da Cruz, 170 — 249-7982): 15h30m, 17h20m, 19h10m, 21h (18 anos). Intriga de sexo, jogo do bicho e chantagem envolvendo o diário que uma prostituta pretende publicar.

★

JOELMA — 23º ANDAR (Brasileiro), de Clery Cunha. Com Beth Goulart, Liana Duval, Marly de Fátima, Carlos Marques e participação especial de Chico Xavier. **Méier** (Av. Amaro Cavalcanti, 105 — 229-1222): 14h40m, 16h10m, 17h50m, 19h30m, 21h10m. (14 anos). Partindo de acontecimentos verídicos, o filme conta a história de uma família profundamente abalada pela tragédia que vitimou dezenas de pessoas em fevereiro de 1974, em São Paulo: o incêndio do Edifício Joelma.

★

O CONVITE AO PRAZER (Brasileiro), de Walter Hugo Khouri. Com Sandra Bréa, Roberto Maya, Helena Ramos, Serafim Gonzalez, Kate Lyra, Aldine Muller e Rossana Ghessa. **Vitória** (Rua Senador Dantas, 45 — 220-1783): 12h50m, 15h, 17h10m, 19h20m, 21h30m. **Jóia** (Av. Copacabana, 680 — 237-4714), **Scala** (Praia de Botafogo, 320 — 246-7218). **Palácio** (Campo Grande): 15h, 17h10m, 19h20m, 21h30m. (18 anos). Marcelo, membro da alta burguesia e herdeiro da empresa paterna, é um quarentão aparentemente cínico e desiludido. Encontra-se, depois de muitos anos, com um amigo, Luciano, e relembram suas situações conjugais. Luciano declara-se em "liberdade vigiada" e Marcelo em "prisão livre." No dia seguinte, Marcelo recebe Luciano em seu apartamento de cobertura, mantido apenas para encontros amorosos.

★

O FLAGRANTE (Brasileiro), de Reginaldo Farias. Com Reginaldo Farias, Cláudio Marzo, Carlos Eduardo Dolabella, Antônio Pedro e Maria Cláudia. **Jacarepaguá Auto-Cine 2** (Rua Cândido Benício, 2 973 — 392-6186): 20h, 22h. Até terça (18 anos). Reação de um grupo de amigos machões ao surgir a informação de que um deles vem sendo traído: vigiar a esposa infiel a fim de pegá-la em flagrante. **Reapresentação.**

★

RESGATE SUICIDA (North Sea Hijack), de Andrew V. McLaglen. Com Roger Moore, James Mason, Anthony Perkins, Michael Parks, David Hedison e Jack Watson. **Baronesa** (Rua Cândido Benício, 1.747 — 390-5745): 14h30m, 16h40m, 18h50m, 21h. (14 anos). Em um lugar remoto da Escócia, perito em sabotagens submarinas é chamado para uma missão especial: tomar de assalto um navio de abastecimento que navega fazendo seu comércio entre plataformas de petróleo e o litoral. Produção americana. **Reapresentação.**

★

O TORTURADOR (Brasileiro), de Antônio Calmon. Com Jece Valadão, Vera Gimenez, Otávio Augusto, Rejane Medeiros, Rodolfo Arena e Ary Fontoura. **Lagoa Drive-In** (Av. Borges de Medeiros, 1.426 — 274-7999): 20h, 22h30m. Até quarta. (18 anos). Dois mercenários partem para um país imaginário da América do Sul, Carumbai, para capturarem um criminoso de guerra nazista, condenado em Nuremberg. A região está agitada por movimentos revolucionários e, com a prisão de um grupo de guerrilheiros, os acontecimentos se precipitam. **Reapresentação.**

O NAMORADOR (Brasileiro), de Adnor Pitango e Lenine Ottoni. Com Isolda Cresta, Neila Tavares, Jotta Barroso, Gilson Moura, Otávio Cezar e Maria Lúcia Schmidt. **Bruni-Tijuca** (Rua Conde de Bonfim, 379 — 268-2325): 14h30m, 16h20m, 18h10m, 20h, 21h50m. (18 anos). Comédia de dois episódios (1º — **Quem Casa Quer Casa**; 2º — **A Noite de São João** ou **O Namorador**) baseado em obras de Martins Pena. No primeiro, um casal de meia-idade mora no subúrbio com dois filhos. Quando estes se casam, continuam a viver sob o mesmo teto, o que mina aos pouco a harmonia familiar. No segundo, um negociante emprega como motorista um africano. Tempos depois chega da África a noiva do motorista, uma bela negra cujos costumes perturbam os moradores da casa e seus convidados.

O DOADOR SEXUAL (Brasileiro), de Henrique Borges. Com Ubiratan Gonçalves, Dorival Coutinho, Zilda Mayo, Silvia Gless, Renato Bruno e Alan Fontaine. **Metro Boavista** (Rua do Passeio, 62 — 240-1291): 14h, 15h40m, 17h20m, 19h, 20h40m, 22h20m. **Condor Copacabana** (Rua Figueiredo Magalhães, 286 — 255-2610). **Condor Largo do Machado** (Largo do Machado, 29 — 245-7374): 15h, 16h40m, 18h20m, 20h, 21h40m. **Tijuca-Palace** (Rua Conde de Bonfim, 214 — 228-4610): 16h15m, 18h, 19h45m, 21h30m. (18 anos). Pornochanchada. Um **atleta** sexual é utilizado por um médico que deseja promover o nascimento de um "bebê de proveta" a fim de solucionar o dilema de um casal. O **doador** passa a ser disputado pelas mulheres.

A HERANÇA DOS DEVASSOS (Brasileiro), de Alfredo Sternheim. Com Sandra Bréa, Roberto Maya, Elisabeth Hatmann e Claudete Joubert. **Studio-Copacabana** (Rua Raul Pompéia, 102 — 247-8900): 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (18 anos). A história se passa em decadente propriedade rural, herdada pelos irmãos Rogério e Laura e na qual se hospeda uma prima bela e sofisticada. **Reapresentação.**

TORTURADAS PELO SEXO (Brasileiro), de Tony Vieira. Com Tony Vieira e Claudete Joubert. **Studio-Catete** (Rua do Catete, 228 — 205-7194): 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (18 anos). **Reapresentação.**

E AGORA JOSÉ?/TORTURA DO SEXO (Brasileiro), de Ody Fraga, Com Arlindo Barreto, Henrique Martins, Neide Ribeiro, Roque Rodrigues e Ana Maria Soeiro. Programa complementar: **Shao Lin Contra os Bravos do Kung Fu. Rex** (Rua Álvaro Alvim, 33 — 240-8285): de 2ª a 6ª, às 12h, 15h10m, 18h20m, 20h. Sábado e domingo, às 13h30m, 16h45m, 20h. (18 anos). O protagonista é preso depois do desaparecimento de um amigo cujas atividades subversivas ignorava. O organismo de repressão (não identificado), sabendo da relação de amizade, suspeita do cativo e não dá crédito à sua alegação de total desconhecimento das atividades do outro. A julgar pela sinopse, o título alternativo **Tortura do Sexo** não tem nenhuma relação com a história. **Reapresentação.**

MIL PRESIDIÁRIOS E UMA MULHER (1000 Convicts and a Woman), de Rey Austin. Com Alexandra Hay, Sandor Eles, Harry Baird e Frederick Abbott. Programa complementar: **A Maior Vingança de Bruce Lee. Orly** (Rua Alcindo Guanabara, 21): de 2ª a 6ª, às 10h30m, 13h55m, 17h20m, 19h15m. Sábado e domingo, a partir das 13h55m (18 anos). Depois de passar a adolescência em um colégio só para moças, a filha do diretor de uma colônia penal vai visitá-lo e se dedica a seduzir funcionários e detentos. Produção americana. **Reapresentação.**

A MAIOR VINGANÇA DE BRUCE LEE (Bruce Lee's Greatest Revenge), de Tu Lu Po. Com Bruce Le, Fu Feng e Mi Hsyeh. Programa complementar: **1000 Presidiários e uma Mulher. Orly** (Rua Alcindo Guanabara, 21): de 2ª a 6ª, às 10h30m, 13h55m, 17h20m, 19h15m. Sábado e domingo, a partir das 13h55m (18 anos). Produção chinesa de Hong-Kong, com um ator denominado Bruce Le em lugar do falecido Bruce Lee. **Reapresentação.**

MATINÊS

A MACACA TERESA — Ilha Auto-Cine: 18h30m. (Livre).

CINDERELA E O PRÍNCIPE — Jacarepaguá Auto-Cine 2: 18h30m. (Livre).

O REI E OS TRAPALHÕES — Lagoa Drive-In: 18h30m. (Livre).

UMA AVENTURA NA FLORESTA ENCANTADA — Cine-Show Madureira: 10h, 14h, 16h, 18h. (Livre).

Extra

★★★

A CLASSE OPERÁRIA NO CINEMA BRASILEIRO (IV) — Exibição de **Braços Cruzados, Máquinas Paradas** (brasileiro), de Sérgio Segall e Roberto Guervitz. Produção do Grupo Tarumã. Complemento: **A História dos Ganha-Pouco**, de Sérgio Segall e Roberto Guervitz. Às 20h, no **Cineclube Barravento**, Rua Senador Muniz Freire, 60 — Tijuca. Debates após a sessão. Produção de 1978. Documentário que examina a estrutura sindical vigente no país há 30 anos, mostrando os principais momentos do movimento operário em São Paulo, 1978, as greves de maio, as eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, a manifestação contra a carestia na Praça da Sé e a greve dos metalúrgicos em novembro.

A CAIXA DE PANDORA (Die Buchse von Pandora), de G. W. Pabst. Com Louise Brooks, Gustav Diessl, Fritz Kortner e Daisy D'Ora. Às 20h, no **Cineclube do Leme**, Rua General Ribeiro da Costa, 164.

FESTIVAL BUSTER KEATON (IV) — Exibição de **O Vaqueiro (Go West)**, de Buster Keaton. Com Buster Keaton e Kathleen Myers. Às 18h30m, na **Cinemateca do MAM**, Av. Beira-Mar, s/nº, bloco-escola. Versão original, sem legendas.

CINEMA DE ANIMAÇÃO — Exibição de **Um Drama entre os Fantoches**, de Émile Cohl, **Uma Noite no Monte Calvo**, de Alexandre Alexeieff, **A Dança do Arco-Iris**, de Len Lye, **Alegria de Viver**, de Hector Hoppin e Anthony Gross, **Curto e Seguido**, de Norman McLaren, **O Museu de Betty Boop**, de Max Fleischer, e **A Gala de Mickey**, de Walt Disney. Às 16h30m, na **Cinemateca do MAM**, Av. Beira-Mar, s/nº — bloco-escola.

O FILME MUSICAL AMERICANO — Exibição de **Vida à Larga (Living a Big Way)**, de Gregory La Cava. Com Gene Kelly e Marie McDonald. Às 20h, na **Cinemateca do MAM**, Av. Beira-Mar, s/nº — bloco-escola.

OS ANÕES TAMBÉM COMEÇARAM PEQUENOS (Auch Zwerge Haben Kleine Angefangen), de Werner Herzog. Com Helmut Doring. Às 20h30m e domingo, às 18h30m, no **Cineclube Jean Renoir da Aliança Francesa do Méier**, Rua Jacinto, 7. Após a sessão haverá debates sobre o Cinema Jovem Alemão e Os Cinemas Anti-Hollywood.

MINHA NAMORADA (Brasileiro), de Zelito Viana. Com Laura Maria, Pedro Aguinaga, Marcelo, Fernanda Montenegro e Jorge Dória. Às 15h, no **Cineclube do SESC de Ramos**, Rua Teixeira Franco, 38 (18 anos).

DOCUMENTÁRIO — Exibição de **Risos e Sensações de Outrora**, documentário cedido pela Rede Globo. Às 18h, no **Cineclube CSU de Brasilândia**, Rua Miguel Ângelo, s/nº — São Gonçalo.

Grande Rio

NITERÓI

ALAMEDA (718-6866) — **Resgate Suicida**, com Roger Moore. Às 15h, 17h, 19h, 21h (14 anos).

BRASIL — **Resgate Suicida**, com Roger Moore. Às 15h, 17h, 19h, 21h (14 anos).

CENTER (711-6909) — **A Intrusa**, com José de Abreu. Às 15h, 17h10m, 19h20m, 21h30m (18 anos).

CENTRAL (718-3807) — **A Gaiola das Loucas**, com Ugo Tognazzi. Às 13h20m, 15h30m, 17h30m, 19h30m, 21h30m (16 anos).

CINEMA-1 (711-1450) — **Gaijin — Caminhos da Liberdade**, com Gianfrancesco Guarnieri. Às 14h, 16h, 18h, 20h, 22h (14 anos).

ÉDEN (718-6285) — **Joelma — 23º andar**, com Beth Goulart. Às 14h30m, 16h14m, 18h, 19h45m, 21h30m (14 anos).

ICARAÍ (718-3346) — **Avalanche**, com Rock Hudson. Às 14h, 16h, 18h, 20h, 22h (14 anos).

NITERÓI (719-9322) — **A Noite do Terror**, com Donald Pleasence. Às 13h30m, 15h30m, 17h30m, 19h30m, 21h30m (18 anos).

DRIVE-IN ITAIPU — **Barra Pesada**, com Stepan Nercessian. Às 20h30m, 22h30m (18 anos). Matinê: **O Cavalinho Mágico**, desenho animado. Às 18h30m (livre).

PETRÓPOLIS

DOM PEDRO (2659) — **O Doador Sexual**, com Ubiratan Gonçalves. Às 14h30m, 16h15m, 18h, 19h45m, 21h30m (18 anos).

PETRÓPOLIS (2296) — **Avalanche**, com Rock Hudson. Às 15h, 17h, 19h, 21h (14 anos).

TERESÓPOLIS

ALVORADA (742-2131) — **O Torturador**, com Jece Valadão. Às 16h, 18h, 20h, 22h (18 anos). Matinê: **Heidi, a Menina da Montanha**, com Eva Maria Singlammer. Às 14h (livre).

Curta-metragem

DEIXA FALAR — De Iole de Freitas. Cinema: **Roma-Bruni.**

FUTEBOL 3.1 — JOGOS DOS HOMENS — De Roberto Moura. Cinema: **Ricamar** (dias 16 e 17)

FUTEBOL 3.2 — MEIO DE VIDA — De Roberto Moura. Cinema: **Ricamar** (dias 18 e 19)

FUTEBOL 3.3 — ZONA DO AGRIÃO — De Roberto Moura: **Ricamar** (dias 20 e 21)

O PÊNDULO — De Marcelo Giovanni Tassara. Cinema: **Ricamar** (dia 22).

CANTO DA SEREIA — De Leonardo Aguiar e Júlio Whlgemuth, Cinema: **Studio-Tijuca.**

O MILAGRE DE IEMANJÁ — De Erley José. Cinema: **Baronesa** (a partir do dia 20).

Show

GRITO DE ALERTA — Show do cantor Agnaldo Timóteo acompanhado de conjunto. **Cine-Show Madureira**, Rua Carolina Machado, 542. Hoje, às 21h30m. Ingressos a Cr$ 100. Último dia.

TRANSE TOTAL — Show do grupo A Cor do Som. Formado por Dadi (baixo), Armandinho (guitarra), Gustavo (bateria), Mu (teclados) e Ary (percussão). **Teatro Casa-Grande**, Av. Afrânio de Melo Franco, 290. Hoje, às 21h. Ingressos a Cr$ 150.

LUIZ DUARTE — Show do cantor, compositor e violonista. **Teatro Ipanema**, Rua Prudente de Morais, 824 (247-9794). Hoje, às 21h. Ingressos a Cr$ 100.

SONHE MAIS — Show de Martinho da Vila, acompanhado de Helio Schiavo (bateria), Jorge Degas (contra baixo), Irene Mello (piano), Buda (surdo), Ovidio (percussão), Rui Quaresma (violão), Luciana (cavaquinho), Victor Netto (oboé) e Zeca do Trombone. Roteiro de Ferreira Gullar. Direção de Tereza Aragão. **Teatro Clara Nunes**, Rua Marquês de S. Vicente, 52 (274-9696). Hoje, às 21h30m. Ingressos a Cr$ 300 e Cr$ 200, estudantes.

VIVA O GORDO E ABAIXO O REGIME — Show do humorista Jô Soares. Texto de Jô Soares; Millôr Fernandes, Armando Costa e Jose Luis Archanjo. Cenário e iluminação de Arlindo Rodrigues. Direção de Jô Soares. Direção musical de Edson Frederico. **Teatro da Praia**, Rua Francisco Sá, 88 (267-7749). Hoje, às 18h e 21h. Ingressos Cr$ 350, e vesp. a Cr$ 350, e Cr$ 150, estudantes.

SAUDADE DO BRASIL — Show da cantora Elis Regina com participação de 11 atores e bailarinos e acompanhamento da banda formada por Cesar Camargo Mariano (teclados), Sérgio Henriques (teclados), Nonô (trumpete), Faria (trumpete), Bangla (sax), Lino Simão (sax), Paulo (flauta), Chiquinho Brandão (flauta), Chacal (percussão), Natam (guitarra), Kzam (baixo), Bocato (trombone) e Sagica (bateria). Dir. Ademar Guerra, dir. musical e arranjos de Cesar Camargo Mariano, coreografia de Marika Gidali, figurinos de Kalma Murtinho, cenário de Marcos Flaksman e programação visual de Carlos Vergara. **Canecão**, Av. Wenceslau Brás, 215 (295-3044 e 295-9747). Hoje, às 20h30m. Ingressos a Cr$ 400.

REVISTAS

GAY GIRLS — Revista musical com Nelia Paula, Veruska, Maria Leopoldina, Ana Lupez, Thea Montenegro, Stella Stevens e La Miranda. **Teatro Alasca**, Av. Copacabana, 1241. Hoje, às 21h30m. Ingressos a Cr$ 200 e Cr$ 150, estudantes.

MIMOSAS ATÉ CERTO PONTO Nº2 — Show de travestis, com texto e direção de Brigitte Blair. Com Marlene Casanova, Camile, Alex Mattos e outros. **Teatro Serrador** (R. Senador Dantas, 13 — (220-5033). Hoje, às 18h, 21h. Ingressos a Cr$ Cr$ 200.

Ilustração de Helius

Agnaldo: o sucesso em 200 mil discos vendidos e um *show* em Madureira

Música

CONJUNTO MÚSICA ANTIGA DA RÁDIO MEC — Concerto sob a regência do maestro Borislav Tschorbow. No programa, obras de Handel, Telemann, Purcell, Daquim e Scarlatti. **Museu Nacional de Belas-Artes, Av. Rio Branco, 199. Hoje, às 18h. Entrada franca.**

Dança

BALLET NACIONAL DA HUNGRIA — Espetáculo de dança e cantos folclóricos e populares húngaros, apresentados por Orquestra, Coral e Corpo de Baile. **Maracanãzinho.** Hoje, às 20h. Ingressos a Cr$ 100, arquibancada, a Cr$ 200, cadeira de pista, a Cr$ 350, cadeira especial, a Cr$ 400, cadeira de palco e a Cr$ 1 000 camarote de quatro lugares. Venda no local, no **Teatro Municipal**, **Guanatur Turismo** (Rua Dias da Rocha, 16), **Showmar** (Rua Paul Redfern, 32) e lojas **A Samaritana**, Niterói. Último dia.

DANÇA CONTEMPORÂNEA — Espetáculo com apresentação dos grupos de Graciela Figueiroa, Micchel Robin, Regina Vaz, Mariana Muniz, e Rainer Viana. **Escola de Artes Visuais, Parque Lage**, Rua Jardim Botânico, 414. Hoje, às 21h. Até dia 29. Ingressos a Cr$ 100.

Crianças

NUM LUGAR DISTANTE, PERTINHO, PERTINHO DAQUI — Com o grupo Carreta. **Teatro de Fantoches e Marionetes do Parque do Flamengo**, entrada em frente à Rua Tucuman. Hoje, às 10h30m. **Shopping Center Cassino Atlântico**, Av. Atlântica, 4240. Hoje, às 16h. Entrada franca.

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES — Texto e direção de Jair Pinheiro. **Teatro Serrador**, Rua Senador Dantas, 13 (220-5033). Hoje, às 16h. Ingressos a Cr$ 70.

EU CHOVO, TU CHOVES, ELE CHOVE — Texto e direção de Sylvia Orthof. Produção de Adalberto Nunes. Com Bia Sion, Cláudia Richer, Everardo Sena e Jorge Maurílio. **Teatro SENAC**, Rua Pompeu Loureiro, 45. Hoje, às 16h. Ingressos a Cr$ 100.

O SEGREDO DAS MÁGICAS — Texto de Alexandre Vieira e Maria Cristina Brito. Direção coletiva do grupo Olhos D'Agua. Com Alexandre Vieira, Arminda Amorim, Henrique Pires, e Inês Junqueira. Orientação coreográfica de Graciela Figueiroa. **Teatro Opinião**, Rua Siqueira Campos 143 (235-2119). Hoje, às 16h Ingressos a Cr$ 100.

PEQUENINOS MAS RESOLVEM — Texto de Licia Manzo. Direção coletiva do grupo Além da Lua. **Teatro Rio-Planetário**, Rua Pe. Leonel Franco, 240. Hoje, às 16h e 17h30m. Ingressos a Cr$ 70. Até dia 6 de julho.

CHAPEUZINHO QUASE VERMELHO — Texto e direção de Luiz Sorel. Com Nádia Nardini, Ângela Vieira, Sônia Machado e outros. **Teatro da Aliança Francesa da Tijuca**, Rua Andrade Neves, 315. Hoje, às 17h. Ingressos a Cr$ 100.

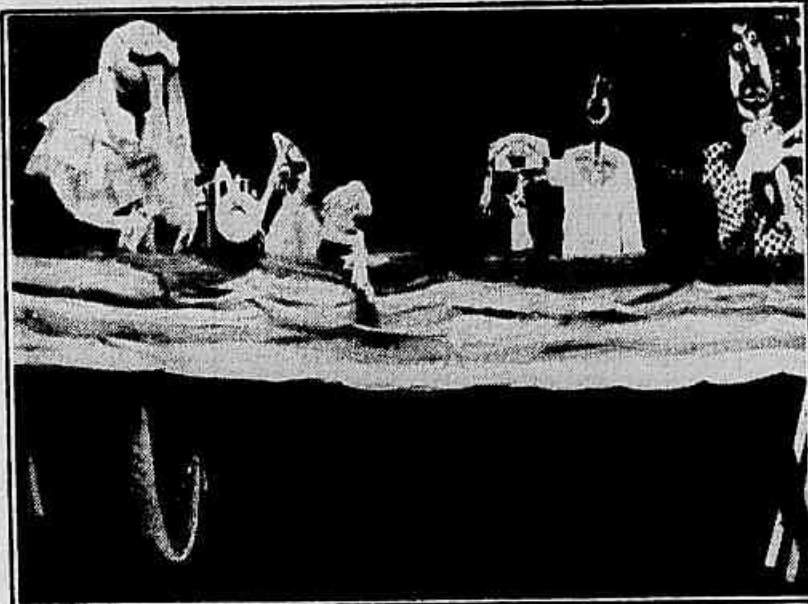
FALA PALHAÇO — Criação do Grupo Hombu. Com Beto Coimbra, Regina Linhares, Walkyria Alves, Sérgio Fidalgo e outros. **Teatro do Sesc de S. João de Meriti**, Rua Ten. Manoel Alvarenga Ribeiro, 66 (756-4615). Hoje, às 16h. Ingressos a Cr$ 50 e Cr$ 20, sócios

PENA SOLTA — Teatro de bonecos e máscaras. Criação de Ricardo Howat e Gina Padusko. **Sala Monteiro Lobato, Teatro Villa-Lobos**, Av. Princesa Isabel, 440. Hoje, às 17h. Ingressos a Cr$ 80. Até dia 30 de agosto.

FLICTS — Texto de Ziraldo e Aderbal Júnior. Direção de José Roberto Mendes. Músicas de Sérgio Ricardo. Com Alby Ramos, Ligia Diniz, Cacá Silveira, Maria Gislene, Daniela Santi e outros. **Teatro Princesa Isabel**, Av. Princesa Isabel, 186 (275-3346). Hoje, às 16h. Ingressos a Cr$ 100.

O LIMÃO QUE TINHA MEDO DE VIRAR LIMONADA — Texto e direção de Paulo Afonso de Lima. Com o grupo Carroça de Téspis. **Teatro Laranjeiras**, Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rua das Laranjeiras, 232. Hoje, 17h. Ingressos a Cr$ 80.

QUERIDOS MONSTRINHOS — Texto de Paulo Cesar Coutinho. Direção de Chico Terto. Com Suzana Queiroz, Vera Holtz, Mara Souto e Pedro Aurélio. **Teatro Casa - Grande**, Av. Afrânio de Melo Franco, 290. Hoje, às 16h. Ingressos a Cr$ 100.

ARCO-ÍRIS SEM COR — Texto de Raimundo Alberto. Direção de Fayvel Hohchman. Com o grupo América. **Teatro Glaucio Gill**, Pça. Cardeal Arcoverde, s/nº (237-7003). Hoje, 16h. Ingressos a Cr$ 60.

Duvi-De-o-Dó, **peça infantil de Lúcia Coelho e Caique Botkai: em cartaz no *Teatro Vanucci***

QUEM FANTASMOCANTA... OS HOMENS ESPANTA — Musical infanto-juvenil de Sérgio Melgaço. Dir. do autor. Mus. de Lucia Maria Dantas, coreografia de Edien Lyra e Carla Chaves. Com Marthita Gonzales, Fernando Perez, Amélia Navarro, Fernando Pontes e Antônio Pereira. **Teatro Teresa Rachel**, Rua Siqueira Campos, 143 (235-1113). Hoje, às 15h. Ingressos a Cr$ 100,00. Até dia 12 de julho.

CHAPEUZINHO AMARELO — Texto de Chico Buarque Adaptação e direção de Zeca Ligiéro. Com Chico Sergio, Jana Castanheira, Juliana Prado, Marcio Galvão Felipe Pinheiro e Zezé Polessa. **Teatro Cândido Mendes**, Rua Joana Angélica, 63. Hoje, às 16h. Ingressos a Cr$ 100. Até dia 28 de setembro.

KAKAREKO BONEKO — Idéia M. Cena. Coordenação Marcondes Mesqueu. Com Izilda Fraga, Marcondes Mesqueu e Rita de Cassia. **Teatro Souza Lima**, Rua Gal. Sezefredo, 646. Hoje, às 10h30m. Ingressos a Cr$ 35. Até dia 28.

QUE-PE-CO-POI-SA-PÁ/ A BOMBA ATÔMICA — Texto de Pernambuco de Oliveira. Direção de Antônio Debonis. Com Jimmy, Carlos Aurélio, Lena Viegas e Nety Ferreira. **Teatro Artur Azevedo**, Rua Vitor Alves, 454, Campo Grande. Hoje, às 17h. Ingressos a Cr$ 40.

A MENINA QUE PERDEU O GATO... — Texto de Marco Antônio Apolinário Santana. Direção de Luis Mendonça. Com Nádia Maria, Silvia Maria, José Rocha e Márcio Luiz. **Teatro do América F.C.**, Rua Campos Salles, 118. Hoje, às 16h30m. Ingressos a Cr$ 80.

LIBEL, A SAPATEIRINHA — De Jurandyr Pereira. Direção de Jorge Lúcio. Com Ruth Machado, Luis Carlos Cavalcanti, Jorge Lúcio, Alice Kocnow e Carlos Ferraz. **Teatro da Galeria**, Rua Senador Vergueiro, 93. Hoje, às 16h. Ingressos a Cr$ 100. Até fins de Junho.

COM PANOS E LENDAS — Musical de José Geraldo Rocha e Vladimir Capella. Direção de Ivan Merlino e Vladimir Capella. Com Angela Dantas, Marco Miranda, Nadia Carvalho, Otávio Cesar e outros. **Teatro do Sesc da Tijuca**, Rua Barão de Mesquita, 539. Hoje, às 10h30m e 17h. Ingressos às 17h, a Cr$ 100, às 10h30m, a Cr$ 80.

MARIA MINHOCA — Texto de Maria Clara Machado. Direção de Juracy Alarcon Chamarelli. Com o grupo de Teatro Crismaran. **Teatro Dirceu de Mattos**, Rua Barão de Petrópolis, 897, ao lado do túnel da Rua Alice. Hoje, às 16h. Ingressos a Cr$ 50.

CRESÇA E APAREÇA — Texto de Alexandre Marques. Direção de Marco Antônio Palmeira. Com Eduardo Azevedo, Eliana Dutra, Francisco Sztackman, Marco Antônio Palmeira e Maria Alice Mansur. Música de Dirney Machado e Mauro Dellal. **Teatro das Laranjeiras**, Rua das Laranjeiras, 232. Hoje, às 16h. Ingressos a Cr$ 80.

DR. BALTAZAR, O TALENTOSO, NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO CONTRA O DR. DRASTICO — Musical de Neila Tavares. Direção do Grupo. Com Zemario Limongi, Wagner Vaz, Wagner Fontes e outros. Musica de Luiz Gonzaga Junior **Teatro do América**. Rua Campos Sales, 118. Hoje, às 15h30m. Ingressos a Cr$ 80 e Cr$ 60, sócios.

PASSAGEIROS DA ESTRELA — Texto de Sérgio Fonta. Direção de Lauro Goes. Com Lidia Brandi, Julio Braga, Ruth de Souza, Sadi Cabral e outros. Músicos de Egberto Gismonti. **Teatro Villa Lobos**, Av. Princesa Isabel, 440 (275-6695). Hoje, às 16h. Ingressos a Cr$ 100.

O DIAMANTE DO GRÃO-MOGOL — Musical "capa e espada" de Maria Clara Machado. Dir. e coreografia de Wolf Maia. Com Lupe Gigliotti, Cininha de Paula e grande elenco. Cenários e adereços de Analu Prestes, figurinos de Kalma Murtinho. **Teatro Vanucci**, R. Marquês de São Vicente, 52-3º andar. Hoje, às 17h15m. Ingressos a Cr$ 100.

A GATA BORRALHEIRA — Texto e direção de Jair Pinheiro. **Teatro Teresa Raquel**, Rua Siqueira Campos, 143 (235-1113). Hoje, às 16h. Ingressos a Cr$ 100.

SUPER-HERÓIS CONTRA — MULHER GATO E CIA. — Musical com texto e direção de William Guimarães. Com Fabiana Gouveia, Wagner José, Solange Gouveia e Jorge Eliano. **Teatro Alasca**. Av. Copacabana 1.241. Hoje, às 17h. Ingressos a Cr$ 80.

DUVI-DE-O-DÓ — Texto de Lucia Coelho e Caique Botkai. Direção de Lucia Coelho. Com o grupo Navegando, **Teatro Vanucci**, Rua Marquês de S. Vicente, 52. Hoje, às 15h30m. Ingressos a Cr$ 100.

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES — Direção de Roberto de Castro. Com o grupo Carrossel. **Teatro do Colégio Laranjeiras**, Rua Cde. de Baependi, 69. Hoje, às 17h. Ingressos a Cr$ 60.

QUEM QUER CASAR COM A DONA BARATINHA — Direção de Roberto de Castro. Com o grupo Carrossel. **Teatro do Colégio Laranjeiras**, Rua Cde. de Baependi, 69. Hoje, às 10h30m. Ingressos a Cr$ 60.

OS TRÊS PORQUINHOS E O LOBO MAU — Texto e direção de Jair Pinheiro. **Teatro Brigitte Blair**, Rua Miguel Lemos, 51. (521-2955). Hoje, às 17h. Ingressos a Cr$ 70.

FESTIVAL DA CANÇÃO NA FLORESTA — Texto de Sidney Becker e direção de Alísio Falcato. **Teatro Leopoldo Fróes**, Rua Professor Manoel de Abreu, 16, Niterói. Hoje, às 16 h. Até o dia 29

EMÍLIA, SACI E VISCONDE CONTRA ASTERIX, O GAULÊS — Musical com texto e direção de William Guimarães. Com Kátia Regina, Roberto dos Santos e Ricardo dos Santos. **Teatro Alaska**, — Av. Copacabana, 1241 (247-9842). Hoje, às 16h. Ingressos a Cr$ 80.

CHAPEUZINHO VERMELHO E O LOBO MAU — Texto de Jair Pinheiro e direção de Luiz Sorel **Teatro Teresa Raquel**, Rua Siqueira Campos, 143 (235-1113). Hoje, às 17h. Ingressos a Cr$ 100.

JOÃOZINHO E MARIA NA CASA DA BRUXA — Texto e direção de Jair Pinheiro. **Teatro Brigitte Blair**, Rua Miguel Lemos, 51. (521-2955). Hoje, às 16h. Ingressos a Cr$ 70.

PLANETÁRIO — Programação para às 16h, **Amiguinho Sol**, para crianças de quatro a sete anos; às 17h **O Universo em que Vivemos**, para crianças de oito a 12 anos; às 18h30m, **Do Geocentrismo ao Heliocentrismo**, para adolescentes e adultos. Av. Pe. Leonel Franco, 240, Gávea. Ingressos a Cr$ 20 e Cr$ 10, estudantes.

CIRCO ORLANDO ORFEI — Leões e cavalos amestrados, acrobatas, contorcionistas, ginastas, trapezistas e outras atrações. **Praça Onze** (221-5531). Hoje, às 10h, 15h, 18h, 21h. Ingressos na geral a Cr$ 120 e Cr$ 60 (menores), na lateral a Cr$ 150 e Cr$ 80 (menores), central a Cr$ 180 e Cr$ 100 (menores), cadeira sem número a Cr$ 220 e Cr$ 130 (menores), cadeira numerada a Cr$ 250 e Cr$ 150 (menores) e camarote a Cr$ 300 por pessoa. Os ingressos estão à venda no local, **Mercadinho Azul e Guanatur** (256-2383 e 255-1271.

Teatro

GOTA DÁGUA — Texto de Paulo Pontes e Chico Buarque. Mús. de Chico Buarque. Dir. de Dulcina de Moraes e Bibi Ferreira. Com Bibi Ferreira, Felipe Wagner, Adriano Reis, Oswaldo Neiva e outros. Teatro João Caetano, Praça Tiradentes (221-0305). Hoje, às 18 e 21h. Ingressos a Cr$ 300 (platéia e 1º balcão) e Cr$ 200 (2º balcão). Até 3 de agosto.

D JOÃO VI — Texto e dir. de Helder Costa. Prod. do grupo A Barraca, de Lisboa. Com Mário Viegas, Paula Guedes, Manuel Marcelino, Antônio Cara d'Anjo, João Soromenho, Maria do Céu Guerra, Lídia Franco, Santos Manuel, Orlando Costa, Luis Lello, João Maria Pinto. **Teatro Glauce Rocha**, Av. Rio Branco, 179 (224-2356). Hoje, às 21h. Ingressos a Cr$ 200 e Cr$ 100, estudante. Último dia.

ESTE BANHEIRO É PEQUENO DEMAIS PARA NÓS DOIS — Duas comédias em um ato de Ziraldo. Dir. de Paulo Araújo. Com Stênio Garcia, Regina Viana, Clarice Piovesan, Martin Francisco, Stepan Nercessian, Thelma Reston, Vanda Lacerda. **Teatro Princesa Isabel**, Av. Princesa Isabel, 186 (275-3346). Hoje, às 18h e 21h30m. Ingressos 2ª sessão a Cr$ 300 e vesp., a Cr$ 300 e Cr$ 200, estudantes.

A SERPENTE — Texto de Nelson Rodrigues. Direção de Marcos Flaksman. Com Cláudio Marzo, Sura Berditchevsky, Carlos Gregório, Xuxa Lopes, Yuruah. **Teatro do BNH** (Av. República do Paraguai, (acesso pelo viaduto que liga o Passeio Público à Pça. Tiradentes). (262-4477). Hoje, às 19h e 21h. Ingressos, a Cr$ 250 e Cr$ 150 (estudantes).

BRASIL: DA CENSURA À ABERTURA — Texto de Jô Soares, Armando Costa, José Luiz Archanjo e Sebastião Nery. Dir. de Jô Soares. Com Marília Pera, Marco Nanini, Sílvia Bandeira, Geraldo Alves. **Teatro da Lagoa**, Av. Borges de Medeiros, 1 426 (274-7999 e 274-7748). Hoje, às 19h. Ingressos a Cr$ 300 e Cr$ 150, estudantes.

Á DIREITA DO PRESIDENTE — Comédia de Mauro Rasi e Vicente Pereira. Dir. de Álvaro Guimarães. Com Gracindo Júnior, Araci Balabanian, Jorge Botelho, André Villon e Bento. **Teatro Glória**, Rua do Russel, 632 (245-5527). Hoje, às 18h e 21h. Ingressos a Cr$ 250 e Cr$ 150.

OS SOBREVIVENTES — Texto de Ricardo Meirelles. Dir. de Vilma Dulcetti. Com Anselmo Vasconcellos, Elza de Andrade, Jitman Vibranovski, Toninho Vasconcelos, Vera Setta. **Teatro Opinião**, Rua Siqueira Campos, 143 (235-2119). Hoje, às 18h30m e 21h30m. Ingressos a Cr$ 200 e Cr$ 100, estudantes.

A FILHA DA... — Comédia de Chico Anisio. Dir. de Antônio Pedro. Com Yolanda Cardoso, Lutero Luiz, Alcione Mazzeo. **Teatro Vanucci**, Rua Marquês de São Vicente, 52-3º (274-7246). Hoje, às 19h e 21h30m. Ingressos a Cr$ 250 e Cr$ 150, estudantes.

OS ÓRFÃOS DE JÂNIO — Texto de Millor Fernandes. Dir. de Sérgio Britto. Com Tereza Rachel, Suzana Vieira, Stella Freitas, Cláudio Corrêa e Castro, Milton Gonçalves e Hélio Guerra. **Teatro dos Quatro**, Rua Marquês de São Vicente, 52 — 2º (274-9895). Hoje, às 18h e 21h. Ingressos a Cr$ 250 e Cr$ 150, estudante.

EL DIA QUE ME QUIERAS — Texto de José Ignacio Cabrujas. Dir. de Luís Carlos Ripper. Com Ada Chaseliov, Chico Ozanan, Heleno Prestes, Nildo Parente, Pedro Veras, Thaís Portinho, Yara Amaral. **Teatro Dulcina**, Rua Alcindo Guanabara, 17 (220-6997). Hoje, às 18h e 21h. Ingressos a Cr$ 200 e Cr$ 100, estudantes.

LES JUSTES — Texto de Albert Camus produzido, em francês, pelo Théâtre de l'Alliance Française. Dir. de Etienne Le Meur. Com Ana Lúcia Bruce, André Vandam, Richard Roux, Pierre Astrié, Henri Raillard. **Aliança Francesa de Botafogo**, Rua Muniz Barreto, 54 (286-4248). Hoje, às 19h. Ingressos a Cr$ 50; entrada franca para estudantes.

VAMOS AGUARDAR SÓ MAIS ESSA AURORA — Texto de Wilson Sayão. Dir. de Ricardo Petraglia. Com Angela Valério e Eduardo Machado. **Teatro Experimental Cacilda Becker**, Rua do Catete, 338 (265-9933). Hoje, às 21h. Ingressos a Cr$ 70. Último dia.

AKACELLI — Texto de Marcilio Moraes. Dir. de Carlos Murtinho. Com Rosamaria Murtinho, Cláudia Martins, Deny Perrier, José Augusto Branco, Marco Antônio Palmeira, Mário Jorge. **Teatro Senac**, Rua Pompeu Loureiro, 45 (256-2641). Hoje, às 18h e 21h. Ingressos a Cr$ 100.

TOALHAS QUENTES — Comédia adaptada por Bibi Ferreira de um original de Marc Camoletti. Dir. Bibi Ferreira. Com Suely Franco, Milton Moraes, Jonas Mello, Maria Pompeu, Mila Moreira. **Teatro Mesbla**, Rua do Passeio, 42/56 (240-6141). Hoje, às 18h e 21h15m. Ingressos a Cr$ 250 e Cr$ 150 estudantes.

TEU NOME É MULHER — Comédia de Marcel Mithois. Dir. de Adolfo Celi. Com Tônia Carrero, Luis de Lima, Célia Biar, Hélio Ary, Ivan Mesquita, Maria Helena Velasco e Marcos Wainberg. **Teatro Maison de France**, Av. Pres. Antônio Carlos, 58 (220-4779). Hoje, às 18h e 21h30m. Ingressos a Cr$ 300 e Cr$ 150, estudantes.

A ALMA BOA DE SETSUAN — Texto de Bertolt Brecht. Dir. de Eric Nielsen. Dir. musical de Ian Guest. Com Suzana Faini, Orlando Macedo, Luiz Imbassahy, Sylvia Heller, Renato Pupo, Arnaldo Marques, Carlos Vieira, Henriqueta Moura e outros. **Teatro Gláucio Gill**, Praça Card. Arcoverde (237-7003). Hoje, às 20h. Ingressos a Cr$ 150 e Cr$ 100, estudante. Até dia 29.

RASGA CORAÇÃO — Texto de Oduvaldo Vianna Filho. Dir. de José Renato. com Raul Cortez, Débora Bloch, Sônia Guedes, Ary Fontoura, Tomil Gonçalves, Isaac Bardavid, Márcio Augusto, Guilherme Karan, Oswaldo Louzada, Sidney Marques **Teatro Villa-Lobos**, Av. Princesa Isabel, 440 (275-6695). Hoje, às 18h e 21h30m. Ingressos a Cr$ 250 e Cr$ 150, estudantes.

Nélson Caruso em *O Desembestado*, em temporada no *Teatro do América*

LONGA JORNADA NOITE A DENTRO — Texto de Eugene O'Neill. Dir. de Roberto Vignatti. Com Nathália Timberg, Mauro Mendonça, Otávio Augusto, Wolf Maia, Cláudio Costa. **Teatro Copacabana**, Av. Copacabana, 327 (257-1818). Hoje, às 18h e 21h. Ingressos a Cr$ 250 e Cr$ 150 estudantes.

PAPO-FURADO — Comédia de Chico Anisio. Dir. de Antônio Pedro. Com Ítalo Rossi, Elizangela, Ricardo Blat, Ivan de Almeida, Walter Marins, Vinicius Salvatori, José de Freitas. **Teatro Ginástico**, Av. Graça Aranha, 187 (220-8394). Hoje, às 18h e 21h15m. Ingressos a Cr$ 250 e Cr$ 150, estudantes.

NÓS — Colagem de textos de vários autores, compilada e organizada por Elyseu Maia. Com Marcelo Picchi, Lourdes de Moraes e Hélio Makumba. **Teatro Cândido Mendes**, Rua Joana Angélica, 63. Hoje, às 18h30m e 21h30m. Ingressos a Cr$ 150 e Cr$ 100, estudantes. Até dia 29.

RIO DE CABO A RABO — Revista de Gugu Olimecha. Direção de Luiz Mendonça. Direção musical de Nelson Melin. Com Elke Maravilha, Alice Viveiros de Castro, Isa Fernandes, Maria Cristina Gatti, Nadia Carvalho, Marco Miranda e outros. **Teatro Rival**, Rua Álvaro Alvim, 33 (240-1135). Hoje, às 18h30m e 21h30m. Ingressos 2ª sessão, a Cr$ 160 e Cr$ 120, estudantes, 1ª sessão, a Cr$ 200.

PLATONOV — Texto de Anton Tchecov. Dir. de Maria Clara Machado. Com Vicentina Novelli, Octávio de Moraes, Bia Nunes, Bernardo Jablonski, Maria Clara Mourthe, Ricardo Kosovski, Juarez Assumpção, Fernando Berditchevsky, Toninho Lopes e outros. **Teatro Tablado**, av. Lineu de Paula Machado, 795 (226-4555). Hoje, às 19h. Ingressos a Cr$ 150 e Cr$ 100, estudante.

O DESEMBESTADO — Texto de Ariovaldo Mattos. Dir. de Aderbal Júnior. Com Grande Otelo, Rogéria, Nelson Caruso, Marta Pietro e Iracema Borges. **Teatro do América F.C.**, Rua Campos Salles, 118 (234-8155). Hoje, às 18h30m e 21h30m. Ingressos a Cr$ 200 e Cr$ 150, estudante

ZÉ VASCONCELOS É O ESPETÁCULO — Comédia com José Vasconcelos. **Teatro Brigitte Blair**. Rua Miguel Lemos, 51 H. (521-2955). Hoje, às 18h e 21h. Ingressos a Cr$ 250. Até dia 28.

FOMIZELDA BRASILEIRA — Criação do grupo Asfalto Ponto de Partida. Jogo cênico e cenário de Marcondes Mesqueu. **Sala Monteiro Lobato**, ao lado do **Teatro Villa-Lobos**, Av. Princesa Isabel, 440. Hoje, às 21h. Ingressos a Cr$ 70.

ACADEMY OF ST MARTIN-IN-THE-FIELDS

EM DISCOS, O MELHOR ESTÁ À VENDA NO RIO

A Academy of St Martin-in-the-Fields, que acaba de se apresentar no Rio com o maior sucesso, é uma das melhores orquestras de câmara da Europa. Fundada em 1957, a pedido da igreja de St Martin-in-the-Fields, que queria música em seus serviços religiosos, foi logo descoberta pela BBC, e pelos estúdios de gravação. Por três anos consecutivos, 1968, 69 e 70, ganhou os prêmios Edison da indústria fonográfica holandesa. Em 1974, recebeu o Wiener Flötenuhr, concedido a grandes execuções de música de Mozart. Em 1975, foi a vez de ganhar o grande prêmio da Academia Charles Cros.

Os discos da Academy of Saint Martin in The Field (Loja Modern Sound, ao preço de Cr$ 750,00 por unidade, é venda no Rio são:

Albuns

— **Missa em Si Bemol de Bach** *(regência de Neville Marriner) — três discos, Phillips 6769002*

— **A Arte da Fuga** — *Bach — (regência de Neville Marriner) — dois discos, Phillips 6747172*

— **As Quatro Suites** — *Bach — regência de Neville Marriner — dois discos, Phillips 6769012*

Avulsos:

— *Haendel — Dois concertos (A Due Core) e Ouvertures Agrippina e Arianna, regência de Neville Marriner, Angel nº 37176*

— *Mozart — Concerto para flauta K 313 e Para Oboé K 314 — regncia de Neville Marriner — Phillips 6500379*

— *Purcell — Didon et Enee — regência de Collin Davies — Phillips 6500131*

— *Serenata em G, K 525 de Mozart, Largo de Haendel e Trecho da Cantata 147 (Jesus Alegria dos Homens) de Bach — Angel, 537433*

— *Mendelsohn — Octeto Opus 20 e Quinteto de Cordas opus 87 — regência Neville Marriner — Phillips nº 9500616*

— *Haydn — Sinfonias nº 82 e 83 — Regência Neville Marriner — Phillips nº 9500519*

— *Haydn — Sinfonias nº 45 e 101 — Regência Neville Marriner — Phillips Nº 9500820*

Haydn — Sinfonias nº 94 e 96 — Regência Neville Marriner — Phillips Nº 9500348

— *Mendelsohn — Octeto Opus 20 e Quinteto em C Major de Boccherini — Argo 569*

— *Mozart, Concertos 19 K 459 e 23 K 488, pianista Afred Brendel, regência Neville — Phillips 6500283*

— *Mozart, Concertos 12 K 414 e 17 K 453 — pianista Alfred Brendel e regência Neville Marriner — Phillips Nº 6500140*

— *Mozart, Concertos nº 18 e 27 — pianista Alfred Brendel e regência Neville Marriner — Phillips Nº 6500948*

EM IPANEMA, TRÊS FOTÓGRAFOS AMERICANOS

Maria Eduarda Alves de Souza

Na segunda etapa da segunda fase do Projeto 1980, que vem desenvolvendo desde março deste ano, a Galeria de Arte do Centro Cultural Cândido Mendes — que já apresentou três exposições de desenho e uma de fotografia — vai apresentar a partir de amanhã, às 21h, a mostra fotográfica dos americanos Bill Burke, Elaine O'Neil (James Dow não virá ao Brasil, tendo apenas enviado seus trabalhos), em 30 de junho e 7 de julho — último dia da mostra.

Bill Burke comparecerá com 20 fotografias, Elaine O'Neil, com 10 e James Dow, com 21. As de Bill são um reflexo do seu contato diário com pessoas comuns, classe média e assemelham-se ao trabalho de August Sander e Disformer, dois fotógrafos americanos já falecidos. Sander costumava nos seus próprios ambientes de trabalho fotografar os vários tipos de fisionomia que encontrou na Alemanha durante as décadas de 20 e 30. Disformer — que morreu desconhecido — vivia em Kansas, no Meio-Oeste dos Estados Unidos.

O que mais marcou no trabalho de Disformer — diz Bill Burke — foram os retratos que fez para álbuns de família, que mostravam um de seus membros indo para a guerra ou voltando dela. A maneira como captava as poses desses grupos de família, uma gente que acreditava na simplicidade da vida, era a sua marca característica.

Baseadas na linha fotográfica de Sander e Disformer, as fotos de Bill Burke captam expressões de tristeza, alegria ou qualquer outro sentimento. Sua linguagem é em preto e branco, "porque através dela expresso-me melhor." Ele usa **polaroid**, que lhe permite entregar em menos de um minuto a foto revelada à quem fotografou.

Elaine O'Neil trabalha diretamente sobre o negativo, isto é, aplica sobre ele vários banhos químicos. Em conseqüência, as fotos amplificadas adquirem um tom de sépia, que faz com que o objeto fotografado pareça pertencer ao presente e ao passado, simultaneamente.

James Dow, o sinal na estrada. Elaine O'Neil, jardim. Bill Burke, álbum de família

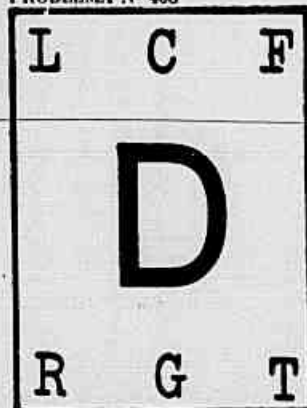
Sobre um tecido de algodão puro, Elaine joga uma emulsão à base de ferro e, em seguida, o negativo (com temas variados, selos, parques infantis, monumentos, rostos e outros). Leva esse pano sensibilizado ao Sol e obtém uma imagem positiva em dois tons de azul: escuro, se o dia é luminoso e claro — quase esbranquiçado, se o dia é nublado. Depois recorta o pano em octógonos do mesmo tamanho (no centro dos octógonos ficam as imagens) e os vai costurando um a um, formando com eles várias flores as quais também unidas formam uma colcha. Essa colcha é a tradicional **grandmother garden**, muito comum nos Estados Unidos durante o século XVII. Embora se assemelhe à popular colcha de retalhos, difere desta justamente pelo fato dos retalhos serem regulares.

Natural de Boston, Massachusets, James Dow formou-se em desenho gráfico, fez mestrado em fotografia e lecionou fotografia nas Universidades de Harvard, Tufts, Rhode Island e na Escola de Belas-Artes de Boston. Suas fotos, que constarão da mostra da Galeria de Arte Cândido Mendes, mostram objetos, letreiros e a sinalização ao longo das estradas americanas.

LOGOGRIFO

Jerônimo Ferreira

PROBLEMA Nº 408

L	C	F
	D	
R	G	T

1. antiga moeda persa (6)
2. aumentar o volume de (7)
3. coisa de pouco valôr (5)
4. cotidiano (6)
5. cruel (4)
6. da Dácia (5)
7. dar dote de (5)
8. de cada dia (4)
9. dialogia (7)
10. diagrama (7)
11. impor(5)
12. indicação da época (4)
13. indivíduo que escreve à máquina (11)
14. pé de verso grego (7)
15. pôr em diálogo (8)
16. próprio de doge (5)
17. relativo aos dedos (7)
18. sacrificar (5)
19. submisso (5)
20. tâmara (5)

Palavra-chave: 13 letras

Soluções do problema nº 407: Palavra-chave: BIOCLIMATOLÓGICA
Parciais: bocal; bailio; bacia; bicota; bacota; bigamia; balaio; baito; bolotal; bolota; bitola; bócio; bolota; bimo; batológia; boato; bloco; bica; biloto; biólogo.

LUIZ SEVERIANO RIBEIRO S/A

UGO TOGNAZZI e ROMY SCHNEIDER

A REBELDE

UM FILME DE MARIO CECCHI GORI
MÚSICA DE ENNIO MORRICONE

O PORÃO DAS CONDENADAS

SONIA GARCIA · RUY LEAL · MADALENA SILVA · JOANA DE OLIVEIRA · LIRIO BERTELLI · MIGUEL TANGE

HOJE · HORÁRIOS DIVERSOS · PALÁCIO · RIAN · Amanhã · CINEMA I · LEBLON · PASSEIO · CARIOCA · ART MEIER · ROSÁRIO · ASTOR · TAMANDARÉ · LIDO

PRÊMIO DA CRÍTICA INTERNACIONAL NO FESTIVAL DE CANNES
Cinco prêmios no Festival de Gramado
Aplaudido no Festival de Berlim

GAIJIN

CAMINHOS DA LIBERDADE

Uma história de amor e esperança

Antônio Fagundes · Kyoko Tsukamoto · Gianfrancesco Guarnieri · Louise Cardoso · Carlos Augusto Strazzer

Um filme de Tizuka Yamasaki · Produção CPC · colorido · 14 anos

HORÁRIOS
3.00-5.15-7.30-9.45

AMANHÃ · VENEZA · FONE: 295 83 49 · COMODORO · RUA HADDOCK LOBO, 145

CINEMA É A MAIOR DIVERSÃO

HOJE · HORÁRIOS DIVERSOS · CARUSO COPACABANA · LEBLON 1 · CENTRAL

A GAIOLA DAS "LOUCAS"

UGO TOGNAZZI · MICHEL SERRAULT · EDOUARD MOLINARO · MICHEL GALABRU

CINEMA É A MAIOR DIVERSÃO

TURISMO

QUARTA-FEIRA CADERNO B JORNAL DO BRASIL

José Carlos Oliveira

A NOVA INFANTARIA

O Presidente do Afeganistão, Hafizulah Amin, foi assassinado em dezembro de 1979, no curso de uma conjuração palaciana articulada pela União Soviética. Em seu lugar entrou Babrak Karmal. Hafizulah era um títere de Moscou, um "nacional-comunista" excelente em tempos de brandura ou crise localizada. Mas com a internacionalização do problema, estando a URSS disposta a correr todos os riscos decorrentes da invasão do Afeganistão, era preciso colocar em seu lugar um homem especialmente duro. A mando dos soviéticos, Hafizulah pediu socorro... aos soviéticos, alegando que a rebelião popular afegã que se avolumava era, na verdade, uma intervenção estrangeira nos assuntos internos de seu país. Os russos desembarcaram lá suas tropas, assassinaram seu protegido e botaram no lugar um Babrak Karmal que, por coincidência, naquele momento se encontrava num país do Pacto de Varsóvia.

Agora chegou a vez de Babrak Karmal. Os russos querem-no vivo. Ele tentou suicídio. Os russos o impediram. Aqui, nesta banda pobre do Ocidente, temos certeza apenas dos três fatos: a invasão soviética, o assassinato de Hafizulah, a frustrada a tentativa de suicídio de Karmal. São fatos consumados. Mas o entrecho desse drama em escala planetária, podemos apenas adivinhá-lo. As notícias estão bloqueadas. As agências de notícias do Ocidente colhem informações em segunda mão, no Paquistão e na Índia. São informações oficiosas, acrescidas geralmente do que dizem os viajantes (provenientes de Cabul) e os refugiados da guerra no Afeganistão. Alguns rumores são confirmados somente quando e se a imprensa soviética os confirma, depois de interpretá-los de acordo com as conveniências do Kremlin.

Perdida a guerra da informação no primeiro lance, o conflito nos é relatado pelas vias intoleráveis da propaganda e da contrapropaganda. Intoleráveis, mas não há outras. Se os Estados Unidos admitiram suicidar sua credibilidade de guerra, permitindo a intrusão da liberdade de informar ao Vietnam conflagrado, agora vemos o mundo admitindo o suicídio do próprio senso comum, desorientado e afligido pela falta de notícias quentes e verazes. Basta isso, esse dilaceramento da verdade, para tornar imoral a participação de qualquer atleta nos próximos Jogos Olímpicos de Moscou. "Qualquer atleta" significa precisamente isso. O brasileiro João Carlos de Oliveira, o João do Pulo, ao chegar a Moscou estará atestando a sua incurável imoralidade.

Permitam-me, sem consultar o livro adequado (não há tempo para a literatura formosa), transcrever à minha maneira um pensamento vertiginoso de T. S. Eliot: "Neste mundo de fugitivos, quem corre em direção contrária parece estar fugindo." Na hora da explosão do mundo não há inocentes, e é esta a hora. O suicídio de Babrak Karmal, se não fosse evitado, revelaria de forma incontestável a grande farsa montada em Cabul pelos soviéticos. Karmal tem sido oferecido aos interessados (americanos, chineses, paquistaneses etc.) como único interlocutor válido, único representante do Afeganistão livre — esse Afeganistão que para continuar livre pediu socorro à União Soviética. Os interessados não reconhecem a autoridade de Karmal. Se ele saísse bruscamente de cena, suicidando-se, os soviéticos teriam que assumir a responsabilidade histórica de gerir os negócios afegãos.

Só os cínicos, os ingênuos, os medrosos e os comunistas empedernidos insistem em vincular um Vietnã ao outro. No Vietnã dos americanos, nós soubemos tudo. No Vietnã dos russos, não sabemos quase nada. A distância que vai de uma situação à outra é tão grande quanto aquela que separa uma consciência livre de outra escrava. Os homens de consciência livre parecem estar fugindo, porquanto a multidão avança em direção contrária... A multidão avança para Moscou, para a festa jovem. E a nova infantaria, produzindo um espetáculo de paz por trás do qual a carnificina alonga.

Já disse uma vez e repito: o Presidente Jimmy Carter devia azeitar seus foguetes e impedir pela força a realização dos Jogos Olímpicos. A pax soviética é prelúdio de holocausto ou escravidão. Pouco me importa a discussão ideológica, se vejo dois imperialismos em confronto e não vejo outra coisa. Minha pátria neste momento é um campo de refugiados. O planeta em que vivemos é um campo de refugiados. Que as duas grandes potências se enfrentem de uma vez por todas... Nós sabemos, os chineses sabem, os franceses estão fartos de saber, os alemães sabem mas temem reconhecer — que a alternativa para a tensão insuportável do confronto nuclear é a continuação do avanço soviético e, em decorrência, a guerra nuclear disparada pelo pânico. Se devemos matar e morrer (e lá vem o poeta descendo a ladeira!), prefiro chegar de cabeça clara ao local não do estrondo, mas do suspiro. Morrer na ciência da minha morte e não na sua ignorância.

O som nosso de cada dia

Tárik de Souza

CANCELADA a temporada do astro americano Jermaine Jackson. Em casa, Los Angeles, sob cuidados médicos, Jermaine suspendeu a **tournée** que faria pela Venezuela, Brasil e Argentina.

• **Finalmente liberado dos entraves jurídicos — e transferido para outra gravadora, a WEA — o memorável encontro do bandolim de Joel Nascimento, piano, composições e arranjos de Radamés Gnatalli e a base instrumental da Camerata Carioca já está nas lojas. Como é possível que esta homenagem aos 10 anos da morte de Jacob do Bandolim, editada com um ano de atraso, já tenha sido esquecida pelo público, o lançamento do disco será marcado por um espetáculo gratuito, no próximo dia 30, no João Caetano, com os participantes da gravação**

• Ao mesmo tempo em que toma festiva posse na Riotur, atrapalhando o trânsito da Rio Branco, o compositor João Roberto Kelly troca de camisa televisiva. O autor de **Boato**, **Praça Onze**, e do recente **Mormaço**, desveste a rota jaqueta da TV Tupi e enverga agora a da Bandeirantes. Estréia com seu programa **Rio dá Samba** no próximo sábado, ocupando o horário das 15h. Ampliado para três horas de duração, **Rio dá Samba** vai incorporar entre seus quadros uma permanente homenagem à velha guarda das escolas de samba, iniciativa que merece aplausos antecipados.

• **Na mesma emissora, a saudável anarquia do professor em comunicações, Abelardo Barbosa, mais conhecido por Chacrinha, premia com a Buzina de Ouro na próxima terça-feira alguns colunáveis musicais e muita arraia miúda. Entre os eleitos, no entanto, há nomes que podem elevar a temperatura do happening a níveis musicais elevados, como Fagner, Moraes Moreira, Boca Livre, Caetano Veloso, Angela Rô Rô, Amelinha, Alcione, Rita Lee, Clara Nunes, Joanna, Maria Alcina e Agnaldo Timóteo.**

• Bicho Papão, **em selo Top Tape, vai lançar Luciana de Moraes, a filha de Vinicius, mais nova estrelinha da praça.**

• Gênero abominado pelo consumo mais sofisticado, a guarânia faz parte do inconsciente sonoro nacional. É exemplo o sucesso desenfreado de **Índia**, na voz de Gal Costa, que chegou a gravar a música em dois LPs. Quem se arrisca a uma nova incursão no gênero, em composição própria, é Moraes Moreira, com seu aval de ídolo em pique de carreira. **A Cabeleira da Berenice**, em parceria com Wally Salomão e a participação dos chilenos do grupo Água, faz parte do novo LP de Moraes, **Bazar Brasileiro**, sua estréia na nova gravadora Ariola. O título, aliás, é uma boa definição do momento musical, onde se entrecruzam todas as correntes num movimentado bazar. O disco sai no início de agosto, com a sanfona de Oswaldinho e uma composição de Davi, filho de Moraes.

• **Pegou a sadia moda dos** free concerts **nesta cidade ainda maravilhosa, sob certos aspectos. Com um concerto sábado passado na praia do Arpoador e outro no próximo, na praia do Pepino, às 12 horas, a RCA e a Som Livre promovem os discos de Diana Pequeno, Banda Black Rio e do conjunto americano Backstreet (este editado simultaneamente aqui e nos EUA). Diana será acompanhada pelo grupo cooperativa Vozes e Violas e participa, a partir do dia 26, da próxima rodada do Projeto Pinxinguinha, ao lado de Belchior. Excursiona por São João de Meriti, Uberlândia, Campinas, São Bernardo, Londrina, Florianópolis e Blumenau.**

• Um festival de músicas e compositores cearenses acontecerá em Fortaleza na primeira semana de julho, no Teatro José de Alencar. A presidência do júri foi entregue a Fagner, que já mobilizou, entre outros, Sueli Costa, Fausto Nilo e Abel Silva para o evento, que vai de 2 a 6 de julho.

Gal Costa (com Guilherme Araújo)
Gal Tropical até 1981

• Outro espaço musical condizente com a topografia carioca é o recém-aberto Parque da Catacumba. Dentro da série de programações culturais escaladas em conjunto pela Fundação Rio e a Funarte, está programada para hoje, domingo, uma exibição do instrumental Grupo Um. Formado por Zé Eduardo Nazário (bateria e percussão), Lelo Nazário (piano elétrico e acústico), Zéca Assumpção (baixo elétrico e acústico), Felix Wagner (piano) e Mauro Senise (sax alto, flauta e piccolo), o Grupo Um, que já lançou seu primeiro LP independente, vai apresentar um roteiro instrumental com peças de Lelo e Zé Eduardo, Zeca Assumpção e duetos livres onde todos participam como autores.

• **Próximo do aniversário da morte do mitológico Jimi Hendrix (14/9/70), a Polygram vai editar, em homenagem póstuma, o duplo** Electric Ladyland, **originalmente prensado aqui, na época, como LP simples. Outras reedições roqueiras da mesma empresa, já nas lojas, contemplam fases distintas dos Bee Gees:** Trafalgar **e** Two Years On.

• Depois da estrondosa temporada de **Coração Bobo** no Teatro Ipanema, Alceu Valença, que em 10 apresentações levou quase 6 mil pessoas ao pequeno teatro, parte para Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Belém, São Luís, Fortaleza, Recife e Salvador. Em agosto, na primeira semana, volta ao Rio, no Cine-Show Madureira e a seguir vai ao Tuca, de São Paulo.

• **O terceiro LP de Oswaldo Montenegro terá seu repertório devassado no Morro da Urca, em espetáculo único na quinta-feira, às 21 horas. Oswaldo apresenta-se com uma banda, formada por Túlio Mourão (teclados), Rick (banjo e guitarra), João Batista (baixo), Edinho (bateria), Jane Duboc e Sônia Burnier (vocais). Participação especial de José Alexandre na percussão e vocal.**

• Lembrado para um disco solo pelo ativo Estudio Eldorado, de São Paulo, o bandolinista Déo Rian mostra seu primeiro LP solo no próximo dia 23, às 21 horas, no Teatro Casa Grande. No repertório, várias inéditas pesquisadas do baú de Jacob do Bandolim, mestre supremo do instrumento

• Zabriskie Point, **o caótico e descozido filme de Michelangelo Antonioni, que confundiu durante 10 anos os catões nacionais, depois de exibido reboca a trilha sonora. Ela está sendo lançada pela Polygram, aproveitando a subida nas paradas de seus principais participantes, o grupo inglês Pink Floyd.**

• Embora boicotado ou criticado pela maioria de seus participantes, o Seminário de Censura, promovido em três Capitais pelo Conselho Superior de Censura, vai produzir uma pauta de resultados. Não há indícios de que eles levem a abrandamento da atividade do órgão.

• **A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, criada em 1958, foi transformada em Instituto Nacional do Folclore, incorporado oficialmente à Funarte. Espera-se um maior incremento nas atividades de pesquisar e coletar folclore, na parte discográfica, transformada em compactos duplos periodicamente editados pela Campanha.**

Elomar: roteiro de sete cidades

CONTRAPONTO

OS ares liberalizantes que sopram em certa faixa artística insuflam um novo tipo de produção fonográfica, comprimida em celofane e, conforme letreiro na capa, "Rigorosamente proibido para menores de 18 anos". Nessa linha, o estreante, com excelentes resultados em vendas, foi Juca Chaves. Esta semana sai às lojas **Chico Total**, gravado ao vivo no Cine Show Madureira, com o aliciante Chico Anísio, amparado, nas partes musicais, por um trio de teclados (Rubem Bastos), baixo (Luís Carlos) e bateria (Chico Brazão).

Já gravado, aguarda o início de julho o lançamento de **Alta Rotatividade**, show de Agildo Ribeiro e Rogéria, recorde de permanência nos palcos, mais de três anos em cartaz. Também Jô Soares assinou com a gravadora K-Tel, por três anos e três discos, para registrar inicialmente seu primeiro **show**, **Todos Amam um Homem Gordo**. Enquanto isso, o atual **Viva o Gordo, Abaixo o Regime**, há mais de um ano em cartaz, já ultrapassou a marca dos 240 mil espectadores.

• **A OEA lançou um disco da máxima estrela venezuelana Soledad Bravo, considerada a "Joan Baez da América Latina", com renda em benefício do fundo de reconstrução da Nicarágua.**

• Segue novos rumos a canção romântica nacional, com a leva de compositoras que falam de suas alegrias e angústias agora em maciça maioria na MPB. A mais nova dessas vozes é Sandra Sá (RGE), que diz, em **Demônio Colorido**: "Mas eu vou lhe guardar/ com a força de uma camisa/ me despir do pavor/ lhe chamar de amiga/ vinte e quatro horas por dia". E ratifica em **Bandeira**; parceria com Faffy: "Essa menina um dia me leva à loucura/ ainda rodo minha baiana/ e dou bandeira".

• Importante solista da bossa nova, a cantora Leni Andrade, ao lado da dupla Teca e Ricardo, faz espetáculo na Sala Funarte, às seis e meia, até o dia 28, a preços populares. Recém-chegados da França, onde fizeram carreira, Teca e Ricardo definem seu trabalho: "Música popular brasileira aberta a todas as tendências, do baião ao **jazz** contemporâneo".

• "Caso de Amor" **é o segundo LP da cantora Terezinha de Jesus, pronto para o lançamento, no próxima mês. Os arranjos e regências são de Célia Vaz, Perna Fróes e Zé Américo. No repertório, conforme o título, uma predominância das músicas românticas. Desde o clássico de Anísio Silva (o João Gilberto do bolero),** "Vida Vida", **ao clássico da toada,** "Qui nem Giló" **(Luiz Gonzaga/ Humberto Teixeira). E mais, dores de amores contemporâneos como** "Asas" **(Fagner/ Abel** Silva), "Retrato da Vida" (Elton Medeiros), "Cidade Submersa" **(Paulinho da Viola),** "Acalanto" **(Mirabô e Capinam).**

• **Até** o momento a temporada natalina beneficia **os** roqueiros, com a acertada importação, para dezembro, do grupo Dr Hook, liderado por Ray Sawyer. **Criador** dos sucessos "**Sharing the Night Together**" e "**Better Love Next Time**", conhecido por suas apresentações satíricas e caricatas, o grupo, com discos de ouro no Canadá, Noruega, Suécia, Holanda, Nova Zelândia e Austrália, vem à América do Sul pela primeira vez.

• **Composições de Villa-Lobos, Ernesto Nazareth, João Pernambuco, Dilermando Reis e o contemporâneo Paulinho da Viola, constituem o repertório do seleto LP** "Valsas e Choros", **dedilhados pelos dedos ágeis de erudito violonista Turíbio Santos. Acompanha-o o conjunto Choros do Brasil, formado por João Pedro Borges (violão), Rafael (sete cordas), Jonas (cavaquinho) e Celso (ritmo).**

• Criador, arrependido, do espaço "Sete Horas", do Teatro Carlos Gomes, o empresário Guilherme Araújo encerrou a série na terceira atração. Escreve ele, desiludido: "Foi minha primeira experiência como programador de teatro e, confesso, das mais terríveis. Teatro é um luxo só permitido às grandes estrelas. Para trazer de volta gente de valor como Elza Soares e lançar novos, só mesmo com o patrocínio oficial, ou das gravadoras."

• Sua queixa contrasta com o amiudamento das invasões em teatros por falta de lugares, em casos como o da dupla Sá e Guarabira, no Municipal de Niterói — e a dupla não tem sucesso na praça há algum tempo. Mas, o incansável Guilherme leva o seu extraordinário suceso **Gal Tropical** a Lisboa neste final de junho. A cantora participa do Festival de Montreux, Suíça, na noite brasileira de 5 de julho, ao lado de Pepeu, Baby Consuelo e Jorge Ben. No dia 10, de volta ao Brasil, Guilherme produz o próximo LP de Gal, **Aquarela do Brasil**, inteiramente dedicado ao compositor Ary Barroso. Entrementes, a carreira de **Gal Tropical**, prossegue, impávida, através das Capitais brasileiras, com um encerramento apoteótico previsto apenas para agosto de 1981, em Paris. Até lá, terá batido todos os recordes de permanência em cartaz de um **show** musical brasileiro.

• **A troupe desta semana do Projeto Pixinguinha, depois dos espetáculos habituais de quinta e sexta no Teatro Dulcina, já seguiu para as sete cidades do roteiro. Conta com o pernambucano Quinteto Violado, o baiano Elomar Figueira e a maranhense Irena Portela. Os espetáculos são sempre às 18h30m e ao preço imutável de Cr$ 60.**

• Quem ainda não viu Elomar no Projeto, no entanto, ainda poderá surpreender-se com sua arte agreste/erudita amanhã, segunda-feira, na Concha da UERJ, às 21 horas, e terça, na PUC, ao meio-dia. As apresentações são promovidas pela Fundação Rio e têm entrada franca.

TELEVISÃO &RÁDIO

SOM LIVRE

A PUBLICIDADE DE GRAÇA NO SEGREDO DE UM BOM NEGÓCIO

Som Livre e TV Globo. Esse binômio gravadora de disco-emissora de televisão — permitindo que uma se agigante ao anunciar de graça na outra, tudo por conta de pertencerem ambas à mesma empresa — é visto por certos círculos do mundo fonográfico como um casamento não muito legítimo. Será concorrência leal uma gravadora não pagar um centavo por um serviço que suas concorrentes só conseguiriam por muitos milhares de cruzeiros? Marcus Pereira, ele próprio dono de uma gravadora, diz que não. Acusa a TV Globo de dumping, sugere intervenção do Governo (em termos de se criar uma Embradisco, nos moldes da Embrafilme para o cinema) e elogia o nacionalismo do Ministro Eduardo Portela, segundo ele a última esperança de que as pequenas gravadoras possam competir com as grandes (por sinal, uma boa parte dos discos produzidos por Marcus Pereira tem financiamento oficial, privilégio com o qual muitas outras gravadoras sonham). Os que acusam a TV Globo de um protecionismo pouco ético à Som Livre citam o exemplo dos Estados Unidos, onde tal prática, além de pouco ética, é considerada ilegal. Os que a defendem citam o mesmo exemplo e lembrar que as leis brasileiras são outras. Alguns representantes de gravadoras falam, outros preferem guardar silêncio (afinal, são clientes da Som Livre, cedendo-lhes fonogramas para as faixas das milionárias trilhas sonoras de novela). Entre protestos e silêncios, a TV Globo e a Som Livre estão tranqüilas, dentro das regras do jogo, faturando muito e juntas, até que nova lei as separe.

MARCUS PEREIRA E A EMBRADISCO

José Neumanne Pinto

MARCUS Pereira compara o uso da televisão pela Som Livre à eventual utilização de um serviço público — como os correios e o telefone — por uma grande cadeia de supermercados, como o Pão de Açúcar, ou uma loja de departamentos, como a Mesbla.

— O absurdo seria o mesmo — diz.

Segundo o produtor, a Som Livre usa, há sete anos, a concessão de um serviço público em benefício próprio, a tal ponto que, se pagasse a publicidade que realiza na Rede Globo de Televisão, teria de desembolsar o equivalente a seu faturamento bruto.

— Em 1978 fiz um estudo e descobri que a gravadora era o maior anunciante brasileiro em televisão, e seu volume de publicidade era tão grande que, se fosse paga sua propaganda, a empresa não teria condições de sobreviver. Naquela época, esse volume equivalia a Cr$ 1 bilhão. Para resolver isso, deve haver uma jogada contábil, porque, certamente, essa propaganda não é paga. A razão elementar é que é impossível, diante dos custos de operação de qualquer empresa.

Ele mesmo proprietário de uma gravadora pequena, a Discos Marcus Pereira, costuma denunciar também que o exemplo da Globo foi seguido por outras emissoras de rádio e televisão. Hoje, a TV Bandeirantes tem um selo com seu próprio nome, tal como acontece com a Rádio Eldorado de São Paulo. E a Record tem seu selo, o Seta.

Esses selos caracterizam-se, segundo Marcus Pereira, pela "concorrência desleal", uma vez que teria o privilégio de contar com concessão de serviço público.

No Brasil, o modelo empresarial da televisão é o misto, pelo menos teoricamente. Aqui, as empresas privadas controlam as emissoras que realmente têm audiência, e o Estado, com os canais sem audiência, as televisões educativas. Ao contrário do modelo de televisão estatal, adotado em países como a Itália, a França e a Inglaterra, esse modelo existe nos Estados Unidos. Mas lá, o concessionário que usar sua concessão fora dos objetivos de serviço público a que é destinada, perde essa concessão. É o caso típico da Som Livre. A televisão e o rádio são serviços públicos como são o telégrafo e o telefone.

Além disso, ele lembrou, a Som Livre é uma gravadora de pequeno elenco, que utiliza pouco os estúdios de gravação e vive de fonogramas cedidos pelas concorrentes.

Essas concorrentes são docemente constrangidas a ceder tais fonogramas, pois quem não cede perde automaticamente a divulgação de seus artistas nos programas musicais da Rede Globo de Televisão.

Marcus Pereira diz que faz essas denúncias porque passou três anos tentando convencer a Globo de tal erro e nada conseguiu.

Escrevi uma longa carta ao Boni propondo o abrasileiramento do **Fantástico** e nem sequer mereci uma resposta. Esses discos com trilhas de novelas são nocivos ao mercado, inclusive porque os que vendem mais são sempre os que contêm as trilhas internacionais.

Marcus Pereira acha que o drama mercadológico do disco no Brasil está ligado justamente aos processos de divulgação.

— Venho falando uma coisa há muito tempo e até hoje ninguém teve a coragem de contestar esse dado. Os presidentes de duas grandes gravadoras, a Continental e a Copacabana, ficaram espantados quando lhes falei disso. Mas é verdade: há 2 mil pontos de vendas de discos no país e, em 95 por cento deles vendem-se apenas 100 títulos de 20 mil possíveis. Isso tudo demonstra o estrangulamento da distribuição do disco no Brasil. Os 19 mil 900 títulos que não vendem são massacrados por esse autêntico **dumping** no ponto de venda. Esse **dumping** tem estrita vinculação com os veículos de massa, emissoras de televisão, mas também as de rádio AM e FM. Resulta ainda do poder financeiro das grandes empresas, principalmente as multinacionais que dão condições financeiras aos comerciantes que os pequenos selos e os independentes não podem dar.

Segundo seus cálculos, dos 100 títulos postos à venda na quase totalidade dos pontos, metade é de música estrangeira, imposta pela divulgação nos veículos de massa, 30 são discos promovidos na televisão e 20 "são produtos dos 15 bilionários da música popular brasileira".

— São 15 bilionários que não deixam o mercado nem por ele são deixados, enquanto existem milhares de artistas, intérpretes, compositores e instrumentistas marginalizados sem ganhar sequer para sobreviver. Entre esses marginalizados há artistas de talento idêntico aos privilegiados da música, que têm casa com piscina, avião particular e tudo o mais. O fenômeno da concentração de renda — comum na economia brasileira — é indiscutível no mercado fonográfico.

Ao exemplo da Som Livre, Marcus Pereira contrapõe o de seu próprio selo: cerca de 30 por cento dos discos citados nas listas dos melhores pelos críticos de música popular da imprensa brasileira nos últimos cinco anos são da Discos Marcus Pereira. Com tal posição, em Araçatuba, uma das 100 metrópoles intermediárias deste país, a gravadora não dispõe de um só disco à venda, nas 10 lojas da cidade, seja nas quatro grandes, seja nas seis pequenas. Assim, se alguém estiver doente e precisar de um disco de nosso catálogo como remédio, perderá a vida em Araçatuba. Lá não há um disco da Marcus Pereira nem como remédio.

E ele só vê uma saída para esse impasse:

A criação da Embradisco, uma grande distribuidora estatal para os discos marginais e independentes, para os 19 mil 900 títulos que não têm vez em 95 por cento dos 2 mil pontos de vendas do país. Essa empresa deveria ser criada nos moldes da Embrafilme, a distribuidora nacional que recuperou o mercado perdido para o cinema brasileiro. E deve usar os canais estatais de rádio e televisão para tentar contrabalançar o volume imposto de música colonizadora, tocada nas emissoras de concessão a particulares. Essa é uma solução de circunstância e tem de ser adotada, enquanto estiver na frente do Ministério da Educação e Cultura um homem do porte e da visão nacionalista de Eduardo Portella.

PARA A ARIOLA, ESTÁ TUDO BEM

Diana Aragão

ENQUANTO os representantes de outras grandes gravadoras — RCA, Odeon e a própria Som Livre — se recusaram a falar no assunto, Adail Lessa, da Ariola, gravadora alemã que acaba de se estabelecer no Brasil, emite opiniões que são totalmente opostas às de Marcus Pereira.

— A Som Livre de fato se beneficia da propaganda na televisão, mas, se não existe uma lei no país proibindo isso, nada há de errado. Pessoalmente, não creio que essa propaganda chegue a prejudicar outras gravadoras. Afinal, a Som Livre nem chega a possuir elenco próprio, utilizando-se de fonogramas cedidos pelas próprias gravadoras rivais.

Para o gerente da Ariola, é quase certo que a Som Livre deverá criar seus próprios estúdios, esquemas de venda e de distribuição. Atualmente, o cast da Som Livre é formado por Rita Lee, Jorge Ben, Eliseth Cardoso, Francis Hime, Ronaldo Resedá, Fábio Jr, Olivia, Cauby Peixoto e Rui Maurity.

De qualquer maneira, garante o gerente, a televisão ainda é o grande veículo de divulgação e a grande briga das gravadoras é colocar os seus artistas na televisão, principalmente no Fantástico, Alerta Geral e outros musicais da Globo. Talvez por isso, para não contar somente com a televisão, explica, é que não se encontre mais um teatro vazio, pois todos os cantores fazem show em teatro como maneira de divulgar e vender o seu trabalho, contando com o apoio financeiro de suas gravadoras. Quando a Bethânia e a Elis fazem shows, declara, a vendagem dos seus discos sobe.

Adail Lessa diz que o problema mesmo é que os artistas teriam que fazer sua independência das multinacionais, criando um selo seu. Mas acha que uma Embradisco não seria a solução, pois "não interessa estatizar a cultura, e disco é cultura". O que seria realmente bom, explica, é que existisse uma indústria de discos genuinamente brasileira, reunindo os nomes da música brasileira.

— Apesar de ter sido criada uma firma por Chico, Paulinho da Viola, MPB-4 para a compra da Rozemblit, que passaria a se chamar Tribo, e que não deu certo, o projeto não está morto, pois contaria ainda com a participação de Simone, Gonzaguinha e outros. Uma gravadora que reúna todos estes nomes teria um cast de respeito e, embora se fale muito nos discos internacionais, toda gravadora bem-sucedida vive do seu cast nacional. Se a indústria fonográfica, como outras brasileiras, é controlada pelas multinacionais, a nossa independência fonográfica está nas mãos dos próprios artistas.

Reunindo hoje em dia alguns grandes nomes da música brasileira — Milton Nascimento, Chico Buarque, Toquinho, Vinicius, MPB-4, Moraes Moreira, Alceu Valença, Ney Matogrosso, e ainda Cristina, Marina, Carlinhos Vergueiro e os novos Kleiton e Kledir — a Ariola, em outubro do ano passado, entrou forte no mercado comprando os passes milionários de Chico Buarque e Milton Nascimento. De início, explica Adail Lessa, "tivemos uma certa resistência por parte das outras gravadoras porque a Ariola entrou forte no mercado".

Essa resistência pôde ser sentida com a demora da aprovação para a sua filiação na Associação Brasileira de Produtores de Disco (foi apresentada pelas sócias Som Livre e Warner) e assim poder participar no festival MPB-80, promoção da Globo e ABPD.

— Talvez essa aprovação tenha sido um pouco demorada e acreditamos mesmo que esse atraso tenha sido proposital porque naquela ocasião se a Ariola participasse e fosse bem-sucedida, seria uma grande promoção. E os nossos contratados Kleiton e Kledir, que tinham uma música forte para ser apresentada no festival, não participaram (ainda não éramos filiados) apesar da insistência da Globo pois aí eles teriam que cumprir pelo menos um ano de contrato com a Som Livre.

O ÉTICO E O LEGAL NOS EUA

Beatriz Schiller

Correspondente

NOVA IORQUE — O que aconteceria com a TV Globo e a Som Livre se, por exemplo, elas funcionassem num país como os Estados Unidos?

Ninguém melhor para responder do que Marion Hampton, diretora responsável pelo Departamento de Aceitação de Continuidade da Columbia Broadcasting System, empresa que, como a Globo, possui, entre outros interesses, uma importante rede de rádio e televisão (CBS) e uma das maiores gravadoras de disco americanas (Columbia Records).

Antes, é preciso que se saiba exatamente o que vem a ser o Departamento de Aceitação de Continuidade, um complexo setor da empresa destinado a administrar a publicidade a ser por ela veiculada. Cabe a esse setor receber as solicitações de inserção de anúncios, estudando o seu caráter, o seu conteúdo, a sua validade ética, para depois aceitá-las ou não, estabelecendo, em caso afirmativo, os termos de contrato.

As funções do Departamento de Aceitação de Continuidade são basicamente éticas, já que a questão da publicidade, como explica Marion Hampton, é muito séria nos Estados Unidos, onde leis rigorosas a controlam.

— Para começar, no que diz respeito às gravadoras de disco, ou a qualquer outro produto, nós, da televisão, somos obrigados a dar o mesmo tratamento a todos. No caso, os discos da Columbia não significam mais para nós do que, por exemplo, os da RCA, da MCA ou da pequena Casablanca. Todos são clientes. A lei não nos permite conceder privilégios.

Marion Hampton diz que o mesmo se aplica nos casos de artistas exclusivos de determinadas gravadoras. Por um cantor pertencer ao elenco da Columbia não terá mais tempo no vídeo do que outro cantor, da RCA.

Segundo a diretora responsável pelo Departamento de Aceitação de Continuidade, se a CBS agisse de forma diferente não só estaria infringindo uma norma ética como também seria sujeita a ações judiciais. São muitas as leis e códigos que regulamentam a questão, a começar pela própria Constituição dos Estados Unidos, que garante a liberdade de expressão e a liberdade de comunicar, mais tarde regulamentada também pela Federal Trade Comission. Esta agência do Governo, com sede em Washington, tem uma premissa básica: "Não pode haver publicidade enganadora."

— Publicidade enganadora — explica Marion Hampton — não é apenas atribuir a um produto um conteúdo que ele não tem. Nem divulgar anúncios com o objetivo de prejudicar ou mesmo desmoralizar um produto concorrente. É, também, não permitir, por qualquer artifício, que esse produto concorrente tenha o mesmo espaço para ser divulgado.

Este é exatamente o caso do disco, diz ela. Do ponto-de-vista legal, se a CBS anunciasse de graça os discos da Columbia, estaria fazendo concorrência desleal às outras gravadoras. Nos Estados Unidos, seria uma prática ilegal, classificada como "restrições de negócios" e passível de ação criminal.

— Para evitar esse tipo de problema — explica Marion Hampton — a CBS mantem suas diferentes empresas e departamentos funcionando em edifícios também diferentes. Nós, da televisão, sequer vemos o pessoal da gravadora. Eu, por exemplo, jamais me encontrei com alguém de lá.

A questão é regulamentada, também, por leis municipais e estaduais, como no caso de Nova Iorque. Organismos especializados, alguns dos quais de âmbito federal, zelam pela ética da publicidade, que inclui igual tempo para anúncios de firmas de outras empresas (a TV Globo teria de conceder, por exemplo, à Odeon, ou à Continental, ou a qualquer outra gravadora, o mesmo tempo gratuito que destina à Som Livre) e igual tempo ou espaço para editoriais políticos, econômicos ou ideológicos.

— Assim, se um defensor do **lobby** israelense nos Estados Unidos publica um editorial sobre o Oriente Médio, defendendo Israel, os vizinhos árabes terão igual tempo ou espaço para se defender. Essa prática é denominada **tempo justo**. E se aplica a assuntos comerciais.

Na questão do disco, a pequena Casablanca tem, na CBS, o mesmo tratamento da poderosa Columbia Records. O Departamento de Aceitação de Continuidade é obrigado a destinar-lhe o mesmo tempo e os mesmos preços.

— Além de todas as regulamentações que vêm de fora — diz Marion Hampton — temos aqui a política da nossa corporação. Nossos diretores nos proíbem terminantemente de concedermos tratamento especial a quem quer que seja. Para a CBS, rede de televisão, a Columbia Records é um cliente como outro qualquer, sem privilégios.

A CBS, AS NOVELAS DA GLOBO E O PIQUE CURTO

WALDIR Farias, gerente de **marketing** da CBS no Brasil, diz que sua gravadora gasta muito pouco com publicidade em televisão, preferindo as emissoras de rádio para veicular suas mensagens comerciais. Segundo ele, os custos muito altos tornam praticamente impossível a propaganda em TV, já que a vida do disco, como produto vendável, é muito curta.

— Os da Som Livre levam de seis a oito meses vendendo porque são sustentados pelas novelas, que têm uma audiência acima de 70 por cento, de acordo com o Ibope. Em conseqüência disso, a trilha sonora também vende. Já nos casos dos discos comuns, o pique de venda é de apenas dois três meses. Se não vendeu até aí, dificilmente venderá depois.

Quanto a outro aspecto importante no caso de gravadoras como a Som Livre e a K-Tel, que têm **cast** próprio e vivem dos fonogramas cedidos por outras gravadoras, Waldir Farias disse ter muito pouca experiência no setor para falar com autoridade a respeito.

Se Marcus Pereira disse que é um mau negócio vender fonograma, ele deve estar certo. Deve ter dados a respeito. Nós não temos. Na CBS, a cessão de fonogramas envolve um processo muito complicado.

Segundo ele, para ceder um fonograma de uma música internacional a qualquer outra gravadora, a CBS brasileira é obrigada a consultar a Columbia norte-americana. A gravadora consulta então o **manager** e normalmente tal consulta chega até o artista. Então, o artista quer saber quais são os outros que participarão do disco compilado e quanto se espera vender com o tal disco.

Ora, o artista de sucesso, nos Estados Unidos, raciocina sempre em termos de 20, 30 milhões de discos vendidos. Quando passamos um telex falando em 300 mil discos, normalmente ele responde que não interessa.

A SEMANA FOI DE MUITAS TRISTEZAS

BAIXO ASTRAL: Três meses antes de completarem 30 anos de existência, a Rede Tupi e a televisão brasileira chegam a uma das mais graves crises já acontecidas nas suas histórias conjuntas. Contadas e recontadas, nesta triste semana passada, nos noticiários policiais e políticos da imprensa e mesmo focalizadas nas estações concorrentes. Só faltou informar a solução que, até o momento em que escrevo, ainda não tinha sido encontrada. Mas qualquer que seja ela não terá o milagroso poder de fazer esquecer as origens e a evolução dos episódios vergonhosos que refletem — como sempre faz a televisão mesmo quando não quer — a grande tragédia brasileira de ser um país sem justiça e com leis que só servem aos mais fortes.

Aos fracos, as duras penas. Depois de anos de cooperação, meses de greve legal, os funcionários da Tupi paulista tiveram que recorrer, espero que apenas por poucos dias, ao desesperado recurso da greve de fome para lembrar seus direitos. Profundamente desrespeitados por uma empresa concessionária de serviço público, que implantou sua poderosa rede de comunicação graças a favores governamentais e auxílio de grandes empresas estrangeiras. Apesar de contar sempre com fortes patrocinadores foi perdendo público por jamais investir seus grandes lucros em equipamentos modernos, estúdios decentes e formação de profissionais. Nunca teve a credibilidade destes, e mesmo de artistas convidados, por estar sempre com salários e cachês atrasados. Quando a concorrência desleal da Globo começou, a adiada decadência veio se impondo de maneira lenta, gradual mas também irreversível. Seus proprietários, sem abandonar os sinais exteriores de riqueza individual, passaram a se esquecer de cumprir as obrigações trabalhistas e sociais. Amnésia que no ano passado se estendeu a qualquer conta que por lá chegasse e aos ordenados devidos a seus empregados. Afinal pagos com cheques sem fundo.

Transgressões à lei, simples casos de polícia, completamente ignoradas ou respeitadas pelas autoridades brasileiras que sempre se mostram muito ciosas de prender indivíduos mesmo que seja pelo furto de um pão. Mas com os brioches é diferente. Os delitos comprovados e até confirmados por ministros não motivaram ações judiciais e nem a cassação da concessão, por muito menos outros já perderam, foi sequer ameaçada. Também nenhuma ajuda foi prometida à empresa, antes do pedido de concordata, apesar da tradição dos Governos da Revolução de sempre apoiar, salvar, estatizar e até endossar companhias mesmo estritamente particulares e de menor patrimônio e número de funcionários do que os Diários Associados.

Mas fica muito difícil de acreditar que apenas esta organização no Brasil, ao contrário das outras, esteja recebendo um olímpico, distanciado e salomônico tratamento. Na verdade, e como sempre, o Governo está igualmente negociando, para este caso uma solução política. Desculpem, não vamos baratear esta palavra. Retifiquemos a frase: "uma solução que melhor atende seus interesses imediatos". Vai favorecer a venda da falida Tupi, é o que todos acreditam e o próprio Ministro Said Farhat confirma em termos teóricos, mas só, dizem apenas os primeiros, para empresa que não atrapalhe, se possível colabore, com a ideal situação de um monopólio relativo exercido por uma organização particular. Passível de ser controlada com muito maior segurança e cada vez mais um canal oficioso e cômodo de ser utilizado sem o ônus das críticas ou das responsabilidades diretas.

Para conservar este quadro é preciso ter muitos cuidados e precauções. Afinal a Rede Tupi ainda tem o maior número de estações afiliadas e uma nacional cobertura. Um potencial de poder que deve estar sendo muito longamente estudado e cuja decisão para quem será dado será lentamente tomada. Presteza, sabe-se, também só vale para límpidas intervenções militares. Enquanto isso, sem helicópteros sobrevoadores, os funcionários da estação passam voluntária fome em Brasília esperando anistia para seus sofrimentos. Agravados pela atuação de seus colegas na Tupi do Rio de Janeiro. Quando a greve foi iniciada, último recurso mesmo e não uma bobagem politiqueira, as imagens para a rede começaram a ser geradas daqui mesmo. Levou um mês para que donos de programas cariocas começassem a agir com solidariedade. Também para eles as dívidas dos patrões eram enormes. E quando abandonaram postos, agéis substitutos foram logo encontrados para preencher tempo com muitos sorrisos e falsas coragens. Artistas empreiteiros, que compram e comercializam horários no canal sem vínculos empregatícios, também não se tocaram e continuam a defender, sem a menor dignidade, sua árvore sem ver que a floresta já acabou. Teve até festa de escolha de Miss Brasil, na mesma Brasília da greve, com patrocinadores e senhoras de sociedade no júri e constrangedores shows de Fafá de Belém e Agnaldo Timóteo no palco. E já andam publicando ter a direção da empresa conseguido profissionais para montar programas novos nos claros abertos pela greve.

Atitudes que tornam muito triste e grave este 1980 que seria de festas na televisão e na Tupi. Aos 30 anos, orgulhosa e altaneira, eufórica e ufanista, nem mesmo a TV consegue esconder os filmes do pessoal da pioneira que pobre e mal pago lhe deu tantos anos de vida e agora passa fome, dentro do Congresso Nacional, para receber o devido. Triste imagem representativa de uma atividade profissional há três decênios usada e descartada, sem leis de proteção respeitadas sem nenhuma segurança individual.

UM PRESENTE PARA DERCY NA ESTRÉIA DE "CAVALO AMARELO"

Dercy Gonçalves, 55 anos de vida artística e seu primeiro trabalho em novelas de televisão

A TV Bandeirantes estréia amanhã, às 19 horas, a novela de Ivani Ribeiro — Cavalo Amarelo. Por coincidência, no mesmo dia comemora seu aniversário Dolores Gonçalves da Costa — Dercy Gonçalves — que também fará sua estréia nas telenovelas brasileiras, já aos 73 anos de idade.

Com 55 de serviços prestados ao teatro brasileiro, principalmente em seu gênero predileto, a comédia, Dercy está feliz por se ver diante de um público de milhões de espectadores, bem diferente de uma lotação de teatro. A atriz conta que estreou em São Paulo, como cantora, "mas uma pneumonia levou minha voz para sempre e, aí, comecei a imitar artistas famosos. Só mais tarde, depois de fazer teatro de revista, consegui o meu caminho — a comédia.

A novela tem como personagem principal o dinheiro no mundo capitalista, personagem que não estará presente na câmara, mas por de trás de cada concorrência desleal das personagens em cena. Para Ivani Ribeiro Cavalo Amarelo é a história de uma família feliz até que o poder do dinheiro e a ambição desmedida começam a criar problemas.

Cavalo Amarelo também traz de volta Rodolfo Mayer como Madonado, patriarca e pai de Teo (Fúlvio Stefanini), Joana (Márcia de Windsor), Valter (Valter Prado) e Lalucha (Marta Volpiani).

Sinhazinha Flo, DE JOSÉ DE ALENCAR

MAIS UMA TELENOVELA EM PORTUGAL

Juarez Bahia

Correspondente

LISBOA — Com muito prestígio em Portugal, a telenovela brasileira continua como a maior atração da TV. Menos de uma semana depois do encerramento de **Dancin' Days** no Canal 1 da Radiotelevisão Portuguesa, estréia no Canal 2, por todo o verão, outro título da Globo, **Sinhazinha Flo.**

Os portugueses já sabem que não se trata de uma das grandes produções da Globo, mas preparam-se para acompanhar com o mesmo interesse de outras realizações essa telenovela inspirada em três obras de José de Alencar — **O Sertanejo, A Viuvinha** e **Till** — dirigidas por um português, Herval Rosado, também diretor de **A Escrava Isaura.**

O texto de Lafayette Galvão utiliza em **Sinhazinha Flo** personagens dos romances de José de Alencar e constrói um universo em que circulam praticamente desvinculadas dos enredos originais, nos quais foram imortalizadas. Os telespectadores portugueses poderão ter algumas dificuldades iniciais na compreensão da temática de **Sinhazinha Flo,** admitem os produtores do Canal 2 da RTP. "Mas isso", dizem, "não será embaraço ao êxito da telenovela."

Alguns atores já conhecidos estarão de volta: Gilberto Martinho e Castro Gonzaga, os coronéis **Melk e Amâncio, de Gabriela; Betty Mendes, a Vanea** de **Casarão;** Thais de Andrade e Maria das Graças, duas figuras femininas de **A Escrava Isaura;** Eduardo Tornaghi deixará rapidamente a pele do médico **Raulzinho de Dancin' Days** para se tornar o **Arnaldo de Sinhazinha Flo.**

A nova telenovela segue no Canal 2 a mesma programação das outras transmitidas pelo Canal 1. Será de segunda à sexta-feira no horário nobre das 20h30m. A diferença será o alcance, em número de telespectadores, pois o Canal 1 tem maior penetração do que o Canal 2 (que não é captado normalmente nas ilhas e em certas localidades do interior do continente).

Outra diferença provável entre **Sinhazinha Flo e Dancin' Days** diz respeito às reações (comerciantes, cinemas, teatros) provocadas pela segunda por causa do horário prejudicial àquelas atividades. Embora no mesmo horário de **Dancin' Days, Sinhazinha Flo** não deverá suscitar protestos, justamente pelo menor alcance do Canal 2.

Rádio Jornal do Brasil FM Estéreo

ZYD-460
99,7MHz

A programação de música clássica para hoje é a seguinte:

HOJE

10h — **Música para os Reais Fogos de Artifício**, de Haendel (Sinfônica de Londres e Mackerras — 26:45); **Prelúdio, Coral e Fuga**, de César Franck (Rubinstein — 18:42); **Sinfonia nº 2, em Ré Maior, Op. 36**, de Beethoven (Concertgebouw e Jochum — 34:40); **Introdução e Allegro, para Harpa, Flauta, Clarinete e Quateto de Cordas**, de Ravel (Zabaleta e solistas da Orquestra Paul Kuentz — 11:15), **Abertura e Suite Karelia**, de Sibelius (Orquestra de Filadelfia e Ormandy — 25:36); **Paduana**, de Reusner (John Williams — 4:52); **Concerto em Lá Menor, para Violoncelo, Cordas e Continuo**, de Vivaldi (Christine Walevska — 10:08); **Concerto para Piano e Orquestra**, de Kahtchaturian (Entremont, Nova Vilormonia e Ozawa — 36:31).

20h — **Das Liebesmahl der Apostel**, de Wagner (Coral de Westminster, Filarmônica de N. York e Boulez — 26:05); **Sonata nº 4, em Lá Menor, para Violino e Piano, Op. 23**, de Beethoven (Menuhin e Kempff — 23:03); **Danças de Galanta**, de Kodaly (Ormandy — 16:17); **Kreisleriana, Op. 16**, de Schumann (Arrau — 36:36); **Sinfonia nº 82, em Dó Maior**, de Haydn (Marriner — 24:00); **Sonata para Flauta e Harpa**, de Jean-Michel Damase (Rampal e Lily Laskine — 17:23); **Apoteose de Lully**, de Couperin (Leppard — 28:05).

AMANHÃ

20h — **Transmissão Quadrafônica — SQ — Suite Pulcinella**, de Strawinsky (Filarmônica de N. York e Boulez — 23:11); **Cantata nº 11, Lobet Gott in seinen Reichen**, de Bach (Somary — 30:46); **Divertimento em Si Bemol Maior, K 287**, de Mozart (David Blum — 37:10); **Concierto de Aranjuez, para Violão e Orquestra**, de Rodrigo (John Williams — 22:16); **Sinfonia nº 3 — Escocesa**, de Mendelssohn (Muti — 44:13); **Rapsodia para Saxofone e Orquestra**, de Debussy (Londeix e Martinon — 9:53).

Manhã

7.30 [6] — **Mobral**. Educativo.
45 [6] — **O Despertar da Fé**. Religioso.
[11] — **Nossa Terra, Nossa Gente**. Educativo.

8.00 [6] — **A Voz do Pastor**. Religioso.
15 [4] — **Santa Missa em Seu Lar**.
30 [6] — **Coisas da Vida**. Religioso.
45 [11] — **Jornal da Manhã**.

9.00 [6] — **Rex Humbard**. Religioso.
30 [2] — **Telecurso 2º Grau**.
[4] — **Globo Rural**. Noticiário agropecuário.
[7] — **Brasil Rural**. Programa sertanejo.
[11] — **A Pantera Cor de Rosa**. Desenho.

10.00 [4] — **Concertos para a Juventude**. Hoje: Ciclo Schumann, com a pianista Maria da Penha apresentando **Carnaval Op. 9**.
[6] — **Caravela da Saudade**. Folclore português.
[11] — **Piu-Piu**. Desenho.
30 [11] — **Johnny Quest**. Desenho.

11.00 [2] — **Cerimônia de Beatificação do Padre Anchieta**. Direto do Vaticano.
[4] — **Esporte Espetacular**.
[6] — **Presença**. Religioso.
[7] — **Guerra, Sombra e Água Fresca**. Seriado.
[11] — **Popeye**. Desenho.
30 [6] — **Programa Sílvio Santos**. Quadros musicais, filmes infantis e desenhos, jogos entre casais e concursos.
[7] — **O Melhor Futebol do Mundo**. VT do jogo: **Corintians e Marília**.
[11] — **Programa Sílvio Santos**, em cadeia com o Canal 6.
45 [4] — **Olimpíadas 80**. Noticiário.

Tarde

12.00 [2] — **Palavras de Vida**. Religioso.
[4] — **Clube Hanna Barbera**. Desenho.
30 [2] — **Futebol Compacto**.
[4] — **Fred e Barney Show**.

1.00 [2] — **Turma do Lambe-Lambe**. Infantil com Daniel Azulay.
[4] — **Espinafre 80**.
[7] — **Conversa de Arquibancada**.
30 [4] — **Festival de Desenhos Inéditos**.

2.00 [2] — **Teatro Infantil. Queridos Monstrinhos**.
30 [4] — **Esquadrão Resgate**. Seriado.
[7] — **Gol, O Grande Momento do Futebol**.

3.00 [2] — **Cine Viagem**. Desenhos.
30 [4] — **Copa Européia de Seleções**. Decisão do 1º lugar.
55 [7] — **O Melhor Futebol do Mundo**. Jogo: **Portuguesa e Santos**, direto de S. Paulo.

4.00 [2] — **Filmes Seriados**. Filme científico.

5.00 [2] — **Cartas Filmadas**. Trabalho.
30 [4] — **O Incrível Hulk**. Seriado.

Noite

6.00 [2] — **É Preciso Cantar. Gonzaguinha**.
[7] — **TV Bolinha**.
45 [4] — **Os Trapalhões**. Humorístico.

7.00 [2] — **O Mundo Mágico**. Hoje: **Menotti del Picchia**.
45 [2] — **Espaço 2**.

8.00 [4] — **Fantástico**. Música e jornalismo.
[6] — **Flash Esportivo**.
[7] — **Programa Hebe Camargo**.
[11] — **Os Heróis e Os Deuses**. Filme: **Joaquim Murieta**.
05 [6] — **O Brasil Via Tupi**. Variedades.

9.00 [2] — **Esporte Total**. Mesa-redonda.

10.00 [7] — **Bola na Mesa**. Debate esportivo.
[11] — **Ratos do Deserto**. Seriado.
15 [4] — **Os Gols do Fantástico**.
30 [4] — **Première 80**. Filme: **Um Anjo em Apuros**.

11.00 [6] — **Futebol**.
[11] — **O Homem do Sapato Branco**.

Madrugada

00.00 [7] — **Futebol**. Especial sobre os 10 anos do tricampeonato.
30 [4] — **Campeões de Bilheteria**. Filme: **Um Certo Capitão Rodrigo**.

Os filmes de hoje

JOAQUIM MURIETTA, UM HERÓI À ANTIGA

Hugo Gomez

RICARDO Montalban é Joaquim Murietta, *um* western *sobre a vida aventurosa desse herói do folclore californiano já vivido por Warner Baxter na década de 30 e Jeffrey Hunter na de 50, dirigido corretamente por Earl Bellamy.* Um Certo Capitão Rodrigo, *é a transposição razoavelmente fiel de uma passagem da trilogia* O Tempo e o Vento, *de Érico Verissimo, com guarda-roupa e fotografia elogiáveis.*

JOAQUIM MURIETTA
TV Studios — 20h

(Joaquin Murietta) — Produção norte-americana de 1968, dirigida por Earl Bellamy. Elenco: Ricardo Montalban, Slim Pickens, Ina Balin, Earl Holliman, Anthony Caruso, Miriam Colon, Roosevelt Grier, Jim McMullan. Colorido

★★ Vítima de oportunistas na Califórnia, em 1840, Murietta (Montalban) se junta ao bando de vagabundos contratados para escoltar a mulher (Balin) de rico fazendeiro até São Francisco. Na viagem, descobre que o marido dela roubou madona de ouro de uma igreja e procura devolvê-la.

UM ANJO EM APUROS
TV Globo — 22h30m

(Human Feelings) — Produção norte-americana de 1979, dirigida por Ernest Pintoff. Elenco: Nancy Walker, Billy Crystal, Pamela Sue Martin, Squire Fridell, Donna Pescow, Jack Carter, Armand Assante. Colorido.

Por considerar Las Vegas um antro de vício e pecado, Deus resolve destruí-la. Contudo, para dar uma última chance a seus habitantes, envia um anjo (Crystal) com a missão de convencê-los a se arrependerem, mas o emissário acaba se apaixonando por uma mortal (Walker). Feito para a TV. Inédito.

UM CERTO CAPITÃO RODRIGO
TV Globo — 0h30m

Produção brasileira de 1971, dirigida por Anselmo Duarte. Elenco: Francisco di Franco, Newton Prado, Álvaro Alves Pereira, Elza de Castro, Pepita Rodrigues, Paixão Cortes. Colorido.

★★ Rio Grande do Sul, Século 18. Ao retornar a Santa Fé, após campanha contras os castelhanos, Rodrigo Cambará (Franco) perturba a vida provinciana com seus costumes e idéias, o que leva um padre (Pereira) a aconselhá-lo a partir para não entrar em choque com o chefe máximo local (Prado). Baseado em personagem de O Continente, de Érico Verissimo.

Elza de Castro em *Um Certo Capitão Rodrigo* (canal 4, 0h30m)

Os da semana

REPRISES E REPRISES, O PROGRAMA HABITUAL

MAIS uma semana insípida, sem estréias e com apenas duas reapresentações dignas de serem revistas: O Incrível Exército de Brancaleone *e* Cidade das Ilusões.

Este último, destaque de segunda-feira (no 4, às 22h35m), marcou o retorno de John Huston a um patamar de onde caíra desde Moulin Rouge, *e apresenta Stacy Keach num desempenho vigoroso. Ainda competente, mas já sem fôlego, Howard Hawks torna* Eldorado *(no 7, às 21h) assistível, e Lucille Ball garante o interesse por* Mame *(no 7, às 15h), que foi bem mais divertido na versão não musical estrelada por Rosalind Russell.*

Na terça, as opções se dividem entre Como Nasce um Bravo *(no 4, às 14h30m), um* western *diferente de Delmer Daves sem seus personagens típicos, cuja estrela é a ex-mulher de Marlon Brando, e outro espetáculo do gênero,* Quem Foi Jesse James? *(no 11, às 21h), baseado na vida dos legendários assaltantes, sob a direção de Nicholas Ray. E ainda* Os Três Mosqueteiros *(no 7, às 25h), um musical de grande inventividade com Gene Kelly num grande momento de sua carreira de coreógrafo.*

Quarta-feira, apenas O Incrível Exército de Brancaleone *(no 4, às 23h35m), um dos pontos altos da filmografia de Mario Monicelli, com Vittorio Gassman magnífico de comicidade e bom elenco de apoio, entre ele Gian Maria Volonté, agora engajado em filmes de conteúdo político-social.*

Nada a destacar na quinta, mas Cavalgada Trágica *(no 4, às 14h30m), um* western *correto de Budd Boetticher com o indefectível Randolph Scott, pode ser visto sem sacrifício.*

Na sexta é igualmente um western *a recomendação:* A Última Carroça *(no 11, às 21h), também de Delmer Daves, com boa atmosfera e ritmo seguro, prejudicado por uma forte implausibilidade no final. A mocinha é Felicia Farr, mulher de Jack Lemmon na vida real.* (H.G.)

Segunda-feira, 23:
14h30m — Canal 4 — Colinas Movediças (The Walking Hills). Americano (49) de John Sturges, com Randolph Scott, Ella Raines, Arthur Kennedy. (Cor)
15h — Canal 7 — A Delícia de um Dilema (Rally Round the Flag, Boys). Americano (59) de Leo McCarey, com Paul Newman, Joanne Woodward. (Cor)
21h — Canal 6 — Fabricantes de Ilusões (The Fiction Makers). Americano (66) de Roy Ward Baker, com Roger Moore, Sylvia Syms, Justine Lord. (Cor)
21h — Canal 7 — Eldorado (El Dorado). Americano (66) de Howard Hawks, com John Wayne, Robert Mitchum, James Caan, Charlene Holt. (Cor)
21h — Canal 11 — Hércules Contra o Pirata Sinistro (Hercule and the Black Pirate). Italiano (63) de Luigi Capuano, com Alan Stell. (Cor)
22h35m — Canal 4 — Cidade das Ilusões (Fat City). Americano (73) de John Huston, com Stacy Keach, Jeff Bridges, Susan Tyrrel, Candy Clark. (Cor)
0h05m — Canal 7 — As Chuvas de Ranchipur (The Rains of Ranchipur). Americano (55) de Jean Negulesco, com Lana Turner, Richard Burton. (Cor)

Terça-feira, 24:
14h30m — Canal 4 — Como Nasce um Bravo (Cowboy). Americano (58) de Delmer Daves, com Glenn Ford, Jack Lemmon, Anna Kashfi, Brian Donlevy (Cor)
15h — Canal 7 — Os Três Mosqueteiros (The Three Musketeers). Americano (48) de George Sidney, com Gene Kelly, Lana Turner, Van Heflin. (Cor)
21h — Canal 11 — Quem Foi Jesse James? (The True Story of Jesse James). Americano (57) de Nicholas Ray, com Robert Wagner, Jeffrey Hunter (Cor).
23h35m — Canal 4 — A Fuga do Planeta dos Macacos (Escape From the Planet of the Apes). Americano (81) de Don Taylor, com Kim Hunter, Sal Mineo. (Cor)
0h50m — Canal 7 — Sob o Signo da Vingança (White Lighting). Americano (73) de Joseph Sargent, com Burt Reynolds, Jennifer Billingsley. (Cor)

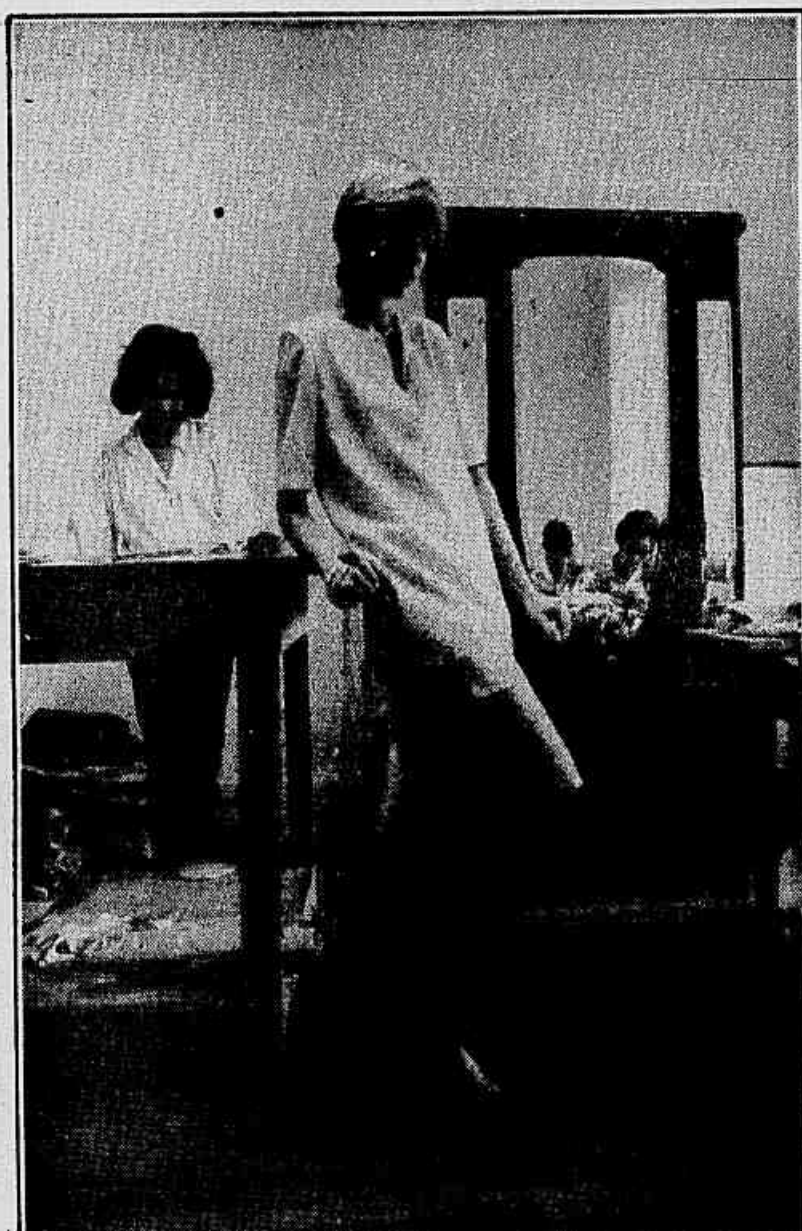
Quarta-feira, 25:
14h30m — Canal 4 — Sétima Cavalaria (The Seventh Cavalry). Americano de Joseph H. Lewis, com Randolph Scott, Barbara Hale, Frank Faylen. (Cor)
15h — Canal 7 — Mame (Mame). Americano (74) de Gene Saks, com Lucille Ball, Robert Preston, Beatrice Arthur, Bruce Davison, Jane Connel. (Cor)
21h — Canal 7 — Os Turbantes Vermelhos (Long Duel). Britânico (67) de Ken Annakin, com Yul Brynner, Trevor Howard, Harry Andrews. (Cor)
23h35m — Canal 4 — O Incrível Exército de Brancaleone (L'Armata Brancaleone). Ítalo-franco-espanhol (65) de Mario Monicelli, com Vittorio Gassman. (Cor)
0h05m — Canal 7 — Sangue nas Montanhas (Un Fiume di Dollari). Italiano (66) de Carlo Lizzani, com Thomas Hunter, Henry Silva, Dan Duryea. (Cor)

Quinta-feira, 26:
14h30m — Canal 4 — Cavalgada Trágica (Comanche Station). Americano (70) de Budd Boetticher, com Randolph Scott, Nancy Gates, Claude Akins. (Cor).
15h — Canal 7 — Viva Las Vegas (Meet Me in Las Vegas). Americano (56) de Roy Rowland, com Dan Dailey, Cyd Charisse, Agnes Moorehead. (Cor)
21h — Canal 6 — O Refém (Hostage). Americano (Cor)
21h — **Canal 11** — Os Filhos do Dragão (Men of the Dragon). **Americano (74) de Harry Falk, com Jared Martin, Katie Saylor, Joseph Wiseman.** (Cor)
23h35m — **Canal 4** — Sangue de Pistoleiro (Gunman's Walk). **Americano (58) de Phil Karlson, com Van Heflin, Tab Hunter, Kathryn Grant.** (Cor)
0h05m — **Canal 7** — O Moço de Filadélfia (The Young Philadelphians). Americano (59) de Vincent Sherman, com Paul Newman, Barbara Rush. (P&B)

Sexta-feira, 27:
14h30m — Canal 4 — O Tirano da Fronteira (Savage Wilderness). Americano (55) de Anthony Mann, com Victor Mature, Guy Madison, Anne Bancroft. (Cor)
15h — Canal 7 — Tormentas do Matrimônio (Critic's Choice). Americano (62) de Don Weiss, com Bob Hope, Lucille Ball, Marilyn Maxwell. (Cor)
21h — Canal 7 — Scobie Malone (Scobie Malone). Americano-australiano de Terry Ohlsson, com Jack Thompson, Judy Morris, Shane Porteous. (Cor)
21h — Canal 11 — A Última Carroça (The Last Wagon). Americano (56) de Delmer Daves, com Richard Widmark, Felicia Farr, Susan Kohner. (Cor)
23h — Canal 4 — Vidas Cruzadas — A Vida Íntima dos Médicos (Doctor's Private Lives). Americano (78) de Steven Stern, com John Gavin. (Cor)
23h — Canal 6 — A Voz do Sangue (Behold a Pale Horse). Americano (64) de Fred Zinnemann, com Gregory Peck, Anthony Quinn, Omar Sharif. (P&B)
0h05m — Canal 7 — Batalha em Riacho Comanche (Gunfight at Comanche Creek). Americano (63) de Frank Mc Donald, com Audie Murphy, Ben Cooper. (Cor)
1h35m — Canal 4 — A Caçada Mortal (Death Stalk). Americano (74), de Robert Day, com Vince Edwards, Carol Linley, Anjanette Comer. (Cor).

A MULHER MODERNA DEVE SER "SEXY" TAMBÉM

Na sala das costureiras, o manequim Vicky Laus mostra o conjunto de linho verde-água, com imensa borboleta em tom um pouco mais forte aplicada no *top* de alças.

Calça de linho xadrez lilás e branco, blusa de linho amarrada na frente e decote ousado e *blazer* de linho grosso lilás com gola de lapela bem fina

Bem seco, o duas-peças de seda lilás em dois tons. A blusa comprida tem o acabamento do decote na mesma cor da saia. O comprimento é na altura do joelho e o complemento, ideal e a sapatilha, sem salto

Bem primaveril o vestido branco de piquê com detalhes em organza deixando entrever as pernas. O casaco de gola dupla amarrado por fita de gorgorão na cintura é de organza

Mais parece um pajem medieval descansando sobre as compridas mesas de corte. O *short* é de piquê branco, contrastando com a blusa de organza transparente e faixa na cintura de *matelassé* lilás

Rolos e mais rolos de tecidos estocados servem de fundo para o conjunto de três peças em *lingerie* lilás com detalhes brancos. Calça bem folgada nos quadris, *top* de alças com barra branca e jaqueta com gola também branca

Maria Lucia Rangel

A Maria Bonita faz roupa para mulheres reais. Aquela mulher moderna, ativa, feliz, de preferência inteligente. E, principalmente, faz uma roupa sexy, "porque mulher tem que ser sexy". Maria Cândida Farias Sarmento veio do Nordeste, lá de Maceió, e tem hoje — com a sócia também alagoana Malba Pimentel Paiva — uma das lojas mais bem montadas de Ipanema. São quatro andares na Rua Montenegro que vende o que ela cria na fábrica do Largo dos Leões, uma casa antiga, de largos corredores, portas duplas almofadadas, escadaria com corrimão de madeira trabalhada, pé direito imenso e cerca de 90 funcionários operando desde as comuns máquinas de costura até a maquinaria pesada, cada vez mais indispensável.

Paris, para Maria Cândida, tem atualmente uma moda muito criativa, mas "esquecem-se de colocar a mulher dentro da roupa". Assim, ela prefere inspirar-se em Nova Iorque, onde encontra a feminilidade e a sofisticação. São três ou quatro viagens anuais que chegam a provocar a ironia de certos amigos: "Já vai copiar, ver roupinhas."

— Mas não é bem assim — diz a estilista. — Não temos realmente uma moda brasileira, mas também não podemos fazer a européia ou americana. O clima é diferente, assim como a mulher. De qualquer maneira, é impossível não se guiar pelo que vemos lá fora. No início da minha confecção eu não viajava. Mas hoje, gosto muito mais do que faço.

O próximo verão da Maria Bonita já teve seus tecidos comprados em janeiro último ("compro na Tecelagem Brasil, Braspérola, Werner e T. Gabriel"). É um dos problemas por que passam os que trabalham com moda e que Maria Cândida resolveu, estocando material. Os tons da coleção que irá lançar a partir de amanhã, já para a primavera, são os pastéis. A estamparia tropical foi usada em escala mínima:

— Os tons chamados acidulados, que costumo chamar assabonetados — rosa Lever, verde Gessy — não fiz. Acho que envelhecem a mulher.

Assim, Maria Cândida optou pelo branco ("A cor que mais amo"), o lilás, o cáqui, o cinza ("Vou misturá-lo com branco e salmão"), **ton sur ton** e detalhes brancos:

— O forte em matéria de tecidos é o linho, que eu amo, e a cambraia de linho. Amassa sim, mas quanto mais amassada, ao contrário da seda, mais bonita fica. Usei também um pouco de crepe, **lingerie**, piquê e pouquíssimo **seersuckers**. A anarruga está muito na moda e cansará rapidamente.

Fugir do que cansa rápido, de tudo aquilo que irá ser consumido avidamente para logo depois cair no esquecimento, é preocupação de todo confeccionista:

— Não se pode fazer tudo o que está na moda — explica Cândida. É preciso, isso sim, seguir uma linha de tecido e de estilo. Procuro fazer sempre as peças combinando entre si. É uma maneira de a mulher não parecer uniformizada.

É de cerca de 6 mil peças mensais a produção da Maria Bonita. Para quem começou fazendo roupas para as amigas em Maceió, a fábrica tornou-se grande demais, "e pequena para ser considerada uma indústria":

— Comecei comprando uma máquina para fazer **overlok** (acabamento), mas é preciso aparelhar-se cada vez mais. A mão-de-obra não é boa e a máquina acaba sendo um substituto.

Uma maquinária completa para calças e agora para malhas, são dois do orgulhos das donas de Maria Bonita, que exportam para todo o Brasil — principalmente São Paulo — e alguns países da América do Sul, como Argentina, Venezuela e Chile. No Rio, suas roupas estão à venda somente na loja da Rua Montenegro. De certa maneira, mesmo impondo uma moda, Maria Cândida mostra-se bem elástica em suas opiniões sobre o vestir:

— Hoje em dia a mulher tem muita liberdade. Ela veste o que gosta, de modo muito pessoal. Não adianta vestir o que não vai com seu estilo. O mais importante é se sentir bem dentro de uma roupa.

TENDÊNCIAS DA COLEÇÃO PRIMAVERA/80 DA MARIA BONITA

* *Comprimentos mais curtos*
* *Ombros menos estruturados*
* *Tons mais suaves*
* Blazers *mais retos e mais curtos*
* *Linha mais reta, mostrando mais o corpo da mulher*
* *Sugestão de transparências*

JORNAL DO BRASIL

DEVELOPPEMENT • le soleil • ZYCIE WARSZAWY • Le Monde • EXCELSIOR • EL PAIS • Frankfurter Rundschau • 朝日新聞

FORUM DU Die Presse • ПОЛИТИКА • ΤΟ ΒΗΜΑ • EL MOUDJAHID • INDIAN EXPRESS • DAWN • Magyar Nemzet • LA STAMPA

ESPECIAL

RIO DE JANEIRO, DOMINGO,
22 DE JUNHO DE 1980

"Nós, membros das Nações Unidas, proclamamos solenemente nossa unânime determinação de trabalhar urgentemente em prol do estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional, baseada na justiça, na igualdade soberana, na interdependência, no interesse comum e na cooperação entre todos os Estados, independentemente de seu sistema econômico e social, que corrigirá as desigualdades e injustiças atuais, permitindo que se elimine o fosso cada vez maior entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento..."
(Declaração sobre a instauração de uma nova ordem econômica internacional, adotada por unanimidade no dia 1º de maio de 1974, pela VI Assembléia Especial das Nações Unidas.)

Um impasse, uma saída

Jean Schwoebel

CONVIDADO pelo diário polonês **Zycie Warszawy**, um dos 17 jornais mundiais que, em 1979, resolveram publicar trimestralmente um suplemento comum destinado a defender a instauração de uma nova ordem econômica internacional, através de um diálogo permanente entre a imprensa internacional e as instituições do sistema da ONU, o Comitê Editorial deste Suplemento se reuniu no mês passado em Varsóvia, onde desfrutou da calorosa e tradicional hospitalidade dos poloneses. Ardorosos defensores das Nações Unidas e de uma crescente cooperação entre o Leste e o Oeste, os poloneses também testemunharam — o que não causa surpresa — o seu desejo de figurar entre os pioneiros de um amplo diálogo Leste-Oeste-Sul em favor de uma nova ordem econômica internacional, que, segundo se evidencia cada vez mais claramente, é o único meio de resolver os problemas de justiça, de eficácia e de ordem econômica que se apresentam de maneira grave a toda a humanidade.

Ora, exatamente no dia 26 de agosto próximo instala-se em Nova Iorque a Oitava Assembléia Extraordinária das Nações Unidas, para tratar do duplo tema da terceira década do desenvolvimento que se inicia e da cooperação econômica internacional. Convocada para constatar oficialmente o duplo insucesso das duas primeiras décadas e daquilo que é conhecido como o diálogo Norte-Sul, iniciado depois que as Assembléias Extraordinárias anteriores da ONU, em 1974 e 1975, proclamaram a urgente necessidade de instaurar uma nova ordem econômica internacional, a Assembléia vai, portanto, examinar os meios de desemperrar esse diálogo, hoje num impasse total.

Não se trata apenas do desenvolvimento, mas também da própria sobrevivência de grande número de países que se encontram à beira da bancarrota e ameaçados pela fome. Trata-se também da expansão e da prosperidade dos países industrializados cuja situação econômica se deteriora lentamente. Ao mesmo tempo, apesar de todos os medos, de todos os preconceitos e de todos os egoísmos, desperta em toda parte a consciência de que a manutenção da paz social e da paz internacional no futuro vai depender literalmente da instauração de uma nova ordem internacional mais justa, baseada na solidariedade entre os homens.

Aos jornais que participam deste Suplemento Mundial pareceu então perfeitamente indicado, na véspera dessa importante assembléia extraordinária da ONU, apresentar aos seus leitores algumas reflexões sobre as causas do atual bloqueio do diálogo Norte-Sul e os meios de sair do impasse. Esta é, aliás, uma das nossas responsabilidades: esclarecer os governantes, os técnicos, os especialistas a respeito das profundas aspirações e preocupações do homem da rua, hoje cada vez mais convicto de que a ciência e a tecnologia, por mais avançadas que estejam, são absolutamente incapazes de resolver os angustiantes problemas do tempo presente, se não forem apoiadas por uma forte vontade política, baseada, esta, em imperativos de justiça e respeito ao ser humano.

É precisamente o que destacam, neste Suplemento Mundial nº 5, os jornais **Le Monde** (França) e **El Moudjahid** (Argélia), que constatam a ausência dessa vontade política na maioria dos países, particularmente nos industrializados, dos quais depende a instauração de uma nova ordem econômica internacional. Estes, entretanto, segundo **Politika** (Iugoslávia), serão levados pela força dos acontecimentos e das necessidades exteriores a aceitar pouco a pouco esta nova ordem que atualmente rejeitam. Enquanto esperam, diz o **Indian Express** (Índia), os países em desenvolvimento só podem contar com seus próprios recursos e vão ser obrigados a seguir a via da "autonomia coletiva", apoiando-se nos mais industrializados dentre eles, particularmente, a Índia.

Dentro de um enfoque sensivelmente diferente, o **Asahi Shimbun** (Japão), depois de lembrar que a experiência japonesa não pode absolutamente se aplicar aos países em desenvolvimento, pronuncia-se a favor da continuação paciente e perseverante das negociações sobre a nova ordem econômica internacional.

Quanto a **To Vima** (Grécia), apresenta, em artigo do prof. Angelos Angelopoulos, uma solução concreta para um dos problemas mais preocupantes da hora atual: o endividamento catastrófico dos países em desenvolvimento. A esse respeito, **Dawn** (Paquistão) lamenta que o relatório da Comissão Brandt, aliás tão positivo, não adiante nenhuma proposta concreta. Finalmente, **Zycie Warszawy** (Polônia), que se estende logamente sobre a política do pleno emprego na Polônia, conclui que o progresso econômico e social não se pode efetuar sem o aumento da eficácia e da qualidade do trabalho.

As contribuições do sistema das Nações Unidas para este suplemento destacam igualmente os problemas mais urgentes que a Assembléia deve abordar em caráter prioritário. Em primeiro lugar a fome. Depois, o superendividamento dos países pobres... sem esquecer a reforma das estruturas da economia mundial responsáveis pela solução de todos os outros problemas. Uma dessas contribuições manifesta o desejo de que a ONU dê provas de coragem e imaginação, inspirando-se, entre outras, nas sugestões da Comissão Brandt e particularmente na idéia de criar um imposto internacional que incida sobre os orçamentos de defesa.

Jean Schwoebel é o coordenador-geral do Suplemento Mundial.

ΤΟ ΒΗΜΑ

To Vima Atenas, Grécia

AS DÍVIDAS DO TERCEIRO MUNDO AMEAÇAM O SISTEMA INTERNACIONAL

Angelos Angelopoulos

Bruno Liberati

UM dos mais graves problemas de nossa época é constituído pelas dívidas dos países em desenvolvimento que, por seu vulto enorme, ultrapassam os orçamentos nacionais e ameaçam, ao mesmo tempo, as bases do sistema econômico e financeiro mundial.

Apesar de o índice de crescimento do PNB dos países não produtores de petróleo em desenvolvimento, durante a década de 70, ter sido superior ao dos desenvolvidos (5,4% contra 3,5%), a situação financeira, em geral, deteriorou-se muitíssimo.

A causa primária foi o aumento do preço do petróleo, cujas maiores vítimas foram os países do Terceiro Mundo. Grande parte da soma paga pelos países industrializados na compra de petróleo retornou-lhes em forma de compras de bens e serviços, mas tal não ocorreu com os países em desenvolvimento, cujas exportações para os países produtores de petróleo foram muito limitadas. Assim, esses países viram-se obrigados a cobrir seus grandes déficits através de novos empréstimos.

A conseqüência direta dessa situação foi o impressionante aumento de sua dívida externa, que subiu de 120 bilhões de dólares em 1973, segundo o Banco Mundial, para 340 bilhões de dólares no final de 1979.

Isso indica que os países em desenvolvimento têm de pagar anualmente uma soma enorme pelos serviços dessa dívida externa, os quais atingirão o montante de 49 bilhões de dólares, segundo o último relatório da UNCTAD. Mas, se se levar em consideração o recente aumento de juros no mercado internacional, o preço desses serviços, em 1980, poderá ser pelo menos da ordem dos 60 bilhões de dólares!

Como podem os países enfrentar tais compromissos? Recorrendo a novos empréstimos, como na realidade acontece. Mas há limites para os créditos. As autoridades monetárias dos Estados Unidos e do Japão já aconselharam seus bancos a serem prudentes nos financiamentos concedidos a países do Terceiro Mundo. Se os bancos interromperem ou limitarem seus financiamentos perpétuos, a bancarrota dos países em desenvolvimento tornar-se-á inevitável. Essa bancarrota colocaria em perigo a sobrevivência dos grandes bancos privados, que são os principais fornecedores de empréstimos.

Essa grave situação tem porque causar alarme e é de se esperar que leve os responsáveis pela política internacional a refletir e agir antes que seja tarde demais. Manter a situação atual é correr o risco, a curto prazo, de um colapso financeiro bem pior que o de 1929, com repercussões que poderão acarretar o total solapamento das bases do sistema financeiro e monetário internacional.

O que pode ser feito para evitar tal crise?

Antes de tudo, devemos dar aos países em desenvolvimento a oportunidade de adiar por certo tempo — cinco anos no mínimo — o pagamento dos serviços de velhas dívidas. Metade da quantia economizada por esse adiamento deveria ser obrigatoriamente utilizada para novas encomendas aos países industrializados aos quais os serviços teriam de ser pagos. Criar-se-ia desse modo uma "demanda efetiva" de novos bens de capital e serviços relacionados, capaz de induzir os empresários dos países industrializados a fazer novos investimentos.

Se, como já propus, essa tática pudesse ser combinada a uma segunda — a concessão de empréstimos sem juros, por um período de cinco anos, pelos países industrializados — criar-se-ia também uma segunda demanda, capaz de contribuir a seu modo para a recuperação das economias desses mesmos países.

Os empresários de uma "economia de mercado", como sabemos, hesitam em fazer novos investimentos quando não têm certeza de que a produção resultante desses investimentos irá ser consumida. Se faltam consumidores no interior do país, como na realidade é o caso, convém procurá-los noutras partes. Só os países em desenvolvimento, que necessitam de equipamentos básicos para seu progresso, podem tornar-se consumidores valiosos para absorver a nova produção dos países industrializados.

Tal sistema de financiamento — que supõe a aplicação da teoria keynesiana em escala internacional — é a única solução para enfrentar a recessão econômica internacional e fazer face ao problema do ultra-endividamento dos países não produtores de petróleo em desenvolvimento.

Se quisermos evitar o pior, é chegado o momento de refletir e, enquanto há tempo, tomar medidas adequadas. A necessidade de cooperação não é apenas uma questão de solidariedade mundial, mas também de interesse vital para todos os países, tanto do Norte quanto do Sul.

Não se deve esquecer que as relações comerciais entre eles envolvem uma soma de 500 bilhões de dólares a cada ano, que as companhias multinacionais do Norte investiram 80 bilhões de dólares em países do Sul e que o Sul deve ao Norte o montante de 400 bilhões de dólares. Qualquer interrupção nessas relações ameaça a existência da economia internacional.

Se não adotarmos uma nova política de cooperação construtiva entre o Norte e o Sul, será difícil evitar os danosos efeitos em cadeia de recessões sucessivas, ou mesmo as reações violentas que significariam inevitavelmente, em todo o mundo, uma ameaça à paz.

O professor Angelos Angelopoulos, governador honorário do Banco Nacional da Grécia, é autor do livro For a New Policy of International Development, que tem também edições em francês, alemão, espanhol e italiano.

PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO

João Paulo dos Reis Velloso

QUE resta dos sonhos de 20 anos atrás, dos ideais de Kennedy com a Aliança para o Progresso, das perspectivas criadas pelos primeiros passos da UNCTAD, das inúmeras outras iniciativas da ONU, dos programas ambiciosos de cooperação para o desenvolvimento criados por países desenvolvidos?

Muito pouco. De concreto, o Banco Mundial e o BID (para nós da América Latina). E a nostalgia de algo que quase chegou a acontecer.

É que a conversa mudou muito.

A pobreza só é instrumento de barganha na medida em que os ricos têm uma certa escala de valores. Se as preocupações dos países desenvolvidos são outras — poluição, desemprego, inflação, crise do petróleo — tentar usar a pobreza e a justiça social (em âmbito mundial) como argumento é como fazer comício sem microfone: o orador fica rouco e pouca gente se motiva.

O subdesenvolvimento do Grupo dos 77 só constitui ameaça à tranqüilidade do mundo desenvolvido a longo prazo, ou em determinadas circunstâncias. Por isso, a tomada concreta de decisões concessionais passa por períodos de hibernação.

E é preciso, realisticamente, considerar que o abalo provocado pela crise do petróleo, levando as nações industrializadas, tradicionalmente superavitárias, a grandes déficits em conta corrente no balanço de pagamentos, passou a constituir, para elas, preocupação dominante. A isso se alia a grande dependência política criada, para quase todas, pela necessidade de garantir o suprimento de petróleo.

A indagação natural, após essas constatações, é se, objetivamente, existe algo a fazer.

Cremos que sim.

As Negociações Multilaterais de 1978, a respeito do código de incentivos às exportações, foram, em geral, um bom resultado para os subdesenvolvidos. As normas hoje prevalecentes, no GATT, são consistentes com a razoável abertura dos mercados de países industrializados à exportação de manufaturados leves e semimanufaturados dos países em desenvolvimento.

A simples perspectiva de não serem criadas novas barreiras, tarifárias e não tarifárias, já é algo bastante promissor, embora esteja sujeita a sobressaltos, freqüentemente.

Por outro lado, o sistema financeiro internacional está desempenhando bem o seu papel de reciclagem dos petrodólares. Esperamos que essa atuação continue normalmente, sabendo que as condições básicas da liquidez internacional são a isso favoráveis.

Fora daí, é inegável que os países subdesenvolvidos devem confiar ao seu próprio esforço a tarefa de tornar mais diversificadas, menos desequilibradas e menos pobres as suas economias. Mesmo o papel do investimento direto estrangeiro — relevante em alguns setores — não pode ser mais que complementar, talvez podendo trazer uma boa contribuição às exportações.

Pode-se, realisticamente, esperar algo mais?

Talvez, dentro de um esquema que chamaríamos de esforço calculado.

Não parece ser realista esperar dos desenvolvidos o cumprimento de nenhum compromisso ambicioso em relação ao mundo subdesenvolvido. Mas talvez seja viável que eles se disponham a tomar a decisão política, seriamente, de não criar obstáculos adicionais às exportações dos subdesenvolvidos.

Assim, ao invés de recorrer a direitos compensatórios, ou mecanismos semelhantes, poderiam reorganizar as suas indústrias menos competitivas, ou abster-se de dar-lhes maior proteção. Esse seria um esforço calculado — menos que um risco calculado — e assim se evitaria muito desestímulo e sobressalto para economias jovens, capazes de revelar poder de competição em vários setores industriais.

João Paulo dos Reis Velloso, master em Economia pela Universidade de Yale, ex-Ministro do Planejamento dos Governos Medici e Geisel, é atualmente diretor da Veplan.

EL MOUDJAHID
Argel, Argélia

Do diálogo Norte—Sul ao direito dos povos em desenvolvimento

Abdelouahab Keramane

SE os diferentes recintos internacionais não esperaram a década de 70 para abrigar as discussões sobre as relações econômicas entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, pode-se considerar que o diálogo entre o Norte e o Sul tomou uma dimensão verdadeiramente nova em 1974, por ocasião da realização da sexta sessão extraordinária da Assembléia-Geral das Nações Unidas.

Essa sessão representou sem dúvida um importante avanço no plano conceitual, como o atesta, em particular, a adoção de uma declaração e de um programa de ação concernentes à instauração de uma nova ordem econômica internacional, como também a de uma carta dos direitos e deveres econômicos dos Estados, na sessão seguinte.

Desde então, outras conferências contribuíram para reforçar o movimento, como por exemplo a segunda ONUDI, realizada em Lima em 1975. De recintos universais a fóruns especializados, a história do diálogo Norte—Sul durante os últimos anos foi contudo a de uma sucessão de esperanças malogradas, de manobras abortadas mas repetidas, de confrontações evitadas a custo de fracassos mais ou menos confessos, com alguns momentos eventuais levando a uma insinuação de progresso ou mesmo à adoção de medidas paliativas.

Depois que o ano de 1979 assistiu à esterilização da conferência de Viena sobre ciência e tecnologia e ao infrutífero desenrolar da quinta CNUCED (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), em Manilha, e que o início do ano de 1980 já viu chegar a um impasse, em Genebra, a conferência para a revisão da convenção de Paris, enquanto a terceira ONUDI (Organização das Nações Unidas para Desenvolvimento Industrial), encerrava-se em Nova Deli com o duplo fracasso de uma confrontação, o recinto das Nações Unidas abriu-se em 31 de março para os trabalhos da comissão encarregada da preparação das negociações globais. Por que, num tal contexto, essas negociações? Que significa seu lançamento? E que podemos esperar de concreto?

Essas interrogações remetam à análise das causas da deterioração do diálogo Norte-Sul, associada ao exame da evolução recente da situação econômica internacional. Com efeito, admitindo-se que a causa fundamental do fracasso do diálogo reside na recusa das economias desenvolvidas em ceder uma parcela que seja de sua dominação sobre o Terceiro Mundo, não deixa de ter interesse interrogar-se sobre as formas e aparências que essa recusa assume, como também observar, na evolução da situação econômica mundial, os sinais de mudança que poderiam ter conseqüências positivas para retomada do diálogo.

Através das conferências internacionais, a recusa das potências dominantes em negociar revestiu as formas mais diversas. Assim, enquanto toda e qualquer ação, no domínio da transferência de tecnologia, passa necessariamente pelas empresas que detêm e veiculam essa tecnologia, o país desenvolvido declara-se incapaz de orientar, instigar ou obrigar ao que quer que seja sua livre empresa, o que porém não o impedirá de ser seu porta-voz na defesa de seus interesses, num estágio posterior das negociações.

Uma medida de proteção do poder de compra das receitas de exportação dos países em via de desenvolvimento requer um mecanismo de indexação, ou será que a realização do objetivo de Lima, visando garantir para o Terceiro Mundo 25% da produção industrial mundial no horizonte 2000, depende da fixação de objetivos setoriais ou regionais? Os países do Norte rejeitam categoricamente tudo o que possa aparentar-se a uma planificação em escala mundial, enquanto os mecanismos de indexação ou as formas de planificação multiplicam-se em seu próprio interior ou nas relações que eles mantêm entre si.

Um representante do Terceiro Mundo defende porventura a necessidade de ações urgentes e importantes nos domínios da alimentação e da agricultura? Não é raro que lhe falem da necessidade de levar em consideração o papel representado, nos países ricos, pela opinião pública e o parlamento.

No sem-fim de subterfúrgios utilizados para perpetuar um diálogo infecundo, pode-se citar os debates consagrados pela comissão plenária — instituída na ONU para prosseguir o diálogo fracassado em Paris — à questão de saber se ela tinha por mandato a negociação em si ou a simples troca de opiniões; pode-se citar igualmente a transferência da discussão de um determinado assunto de um fórum para outro. Nesse contexto, as tentativas de divisão da frente oposta pelo Terceiro Mundo ocuparam um lugar de destaque, sobretudo através da questão energética.

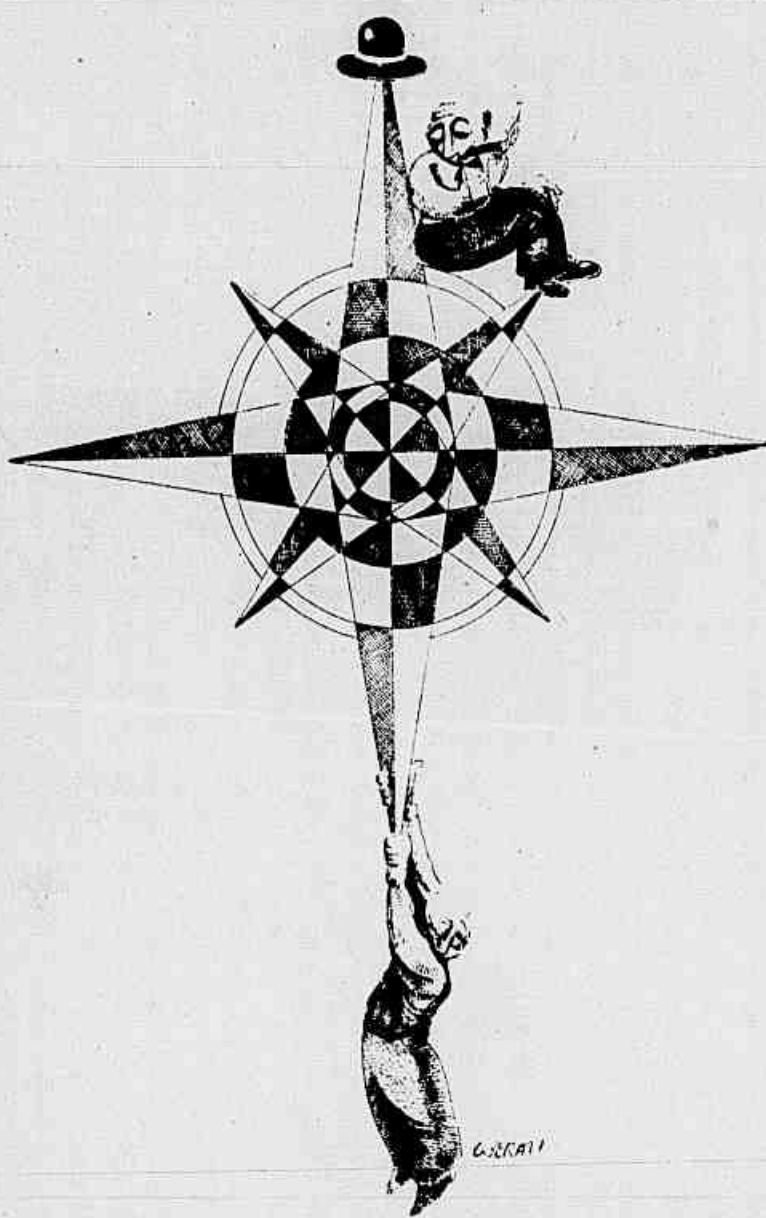
Transparece então que a recusa em negociar verdadeiramente, conjugada sem confrontação com o apelo do diálogo, constituiu para os países desenvolvidos a fachada por trás da qual podia ser estendida a reabsorção de uma dificuldade percebida em 1974 como passageira turbulência.

A evolução da situação econômica mundial permite perpetuar a mesma abordagem? A crise econômica, no mundo ocidental, acha-se consagrada hoje em dia como um fenômeno estrutural. O preço da energia, após figurar por longo tempo como o principal bode expiatório, já não consegue servir de biombo para as causas verdadeiras dessa crise, como de resto o assinalam alguns dos próprios responsáveis pelas economias desenvolvidas.

A noção de interdependência remete a novos fracassos. Embora isso não tenha impedido certas medidas protecionistas, o papel menor ou nulo das importações provenientes do Terceiro Mundo em desemprego, que as economias ocidentais conhecem, foi analisado e demonstrado. Pelo contrário, há inquietações cada vez maiores quanto ao efeito desastroso que teria, para alguns países desenvolvidos, uma diminuição do ritmo de desenvolvimento — e, por conseguinte, da demanda, sobretudo em equipamentos — dos países do Terceiro Mundo.

Embora continue a ser objeto de exploração, para uso interno, a questão da energia é apreciada em novos termos. Numerosas vozes ocidentais ergueram-se para colocar o problema da energia em sua verdadeira dimensão, a do espectro da penúria por falta de disponibilidades, e relativizar em conseqüência a questão do preço.

A coragem política que até agora faltou aos países do Norte, nesse domínio, estaria prestes a manifestar-se?

Paralelamente, a situação do sistema monetário internacional torna-se cada vez mais inaceitável, mesmo para os que, por longo tempo, souberam tirar partido de suas regras de jogo.

Tudo é feito para que o tema permaneça um tabu, nas negociações internacionais, mas já não se tenta ocultar o desmoronamento do sistema de Bretton Woods, o que remete à questão de sua substituição por um sistema que abrisse lugar para os recém-chegados à arena econômica internacional.

Enfim, cansados pelo fracasso das estratégias para o primeiro e o segundo decênios do desenvolvimento, os países do Terceiro Mundo abordam o terceiro decênio em termos novos. A enorme progressão de sua dívida mostra que uma mutação se impõe, mesmo para os países do Norte mais recalcitrantes, na consideração dos problemas do desenvolvimento. A situação dos países menos avançados não pára de deteriorar-se, o que acrescenta uma nota alarmante quanto ao futuro desses desafortunados.

Assim, a evolução da situação econômica internacional, através do conjunto de suas facetas, como o turvamento do horizonte político em todo mundo, reclamam com urgência a restauração de uma negociação verdadeira entre o Norte e o Sul.

Exigidas pelos países em desenvolvimento, as negociações globais representam seguramente uma tentativa para tirar o diálogo Norte—Sul da mesmice em que ele foi colocado, concentrando-se no ambiente único e universal das Nações Unidas os temas das matérias-primas, do comércio, do desenvolvimento, e os problemas monetários e financeiros habitualmente discutidos em diferentes instâncias. Incluindo a questão da energia, essas negociações deveriam permitir desfazer os álibis que entravaram nos últimos anos os debates econômicos internacionais. Mas elas visam sobretudo oferecer um quadro novo à disposição das vontades políticas que poderiam manifestar-se na conjuntura econômica internacional atual.

Num discurso pronunciado perante a Assembléia-Geral das Nações Unidas, reunida em sessão extraordinária em 1974, o presidente Boumédiène declarou: "Inscrever a ação do desenvolvimento numa dialética de luta, no plano internacional, e contar antes de tudo consigo e com seus próprios meios, no palco interno, aparecem assim, cada vez mais, como os dois componentes básicos da única opção que se impõe aos países em via de desenvolvimento".

Mais do que nunca, essa opção é necessária, e o princípio de contar com as próprias forças define-se tanto para cada país, tomado isoladamente, quanto para o Terceiro Mundo em geral, como um conjunto de países. Nessa perspectiva, a cooperação Sul-Sul, que estabeleceu um programa de ação em Arusha e definiu as diretrizes da autonomia coletiva em Havana, encontra-se ainda reforçada pelas decisões tomadas em março de 1980, em Nova Iorque, pela conferência ministerial do grupo dos 77.

A luta no plano internacional exige sobretudo que seja mantida a pressão sobre o mundo desenvolvido, o que pode ser feito através das negociações globais. Mas o sucesso dessas negociações depende da vontade política dos países desenvolvidos. Irão eles entregar-se às escapatórias habituais ou a novas demonstrações de gala que servem de biombo para sua recusa em negociar? Farão o mínimo que lhe impõe o estado de recessão de sua economia, continuando a ignorar os problemas do desenvolvimento?

Tudo isso dependerá, em definitivo, do tempo de que precisarão para considerar que as necessidades do desenvolvimento passam por uma reestruturação em profundidade das relações econômicas internacionais e aceitar que as reivindicações do Terceiro Mundo deixem de ser percebidas como pedidos de assistência para serem, ao contrário, analisados em sua dimensão autêntica como o direito dos povos ao desenvolvimento.

Abdelouahab Keramane é diretor-geral de Relações Econômicas do Ministério das Relações Exteriores da República Democrática e Popular da Argélia.

Magyar Nemzet
Budapeste, Hungria

TEORIA E PRÁTICA

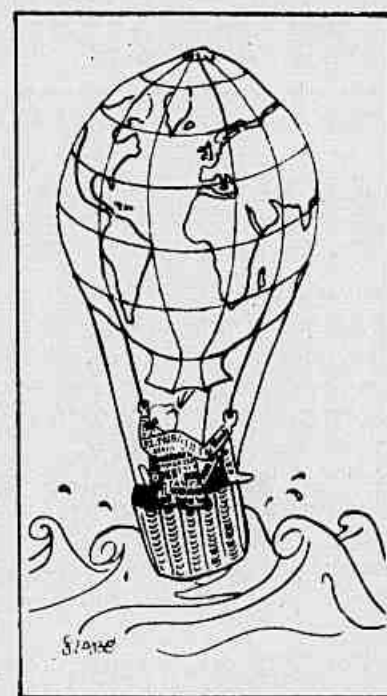
Mikos Beke

OS livros já escritos sobre os países em desenvolvimento dariam para encher uma biblioteca. O fato pode inspirar orgulho, indicando que ainda há muito interesse pelos países pobres, que perderam toda a esperança de alcançar os desenvolvidos, e que ainda se fazem tentativas para encontrar os caminhos e os meios de ajudá-los. Mas até hoje não foi provado — e talvez seja um indício positivo — que esses estudos tenham tido utilidade, que essas montanhas de papel tenham melhorado de algum modo a sorte do Terceiro Mundo. A teoria, sem dúvida, tem sua importância: nenhuma ajuda eficaz é imaginável sem uma análise aprofundada; mas a prática não se pode contentar, à guisa de ponto de partida, apenas com as conclusões das análises científicas, e pouco se fez até agora que possa ser qualificado como ajuda efetiva dos países desenvolvidos às nações em desenvolvimento.

É verdade que algumas obras de excepcional importância despertaram a atenção do mundo. Tais textos, contudo, são geralmente produzidos por políticos ou economistas que desfrutam de grande prestígio ou trabalham para organizações cujas atividades são apreciadas. Ambas condições vieram recentemente à baila com a comissão presidida por Willy Brandt, que contava entre seus membros com Edward Heath, Olof Palme e Eduardo Frei, e que terminou por redigir um estudo intitulado **Programa pela Sobrevivência**. É lamentável constatar porém que aí se encontrem apenas uma alusão aos pobres mas preciosos resultados aos quais levaram as resoluções anteriores e uma retomada das proposições do relatório Pearson — que data de mais de 10 anos e já foi debatido à exaustão, por ocasião das consultações Norte—Sul, nas reuniões da CNUCED (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento) e da ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial). A Comissão Brandt concluía quanto à importância das somas necessárias para salvar os países pobres, apoiando uma reforma das instituições e a criação de novos organismos.

Hoje, o problema é saber se é possível fazer algo mais além de despertar a atenção e se se pode contar com uma modificação das concepções meio apressadas que prevalecem. Ao que parece, vemo-nos em face de definições errôneas. A divisão Norte—Sul não especifica devidamente a questão, pois há países em desenvolvimento que se acham ao Norte e países desenvolvidos ao Sul. A expressão "Terceiro Mundo" também não é completamente exata, pois os países que ela abrange só podem ser comparados com base em características muito genéricas, como a similaridade dos problemas sociais e das estruturas econômicas. Esses países, na verdade, acham-se em estágios de desenvolvimento sócio-econômico extremamente diversos. E isso explica que não consigam chegar a posições em comum, fracassando muitas vezes em criar uma frente que defenda seus interesses.

Seria provavelmente preciso reconsiderar a questão sob um ângulo novo. O sistema colonial desintegrou-se durante os anos 60; as ex-colônias começaram então a levar uma vida independente, a não ser que, levadas por imperativos internos ou sob a pressão de interesses estrangeiros, tenham sido engolfadas numa guerra. Mesmo na

Szobo

ausência de conflitos armados, porém, sempre houve tensões internas ou externas em número suficiente para impedir o crescimento dos países subdesenvolvidos. Os problemas do que hoje chamamos de Terceiro Mundo existem pois há quase 20 anos. O longo período de prosperidade que se seguiu à II Guerra não chegou a sensibilizar para tais dificuldades as nações industriais desenvolvidas.

A crise de 1973, com a explosão dos preços de matérias-primas e energia, fez pouco a pouco compreender que a economia mundial passava por modificações estruturais que os próprios países em desenvolvimento não poderiam evitar. As negociações subseqüentes viram-se repetidas vezes em ponto-morto, pois os Estados industriais que tomavam assento nas conferências mostravam-se desde o início numa posição de força. O lamentável fracasso do diálogo assim institucionalizado não significa porém que nada tenha sido feito. O mundo em desenvolvimento começava a se impor e a dividir-se em vários grupos.

Durante os anos 70, articulou-se um movimento de capitais sem precedentes na história da economia: os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo enriqueceram e, cada vez mais resolutamente, tentam agora conduzir a bom termo, por seu próprio esforço, seus planos de desenvolvimento. Essa prodigiosa mudança abriu decerto um caminho, o qual porém se encontra à margem das iniciativas da ONU ou de qualquer outra organização internacional. Foi assim que surgiu no Terceiro Mundo um bloco composto por países que se caracterizam por um desenvolvimento rápido, um crescimento econômico surpreendentemente dinâmico e uma política de industrialização refletida e realista. Dois fatos podem explicar na essência essa evolução: a atividade das companhias multinacionais e as considerações das grandes potências.

Os países que de fato necessitam de mais ajuda não pertencem a nenhum desses grupos. Ninguém se preocupa com eles. Seus parcos recursos naturais não despertam grande interesse, sua política interior caracteriza-se pela desordem e, em termos político, militares, sua posição estratégica é a pior possível. E no entanto eles se encontram às voltas com os problemas mais graves: a fome, a ausência de serviços de saúde, a insuficiência do sistema educacional, a situação desesperadora da economia. Tensões desse tipo existem decerto nos demais países em desenvolvimento, mas as possibilidades de solução são aí maiores que entre os mais desprovidos; seria uma insensatez desperdiçar os escassos recursos que se destinam a ajudá-los. O Fundo Mundial de Desenvolvimento, ao qual a Comissão Brandt também alude, permitiria colocar em comum o dinheiro destinado aos países em desenvolvimento, para reparti-lo conforme as necessidades. Os contatos bilaterais estabelecidos na prática da ajuda a esses países são tão insatisfatórios, atualmente, quanto o sistema monetário internacional, que se mostra incapaz de corrigir os novos desequilíbrios da economia mundial.

Os Estados industriais avançados sentem-se instintivamente atraídos pelos países ricos da OPEP e os que souberam desenvolver-se rapidamente. Quando eles se voltarem para as regiões esquecidas, talvez já seja tarde demais e o panorama que terão a seus olhos há de ser desalentador

Mikos Beke é redator do Magyar Nemzet.

Die Presse
Viena, Áustria

A significação das barreiras não tarifárias nas relações Norte—Sul

UMA crescente significação, nas discussões internacionais, é atribuída ao problema das barreiras comerciais não tarifárias. Isso acarreta uma ampla série de medidas preventivas ou normas que, intencionalmente ou não, importam graves restrições mundiais ao comércio.

Já no fim da década de 60 o GATT tentou lidar com esse problema. Os países exportadores afetados deram notícia de medidas não tarifárias. Com base em sua informação, estabeleceu-se um catálogo de aproximadamente 800 barreiras, todas diferentes no espírito. Tais barreiras incluíam por exemplo armas tão radicais como a total supressão de importações, a restrição na quantidade de importações, restrições administrativas e certos métodos de procedimento ou critérios e padrões técnicos.

Desde então o GATT, através de negociações bilaterais ou no âmbito das constrições multilaterais, nunca deixou de tentar abolir os obstáculos comerciais existentes ou pelo menos suavizar seus efeitos. Tentou também encontrar um tipo de mecanismo para prevenir a ereção de novas barreiras.

A última tentativa nesse sentido, até agora, foi feita no âmbito do círculo de Tóquio e levou a um relativo sucesso: sua verdadeira significação em termos práticos não pode contudo ser avaliada ainda. Acordos multilaterais foram estabelecidos nas seguintes áreas: subsídios e medidas compensatórias; medidas antidumping; barreiras comerciais técnicas; fornecimento público; avaliação de impostos; procedimentos de licenças de importação. No tocante a quantidades, nenhum acordo pôde ser alcançado para o decréscimo das restrições existentes.

Do que até agora foi dito infere-se que o fenômeno das barreiras comerciais não tarifárias é de importância mundial, e não apenas um problema específico nas relações entre o Norte e o Sul. Dependendo dos países envolvidos, a natureza das diversas medidas e seus efeitos variam contudo enormemente.

Nos países em desenvolvimento, predominam as restrições de quantidade e as barreiras administrativas. O efeito das políticas de importação desses países é que, no momento, as nações industrializadas vão de encontro a barreiras não tarifárias mais altas, nas nações em desenvolvimento, do que vice-versa.

Pelo princípio da substituição de importações, os países subdesenvolvidos restringem a importação dos bens que possam ser produzidos a contento em seu próprio território ou que não tenham para eles uma importância vital. As nações industrializadas aceitam essa política como uma conseqüência inevitável do baixo padrão econômico de tais países, mas esperam que com o tempo ela se torne mais liberal.

Nas nações industrializadas, por outro lado, as restrições de quantidade são de menor importância. Tais barreiras praticamente não existem nas áreas da indústria e das profissões. Na área agrícola, porém, há com efeito uma forte necessidade de protecionismo.

É muito desconcertante que até as nações desenvolvidas, nos últimos anos, tenham demonstrado uma tendência crescente para alterar suas políticas de importação tradicionalmente liberais. Em conseqüência das dificuldades econômicas com as quais essas nações atualmente se confrontam, a importação de produtos brutos se tornou mais difícil.

Os mais atingidos por essa mudança de política são os produtos em relação aos quais as nações em desenvolvimento já chegaram a um alto nível de produção e competição. Um exemplo disso são os acordos bilaterais de auto-restrição, segundo o assim chamado "acordo multifibra".

A razão para tais restrições está no aumento geralmente drástico de importações baratas — e perturbadoras do mercado — que levariam inevitavelmente à destruição de áreas inteiras da produção industrial, caso não fossem tomadas medidas de proteção. A solução para esses problemas só pode ser conquistada, ao que tudo indica, por medidas a prazo relativamente longo na área das mudanças estruturais.

Além dessas medidas de natureza estritamente político-comercial, outras, com objetivos totalmente diferentes, adquirem uma importância cada vez maior no mundo industrializado: medidas que protegem o ambiente e o consumidor ou que garantem a saúde e a segurança. Inintencionalmente essas medidas podem converter-se em barreiras comerciais fatais e quase insuperáveis.

Onde encontrar resposta para todos esses difíceis problemas? Medidas específicas e discriminatórias se farão necessárias para enfrentar as ciladas das excessivas barreiras comerciais não tarifárias. O processo terá de ser longo e há de exigir um alto grau de cooperação entre todas as nações.

Mas não há dúvida de que os países em desenvolvimento terão também de fazer face à disciplina internacional em geral e às normas do GATT, como ainda aos acordos decorrentes em particular, segundo suas possibilidades econômicas individuais.

O mundo industrializado, por outro lado, terá de continuar a considerar, tanto quanto possível, todos os interesses específicos das nações em desenvolvimento, suas estruturas típicas e suas realidades econômicas. No âmbito do círculo de Tóquio, ele já se mostrou disposto a isso, aceitando inúmeras normas especiais em favor das nações em desenvolvimento.

ZYCIE WARSZAWY
Varsóvia, Polônia

EMPREGOS PARA TODOS

Jerzy Baczynski

A Polônia está entre os países que têm um crescimento populacional moderado: seu índice de crescimento é a metade da média mundial. No começo dos anos 50, contudo, houve na Polônia uma verdadeira explosão demográfica. Após o primeiro estágio de reconstrução do país, assistiu-se a uma época de compensação biológica pelas enormes perdas populacionais causadas à Polônia durante a II Guerra. A alta natalidade dessa época foi sentida em toda a economia nacional, claramente, 20 anos depois.

No limiar da década de 70, a Polônia se viu em face do problema de arranjar empregos para três e meio milhões de pessoas em apenas cinco anos. As análises demonstraram que apenas cerca de um e meio milhão de jovens poderiam contar com empregos vacantes de pessoas que se retiravam da vida ativa, aposentavam-se etc. Era preciso criar empregos para dois milhões de pessoas e isso exigia um grande esforço de investimento.

Numa economia planificada centralmente, como a da Polônia, os investimentos são financiados pela renda nacional e um grande aumento de gastos extraordinários pode assim ocasionar uma baixa no padrão de vida. Para contrabalançar isso, a Polônia decidiu recorrer a créditos estrangeiros, tornando possível um crescimento simultâneo dos investimentos, dos salários e do consumo — em outras palavras, a consecução de objetivos sociais aparentemente contraditórios. O lucro previsto com fábricas recém-construídas deveria garantir o pagamento dos créditos. Uma outra estratégia, naturalmente, era também possível: manter um índice de crescimento moderado e seguro, que levaria ao superemprego nas fábricas existentes e não utilizaria por completo a capacidade das pessoas nem causaria baixa produtividade. Estatisticamente, o emprego pleno — garantido pela Constituição da Polônia — seria no entanto atingido ao preço de sérias perdas sociais.

Os jovens que ingressaram no mercado de trabalho no início dos anos 70 tinham melhor educação e mais preparo que as gerações anteriores. Quase 2 milhões deles haviam concluído cursos secundários e profissionalizantes. Era preciso tirar vantagem disso com a criação de trabalhos adequados às qualificações e expectativas dos jovens. A situação política e social da época, de fato, não deixava escolha entre a estagnação ou os modelos dinâmicos de desenvolvimento.

Na primeira metade da década de 70, os investimentos anuais extraordinários aumentaram 2,5 vezes. A construção de várias centenas de novas fábricas foi iniciada e isso repercutiu quase de imediato no mercado de trabalho. Para cada homem à procura de trabalho, na Polônia de 1971, havia nove lugares à escolha; dois anos mais tarde, esse número aumentava para 80, um fato provavelmente sem precedentes no mundo. A situação melhorou muitíssimo da área dos empregos para mulheres: se apenas uma mulher em três era capaz de arranjar um emprego adequado, em 1971, dois ou três anos depois as proporções se inverteram.

A demanda de empregados ocasionada pelo **boom** econômico foi tão grande que ultrapassou o mercado de trabalho. Já pelo fim do período 1971-1975 tornava-se evidente que a economia nacional não só tinha usado integralmente a explosão demográfica dos anos 50, mas que em todos os campos de produção havia também algo com que não tínhamos contado.

Uma explicação do paradoxo pode ser encontrada no rápido e desenfreado crescimento econômico da Polônia no início dos anos 70. Era difícil prever todas as conseqüências da aceleração econômica. Para criar o maior número possível de empregos, os investimentos mais substanciais destinaram-se à construção de novas fábricas, ao passo que o índice de modernização da produção potencial remanescente era relativamente mais lento. As fábricas velhas, cuja produção era baseada em tecnologias consumidoras de tempo, vincularam a si uma parte significativa da mão-de-obra necessária à consecução dos novos investimentos. As fábricas novas, por sua vez, não poderiam empregar apenas trabalhadores jovens.

O **boom** de investimentos, assim, criou tensões no mercado de trabalho. A mais forte foi sentida entre os trabalhadores da indústria e os operários não qualificados requeridos sobretudo pela construção civil.

As perturbações no mercado de trabalho relacionaram-se também ao desenvolvimento não uniforme da economia em termos de localização territorial e tipos de indústria. Os investimentos dirigiram-se primariamente a regiões já industrializadas e a setores da indústria considerados particularmente atraentes para nosso caso — engenharia e eletricidade, minas de carvão, cobre etc. A concentração de projetos de investimento em certas áreas levou à rápida absorção das reservas locais de trabalho e motivou a necessidade de atrair trabalhadores de regiões às vezes distantes. Cresceu também, por outro lado, a escassez de moradia.

O mercado de trabalho tornou-se um mercado de trabalhadores. Isso decerto teve conseqüências sociais e psicológicas negativas. A facilidade em encontrar emprego, a competição por empregados entre empregadores, sua contenção em recorrer a medidas punitivas — tudo isso tinha de enfraquecer a disciplina de trabalho. Um reflexo da preocupação causada pela situação encontra-se na proposta popular, algo absurda, de introduzir-se na Polônia, à guisa de medida disciplinar, um ligeiro desemprego sob controle. A discussão centrada nessa idéia mostrou apenas que a noção de desemprego tornara-se em nosso país uma categoria puramente teórica e abstrata.

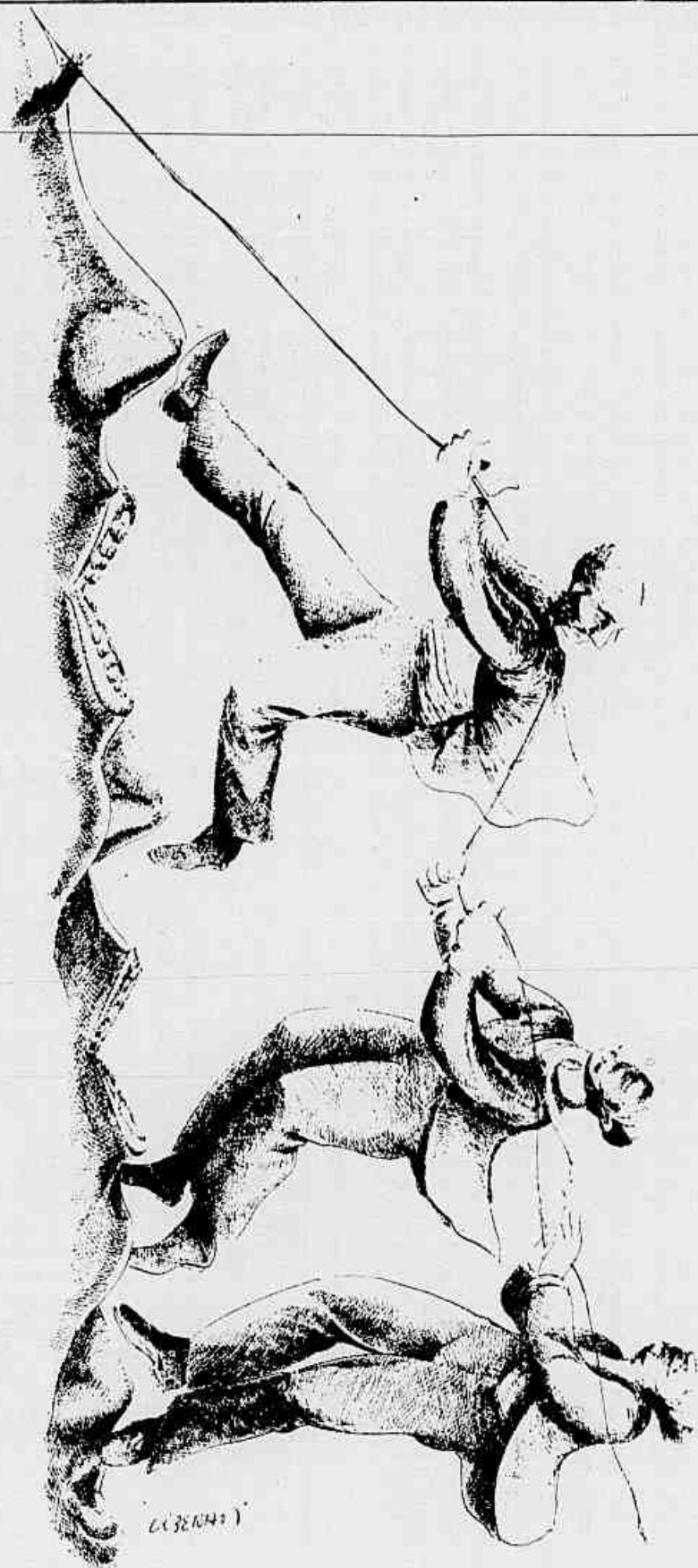
A experiência dos anos 70 foi também um alerta, dispersando a noção intuitiva, originária dos 20 anos anteriores, de que o país tinha significativas reservas de trabalhadores. Apesar de a Polônia ter no momento um dos mais altos índices de atividade profissional da população (52%), nunca antes a escassez de trabalhadores foi tão drástica.

Já em meados da última década tornou-se evidente que nosso país deve usar seus recursos de trabalho de um modo mais metódico e racional. Entre 1976-1980, o número de jovens em idade produtiva caiu em cerca de 400 mil. O próximo período de cinco anos deve indicar uma queda de várias centenas de milhares a mais. Devemos também levar em conta um gradual envelhecimento e o declínio da atividade profissional em nossa sociedade, fenômeno já notado nos últimos anos.

Novas medidas para o bem-estar social, introduzidas na segunda metade dos anos 70, possibilitaram a numerosos grupos de empregados aposentar-se mais cedo, e as licenças de maternidade, pagas ou não, foram estendidas. O rápido crescimento dos salários também levou muitas mulheres a desistirem de suas carreiras. A implementação do princípio do pleno emprego não basta agora para sustentar um firme crescimento econômico. As políticas de emprego para os anos vindouros, assim, devem realçar um melhor uso do tempo de trabalho, mais automação, maior eficiência através da modernização das empresas, melhor estruturação das capacidades às necessidades da economia.

O princípio do pleno emprego, desde os primórdios da Polônia de hoje, foi tratado não apenas como um benefício do sistema social, mas também como um dos principais fatores do crescimento do país, compensando em certo grau a falta de capital. Por muitos anos, dar trabalho aos novos braços foi o modo de produção relativamente mais barato e fácil.

Os anos 70 alteraram basicamente nossa compreensão da política do pleno emprego. O trabalho deixou de ser um modo de produção relativamente barato e disponível. Vínculos mais fortes entre a economia polonesa e o mercado mundial, como a necessidade de pagar os créditos, compeliram-nos a usar mais efetivamente as potencialidades técnicas e humanas da economia. O pleno emprego permanece um direito constitucional, mas o progresso social e econômico subseqüente depende de maior eficiência e da qualidade do trabalho. Este é provavelmente o grande desafio que a Polônia tem a encarar no limiar dos anos 80.

Jerzy Baczynski escreve sobre temas econômicos no Zycie Warszawy.

INDIAN EXPRESS
Novo Déli, Índia

EM BUSCA DE UMA NOVA ORDEM ECONÔMICA

Balraj Mehta

FOI na sessão especial da Assembléia-Geral da ONU, em 1974, que se adotou uma declaração pelo estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional. Quando a Assembléia-Geral se reunir novamente numa sessão especial, em agosto desse ano, para rever e reafirmar essa declaração, nada haverá perante ela para demonstrar que no intervalo tenha ocorrido algum progresso para a realização de seus objetivos. A tendência, de fato, seguiu a direção oposta, aguçando os desequilíbrios estruturais e agravando as tensões nas relações econômicas internacionais.

A III UNIDO (entidade subordinada à ONU, para o Desenvolvimento Industrial), em Nova Déli, no começo do ano, foi nesse contexto um ensaio instrutivo. A Índia, presidindo as sessões como país hospedeiro, empreendeu um grande esforço para aliviar o choque de interesses e garantir um consenso, na base do entendimento mútuo. Caso tivesse tido êxito, um importante passo à frente seria dado. Mas esperanças ruíram, no último instante, com a intervenção do poder político direto, que revelou francamente o antagonismo fundamental dos interesses dos países desenvolvidos ao próprio conceito, em princípio e na prática, de uma reestruturação da ordem econômica mundial.

O fato não era novidade. Todas as iniciativas de um diálogo Norte-Sul significativo, no âmbito das instituições internacionais estabelecidas ou em bases bilaterais, falham em ter seqüência pela simples razão de que os países desenvolvidos preferem remediar as dificuldades em curso com um equilíbrio convencional, a curto prazo, do balanço de pagamento, em vez de assumirem a reforma da ordem econômica mundial. Essa abordagem conduz ao protecionismo e a condições comerciais cada vez piores, para os países em desenvolvimento, que são incompatíveis com a adequada transferência de recursos em capital e tecnologia — único meio de vencer as distorções, nas relações econômicas mundiais, e estabelecer cláusulas justas para o avanço social e econômico em escala global.

É assim ignorada, a não ser como mero exercício intelectual, a posição fundamental dos países desenvolvidos quanto à reforma da ordem mundial em vigor. O último e talvez também o mais esclarecedor exercício desse tipo é o relatório da Comissão Brandt, que convincentemente propôs a transferência de recursos financeiros para os países em desenvolvimento a níveis que duplicam a escala atual. Mas nada garante que ele tenha mais êxito que os alvos homologados no passado por resoluções da ONU. Ainda assim, é importante que as conclusões da comissão ressaltem que os interesses dos países desenvolvidos clamam pelo maior uso possível de sua capacidade produtiva e a destreza de sua própria mão-de-obra.

Na atual recaída num clima de guerra fria entre as superpotências, é também de grande significação a proposta para um imposto internacional sobre o comércio de armas, que a Comissão Brandt formulou como parte de seus desígnios pela obtenção de recursos para um crescimento equilibrado e livre de tensões na economia mundial. Mas a boa vontade política é a primeira condição necessária para que um programa de ação com sanções operacionais seja posto em prática. E é preciso aceitar o fato de que os países desenvolvidos — incluindo-se entre eles alguns países socialistas e os ricos produtores de petróleo beneficiados por excedentes financeiros colhidos substancialmente dentro do próprio Terceiro Mundo — ainda não estão dispostos a corresponderem às suas obrigações pela criação de uma ordem mundial pacífica e progressista.

Diante de tal situação, as opções que se ofertam aos países em desenvolvimento levam inevitavelmente ao confronto. O diretor-executivo da UNIDO prenunciou "uma estratégia em ampla escala de autoconfiança e autodesenvolvimento", caso esses países fracassem em atender à exigência de uma ação cooperativa. O caminho para um tal desenvolvimento autárquico tem implicações óbvias para o funcionamento e a gestão das economias nacionais, dos países em desenvolvimento, como também para suas relações econômicas em escala global.

Os países em desenvolvimento têm hesitado muito em lançar aos desenvolvidos um desafio desse tipo. Ainda há muitos entre eles que preferem aconselhar paciência e confiar na persuasão, mas a ênfase na autoconfiança coletiva, como "garantia" para a eventual emergência da nova ordem, acabou por adquirir grande urgência. É preciso concretizar agora a definição de "autoconfiança coletiva". Os problemas aqui são por demais complexos e convém ter em mente que sua solução exigirá mudanças fundamentais de estrutura no contexto sócio-econômico, dentro de cada país, e nas relações econômicas entre os próprios países do Terceiro Mundo. Os ajustamentos não serão fáceis e hão de afetar a curto prazo a economia mundial como um todo. Esse será o preço a pagar por se levar ao desespero os países em desenvolvimento.

No atual estágio de seu desenvolvimento, a Índia pode desempenhar um importante papel nesse contexto. Significativos excedentes de tecnologia e equipamentos foram criados aqui e é viável sua utilização por outros países em desenvolvimento, para vantagem mútua. A Índia dispõe também de um grande reservatório de mão-de-obra habilitada e pode oferecê-lo a outros países em desenvolvimento em termos mais vantajosos que os propostos pelos países avançados. Tudo isso dá ensejo a que se tente trabalhar nessa linha, dentro de um espírito aceitável e mutuamente benéfico.

Ao assumirem com dedicação e firmeza a autoconfiança coletiva, os países em desenvolvimento não só darão grandes passos para o desenvolvimento e reformulação de suas próprias economias nacionais, como também aumentarão o seu poder de barganha, tornando-se eventualmente, como disse o Secretário-Geral da ONU, Kurt Waldheim, na III UNIDO, "parceiros em pé de igualdade na autêntica interdependência global". A vindoura sessão da Assembléia-Geral da ONU há de colocar em relevo a luta nos países em desenvolvimento, nessa linha.

Balraj Mehta é redator do Indian Express.

EXCELSIOR
Cidade do México, México

O DIÁLOGO: UM PONTO-DE-VISTA

Ruben Lau

O diálogo Norte-Sul emergiu nos anos 70 como um fórum mundial para negociações entre os países pobres e ricos. Agora, no começo da nova década, as conversações emperraram e a ausência de um progresso real torna-se óbvia. Ao conflito de interesses entre vários participantes podem ser atribuídas as limitações atuais.

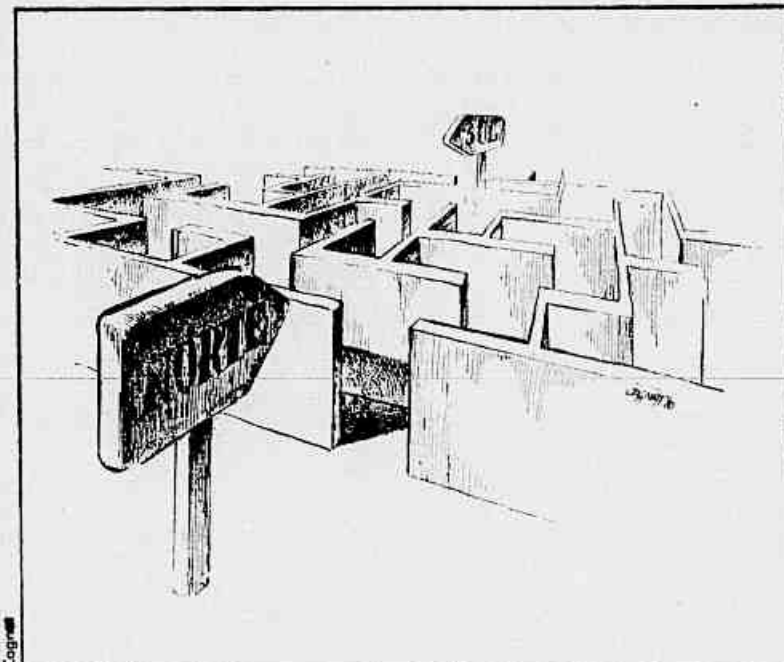
Centrado nas exigências dos países pobres, para obter uma distribuição mais justa das riquezas do mundo, o objetivo do diálogo era uma redistribuição geral, consubstanciada na transferência dos recursos das nações industrializadas (agrupadas na Organização Econômica para a Cooperação e o Desenvolvimento) para os países atrasados e subdesenvolvidos, em forma de empréstimos, doações, transferências de tecnologia etc. Os resultados positivos, nessa área, foram mínimos, e a idéia de se pôr à parte um percentual de 1% a 3% do PNB dos países adiantados, para destiná-lo à ajuda ao desenvolvimento do assim chamado Terceiro Mundo, parece a cada dia que passa mais remota. A esse respeito, de fato, o futuro é incerto.

O diálogo foi até hoje gerido pela doutrina de que as nações ricas estão moral e materialmente obrigadas a contribuir para o desenvolvimento das atrasadas, posto que o subdesenvolvimento de certas áreas seja a condição para o progresso de outras. Dois problemas devem aqui ser realçados. Em primeiro lugar, a falta de solidariedade entre os países pobres — cujos níveis de pobreza são muitos variados — que é uma das conseqüências de seu desenvolvimento desigual. Teoricamente, os interesses nacionais haveriam de proporcinar a base para uma frente comum, mas os interesses colidem e são condicionados pelas divisões que atuam dentro de cada país. Os interesses privados colocam-se contra o bem-estar geral, manifestando-se freqüentemente como uma simples frente de apoio a poderosos grupos econômicos. Os setores mais avançados de um país tendem a associar-se aos interesses do capital estrangeiro, que representa o caminho para a prosperidade individual. Dessa forma, o diálogo do pobre se vê enfraquecido e muitas vezes os mais desfavorecidos e fracos chegam à evidência de que não há resposta para suas aspirações.

Na outra face da moeda, os países industrializados deixaram-se cair na inércia do diálogo, sem assumir quaisquer compromissos de empreendimentos significativos. A lógica do capital, estatal e privado, continua a impor critérios comerciais às negociações, a despeito das obrigações morais ou de direito. O diálogo tem tentado demonstrar com palavras algo que na realidade foi sempre decidido à força: o toma-la-dá-cá do desenvolvimento. Tal contradição é o ponto mais vulnerável em foruns desse tipo. As dificuldades da V UNCTAD (Manilha, 1979) proporcionam um bom exemplo da falta de coesão entre os países pobres, quando confrontados com o assim chamado "egoísmo dos ricos".

Esses dois graves problemas formam uma encruzilhada no diálogo Norte-Sul. O fato de as coisas se encontrarem virtualmente em ponto-morto é sintomático das dificuldades que estão pela frente no empenho de se chegar a uma nova ordem econômica internacional, algo que há anos se acha em cogitações. O progresso do homem tem sido desigual, e às vezes trágico, como geralmente é o caso quando as palavras são destituídas de seu poder de convencer.

Mas, como assinalou Miguel Angel Rivera, especialista em comércio internacional da Universidade Nacional Autônoma do México, o ponto crucial do diálogo Norte-Sul não é o palavreado vazio, mas sim o peso das poderosas estruturas econômicas que estão resistindo à transformação. Podemos imaginar que a passagem do diálogo à ação não será nada fácil, mas complexa e extremamente agitada. Foi isso o que a década de 70 nos deixou por herança.

Ruben Lau é redator do Excelsior

ПОЛИТИКА
Politica Belgrado, Iugoslávia

OS DESEJOS E AS REALIDADES

Tomislav Popovic

TODA reflexão sobre o estabelecimento da nova ordem econômica internacional deve levar em conta necessariamente, no momento atual, duas realidades à primeira vista contraditórias.

Por um lado, em quase todas as frentes do diálogo Norte-Sul as negociações entram em compasso de espera ou, melhor dizendo, nota-se por parte dos Estados desenvolvidos num claro arrefecimento das atividades voltadas para a solução de problemas cuja gravidade se sabe. Por outro lado, a oposição é apenas aparente — nesses mesmos países, a opinião especializada, pública e profissional das diferentes estruturas políticas e sociais cada vez toma mais consciência de que nem a ordem econômica em vigor nem as demais relações internacionais oferecem uma base satisfatória para um funcionamento eficaz da economia mundial. Nessas condições, o mundo não pode esperar que se desfaçam as contradições que já o cercam e menos ainda as que o assaltarão inevitavelmente até o fim do século e após o ano 2000, com a modificação da relação de forças e a multiplicação das dificuldades econômicas.

É válido interrogar-se sobre as causas profundas desse paradoxo. Qual deveria ser, nesse contexto, a posição dos países em desenvolvimento? Constatemos de início que não há paradoxo. A essência da situação, de fato, é que os meios oficiais e outras estruturas sociais e políticas dos Estados ocidentais desenvolvidos rejeitam o conceito de uma nova ordem econômica internacional que emana da comunidade e da interdependência de interesses — o conceito da ultrapassagem radical do economismo estreito que preside ao conteúdo e aos critérios das relações, no seio da economia mundial. O capital é sempre uma certa quantidade de trabalho materializado. Mas, enquanto relação social, é também uma certa repartição de forças econômicas, um conjunto d e vantagens adquiridas (no plano da tecnologia, do mercado, etc.) e de relações de dominação, de exploração, mais ou menos marcadas. Simplificando-se, pode-se dizer que o conceito da nova ordem econômica internacional preconizado pelos países em desenvolvimento é, em última análise, a negação das condições e das conseqüências desse conjunto de relações em escala mundial. Não surpreende assim que as maiores estruturas sociais dos Estados ocidentais desenvolvidos adotem uma atitude fundamentalmente negativa em face da nova ordem econômica internacional e, em conseqüência, experimentem sua sabida repugnância pelas relações Norte-Sul. Se a crise que afeta o crescimento dos Estados ocidentais desenvolvidos e as relações no seio da economia mundial dá margem, num plano genérico, a abordagens mais flexíveis da nova ordem econômica internacional, ela é também um fator limitativo para seu estabelecimento, ao nível das estruturas políticas e econômicas obscurecidas por seus objetivos a curto prazo e seus interesses tacanhos.

No entanto, quanto mais se toma consciência, nos Estados ocidentais desenvolvidos, das causas e do caráter da crise de crescimento que os assola e também da modificação da relação de forças num mundo cuja interdependência se acentua, mais se firma a tendência a adotar uma posição pragmática "positiva" em relação à nova ordem econômica internacional.

Admite-se a necessidade de mudanças, zelando-se porém estritamente para preservar as linhas de reprodução normais e as posições adquiridas. Sendo assim, os Estados ocidentais desenvolvidos não se perguntam se é preciso aceitar ou estabelecer a nova ordem econômica internacional, mas sim como gerir as inevitáveis mudanças e como adaptar-se a elas. Essa ótica reformista estreita manifesta-se sob numerosas formas e variantes.

Diante das possibilidades de realizar o processo e das perspectivas de estabelecimento da nova ordem econômica internacional, três constatações nos parecem particularmente importantes:

— mesmo opondo uma recusa geral à nova ordem, tal como concebida pela imensa maioria dos países em desenvolvimento, os Estados ocidentais desenvolvidos a aceitarão progressivamente, parcela por parcela, segundo sua constituição social e as exigências de seu próprio desenvolvimento e sob o impulso de comportamentos motivados desde o exterior (no caso da energia, por exemplo);

— do ponto-de-vista dos países em desenvolvimento, o estabelecimento da nova ordem econômica internacional aparece, pelo menos por enquanto, como um processo complementar e de dois gumes: o da promoção de operação e negociações e o da confrontação em escala nacional e internacional, cuja natureza e cujas incidências não serão unicamente econômicas;

— tendo em vista as complexas e mutáveis condições que presidem hoje em dia ao desenvolvimento do mundo, seria ilusório acreditar que a nova ordem econômica internacional possa ser um sistema acabado, universal e harmonioso em seus fins, princípios e mecanismos, para o funcionamento da economia mundial, como também seria ilusório pensar que ele possa ser instaurado por meio de atividades pragmáticas espontâneas.

Dito isso, deve-se sublinhar que as três constatações acima baseiam-se numa realidade determinante: a "comunidade internacional" dispõe cada vez de menos tempo para desfazer as crescentes contradições entre as quais o mundo contemporâneo se debate.

Por todas essas razões e muitas outras ainda, o mundo que compreendeu as exigências da situação em vias de suplantar a concepção segundo a qual as contradições e as perspectivas conflitantes de seu desenvolvimento poderiam ser neutralizadas por processos espontâneos ou por fórmulas impostas pelas forças dominantes.

Podem-se discernir desde já três estratégias para a abertura dos Estados ocidentais desenvolvidos em face da nova ordem econômica internacional, no sentido da abordagem reformista que acabamos de evocar:

— A estratégia da regionalização (Convenção de Lomé, idéia do Japão para criar uma Zona do Pacífico, etc.);

— a estratégia da categorização, que trata os países em desenvolvimento de maneira diferente, segundo seu grau de desenvolvimento;

— a estratégia da fragmentação, que dá realce à abordagem seletiva dos diferentes setores de estabelecimento da nova ordem.

Se a primeira opção estratégica dos Estados desenvolvidos é relativamente clara, do ponto-de-vista de suas origens históricas, de sua significação e de seu alcance, as duas outras, fundamentalmente complementares, que são ao mesmo tempo um elemento integrante e um reflexo das novas atividades globais no quadro das negociações Norte-Sul, não podem ser apreendidas a não ser sob o ângulo das posições iniciais desses Estados em relação à nova ordem econômica internacional. A estratégia da categorização caracteriza-se grosso modo pelo conceito das "necessidades elementares" e um tratamento especial, prioritário, em favor dos países menos desenvolvidos, com o objetivo de neutralizar os focos virtuais de radicalismo que são por assim dizer, sem exceção, o corolário do estado de "pobreza absoluta".

Nota-se ao mesmo tempo um insofismável interesse pelos países medianamente desenvolvidos que oferecem vastos escoadouros e, na perspectiva, mercados dinâmicos.Trata-se de submetê-los de modo duradouro, por intermédio das companhias transacionais e em proveito de diversas formas de dependência tecnológica e financeira, no processo mundial de reprodução de capital. A estratégia da fragmentação, por seu turno, caracteriza-se por uma vaga vontade de aceitar soluções parciais no contexto do diálogo Norte—Sul. Assim agindo, os Estados em questão agem também essencialmente em função das exigências de seu próprio desenvolvimento: prospecção e exploração das fontes de energia dos países em desenvolvimento, estabilização do mercado mundial de matérias-primas (concebida como maneira de estabilizar os lucros, garantindo-se um fornecimento regular), tratamento internacional de favor e proteção do capital privado e das companhias transnacionais nos países em desenvolvimento, transferência parcial de certas tecnologias.

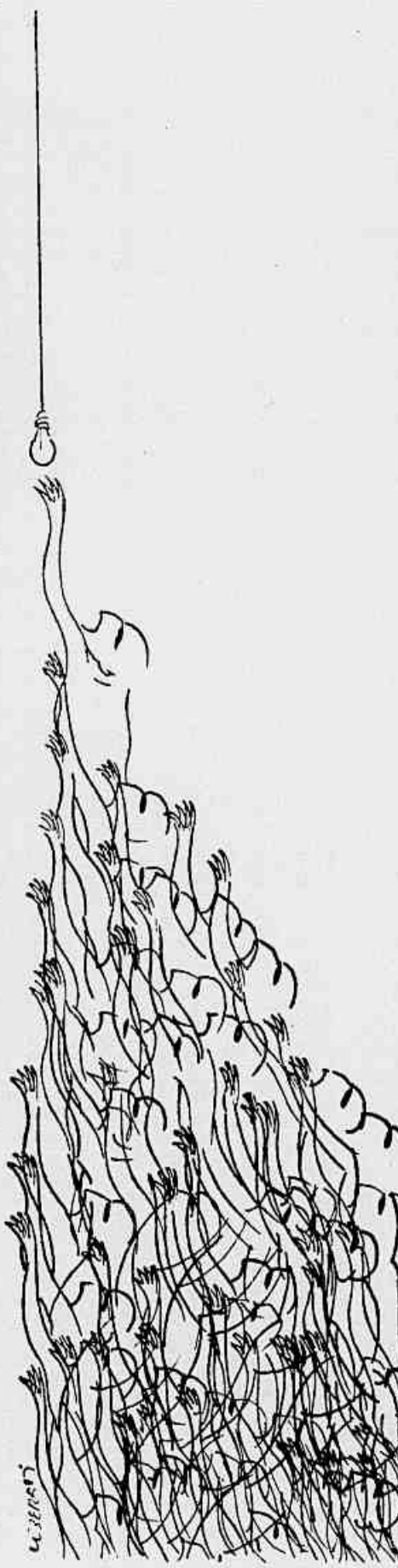
Levando em conta a natureza e a complexidade da instauração da nova ordem econômica internacional, os países em desenvolvimento devem elaborar sempre mais sua própria concepção dessa nova ordem, a fim de congregarem num todo três grupos de objetivos fundamentais e interdependentes: os objetivos imediatos a curto prazo, os objetivos estruturais a prazo médio e os objetivos a longo prazo.

Os objetivos imediatos a curto prazo abarcam uma vasta gama de mudanças institucionais na economia mundial e acarretam certas transferências de recursos para remediar as crises agudas e as contradições do mundo de hoje. Temos em vista, por exemplo, os problemas relativos à alimentação, ao endividamento e grave desequilíbrio dos balanços de pagamento dos países em desenvolvimento, à estabilização do mercado mundial de produtos primários, às preferências, às transferências compensatórias, à ajuda pública ao desenvolvimento, ao tratamento especial concedido aos países menos desenvolvidos etc. Os objetivos estruturais a prazo médio supõem a definição dos setores, dos meios e das modalidades da reestruturação das capacidades mundiais de produção (ou seja, uma nova divisão internacional do trabalho), segundo as necessidades modificadas, a relação de forças e as determinantes político-econômicas do funcionamento e do desenvolvimento da economia mundial. Enfim, os objetivos a longo prazo devem englobar a reestruturação de todo o ambiente da vida econômica, nele integrando valores novos, novos conhecimentos e novos critérios para as relações nos domínios da cultura, da ética, das ciências, da ideologia, da filosofia etc.

A colocação em prática dessa abordagem dos países em desenvolvimento requer modificações em três planos fundamentais:

— no plano interior, onde os próprios países em desenvolvimento devem afirmar seus valores nacionais, seus objetivos e programas de desenvolvimento, e mobilizar suas próprias potencialidades;

— no plano da cooperação e das relações entre os países em desenvolvimento, visando a harmonizar e a coordenar seus objetivos e programas aos níveis sub-regional, regional e inter-regional;

— no plano enfim das relações entre os países em desenvolvimento e os Estados desenvolvidos, através do processo de descolonização e eliminando-se as diferentes formas de dominação e desigualdade com base na interdependência e na comunhão de interesses.

Na nova estratégia, uma transformação das estruturas

Alan R. Lamond

A elaboração de uma nova estratégia internacional do desenvolvimento para os anos 80 está em curso no seio dos organismos da ONU. Para esse fim, a Assembléia-Geral criou um comitê preparatório encarregado de estabelecer, com a ajuda dos diversos organismos competentes da ONU e, sobretudo, da CNUCED (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), um projeto de estratégia que ela possa adotar em sua próxima sessão extraordinária, a qual deve realizar-se em Nova Iorque, de 25 de agosto a 5 de setembro próximos.

A adoção da nova estratégia será um importante aspecto da tarefa que a Assembléia terá, nessa sessão extraordinária, e que consiste em avaliar os progressos realizados na instauração da nova ordem econômica internacional, como também em tomar, baseando-se nessa avaliação, as medidas necessárias para favorecer o progresso dos países em desenvolvimento e a cooperação econômica internacional. Outro aspecto dessa tarefa é uma série de negociações globais, orientadas para a ação, a propósito da cooperação econômica internacional voltada para o desenvolvimento.

Tudo isso está intimamente ligado. A Assembléia-Geral já decidiu por exemplo que a nova estratégia internacional do desenvolvimento deveria ser formulada no contexto da nova ordem econômica internacional, centrando-se diretamente na realização de seus objetivos. Inversamente, um dos principais alvos das negociações globais previstas é contribuir para a colocação em prática da nova estratégia do desenvolvimento. Contudo, até que a Assembléia-Geral tenha determinado a natureza e o conteúdo da nova estratégia, será difícil dizer quais serão exatamente, nas prática, as relações entre a estratégia e as negociações globais.

Por ora, os trabalhos de elaboração da nova estratégia não se desenvolvem de modo muito auspicioso, pois os resultados da estratégia adotada para os anos 70 mostraram sua ineficácia e, além disso, toda uma série de problemas novos e graves surgiram no quadro da economia mundial. Coloca-se assim em relevo a necessidade de uma nova estratégia que não só seja livre das fraquezas da precedente, como também leve em conta as novas constrições que o processo de desenvolvimento atualmente enfrenta. O objetivo central da primeira estratégia — um índice médio de crescimento econômico de 6% ao ano, para os países em desenvolvimento tomados em conjunto — será sem dúvida quase atingido, mas esse resultado médio mascara importantes disparidades de um país a outro e só foi possível graças aos rápidos progressos registrados por um pequeno número de países já relativamente avançados no plano econômico ou particularmente bem dotados de recursos naturais, sobretudo petróleo. No caso dos países de renda baixa, que agrupam a metade da população total do Terceiro Mundo (excluindo-se a China), está fora de dúvidas que o índice médio de crescimento anual não terá ultrapassado os 3% no decurso dos anos 70. Além disso, em vista do crescimento da população, o índice médio anual de aumento do PNB por habitante não terá sido superior a cerca de 1%. Alguns dos países em questão registraram de fato, durante a década, um índice negativo no que concerne ao crescimento da renda por habitante.

Tais fatos falam por si e autorizam a concluir que a primeira estratégia internacional do desenvolvimento foi um fracasso, pois é justamente nos países mais pobres que a necessidade de acelerar o progresso econômico é mais urgente. São numerosas as razões desse fracasso. Por um lado, os países desenvolvidos não expandiram sua ajuda, nem o acesso a seus mercados, mas proporções previstas pela estratégia. Por outro, a aparição de múltiplos problemas — instabilidade monetária, insuficiência da oferta de petróleo em relação à demanda, desequilíbrio excepcional em matéria de pagamentos, inflação, desemprego, diminuição do crescimento e protecionismo — pesa sobre a economia mundial desde a segunda metade dos anos 70. Mas os países em desenvolvimento constataram que o progresso econômico, para a maioria deles, foi tão lento e medíocre no início da década quanto posteriormente, ao passo que nos anos marcados pela crise o crescimento ainda era relativamente rápido nos países industrializados.

Esse estado de coisas, conjugado à explosão da crise econômica mundial, foi que levou os países em desenvolvimento a tomar consciência da necessidade de basear a nova estratégia internacional do desenvolvimento numa reforma do sistema econômico internacional, de modo que ele melhor possa suster o processo, e não em simples apelos aos países desenvolvidos para que aumentem sua ajuda e suas importações. Tal é a razão da insistência dos países em desenvolvimento por obter a adoção de uma estratégia fundamentada na nova ordem econômica internacional, ou seja, numa total reformulação dos mecanismos e do quadro institucional que regulam o funcionamento dos mercados mundiais de produtos de base, a divisão internacional do trabalho, as atividades das sociedades transnacionais e as correntes de trocas internacionais, como também as questões monetárias, financeiras e tecnológicas.

No documento que expõe a posição do Grupo dos 77 países em desenvolvimento membros da CNUCED — comunicado ao comitê preparatório, em Nova Iorque, ao mesmo tempo em que os textos correspondentes dos países desenvolvidos com economia de mercado e dos países socialistas da Europa Oriental — é dado realce à necessidade de reformas institucionais de três tipos, a saber: modificações das regras e princípios a que o comércio internacional obedece, de modo que facilitem e favoreçam uma reestruturação da divisão internacional do trabalho para que essa corresponda ao crescimento do potencial industrial e à evolução da vantagem comparativa dos países em desenvolvimento; transformação do sistema monetário e financeiro internacional, a fim de garantir que o volume e a distribuição dos recursos financeiros internacionais, públicos e privados, correspondam plenamente às necessidades dos países em desenvolvimento; intensificação da cooperação econômica entre países em desenvolvimento, baseada no princípio da autonomia coletiva, de modo a reduzir a dependência econômica e a vulnerabilidade desses países em relação ao exterior, a reforçar seu poder de negociação e a aumentar seu potencial de crescimento e de desenvolvimento autônomos. Sobre cada um desses pontos o Grupo dos 77 apresentou propostas detalhadas quanto às políticas e medidas a incluir na nova estratégia. Formulou igualmente sugestões de caráter estratégico para resolver os problemas especiais que os menos avançados dos países em desenvolvimento encontram e as dificuldades que têm os países em desenvolvimento em geral, sobretudo em setores como a alimentação, a energia, a tecnologia, os seguros e os transportes (em especial os transportes marítimos).

A posição dos países em desenvolvimento, no tocante à nova estratégia, tem muitos pontos em comum com a dos países socialistas da Europa Oriental e as divergências são bem mais marcadas com os países desenvolvidos de economia de mercado. É de se esperar assim que a Assembléia tenha de fazer frente a uma tarefa difícil, em sua próxima sessão extraordinária; para que a leve a bom termo, será forçoso que os países desenvolvidos possam ser persuadidos de que as reformas institucionais que contribuem para acelerar o progresso econômico dos países em desenvolvimento favorecerão também, ipso facto, a solução de suas próprias dificuldades econômicas.

Alan R. Lamond, administrador da CNUCED desde 1966, é atualmente encarregado do Grupo de Avaliação e Coordenação das Políticas Econômicas, no gabinete do Secretário-Geral da ONU

EL PAIS
Madri, Espanha

CABEÇA DE RATO OU RABO DE LEÃO?

José Antonio Martínez Soler

O título alude a um ditado espanhol segundo o qual a cabeça de um pequeno animal é fundamental para sua vida e a de seu grupo, ao passo que o rabo, mesmo de um bicho poderoso, limita-se passivamente a seguir.

A inércia do passado continua a pesar às vezes sobre as declarações do Governo espanhol em matéria de política externa. Contudo, os sonhos imperiais da ditadura — reduzidos à demagogia e a uma retórica extravagante com os países árabes e latino-americanos e a uma dependência humilhante dos Estados Unidos — estão cedendo vez, com o advento da democracia, a uma atitude mais realista que pode fazer da Espanha, a médio e a longo prazos, um mediador Norte-Sul digno de toda a atenção.

O desinteresse dos políticos espanhóis pela política externa liga-se ao fato de eles terem tido de se consagrar por completo aos problemas internos do país durante o período de transição da ditadura para a democracia.

Além disso, as possibilidades concretas de ajuda econômica e cooperação com o Terceiro Mundo são poucas, pois a Espanha não dispõe de uma legislação específica a respeito nem de dotações orçamentárias que lhe permitam fornecer ajuda a outros países. Foi por isso que, até o momento, sempre lhe coube um papel apagado, para não dizer inexistente, como potência intermediária entre as nações ricas e pobres.

A médio e a longo prazos, não obstante, e se se pensa nas vantagens particulares que ela apresenta, a Espanha pode tornar-se um mediador independente e válido no diálogo Norte-Sul, devido à expressão média de sua economia, ao nível intermediário de seu desenvolvimento tecnológico e industrial, que é adequado aos países do Sul, como também às suas relações com os países do Norte e a seus vínculos históricos, culturais, raciais e lingüísticos com a América Latina e o mundo islâmico.

O papel da Espanha, seja como for, há de ser limitado, refletindo seu poder econômico e industrial, mas nem por isso insignificante. Numa época em que a incerteza reina no mundo, em que a incompreensão, a ausência de credibilidade e a desconfiança inspiradas pelo Norte bloqueiam totalmente as possibilidades de entendimento, uma das vantagens que a Espanha possui em relação a outros países industrializados é que ela nunca chega a alarmar, com tentativas de penetração econômica, as nações que atualmente se esforçam para sair do subdesenvolvimento.

Não se deve esquecer que — hoje a décima potência industrial — a Espanha ainda era, há apenas 20 anos, um encrave da economia rural do Terceiro Mundo na Europa. Sua recente experiência histórica mostra quais são os meios para eliminar a pobreza e acionar o processo de industrialização, elevando assim o nível de vida das populações. Ela é o único país agrícola da Europa que está em condições de exportar uma tecnologia adaptada ao processo de desenvolvimento do Terceiro Mundo.

Além disso, a Espanha se prepara para ingressar em 1983 na Comunidade Econômica Européia, o que deve reforçar sua posição como traço de união econômica, social e até mesmo geográfica entre o Norte e o Sul. Essa próxima admissão no seio do Mercado Comum, sem dúvida, vincula-se a certas declarações de Sadat, nas quais o Presidente egípcio viu a Espanha como "um porta-voz dos países árabes na Europa". Para o mundo islâmico, a Espanha é com efeito o único país europeu que não mantém relações diplomáticas com Israel e que recebe o líder da Organização pela Libertação da Palestina segundo o mais estrito protocolo. O reconhecimento de Israel, que deverá ocorrer antes de seu ingresso no Mercado Comum, para que sua política externa possa alinhar-se à dos Nove, há de permitir-lhe desempenhar um papel conciliador no conflito árabe-israelense.

A amizade hispano-árabe é colocada em relevo pelas freqüentes viagens do Primeiro-Ministro Suárez ao Oriente Médio, onde o recebem de braços abertos e saúdam como irmão. Na realidade, porém, a Espanha continua a depender totalmente do petróleo que importa, e os preços que ela tem de pagar não são menores.

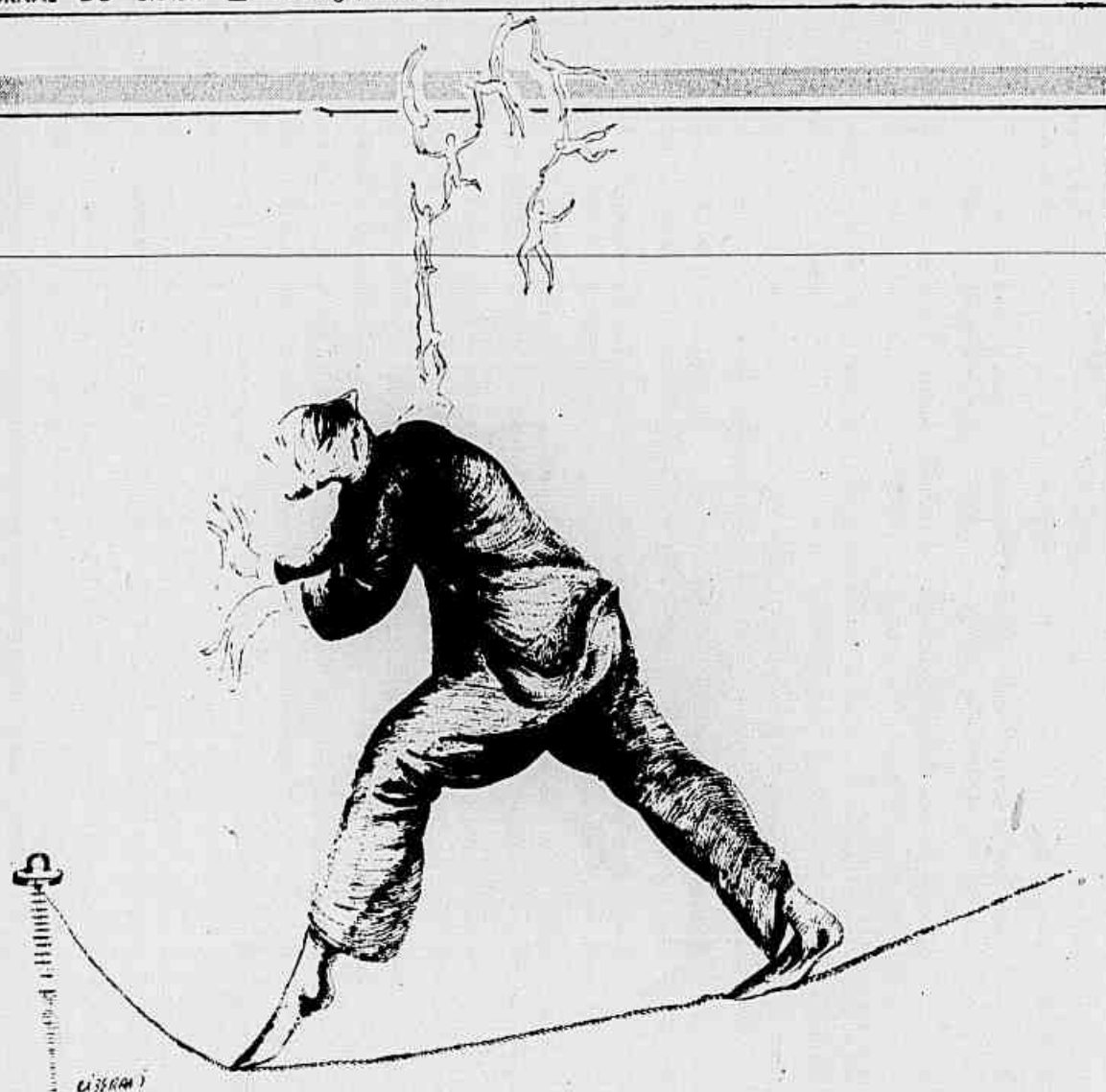
A Espanha apresenta, por outro lado, a vantagem de partilhar a língua e a cultura da América Latina, com a qual porém ainda estão por ser determinadas as possibilidades reais de cooperação. Único país ocidental a assistir, como observador, à conferência dos não alinhados realizada em setembro de 79 em Havana, a Espanha mantém também estreitas relações com os países do Pacto Andino e da CEPAL e, como a quarta voz do mundo, lidera no Fundo Monetário Internacional um grupo constituído pelo México, a Venezuela e outros países latino-americanos.

No atual momento, de resto, a Espanha não se alinha com nenhum dos dois grandes blocos militares, o que lhe confere um caráter de neutralidade nas relações entre o Ocidente e o Leste, pois ela só está ligada aos Estados Unidos por acordos bilaterais de cooperação militar.

É exatamente no contexto da ONU, às vésperas da realização em Madri da Conferência Européia sobre Cooperação e Segurança, que o mecanismo do diálogo Norte-Sul deverá começar a desemperrar-se.

A Conferência de Madri seria uma boa ocasião para que a Espanha se lançasse a uma mudança radical em sua política externa contraditória e indecisa, que oscila entre as atitudes demagógicas com o Terceiro Mundo, fazendo a parte da "cabeça de rato", e as tentativas paternalistas, que são o "rabo do leão". A Espanha não sabe ainda onde se situar nem que papel assumir no concerto das nações, do qual a ditadura de Franco a manteve por tanto tempo afastada.

Um óbvio papel que lhe cabe é indicar como ela mesma passou, em 20 anos, do subdesenvolvimento à industrialização, por esforço próprio. Em virtude de seu modesto poderio econômico, por outro lado, a Espanha pode ser o intermediário através do qual os países do Norte — que nunca aceitaram o diálogo, antes da crise do petróleo de 1973 — reembolsem a enorme dívida que eles também contraíram com os países do Sul.

José Antonio Martínez Soler é editor de Economia de El País

O desafio da Terceira Fase e as deficiências da ONU

Pran Chopra

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma criança nascida de um casamento cheio de brigas, e, como toda criança nascida nestas condições, tem dois problemas, um agravando o outro: sentimento de insegurança e incapacidade de enfrentar problemas. Teme que um ou seus dois pais terminem por abandoná-la, ou que as constantes brigas na família acabem por destruir seu lar. Estes medos, e a compensação que busca comendo demais, estão tornando-a letárgica e obesa. Mas se a ONU tivesse confiança para ver os fatos como realmente são, estaria orgulhosa do seu passado, segura do seu futuro e capaz de impor uma certa ordem a seus pais e também forçá-los a entender que precisam tanto dela quanto ela precisa deles. Então a organização se tornaria o que deve ser: um parlamento mundial e não apenas um lugar de reuniões e falatório.

Os primeiros anos da ONU foram marcados pelo azedume entre os Estados Unidos e a União Soviética. Os EUA lançavam contra a URSS o apoio da maioria que freqüentemente conseguiam reunir, e a URSS respondia com seu direito do veto. Os EUA retaliaram com uma nova regra, a do que o veto poderia ser contornado pelo voto da maioria de dois terços na Assembléia-Geral, e esta jogada foi tão bem-sucedida que quase forçou a URSS a abandonar a organização. Mas a URSS finalmente engoliu sua raiva e voltou ao rebanho quando percebeu que ficar de fora era pior do que continuar naquela família.

Então veio a segunda fase, quando a URSS virou a mesa contra os EUA, usando o mesmo jogo de números, buscando ajuda entre o crescente número de membros do Terceiro Mundo que entravam para a família. Por motivos de história o da política da pobreza, o Terceiro Mundo ficava ao lado da URSS mais freqüentemente do que do lado dos Estados Unidos. Assim chegou a vez de os EUA ficarem em minoria e perderem nas votações; então, num acesso de raiva, os EUA abandonaram a Organização Mundial do Trabalho (ILO) e anunciaram seu boicote financeiro à ONU. Mas logo depois perceberam que é tão fácil deixar aquela organização mundial quanto deixar o mundo, e também voltaram ao rebanho. A segunda fase também terminou sem a ONU ser destruída.

Mas nesse meio tempo havia-se iniciado a atual e mais perigosa terceira fase, na qual os antagonistas não são o primeiro e o segundo mundo mas sim o primeiro, isto é, o Ocidente em geral e os Estados Unidos em particular, e o enorme Terceiro Mundo dos países em desenvolvimento, com o bloco soviético (o segundo mundo) desempenhando um papel de camaleão, às vezes emprestando um valioso apoio ao Terceiro Mundo e outras seguindo um caminho ditado por seus interesses e até mesmo assumindo posições para defender sua posição de superpotência em conjunto com os Estados Unidos.

O ponto crucial desta fase é saber se a responsabilidade principal em criar uma ordem mundial mais equitativa deve ser transferida ou deve permanecer com o sistema de "cada país um voto", estipulado pela estrutura das Nações Unidas; e se esta responsabilidade vai ficar com a ONU, qual a melhor forma de ela desempenhar seus deveres dentro dos limites desses fatos interligados: por um lado, ela é um parlamento mundial e por outro um governo mundial que não possui uma autoridade supranacional.

Os países pobres estão em maioria no mundo, como as pessoas pobres o estão na maioria dos países, e, assim como os eleitores pobres de um país democrático tentam empregar a força do seu número, os países pobres estão fazendo o mesmo na ONU. Isto é tão justificável quanto inevitável.

Longe de sucumbir às pressões do primeiro mundo, os países do Terceiro Mundo vêm desenvolvendo e ampliando o poder de seus números e com esta ajuda têm usado o fórum da Assembléia-Geral, e mais especificamente sua sexta e sétima sessão especial para levantar a bandeira da NOEI (Nova ordem econômica Internacional). Mas desde então o primeiro e o Terceiro Mundo estão engajados numa batalha. O esforço incessante do Terceiro Mundo tem sido o de manter todo o debate concentrado na NOEI fazendo com que a estratégia para seu estabelecimento permaneça dentro do sistema das Nações Unidas e especialmente em organismos da ONU como a UNCTAD (Comitê da ONU para Comércio e Desenvolvimento), UNIDO (Comitê da ONU para Desenvolvimento Industrial), etc. onde a força do seu número pode ser melhor aproveitada. As razões para este esforço foram energicamente afirmadas por Perez Guerrero, da Venezuela, na sétima Sessão Especial, de 1975, quando declarou: "Não acreditamos numa maioria suprema, mas também não acreditamos num assentimento automático às exigências de uma minoria, não importando quão poderosa esta minoria possa ser".

Por outro lado, o primeiro mundo vem tentando transferir o debate, item por item, para aqueles fóruns internacionais como o Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial-FMI, onde os vetos têm seu peso atribuído por outros valores; o GATT, que segundo meu ponto-de-vista está mais preocupado com o comércio entre os países desenvolvidos; ou para fóruns não pertencentes ao sistema da ONU, tais como o Comitê para a Cooperação Econômica Internacional. Onde tal transferência não é possível, os EUA tentam lançar sobre o poder de voto o cabresto do "consenso" ou da "interdependência", que de la Flor Valle, do Peru, classificou como "imperialismo disfarçado".

Como conseqüência, a história de seis anos da NOEI tem sido mais a história de um impasse do que de acordos. A resolução fundamental da Sexta Sessão Especial nasceu da confrontação, mal escondida sob a forma de consenso por um truque de procedimento, e onde mais uma vez os Estados Unidos apresentaram seus sintomas do afastamento. Houve um consenso mais verdadeiro na sétima Sessão Especial, em 1975. Mas quando a questão foi transferida para o Comitê para a Cooperação Econômica Internacional, a OPEP e outros países do Terceiro Mundo descobriram que o consenso estava sendo minado no processo de "solução dos detalhes". Isto levou à fricção e a outro impasse, que desde então vem persistindo e se desenvolvendo, tornando-se mais rígido no processo.

Há dois anos, um organismo não oficial e voluntário, a Comissão Brandt, passou a existir como um esforço para ver se o processo de ajuda internacional para o desenvolvimento poderia ser salvo deste impasse nas Nações Unidas. Constituído por um número equivalente de homens eminentes convocados no primeiro e no Terceiro Mundo (o segundo mundo se contentou em ficar observando o espetáculo das laterais), todos eles livres das restrições oficiais, limitações diplomáticas e os procedimentos labirínticos da ONU, e portanto livres para dizerem o que bem entendem, este grupo logo produziu um consenso substancial. Suas recomendações e seus bons ofícios, se forem invocados, poderão contribuir para resolver o impasse nas Nações Unidas, antes de a próxima sessão especial ser iniciada em agosto.

Mas aqui a questão imediata é apenas a prova oferecida pelo sucesso da Comissão Brandt de que o acordo em questões econômicas é possível mediante compromissos razoáveis, e poderia até mesmo ser possível dentro da ONU se primeiro houvesse acordo quanto à prerrogativa da ONU para decidir estas questões sem fugir ao seu sistema de um voto por cada país. Grupos de trabalho como a Comissão Brandt podem ter um excelente papel para desempenhar na descoberta de novos caminhos, mas apenas como grupos auxiliares das Nações Unidas e não como seus rivais ou substitutos. Portanto deve se tornar uma tarefa muito importante da próxima Sessão Especial garantir pelo consenso, se possível ou por votação se necessário, que a ONU terá um papel compreensivo e decisivo a desempenhar nesta questão, não importando se alguns de seus membros gostam ou não do seu sistema de votação. A ONU pode assumir este papel com confiança, pois, como sua história passada demonstra, ninguém deixará a organização porque não gosta de um sistema de votação que faz parte da estrutura essencial do organismo. Nem o primeiro nem o segundo mundo deixará que este fórum seja usado pelo outro sem contestação, e, quanto ao Terceiro Mundo, este é o único forum que pode usar com alguma esperança de sucesso.

Mas as Nações Unidas nunca terão a autoridade formal para obrigar ao cumprimento de suas resoluções, e a menos que algo seja feito quanto a esta questão, acontecerá o mesmo que aconteceu com certos objetivos que, apesar de adotados por consenso há vinte anos, não foram cumpridos por quase todos os países, tanto do segundo quanto do primeiro mundo. Portanto a ONU precisa encontrar primeiro uma forma de suplementar sua autoridade através das pressões públicas, sabendo que todos os países, até mesmo os mais ditatoriais, são sensíveis à opinião pública mundial. Seletivamente, cuidadosamente, e usando cada precedente para reforçar o próximo, a ONU deveria passar por sobre as cabeças dos chefes de governos do mundo, procurando atingir a opinião pública mundial.

A Comissão Brandt sugeriu uma forma para fazer isto — conferências seletivas para abrir novos caminhos, "para modificar o clima internacional e aumentar a perspectiva de um acordo global". Como seriam as coisas se o organismo mundial, agora procurando uma estratégia mundial para a década de 80, começasse este período com tal conferência para prescrever um corte nos orçamentos de defesa de todos os países que excedam uma norma determinada, como uma percentagem do seu produto nacional bruto? Este corte ajudaria a encher os cofres para o desenvolvimento. Ou se propusessem penalidades para aqueles que deixam de cumprir os objetivos adotados por consenso?

A ONU não pode obrigar cortes em orçamentos nem impor penalidades. Mas muitos países poderiam ficar mais dispostos a pagar, se aos olhos de seu público doméstico e internacional fosse realizada uma cerimônia da ONU para distribuir medalhas entre aqueles que pagarem e censuras aos que não cumpriram suas obrigações. Pode haver muitos aspirantes a uma Galeria da Fama nas Nações Unidas, e o ostracismo internacional poderia convencer muitos a comparecer na hora do pagamento. Para um país em desenvolvimento poderia haver o incentivo adicional de uma maior fatia do bolo da ajuda internacional caso mantenha seus gastos com a defesa abaixo da norma prescrita.

Pran Chopra foi editor-chefe do Statesman of India e depois diretor editorial do Press Foundation of Asia (em Manila) e atualmente é comentarista especializado em assuntos sócio-econômicos.

朝日新聞 Asahi Shimbun, Tóquio, Japão

O problema Norte-Sul e a experiência japonesa

Michio Nagai

UM dos aspectos marcantes da Quinta Sessão da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), realizada ano passado, foi trazer à luz a dificuldade em chegar-se a um acordo frutífero entre os países do Norte e do Sul.

A histórica reunião da UNCTAD, o mais importante fórum mundial para o problema Norte—Sul, efetuou-se em Manila, de 7 de maio a 3 de junho, com aproximadamente 5 mil delegados de mais de 150 países participantes.

Um exemplo da dificuldade em chegar-se a qualquer entendimento entre os dois grupos surgiu de sua diferença básica na abordagem do estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional. Os países do Sul foram inflexíveis em sua posição quanto à necessidade de se introduzir um novo sistema de instituições capaz de levar a uma mudança estrutural no atual quadro econômico do mundo. Os países do Norte, por sua vez, mantiveram-se firmes em sua proposta de criar uma nova ordem econômica baseada na manutenção de órgãos existentes como o FMI e o GATT, rejeitando assim a idéia de dar início a um novo sistema de instituições econômicas.

O desejo de uma nova ordem econômica internacional, por parte das naões um desenvolvimento, repercute no Japão de maneira muito expressiva, pois o próprio Japão só emergiu como nação moderna, partindo da crisálida de uma sociedade atrasada, pelo final do século XIX. Ante a evidência do desempenho japonês para tornar-se um estado industrial avançado após uma luta longa e dura, há pessoas aqui, contudo, que esperam que os novos países em desenvolvimento sejam capazes de igualmente se erguer por seu próprio esforço. A questão é saber até que ponto essa lógica se sustenta.

Foi esse o ponto em torno do qual se baseou um programa de estudos conjuntos levado a cabo por dois anos, sob o título genérico de "A Experiência Japonesa", na sede da Universidade das Nações Unidas, em Tóquio, por um grupo de especialistas japoneses e estrangeiros. Após um seminário de quatro dias, a partir de 25 de fevereiro desse ano, para examinar as descobertas desses estudos conjuntos, chegou-se à conclusão de que a experiência japonesa não pode ser aplicada na íntegra ao mundo em desenvolvimento de hoje.

Em primeiro lugar, o abismo tecnológico e econômico existente entre o Japão e os países avançados do Ocidente, no final do século XIX, era bem menor, se comparado ao que hoje existe entre o Norte e o Sul. Em segundo lugar, o Japão, nó curso de seu desenvolvimento, foi não só capaz de utilizar as matérias-primas baratas de outras partes da Ásia ainda em condição colonial ou semicolonial, como também de dominar seus mercados internos. Os países em desenvolvimento de hoje, entretanto, não se encontram em circunstâncias tão favoráveis.

Há algumas outras diferenças, mas só essa basta para ilustrar o fato que a História raramente se repete, se é que jamais o faz, segundo um padrão idêntico. Poucos se inclinam, sejam eles japoneses ou não, a cometer o erro de achar que, como o Japão foi outrora um país em desenvolvimento, sua experiência possa ser oferecida como um modelo, ou que um estudo de seu histórico deva lançar luz sobre os problemas das nacções em desenvolvimento de hoje. Isso foi assinalado como uma nota conclusiva do seminário.

O que se mostra essencial, não apenas para os japoneses mas também para as demais democracias avançadas, é apreender a verdadeira índole do ambiente histórico que envolve os países em desenvolvimento de hoje, assim como a natureza dos vários problemas internos que os afligem. Apenas através de uma tal perspectiva é possível compreender a inutilidade de forçar sobre eles a ordem econômica internacional existente.

As nações em desenvolvimento, contudo, não se devem limitar a erguer suas vozes em desaprovação da ordem econômica existente. Mais importante que isso é um autêntico esforço de sua parte para compreender a natureza real de fenômenos sociais como a estagnação econômica e o crescente índice de desemprego que assolam o mundo avançado de hoje.

A Conferência de Manila, felizmente, chegou a um acordo, em princípio, no tocante ao estabelecimento de um fundo comum para os produtos primários dos países em desenvolvimento, com o objetivo de aumentar seus ganhos de exportação. Desnecessário dizer que as nações em desenvolvimento não podem esperar que suas economias cresçam ou prosperem sem uma economia estável nas sociedades industriais avançadas, e vice-versa. A interdependência, no caso, é absoluta.

Diante de tais fatos, podemos chegar apenas a uma conclusão muito simples, qual seja, a necessidade de todas as nações mais uma vez se darem conta de que estão no mesmo barco — a comunidade mundial — independentemente de pertencerem ao Norte ou ao Sul. É portanto um imperativo que todos os povos reconheçam que não há alternativa senão dar seguimento às negociações atuais, sejam quais forem as diferenças de opinião, e com uma paciência infinita, para estabelecer-se uma nova ordem econômica global.

Michio Nagai, ex-Ministro da Educação do Japão, é editorialista do Asahi Shimbun

Karachi, Paquistão

O relatório da Comissão Brandt

R. M. U. Suleman

O relatório da Comissão Independente sobre o Desenvolvimento Internacional (ICIDI) é uma nova e admirável tentativa para pôr fim à crescente confrontação entre países ricos e pobres, que se tornou por demais evidente no diálogo Norte-Sul em Paris, na V UNCTAD, em Manilha, e na mais recente Conferência UNIDO (ONU — Desenvolvimento Industrial) III, em Nova Déli.

Ninguém melhor para presidir a ICIDI do que Willy Brandt, o criador da **Ostpolitik**, que pôs termo a um longo período de confrontação na fronteira oriental de seu país. Através do relatório da ICIDI, ele tentou mostrar que as soluções duradouras, no nível global, geralmente só podem ser encontradas depois que a confrontação chega a um fim.

Pelos termos em que são definidas, a maioria das propostas da Comissão Brandt coloca os países em desenvolvimento como recebedores e os países desenvolvidos como doadores. Apesar disso, é provável que despertem pouco entusiasmo no Terceiro Mundo, onde poucos esperam que os países desenvolvidos as aceitem, seja no espírito ou na letra. Tal ceticismo baseia-se na funesta experiência dos países em desenvolvimento, desde o lançamento das propostas de Pearson, que cobriam idêntico terreno, há pouco mais de uma década. A Comissão Brandt, contudo, tentou esquivar-se a essa linha de crítica ao sublinhar que as duas décadas à nossa frente podem ser desastrosas para a humanidade, fato que deveria impor um comportamento mais responsável do que no passado.

Admitindo-se que as propostas da Comissão Brandt sejam recebidas com credulidade maior, vale a pena saudá-las por seus temas genéricos relativos a uma mais ampla e mais automática transferência de recursos para os países em desenvolvimento, ao programa global de alimentos, a reformas básicas no sistema econômico internacional, a mudanças nas disposições comerciais e a alterações institucionais. No tocante aos componentes individuais das propostas, as reações hão de diferir de país a país.

Para os países mais pobres, foi proposta uma ajuda financeira adicional de pelo menos quatro bilhões de dólares por ano, para objetivos que incluem grandes projetos regionais. A dar-se continuidade às práticas em vigor, o Paquistão não há de figurar entre os mais pobres, se bem que em 1977 seu PNB per capita de 190 dólares equivalesse a apenas 1,9% do PNB per capita da Suíça (997 dólares).

O programa global de alimentos prevê a aplicação de mais dinheiro na agricultura do Terceiro Mundo, maior ajuda alimentar e estoques mais substanciais de gêneros a fim de reforçar, nesse setor, a segurança mundial. Em 1976, a porcentagem de alimentos, nas importações de mercadorias no Terceiro Mundo, variou de 3%, na Turquia, a 42%, no Bangladesh. O Paquistão, com um índice intermediário de 21%, há de achar a proposta bem atraente.

Um significativo aumento na transferência de recursos para os países em desenvolvimento foi proposto pela comissão, tanto através de um mais amplo fluxo da assistência oficial ao desenvolvimento quanto de maiores facilidades de empréstimo junto às instituições financeiras internacionais. Foi também sugerido um aumento no programa de empréstimos.

Para a assistência oficial ao desenvolvimento, por parte dos países industrializados, recomendou-se um índice de 0,7% do PNB, para ser alcançado em 1985, e de 1% para antes do final do século. Há um apelo para tornar as transferências de recursos mais previsíveis, através de compromissos a longo prazo para proporcionar assistência oficial ao desenvolvimento, da crescente utilização de receitas internacionais automaticamente mobilizadas e da expansão do período de reabastecimento.

O problema da dívida externa, nos últimos anos, tornou-se especialmente agudo nos países em desenvolvimento. Há muitas razões para isso, sendo uma das principais o crescimento das crises econômica e energética, que têm efeitos desastrosos sobre as fracas economias de tais países. A situação complicou-se ainda mais porque eles tiveram de pagar 57% de sua dívida entre 1976 e 1980, restando 36% para o período que irá de 1981 a 1985.

Os termos pelos quais os países em desenvolvimento recebem créditos e empréstimos estão se deteriorando rapidamente. O prazo médio de pagamento decresceu de 19,4 anos, em 1970, para 15,3 anos em 1975. O prazo inicial de carência, durante o qual eles não são obrigados a fazer pagamentos, foi reduzido de 5,2 anos, em 1970, para 4,5 anos, em 1975. A taxa média de juros, enquanto isso, subiu de 5,3%, em 1970, para 6,7%, em 1975.

A maioria dos países em desenvolvimento, para enfrentar o problema de sua dívida externa, é forçada a recorrer a métodos como o adiamento de pagamentos, o refinanciamento, as declarações de moratória, os anulamentos, etc. Em geral, quando pressionados a pagar os juros e a maior parte da dívida, eles contratam nos mercados monetários empréstimos a curto prazo e com juros altos.

Os países em desenvolvimento procuram com urgência uma solução radical para o problema de sua dívida externa. Na reunião geral da UNCTAD, em 1978, o grupo dos 77 propôs uma abordagem global que permitisse solucionar tal problema em bases multilaterais. Sugeriu-se então cancelar-se o montante de 20 bilhões de dólares das dívidas estatais dos países em desenvolvimento que não exportam petróleo, o que significava anular as dívidas dos 29 países mais pobres, incluindo o Paquistão, e reduzir as de 16 outros países pouco desenvolvidos.

Os países credores opuseram-se no entanto à proposta, alegando que estavam às voltas com dificuldades econômicas e que a solução poderia minar o sistema internacional de crédito, repercutindo negativamente sobre as importações dos países em desenvolvimento. Insistiram para que as dívidas fossem acertadas à parte entre os países diretamente interessados. Chegou-se em conseqüência a um acordo que dava aos credores o direito de decidir cada caso. Empréstimos que somavam apenas 6,2 bilhões de dólares, devidos pelos países mais pobres, foram posteriormente cancelados.

A mais grave omissão no relatório da Comissão Brandt é assim a ausência de qualquer proposta para minorar o ônus esmagador da pesada dívida externa que se faz sentir sobre tantos países em desenvolvimento.

R. M. U. Suleman, economista, escreve freqüentemente para os jornais do seu país sobre problemas econômicos nacionais e internacionais.

A FOME E A ESTRATÉGIA

Robin Sokal

ELIMINAR a fome e a subnutrição tão logo que possível — na pior das hipóteses, antes do final do século — será um dos principais objetivos da nova estratégia internacional do desenvolvimento para a década de 80. No momento atual, calcula-se em um bilhão de pessoas — um quarto da população mundial — o número dos que são vitimados pela fome e a pobreza. Os pobres não podem comprar comida, mesmo quando ela existe, e permanecem assim tão enfraquecidos pela subalimentação e as doenças que não podem suplantar sua miséria nem contribuir para a prosperidade de seu país. Para tentar satisfazer às necessidades alimentícias das populações, os países em desenvolvimento importam cada ano mais cereais: 80 milhões de toneladas em 1978, 85 milhões em 1979 e provavelmente, caso persista a atual tendência, 145 milhões em 1980. E a cada ano mais recursos, financeiros e humanos, são sacrificados ao desenvolvimento. A dívida aumenta, as condições de vida pioram e a estabilidade política é ameaçada.

Durante as últimas duas "décadas para o desenvolvimento", das Nações Unidas, tornou-se claro que os planos globais de desenvolvimento econômico não bastaram para atenuar sensivelmente a fome no mundo. Houve em conseqüência uma evolução na orientação do esforço de desenvolvimento, que se fixou sobretudo na alimentação. As soluções para os problemas alimentares já não são vistas como resultados desejáveis de fórmulas de desenvolvimento econômico a longo prazo. As propostas da nova estratégia internacional de desenvolvimento para a década de 80, que serão debatidas na sessão extraordinária da Assembléia-Geral da ONU em setembro próximo, prevêem progressos para a auto-suficiência e a segurança alimentar dos países em desenvolvimento, a elevação dos níveis de nutrição, a maior participação dos países em desenvolvimento no comércio mundial de produtos agrícolas e a expansão da produção agrícola desses países como um todo a um índice anual médio de 4% (que foi o objetivo não realizado da estratégia da década de 70). Mas, apesar dos esforços para encarar o problema do desenvolvimento de maneira global, e não mais por setores, ainda existe a tendência a situar a alimentação numa ótica fragmentada, vinculando-se a produção à agricultura, a nutrição à saúde pública, as importações e exportações ao comércio. Ora, a eliminação da fome está ligada a todos esses aspectos do problema e todos os elos da cadeia alimentar devem ser reforçados simultaneamente.

Hoje, todos os elos estão fracos. A segurança alimentar mundial é precária. Acham-se em ponto-morto as negociações para um novo acordo internacional sobre o trigo, baseado na coordenação plurinacional das reservas de cada país a fim de estabilizar o mercado do gênero alimentício mais corrente no mundo. Graças em parte aos esforços do Conselho Mundial de Alimentação da ONU, assinou-se em 6 de março de 1980 uma Convenção de Ajuda Alimentar, normalmente parte do acordo, que eleva de 4,2 milhões para 7,6 milhões de toneladas a garantia mínima anual de ajuda alimentar aos países em desenvolvimento. Ainda estamos porém longe do objetivo de 10 milhões de toneladas fixado pela Conferência Mundial de Alimentação de 1974. No início desse ano, registrou-se a escassez anormal de alimentos em 26 países — 17 da África, 5 do Extremo-Oriente, 2 do Oriente-Médio e 2 da América Latina. Kampuchea, Angola, Cabo Verde, Somália e Uganda conheceram momentos particularmente difíceis. No ano passado, a produção de alimentos em todos os países em desenvolvimento cresceu apenas em 1,3%. Em mais da metade de 106 países, a produção aumentou num ritmo inferior ao do crescimento demografico. À medida em que as importações aumentam, diminui a participação dos países em desenvolvimento nos ganhos mundiais de exportação de produtos da agricultura, da pesca e da silvicultura.

Não faltam estatísticas, mas, como disse um ex-primeiro-ministro britânico, "as estatísticas não enchem barriga". As resoluções e exortações que a comunidade internacional multiplica, desde a última grande crise alimentar mundial de 1972-1974, também não resolvem o caso. As nações e os homens podem dispensar muitas coisas, mas sem comida não conseguem viver. A fome solapa todos os tipos de desenvolvimento. A nova estratégia internacional do desenvolvimento perderá assim sua razão de ser se seu principal objetivo não for a eliminação da fome e da subnutrição.

Tão importante, senão mais, é dispor de meios para realizar esse objetivo, inculcando-se na comunidade internacional o compromisso político de eliminar a fome efetiva e praticamente. Reconheceu-se que o mundo possui suficiente recursos técnicos e financeiros para vencê-la quando da Conferência Mundial de Alimentação de 1974. Mas a Conferência não dispunha de meios políticos que permitissem mobilizar e coordenar esses recursos a um alto nível internacional e foi por isso que se criou, ao final de seus trabalhos, o Conselho Mundial de Alimentação. Desde então, o Conselho esforçou-se por congregar num todo coerente os vários elos da cadeia alimentar.

Em sua quinta sessão, ano passado, em Ottawa, o Conselho introduziu o conceito das estratégias alimentares nacionais, que permitiria a todos os países interessados enquadrar os vários aspectos do problema, da produção ao consumo de alimentos, no contexto geral de seu próprio desenvolvimento. Trinta e um países já decidiram adotar uma estratégia alimentar. Em sua sexta sessão, prevista para Arusha, na Tanzânia, de 3 a 6 de junho de 1980, o Conselho há de propor um projeto internacional de "direito à alimentação" que visa garantir comida para os famintos, nos próximos anos, e dar aos agricultores locais os estímulos necessários para que a produzam. Será também apresentado um plano alimentar de emergência, para tempos de crise, tendo por base uma rede de estoques nacionais e uma "promessa" de ajuda, para evitar que o mercado entre em pânico nos períodos eventualmente críticos.

Uma estimativa recente, baseada nas hipóteses mais otimistas quanto ao crescimento dos recursos, indica que várias centenas de milhões de pessoas ainda passarão fome no ano 2000, caso o desenvolvimento prossiga em seu atual ritmo. As propostas do Conselho Mundial de Alimentação são inovadoras, positivas e de alcance prático, mas dependem de uma ação política conjugada para que possam ser levadas a termo. O problema é saber se a comunidade internacional está ou não disposta a eliminar a fome. Em caso afirmativo, essa determinação estará no centro da nova estratégia internacional do desenvolvimento para a década de 80.

Robin Sokal, ex-jornalista das revistas Time, Life e Newsweek, é funcionário do Conselho Mundial de Alimentação em Roma. Colabora com freqüência em diversas publicações da ONU.

Le Monde
Paris, França

UM PROBLEMA DE RESPONSABILIDADE POLÍTICA

Gérard Viratelle

O desencanto causado pelo fracasso relativo de importantes conferências, como a V CNUCED (Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento) e a III ONUDIA (Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Industrial) não permite esquecer o fato de que outras discussões, impregnadas de esperança, continuam a ser mantidas, periodicamente, quanto a diversos tópicos (fundos comuns, direitos marítimos, código internacional para as transferências de tecnologia, etc.). E o calendário das relações ditas Norte-Sul, com a reabertura da sessão extraordinária da Assembléia-Geral da ONU, deixa entrever um prazo que aponta de igual modo para uma retomada do diálogo.

Desde a Assembléia de 1974 e a votação da Carta dos Direitos e Deveres dos Estados, ocorreu na verdade um substancial progresso, passando-se das conferências especializadas para as reuniões de grupos de especialistas. Alguns acordos concretos foram inclusive estabelecidos, como a anulação ou o refinanciamento das dívidas dos países mais pobres. Por outro lado, houve a realização de Lomé II, que renovou a questão fundamental das relações entre a Comunidade Econômica Européia e o Terceiro Mundo (principalmente a África).

Por que vigora desde então um clima de morosidade? Tentando definir os obstáculos ao progresso da nova ordem econômica internacional, em setembro de 1979, o secretariado da CNUCED sustentava, a propósito da organização dos mercados dos produtos de base, do comércio, da divisão do trabalho e do sistema monetario, que diante do "baixo poder econômico e político" dos países em desenvolvimento, a instauração de uma nova ordem "dependia em grande parte da vontade política dos países desenvolvidos de aplicar as resoluções da Assembléia-Geral de 1974". Mas, ao que parece, esses países não vêem o interesse que teriam em reformar a estrutura das relações econômicas internacionais, embora reconheçam a estreita interdependência existente entre o Norte e o Sul e o fato de que a prosperidade de um está amplamente subordinada ao desenvolvimento do outro.

Os países industrializados invocam suas — reais — dificuldades (menor ritmo de crescimento, desemprego, inflação) para explicar que lhes é impossível satisfazer as exigências do Terceiro Mundo, que eles julgam, ademais, irrealistas e excessivas. De fato, os 77 adotaram, em Manilha e em Nova Délhi, atitudes às vezes consideradas intransigentes, em grande parte para responder aos fins do não receber e às manobras dilatórias dos países ocidentais pouco desejosos de fazer concessões.

Entretanto, a evolução das relações de forças no mundo, a importância tomada pelos excedentes financeiros dos países petrolíferos nas economias ocidentais, os abalos causados pelas altas de preço dos hidrocarburetos, a instabilidade e as revoluções que, como no Irã, varrem um modelo de desenvolvimento forçado, sem falar da pressão exercida sobre eles pelos países pobres, todos esses fatores deveriam conduzir os Estados bem providos a um realismo maior. É forçoso constatar que eles praticam de preferência a política do avestruz.

As transferências de recursos, em geral, não atingem quando muito senão 0,7% do PNB. Os países desenvolvidos, por outro lado, só a contragosto aceitaram conceder um tratamento preferencial às produções dos países recentemente industrializados. Foi contudo demonstrado que a industrialização do Sul, feitas as contas, era benéfica ao Norte, desde que não beneficiasse apenas às multinacionais, cujas atividades são abertamente defendidas por vários governos ocidentais no seio das conferências internacionais. É verdade que certos países em via de desenvolvimento praticam também sem discernimento uma política de boa acolhida em relação a essas sociedades, hipotecando sua independência. Isso faz parte das numerosas "contradições" do Terceiro Mundo. Há outras igualmente notáveis, como as que opõem os países pobres aos ricos países petrolíferos ou, ainda, às nações recentemente industrializadas.

O grupo dos 77, assim, poderá ter dificuldades cada vez maiores para manter sua aparente coesão, por menos que as potências industrializadas explorem suas divisões. A evolução das relações Norte-Sul dependerá em muito da capacidade que terão seus 120 membros para conservar sua unidade e também, talvez, da vontade de um certo número deles de levar a bom termo reformas elementares mas indispensáveis (redistribuição das riquezes, democratização da vida política e econômica, liberalização da informação, utilização judiciosa da ajuda estrangeira, luta contra a corrupção, etc).

Plantu

A reivindicação em favor de uma nova ordem econômica internacional tornar-se-á mais aceitável para os países desenvolvidos à medida em que os países em desenvolvimento puderem reportar-se a uma nova ordem interior mais justa e equilibrada. À falta disso, os países ricos menos predispostos a seu respeito poderão asseverar com justeza que o sistema internacional não é o único responsável pela miséria! É preciso reconhecer, sem dúvida, que nos países que demonstram menos agilidade para realizar reformas econômicas e sociais internas a burguesia dirigente acha-se em geral parcialmente ligada ao Ocidente, evitando-se assim, não sem motivos, a confrontação com ele.

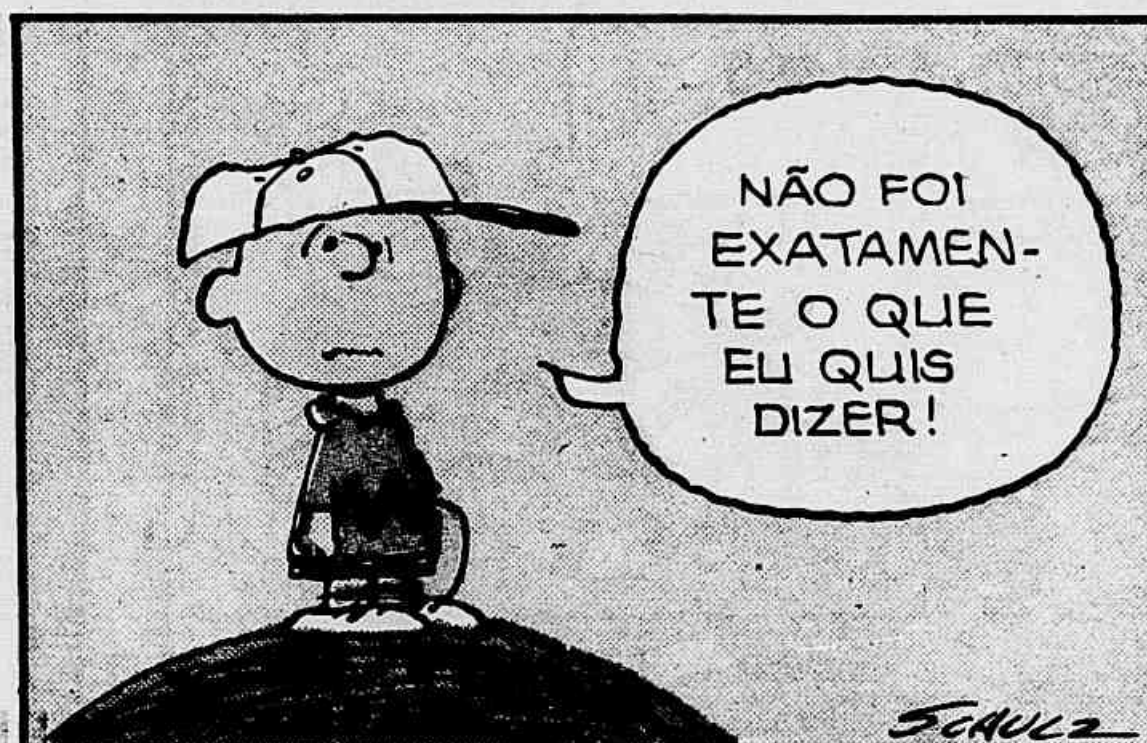
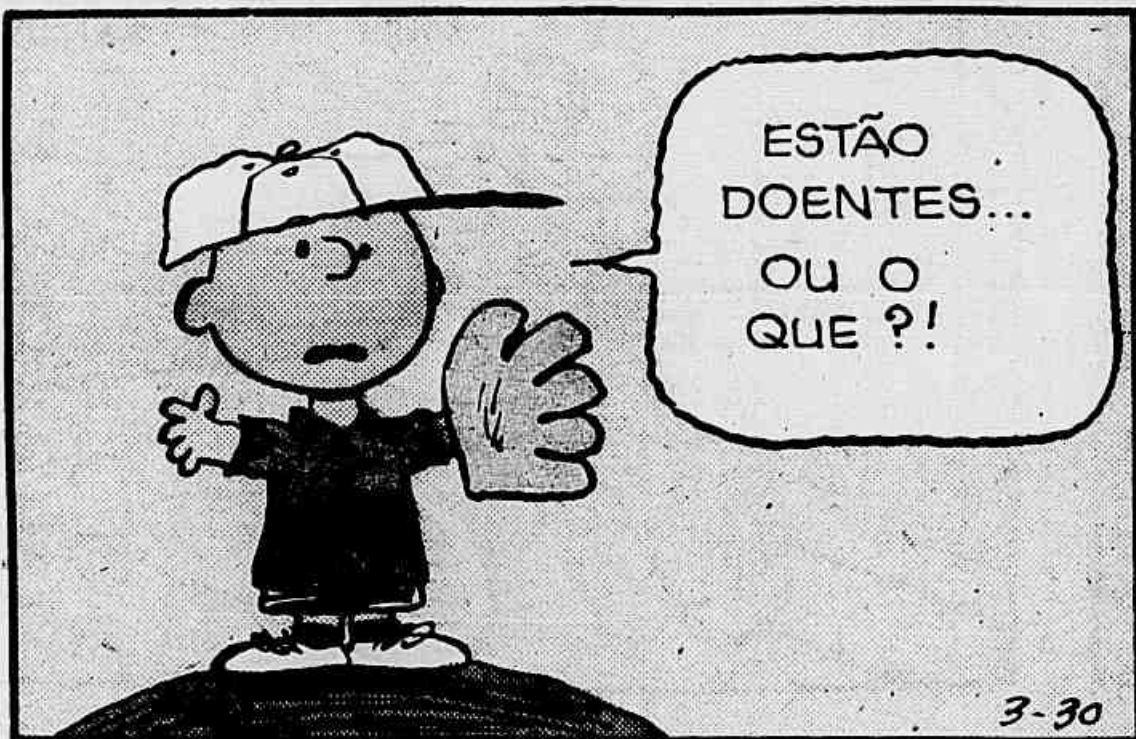
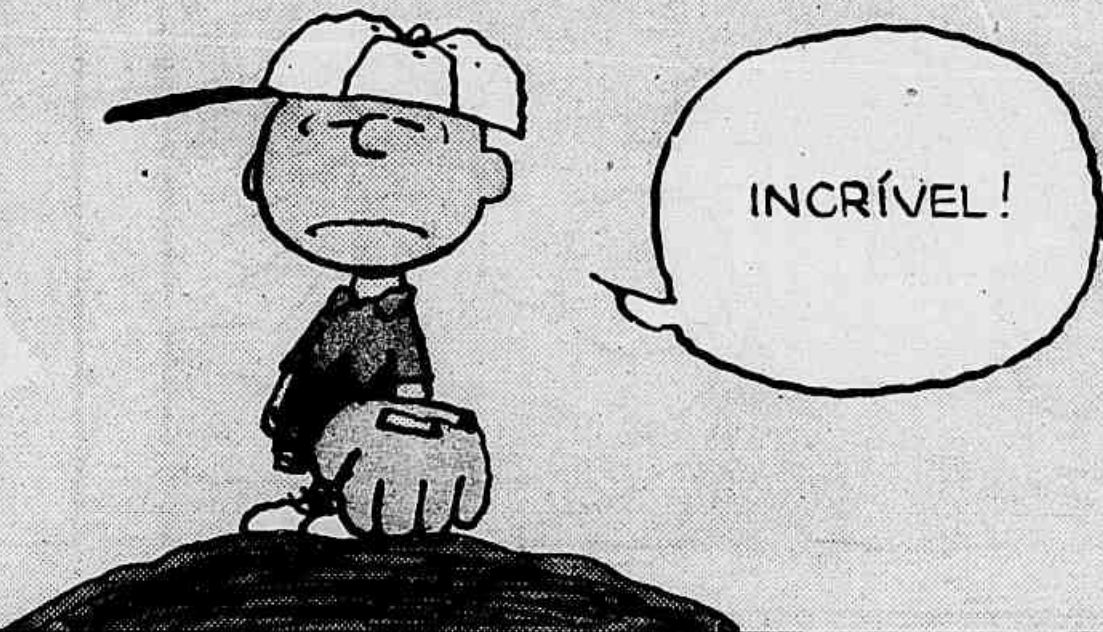
Claro está, por outro lado, que as matérias-primas não constituem para o Sul uma "arma" tão eficaz quanto o petróleo. E esse, com efeito, é uma arma de dois gumes. Desde que os países "moderados" (Costa Rica) e "progressistas" (Cuba, Madagáscar) convidaram publicamente os países petrolíferos a manifestar concretamente sua solidariedade em relação aos Estados mais desfavorecidos, a OPEP anunciou várias formas de assistência. Por ora, contudo, essa assistência não é considerada suficiente pelos beneficiários, que estimam que os países petrolíferos — pelo menos os que dispõem de recursos que excedem em muito às suas próprias necessidades — deveriam ser bem mais generosos para com o Terceiro Mundo. De qualquer modo, é no momento do maior interesse que produtores e não produtores de petróleo, no seio da OPEP, entendam-se sobre a maneira de abordar esse problema, antes da abertura das negociações do outono.

Enfim, pode-se falar de diálogo Norte—Sul quando o Leste, na verdade, não faz parte integrante dele? A URSS e os países de economia centralizada deram uma contribuição importante para a industrialização de países socialistas (Cuba, Argélia) ou amigos (Índia). Também eles, hoje, fundamentam seu desenvolvimento, em certa medida, na importação de tecnologia ocidental e encontram em países do Terceiro Mundo escoadouros — às vezes preferenciais — para seus próprios produtos. Assim, eles não podem ser totalmente solidários com esses países, ou pelo menos exprimem essa solidariedade, antes de tudo, por razões políticas. A China, enfim, desde que se abriu para o mundo exterior, entra também no jogo das relações econômicas internacionais.

A necessidade de coordenar essas relações é assim reconhecida, por diversas razões, por um grande número de países. Não querendo se contentar com as recaídas de um crescimento mais lento e arcar com o ônus da crise, os países pobres procuram obter mudanças estruturais. Paralelamente, são instados a redobrar seu esforço de desenvolvimento interno e a aumentar a cooperação entre si. A nova ordem econômica internacional não poderá instaurar-se a não ser que todas essas medidas complementares sejam conduzidas simultaneamente e que nenhum país ou grupo de países fuja às suas responsabilidades políticas.

Gerard Viratelle é redator de Le Monde

CADERNO DE QUADRINHOS

Nº222 Suplemento do JORNAL DO BRASIL, 22 de Junho de 1980 Não pode ser vendido separadamente

ARCA dos BICHOS de Addison

CEBOLINHA
MAURICIO

VEJA, CEBOLINHA!
OH! UMA LÂMPADA IGUAL AQUELA DA HISTÓLIA DO ALADIM!
© 1980 MAURICIO DE SOUSA PROD.

JÁ IMAGINOU SE FOSSE MESMO A TAL LÂMPADA DO ALADIM?
PUXA! SELIA LEGAL! A GENTE ESFLEGAVA E APALECIA UM GÊNIO!

E ESSE GÊNIO IA REALIZAR TODOS OS NOSSOS DESEJOS!
JÁ IMAGINOU? A GENTE IA TER MILHÕES DE SOLVETES, CALINHOS, BOLAS, TUDO QUANTO É BLINQUEDO!

EU IA QUERER UM CAMINHÃO DE LIXO SÓ PRA MIM!
E A GENTE PODIA SER MAIS FOLTE QUE A MÔNICA! EU IA PEDIR MAIS CABELO PLA MIM! PUXA! SELIA MALAVILHOSO!

ESPERA AÍ, CEBOLINHA! PODE SER QUE ELA SEJA A TAL DE LÂMPADA MARAVILHOSA!
É MESMO! DAÍ A GENTE SELIA OS GALOTOS MAIS LICOS DO MUNDO!

ESFREGA, CEBOLINHA! ESFREGA!

TÔ ESFLE-GANDO!

POIS NÃO, MEU AMO E SENHOR!

UAAAIII!
MANHÊ!
FIM

WALT DISNEY

MICKEY

COMEMOS O NÚMERO EXATO DE CALORIAS NESSE ALMOÇO.
CAFÉ CAFÉ

INCLUINDO A SOBREMESA?

OH... NUNCA CONTO AS CALORIAS DA SOBREMESA!

MÓVEIS
ESPERE UM POUCO... JÁ VOLTO.

?

AGORA O SOFÁ...

AQUI... ISSO! E O ABAJUR AQUI AO LADO...

ASSIM.
AQUI ESTÁ BOM!

UFA!
A SENHORA VAI COMPRAR ISSO TUDO?
NÃO.

MÓVEIS
3-23
MAS ASSIM NÃO FICAREI IRRITADA COM A DECORAÇÃO SEMPRE QUE PASSAR POR AQUI.

VERISSIMO
AS COBRAS
80-25

ALÔ!

ALÔ

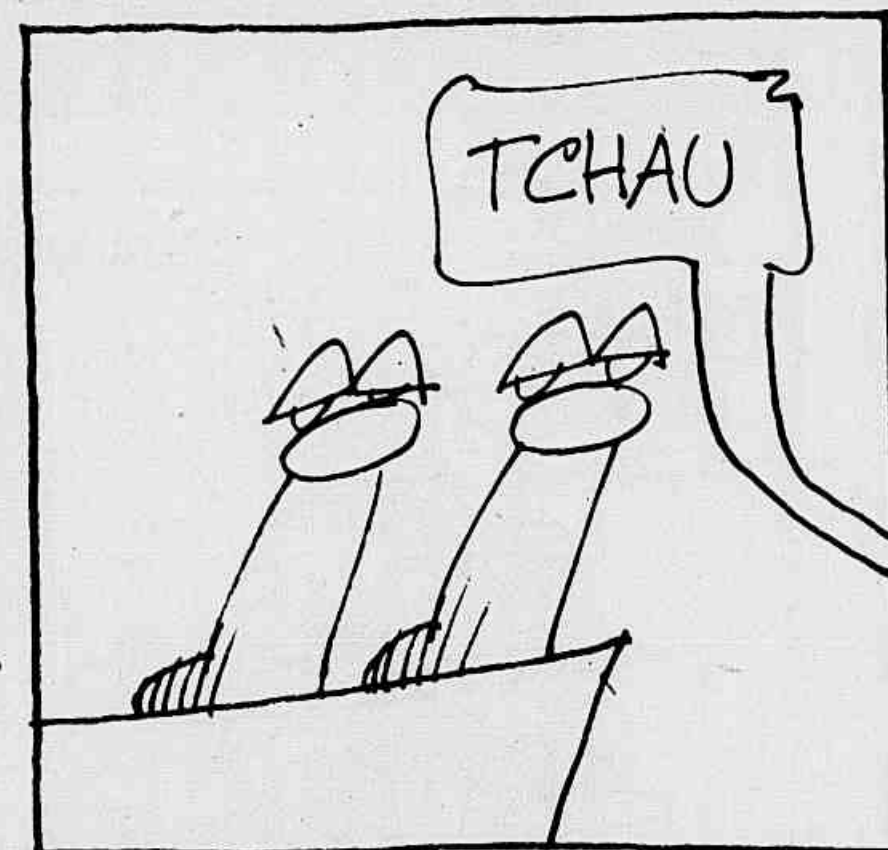
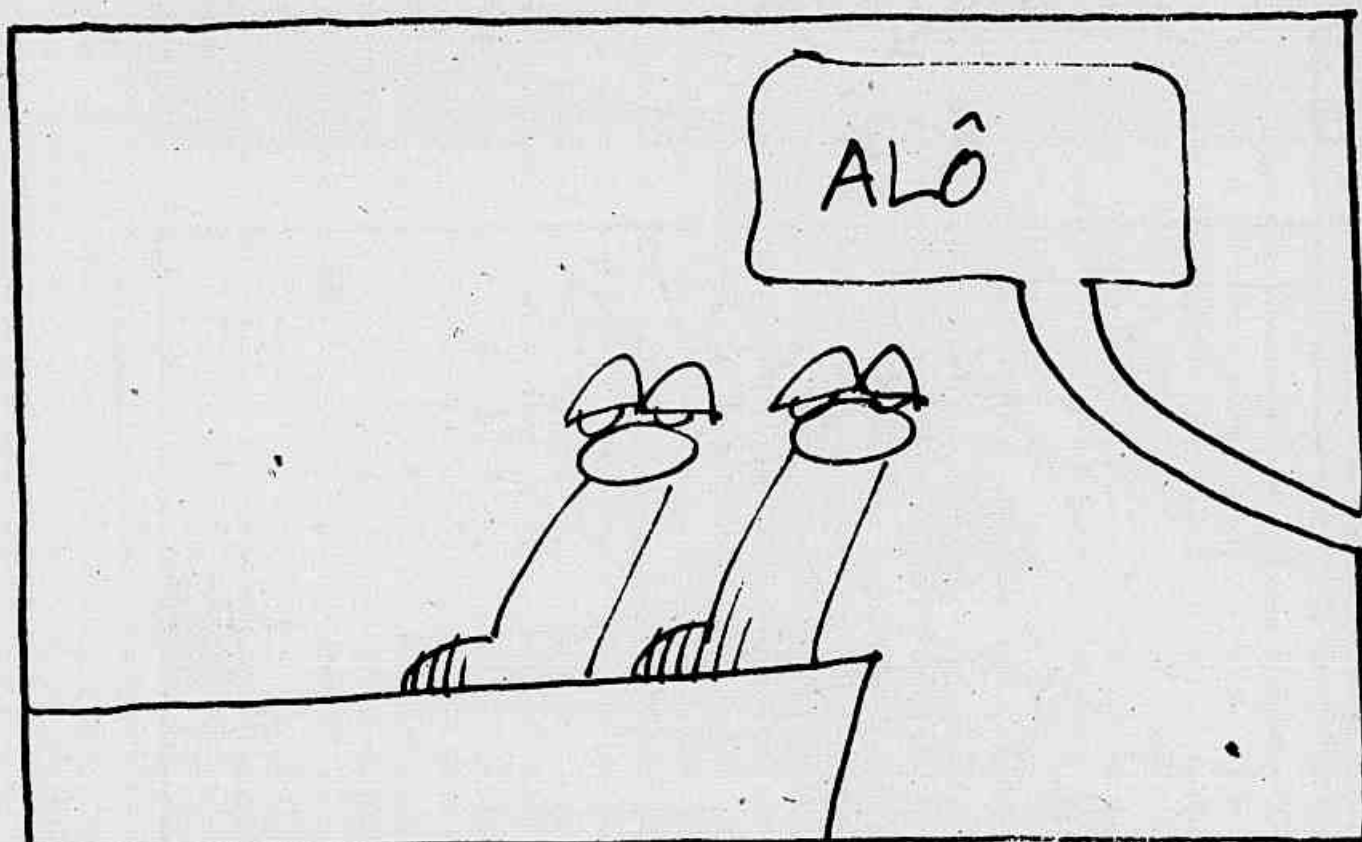
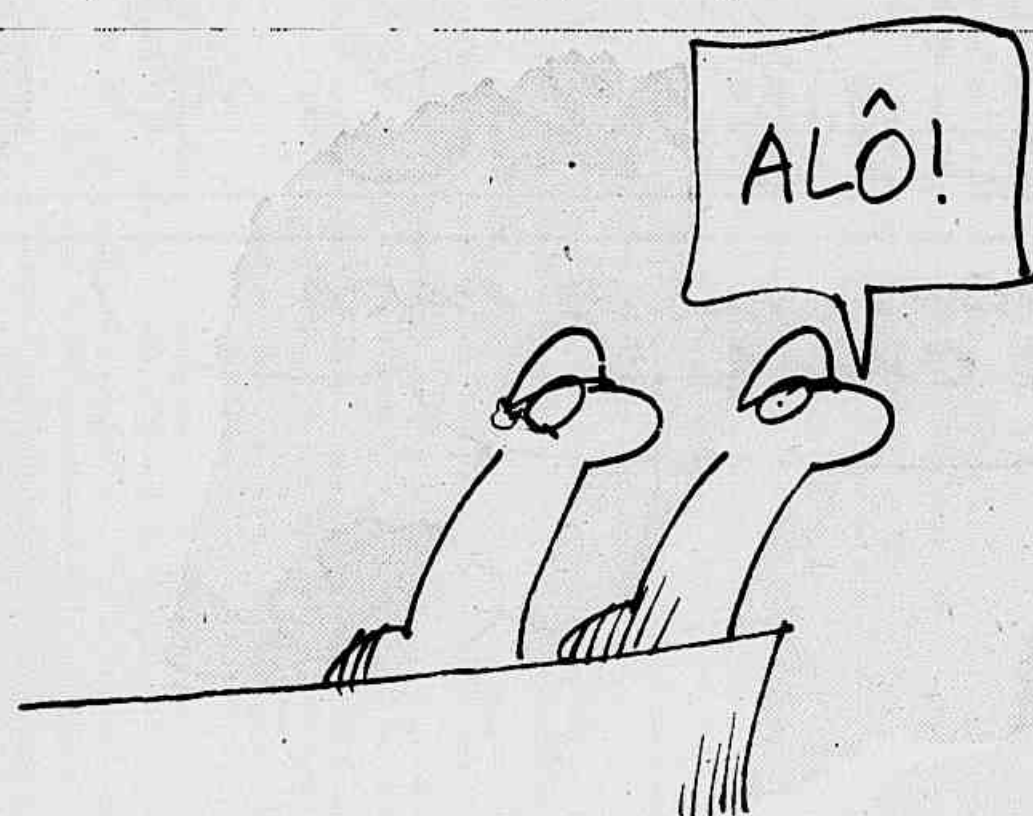
UM, DOIS, TRES!

UM, DOIS, TRES

TCHAU!

TCHAU

NÃO É UM ECO MUITO BOM

TAMBÉM, COM ESTES DIÁLOGOS...

Zezé e Cia

de MORT WALKER e DIK BROWNE

FÊMUR
HECTOR SAPIA
OLHE, DESENHEI ESTE AMIGUINHO PRA VOCÊ BRINCAR COM ELE.

TA' GOSTANDO ?

COMO É, NÃO VAI BRINCAR COM ELE ?

GOSTARIA DE SABER PRIMEIRO QUE BICHO E' ESSE.

E' UM CACHORRO QUE NEM VOCÊ !

MENINA! ELE CHAMA ESSA "COISA" DE CACHORRO!
PULGAS

VAI VER O COITADO CARREGA CUPIM, EM VEZ DE PULGAS!
A P I A

KID FAROFA de Tom K. Ryan ®

FRANK e ERNEST

ZZZZZZZ ZZZ

BELINDA
de YOUNG RAYMOND

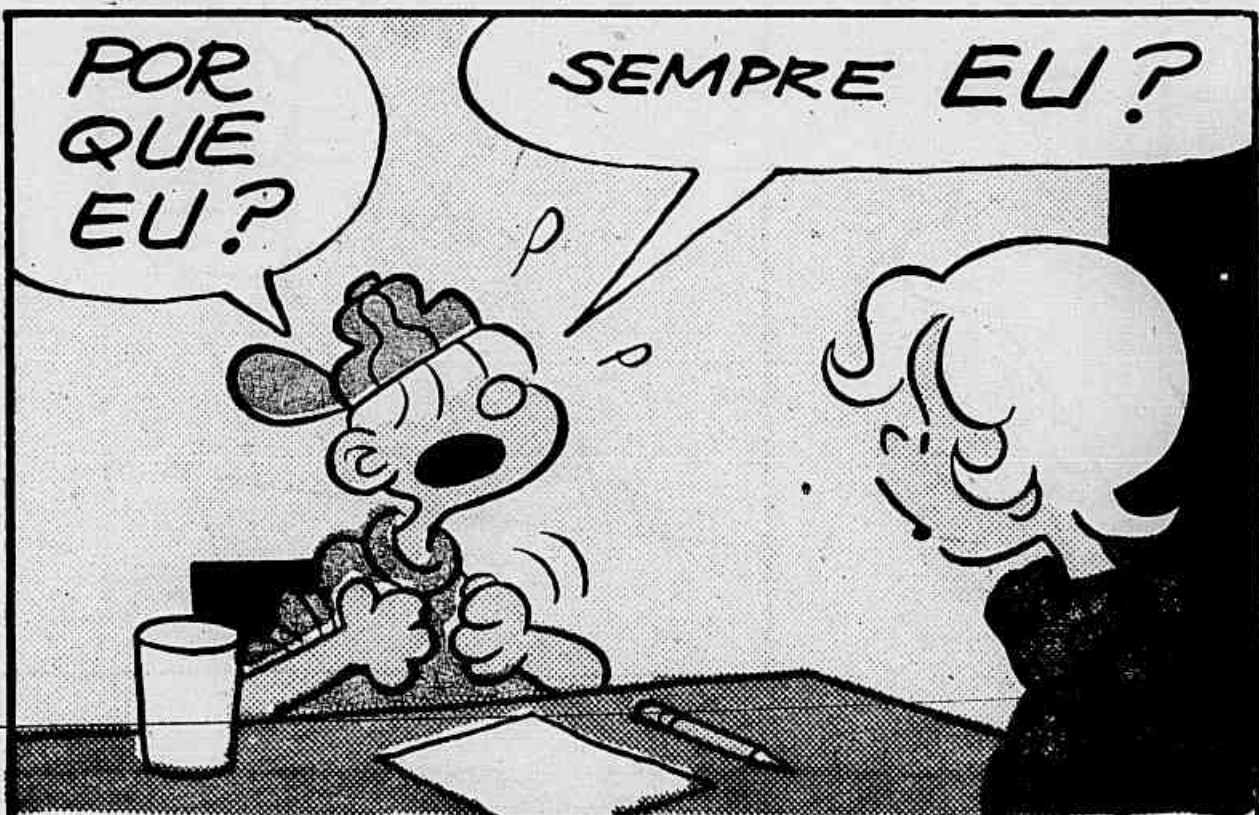
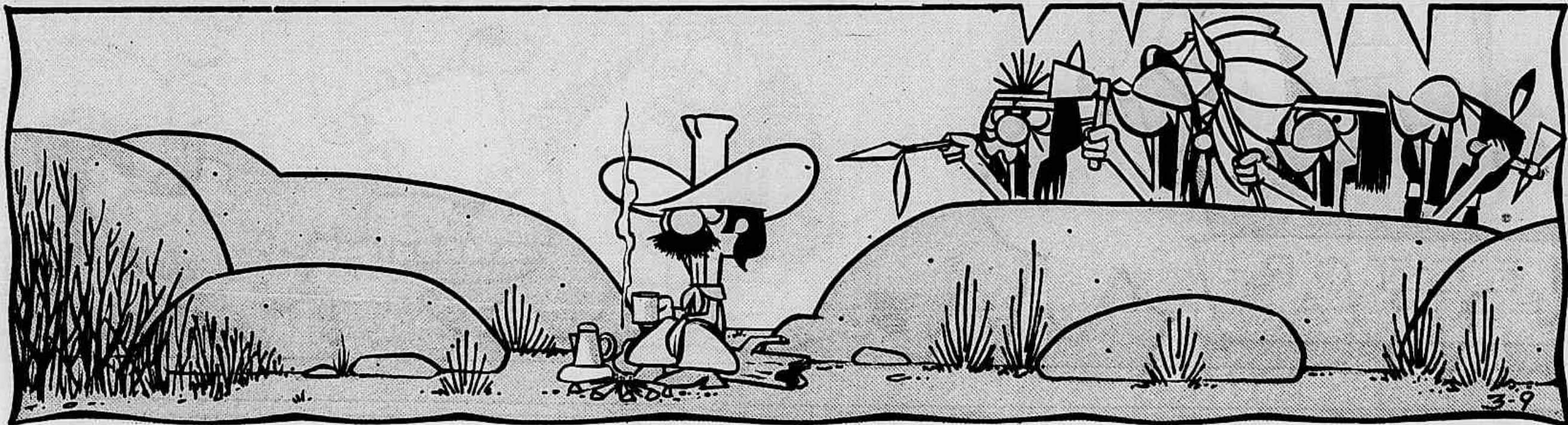
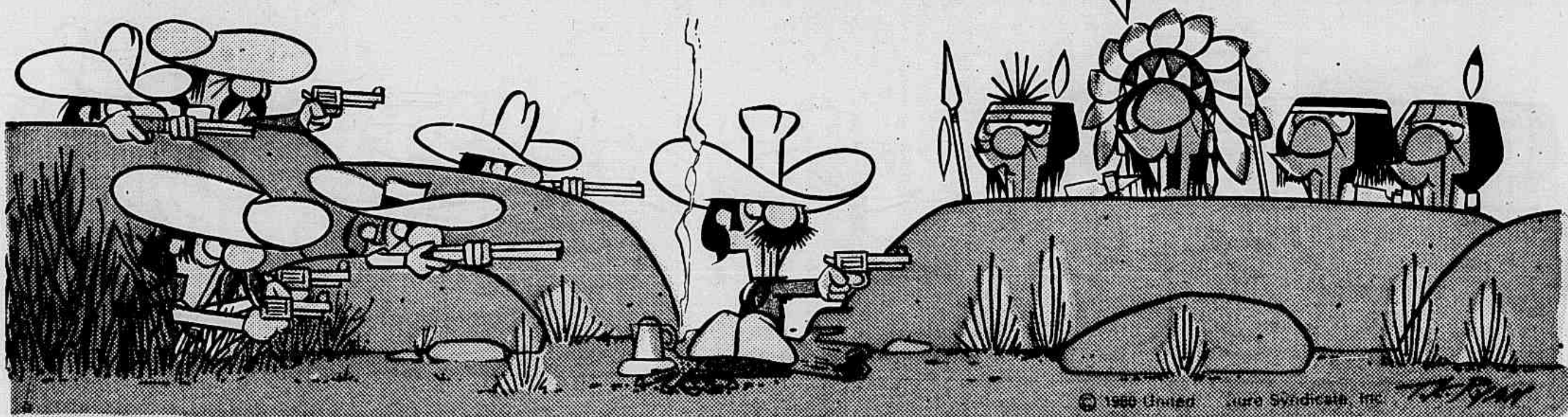
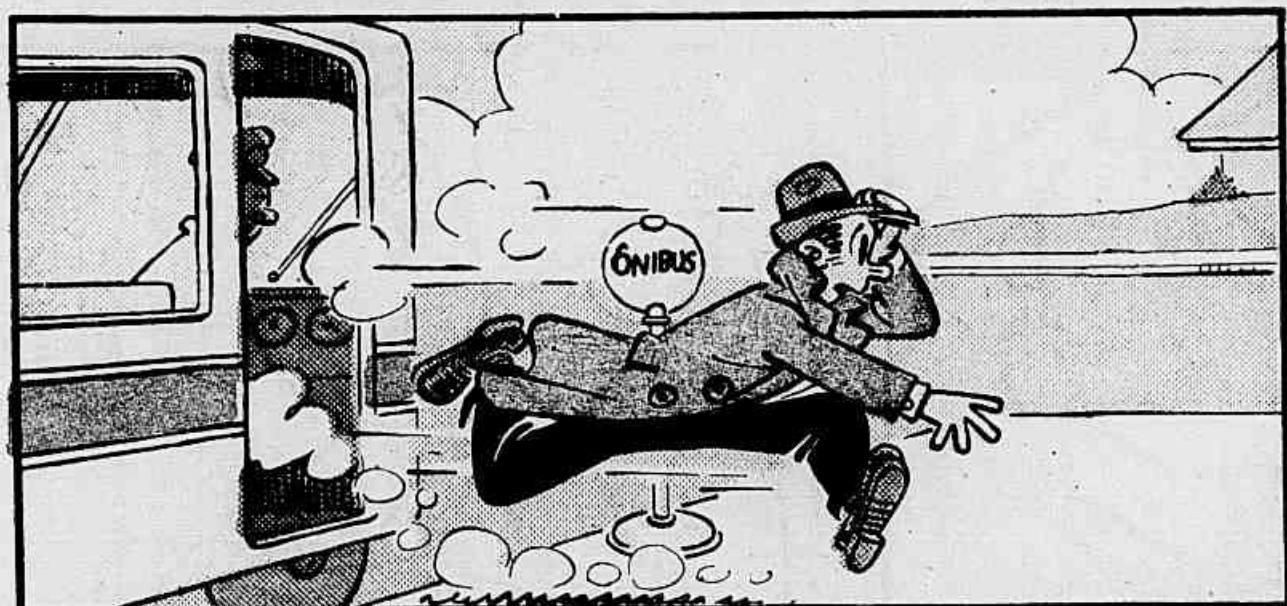
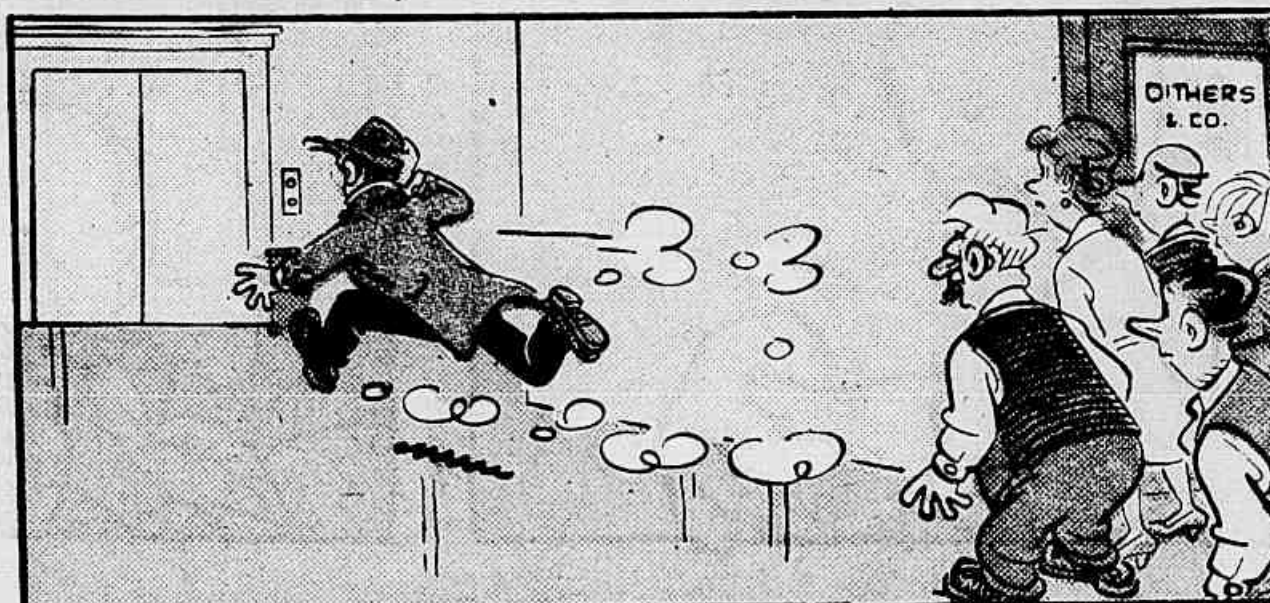
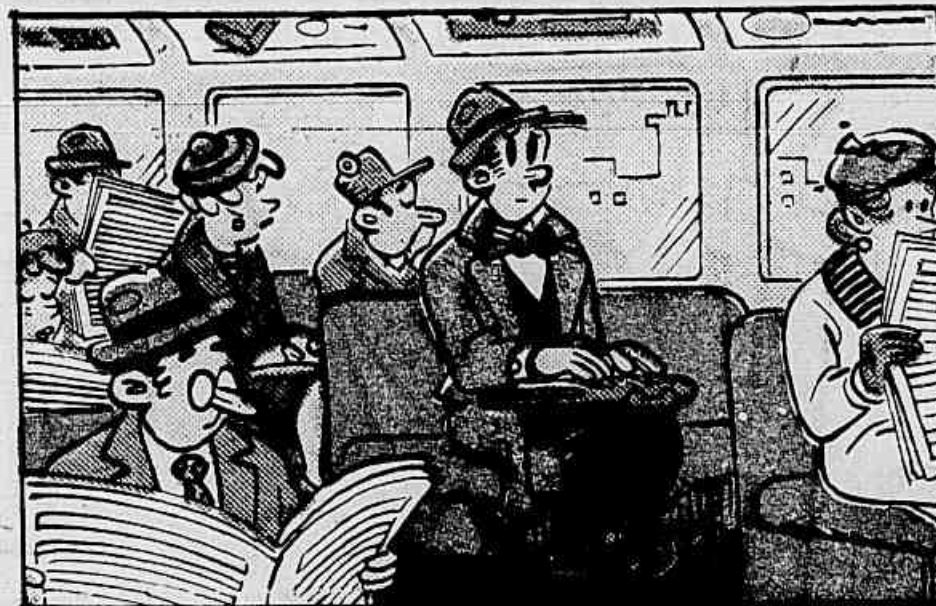
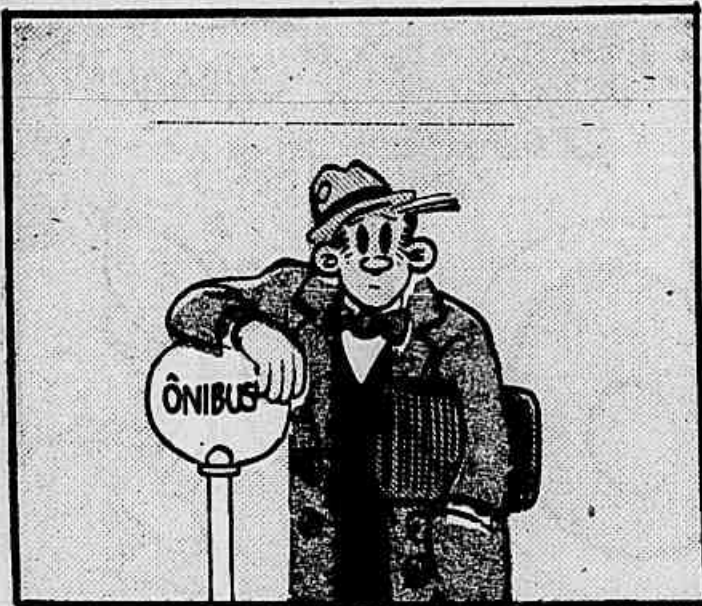
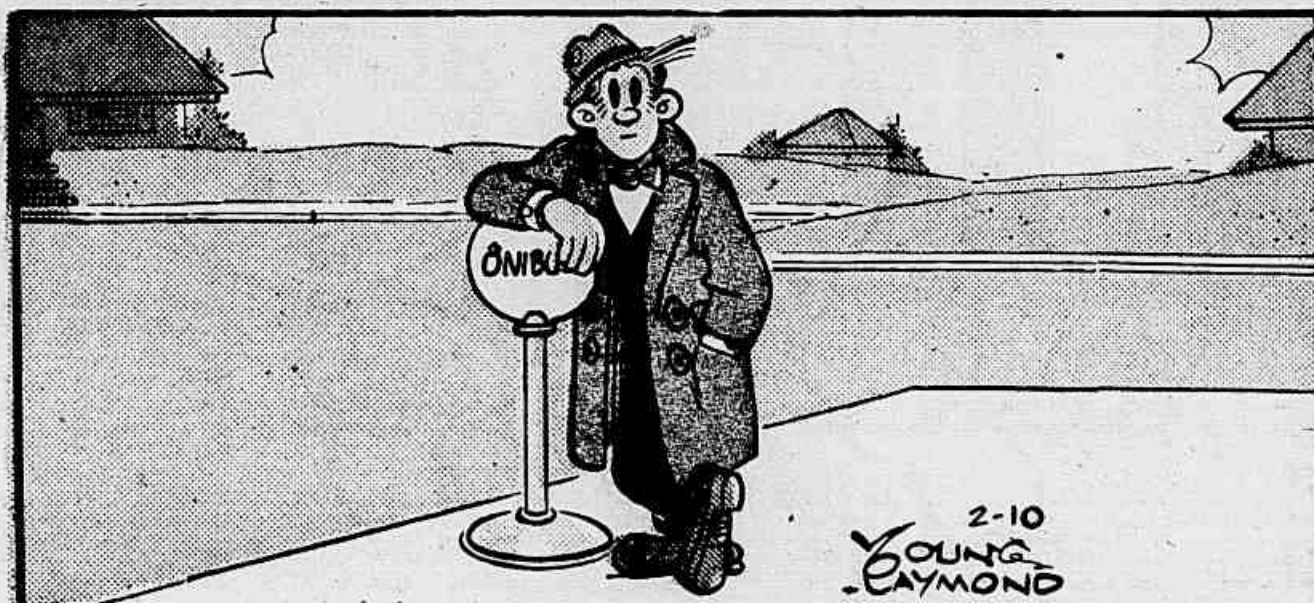
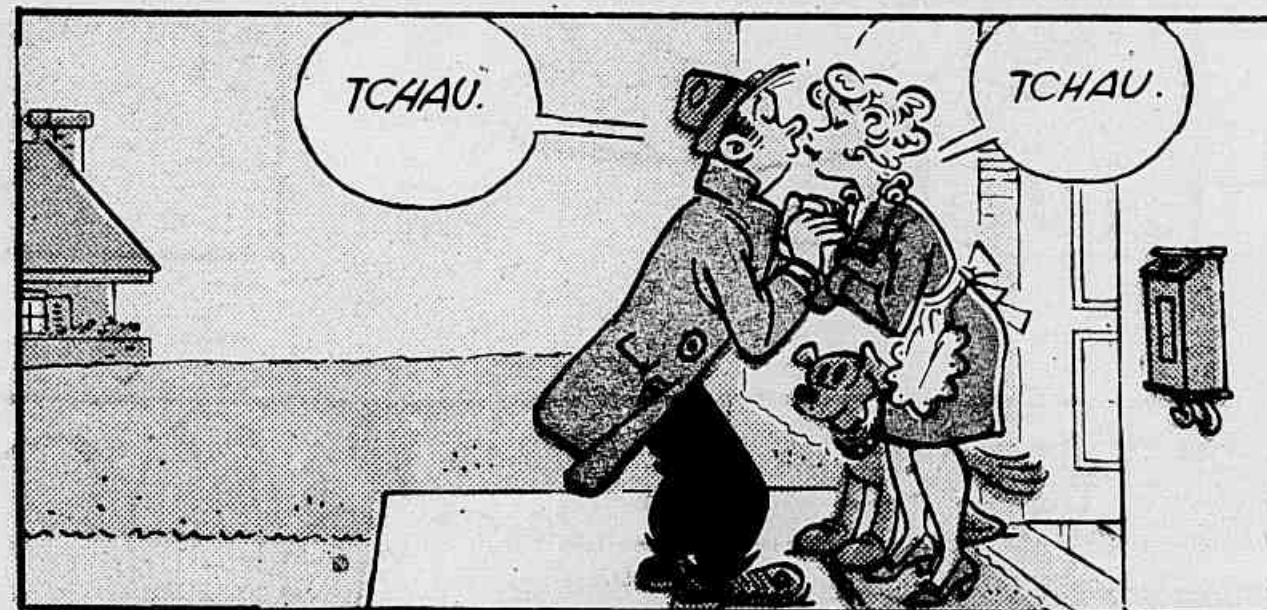
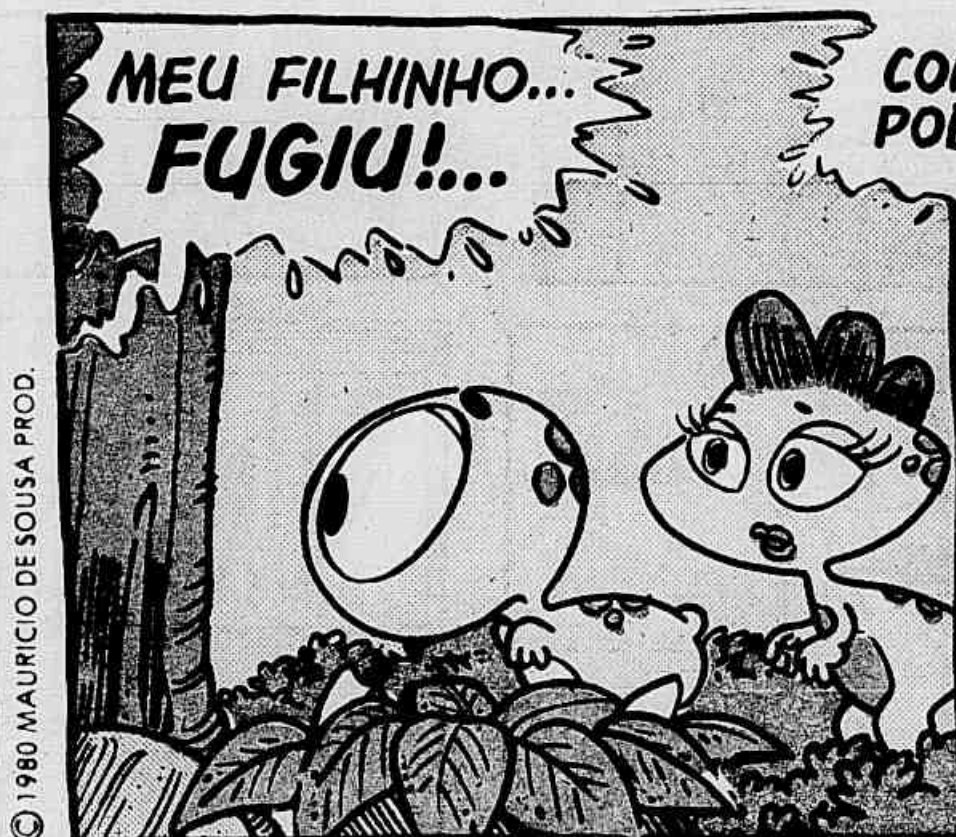
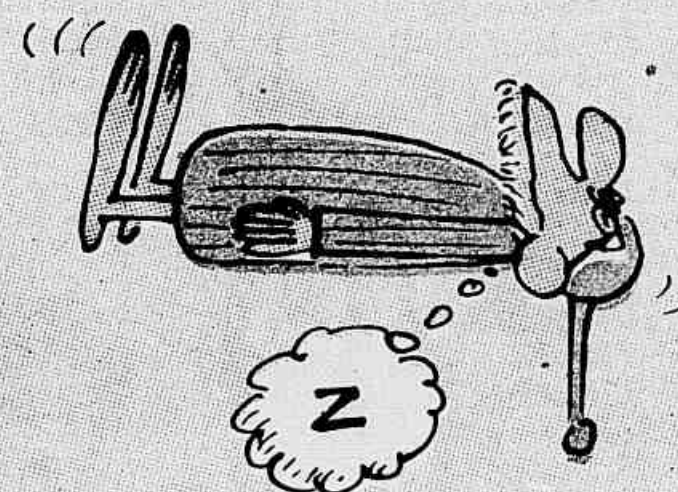
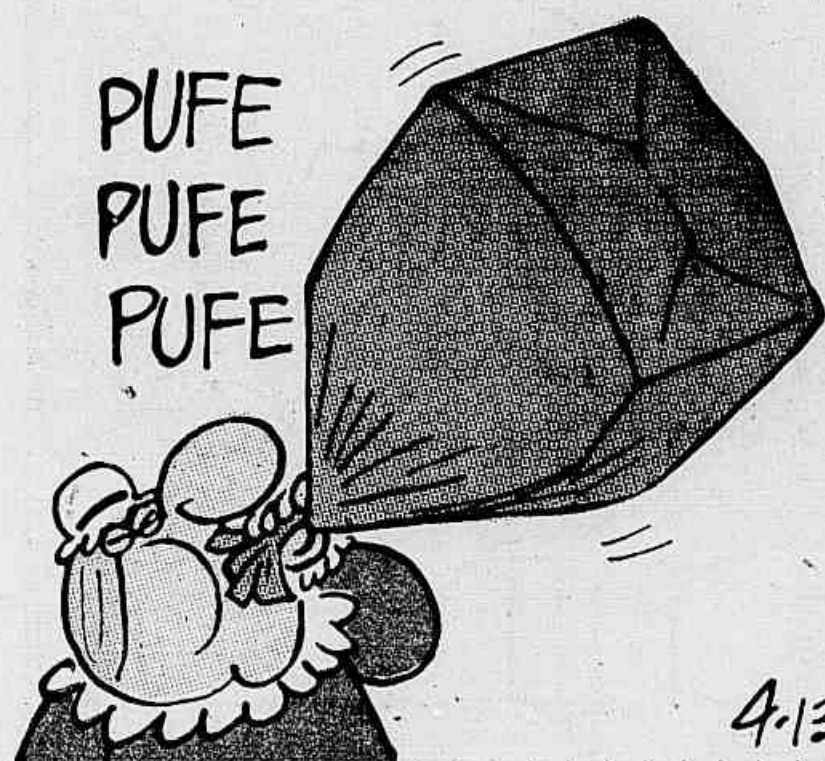
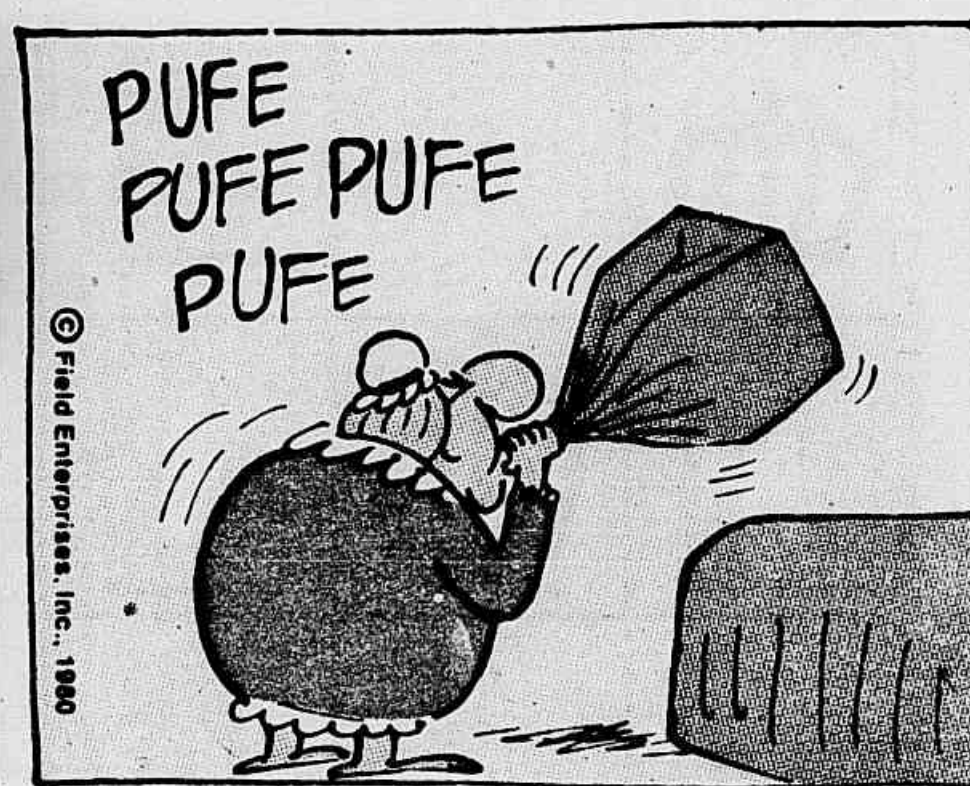
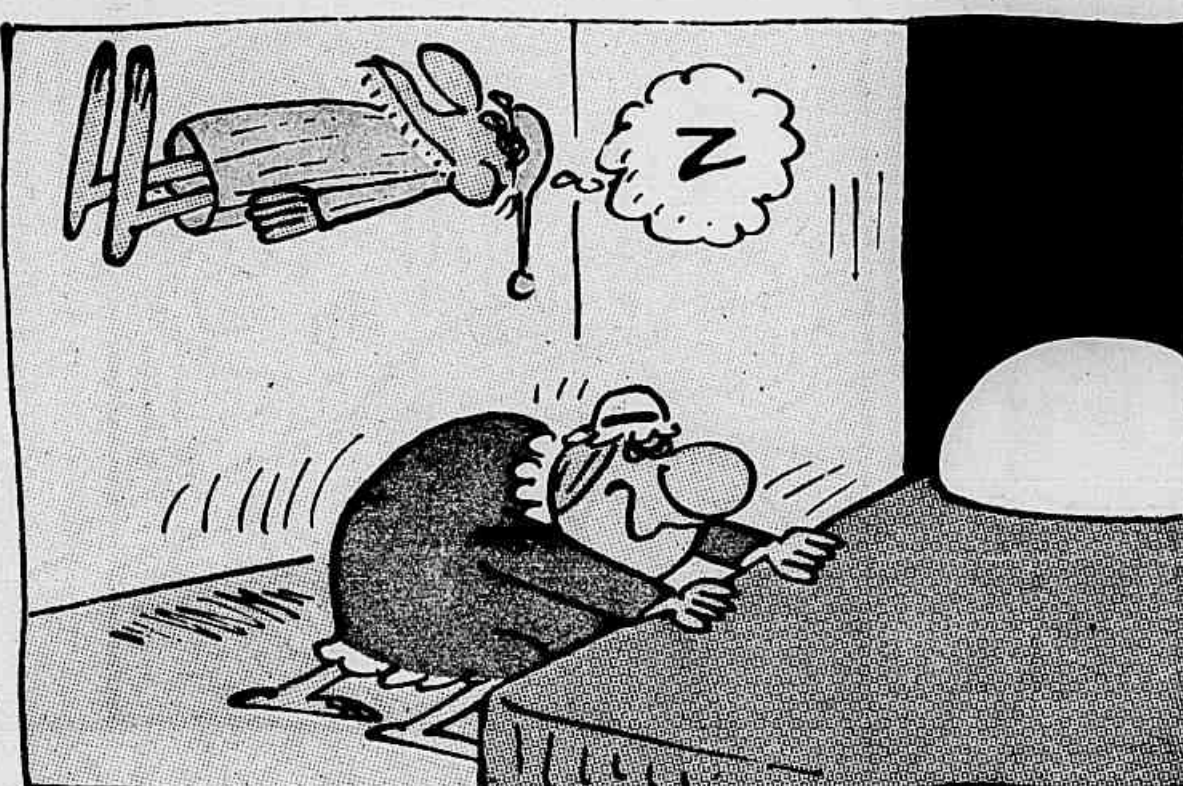
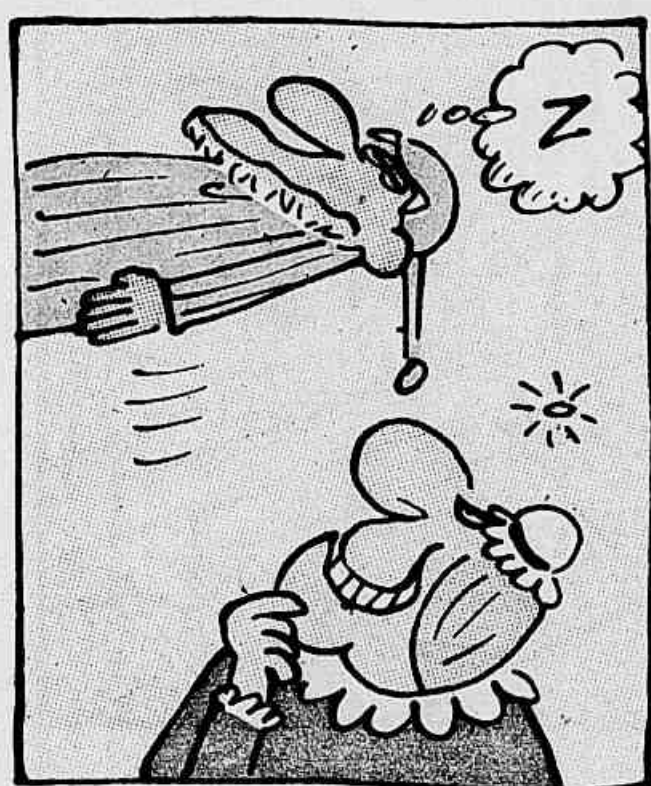
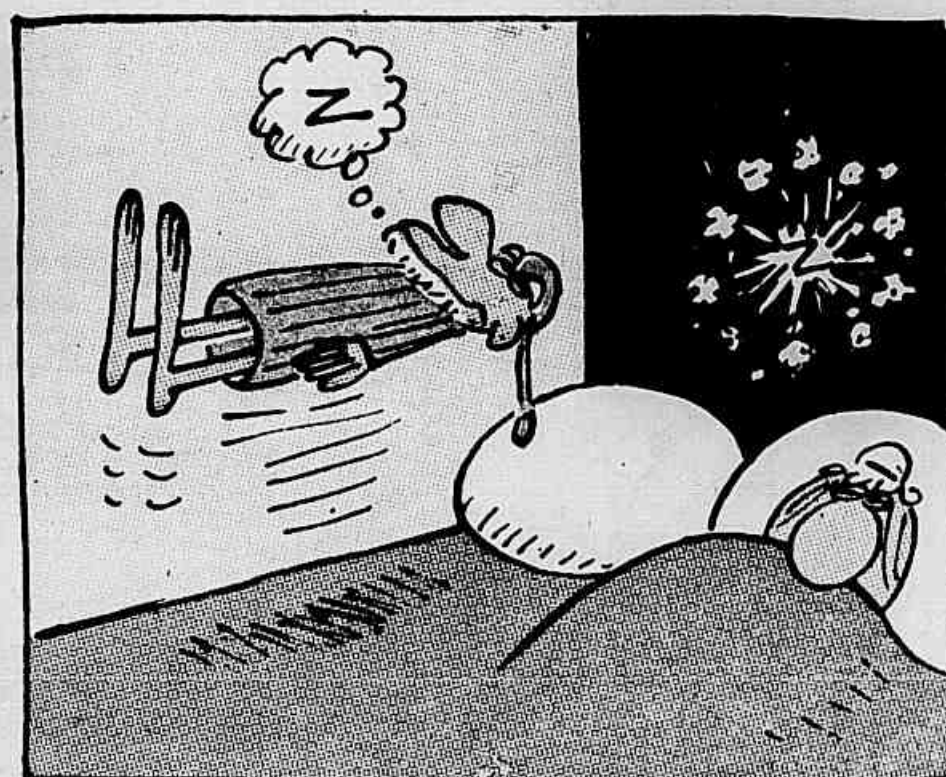
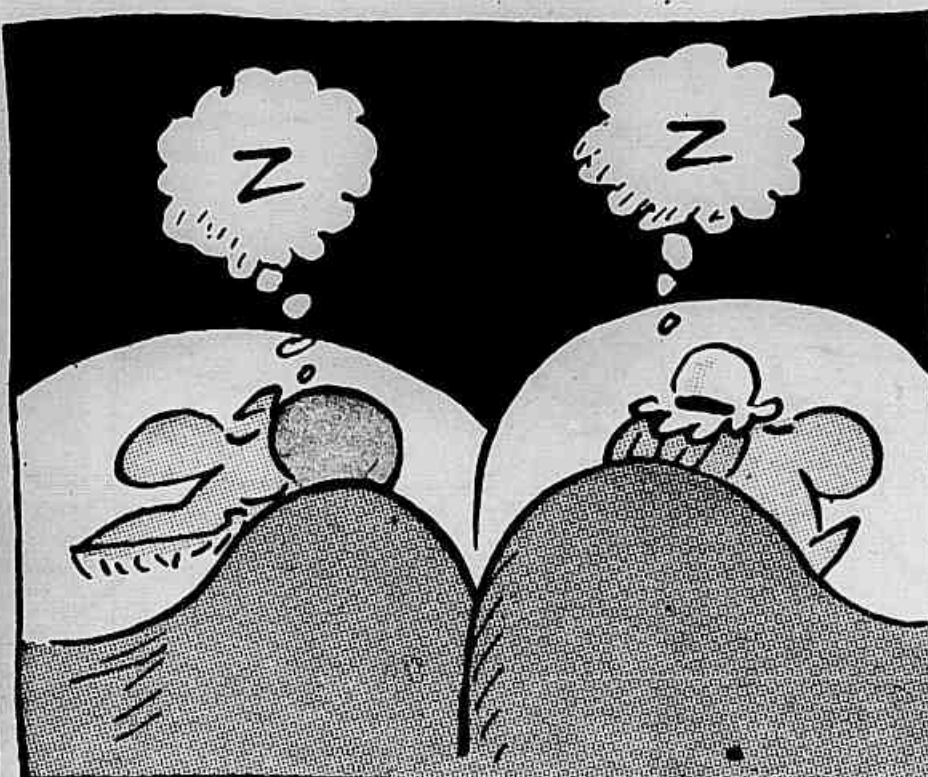
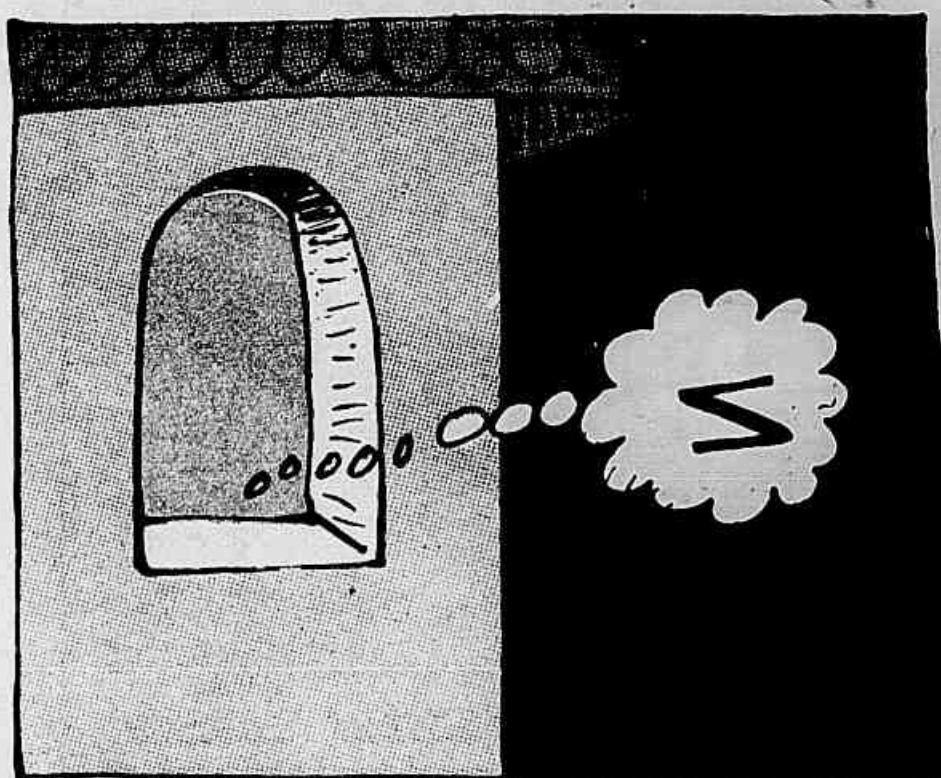
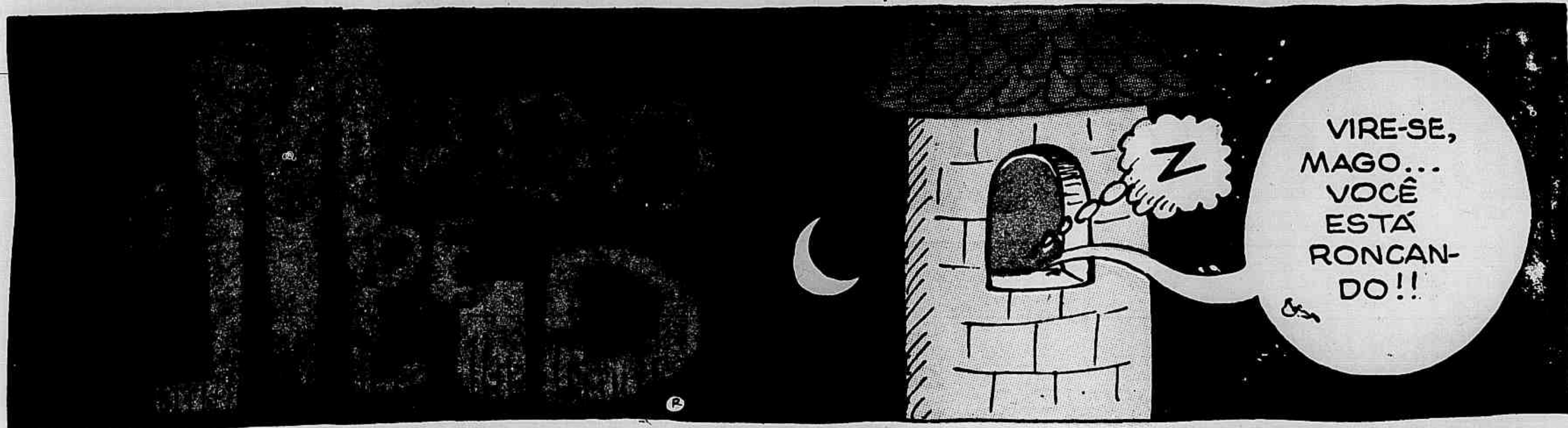
ÔNIBUS

EI! SUA MULHER TELEFONOU PARA DIZER QUE VOCÊ ESQUECEU DE BEIJÁ-LA AO SAIR DE CASA!!

É ISSO MESMO!! EU SABIA QUE TINHA ESQUECIDO ALGO!
NÃO PERCA TEMPO!

CORRA O MAIS RÁPIDO QUE PUDER! ELA DEVE ESTAR NA PORTA DE CASA ESPERANDO!

DITHERS & CO.

ÔNIBUS

PANT PANT
GASP
© 1980 King Features Syndicate, Inc. World rights reserved.

MEU BEM!
QUERIDO!

TCHAU.
TCHAU.

ÔNIBUS
2-10
YOUNG
RAYMOND

É DURO SER UM SÍMBOLO SEXUAL.

MAURICIO
HORÁCIO
CAPÍTULO V
UAAAAH!
ELA ESTÁ ACORDANDO!
VAMOS VER O QUE VAI FAZER QUANDO DESCOBRIR SUA AUSÊNCIA!

ÔI, FI- LHINHO! COMO É QUE...
?

MEU FILHINHO... FUGIU!...

COITADINHO! POBREZINHO!
INDEFESO NO MUNDO!
!
PUXA!

MAS QUE COISINHA FOFA! SÓ PODE SER O FILHINHO QUE EU PERDI HÁ MUITOS ANOS ATRÁS!
379

MEIO ESPINHENTO MAS CABE BEM, AÍ!
EI, DONA! DEVE HAVER ALGUM ENGANO!

DONA? ME CHAME DE MÃEZINHA!
ESTÁ QUENTINHO, AÍ?
COMO É QUE VOCÊ ADIVINHOU?
VOCÊ JÁ OUVIU FALAR EM INTUIÇÃO FEMININA?
MAURICIO
FIM

Z
VIRE-SE, MAGO... VOCÊ ESTÁ RONCAN-DO!!

Z

Z
Z

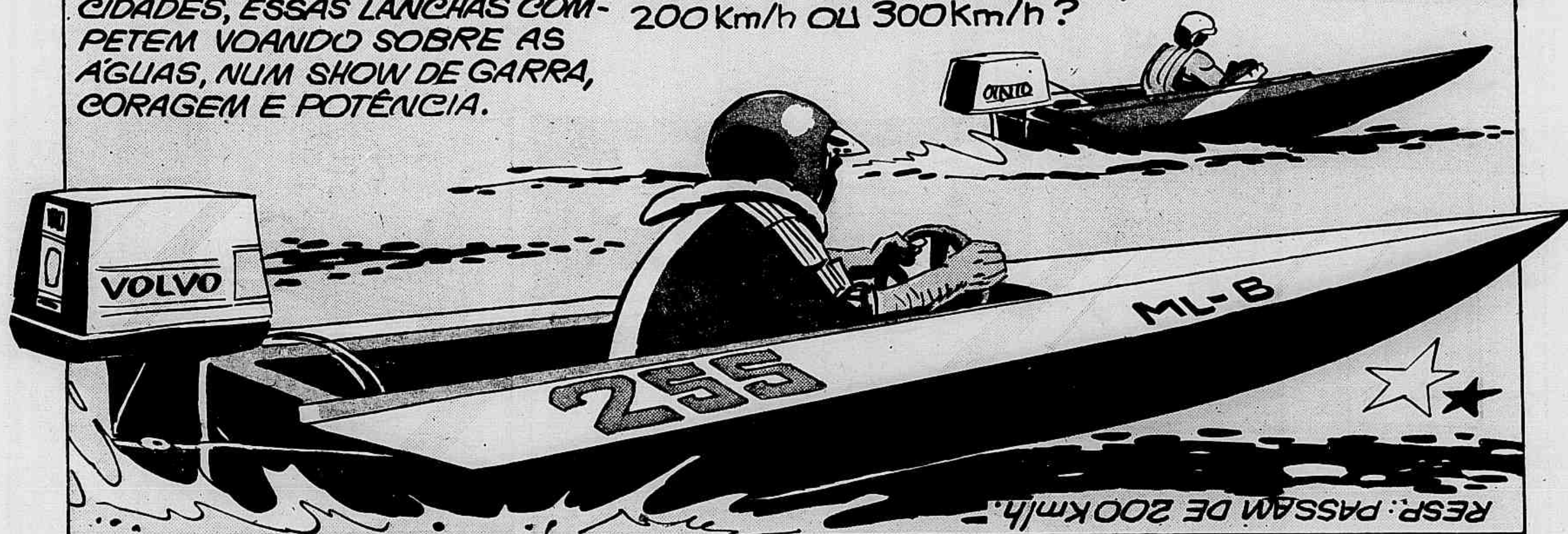
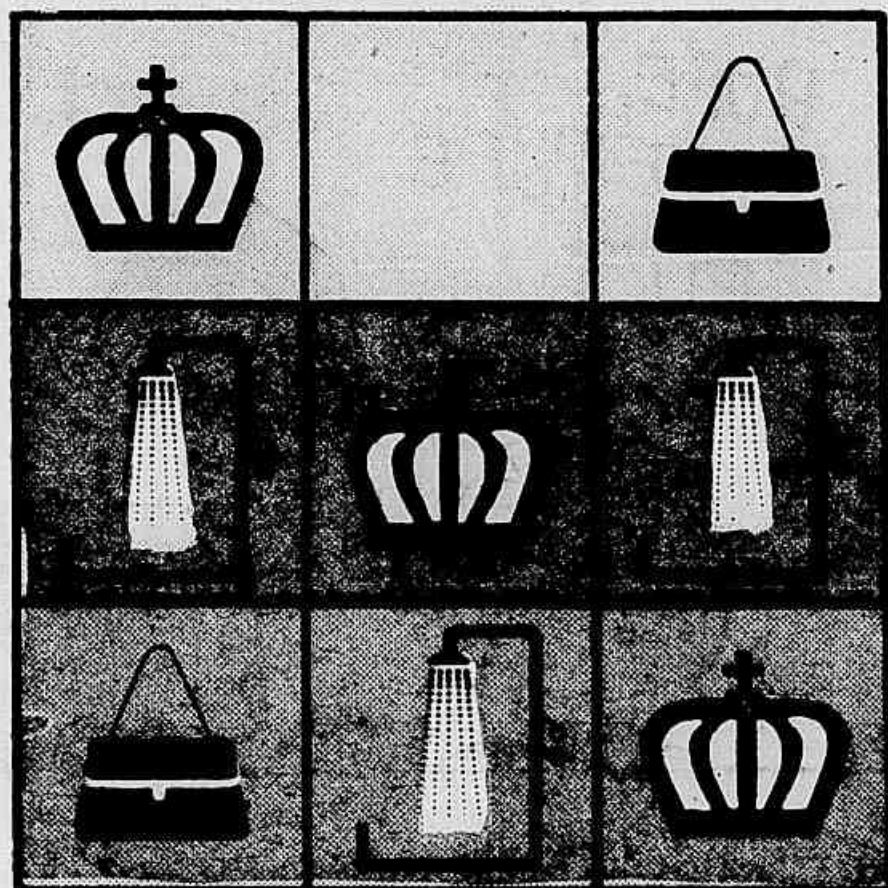
Z

Z

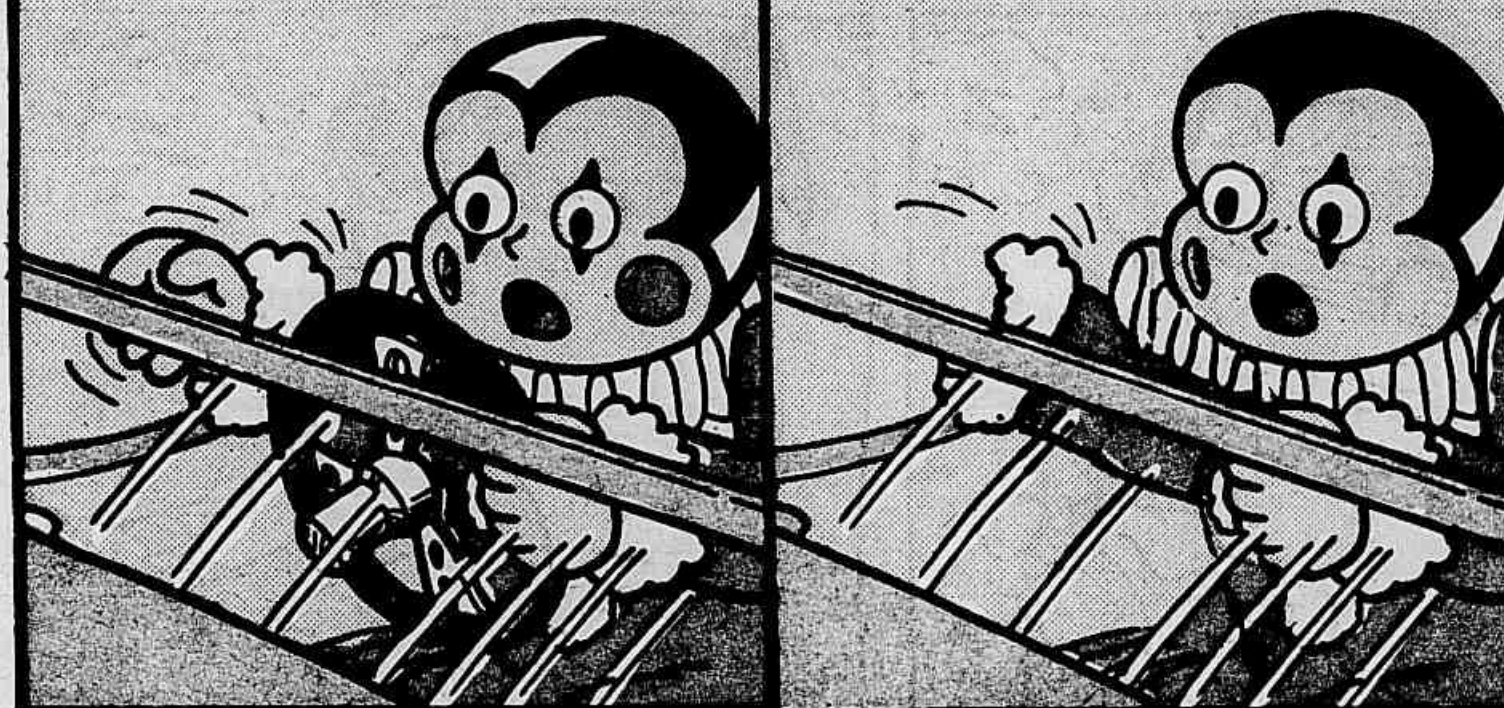
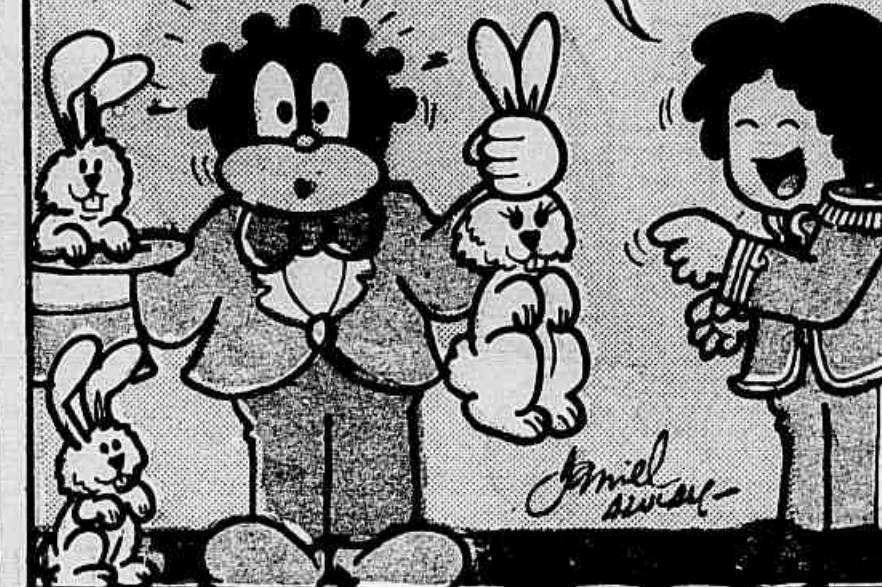
Z

PUFE
PUFE PUFE
PUFE
© Field Enterprises, Inc., 1980

PUFE
PUFE
PUFE
4-13

ESTA É A MINHA PARTE FAVORITA!
Z
Parker

QUAL É O DESENHO QUE FALTA NO ESPAÇO VAZIO?

O QUE É, O QUE É?

FALA E ESCUTA, TEM LINHA E NÃO É CARRETEL?

RESPOSTA: TELEFONE

RESPOSTA: A MÃO DO TRISTINHO, O VOLANTE, DETALHE DO ROSTO, OLHO ESQUERDO E O BRILHO NA CABEÇA.

BRASIL
ser
Nº 2
ARTE DO
TRAÇO
BRASILEIRO
O desenho e a
caricatura reencontram
a sua alegria
1926

Domingo
JORNAL DO BRASIL
RIO, 22-06-80, ANO 5 - Nº 218

4 QUEM

10 MCCARTNEY QUARENTÃO
Isolado, esquisito e cada vez mais rico, Paul McCartney deixou as grades japonesas — onde ficou detido por posse de droga — para gravar um disco ao seu estilo, totalmente individualista

14 ALEGRIA DO TRAÇO CRÍTICO
O desenho e a caricatura no Brasil sempre conviveram melhor com os ventos liberalizantes. Mas em todas as épocas a mestria dos desenhistas deixou acervos de genialidade e bom gosto

23 EUROPA DOS ESPIÕES
Um ex-agente francês revela o aliciamento, as táticas, a falta de *glamour* da espionagem de hoje — que continua a atrair aventureiros, apesar do universo sombrio e truculento que reveste seus personagens

29 ACONCHEGO DAS MALHAS
Os suéteres neste inverno por enquanto suave serão igualmente suaves, preferindo-se, às lãs, a maciez das malhas — e o calor das boas companhias

36 BRIDGE

37 HORÓSCOPO

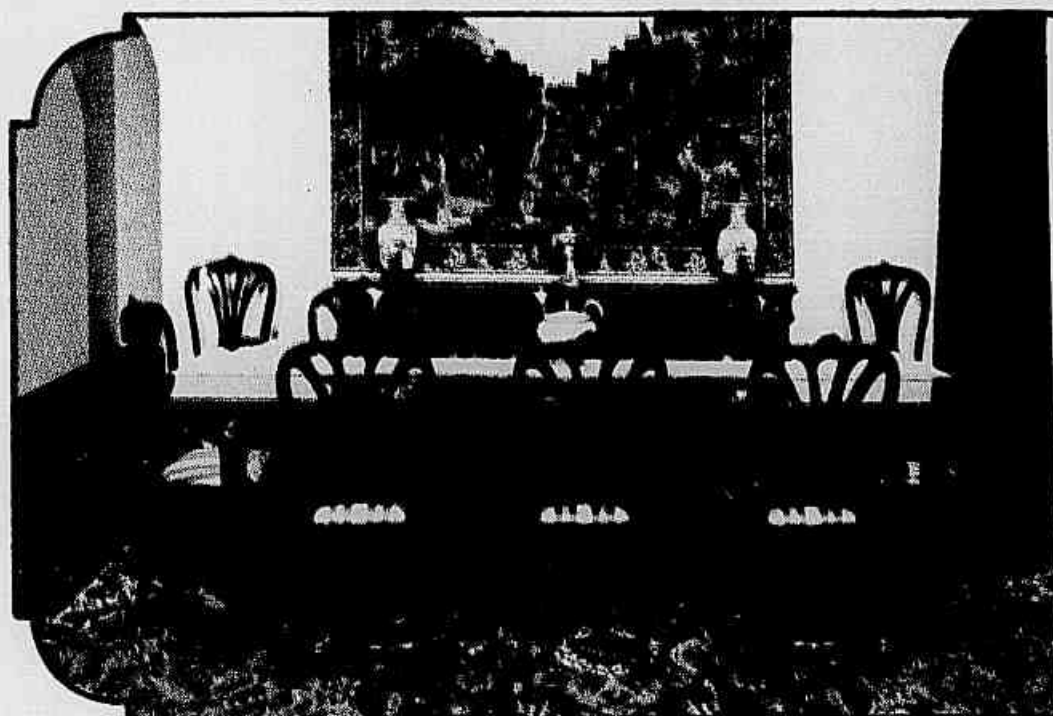
38 VERÍSSIMO
Pesquisa III

CAPA
Desenho de J. Carlos, de 1926, da coleção de Álvaro Cotrim (Álvarus)

IVC
Revista de Domingo figura no IVC (Instituto Verificador de Circulação), através do JORNAL DO BRASIL. Consulte as Notas Explanatórias.

McCartney, isolamento

Suéteres, aproximação

Caricatura, explosão de humor e arte

Martha deixa moda por telefone

Aos seis anos ela regia uma orquestra infantil ao lado do maestro Eleazar de Carvalho, no Teatro Municipal. Aos 14, precoce, começava a trabalhar ensinando violão. Mais tarde, alfabetizava excepcionais, lidando com crianças de Q.I. tão baixo quanto 30. Pouco depois, por culpa de um acidente, entregava-se a uma aposentadoria compulsória no magistério e tornava-se requisitada manequim. Por isso, dadas as suas ecléticas habilidades, não chega a surpreender que a carioca Martha Surerus tenha atingido, em menos de 14 meses de atividade no setor, o posto de assessora direta da presidência numa importante empresa de telecomunicações do Brasil, a Embracom.

Tal feito — afinal é a única mulher no *metier* — valeu-lhe o apelido de *mulher eletrônica* e alguns obstáculos iniciais no trabalho, ela mesma reconhece enquanto folheia, do alto de sua cobertura no Leblon, um grosso *portfolio* com fotos suas, inclusive a mais recente. Mas explica: "Isso, por outro lado, me abria portas que normalmente estariam fechadas aos executivos homens. A amizade verdadeira das mulheres dos ministros, por exemplo, já que o Governo é nosso melhor cliente."

De certa forma, sua atividade desenvolve-se mais no campo das Relações Públicas. Desde que assumiu o cargo, em julho do ano passado, Martha participou de dezenas de eventos ligados à telecomunicação em todo o mundo. Uma vez, teve de percorrer durante cinco horas seguidas o galpão de um fabricante italiano examinando equipamentos. Tornou-se, também, épico seu encontro com o Ministro Delfim Neto, meses atrás. Em sete minutos — *performance* invejável para qualquer R.P. — ela o convenceu das vantagens dos telefones em automóveis, obtendo a autorização para testes do produto de sua firma em Brasília. E foi justamente esse relacionamento direto com a cúpula da administração que a fez desistir da bem-sucedida carreira paralela de manequim. "Não posso permitir que as duas imagens entrem em choque publicamente", explica.

EVANDRO TEIXEIRA

Martha Surerus, "encontro épico"

É uma mulher com idéias próprias. Como professora, criou um método inédito de ensino de excepcionais, tendo por base "a certeza de que era necessário integrá-las às outras crianças, em primeiro lugar, e nunca marginalizá-las". Contudo, seis anos depois de iniciar esse trabalho, Martha Surerus sofreu um acidente de carro que tirou-lhe temporariamente parte da audição e perturbou seu sentido de equilíbrio. Então Martha, cujas aulas haviam sido filmadas pelo Instituto de Educação para fins didáticos, viu-se de repente sem emprego. De nada lhe valeram, àquela altura, os 14 cursos de especialização na Europa.

Agora, no campo da telecomunicação, ela vê seu trabalho com a mesma garra de sempre: "Acho que o que mais me interessou foi a possibilidade de lidar com uma coisa nova, desafiadora, do futuro", diz, ajeitando os cabelos louros. Pouco depois, sobe ao terraço e ensaia a demonstração de um novo produto. É uma campainha com 24 toques diferentes, todos melódicos. Entre eles, a abertura da ópera *Guilherme Tell*, de Rossini, executada eletronicamente. (ZITO D'ÁVILLA). ■

Iberê, dedos de mestre aos 75 anos

Vítima de um acaso — um sorteio — Iberê Gomes Grosso teve de trocar o violoncelo pelo fuzil. Foi obrigado a voltar de Paris, onde estudava na École Normale de Musique, com Diran Alexandrian e Pablo Casals, para servir o Exército. E perdeu a bolsa. Mas foi logo dispensado: "Não entendia nada, não sabia o que fazer com as armas". Completou 75 anos no dia dos namorados, data romântica para um tímido, simpá-

Iberê Gomes Grosso, devoção ao

tico músico, professor de vários violoncelistas brasileiros de talento. Não gosta de aparecer, e convencê-lo a falar exige paciência e tenacidade. Nasceu em Campinas, veio morar no Rio aos 11 anos, queria estudar música, continuar os exercícios no violoncelo que já começara com seu tio Alfredo Gomes.

Formou-se no Instituto Nacional de Música em 1924, participou de vários concursos, ganhou medalhas de ouro, até que em 1926 obteve a Bolsa de estudos para Paris. Deixou o bico de tocar piano em cinema mudo e foi morar num hotel, em Clichy. Dividiu a bolsa com a irmã, Ilara Gomes Grosso, para que ela também tivesse a chance de estudar música no exterior. "Paris era fantástico. Chorei muito quando saí de lá, sabia que não voltaria tão cedo. Queria ser concertista a qualquer preço, mas não foi possível, tive que trabalhar em orquestras."

EVANDRO TEIXEIRA

deus Bach

Não só trabalhou, como foi fundador de várias, entre elas a OSB, a Villa-Lobos, a do Teatro Municipal e a da Rádio Nacional. Integrou um quinteto e tocou música popularesca no Copacabana Palace; freqüentou o Cassino da Urca, "como jogador". Em 1935, casou com a italiana Linda e começou a lecionar. "No começo cobrava de Ana Devos, primeira aluna, mas depois achei que não deveria cobrar de ninguém; havia recebido minha educação de graça e resolvi retribuir". Entre os alunos, figuram Aldo Parisot, Bernardo Katz e Márcio Carneiro, que estão na Alemanha, e mais Claudio Jaffé, Italo Babini, Alceu Reis — *spalla* do Municipal e Ateliza Soares. Agora Iberê está aposentado e dedica-se a ensinar à sua neta Claudia de 14 anos os difíceis acordes do violoncelo. Não dá aulas para qualquer um. "Tem que ter talento, se não, muito sutilmente, faço a pessoa desistir".

Das *tournées* pelo exterior, pela Europa, ao lado de Radamés Gnatalli, lembra-se com particular afeição da viagem até Berlim, porque seu compositor preferido é "um deus chamado Bach". Aqui, no seu apartamento de Copacabana, onde vive como qualquer aposentado, não desdenha um copinho de *cana*, "sempre da mais pura", e às vezes a pesca e o desenho. Isso, é claro, quando encosta o violoncelo, no qual todos os dias exerce com unção seu dedilhado de mestre.

Em conseqüência desse trabalho ininterrupto, ainda está preparando um quarteto de cordas, mesmo aos 75 anos. Escolheu os músicos que restaram do antigo Quarteto da Guanabara, os que tocavam com Arnaldo Estrella — Mariuccia Iacovino, violino, e Frederic Stephany, viola. Seu propósito continua a ser o de formar bons alunos, ensinar-lhes a domar o *cello*, aquela doce e grave voz de cordas de que nem mesmo os arranjadores de música popular conseguem prescindir. (JOELLE ROUCHOU) ■

OSCAR ABOLAFIA

Audrey Hepburn, "chocolates e música clássica"

Audrey escapa da mansão para filmar

Desde 1969, quando se casou com o psiquiatra italiano Andrea Dotti, a fina, elegante, inefável Audrey Hepburn manteve-se disciplinadamente longe do cinema — apenas dois filmes contaram com sua esguia figura: *Robin e Marian*, em 76 e *A Herdeira*, no ano passado. "Na verdade, adoro fazer filmes. Quando não trabalho em cinema, sinto tanta falta quanto de chocolates ou música clássica, que são coisas que também amo. Mas eu posso passar sem o cinema, e não consigo viver longe de minha família. Minha vida particular está sempre em primeiro plano para mim."

Agora, Audrey está de novo à frente das câmaras, em Nova Iorque, estrelando uma comédia escrita e dirigida por Peter *Lua de Papel* Bogdanovich: *They All Laughed*. Mais uma vez, ela encarna a mulher chique e secreta — desta vez, a esposa solitária de um milionário europeu vivendo em Nova Iorque um breve e acidentado romance extraconjugal. "Tudo o que eu poderia dizer sobre esta personagem eu posso atribuir também a Audrey", diz Bogdanovich. "Ela é brilhante, frágil e forte ao mesmo tempo." E Audrey, roendo aristocráticos bombons de menta ao som de uma sarabanda, no Café Pierre de Nova Iorque, concorda: "Gosto de fazer papéis parecidos comigo. Se você não se basear em sua própria vivência, de onde você vai tirar sinceridade?"

Findas as filmagens, Audrey volta à sua *persona* de Sra Dotti, mãe de dois filhos (Sean, 19 anos, do ator Mel Ferrer, e Luca, 10, de Andrea Dotti), pintora amadora, senhora de uma casa de campo em Genebra e um *flat* em Roma. "Em primeiro lugar", ela diz, "eu sou uma simples dona-de-casa." (MICHIKO KAKUTANI, Nova Iorque) ■

VIDAL DA TRINDADE

Tereza Trautman, "faltam sonhos do menino-moço"

Tereza tira os homens da estante

Com olhos bem grandes e verdes, Tereza Trautman — paulista, 29 anos, grávida de seu segundo filho — conta as desventuras que teve com a Censura durante anos seguidos: "Quase terminaram com minha carreira de cineasta". A mais célebre foi com *Os Homens Que Eu Tive,* escrito em 71 originalmente para Leila Diniz, mas afinal protagonizado por Darlene Glória vivendo um romance "que começava a se abrir para relações afetivas paralelas". O filme, segunto Tereza, foi proibido por três motivos: pelo título (o então Ministro Petrônio Portella propôs a liberação com o novo nome de *Os Homens e Eu,* mas ela recusou), pela personagem feminina e por ter a direção assinada por uma mulher.

Liberado recentemente, *Os Homens Que Eu Tive* será lançado em agosto em São Paulo e provavelmente no mês seguinte no Rio. Mas Tereza está preocupada: "Há uma onda de moralismo no ar com a vinda do Papa ao Brasil. Receio que os cartazes sejam rasgados ou haja algum tipo de censura ou boicote ao filme."

Independente das sanções e pressões, a carreira de Tereza prossegue — seu m édiametragem *O Caso Ruschi,* rodado em 77, ganhou dois prêmios, no Festival JB e em Brasília, e foi incluído na mostra *80 Anos de Cinema Brasileiro* que percorreu o mundo. Mesmo com o abortamento do projeto *Os Saltimbancos* — a versão cinematográfica do musical de Chico Buarque e Sérgio Bardotti recebeu apenas um terço da verba prometida pela Embrafilme — Tereza continua trabalhando: prepara agora uma ampliação do média *Caso Ruschi* e finaliza o roteiro do longa *Os Sonhos de Menina Moça,* que fala na quebra dos sonhos de mulheres de várias idades e classes sociais. "Não entendo a desimportância que a sociedade dá à descoberta do sexo por parte da mulher. Gostaria de ver um rapaz sensível fazer um filme sobre os sonhos de um menino moço." (ROSE ESQUENAZI) ■

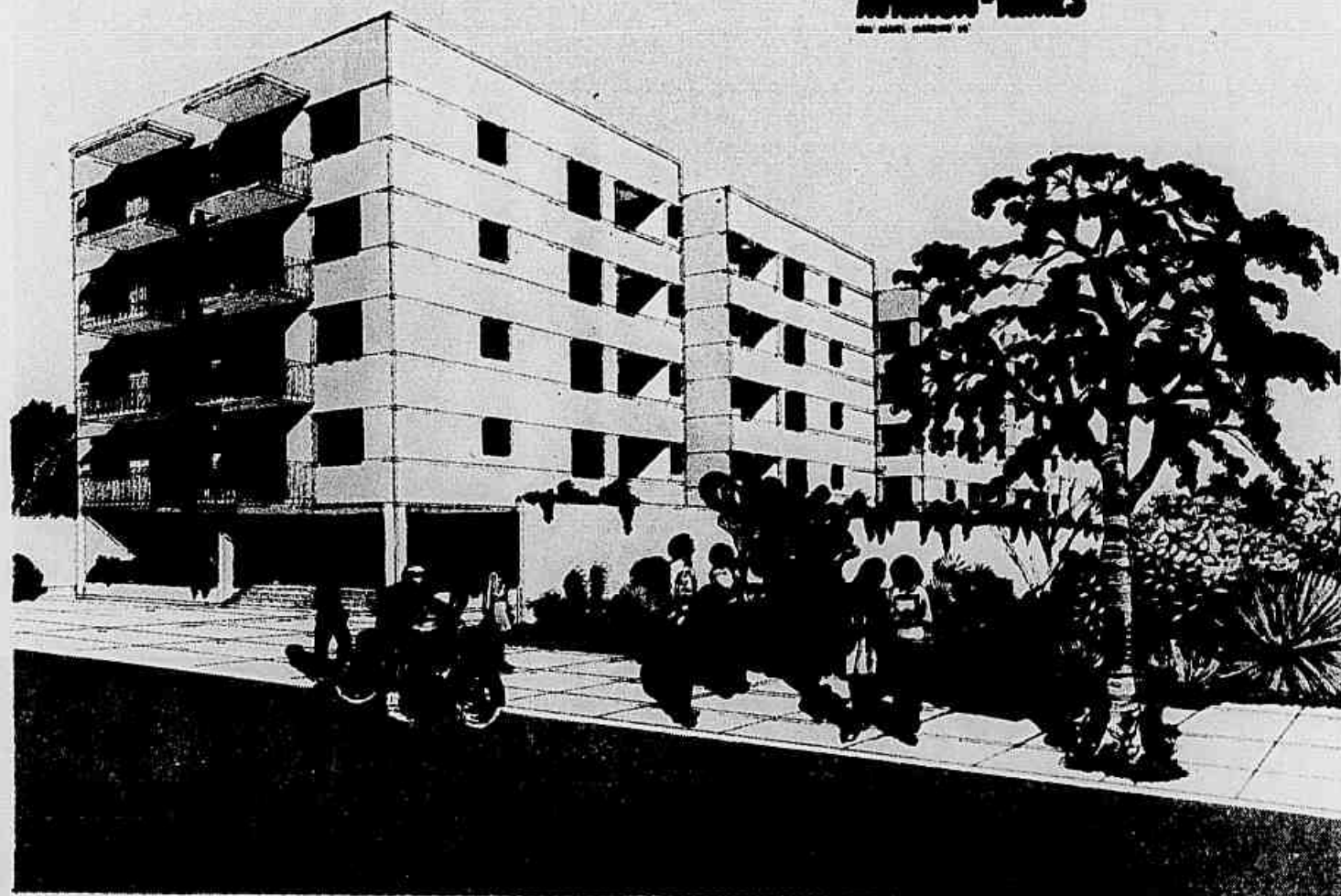
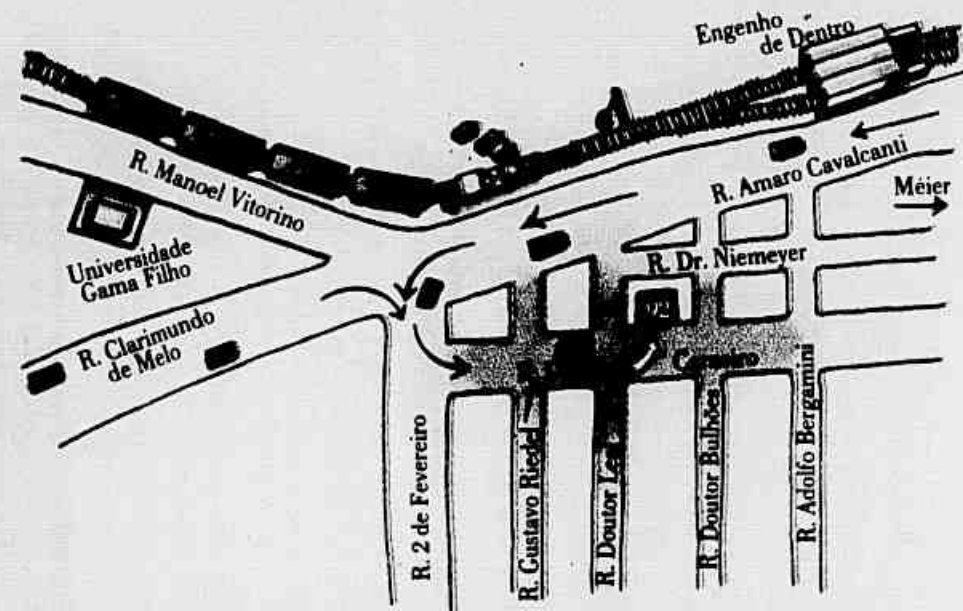
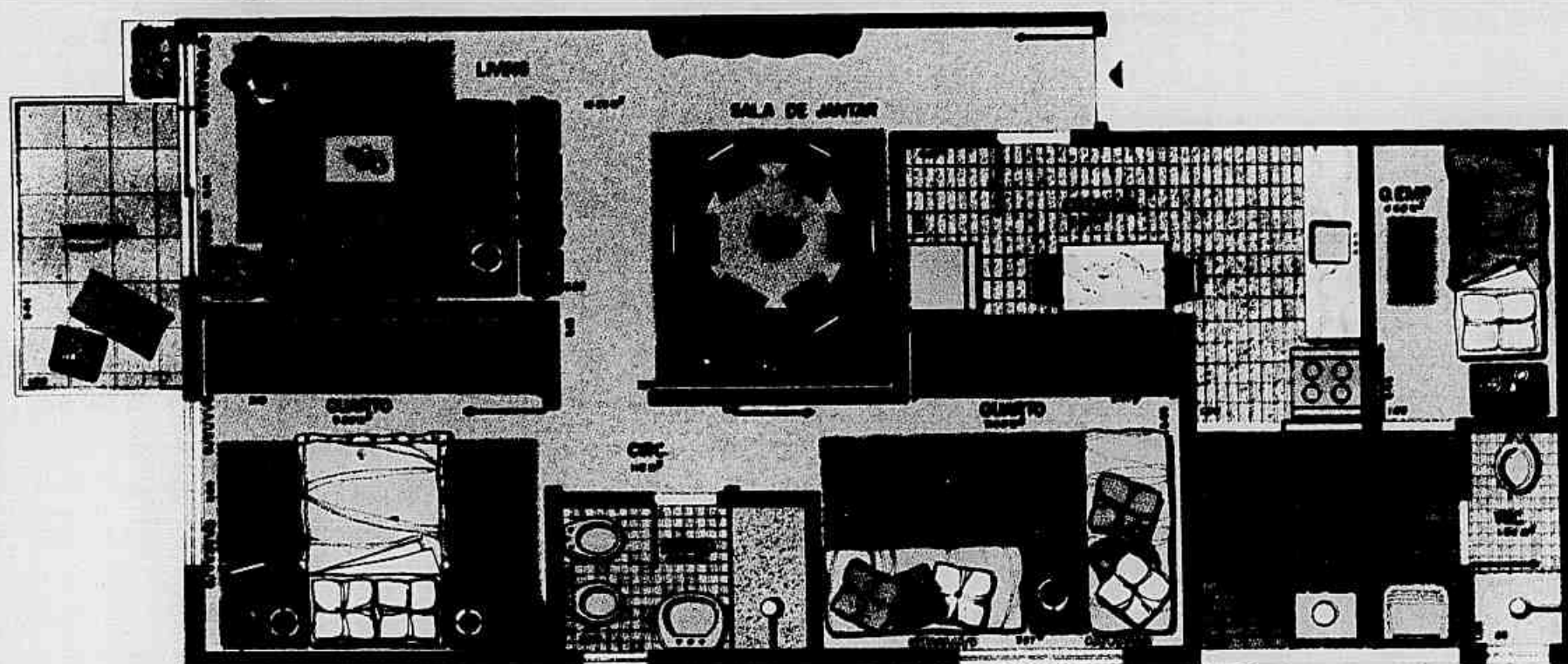
Nana anuncia a mudança dos ventos

Quando, em abril, Nana Caymmi entrou no estúdio da Odeon para gravar seu quinto LP desde sua festejada volta, há cinco anos, ela estava vivendo o que define como "um momento emocional dificílimo": a filha mais velha, Stella, 17 anos, atravessava o auge das dolorosas crises da adolescência, partida pelas agruras do crescimento, "ela que é uma menina estudiosíssima, sem vícios, mas de uma sensibilidade gigantesca". Mãe loba que é — "meus três filhos vêm sempre primeiro na minha vida; por isto eu dividi tanto os primeiros anos da minha carreira — eles eram menores, precisavam de mim". — Nana embebeu-se nesse sofrimento, e esse nervo exposto acabou passando, inteiro, para o álbum *Mudança dos Ventos*, saindo agora em junho, na mesma época em que o repertório — Ivan Lins/Vitor Martins com a faixa-título, Sueli Costa/Abel Silva com *Pérola*, Gonzaguinha com *De Volta ao Começo* — está a estréia da própria Stella, com *Fantasia*.

WILTON MONTENEGRO

Nana Caymmi, "trompas ligadas no novo"

O disco é mais um passo tranqüilo na carreira desta grande voz brasileira que, durante seis anos (de 69 a 75), esteve "virtualmente impedida de gravar aqui, eu era um tipo estranho para a indústria fonográfica". "Acabei entrando feito contrabando", ela ri, aludindo à sua carreira na Argentina e no Uruguai, para onde foi, levada pelo irmão Dori, e acabou aclamada, antes da própria terra natal. Hoje ela se diz tranqüila, porque sabe que seu trabalho "não tem essa coisa de pressa, é para ficar". E repertório para sua ampla voz nunca faltará: "Basta ir procurar as pessoas novas. Eu estou sempre gestando uma coisa nova. Minhas trompas estão sempre ligadas no que as pessoas estão fazendo por aí".(ANA MARIA BAHIANA) ■

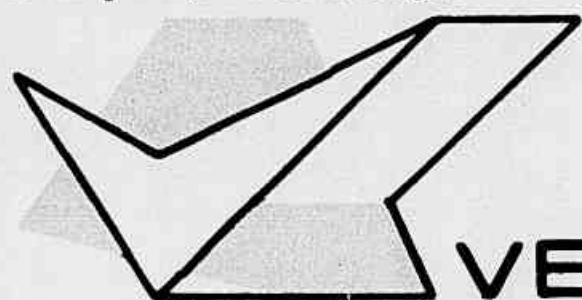
VARANDAS, SALÃO, 2 QUARTOS E GARAGEM.

Rua Daniel Carneiro, 92.

Informações no local, diariamente, das 9 às 21 horas.

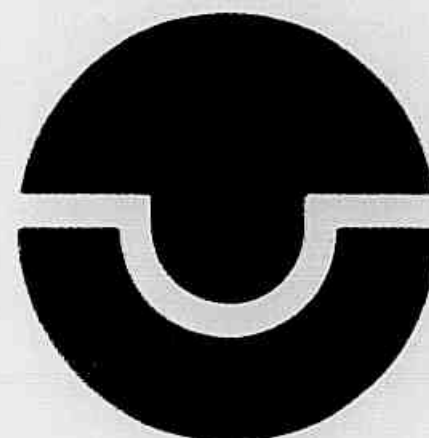
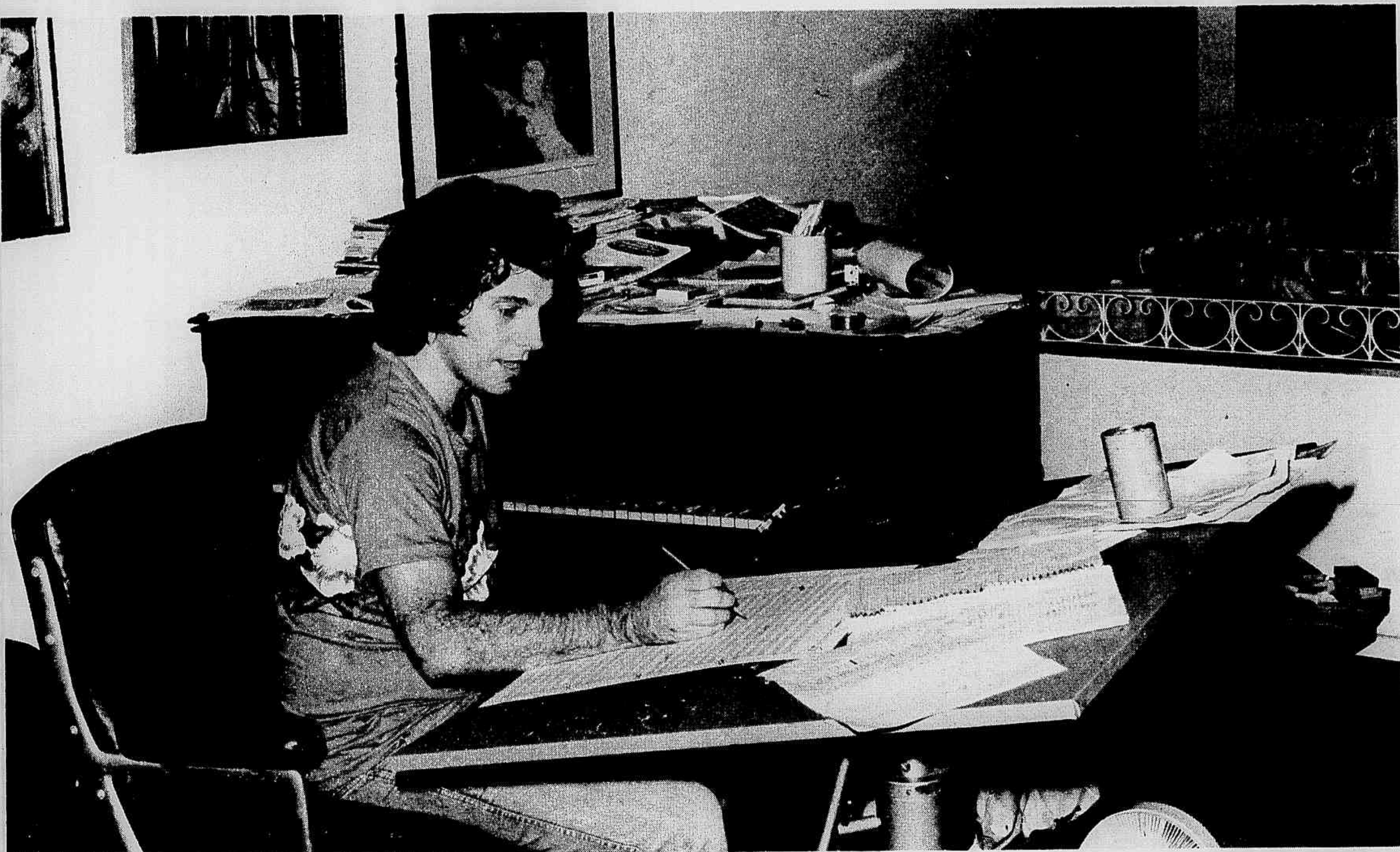
Numa rua arborizada, o edifício de apenas 4 apartamentos por andar, com a melhor planta do Engenho de Dentro.

Varandas, salão com 2 ambientes, 2 ótimos quartos, garagem e mais: copa-cozinha, área de serviço e dependências completas de empregada.

Apenas 4 andares sobre pilotis em centro de terreno, com elevador, playground e salão de festas.

A PARTIR DE Cr$ 1.158,00 MENSAIS, FIXOS, O APARTAMENTO É SEU HOJE MESMO.

Incorporação e Construção

Planejamento e Vendas

Assoc. ADEMI

Francis Hime, "de lamento a baião explosivo"

Francis muda ritmo, tons e a cabeça

É só ouvir o último disco de Francis Hime — o quarto de sua carreira e o terceiro gravado na Som Livre — à venda a partir da próxima quarta-feira, para se concordar inteiramente com a afirmativa do compositor: "Claro que a minha cabeça mudou." Tanto que, ao contrário dos discos anteriores, em que as canções são o prato forte do repertório, neste ele acabou tendo que *catar* as músicas românticas que sempre o caracterizaram.

E mudou mais ainda. Belo Horizonte, Brasília, Goiás, Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, o interior de São Paulo, Estados do Brasil onde Francis nunca pisou, estão no roteiro que já começou a fazer, ao lado de Toquinho e Maria Creuza — atualmente estão no Tuca em São Paulo e no próximo dia 4 estréiam no Teatro da Galeria, no Rio, numa temporada de cinco semanas. "Vou, inclusive, conhecer o meu país *in loco*".

Tímido ele sempre foi. Ficava *enrustido* em casa, debruçado sobre o piano de cauda, escrevendo suas partituras e mostrando composições aos amigos mais chegados. Anos de luta consigo mesmo levaram-no a fazer poucos *shows*, espetáculos intimistas onde ao lado de sua mulher Olívia — produtora do disco atual — mostrava suas composições. Agora Francis chega a um terceiro estágio e divide o palco com outros músicos, "o que além de ser mais agradável, dilui um pouco a carga emocional". Ainda os medos, quase o pavor de enfrentar o público — sentimento que divide com o parceiro e compadre Chico Buarque — mas "*transado* melhor". Conversas com Toquinho deram a idéia de um *show* baseado na música dos dois e com muito violão e piano, basicamente instrumental. Maria Creuza foi convidada a incorporar-se ao grupo, mas nem por isto ele perde sua proposição inicial.

Já o clima otimista do disco Francis não sabe explicar muito bem como aconteceu. Quase dois anos se passaram desde a última gravação e aos poucos ele sentiu uma necessidade de começar a tocar mais rápido: "Era um ritmo que deixei transparecer em algumas canções anteriores e que agora mostram-se mais claramente. Tem até música com *pique* demais."

Assim, *Parintintin* (com letra de Olívia Hime, que também assina a canção *Cinzas*), transformou-se, de um lamento, em um baião explosivo. Com Chico Buarque ele tem *O Rei de Ramos* (a única música conhecida do público mas, como as outras, inédita em disco); *E Se*, um samba rasgado, e *Pássara*, definida por Francis como uma "valsa espanholada". Com *Flor do Mal*, de parceria com Tite de Lemos, é feita uma homenagem à bossa-nova; e com Paulinho César Pinheiro, o compositor apresenta uma das poucas canções, *Navio Fantasma*. Mas é Cacaso o músico mais importante, numericamente, no disco, autor de seis letras em músicas nos estilos mais diferentes: *Elas por Elas*, um choro lento; *Cabelo Pixaim*, marchinha brejeira; *Marina Morena* e *Meio Demais*, sambas-canções; *Grão de Milho*, cantiga, e o *Baião do Jeito*.

Jogando ainda sentimento, Francis acha que os arranjos foram feitos de maneira mais intuitiva. Lembra o primeiro disco gravado, com orquestra densa: "Mas agora até parece que voltei às raízes, com menos preocupação em programar. Se *pintasse* grande orquestra, tudo bem, mas sempre encarando cada arranjo como sentia a música. Aí aconteceu, por exemplo, de, em certas composições, eu tirar vários instrumentos na hora da mixagem". Ele brinca que "a intuição falhou". Mas não se assustem os admiradores das cordas. Francis não abriu mão, em algumas faixas, de 16 violinos, quatro violas e quatro *cellos*: "Somente em *A Flor do Mal* usei apenas violão e flauta. A única música até hoje que gravei sem piano". (MARIA LUCIA RANGEL) ■

Moravia de novo levanta controvérsias

"Sempre fui controvertido", diz Alberto Moravia com um ar de indiferença: "Sou direto demais. Mas não me interprete mal: sou um homem de literatura, altamente profissional. Mas ao mesmo tempo tenho algo a dizer que não é literário; daí a controvérsia".

Moravia está de novo em evidência. Aos 72 anos, o escritor que há mais de meio século é a maior celebridade literária italiana desta vez levantou discussões com seu romance *La Vita Interiore*, agora traduzido para o inglês sob o título de *Time of Desecration*. Quando publicado na Itália no ano passado, o romance foi proibido com base nas leis que controlam a pornografia. Agora, lido na França, Japão, Alemanha e Holanda, além dos Estados Unidos, foi recebido com hostilidade e elogio, em doses iguais.

"Sempre tive críticas muito boas e muito ruins", comenta Moravia; mas desde seus 20 anos, ele garante, ninguém nunca negou que fosse um escritor de verdade. O que sempre recusaram foi o que ele escrevia.

E o que Moravia escreveu em *Time of Desecration* também pode sofrer objeções. Os críticos o qualificaram de um catálogo clínico da sociedade italiana contemporânea, personificada no personagem central em todos os seus atos antinaturais — aí incluídos a sodomia, o lesbianismo e o assassinato. Moravia vê o argumento por outro lado: "Quis dizer ao leitor como é possível a uma menina burguesa de uma família abastada se tornar uma terrorista". O problema é que Moravia escolheu uma forma pouco comum de narrativa: a personagem central, Desideria, é entrevistada por um narrador, identificado na primeira pessoa, e que, Moravia faz questão de dizer, não é o autor. Para ele, o formato pergunta-resposta dá velocidade à narração. Mas pode cansar o leitor. (JUDITH WEINRAUB, Nova Iorque) ■

ARQUIVO

Alberto Moravia, "muito bom e muito ruim"

Maturidade

UM RICO SENHOR QUE NAO QUER AS DORES DO MUNDO

Paul McCartney corteja a meia-idade com solene desprezo pelas grandes responsabilidades

RAY COLEMAN
FOTOS KEYSTONE

A cuidadosa dieta vegetariana nao conseguiu deter o crescimento e a flacidez da barriga. E ainda pequena mas progride a pouca quantidade de inconvenientes cabelos brancos e melancolicas rugas. Afinal, nao ha milhoes de discos vendidos, fama lendaria ou condecoraçao da Rainha Elizabeth que impeça um homem de envelhecer. Mesmo que ele se chame Paul McCartney.

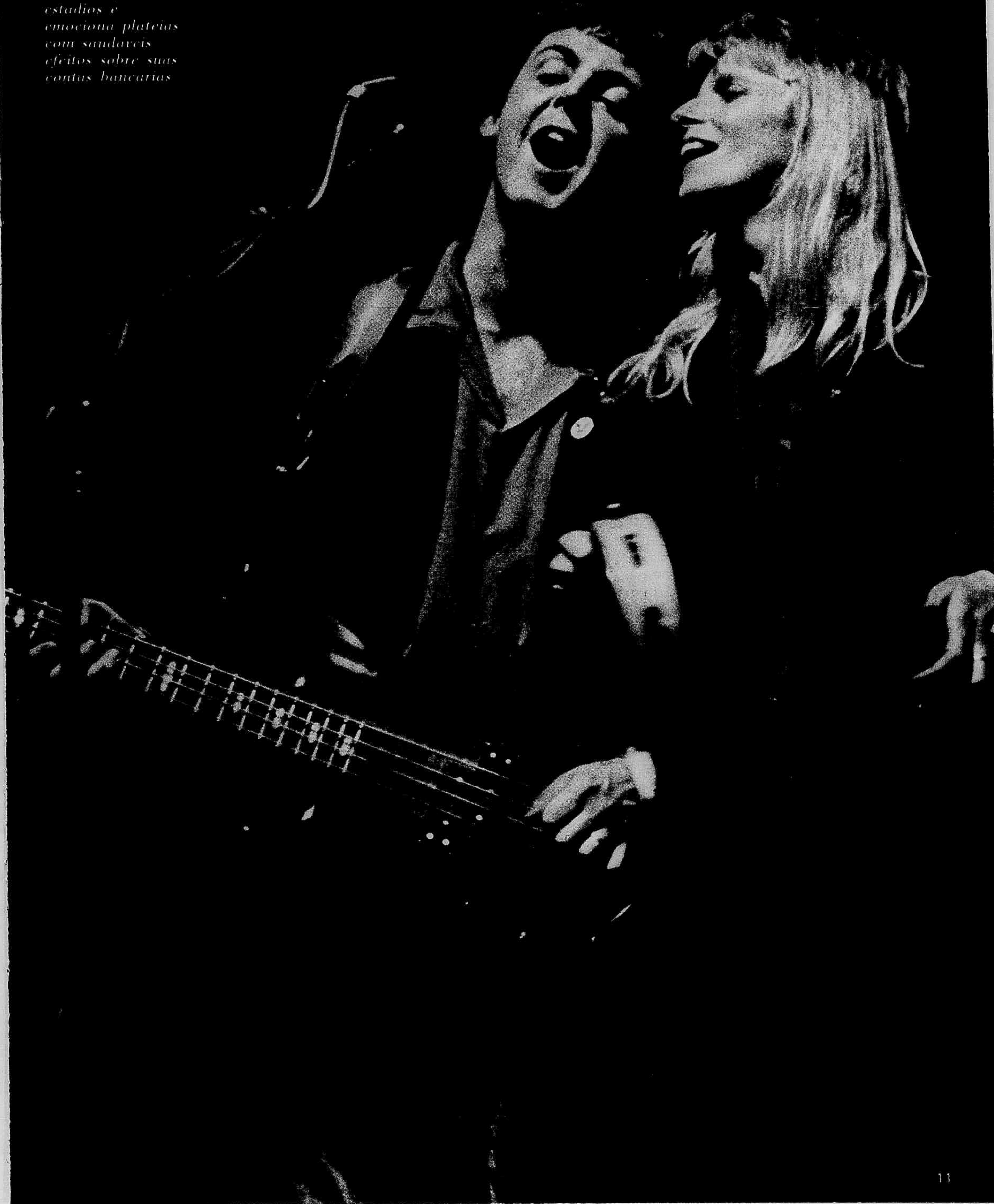
Com 37 anos e quatro filhos (uma adotiva), Paul nao e mais o sonhador adolescente que secretamente idealizava formar com John Lennon uma dupla de composiçao tao famosa e importante quanto Rodgers e Hammerstein. Finda a deificaçao beatlemaniaca, estabelecido o nome e a reputaçao de seu novo grupo, o ja extinto Wings, McCartney tornou-se — antes de idolo juvenil e ex-mito, o que, por justiça, e merito apreciavel — astuto homem de negocios, dono da maior editora independente de musica e responsavel pela maior operaçao de transferencia de *copyrights* de que se tem noticia. Provavelmente foi sua a mais polpuda declaraçao de renda de pessoa fisica na Inglaterra, cerca de 52 milhoes de dolares. Alem do catalogo dos Beatles, ele detem os direitos autorais do falecido Buddy Holly (que transfere diretamente a viuva) e reparte os lucros de classicos como *Stormy Weather, Autumn Leaves* e *Grease*.

Além disso, de todos os ex-Beatles — adjetivo do qual jamais se livrará — ele e o único a manter-se plenamente ativo, prolifico e bem-sucedido. Enquanto George Harrison refulge ocasionalmente com pouca intensidade e Ringo Starr apega-se com unhas e dentes a uma pobre carreira cinematografica, John Lennon sequer se permite voltar ao trabalho, buscando a vida em familia que jamais teve. No entanto, McCartney disputa vendagens e lotaçoes com o mesmo vigor de sempre — seu mais recente album, *Coming Up*, e o compacto de mesmo titulo sao sucesso em todo o mundo — e consegue ainda chegar com facilidade as primeiras paginas com mais frequência e destaque do que os próprios e incessantes rumores de reuniao dos Beatles.

Recentemente, em janeiro, Paul apareceu nas manchetes, detido no aeroporto de Toquio com 220 gramas de maconha. Nao foi a primeira vez que teve problemas com a policia por posse de drogas (antes, casos semelhantes ocorreram na Inglaterra e na Australia). Mas dessa vez tratava-se da familia McCartney chegando com o Wings ao Japao para apresentaçoes esperadas desde o tempo dos Beatles. E agora ele estava com 37 anos e quatro filhos a tiracolo.

"Tinhamos voado de Nova Iorque para Toquio", disse ele meses após sua prisao, "e eu podia escolher entre jogar tudo fora e ser tolo o bastante para pôr a erva em minha mala. Mas, por alguma razao, nao imaginei que nao seria assim tão fácil levá-la para dentro do Japão. Culturas diferentes. Na hora que descobriram tudo, no aeroporto, imediatamente pensei: burro, pateta! Embora eu achasse que nao estava cometendo crime algum, esquecera que aquilo poderia significar até sete anos de trabalhos forçados."

Quando foi notificado da sentença máxima, ele conta que a primeira reação foi "começar a suar, por dias a fio. Na primeira noite, nao dormi, na segunda tive uma tremenda dor de cabeça. O corpo da gente passa a refletir e dominar todas essas reações. Mas, de certa forma, foi bom porque reduzi o cigarro e fiz bastante exercício. Aliás,

Dez anos depois do fim dos Beatles, Paul McCartney enche estadios e emociona plateias com saudaveis efeitos sobre suas contas bancarias

"Éramos bons músicos, a época era adequada e a gravadora nos ajudou bastante. O resto era pura loucura e diversão"

era a única coisa que poderia fazer, pois não tinha papel, lápis, nem instrumento".

No fundo, o incidente serviu para lembrá-lo do próprio Palácio de Buckingham. "Nada disso teria tanta repercussão se eu não fosse uma figura pública. Quando a gente começa a sentir-se responsável, vira o próprio *establishment*. Na época em que tornei-me MBE (Membro da Ordem do Império Britânico) poderia ter-me transformado numa figura extremamente caridosa e fazer coisas como visitar o Duque de Edimburgo e participar de campanhas de segurança nas estradas. Mas sou apenas eu mesmo e estou tentando cuidar de minha vida. Se me envolvo em pregações que não me interessam particularmente e sinto-me responsável por isso ou aquilo, então não posso ser eu mesmo. Jamais gostei de autoridade. Cada um faz seu julgamento. Não quero ser ou sentir-me responsável. Afinal, entrei nisso tudo por causa da música e não para ser uma figura pública."

Os outros Beatles não parecem partilhar a mesma opinião em relação a McCartney. Para os três, Paul era o que mais cortejava a fama e por ela tudo faria, nem que isso significasse adaptar-se constantemente para tirar todo o proveito possível de novas tendências musicais. Até hoje ele tem fama de ditador, o que fica evidente em seu novo LP, no qual compôs e executou todas as faixas sozinho. Mas, para ele, a intransigência não era exclusividade sua.

"Os Beatles tiveram chances de ser totalmente irresponsáveis e pequenos Hitlers" — é a sua versão — "Mas veja bem o que pregávamos" — continua, recuperando a candura" — paz e amor. Nunca foi o oposto. Sempre tentávamos dizer o que considerávamos certo. Quando perguntavam nossas opiniões sobre, digamos, maconha, seria muito fácil mentir. Mas isso seria hipocrisia, se tínhamos chegado até ali tendo como base nossas próprias idéias. Se eu tivesse pensado cientificamente a respeito do que gostaria de fazer na vida, talvez jamais tivesse chegado à música. Talvez achasse que seria melhor virar professor".

Com Linda, ex-groupie, depois mulher e parceira

No entanto, Paul terminou por firmar-se exclusivamente em música. Em vez de empregar seu dinheiro em terras ou na indústria, preferiu investi-lo na compra de *copyrights* e cuidou da continuação de sua carreira quando os Beatles se separaram, em 1970. "O Wings formou-se apenas porque na época eu me preocupava se seria apenas uma ex-lenda. Perguntei a George e a Ringo sobre seus planos, se achavam que deveríamos voltar a trabalhar juntos e eles disseram que, sim, talvez, mas era preciso dar mais tempo a John. E o tempo foi passando e nada acontecia. Então decidi que não iria ficar sentado, lamentando não poder fazer nada."

Esperava-o a dura tarefa de manter-se imune à destruição de um império que muito contribuíra para construir, um fato confirmado até hoje quando uma compilação de gravações *sui-generis* do grupo — como *I Wanna Hold Your Hand* em alemão — chega a postos altos nas paradas inglesa e americana e reativa toda a fervilhante cadeia de fã-clubes ainda existentes e fiéis em todo o planeta. Para Paul, como para George, tudo deveu-se a uma felicíssima combinação de elementos isolados: "Éramos bons músicos, a época era certa e a gravadora nos ajudou bastante. O resto era pura loucura e diversão."

Talvez ainda seja difícil para Paul — e para os outros três ex-Beatles — levantar-se todos os dias, olhar-se no espelho e deixar de lembrar-se de quem foi há pouco menos de 10 anos. É virtualmente impossível viver dia após dia lutando contra a memória, mas mesmo assim Paul tenta fingir que os Beatles são tão irreais e ancestrais que sequer pertenceram à sua geração. Ele sequer tem a coleção completa dos discos do grupo e, por vezes, passa longos períodos sem ouvir suas gravações daquele tempo: "Só ouço quando ligo o rádio" explica. E, freqüentemente, é obrigado a discorrer, pela enésima vez, sobre sua conhecida e bem fundamentada tese: *Por que os Beatles Jamais Voltarão*.

Os rumores de um possível concerto dos Beatles surgiram justamente quando morreram os últimos acordes da derradeira apresentação do grupo em 1966, em São Francisco. Desde então, empresários vêm tentando persuadir os quatro a concordar com uma única milionária reunião. E por mais que se estendam sobre as feridas do mundo que poderiam ser curadas com esse *show*, por mais que evoquem o Cambodja e os *boat-people*, os Beatles não voltam. Por razões simples, diretas e incontestáveis.

Em primeiro lugar porque seria preciso meses de ensaio para que os quatro recuperassem parte da afinidade, da intimidade, da coesão de anos passados; em segundo, porque não querem desafiar o destino e arriscar uma reputação estabelecida numa época diferente. Além disso, não lhes atrai a idéia de serem vendidos como peças de museu; em terceiro, porque, com a exceção de McCartney, os outros ex-Beatles perderam todo o apetite que tinham por apresentações ao vivo.

E é justamente por isso que, cada vez mais, McCartney distancia-se do *mito* Beatles e, quando se refere ao grupo, fala dele com seguro afastamento. Mas com ternura: "Queríamos fazer muitas, muitas coisas mesmo, e éramos sedentos de tudo. Era quase uma questão de cuidado que o seu sonho pode tornar-se realidade. Nosso sonho era chegar ao topo e conseguir mais do que qualquer pessoa tivesse conseguido antes. E acredite, conseguimos".

"Antes dos Beatles dizíamos que, quando tivéssemos sucesso, o ganho serviria para nos libertar, para permitir que estabelecêssemos nosso próprio modo de vida sem que ninguém interferisse. E acho que foi isso que John conseguiu, ser um pai de família, cuidar do filho e da mulher, sem se perturbar com o que possam esperar dele. Eu não. Sempre acho que preciso ir em frente, que preciso continuar". ■

imóveis em revista

MARINAS DO CANAL: UMA ILHA PARTICULAR, UM CAIS PRIVATIVO E TODA A BELEZA DOS CAMINHOS DO MAR DE CABO FRIO. Uma das poucas áreas de 1.000 m² em ilha particular, com cais privativo para a marina da sua propriedade. Você chega de carro por ponte de acesso à rua particular ou de barco pelo mar. No ponto mais nobre do canal de Cabo Frio, próximo ao Clube Costa Azul e em frente à Moringa e à Ogiva. Completa infra-estrutura de habitação, com luz e água encanada. Também à venda espetacular casa, pronta, com quadra de tênis iluminada. TPV-206.

AV. DO CANAL/PRAIA DAS DUNAS, BAIRRO DO BRAGA-ED. GENUS.

ENTREGA IMEDIATA, ÓTIMO LOCAL: Sala, 2 quartos, construção Sybeton, excelente acabamento, local tranqüilo e residencial. Bom preço e facilidades de financiamento. TPV-209.

NA PRAIA DO FORTE, vista maravilhosa, de frente para o mar, pertinho do Malibu, junto a 13 de Novembro. Varanda, sala, 1 quarto, outro reversível, copa-cozinha, área, dependências e garagem. Condições facilitadas, saldo até 120 meses, use seu FGTS. Maiores detalhes na TECNILAR. TPV-101

FLAMENGO

NOVO, ENTREGA JÁ - Rua Marquês de Abrantes, 88; salão, 2 quartos com garagem, Prédio com salão de festas, playground, sauna, todo conforto para o lazer. Pequena entrada, saldo em 180 meses (pode usar o FGTS), informações no local até às 20 h. Inclusive aos sábados e domingos, ou na TECNILAR. TPV-107.

OSWALDO CRUZ, 1 P/ANDAR - Pta. entrega p/família de alto nível, apt.º avarandado, c/grande salão, 3 quartos (1 suíte de 2 grandes ambientes), 240 m² exclusivos no andar. Constr. e acab. com a qualidade e garantia Brizon. Financ. direto de incorporador. Infs. na TECNILAR. TPV-175.

BOTAFOGO

ÓTIMO 3 QTOS., SALÃO, 2 banheiros, copa-cozinha, área serv., depend. completas, vaga garagem. Prédio semi-novo, com recuo de 15 metros, em meio a jardins. Sol da manhã. Bom preço com financiamento. Informações na TECNILAR. TPV-226.

MÉIER

EXCELENTE CASA, ESTILO TOWN HOUSE, 2 pavimentos, sala de estar, sala de jantar, 1 quarto, varanda, 2 banheiros sociais, cozinha, depend. serviço. UM MINI BAIRRO C/APENAS 17 CASAS, TODAS C/GARAGEM COBERTA, RODEADAS DE JARDINS, C/ÁREA DE LAZER E ESTACIONAMENTO P/VISITANTES. Local tranqüilo e residencial pertinho da Rua Honório. Apenas 3 mil mensais, entrega em setembro próximo. TPV-151/204.

APT.º DE 1 OU 2 QT.ºS C/GARAGEM, rua residencial próximo centro comercial Méier. Prédio centro de terreno fach. decorada, 2 elev. salão festas, playground. Entr. Cr$ 42.831,00 (2 qt.ºs) Rua Capitão Resende, esq. com Miguel Fernandes. Infs. no local (incl. sáb. e dom.) até às 21 h ou na TECNILAR. TPV-180.

JACAREPAGUÁ

COBERTURAS DUPLEX - Em excelente localiz. na Geremário Dantas, 1222, pertinho da Freguesia, salão 2 quartos (suíte), 2 grandes varandas, terraço com espelho d'água e jardineiras. Bom preço, prédio de luxo. Infs. no local (incl. sáb. e dom.) até às 21 h ou na TECNILAR. TPV-207.

ESTRADA DO PAU FERRO, 255, trecho nobre, próximo ao comércio, com 2 varandas, 2 quartos, 1 suíte, 2 banheiros, dependências e garagem. Prédio de luxo em centro de terreno apenas 4 por andar, salão de festas, playground (construção com a qualidade MAROT SOAREZ). Também cobertura com 3 quartos em andar exclusivo, com 3 vagas. Financiamento em 15 anos pelo BANERJ, detalhes com a TECNILAR. TPV-177.

CASAS

CASA NO GRAJAÚ

Ideal para uso comercial, excelente casa, ótimo estado, em centro de terreno, na Rua Eng. Richard, em área de 10 x 35 (350 m²). Construída em 2 pisos, tendo no térreo um salão, mais uma sala, lavabo, copa-coz. e dependências e no andar sup. 3 salas c/banh. (suítes), mais 1 sala e varanda. Nos fundos, 3 salas, 2 banh. depósito, estacionamento p/4 carros. Marcar visita com a TECNILAR. TPV-216.

CASA NO RIO COMPRIDO

ÓTIMA CASA COM 2 RESIDÊNCIAS INDEPENDENTES, totalizando 160 m² de construção, Terreno c/226 m², 16 m de frente. No térreo, varanda, saleta, sala c/22 m², 3 qt.ºs, 2 banh., depend. empregada e área cimentada. No 2.º piso, varanda, sala c/15 m², 2 grandes qt.ºs (1 deles c/varanda e closet), banh., copa-cozinha, dep. emp., área. Garagem p/2 carros e jardim. ÓTIMO INVESTIMENTO PARA RENDA. Marcar visita com a TECNILAR. TPV-229.

TIJUCA

SAENS PEÑA 2 qt.ºs, garagem, pronto, em rua tranq. e resid., juntinho à Pça. Saens Peña. Copa-coz., dep. compl. ótimo acab. Rua Jurupari, 31. Financ. direto s/comprov. renda, ou através financeira, usando o FGTS em 15 anos. Infs. na TECNILAR. TPV-147.

ENTREGA JAN. PRÓX., salão, 3 qts. (suíte), varandas e 2 vagas garagem. Também coberturas duplex com piscina e solarium. Mensais, fixos, a partir de Cr$ 14.040,00. Na Rua Valparaíso, 82, o trecho mais nobre e residencial da rua. Informações diariamente, das 9 às 22 horas, no local ou na TECNILAR. TPV 218.

JUNTINHO À PRAÇA SAENS PEÑA. Rua Conselheiro Zenha, 58. Prédio de luxo em centro de terreno recuado com playground para a criançada. Apt.ºs com 173 m², salão, 3 quartos, 2 banheiros, 1 suíte, dependências e garagem. Perto de tudo. Financiamento em 180 meses. Informações diariamente no local até às 20 h, ou na TECNILAR. TPV 126.

ÚLTIMAS UNIDADES, APROVEITE

ENTREGA IMEDIATA, NUMA RUA SUPER TRANQÜILA. Ótimo apt.º novo, salão, 3 qt.ºs (1 suíte), 2 varandas, 2 vagas garagem. Apenas 170 mil de sinal e mensais, já morando, de 24.246,00 c/financ. direto s/comprov. renda. Rua Antonio Pinto da Motta, 100 (entrada pela Barão de Itapagipe, entre Bispo e Delgado de Carvalho). Infs. no local (incl. sáb. e dom.) das 9 às 21 h ou na TECNILAR. TPV-201.

Rua ITACURUÇÁ - Ótimo prédio de alto luxo, em centro de terreno, fachada com esquadrias de alumínio, vidros fummée. Salão de festas e interfone. Apt.º com salão, sala, lavabo, 4 dormitórios, 1 suíte, 2 banheiros decorados, copa-cozinha, área de serviço e lavanderia, 2 quartos de criados, 2 vagas de garagem. Marcar visitas com TECNILAR. TPV-217.

IPANEMA

Ponto nobre da VIEIRA SOUTO, construção da REAL ENGENHARIA, magnífica mansão suspensa com 260 m² de área útil. Parte social com 120 m², varandão com vista para a praia e o mar. Salão, living, sala, lavabo, galeria, 4 dormitórios com armário, 1 suíte com 26 m², 3 banheiros, sala de almoço, copa-cozinha, área de serviço, lavanderia, 2 quartos de criados com 5 m² cada e 3 vagas de garagem. Visitas e maiores detalhes com a TECNILAR. TPV-223.

OS MELHORES PONTOS COMERCIAIS

HUMAITÁ

Coração comercial de Botafogo, Jardim Botânico, Lagoa e Jockey, a loja que sua empresa necessita, 830 m² de área com 21 m de frente para a artéria mais movimentada do bairro, com ar refrigerado e 25 vagas para seus clientes. Ótimo ponto comercial. Veja e instale sua empresa, faturamento certo. Construção SYBETON, visitas com a TECNILAR. TPV-215.

FLAMENGO

INSTALE SEU CURSO OU SUA EMPRESA, pertinho da estação do Metrô, Paissandu/Botafogo. Em sobreloja de prédio de luxo. São 556 m² úteis de vão livre com 7 vagas de garagem. Loja ocupada por Banco. Rua Marquês de Abrantes, 88 sobreloja, informações diariamente no local, inclusive sábado e domingo, até às 20 h ou na TECNILAR. TPV-127.

JACAREPAGUÁ

EXCELENTE LOJA COMERCIAL COM JIRAU em prédio residencial de luxo, ótimo ponto. Rua Geremário Dantas, 1222 (Largo da Freguesia). Preço e condições fora de série, veja e comprove. Informações no local até às 20 h, ou na TECNILAR. TPV-208.

MADUREIRA

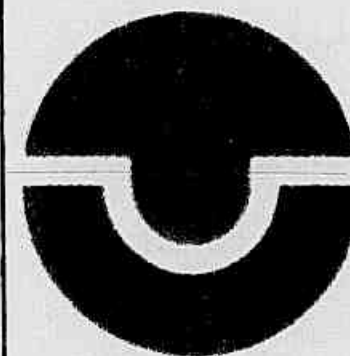
A GRANDE OFERTA, apt.ºs 2 qt.ºs, c/garagem, na Firmino Fragoso, 101, rua tranqüila no coração de Madureira. Prédio centro de terreno. Infs. (incl. sáb. e dom.) até às 20 h, no local ou na TECNILAR. TPV-174.

COSME VELHO

À RUA COSME VELHO, 625 - 1 ou 2 qt.ºs., excelente localização, ótimo acabamento, somente 2 por andar. Prédio em centro de terreno, magnífica vista. Financiamento até 180 meses, podendo usar FGTS. Informações diariamente no local até às 21 h ou na TECNILAR. TPV-149.

CAMPO GRANDE

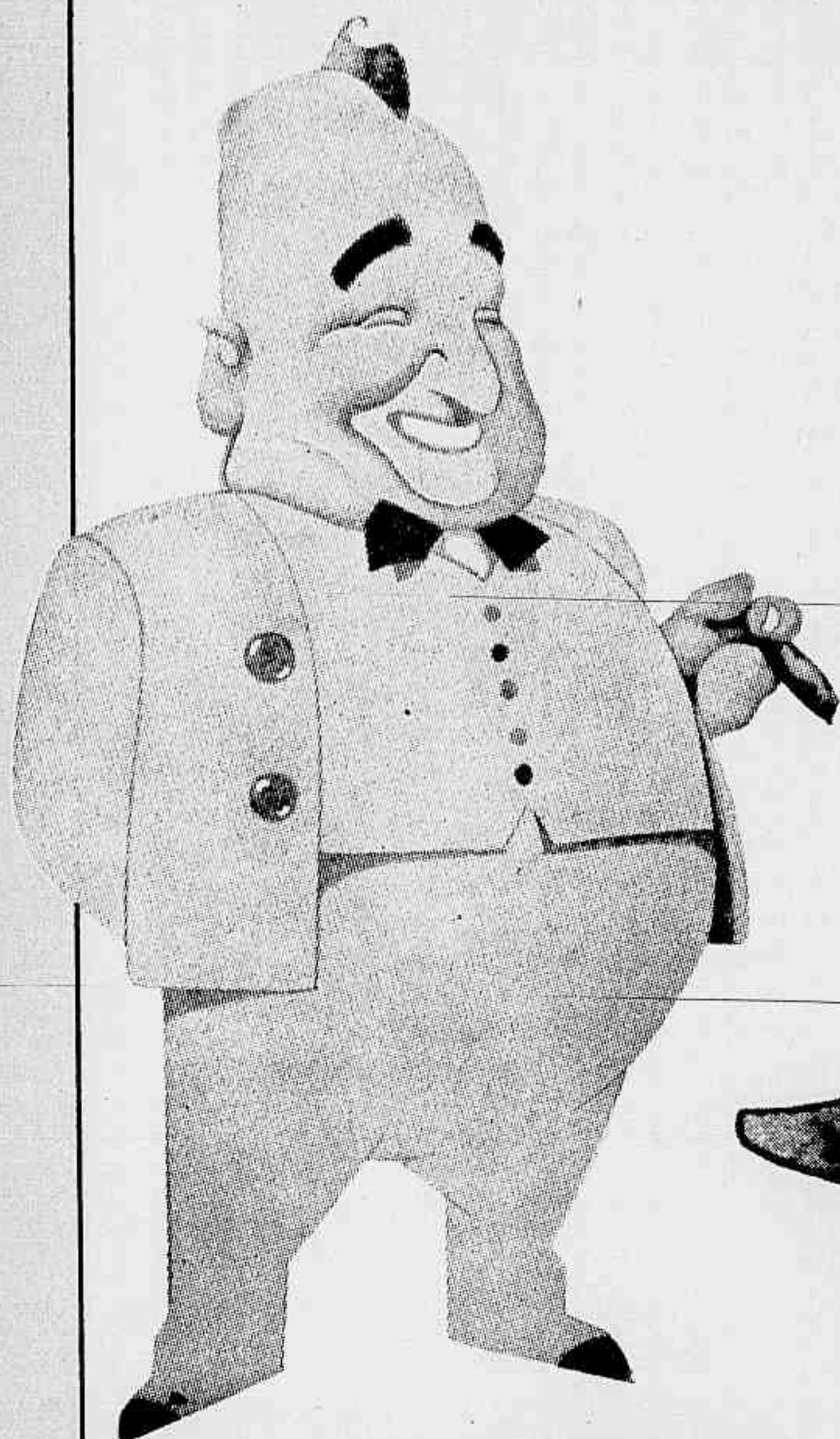
VILLAGE DO TINGUÍ, O MELHOR 2 QUARTOS DO ANO. Ótimo acabamento, apenas 2 apt.ºs por andar. Excelente esquema de pagamento. Trecho residencial e arborizado da Estrada do Tinguí. Infs. na TECNILAR. TPV-165.

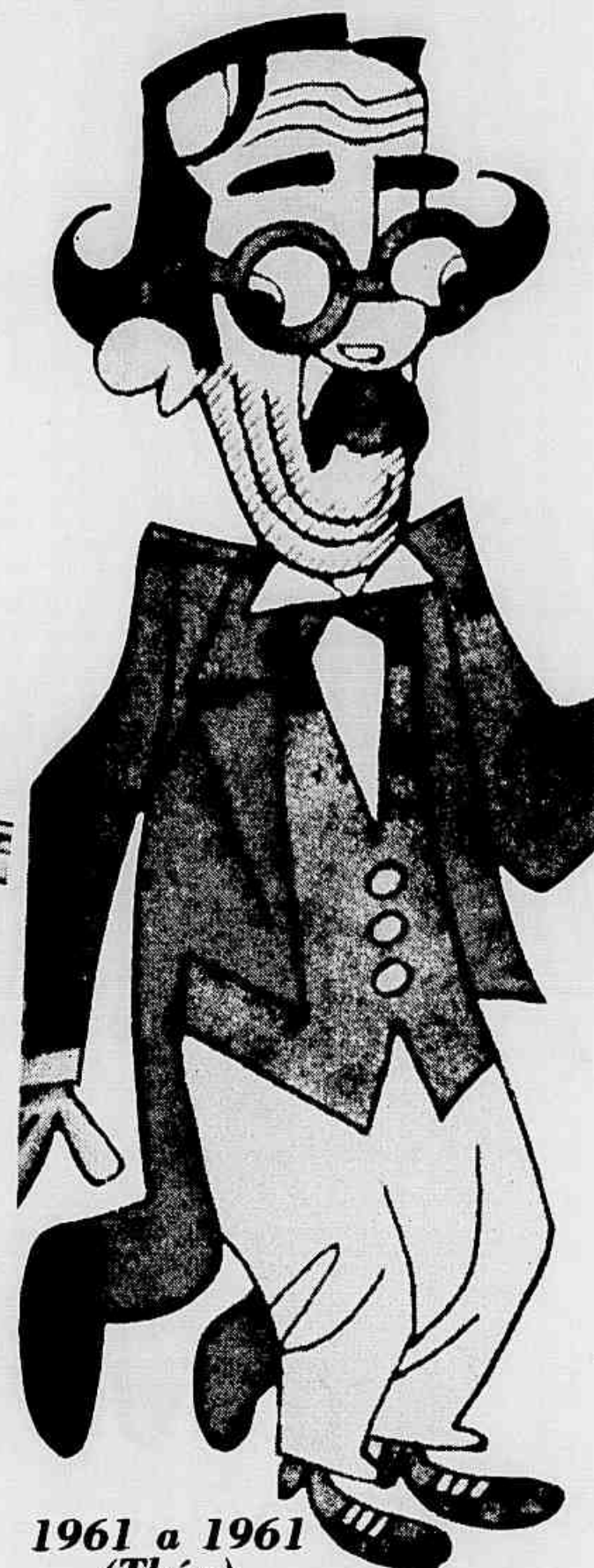
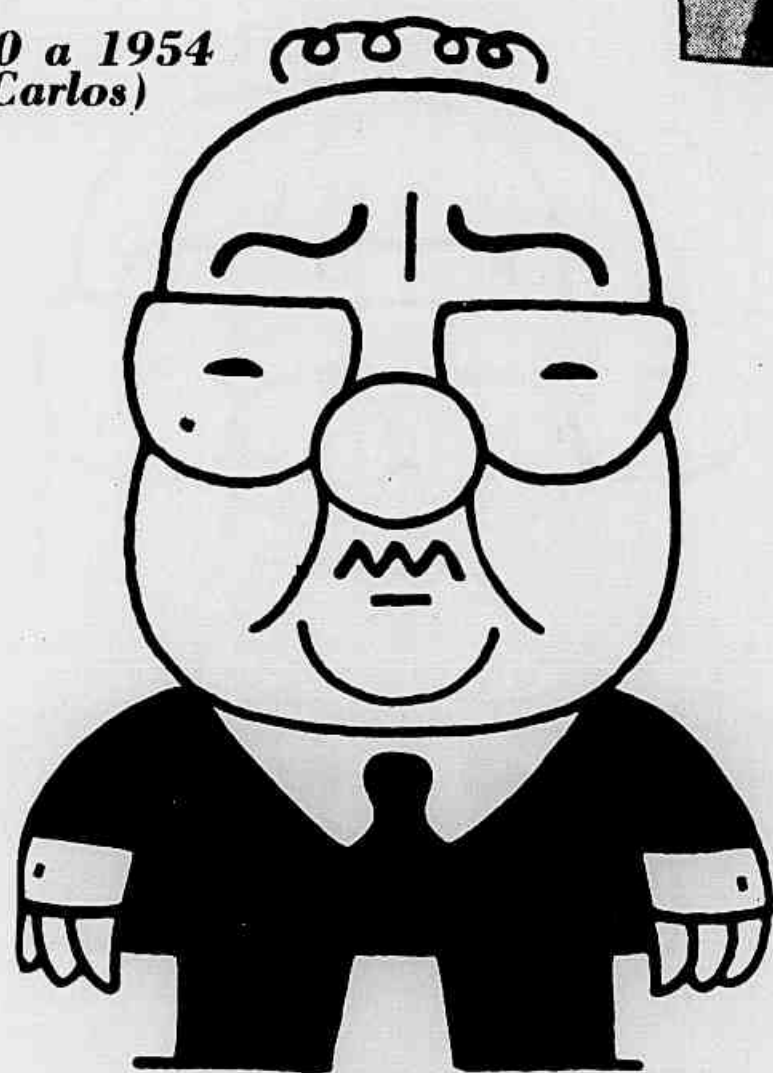
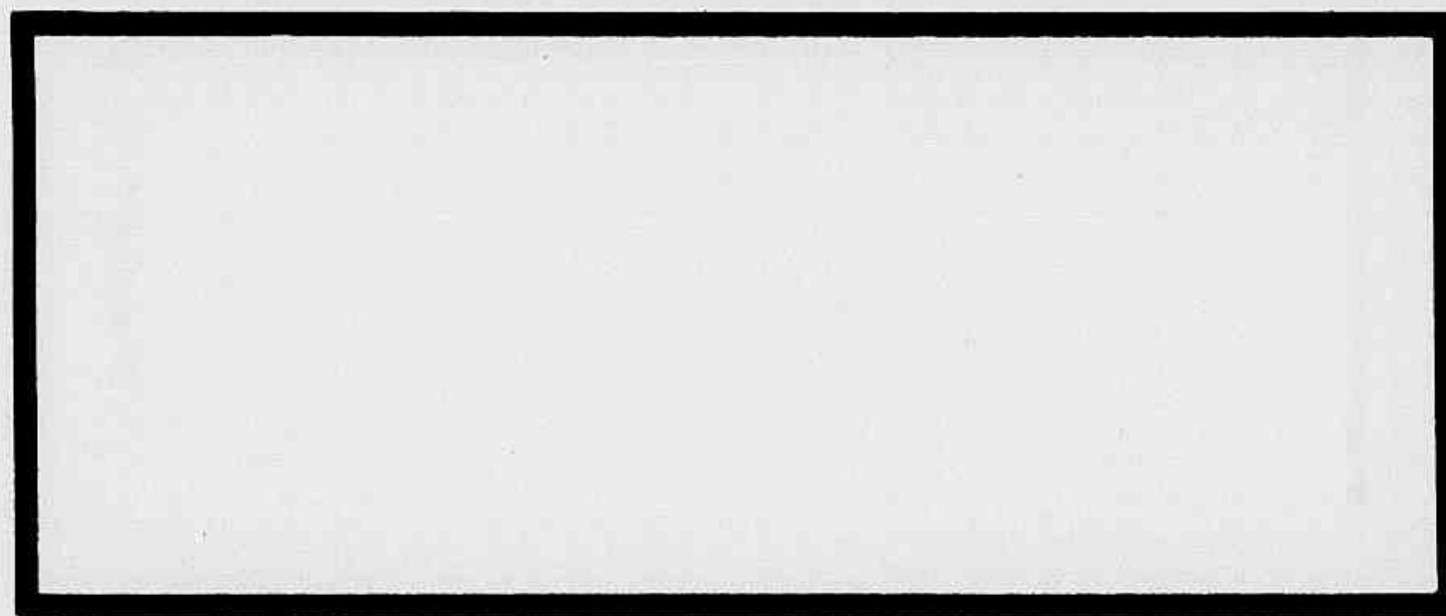
SGB

Vendas **tecnilar**
Rua do Carmo, 7/17.º andar
Tels.: 263-9422 / 221-1491
221-1494 / 242-0876
Walmir Ferreira - CRECI J-0984

A Central de Informações TECNILAR funciona diariamente das 8 às 20 h. Sábados e domingos somente pelos tels. acima.

Com um anúncio a cores, nesta página, a Tecnilar vende rápido o seu imóvel.

ARTE ALEGRE DO TR

Desde o quatriênio de Vargas, em 1950, as figuras de Presidentes encontraram dezenas de interpretações críticas, de acordo com uma tradição alimentada em toda a República Velha. Esfriada no Estado Novo, a prática só sofreu restrições severas no Governo do Presidente Médici, nunca caricaturado na grande imprensa

1950 a 1954 (J. Carlos)

1955 a 1960 (Théo)

1961 a 1961 (Théo)

1967 a 1969 (Nássara)

1969 a 1974

MARIA LUCIA RANGEL

O artista que domina o traço "nasce caricaturista, vira desenhista e morre pintor". Esta observação do cartunista Mendez se aplicará, sem esforço, a Columbano, Toulouse-Lautrec, Daumier, Di Cavalcanti. E também a toda a estirpe dos desenhistas brasileiros que desde o início do século aperfeiçoaram a crítica de costumes, espetaram as figuras políticas, coloriram o cotidiano; e que, como J. Carlos, o traço mais fino e florido dos anos alegres de 20 e 30, criaram um universo de beleza gráfica único e permanente.

Bem mais permanente do que as figuras políticas por eles glosadas, como mostra a exposição que a Funarte inaugura no Rio daqui a 10 dias. Através dos trabalhos de Theo, Nássara, Lan, Ziraldo, Augusto Bandeira, Péricles, as inúmeras comédias de erros de uma sociedade em transformação se fixam e se traduzem, em imagens que com o tempo ganham mais importância do que os próprios personagens.

Foi no Egito que nasceu esta arte que tão bem traduz angústias e crises, apesar de ser grego o nome do primeiro caricaturista de que se tem notícia, Pauson. No Brasil a caricatura chegou através da palavra, no caso,

AÇO LIVRE

Críticos, a caricatura e o desenho de costumes narram com gosto a realidade política

1961 a 1964 (Augusto Bandeira)

1964 a 1967 (Nássara)

1974 a 1979 (Lan)

1979 (Chico)

de um baiano de Salvador, Frei Vicente, que no século XVI criticava erros e desmandos de toda a ordem. O traço, no entanto, ganhou substância entre os anos de 1910 (por coincidência o mesmo ano em que morreu Angelo Agostini, considerado o maior caricaturista do passado) e 1930, quando o grande trio dessa arte no Brasil, fortificado e reconhecido, foi formado com os nomes de J. Carlos, Raul (Pederneiras) e K. Lixto. De lá *pra* cá, a caricatura vem sobrevivendo como pode, participante sempre e eminentemente política.

"A essência da caricatura é ser contra", lembra Ziraldo. "Não existe caricatura de qualidade a favor. Vira o *Krokodil*." E por ter uma linguagem indireta e muito sofisticada (no sentido de criatividade), foi a caricatura a única arte que evoluiu nesses últimos 16 anos brasileiros.

Augusto Rodrigues, durante a Segunda Guerra Mundial, pôde demonstrar através de seu traço o repúdio ao fascismo e foi, talvez, a época em que mais influenciou opiniões: "A caricatura como arte pode deixar de ser política. O homem é que não pode deixar de sê-lo. Durante a guerra me dei conta de que tinha um instrumento fundamental para colaborar contra o

Em 1916, Di Cavalcanti fundava com J. Carlos, Luís Peixoto e Belmiro Braga o Salão dos Humoristas, primeiro no gênero

fascismo. A caricatura tem uma linguagem direta, de impacto. Ela atua em função da política e dos costumes sociais. E deveria não só criticar como conceber novas formas de vida. Picasso, num certo sentido, foi um caricaturista. O que fez ele senão sonhar e lutar por um mundo de paz?."

Álvaro Cotrim, o Álvarus, caricaturista e possuidor de uma das maiores bibliotecas sobre o assunto, além de originais de artistas famosos, acentua que a caricatura vive em função da liberdade, "e a pior censura é mesmo a autocensura". Por isso, ele considera que nesses últimos 16 anos "a caricatura pôde aparecer muito pouco". Mesmo assim, durante o período Médici, a abstenção foi, praticamente, total. Na opinião de Alvarus, os caricaturistas aproveitaram a censura violenta como uma vingança. Somente Cassio Loredano mostrou o então Presidente na revista *Opinião*, em 1972, e Lan numa exposição de seus desenhos no Centro Lume. Mas, como diz Ziraldo, a caricatura é repetitiva e o caricaturado acaba tornando-se parecido com ela. Pode-se, portanto, afirmar que os anos que vão de 1970 a 1974 passaram em branco no que se refere ao traço crítico.

"Nós rimos da caricatura" — diz Lan — "porque vemos nela o que somos na realidade. Você ressalta as coisas mais evidentes. Mas não só no aspecto físico. Acham que eu retrato o grotesco e o ridículo. Mas o grotesco e o ridículo fazem parte da personalidade da pessoa. Por exemplo, se uma mulher bonita com um nariz grande tenta disfarçá-lo, procuro desenhá-la sempre de frente, pois é como ela está preocupada em aparecer e aí pego sua personalidade. Se digo que existem buracos na cidade, não estou criticando, mas chamando a atenção para um fato que todo mundo vê".

Para Chico (Caruso), considerado por Álvarus "a maior revelação da caricatura no Brasil nos últimos 20 anos", não é o desenho em si o mais importante, mas a situação em que ele é colocado: "Mesmo porque no Brasil de hoje é muito difícil fazer somente a caricatura. Não há muita informação visual e a situação torna-se ininteligível". Assim, ele lê os jornais do dia, escolhe o assunto que considera mais interessante e tenta reproduzí-lo em imagem: "Para fazer uma caricatura parto do retrato. Olho a cara da pessoa até ela me parecer bastante familiar". Ao contrário dos antigos caricaturistas, como Nássara, que em segundos, de memória, retrata quem quiser. "Mas antigamente", lembra Chico, "não existia tanta fotografia como hoje".

São de 1837 os primeiros desenhos críticos de que se tem notícia no Brasil. De volta da Europa, onde estudou com Debret, Manuel Araujo Porto Alegre, o Barão de Santo Ângelo, fez contra o jornalista Justiniano José da Rocha suas primeiras caricaturas. Tendo sido um jornalista liberal, Justiniano aceitou dirigir um jornal oficial com o salário anual de Cr$ 3 mil 600. Esses desenhos apareciam, como na Europa, em pranchas soltas. Somente em 1844, surge o primeiro jornal em que a caricatura é incorporada ao texto, *A Lanterna Mágica*.

Mas foi a *Careta*, fundada em 1908, a revista de humor de vida mais longa. Foi editada durante 52 anos. Em seguida vem *O Malho*, nas bancas 50 anos. "No Brasil há uma coisa que considero sensacionalíssima em matéria de liberdade de imprensa", comenta Álvarus. Foi o jornal escrito em francês, *Ba-ta-clan*, dirigido por um grande vigarista também francês, que já vinha *corrido* de Buenos Aires, editado em plena guerra do Paraguai, de 1867 a 1872 e francamente a favor do Paraguai, não poupando nem Caxias. A audácia chegou a tal ponto que, no dia em que morreu Solano Lo-

Primeiro número de Careta, *1908 (J. Carlos)*

"Criaturas" no Espaço Rian

CORA RÓNAI, BRASÍLIA

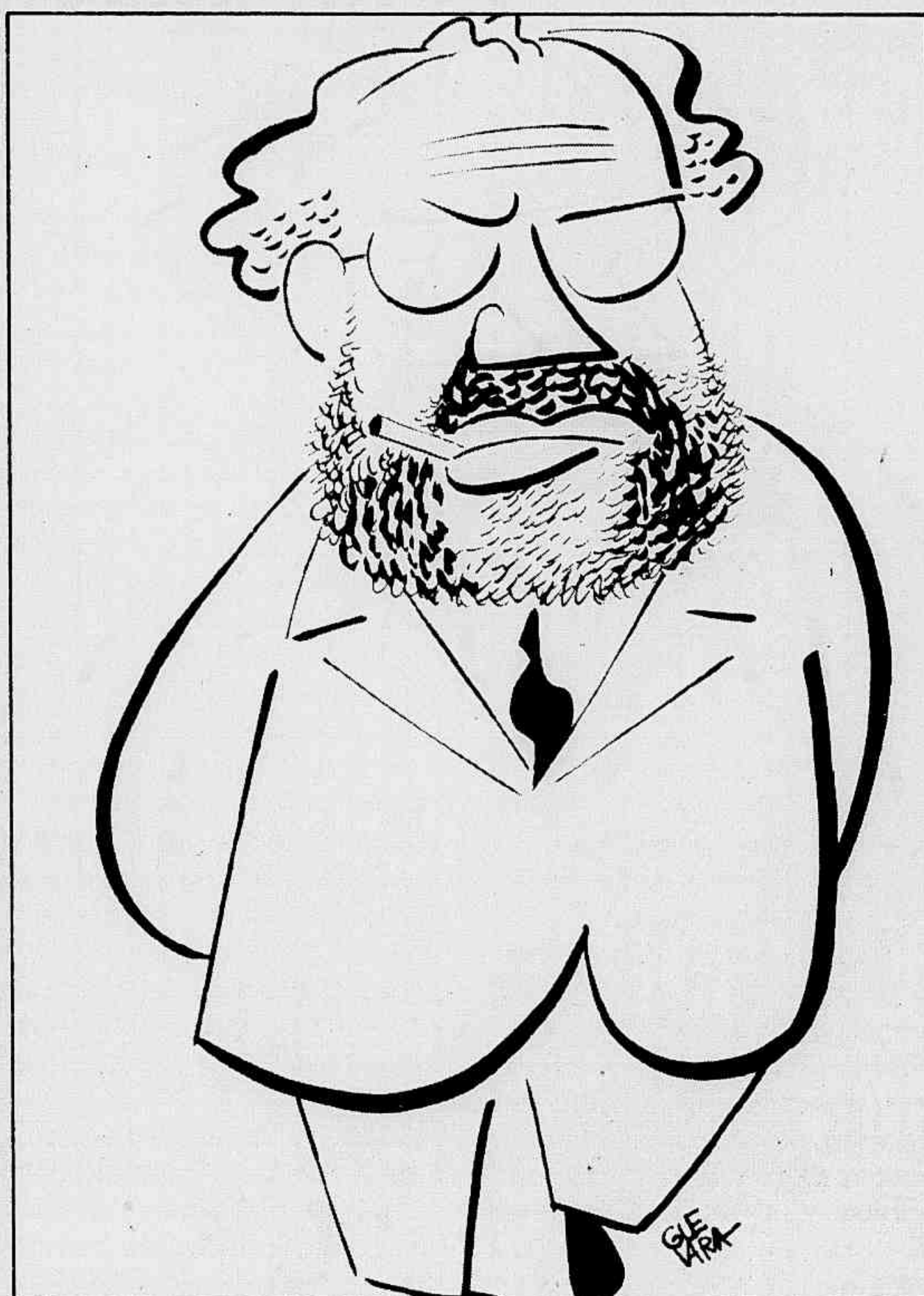
Dia 1º de julho a Funarte inaugura, no Rio, o primeiro espaço dedicado exclusivamente ao cartum: o Espaço Rian, nome escolhido pela unanimidade dos caricaturistas consultados, em homenagem a Nair de Teffé, pioneira do traço satírico no Brasil. Na abertura, a mostra Criaturas I, *organizada pela Funarte de Brasília, reunindo trabalhos de 30 cartunistas contemporâneos e uma retrospectiva da caricatura no Brasil, feita a partir de originais, reproduções e páginas de jornais e revistas antigos.*

"Juntar tudo isso não foi fácil", diz Carmem Silvia Schroeder, coordenadora da Funarte de Brasília e idealizadora da mostra. "Levamos seis meses procurando material, acabamos conseguindo coisas ótimas, como o arquivo da revista O Cruzeiro, *com originais de Péricles, Zélio, Borjalo. Tem até coisas do tempo em que Millôr Fernandes era o Vão Gogo, um Pacifista a Serviço da Bomba Atômica. Conseguimos os primeiros números de uma série de revistas humorísticas, como* O Malho, Careta, O Mosquito."

Ao contrário dos salões de humor, Criaturas *não tem caráter competitivo — e sua temporada em Brasília pôde ser considerada um sucesso, com filas de pessoas para pedir autógrafos (Henfil, por exemplo, nunca desenhou tantos fradinhos) e convites para mesas-redondas, entrevistas e debates. "Nossa idéia é transformar* Criaturas *num acontecimento anual", afirma Carmem Silvia. A* Criaturas II, *programada para junho de 1981, já será inaugurada no Espaço Rian e, como a primeira, excursionará pelo país (do Rio, a* Criaturas I *segue para Fortaleza, Belém, São Paulo e Porto Alegre).*

Há quem ache pouco: o Ministro Eduardo Portella, por exemplo, ficou tão entusiasmado com a mostra que sugeriu que Criaturas I *fosse exibida não só no Brasil, mas em toda a América Latina.*

A cena urbana dos anos 20, por J. Carlos

Eugênia e Álvaro Moreyra, por Álvarus

O Barão de Itararé, por Guevara

Com a imprensa censurada, os desenhos críticos tornam-se dramáticos, carregados, e de grande força expressiva

pez, a capa dessa publicação fazia uma homenagem ao ditador".

O primeiro desenhista de *Ba-ta-clan* era o francês Joseph Mill, substituído pouco depois por outro francês, Alfred Michon. Este, percebendo a agressividade do jornal e tendo assistido ao assassinato de um amigo de redação, Casenave, num baile de carnaval, voltou espavorido para a França.

Foram muitos os estrangeiros que participaram e ajudaram a fazer a história da caricatura no Brasil. A começar por Ângelo Agostini, italiano, autor dos nossos primeiros quadrinhos, *A História de Nho Quim*, publicado na *Vida Fluminense*, em 1869, e do personagem Zé Caipora, aparecido em 1881. Outro italiano ficou famoso, Borgo Maneiro, além dos portugueses Rafael, Bordalo Pinheiro e Julião Machado. Mas nenhum superou em fama e traço o paraguaio André Guevara, sobre quem o Barão de Itararé tinha uma opinião bem definida: "Foi o único paraguaio que nos venceu".

"Mas fora de série" — diz Álvarus com vigor — "foi J. Carlos, homem de uma versatilidade gráfica total, grande espírito e traço sensacional".

Durante quase meio século seus desenhos de incomparável elegância ilustraram nossas melhores revistas. E foi diante de sua prancheta de trabalho que morreu, na redação da *Careta*, depois de combinar com o compositor João de Barro os detalhes de um desenho. Em sua *História da Caricatura* no Brasil, em quatro volumes e única

Mário de Andrade, por Di Cavalcanti

publicação do gênero que temos, o acadêmico Herman Lima assinala que os desenhos de J. Carlos, em 40 anos de produção ininterrupta, "dariam para cobrir a Avenida Rio Branco". Fala ainda o escritor de "uma limpidez e rapidez de traço que vai muitas vezes da risca do cabelo à ponta do pé do indivíduo, num serpenteio magistral; uma bravura de contorno que dizia tudo, sem o recurso do modelado e da meia-sombra; uma imprevista malícia; um *cachet* próprio, que do primeiro instante o impeliram para a primeira plana dos grandes nomes do nosso panorama artístico, onde se conservou galhardamente até o fim". Como trabalhou a maior parte de sua vida na *Careta*, foi esta a revista que melhor retratou a realidade política do seu tempo.

Se de 1970 a 74, como lembrou Ziraldo, era proibido citar no *Pasquim* as patentes militares, exatamente 60 anos antes, o Presidente de então, (de 1910 a 1914), por coincidência um Marechal, Hermes da Fonseca, era caricaturado ao exagero. Pode-se mesmo dizer que foi dos brasileiros que mais serviram ao traço crítico. Por coincidência, tendo enviuvado, casou-se com a única caricaturista mulher daquela época, Nair de Teffé, a Rian, hoje com 94 anos.

Durante a ditadura de Vargas, a figura do Presidente foi preservada por Lourival Fontes, diretor do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), segundo Álvarus, "espécie de Goebells nacional no bom sentido". E se Getúlio Vargas foi poupado, seus ministros não tiveram a mesma sorte, servindo ao humor dos lápis da época, como Agamenon Magalhães, Ministro da Justiça e do Trabalho, Gustavo Capanema, Ministro da Educação, e Francisco Campos, Ministro da Justiça.

Nem só os políticos fizeram as graças dos caricaturistas de antigamente. Se J. Carlos tão bem retratou as melindrosas e *almofadinhas* da época, Di Cavalcanti não lhe ficou atrás. Foi na revista *Fon-Fon* que iniciou sua vida artística, com uma caricatura. Assinava suas charges com o nome de Urbano. O pintor tirava dessa arte efeitos surpreendentes e, em 1916, com Luis Peixoto, Belmiro Braga e J. Carlos, fundou o Salão dos Humoristas, no Rio de Janeiro. Luís Peixoto expôs caricaturas em esculturas, inovação surgida de um traço muito pessoal. Há dois anos, o Museu da Imagem e do Som tentou reativar este tipo de mostra criando a Feira do Humor, com originais de 13 artistas, a maioria pertencente à Escola Carioca de Humor — Ziraldo, Millor Fernandes, Caulos, Duayer, Nássara, Henfil, Jaguar, Lan, Luis Fernando Veríssimo, Nanti, Redi, Reinaldo e Zélio — e, tentando concretizar o que normalmente é feito em outros países, principalmente Estados Unidos, onde os trabalhos depois de publicados vão para galerias e museus e em seguida são editados em livro.

Mas a caricatura é paciente, tem uma capacidade toda própria de esperar, "hiberna como o urso polar", brinca Álvarus, até a hora de entrar em cena: "Atualmente está voltando à tona e como chefes de fila temos o Chico, Guidacci e Ziraldo, este não muito novo mas sempre atual."

Controvertidamente, Chico, profissional desde 1967, vê os últimos 16 anos como de renovação para esta arte. "Começou em 1968, com Luís Trimano. Depois apareceu o Cassio Loredano, considerado por David Levine o maior caricaturista do mundo (Loredano mora há quatro anos em Bonn e está expondo seus desenhos na Galeria Estampa ao lado de Chico, Fafas, Trimano e Jane). Como a imprensa estava muito censurada, a caricatura tinha uma força expressiva grande. Os desenhos eram dramáticos, carregados."

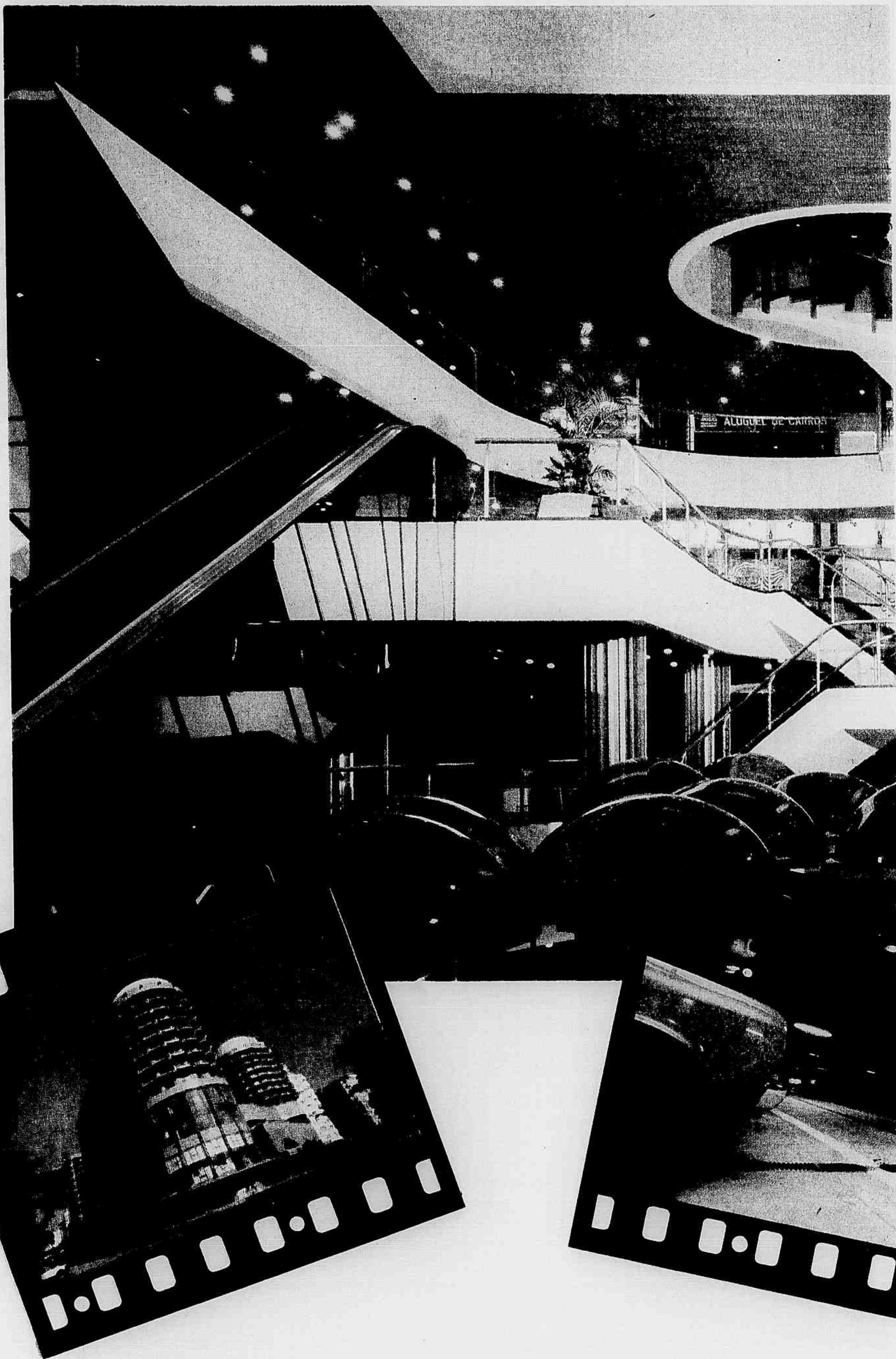
No entanto, mesmo com sua valorização atual, quando, segundo Chico, "os desenhistas estão *forçando a barra* para colocar seus trabalhos", estes artistas lutam com mais dificuldades do que os de outrora. Paulo Caruso, gêmeo de Chico e com um traço tão bom quanto o do irmão, está desempregado. Luis Trimano nem se lembra da última caricatura publicada e Fafas e Jane também não têm emprego fixo. ■

O que há no Posto 6 que tanto atrai as pessoas de todos os pontos do mundo.

Shopping Cas
O shopping mai

Aqui, no Shopping Cassino Atlântico, tudo tem que ser muito especial.

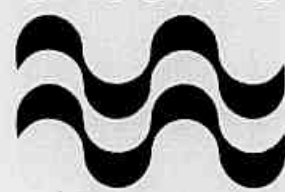
É que em volta dele está a melhor e mais exigente fatia do poder aquisitivo do Rio. E, em cima dele, está um dos mais conhecidos e badalados hotéis de classe internacional, o Rio Palace, com seus hóspedes chegando de diversos lugares do mundo.

Para atender a este público, o Shopping Cassino Atlântico oferece 700 metros contínuos de vitrine com produtos e serviços que não existem em outros lugares, ou que já são sucesso em todo o Rio. Além de uma estrutura de lazer, com bares, restaurantes e casas de chá.

sino Atlântico
s especial do Rio.
E mais: um amplo estacionamento com 4.320 vagas gratuitas por dia, ar refrigerado, escadas rolantes, circuito interno de TV, seguranças especializados, central de informações, e o espaço arquitetônico mais bonito que um shopping nesta cidade jamais teve.
Você não pode deixar de conhecer o Shopping Cassino Atlântico. Bem no caminho de quem vem ou volta de qualquer ponto da Zona Sul, com acessos pela N. S. de Copacabana, Francisco Otaviano e Atlântica. Você vai saber porque um shopping exclusivo, muito especial, está atraindo pessoas de todos os pontos do mundo.

Estas lojas já estão funcionando no Shopping Cassino Atlântico:

Aktuell Esculturas
Amsterdam Sauer Joalheiros Gemólogos
Arte Heráldica - Brasões
Bar Anglais Pub
Benson & Hedges Tabacaria e Presentes
Camisaria Bataglia
Casa de Chá Bolo Inglês
Cassino Coiffure
CH_2 Imobiliária
Chocolate Caseiro Gramado
Clube Naútico Água Limpa
Danny e Chris Moda Infantil
DeCasa Móveis e Decoração
Deplá Material Fotográfico
Detach Atelier de Moda
Dexter Brinquedos Educacionais
Dipelle Sapatos e Bolsas
Eugenio Restelli Design
Galeria Dezon
Gravura Brasileira
H. Stern Joalheiros
Hazan Souvenirs
Hot House Discos e Fitas
La Brasserie - Coffee-shop e Restaurante
Lapidação Bossi
Les Fleurs Coiffure
Livraria Noa Noa
M & G Fashion
Malas Pigalle
Malena Boutique
Marco 2 - Moda Homem
Maria Thereza Weiss
Maximino Joalheiros
Mini Gallery
Mon Décor Presentes e Artesanato
Moreno Souvenirs, Jóias e Pedras Preciosas
Nilza Presentes
Nobre Rent a Car
Ontem e Hoje Presentes e Decoração
Passamar Turismo
Perucas Lady
Place des Arts Galeria de Arte
Presentes Edicol Papelaria
Quartier Latin Presentes
Roditi Joalheiros
Romântica Artesanato Decoração e Boutique
Ronnie Joalheiros
Samanta Boutique
Semeles Joalheiros
Sidi Joalheiros
Thedy Boutique Sport
United Store Boutique
Varese Calçados, Bolsas e Roupas Esportivas
Vice-Rey Arte, Móveis e Decoração
Zafar Pedras Preciosas

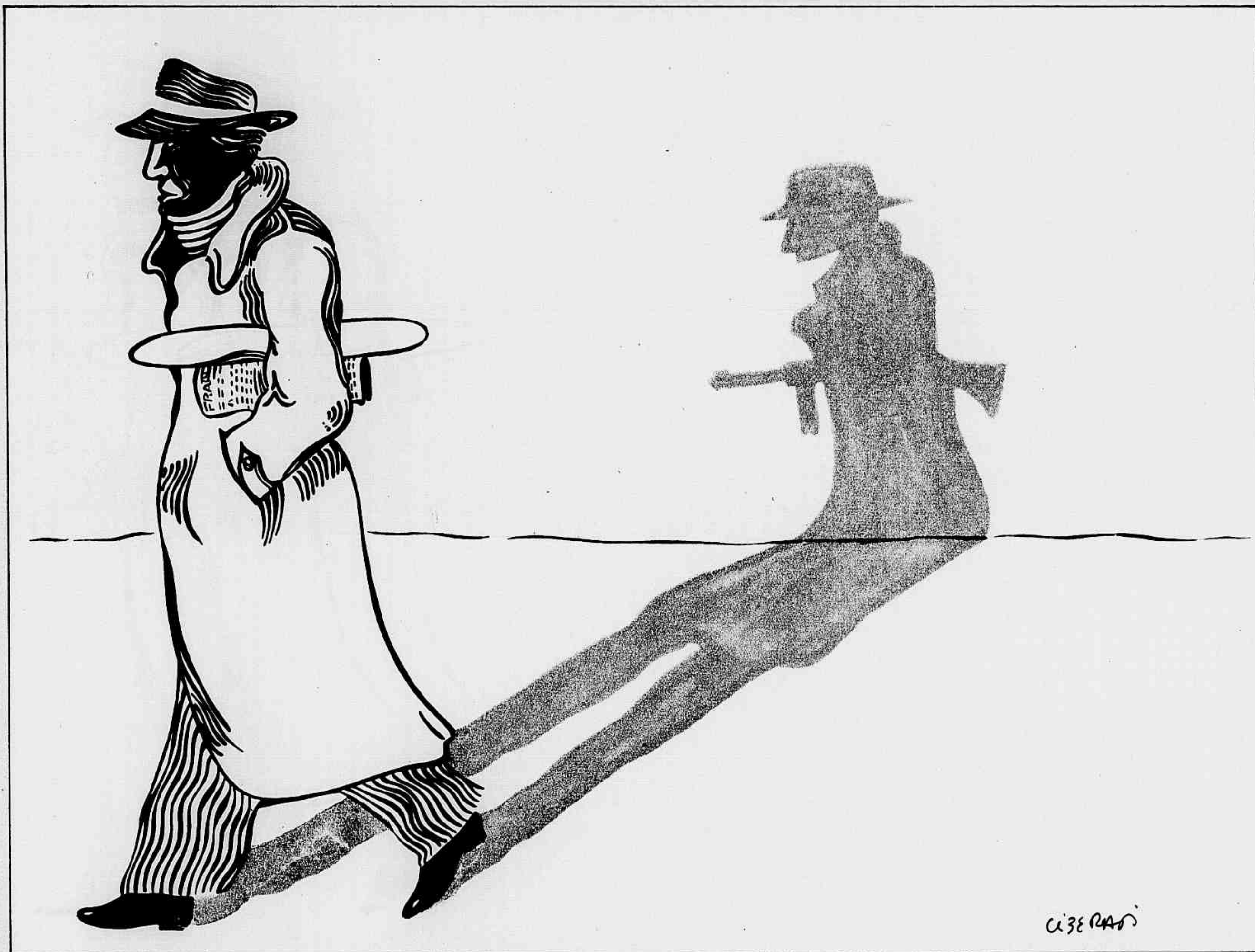
Estacionamento grátis.

SHOPPING CASSINO ATLANTICO

3 acessos:
N.S. Copacabana, Atlântica e Francisco Otaviano. Posto 6.

ESTRUTURAL

Documento

O MUNDO CINZENTO DOS ESPIÕES

Um agente secreto revela como se desenvolve a guerra de informações entre as grandes potências

PARIS MATCH
ILUSTRAÇÃO DE BRUNO LIBERATI

Recentemente, uma série de televisão baseada no romance de John Le Carré *O Espião que Sabia Demais* começou a fazer grande sucesso na televisão francesa. Em sua versão para o vídeo, a história passou a chamar-se *La Taupe* (*A Toupeira*), alusão ao personagem principal, um agente secreto do KGB, o Serviço Secreto soviético, que sob personalidade falsa infiltra-se em outro país para ficar em recesso até que seus chefes o acionem. Esse tipo de agente, contudo, existe na vida real e um deles, que atuou durante muito tempo a serviço do Sdece, correspondente francês do KGB e da CIA, foi entrevistado — mantendo naturalmente o anonimato — pela revista *Paris Match* . É um relato, ao contrário da ficção de John Le Carré, verídico, embora surpreendentemente semelhante às histórias saídas da imaginação do escritor.

O que é uma toupeira?

— *Toupeira* é um termo muito mais usado nos romances e no cinema. O termo, digamos, técnico, seria *dormente* e refere-se a um agente, munido ou não de falsa identidade, que é mantido em hibernação até o momento de agir, quando então receberá a ordem. Seu trabalho é tão tedioso — e perigoso, também — que ele age quase sempre movido pela ideologia ou pelo patriotismo o que, de resto, não é a mesma coisa. Por dinheiro, nunca.

Quanto tempo pode dormir um dormente?

— A vida inteira, quem sabe. Mas pode acontecer, e tem acontecido, que, acionado por seus patrões, esse agente, que neste

meio tempo casou-se, é razoavelmente feliz e assumiu uma posição importante na sociedade, recusa-se a cumprir o contrato. É então executado. As regras do jogo são estritas. Em seguida, é necessário fazer com que os outros agentes saibam que o tal fulano foi prematuramente afastado do convívio dos seus porque não honrou a combinação.

Poderia citar um caso concreto?

— Claro. O de um certo Gambin, esse era seu falso nome, que apareceu em Toulouse. Na realidade, o verdadeiro Gambin morrera na guerra, assim como seus pais. Não tinha, também, irmãos e irmãs. E como não freqüentara escola na cidade, nenhum de seus supostos colegas da época poderia identificá-lo. Assim, com os papéis, perfeitamente em ordem, o novo Gambin mudou-se para Paris, onde abriu um estúdio fotográfico perto da Etoile. Por meio de anúncios na imprensa, recrutou belas jovens, pagando-as bem. Depois de selecionar as que lhe pareceram mais convenientes, lançou-se no negócio clandestino de *call-girls,* utilizando para isso um apartamento que alugara e recheara de câmaras e microfones ocultos. Até então havia sido um *dormente.* Agora passava ao segundo ato. Começou a exigir das moças que fizessem certas perguntas aos clientes, que ele mesmo indicava, sem naturalmente revelar suas verdadeiras intenções às jovens. Dizia apenas que trabalhava para uma firma concorrente desse ou daquele cliente. De certa maneira, não mentia. A escolha dos clientes, é óbvio, recaía sobre industriais, financistas, diplomatas da ONU e militares. Para conhecê-los, freqüentava boates da moda, bares de grandes hotéis. Alguns porteiros e *maîtres* eram seus cúmplices, afinal ninguém recusa uma boa gorjeta. Gambin na realidade chamava-se Vladimir Ignatovich Bordarenko, nascido em Tiflis, na Geórgia soviética. E agente do KGB.

Há outras categorias de agentes secretos?

— Certamente. Há os agentes de ação, ou *torpedos*, encarregados de missões de destruição. E os agentes de informações, propriamentes ditos. Posso até dar um exemplo, embora me seja proibido fornecer dados precisos e recentes. Trata-se de um homem que precisávamos eliminar a qualquer preço. Os serviços sabiam, e tinham provas, de que ele fornecia informações sem qualquer escrúpulo a quem lhe pagasse mais. Como era muito conhecido, tornava-se impossível executá-lo sem atrair represálias. Acabou vítima de um corriqueiro acidente de estrada na Espanha. Seu belo carro foi encontrado em frangalhos no fundo de um precipício. Não houve incêndio, pois era absolutamente necessário que essa morte fosse conhecida para desencorajar eventuais imitadores do morto. O falecimento ocorreu por fratura do crânio Esse, pelo menos, foi o laudo dos legistas. Na realidade, o sucesso da opera-

A persistência do fator humano

SERGIO RYFF

Quando, há 18 anos, o Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, deslocou a frota americana para bloquear a passagem dos navios soviéticos que conduziam mísseis a serem instalados em Cuba, numa decisão extremamente difícil e que poderia levar o mundo às portas de uma terceira guerra, os contornos de uma nova espionagem, até então praticamente desconhecida do grande público, começaram a tomar forma mais definida através de fotos publicadas na imprensa, assinalando de maneira indiscutível a construção de silos para abrigar os engenhos em território da ilha.

Eram fotografias de extrema definição, nas quais podia-se ver até mesmo viaturas empregadas nos trabalhos de construção, que introduziam um novo personagem na intrincada batalha de informações em que até então o homem reinara soberano: os satélites de espionagem. Anos antes, no entanto, a tendência já começara a se esboçar com o caso do avião de observação U-2, munido de poderosas câmaras fotográficas e abatido sobre território soviético para consternação dos serviços de informações americanos. Tudo isso, reforçado pelos sistemas de espionagem eletrônica montados nas fronteiras da Turquia e do Irã com a URSS, levaram a uma conclusão que, depois, se revelaria apressada: o espião tradicional, o solitário que catava informações com minúncia de garimpeiro e coragem de aventureiro, arriscando a pele e transformando, em alguns casos, a história, estaria irremediavelmente condenado, por obsolteto.

Contudo, em 1967, cinco anos depois da crise de Cuba, o desmantelamento da rede instalada pelo KGB no íntimo dos serviços secretos britânicos, o desmascaramento de Kim Philby e seus cúmplices, Burgess e Mac Lean, veio demonstrar que, se satélites e aparelhagem eletrônica ampliavam as possibilidades da coleta de informações, o homem ainda permanecia bem cotado nesse trabalho indispensável à sobrevivência das grandes potências. Afinal, o KGB, um dos sistemas mais poderosos e eficientes do mundo, não abrira mão da mobilidade, penetração e capacidade de avaliação que só o homem tem e as máquinas ainda não conseguiram igualar.

Há mais. A informação em estado bruto não passa de matéria-prima sobre a qual irão debruçar-se esses especialistas do século XX, os analistas, a quem cabe cotejar, comparar, interpretar e concluir. São esses homens, dos quais nenhum serviço secreto prescinde, que do fundo de seus gabinetes anônimos irão sugerir alternativas e apontar opções para os governantes das grandes nações, aqueles que devem decidir sobre os destinos do mundo. E, desses dados e informações que se alinham sobre as mesas dos analistas, nem todos foram arrecadados pela parafernália eletrônica: muitos emergiram do trabalho silencioso de agentes infiltrados nos lugares certos que — não importa, no caso, o colorido moral que se possa apor a suas atividades — os obtiveram. James Bond, essa é a realidade, sobrevive. Embora sem o charme — e a inconsistência — do herói de Ian Fleming.

Carl Heiser e Carl Weischenberg, presos em Miami em 1977, acusados de espionagem nuclear em favor da União Soviética

BOSQUE DO GABINAL

(Estrada do Gabinal, 352 - Freguesia - Jacarepaguá)

VOCÊ TORCE POR ESTE CLUBE DESDE CRIANCINHA

Eu estou com o Bosque do Gabinal e tudo farei pra dar alegria a minha imensa torcida. Afinal, vou ser o artilheiro do futebol de lá.

Eu vou entrar para o Bosque do Gabinal porque apartamento para mim tem que ter acabamento de primeira e muito espaço pra criança brincar.

Basquete? Ah, não senhor. O que eu gosto mesmo é de dar festas. E no Bosque do Gabinal, além de um salão de festas incrível, tem também o recanto das churrasqueiras para reunir os amigos.

Parece que já nascí torcendo pelo Bosque do Gabinal. Afinal, depois de uma partidinha de volei só mesmo um chopinho gelado e uma sauna, um chopinho e uma sauna, um chopinho e...

Associados à ADEMI - Creci J-1009.

SUPERPUBLICIDADE

Viver é lazer.

Esta é a filosofia do Bosque do Gabinal.

Um apartamento que não tranca você nem seus filhos entre quatro paredes, que lhe oferece a chance - raríssima nos dias de hoje - de viver num clube, num ambiente verdadeiramente comunitário.

No Bosque do Gabinal você está junto do melhor comércio de Jacarepaguá.

Pertinho da praia da Barra. Com acesso fácil para as zonas norte, sul e centro da cidade.

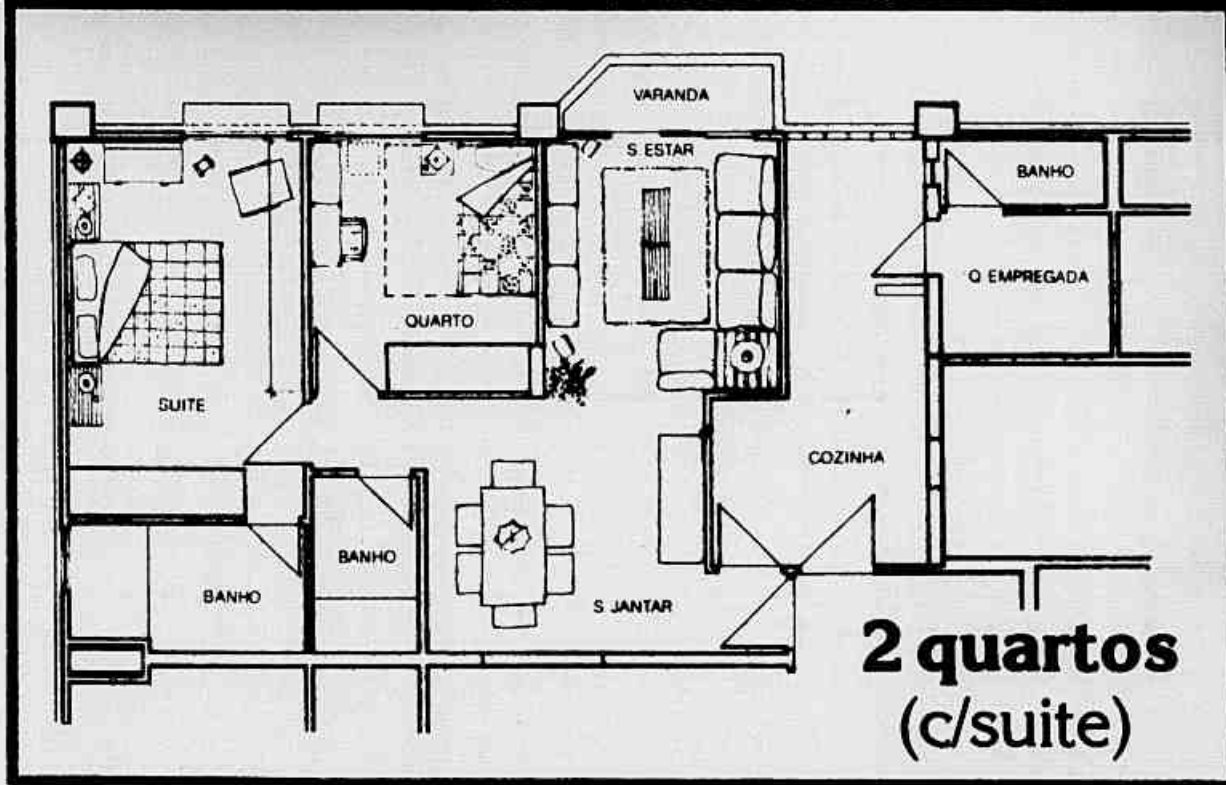
Neste bosque nasceu uma planta incrível

Projeto dos arquitetos Edison e Edmundo Musa.

O apartamento tem varandas voltadas para o verde. Sala, dois quartos (um suíte), armários embutidos de ponta a ponta e azulejos decorados até o teto na cozinha e nos banheiros.

Todos os apartamentos serão entregues acarpetados. Vaga de garagem garantida em escritura.

Uma vida assim não tem preço.
Mas o seu apartamento no Bosque do Gabinal é muito fácil de pagar.

SINAL **43.400,00**
ESCRITURA **86.800,00**
5 MENSAIS
FIXAS **4.340,00**
CHAVES (entrega em outubro/80) **152.363,00**
Saldo financiado em 15 anos.
Utilize o seu FGTS.

Estrada do Gabinal, 352 - Jacarepaguá

Corretores diariamente no local de 8:00 às 21:00 horas ou pelo telefone 259-0332

Construção de classe

Socico

Planejamento e Vendas:

Financiamento

ção deveu-se ao fato de que o sujeito foi desmaiado antes de ser colocado no carro que, por sua vez, foi empurrado suavemente em direção à borda do abismo. Naturalmente, ninguém pôde ser acusado de nada. E mesmo os especialistas perguntavam-se qual teria sido o serviço que teria montado a operação.

Como agente secreto, em que categoria você se enquadrava?

— Quem vive nesse meio às vezes tem de passar à ação. Mas é claro que não se costuma anunciar os sucessos ao som das trombetas. Discrição é obrigação. Mas basta lembrar que o trabalho de um agente secreto não tem nada a ver com os romances do gênero. James Bond e John Le Carré são apenas literatura. Divertida, é verdade, mas literatura. Ao contrário de que diz Le Carré, os agentes secretos não são pessoas jogadas fora, nem homossexuais, nem gente detestável. Ele os confunde com os informantes de baixo nível que somos obrigados a utilizar. O agente secreto é um homem como qualquer outro. Deve passar desapercebido, caso contrário, acabou-se. Esses personagens de romance, da maneira como são apresentados, não circulariam por mais de 24 horas. Deixe-me citar uma declaração de Rudolf Abel, notável agente soviético. No *Molodi Komunist*, publicação do Partido Comunista, ele disse: "Um agente de informações expõe-se a uma vida determinada pelo acaso, mas mesmo assim monótona. Não existe a palavra aventura". Isso significa que permanecendo sempre alerta e sendo obrigado a não sobressair no meio da multidão, o agente secreto deve também demonstrar espírito de sacrifício, iniciativa, e sobretudo viver modestamente para não aparecer.

Há muitos agentes soviéticos dormindo no Ocidente na pele de outras pessoas?

— Quem vive assim muda um pouco. Um certo Gordon Arnold Londsale, nascido em Cobalt, no Canadá, em 27 de agosto de 1924, desapareceu na idade de oito

"Quando um dormente se recusa a agir, é necessário eliminá-lo e fazer com que os outros saibam o que aconteceu"

anos, na Finlândia, com sua mãe, Olga Binsu, finlandesa de origem, mas neta de uma índia *crow*. Para os Estados Unidos, tal pessoa não existia mais. Em 1954, um homem com esse nome apareceu em Vancouver, reclamando sua certidão de nascimento e explicando que havia abandonado o Canadá aos oito anos de idade. Munido desse documento, que afinal não lhe podia ser negado, obteve passaporte canadense em 11 de janeiro de 1955. Penetrou então nos Estados Unidos, passando pelas quedas do Niagara num dia em que se celebrava o aniversário do nascimento de George Washington. Anos mais tarde, já se estabelecera como homem de negócios na Inglaterra.

Daniela A. Torre

Foto: Carlo Manetti

Pouco depois, dois de seus amigos, o casal Kroger-Cohen, foram detidos sob acusação de espionagem. Provou-se, então, que Londsale não era o verdadeiro, o qual, aliás, tinha um sinal particular não encontrado no falso. Este, na realidade, era um agente soviético. Sua verdadeira identidade jamais foi revelada. Mas devia ser peça importante, pois anos depois trocaram-no por uma agente do Ocidente. O mais extraordinário é que o falso Londsale contou que seus amigos americanos, que não conheciam sua verdadeira identidade, diziam que ele tinha sangue indígena, a julgar pela aparência. O agente havia entrado de tal maneira na pele de seu personagem que acabara acreditando realmente na história da ascendente pele-vermelha.

Isso é o oposto da aventura?

— Mais do que se possa acreditar. A prudência exige que um agente respeite as leis e os menores regulamentos escrupulosamente. Ao sentar-se num restaurante, por exemplo, ele deve fazer o pedido e pagar imediatamente a conta. Afinal, seria extremamente desagradável que o garçom o fosse buscar na rua, com a nota na mão, no caso de ele ter de afastar-se rapidamente do local para não ser reconhecido. Há uma infinidade de detalhes deste tipo que são vitais.

Você mesmo já esteve envolvido numa situação de pânico?

— Muitas vezes. Uma delas aconteceu no interior de um trem perto da linha de demarcação durante a ocupação da França. De repente, soldados alemães entraram no trem, com seus capacetes de aço, carregando lanternas na mão. Homens vestidos de capas azul-marinho verificavam minuciosamente os papéis dos passageiros. Era a Gestapo. Discretamente escondi meu *correio* repleto de informações importantes no espaço entre a cortina e a janela do trem. A situação era de equilíbrio extremamente instável. Uma velha senhora, ao meu lado, pôs-se a reclamar quando confiscaram-lhe dois envelopes. "São cartas de família", gemia. "Isso é proibido", gritou um dos homens da Gestapo. Foi aí que ela levantou-se furiosa: "Ah é? Seria melhor que vocês perguntassem a esse sujeito aqui do meu lado o que ele escondeu atrás da cortina". Nesse momento tive de lançar mão de *Hedy*, um aparelhinho inventado pelo SOE (*Special Operation Executive*), parecido com uma lapiseira. Deixei-a cair no chão e isso deflagrou um som estridente que prosseguiu em crescendo, como o de uma bomba que cai em piquê. Assustador. Os soldados alemães puseram-se a quebrar os vidros das janelas a golpes de coronha para fugir dali. Com isso tive tempo de misturar-me aos que queriam sair de qualquer jeito e de jogar-me do outro lado da linha férrea. Cabe lembrar que fui finalista dos 400 metros rasos nos jogos esportivos militares.

Como agem os agentes, especialmente os soviéticos?

— Em cima de dossiês contendo informações sobre personalidades importantes. Neles são apontados seus pontos fracos, como mulheres, jogos de azar, homossexualismo, obsessões por coleções de qualquer tipo ou até uma paixão inocente, como o gosto pela pesca de caniço. Cito, para ilustrar, o caso de um grande empresário americano aficionado da pesca e que encontrou, *por acaso*, outro pescador apaixonado como ele. Era um pequeno funcionário da Embaixada soviética em Washington, fato que aliás não escondeu. Os dois tornaram-se amigos e começaram a visitar-se, a organizar pescarias. Certo dia, o russo diz ao americano: "Li em uma de suas revistas técnicas um artigo interessante. Creio que você é diretor da empresa que fabrica esses instrumentos? "Orgulhoso, o americano responde: "Mas é claro, acabamos de fechar um contrato assim, assim..." Aos poucos, em vários encontros de pesca, sem se dar conta, o empresário vai, deixando escapar informações que, montadas como num quebra-cabeças, acabam fornecendo um quadro bem preciso. É então que o russo diz a seu amigo: "Você me revelou isso, e isso, e mais isso..." O americano, estupefato, retruca que jamais ▶

Documento

deixou escapar informações tão vitais para seu país. O russo prova que, assim como dois e dois são quatro, as informações filtradas aos poucos forneceram um resultado importantíssimo para a União Soviética. Agora é continuar, porque o comprometimento já é indisfarçável. Neste caso, no entanto, o americano teve bons reflexos e foi procurar o FBI. O russo, que iniciara a chantagem, foi preso e expulso. Mas acontece muitas vezes que um homem que falou demais, como o industrial, não ousa confessar o erro e, dobrando-se à chantagem, revela o filé-mignon. E lembre-se, no começo havia apenas uma truta, dois molinetes e dois aficionados da pesca. Há o caso de um adido militar da Embaixada francesa em Moscou que acabou se suicidando de desespero.

É verdade que há na URSS reproduções exatas de ruas e bairros do Ocidente para treinar agentes?

— É o bê-a-bá do treinamento. Um agente soviético munido de falsa identidade e instruído para trabalhar numa zona determinada é capaz de comportar-se melhor do que uma pessoa nascida no lugar. Nesse particular, é interessante sublinhar o papel dos agentes *intox*. Estes não fazem coleta de informações. Seu objetivo é denegrir sistematicamente a sociedade em que vivem e suas instituições. Há também o terrorismo. Aí é importante levar em conta que, quaisquer que sejam as siglas das organizações, o nome que escolham, no fundo atuam em função dos departamentos de ação das centrais de espionagem dos satélites da União Soviética ou dela mesma. Ou dos americanos. Desesperados ou anarquistas sinceros, assalariados da violência ou defensores de um direito em que acreditam, são todos manipulados.

O que quer dizer com manipulados?

— São grupos alimentados com dinheiro e armas pelas grandes potências. Dispõem de pontos de apoio. A manipulação, em si, é conduzida pelas redes clandestinas de embaixadas, que se introduzem nos meios terroristas. Eles roubam, seqüestram, sabotam, promovem rebeliões, servem de tropas de choque para as revoluções, tudo em função dos dois blocos mundiais. Paradoxalmente, o homem comum não os associa ao que se considera espionagem.

Segundo rumores, Aldo Moro, líder da Democracia Cristã italiana foi executado por ordens de Moscou.

— Não é improvável. Onde a desestabilização servir à ideologia soviética, não é necessário perguntar-se a quem aproveita o crime.

E a CIA, como se comporta?

— Os americanos, para dar um exemplo, souberam prever, à sua maneira, os acontecimentos do Irã. É certo, pelo menos, que a CIA não se deixou surpreender. A prova é que não deixou *rabo de palha*. Seus melhores agentes foram retirados em tempo. Em desespero de causa, Khomeiny caiu em cima dos diplomatas da Embaixada americana em Teerã. É bom lembrar que a rede de vigilância eletrônica na fronteira com a URSS foi desarmada. Nada de secreto foi descoberto.

Conta-se que alguns agentes de informações influíram decisivamente em certos acontecimentos históricos. Por exemplo: se os russos não tivessem sido informados por Sorge de que os japoneses iriam atacar no Sul, em direção a Cingapura em vez da Sibéria do Norte, não teriam movimentado suas tropas siberianas para conter a invasão da Wermacht.

— É verdade. Todo mundo conhece a história de Kim Philby. Quando ainda não havia sido descoberto, em Londres, ele informou aos soviéticos durante a guerra da Coréia, em 1950, que os americanos não atravessariam a fronteira para atacar os chineses, caso interviessem no conflito. Resultado: a guerra durou mais dois anos, deixando 30 mil mortos e 130 mil feridos, ao custo de mais 15 bilhões de dólares.

Qual sua conclusão a respeito da espionagem em geral?

— É um mal necessário. Fala-se da limitação das armas nucleares, dos armamentos convencionais. Não se fala da limitação da espionagem. Uma frase é célebre entre o pessoal do *métier*. Molotov, que não cultivava a piada fácil, disse um dia ao Presidente Truman: "Se nós trocássemos nossas informações, chegaríamos ao mesmo resultado sem tanto trabalho. E que economia!" Na época dos satélites, de uma guerra cotidiana entre serviços secretos, de uma corrida armamentista que não acaba nunca, de progressos técnicos e da pesquisa científica no campo militar, a espionagem continua indispensável. O espião, feitas as contas, provou que o homem, no campo da informação, continua a melhor das ferramentas. E este homem não é necessariamente um bandido. Não se deve julgar os espiões como se julgam os criminosos. Não somos responsáveis pelo que chamam *guerra*. Cada um deve defender-se, preservar-se, ser impiedoso. É a condição básica para a sobrevivência. A guerra é odiosa, não há dúvida, ignora a moral, é aterrorizante. O agente de informações ou de ação que combate pelo seu país ou por uma ideologia, e não por alguma vantagem material, é digno de respeito. Mas não de indulgência. ■

Moda

CÁLIDO CONVÍVIO DO SUÉTER COM O CALOR HUMANO

O suave inverno carioca impõe levezas e proíbe exageros a malhas e agasalhos

GISELA PÔRTO
FOTOS DE LUIZ GARRIDO

Embora o inverno este ano esteja chegando de mansinho e algumas manhãs ainda convidem à praia, o sol não é mais o mesmo que há pouco consagrava o *topless* carioca. As tardes já pedem um *blazer* quando o sol se esconde e a noite sugere um ligeiro suéter. Mas, para quem mora no Rio e acostumou-se a passar a maior parte do tempo lutando contra o calor da Cidade e resumindo seu guarda-roupa aos vestidos decotados, às camisetas e aos *shorts*, tudo de algodão leve, o problema do agasalho é maior quando o inverno chega.

Só poderiam ter sido os ingleses os inventores dessa peça ao mesmo tempo descontraída e de uma elegância *nonchalante*. Foi no século XV que as primeiras camisas ou túnicas de lã tecida começaram a ser produzidas nas ilhas de Guernsey e Jersey. Eram feitas, pelas mulheres dos pescadores e marinheiros, de lã natural, que retinha seu óleo como proteção contra a umidade. O uso dos jérseis, como eram chamados, espalhou-se por toda a Europa e em 1890 chegou aos Estados Unidos. Surgia o termo *sweater* (de *sweat*, suor), peça de lã usada pelos atletas antes e depois das competições para manter os músculos aquecidos. Mas foi somente em 1920 que costureiros famosos, como Lanvin e Chanel, introduziram os suéteres em suas coleções.

No Rio de Janeiro não é fácil achar um suéter ou casaco que possa agüentar todas as mudanças de temperatura que acontecem num mesmo dia: muitas vezes uma manhã fria se transforma em sufocante quando o Sol do meio-dia esquenta, para cair novamente à noite. Assim, as lãs pesadas são item proibido para os cariocas. Esqueça, portanto, aqueles modelos em *tweed*, mohair ou tricô grosso, por mais que se mostrem apaixonantes. Quanto às peles, nem vale a pena pensar nelas, mesmo no mais ligeiro detalhe de punhos ou gola. Desse modo, procure adaptar as últimas tendências ao nosso clima, preferindo, por exemplo, um agasalho em *plush* ou *moleton*, como o dos *trainnings* usados pelos atletas. Outra solução interessante é a superposição de peças, tanto para homens quanto para mulheres. O importante é apelar para a imaginação e aquecer-se de acordo com as necessidades de cada um, colocando, quem sabe, um colete por cima de uma camiseta, complementados por um casaco ou pulover jogado nos ombros, num jogo *tonsur-ton* de cada peça ou ainda criando contrastes entre as cores.

Para os fãs do estilo inglês, já existe um algodão grosso com aspecto de *tweed* usado para confeccionar os *blazers* e casacos masculinos e femininos, com os ombros realçados, tão em voga, e que podem ser usados sobre os suéters ou combinados com gravatas e coletes, complementando os ternos masculinos. Nos coletes, uma brincadeira da moda inspirada nos salva-vidas: os acolchoados que aquecem e vão bem por cima dos blusões esportivos combina- ▶

Ele veste três peças da San Francisco: camisa ...

sob pull de linha e veludo. Ela o casaco da ...

Griffe, colorido com contas, sobre colete da Dimpus

Conjunto em malha de lã da La Bagagerie: suéter de gola **roulé** *e colete sanfonados. Da Great, o* **pull** *em malha de linha tra*

balhada e gravata de crochê

Lãs pesadas são item proibido para os cariocas. Esqueça também os modelos em "tweed", tricô grosso e os de "mohair"

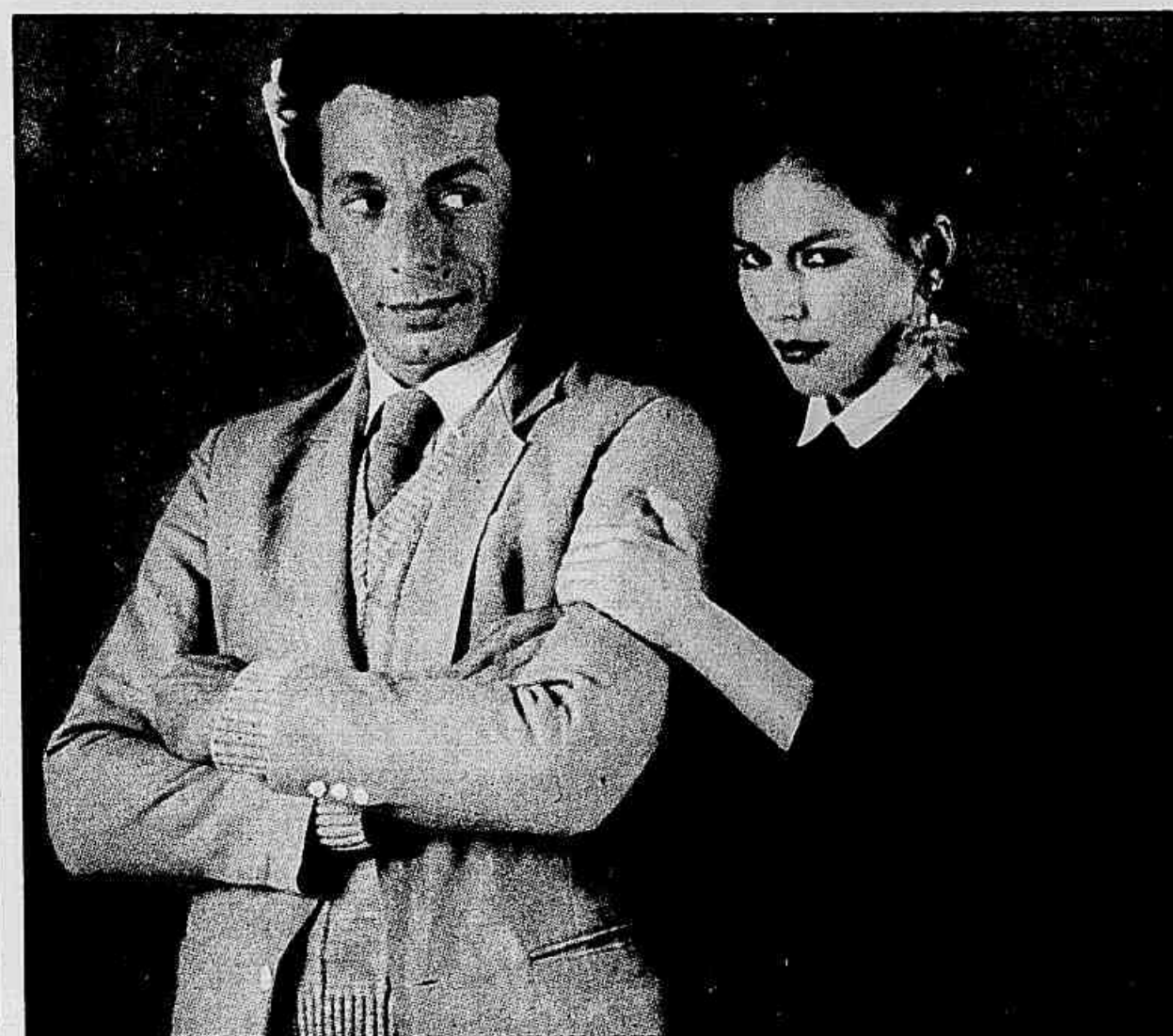
dos com calças compridas. O *nylon*, novamente sensação nesta temporada, além de preservar o calor do corpo oferece a vantagem de ser impermeável e agüentar com bravura as chuvas repentinas, comuns ao clima do Rio nesta época do ano. A linha de seda ou algodão tricota agasalhos tão bonitos quanto os tricôs europeus que, na maioria das vezes, bastam para enfrentar o problema do frio.

A malha de lã cria suéteres e casacos em cores quentes para alegrar os dias cinzentos, misturando o roxo da moda ao vermelho numa divisão geométrica. O brilho das pedras-fantasia realça o verde forte do *pull* e as pastilhas de lantejoulas só não são ofuscadas pelo azulão do casaquinho em angorá, enquanto contas multicores, antes restritas a pulseiras e colares, agora bordam o casaco vermelho sobre o *débardeur* de linha do mesmo tom.

Para os homens, os *blazers* e paletós dos ternos ainda são a melhor solução no dia-a-dia do inverno. Mas a camisa em veludo cotelê também funciona como casaco, usada sobre o pulôver, enquanto as suéteres de linha, principalmente aquelas fininhas, em ponto aberto, do tipo italiano, podem ser usadas com ou sem gravatas, conforme a ocasião pedir. Além dos agasalhos em *moleton* para as horas esportivas e das suéteres em *jacquard* ou listras, formando desenhos nas barras e punhos.

Nem sempre as cores são fortes para as mulheres. Enquanto os tons pastéis de verão não chegam, o inverno tem sempre um lugar para as suas cores já clássicas: cinza, castanho, preto, bege, em modelos que recebem sanfonas nas barras e pu-

Com paletó e gravata da San Francisco, o suéter ...

de lã em malha. Ela com colete castanho sob ...

blazer *em espinha de peixe azul e preto, da Krishna*

Nos coletes, uma brincadeira da moda inspirada nos salva-vidas: os acolchoados que aquecem e vão bem com os blusões

nhos, golas *roulées* e malha canelada.

Na modelagem 80 as suéteres amplas perderam a vez e as malhas se mostram mais curtas no comprimento, que chega até a cintura, e mais justas no corpo. Com a nostalgia dos anos 60 retornam os casaquinhos superpráticos, que podem ser usados sobre a clássica *chemise* de gola-gravata, vestidos, coletes e *pulls*, acompanhando as oscilações do termômetro.

Os ombros continuam valorizados nas malhas de inverno, e muitas recebem ombreiras, enchimentos ou pregas para criarem volume. O mesmo acontece com os *blazers* e casacos masculinos que este ano têm a sua amplidão controlada, são mais estruturados e marcados na cintura.

Agasalhos bem dosados, este é o segredo — pois a função é esquentar e não sufocar — sobre lãs pesadas. Vale também brincar e inventar moda com os acessórios: luvas, gorros, *écharpes*, que colorem as roupas, quebram a monotonia do traje certinho, isto sem os exageros que podem transformá-la num verdadeiro esquimó.

Não é difícil nem tão caro enfrentar o inverno carioca. É apenas uma questão de pensar bem, estruturar o guarda-roupa para comprar o mínimo necessário a ser usado nesta estação tão curta. Optar pelas cores neutras e discretas, que combinam com tudo, para reduzir o número de agasalhos, deixando-se tentar apenas por um ou dois modismos mais extravagantes, já que ninguém é de ferro e muitas vezes é difícil resistir àquele suéter de cor chocante mesmo com a certeza que só será usado uma vez apenas. Se o seu orçamento dá para estes luxos, arrisque. Caso contrário, uma suéter cinza ou um casaco bege podem esquentar por toda a estação; é so usar a cabeça e alegrá-los com os complementos certos. Uma bonita calça de veludo em cor forte, por exemplo um macacão, cintos, botas, meias coloridas. Os tempos não estão para gastos fora do orçamento, e a menos que você viaje muito para fora do Brasil, não pode se dar ao luxo de abastecer-se com uma enormidade de roupas de lã que na próxima estação certamente estarão *démodées*.

Para os homens, a receita é a mesma — poucas peças, bem pensadas, com a vantagem que eles têm: o paletó e gravata, tão incômodos no verão mas que se transformam em aquecimento ideal quando o frio aperta. Sem a quase eterna gravata, as roupas esportivas podem ser resolvidas com os puloveres, *débardeurs*, casacos de malha e coletes que acompanham as mesmas camisas sociais do terno. Para a noite, a malha mais fina, em linha de seda com desenhos trabalhados e os paletós sem gravatas. Os modismos no guarda-roupa masculino são menos freqüentes, por isso os erros e exageros menores, embora o risco sempre exista quando o bom gosto não está atento.

Portar qualquer roupa com elegância, até mesmo o mais simples suéter, que pode ganhar um clima todo especial quando jogado nos ombros, só para fazer charme, ter as suas mangas arregaçadas para dar aquele ar de *nonchalance* em vez de se mostrar todo engomado e certinho são alguns dos segredos. Resolvido o problema do frio é só esperar o sol voltar a brilhar com maior intensidade no Rio para garantir o calor carioca. E enquanto ele não vem aproveitar para curtir a dois o calor humano sempre mais aconchegante do que qualquer malha de lã, já que o clima é favorável.

Nas fotos, Carla Pádua e Walter François prontos para enfrentar o inverno carioca sem temer o frio que possa aparecer.

Endereços: Krishna — Garcia D'Avila 239 e Carlos Goes 234; La Bagagerie — Aníbal de Mendonça 112; Great — Montenegro 107; Griffe — José Linhares 100-B; San Francisco — Farme de Amoedo 80; Sachaa — Visconde de Pirajá 550 loja III-D; Bee — Visconde de Pirajá 473; Dimpus - Maria Quitéria 85. ■

Ele está com a camisa de flanela xadrez e pulôver ...

em malha com listras, da Great, ela veste ...

suéter geométrica vermelho/roxo da Krishna

Este é um guia para ser guardado até o próximo domingo. Ele traz produtos e serviços que você e sua casa podem estar precisando.

Página de Serviço

ABAJURES
LE DETAIL - DECORAÇÕES
Cúpulas de Luxo - Art. p/Escritórios em Couros/Pirogravura
267-6475 - 287-2547. Fco. Sá, 31/2.º

ACADEMIAS DE DANÇA
CARMINHA ALONSO/GINÁSTICA
260-8707. Av. Democráticos, 1949

ACADEMIAS DE MÚSICA
DO RE MI ...MÚSICA/DANÇA
260-5035. Ligia, 97 - Ramos

ACADEMIAS DE YOGA
YOGA LÉA MELLO
287-7048. Visc. Pirajá, 318/204

ADMINISTRADORAS
A IMOBILIARIA ZIRTAEB LTDA.
LOCAÇÕES ADM. CONDOMÍNIOS
221-4351 (KEY SYSTEM)
221-7992 (PBX). Alfândega, 108

ADM. ORION-CONDOMÍNIOS
LOCAÇÕES C/GAR. COMPRA - VENDA
255-7341.
Siqueira Campos, 225 - Loja A

EKASA S/A: AS ORDENS DO SÍNDICO C/ ATENDIMENTO PERSONALIZADO 24 HS. POR DIA
Matriz: PABX 244-0977
7 de Setembro, 98 - 5.º e 6.º
Barra: 399-2990 - 399-2121

IMOBILIÁRIA MELBA
244-3465. Trav. Paço, 23/11.º

ADVOGADOS
AMÉRICO ROMERO/M. CARRILHO
273-4116 - 234-7299 - 238-1381

ANGELA BUONOMO/VERA MENDES
242-2559 - 246-4180 BIP 9K8

CIVIL/COMERCIAL/SOCIETÁRIO
242-9179 - 262-4798. Centro

FALÊNCIAS E CONCORDATAS
392-8233 - 234-4081

MARIO ANI CURY
359-5750. E. Romero, 224/Madur.

ADVOGADOS - CAUSAS CÍVEIS
RODOLFO R. DE VASCONCELOS
284-3441. Saens Peña, 45 S/1508

ADVOGADOS - CAUSAS CRIMINAIS
ALVARO COSTA FILHO
222-0957 - 249-3320 (A Noite)

ADVOGADOS - CAUSAS TRABALHISTAS
ANNA BOGÉA
240-9508. E. Veiga, 35 S/1605

ADVOGADOS - DIREITO DE FAMÍLIA
ADVGS.: LITÍGIO - INVENTÁRIO
237-5052. Copacabana, 195 S/408

LÊDA RUIZ - DIR. DA MULHER
221-8143. Assembléia, 36/804

ADVOGADOS - DIREITO IMOBILIÁRIO
IMÓVEIS - LOCAÇÕES - CONTRATOS
262-2426 - 262-1790 - 262-2025

ADVOGADOS - INVENTÁRIOS
DR. EDMUNDO COELHO
221-3075. R. Branco, 133 S/604

ÁGUA-TRATAMENTO
ANÁLISE-CAIXAS/POÇOS/CONDOM.
273-8140 - 208-1545 - 208-2594

AMBULÂNCIAS - ALUGUEL
"PULLMAN" C/AR CONDICIONADO
MACA ESPECIAL P/ELEVADORES
236-1011 - 257-4132. Zona Sul
228-6170 - 228-2255. Z. Norte

ANTENAS
INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO
208-9570 (Visitas Grátis)

INSTALAÇÃO - VENDA - REVISÃO
392-3770. Est. Gabinal, 18-C

APARELHOS DE SOM
SOM FOTO ESPORTE - RÁDIOS RECEIVERS - DECKS - T. DISCOS
223-3746. Uruguaiana, 212

APARELHOS DE SOM - CONSERTO
AKAI-ALTEC-PIONNER-SONY
236-2772. Copacabana, 807/603

AKAI/SONY/SANSUI/MARANTZ
247-6445. Visc. Pirajá, 86 SL 3

ASSIST.-TEC.-PIONEER-SANSUI
273-8005 - 273-7975

BUT SOUND/VENDA/MANUTENÇÃO
255-1792. Av. Copacabana, 978 S/S113

AQUECEDORES - CONSERTO
BOILER/CUMULUS E OUTROS
253-1349 - 396-2837 (2.ª/domg.)

IRMÃOS SILVA C/GARANTIA
201-1491. A. Cordeiro, 492 F.

AR CONDICIONADO - CONSERTO
CONT. MANUT.-GARANTIA TOTAL
230-4245. João Romariz, 167

MAQ. LAVAR/FOGÕES-GARANTIA
230-6366. Boa Viagem, 179-D

TELEMAQ-ASSIST. TÉCNICA
280-6349 - 230-8337. Roma, 310

ARMÁRIOS EMBUTIDOS
HERMAX MÓVEIS LTDA.
771-9301

MODULADO FAVO/FAB. ABOLIÇÃO
229-5389 - 399-0792 (Carrefour)

ARTISTAS E MÚSICOS-AGÊNCIAS
BIRA & CO.-SHOWS-FESTAS
710-2730 - 711-0700

ASSOALHOS - VITRIFICAÇÃO
SINTECO EM COR/BRILHO/FOSCO
236-1858. Copacabana, 500/910

AULAS PARTICULARES
"MATEMÁTICA" - "ESPECIALIZE-SE"
1.º, 2.º Grau/Vestibular/Concursos
286-7605 - 226-5835 - 266-7374

AUTO-ESCOLAS
RIO ROMA: RAPIDEZ/EFICIÊNCIA
235-7605. Bar. Ribeiro, 391 S/LJ

BOMBEIROS HIDRÁULICOS
GASISTA - NA HORA C/GARANTIA
238-0251 - 268-4637 - 258-5440

SUPER - TEC: NO DIA C/GARANTIA
274-9946 - 246-4180 BIP 2340

BOX PARA BANHEIROS
ACRÍLICO-BLINDEX-ESQUADRIA
238-0251 - 268-4637 - 258-5440

BBC-MULTIVIDROS DO BRASIL
223-5409. Camerino, 71 S/6

BOX EM ALUMÍNIO
359-7179 (Orç. S/Compromisso)

PERSIANAS COLUMBIA S/A.
PBX 264-9062. Dona Maria, 29

VICRAL VIDROS TEMPERADOS FUMÊ-BRONZE-VERDE TRANSP.
268-9911 - 288-8796 - 288-7448
Barão Mesquita, 673 - Tijuca

BUFFETS
BUFFET CLASSE "A" ATEN./48 HS
Casa para Recepções
238-6852. Barão S. Franc., 322

CHURRASCARIA COSTA DO SOL SALÕES PARA RECEPÇÕES
268-8357/9266. Av. Edson Passos, 4517 - Alto Boa Vista

J. CARVALHO/ALUGA MAT. FESTA
295-7866 (2.ª a Domingo)

CABELEIREIROS
CAROLINA CABELEIREIROS
255-2218. Santa Clara, 50/315

STUDIO HEBÊ COIFFEUR MASCULINO/FEMININO E BOUTIQUE
265-4950 - 205-9695
Largo do Machado, 11 - 1.º Andar

CABELO - TRATAMENTO
HAIR CLUB DO BRASIL TRATAMENTO MASCULINO/FEMININO
"Hair Treatment", Contra Caspa, Seborréia, Micose e Queda. Copacabana e Centro Cidade
257-3753. X. Silveira, 45 C. 04
220-7049/R. 306. R. Branco, 245

HAIR REPLACE INTERNATIONAL
Queda - Seborréia - Revitalização e Reposição Capilar
255-0102 - 257-2517. B. Rib., 502/205

INST. LANE - QUEDA/SEBORRÉIA
232-4574. Pç. 15 Nov., 38-A

CAMAS HOSPITALARES - ALUGUEL
"A.M.E."-OXIGÊNIO-REMOÇÕES CADEIRAS DE RODAS-MULETAS
236-1011 - 257-4132. Zona Sul
228-6170 - 228-2255. Z. Norte

DIA/NOITE/CAD. RODA/AMBULÂNCIA
261-7151 (2.ª a Domingo)

VENDAS CAMAS CAD. MULETAS
273-0742 (2.ª a Domingo)

CANIS
HOSPED. VENDA PASTOR - "GLEICE"
332-3786. Açuruá, 147 - Bangu

CARNE À DOMICÍLIO
SEM NENHUM CUSTO ADICIONAL
Carnes Excelentes ou Seu Dinheiro de Volta. Ligue
270-3991 (Entrega no Dia)

CINE FOTO - CONSERTOS
CANON - NIKON - OLYMPUS - FILM.
235-7046. Copa, 610/221 e 224

POLIMENTO LENTE/BINÓCULOS
Av. 13 de Maio, 47 Grupo 213

CORTINAS
ABA-FÁBRICA ROLÔ-PAINÉIS
273-6250 - 273-9605. A. Lobo, 100

ABC FÁBRICA ROLÔS - PAINÉIS
234-7431. Pedro Alves, 239 S/6

"ATENÇÃO": CORTINAS - ROLÔS PAINÉIS - VULCATEX - CAMURÇA
392-1246. Fieltex
E. Jacarepaguá, 7741 - Freguesia

CARLOS - FÁBR./ROLÔS - PAINÉIS
235-7948. Siq. Campos, 143/416

CHAUMIÈRE DECORAÇÕES
Rolôs e Painéis c/Garantia
268-1947 - 268-5749 (2.ª/Domingo)

LUNAR ROLÔS E PAINÉIS
Orç. Grátis Finan. 5 x S/Juros
224-8689 - 232-5495. E. Visconti, 18

OSTROWER ROLÔS E PAINÉIS "FIBERGLASS" E "BLACKOUT"
266-3088 - 266-7775
Marquês Abrantes, 178 Lj. D

STELLA CORTINAS E PAINÉIS
256-8983. Barata Ribeiro, 62

COZINHAS - REFORMA
BANHEIROS - FINANCIO TOTAL
238-0251. 268-4637. 258-5440

CRECHES
BABY SITTING/DEDO MINDINHO
295-9830. Otávio Corrêa, 384

CASTELO DA TURMA MIÚDA
710-5028. 710-3507. 7 Set., 157 - Nit.

CRECHE BAMBÁ - BARRA TIJUCA
399-4142. A. C. de Freitas, 46

CRECHE GABRIELA - GRAJAÚ
208-5804. 238-7283. 257-7848

ESCADA DO TEMPO - LEBLON
274-2544. Timóteo Costa, 538

DATILOGRAFIA - SERVIÇOS
A ANA IBM-INGL./PORT./ESPANH.
240-2228 e 262-3345 (2.ª a 6.ª)

A JATO - LIANE IBM/7 IDIOMAS
266-3393 (2.ª/6.ª) - 265-4700 (Dom.)

ADA - IBM TODOS OS IDIOMAS
205-1157. FLAMENGO (INCL. DOM.)

ELIANE SERVIÇOS EM GERAL
248-5592 (2.ª a Dom.)

FERNANDA: ATENDE C/RAPIDEZ
287-9178 (2.ª a Domingo)

TEREZA IBM ESF./IDIOM S/GER.
351-6003 (2.ª/Dom.)224-0675 (14 as 20)

DECORAÇÃO - ARTIGOS
77 - CORTINAS ESTOFADOS TEC.
227-7839. T. Melo, 77 - Ipanema

DEDETIZAÇÃO E DESINFECÇÃO
DEDETIZ. IMUNICAN - NO DIA
FEEMA 002675-000/2121
Rato, Cupim, Barata - 6 m. Garant.
223-4228 - 260-1113 (2.ª/Domig.)

DEDETIZADORA MEFAMO P/O MESMO DIA C/GARANTIA
FEEMA 002298-6/2121
201-8643 (2.ª a Sábado)

IMUNILAR (FEEMA 000352-9/2121
Cupim - Barata - Rato - Traça Garantia 25 Anos de Tradição
295-1697 - 295-1647 - 295-1147

RELAMPAGO AT. MESMO DIA
FEEMA 001.438.2/2121
248-4559 - 359-2684

VENTANIA IMUNIZAÇÕES
FEEMA 000.564.2/2121
Baratas, Ratos, Cupim, Traças
252-1436. Vendas (Total Garant.)

DEPILAÇÃO DEFINITIVA
LIMP. PELE/REJUVEN. MÃOS/ROSTO
256-4671. 242.1801 (2.ª a Dom.)

STELA ELETROCOAGULAÇÃO
265-0130. L. Machado, 29/808

DESPACHANTES
CONTAD. LEGALIZ./ADM. IMÓVEIS
392-9699. 392-9371 (Incl. Dom.)

MARIO - LEGALIZ. DE FIRMAS
226-9854. 205-5898

DETETIVES PARTICULARES
INVESTIGAÇÕES SIGILOSAS
255-4158

ROQUE-INVESTIGAÇÕES SIGILOSAS
275-5390. Escritório Rio J.

DOCES E SALGADINHOS - ENCOMENDAS
BARTYRA-SERVIÇO COMP. BUFFET
201-0703 (2.ª a Domingo)

CELSO/SERV. COMPLETO P/FESTA
261-1192 (2.ª a Domingo)

JANTARES/SERVIÇO P/FESTAS
289-1243 - 269-7844 (2.ª a Dom.)

"KITUTES DA MAMÃE" TAMBÉM SERVIÇO COMPLETO DE BUFFET
Reservada Área ao Ar Livre
342-5504. Estrada Tindiba
Esquina Iriquitia - Taquara

"MARIA MOLE"
Serviço Completo p/Festas
286-5448. Vol. Pátria, 249-B

ELETRICISTAS
ALTA/BAIXA TENSÃO - MONT. PC
Aumento Carga-Legal. Light
393-7469. Fernando (2.ª a Dom.)

ELETRO LACERDA - ORÇ. S/COMPR.
Projeta/Instala/Comercial/Resid.
280-2448 - 342-4225 (2.ª/Domg.)

SUPER - TEC: NO DIA C/GARANTIA
274-9946 - 246-4180 BIP 2340

EMPREGADAS DOMÉSTICAS - AGÊNCIAS
AG. ALAN KARDEC - C/REFERÊNCIA
281-8699 - 289-3920 (2.ª/Domig.)

AG. ASSOCIAÇÃO STA. URSULA
Garant. Permanente - Taxa Fixa
751-3250 - 751-4392 (2.ª/Domg.)

AG. CIDADE - EMPR. C/GARANTIA
256-9968

AG. EMPREGADORA CRISELA
390-8940 - 350-5179

AG. GIRASSOL - EMPREG. C/GARANTIA
257-2011. B. Ribeiro, 391/810

AG. IDÔNEA: SEL. RIGOROSA
Da Garantia - Devolve a Taxa
240-7790. Sen. Dantas, 117/1933

C/GABARITO: MINEIRAS
1/2 Idade Recém Chegadas
350-7856 (2.ª a Domingo)

DIOMAR GOMES AG. COLOCAÇÕES
Garantia Taxa Por 1 Ano
232-4039 - 221-5810 (2.ª/Domg.)

EMPREITEIROS - REFORMAS DE IMÓVEIS
CASANOVA-PESSOAL ESPECL.
342-0316 (2.ª a Domingo)

CINAR CONSTRUÇÕES/PROJETOS
228-5724 - 228-8797 (2.ª a Dom.)

DINEL CONSTRUÇÕES LTDA.
Toda Área do Rio-Financio
350-4679 (2.ª a Domingo)

FACHADAS-BANHEIRO-COZINHA
201-4995 - 396-4264

ENFERMEIROS
ACOMPANHANTES - DIA E NOITE
Somente P/Adultos - C/Prática
252-9206. 232-1257 (2.ª Domg.)

ACOMPANHANTES - DIA E NOITE
Assistência Particular
260-7232 (2.ª a Domingo)

ALBA EQUIPE ENFERMEIRAS
Para: Adultos e Crianças
295-0218 (2.ª a Domingo)

ASPE - ENF. PART. DIA/NOITE
Aprov. P/Fiscaliz. Medicina
257-0956. 257-3462. 269-6628

PART. DIA/NOITE - ACOMPANH.
791-2195

ENXOVAIS
CAMA - MESA - BANHO - BORDADOS
CONFECÇÃO PRÓPRIA - V. CRED.
228-5106. Alte. Cochrane, 43
S. Peña, 45/335 - V. Pirajá, 281/209

ESCOLAS
JARDIM DE INFÂNCIA "NINHO"
287-0591. Abade Ramos, 66 - J. Bot.

"SORE" JARDIM MATERNAL
275-1800. Dona Delfina, 49

ESCOLAS DE ARTE
BOLO MODELAGEM - ARTESANATO
249-8094. Piauí, 123 Casa 1

ESPORTES -ARTIGOS
LOJA ADIDAS
257-2795. Xavier Silveira, 40-C

SPORT TICIANO
256-1948. Miguel Lemos, 25 B

ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO
A CARGA PESADA 4 X S/JUROS
201-4846 - 201-9610 (2.ª a Domingo)

A 2700/m² JANELA - BOX - 24 HS
R. P. Menezes Metalúrgica
289-5628. Mário Ferreira, 105

ALUMÍNIO URUBATÃO - BOX
284-0446 - 248-1876 (Luiz)

ANODIZAÇÃO PRÓPRIA: BOX
Janelas Etc./S. Entr./15 meses
229-1799 - 289-4398

ÁREAS - BOX - JANELAS - GLOBAL
289-9294. Goiás, 228

COMODORO: PORTA - JANELA - BOX
270-4838. Cardoso Moraes, 400

JONAF JANELAS - 4 X S/JUROS
280-3888

OZODRAC: ALUMÍNIO E FERRO
Box - Janela - Área - Porta - Etc.
359-7179 (Orç. S/Compromisso)

ESSÊNCIAS P/PERFUMES
PERFUMARIA COTIAS
224-5489. Buenos Aires, 184

ESTOFADORES
ALEMÃO LIDER NO RAMO
Fabricação e Reformas - Cortinas: Prontas ou Sob Medida Tapetes: Forrações em Geral
268-2175 - 268-9995 - 258-2424

CARDEAL DECORAÇÕES LTDA.
267-3241 - 228-2394. Copa
DEC. NATURA: CORTINAS/CAPAS
231-1214/ 0242.43-1041 (Petropol.)
RICARDO: REFORMA/FABRICA
258-5038. Br. Mesquita, 891 L. 0
VERISSIMO: FABRICA/REFORMA
245-8517. Laranjeiras, 559
WILTON REFORMA: COURO/PANO
Couro Pinta/Encera Fica Novo
722-1284. Niterói (2.ª/Domg.)

FARMÁCIAS E DROGARIAS

ATENDE 2.ª/DOMINGO-ENTREGAS
225-0053 - 245-0388. Flamengo
BARKI-ENTREGAS 2.ª/DOMINGO
285-0249 - 225-5064. Flamengo
DIA/NOITE-FARMÁCIA DO LEME
275-3847. Prado Júnior, 237-A
DROGA SIX ENTREGA NA HORA
267-2677. Copacabana - Posto 6
DROGARIA VENEZA-ENTREGAS
A DOMICÍLIO ATÉ 24 HORAS
285-4926 - 265-9789 - 245-4949
Marquês de Abrantes, 79
FARM. HOMEOPÁTICA AYMORÉ
221-0573. 7 de Setembro, 219

FECHAMENTO DE ÁREAS

Veja ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO E FERRO

FEIRA A DOMICÍLIO

HOME FOOD - ENTREGA NO DIA
Não cobramos taxas
234-7197 - 247-4776 (2.ª a Sáb.)

FESTAS INFANTIS - ORGANIZAÇÃO

BLOCO DA PALHOÇA - SHOW C/ BRINCADEIRAS MUSICAIS
259-1661.
CARRETA TEATRO BONECO
268-3128 (2.ª a Domingo)
CECÍLIA: DECORAÇÕES FESTAS
Enfeites • Doces • Bolos
235-0995
PALHAÇOS - MÁGICOS - VENTRIL. BICHINHOS - BABY DISCOTHEQ.
240-7185 - 240-8200 - 258-0227
Álvaro Alvim, 37 - GR 1013

FIBRA DE VIDRO-FAB

FÁBRICA ROB BOATS
Artigos Náuticos-Financio
761-3858 - 275-5466 (2.ª/Domg.)

FILMAGENS

CASAMENTO/FESTA/DOCUMENT/ETC.
225-5174 - 225-1080 (2.ª a Dom.)

FINANCIAMENTOS

EMPRÉSTIMOS/VENDO TELEFONE
269-8198 (2.ª/Sábado)

FURADEIRAS ELÉTRICAS

ÚTIL NO LAR - PEÇA P/TEL. DE-MONST. S/COMP. - A PHAZO C/GAR.
228-8131 - 228-5380 - 264-0709
Pref. Olimpio Melo, 2105-B

GELADEIRAS - CONSERTO

ATUAL: FRIG. - BRAST. - CONSUL - G.E.
284-7348. 28 de Setembro, 182
P/O MESMO DIA - C/GARANTIA
243-2454 Livramento, 87

GELO

À DOMICÍLIO DE 2.ª A DOMG.
EM: CUBOS - BARRAS - ESCAMAS
399-2227. Barra da Tijuca
394-4157/2503/5550 Z. Norte

GRADES PROTETORAS

BOX E ESQ. DE ALUMÍNIO
226-7484. Real Grandeza, 160

GRÁFICAS

ELF. SERV. GRÁFICOS - XEROX
295-1898 - 295-9397 - 295-7897
MINERVA - NOTAS FISCAIS
232-2144. Relação, 55/104

IMÓVEIS-COMPRA E VENDA

DJALMA CUNHA IMÓVEIS
Atendimento Justo/Perfeito
270-4292 - 270-3337 (2.ª/Domingo)

IMPERMEABILIZAÇÕES

BRASILUX/TERRAÇO/CX. D'ÁGUA
283-1858 (Sub-solo)

TERRAÇOS - CAIXAS - PISCINAS
Ideal Com. e Imperm. Ltda.
240-5138 - 240-6589

IMPRESSOS DE LUXO

ALDAN - CONVITES/ALTO RELEVO
223-1271 - 252-0271 - 243-3802
EDUMAR - CONVITES/CARTÕES
Para o Mesmo Dia/Calendários
243-2223. Conceição, 116-A

JANELAS DE ALUMÍNIO

ADEP-BOX/FORROS/FACHADAS
281-5949 - 289-5835 (A Noite)

LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

BRONSTEIN-A DOMICÍLIO
262-1366 - Centro/236-7805 - Copa
DIAC-DOMICÍLIO/MESMO DIA
294-1705. At. Paiva, 566/304
SHAFFER-ATEND. A DOMICÍLIO
257-3727. Copacabana, 542 S/908

LENTES DE CONTATO

SOLOTICA - GELAT. HYDROSOL
CAB./SOLFLEX/OLHOS ARTIF.
Origem Alemã Teste s/Compr.
262-4436. R. Branco, 156/1131

LÍNGUA PORTUGUESA - ATUALIZAÇÃO

CURSO PROF. MÁRCIO ORTIZ
255-3822. Teatro Opinião

LUSTRES

O NOSSO BAZAR - LUSTRES E ILUMINAÇÃO EM GERAL
288-0065 - 238-2391
Av. 28 de Setembro, 310
238-5884 - 238-3198
Barão de Mesquita, 608/610

MÁQUINAS DE COSTURA - CONSERTO

SINGER - VIGORELLI - ELGIN
Atende Domicílio - Incl. Z. Sul
254-3409. S. Costa, 58-A/Tijuca

MÁQUINAS DE ESCREVER-CONSERTO

MÁQ. VENEZA: VENDE-TROCA
Fazemos Contrato Manutenção
359-5916 - 359-8602 (2.ª/Sábado)

MÁQUINAS DE LAVAR - CONSERTO

ASSIST. TÉCNICA BRASTEMP
Serviço Aut. c/Garantia
264-3198 - 228-8186
AUTOR. BRASTEMP - FISPER
232-4421 - 232-6744 - 232-4718
BRASTEMP - BENDIX - KARINA
289-1001. Ramos da Fonseca, 19 LJ F
TELEMAQ - TODAS MARCAS C/GAR.
280-6349 - 230-8337. Roma, 310

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

FERRAGENS PLANALTO - MAT. ELÉTRICO E HIDRÁULICO
234-1967 - 264-4999 - 248-1997
Ceará, 336 e 336-A
FINANCIO DIRETO S/AVAL
233-8179. Pres. Vargas, 446/901
LOJAS DANTAS - MATERIAIS BRUTOS E DE ACABAMENTO
269-6847. Dias da Cruz, 638
390-0970. Carol. Machado, 352
TREVOLAJE - LAJE PRÉ-FABRI-CADA A VISTA OU A PRAZO
331-3750, Av. Brasil, 33783

MENSAGEIROS DOMICILIARES

TOC-TENHA - 24HS. POR DIA
274-4747 - 274-9898

MESAS DE SOM E RACKS

JAMG SOM PROJETOS DE ME-SAS DE SOM E VIDEO-TAPE
281-6007. Flack, 37-A

MOLDURAS

JOÁ MOLDURAS - LOJA/FÁBRICA
Todos Tipos - Bambu Exclus. Cortiça - Montagem Posters
274-8249. Dias Ferreira, 242

MOTORISTAS PARTICULARES

OPALA 4 P. PARA TODOS SERV.
Peq. Viagens/Serviços/Passeios
208-0429 - 238-2451 (2.ª a Domingo)

MÓVEIS

"BORGES FILHOS" - FABRICA
Linha Própria e Sob Medida
761-0471. Rod. Pres. Dutra, Km 11
MÓVEIS AUSTRÍACOS/JANGADA
243-2419 - 236-5548 (Ent. Rápida)
PISCINA/VARANDA/CAMPO/PRAIA
Fabrica: Arm. Pronto/Sob Medida
391-2579. Amadeu Amaral, 41/65

MÓVEIS - LAQUEAÇÃO

AMPLIFAR: NOVOS E REFORMAS
266-5993. Vol. Pátria, 416-A

MÓVEIS P/MÁQ. COSTURA

CASA VICTOR ENG.º NOVO
261-9291 - 722-1949

MÓVEIS SOB ENCOMENDA

FÁBRICA-PAGT.º A COMBINAR
Marcenaria em Geral
350-4022 (2.ª a Domingo)
"LAICA"/PROJETA/FÁBRICA/DECORA
Armários-Estantes-Cozinha
224-1334. Inválidos, 138 LJ. M

MUDANÇAS

MUDANÇAS BRUNO - PLANEJAMEN-TO P/ESCRITÓRIOS - RESIDENC.
236-1573 - 252-5488 - 350-3877
350-1919

PAINÉIS CORTINADOS

FÁBRICA CORTINAS ROLÔS
PAINÉIS EM LONA TÉRMICA
273-9605 - 273-6250 - A. Lobo, 100

PAINÉIS FOTOGRÁFICOS

IMPORTADOS/REVEST./ESPELHO
245-3550 "Kamataú Decorações"

PAPEL DE PAREDE

CAMURÇA - TAPETE - VULCATEX
Preço S/Concorrente - Financio
229-1464 - 208-2254 (2.ª/Domg.)
"DECOR" - DECORA E REVESTE
257-7694 - 236-4847 (Orç. Grátis)
DOCELAR/PAINÉIS FOTOG./REV.
246-7175. S. Fco. Xavier, 90-A

PERSIANAS

DAMASCENO:CONSERTO/REFORMA
270-9381. Barreiros, 674-Fds.
PERSIANAS COLUMBIA S/A.
PBX 264-9062. Dona Maria, 29

PERSIANAS - CONSERTO

A. FRANCO-REFORMAS E NOVAS
252-5693. Itapiru, 315
ACESSÓRIOS/PEÇAS-PREMIER
258-7435. Pereira Nunes, 242
BADARÓ PERSIANAS
Consertos, Pinturas e Novas
281-3533 - 281-4509
GIRÃO:VENEZIANA/NOVA/REFORM.
252-2534 - 249-5896 (2.ª/Sábado)
PORTA SANFONADA/JAPONESA
238-0251 - 268-4637 - 258-5440
PRODECON: PERS./SANFONADA
351-2122. Estr. V. Carvalho, 55

PINTURA DE IMÓVEIS

A'DALMAS PINTURA/REFORMA
255-6124. Copacabana, 796/411
SINTEKO C/DESC. + CORTESIA
295-0963 (Reformas) 2.ª/Domingo

PISCINAS - EQUIP

AQUAFLOR - PISCINAS/SAUNAS
399-4900. 392-7930. Carrefour

BLUE SKY: EQUIP. CONSTRUÇÃO
Entrega Automática Cloro Liquido
399-3165. 399-4747 (Barra)

PLANTAS NATURAIS

PLANTIVA - VASOS - TERRAS
342-1062. Largo da Taquara
TROPIFLORA - VENDA - ALUGUEL
P/JARDINS E INTERIORES
310-1221. 310-1395. Grota Funda, 1000 - I. de Guaratiba

PLANTAS ORNAMENTAIS - ALUGUEL

RODÍZIO MENSAL E JARDINS
236-0176. 275-7855. 237-0857

PORTAS COLONIAIS

SOB ENCOMENDA - MOV. BRASIL
234-8384. Costa Lobo, 93

PORTAS DECORATIVAS

FERRO/ALUMÍNIO - LUXO/FINANCIO
269-8647. Souza Cerqueira, 43

PROJETOS RESIDENCIAIS

LEGALIZAÇÃO E C/HABITE-SE
242-7491. E. Veiga, 41 S/603

PSICÓLOGOS

DR. CARLOS RODRIGUES
Problemas Sexuais-Fobias
267-6045. Av. Copacabana, 1226/1102
DRA. MÁRCIA-PSICODIAGNÓSTICO
Orientação Vocacional
269-9263 (2.ª a Domingo)

REFEIÇÕES À DOMICÍLIO

MASSAS: TABULEIRO A Cr$ 160,
275-3156. Zona Sul

REVESTIMENTOS

AZULEJOS - PISOS - TAPETES
201-4995 - 396-4264
IN-DECORAÇÕES - PAPEL/PAREDE
239-0349. A.M. Franco, 170-B
P/PISO - PAREDE - MAT. INÉDITO
274-7445. M.S. Vicente, 52/335
TAVARES DECOR. E CORTINAS
234-3833. S. Fco. Xavier, 342

ROUPAS - ALUGUEL

BOUTIQUE SOCIAL MODAS
TOILETTE E COMPLEMENTOS
VEST. NOIVA - CONFEC. - ALUGUEL
220-5283. Sen. Dantas, 44/1.º a.
STILE - RIGOR - SOCIAL/HOMEM
220-4497. A. Guanabara, 17/605
ZIZINHA MODA - FAZ/ALUGA/VESTE
Noivas - Madrinhas - Alta Cost.
265-1354. M. Assis, 5/202 Flam.

ROUPAS PROFISSIONAIS

ALFAIATARIA MAGAZIN LONDON
UNIFORMES CIVIS - MILITARES
233-2126. 1.º de Março, 155
256-4205. Barata Ribeiro, 354-D

SAUNAS - EQUIP

AQUAFLOR - PISCINAS/SAUNAS
399-4900. 392-7930. Carrefour

SEGURANÇA - SISTEMAS

INSTALA/CONSERTA/INTERFONES
228-5004 (Reformas)
PORTEIRO/PORTÃO ELETRÔNICO
Circuito Fechado de TV
252-9548 (Visitas Grátis)

SEGUROS

"PREDIL" CORRETORA SEGUROS
233-1022. Teófilo Otoni, 72

SOM - ALUGUEL

LAS VEGAS DISCOTEQUE
Monte 1 Boate em S/Festa
234-7563 - 224-6050 - 230-3780
OSCAR - SOM/LUZ P/FESTAS
INSTALAÇÃO E CONSERTOS
246-4180. BIP 625 (2.ª a Dom.)

SOM P/AUTOMÓVEIS

A DOMICILIO - 2.ª DOM. - 24 HRS.
205-4718. 285-1275

TAPETES

"AVANTI" IND. DE TAPETES
Forrações Especiais S/Emendas
201-8798. Viúva Claudio, 329
TAPEÇARIA SUMARÉ
Forrações e Cortinas
Orçamentos a Domicílio
256-0892 - 256-9509 - 235-4409

TAPETES - CONSERTO

CASA JULIO/LAVA E CONSERTA
295-1545. 295-1445

TAPETES - LIMPEZA

ACAVAM-TAPETES/CORTINAS
287-4306 - 350-4150 (2.ª/Domingo)
ADELIMP LAVA/SECA LOCAL 2 HS.
257-2794 (2.ª a Dom.)
ALVA CORTAP-TAPETE/CORTINA
LAVA-TINGE-SECA LOCAL
205-7741 - 205-1897
Laranjeiras, 122
BOM JESUS CORTINAS/TAPETES
228-0801 - 232-5097 - 228-9456

TELEVISORES - CONSERTO

A TELE SERVICE DO BRAZIL
242-7381
ADMIRAL-SANYO-AUTORIZADA
ELETRÔNICA "EL ESPAÑOL LTDA."
295-3548 - 295-2144 - 295-2344
295-7894. Passagem, 146 LJ. 9
AGORA NA BARRA DA TIJUCA
Televisores e Antenas
Betamax Eng.ª de Video/Ligue
399-6855. Condado de Cascais
AIRIS-SHARP/PHILCO/SANYO
258-5575 - 390-2334 (2.ª a Dom.)
ALVES-PHILCO-PHILIPS/SANYO
235-6484 - 256-2829. Z. Sul
AUT. PEREIRA LOPES IBESA
Sanyo a Cores Ass. Técnica
260-4481 - 260-8858 - 260-9260
AUTORIZ. SPRINGER ADMIRAL
246-5744. Assis Bueno, 23
BIRA: PHILIPS/PHILCO/SANYO, ETC.
267-2211 (Visitas Grátis)
DIA/NOITE TODAS MARCAS
351-3486. Major Conrado, 302
ELETR. AMERICANA: TV E SOM
226-2118 - 254-3112 (2.ª/Sábado)
PHILCO E OUTRAS MARCAS
252-5967 (Visitas Grátis)
PHILCO-PHILIPS-SEMP-ATUAL.
245-1949. C. Dutra, 59-D - Flam.
PHILCO-PHILIPS-TELEFUNKEN
269-1794 - 269-7197. Méier

TOLDOS E COBERTURAS

TOLDOS SÃO CRISTÓVÃO
289-4496. João Ribeiro, 105

TRAILLERS

FÁBRICA PINO QUENTE
Comercial - Turismo - Carretas
248-0988. 24 de Maio, 29 - BOX 9

TURISMO - AGÊNCIAS

GUANATUR - AGÊNCIAS
EMBRATUR 08048500.9
255-1271. Dias da Rocha, 16-A
LOTUS TURISMO - EXCURSÕES
EMBRATUR 080052900-6 CAT. A
240-2282. Sen. Dantas, 80 SL

VETERINÁRIOS

CLÍNICA VETERINÁRIA GÁVEA
PROF. JACINTHO MENDONÇA
246-2970. Inglês Souza, 176
286-5044. (Entrar Lopes Quintas)

VIDRACEIROS

BRAGANÇA - MOLDURAS - VIDROS
247-1702. Gomes Carneiro, 131

VIDROS P/AUTOMÓVEIS

AEROPLEX
Na Hora e a Domicílio
255-4625. Barata Ribeiro, 266

CONSULTOR MÉDICO

DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 417/70 DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA E AS NORMAS EMANADAS DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA.

ABREUGRAFIAS

• **DR. JOÃO CARLOS CABRAL** CRM. 52.05975-0
221-0586. Sete Setembro. 124/5.º

ALERGOLOGIA (ALERGIA)

• **DR. ISAAC AISENBERG** CRM. 52.16321-6
Herpes -Acne -Asma -Bronquite
289-9595. Man. Barbosa, 1/506

ANGIOLOGIA (APARELHO CIRCULATÓRIO)

• **CLÍN. BERTOLOTTI - ART. VEIAS**
248-0766 - 284-3848 - 231-1416

CASAS DE SAÚDE

• **DR. JORGE FERNANDO DE JESUS**
CRM. 52.15285
331-3059. Tibagi, 1317 - Bangú

CIRURGIA PLÁSTICA

• **DR. ANTONIO SEGURA** CRM. 52.11037-0
256-0083. Copa, 1066/805 - 3.º e 5.º
711-0218. G. Peixoto,182-Nit.-2.º, 4.º e 6.º

• **CLÍNICA DR. ONOFRE MOREIRA**
Cirurgia c/Arte: Face-Nariz-Busto-Abdome-Coxas-Orelhas-Inclusão de Silicone-Retirada Cicatrizes: Acne-Operações-Acidentes e Queimados
265-6565 - 285-3798. Pinheiro Machado, 155

• **DR. FRANKLIN C. CARNEIRO**
CRM. 52.23082-1
Estética e Reparadora
257-4560 (Copa). 350-5499 (Madur.)

• **DR. LUÍS MONTELLANO** CRM. 52.15377-8
235-2144. Siq. Campos, 143/914

• **DR. WALDYR CAMILLO JORGE**
CRM. 52.07769-8
257-7429. Copacabana, 540/406

CLÍNICA GERAL

• **DR. LAURO LANA - ATE. 7 ÀS 11HS**
CRM. 52.01680-5
255-4706. Av. Copacabana, 534/308

CLÍNICAS ESPECIALIZADAS

• **ULTRAMED**
CASA SAÚDE RENAUD LAMBERT
Adultos e Crianças
PBX 392-1168. Av. Geremário Dantas, 877

CLÍNICAS DE REPOUSO

• **CASA GERIATR. S. SEBASTIÃO**
Mansão c/Jardins-Pensionato Recreação-Assist. Médica
208-1082. S. Miguel, 80 - Tijuca

• **CASA REPOUSO STA. EUGÊNIA**
VIVA COM A NATUREZA
Jardins/Pássaros/Local de Paz
C/ Assistência Médica
264-2274. Tijuca

• **GERONTEL CLÍN. GERIÁTRICA**
Tratamento para Idosos-Áreas Verdes e Recreação
249-6955. Silva Mourão, 102

CLÍNICAS DE TÓXICO

• **DR. GERSON B. HALLAIS** CRM. 52.13430-9
237-6990. Av. Copacabana, 1018/304

DENTISTAS

• **DILSON PIRES - ENDODONTIA**
CRO. 5488
236-2260. Fig. Magalhães, 286/702

• **DR. MURILLO A. FERREIRA JR.** CRO. 5556
247-4984. V. Pirajá, 550/2109

DERMATOLOGIA

• **DR. ALCYONE RONGEL** CRM. 52.01918-1
Cosmetologia - Peelings 16às19hs
287-4611. Visc. Pirajá, 4 G./603

DOENÇAS NERVOSAS

• **CENTRO MED. - PSIC. DE IPANEMA**
287-4633. Bulhões de Carvalho, 524 C/2

GASTROENTEROLOGIA (APARELHO DIGESTIVO)

• **DR. RUBEN GANDELMANN** CRM. 52.00338-1
Estômago - Fígado - Intestinos
Clínica Geral - Urgências
220-7398 - 267-5617. R. Branco, 257/1409

GERIATRIA (VELHICE)

• **CLÍNICA DRA. MARIANA JACOB**
EX-ASSIST. DA PROF. ASLAN
CRM. 52.30722-2
Formada em Bucarest-Romênia
257-7191. Copacabana, 664/407

HOMEOPATIA

• **DR. JOSÉ PÊCEGO - CLÍN. GERAL**
CRM. 52.28585-1
239-5245. At. Paiva, 135/1111 - à Tarde

LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

• **DR. J. CARRERA ATEND. DOMICÍLIO**
CRM. 52.12844-4
249-0088. Dia e Noite - Méier

• **M. M. LABT. - ATEND. DOMICÍLIO**
237-6298. B. Ribeiro, 391/705

MEDICINA NUCLEAR

• **CLÍNICA VILLELA PEDRAS**
220-4772 - 240-9178 - 240-2128

• **IBRAM - LAURO SERGIO M. ERVILHA**
CRM. 52.20860-5
288-0997. P. E. Gorayeb, 50 - S. Peña

OFTALMOLOGIA (OLHOS)

• **CLÍN. OLHOS JOÃO B. TEIXEIRA E ROMANO NEURAUTER**
CRM. 52.8023-0 - 52-7431-0
235-5047 - 256-3496
Av. Copacabana, 1120/901

• **CLÍNICA OLHOS JACAREPAGUÁ**
Urgências Dia/Noite - Lente Contato
392-6648. André Rocha (Taquara)

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA (OSSOS E ARTICULAÇÕES-FRATURAS)

• **DR. EDUARDO MARTINELLI - DIARIAM. 14:30/20:30 - SÁB. 9/13 HS**
CRM. 52.18113-1
246-5168. J. Botânico, 635/707
Urgências: 246-4180 BIP-2621

PSICOTERAPIA

• **CLÍNICA DE PSICOTERAPIA BREVE**
246-4649 (Com Hora Marcada)

RADIOLOGIA (RAIOS X)

• **ABREUGRAFIAS - RADIOGRAFIAS EM GERAL E A DOMICÍLIO**
DR. ROMUALDO JOSÉ CARVALHO
CRM. 52.04762-2
224-4835. Graça Aranha, 416/218

• **DR. CARLOS OSBORNE** CRM. 52.06542-0
265-6230. Bento Lisboa, 160 - Catete

ULTRA-SONOGRAFIA

• **CLÍNICA ULTRA-SONOGRAFICA DA TIJUCA**
Diagnóstico Fetal na Gestação.
Ginecologia • Medicina Interna
248-2597 - Conde de Bonfim, 232/910
Diariamente

VACINAÇÃO - CLÍNICAS

• **IMUNO BABY CLÍN. DE VACINAS**
246-8780. V. Pátria, 445/1303

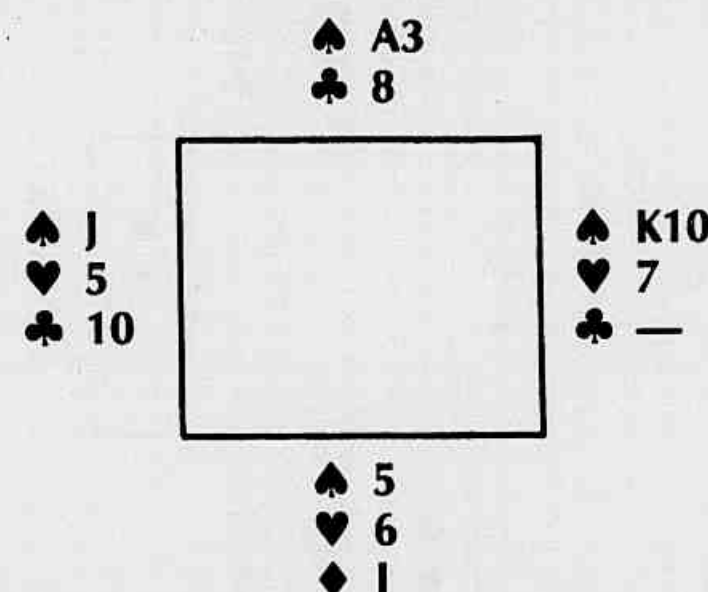
Inclusões pelos tels.: 242-6952 • 222-5718 — EDIÇÃO DE 22-06-80

Bridge — LIZZIE MURTINHO

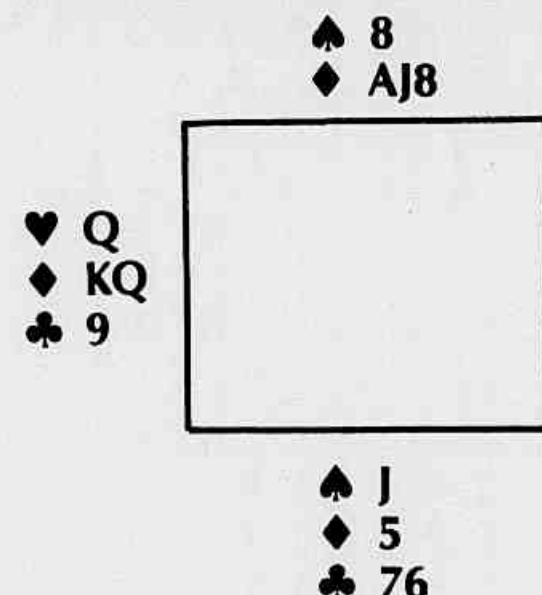
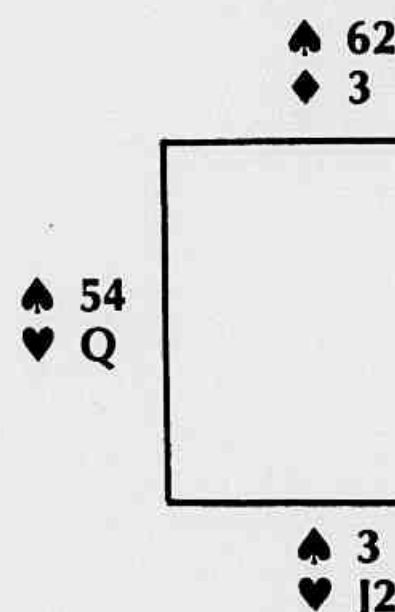
"Squeeze" (III)

Vamos recapitular o que vimos até agora:

- um adversário tem que controlar os dois naipes
- você tem que ter retificado a contagem
- tem que existir uma ameaça de duas cartas opostas a *squeezante*
- você tem que ter entrada para a ameaça de duas cartas

Veja se você consegue analisar esta posição:

Em primeiro lugar procure a *squeezante* e os naipes do *squeeze*. Um adversário tem que controlar dois naipes, portanto, paus e espadas não servem pois estão divididos. O *squeeze* vai funcionar em copas e espadas pois ambos os controles estão com Este.

A contagem está retificada: das três cartas restantes, você ganha duas. Existe uma ameaça de duas cartas e ela está do lado oposto da *squeezante*, como necessário, tendo o A de espadas como entrada para esta ameaça. A outra ameaça está do lado da *squeezante*, havendo, então *squeeze* para os dois lados.

Para treinar mais um bocadinho antes de tentarmos uma mão, tente achar o que está errado nestas posições:

Você só tem 2 ganhadoras, portanto nada de *squeeze*.

A ameaça de duas cartas (espadas) está do mesmo lado da *squeezante* (ouros), sem condições para o *squeeze*.

Áries

(21/3 a 20/4)

Vida Diária: Você tem sido muito imprudente, mas, esta semana, a sorte está do seu lado. O que você iniciou de olhos fechados terá uma conclusão positiva. Estudos e associações favorecidos. *Amor*: Vênus em bom aspecto garante uma vida afetiva harmoniosa com a pessoa amada e também com Gêmeos e Virgem. *Pessoal*: Seja mais tolerante com os amigos. *Saúde*: Sua insônia é fruto de seu nervosismo. *Cor*: Ouro. *Dia*: Quinta-feira. Nº 9.

Touro

(21/4 a 20/5)

Vida Diária: Tenha confiança no futuro, não gaste inutilmente suas forças. Mas também não cruze totalmente os braços. Cuidado se for vendedor ou corretor (a). *Amor*: Não espere demais. Aproveite o momento presente. Dialogue com seus filhos. Harmonia com Câncer e Balança. *Pessoal*: Procure um caminho que lhe dê maior liberdade de ação. *Saúde*: Digestão difícil. *Cor*: Marrom. *Dia*: Terça-feira. Nº 2.

Gêmeos

(21/5 a 21/6)

Vida Diária: Novas propostas, novos negócios — a partir daí, sua vida tomará um rumo inteiramente inesperado. *Amor*: Vênus aumenta sua atratividade e *charme* — cuidado com os invejosos. Mas pode fazer projetos no campo afetivo. Harmonia com Aquário e Câncer. *Pessoal*: Seja atencioso (a) com alguém que conheceu recentemente — ele (ela) poderá ser muito útil no seu futuro. *Saúde*: Cuidado com a garganta. *Cor*: Laranja. *Dia*: Sexta-feira. Nº 15.

Câncer

(22/6 a 22/7)

Vida Diária: Seja mais realista, não sonhe com alvos inacessíveis e não queira adquirir aquilo que está acima de suas posses. Profissões liberais favorecidas. *Amor*: Relaxe e aproveite os momentos de intimidade, serão ótimos. Harmonia com Virgem e Sagitário. *Pessoal*: Sua facilidade de adaptação resolverá qualquer problema. *Saúde*: Seu moral está alto, aproveite. *Cor*: Havana. *Dia*: Quarta-feira. Nº 4.

Leão

(23/7 a 22/8)

Vida Diária: Seus esforços e sacrifícios valeram a pena — esta semana você colherá enfim os frutos do que vem plantando com tanta luta. *Amor*: Plano sentimental feliz e tranqüilo, aproveite os bons momentos. Dê atenção a seus filhos. Harmonia com Balança e Virgem. *Pessoal*: Respeite a opinião alheia, não provoque discussões. *Saúde*: Boa forma física. *Cor*: Lilás. *Dia*: Sábado. Nº:1.

Virgem

(23/8 a 22/9)

Vida Diária: Os novos negócios lhe trarão lucros, mas preste atenção às suas contas. Secretários (as), vendedores (as) e corretores (as) favorecidos. *Amor*: Não dê ouvidos às fofocas, elas podem magoá-lo (a) profundamente. Não tente resolver os problemas familiares agora; espere um pouco. Harmonia com Touro e Aquário. *Pessoal*: Um antigo projeto lhe dará grandes alegrias. *Saúde*: Fígado sensível, não beba. *Cor*: Amarelo. *Dia*: Segunda-feira. Nº:5.

Balança

(23/9 a 23/10)

Vida Diária: Não compre a crédito e não assuma dívidas esta semana, você terá muita dificuldade para saldá-las. Vigie os gastos. Quem trabalha em indústria estará favorecido. *Amor:* A pessoa amada está precisando de você. Procure dedicar-se mais a ela. Harmonia com Gêmeos e Peixes. *Pessoal:* Controle-se. Procure ser amável com as pessoas a seu redor. *Saúde:* Cuidados com os reumatismos lombares. *Cor:* Verde. *Dia:* Domingo. Nº 7.

Escorpião

(24/10 a 21/11)

Vida Diária: Quem depende da iniciativa para seu trabalho está com todos os caminhos astrais abertos; vá em frente. Mas evite viajar esta semana. *Amor:* Se você está a fim de ligações breves, sem conseqüências, espere dias e noites bem agradáveis: Não discuta em família. Harmonia com Câncer e Áries. *Pessoal:* Diante de um problema, verifique os detalhes. *Saúde:* Seja rigoroso com sua alimentação. *Cor:* Rosa. *Dia:* Quinta-feira. Nº 8.

Sagitário

(22/11 a 20/12)

Vida Diária: Não especule e não empreste dinheiro. No trabalho, evite choques com os chefes e adie suas reivindicações. Vida social difícil. *Amor:* Faça o máximo para não provocar ciúmes que tornariam sua relação um inferno. Harmonia com Áries e Capricórnio. *Pessoal:* Não se aflija com o que você não pode resolver. *Saúde:* Mantenha a calma. Vigie seus rins. *Cor:* Azul. *Dia:* Terça-feira. Nº 6.

Capricórnio

(21/12 a 20/1)

Vida Diária: Júpiter em trígono favorece as finanças, os estudos e as atividades que lidam com a palavra escrita. Bom também para o comércio, para artistas e secretários (as). *Amor*: Problemas físicos passageiros poderão trazer tensões para a vida afetiva. Harmonia com Sagitário e Touro. *Pessoal*: Não dê importância às fofocas. *Saúde*: Forte vitalidade, nenhum desconforto a temer. *Cor*: Vermelho. *Dia*: Segunda-feira. Nº 7.

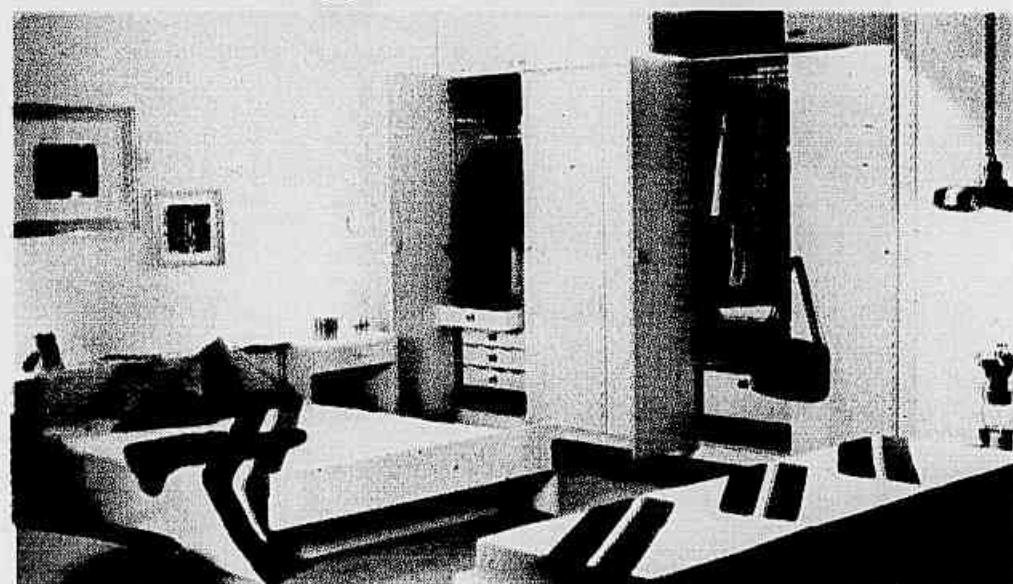
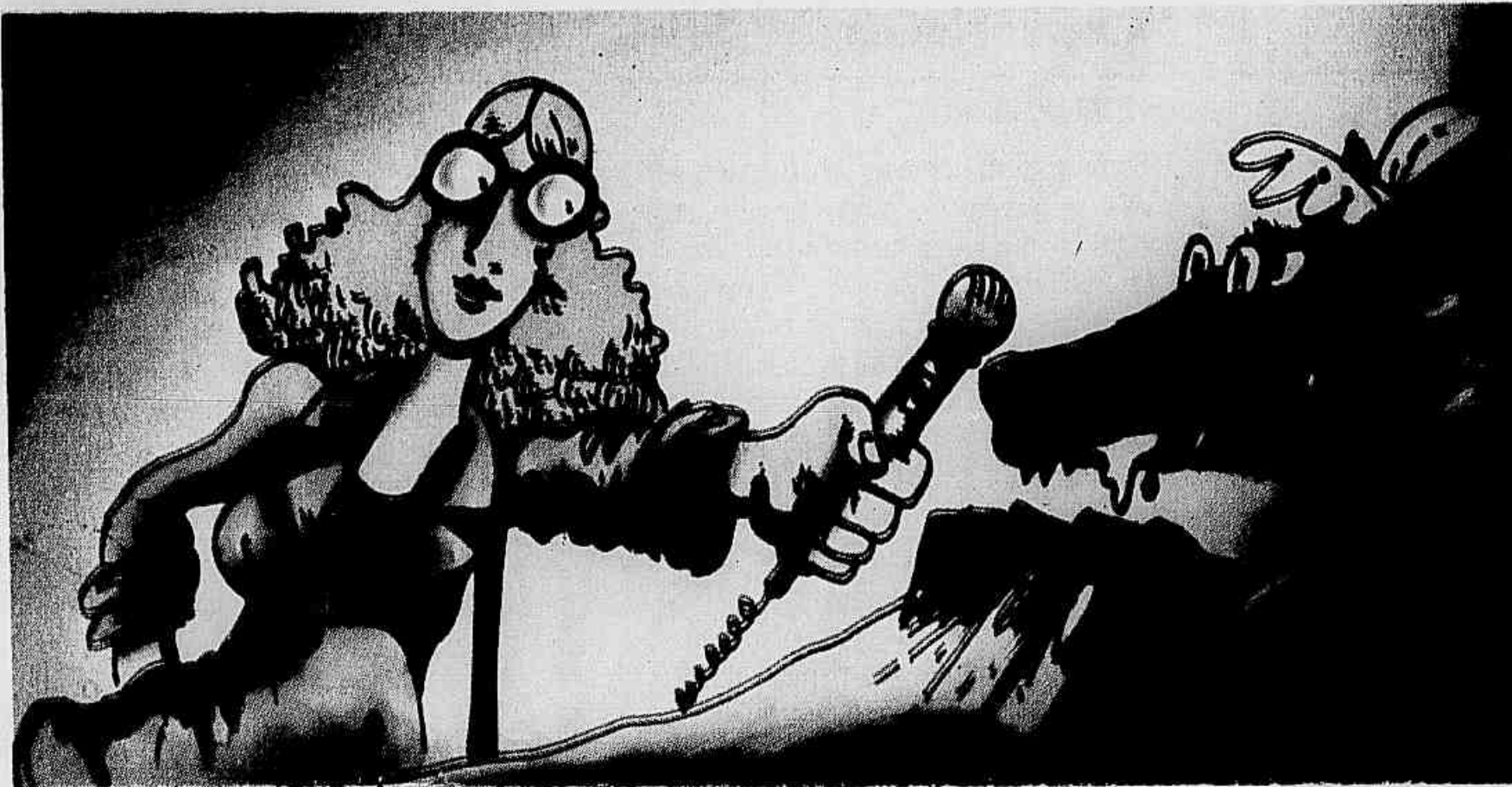
Aquário

(21/1 a 18/2)

Vida Diária: Não assine nada, não comece novas associações e negócios. Se você tem comércio de luxo, atenção: há possibilidade de roubos. Evite mudar de emprego. *Amor*: Não fique melancólico — seu *sex-appell* está em evidência. Harmonia com Câncer e Balança. *Pessoal*: Não alimente idéias preconcebidas, elas serão fonte de discussão e intranqüilidade. *Saúde*: Vigie sua pressão. *Cor*: Preto. *Dia*: Segunda-feira. Nº 11.

Peixes

(19/2 a 20/3)

Vida Diária: Sua intuição está falha, e você poderá cometer sérios erros de avaliação. Não confie demais nas pessoas, não discuta no trabalho, não assine documentos. *Amor*: Muitas vezes é melhor encerrar uma ligação tumultuada que tentar a reconciliação. Discussões em família. Harmonia com Câncer e Balança. *Pessoal*: Não se decepcione se seus projetos não se realizarem. *Saúde*: Suas dores de cabeça se devem à ansiedade. *Cor*: Cinza. *Dia*: Sexta-feira. Nº 3.

MIGUEL PAIVA

PESQUISA (III)

Uma casa rústica, estilo falso-bávaro, na floresta. A moça se aproxima da porta tem os cabelos desgrenhados. Ela jamais tentou grenhá-los. Usa camiseta, macacão de mecânico, sandálias de couro e uma enorme bolsa que contém o gravador minicassete e as suas esferográficas. Ela bate na porta. Ouve uma voz debilitada dizer:
— Pode entrar, minha netinha.
A moça entra e dirige-se para o quarto de onde vem a voz. Dá com uma vovozinha deitada na cama, de touca e camisolão. Uma querida vovozinha, apesar das feições algo lupinas e dos pelos no rosto.
— É você, Chapéuzinho? — pergunta a vovozinha, com a voz trêmula.
— Não, não. Meu nome é Sandra mas me chamam de Furunga.
— Ahn... deve haver algum engano. Você não entrou na casinha da floresta errada, minha filha?
— Não vovozinha. Era esta mesmo.
— Quem sabe a casa dos anõezinhos? Fica um pouco mais adiante.
Eles estavam com uma hóspede em casa e...
— Já estive lá, vovozinha. Fiz uma boa entrevista com os anõezinhos. Eles ainda não tinham sacado que Branca de Neve e um símbolo abjeto de subserviência feminina e que a verdadeira heroína do episódio é a madrasta. No fim acabamos discutindo e o Zangado me botou para fora.
— Também tem a cabana dos três porquinhos...
— Já estive lá. Discutimos muito. Os três se recusam a aceitar que o caso deles com o lobo não passa de propaganda subliminar para a indústria de construção. Como você sabe, só o porquinho que usou materiais modernos na construção da sua casa escapou do lobo.
— Eu sei, eu sei — suspira a vovozinha.
— Eu estive envolvida naquilo...
— A senhora, vovozinha? — pergunta Furunga, desenrolando o fio do microfone.
— Não, quer dizer. Eu não. Um lobo meu conhecido.
— A senhora conhece muitos lobos, vovozinha? Aqui no microfone.
— Alguns. Não são tão maus quanto dizem. As pessoas não param para pensar que muitas vezes um Lobo Mau pode ser um lobo problematizado. Um lobo com traumas de infância. Um produto do meio. Nenhum lobo nasce mau. O mundo os faz assim.
— A velha controvérsia entre genética e cultura.
— Exato.
— Que olhos grandes que a senhora tem, vovozinha!
— São para melhor enxergá-la. Quer dizer, você não. A minha netinha que deve chegar a qualquer momento, trazendo uns pastéis.
— Que orelhas grandes e pontudas a senhora tem, vovozinha!
— São para...
— No microfone.
— São para melhor ouvir suas interessantes considerações psicossociológicas, minha querida.
— Que dentes pontudos a senhora tem, vovozinha.
— São para melhor devorar você. Quer dizer, devorar a minha netinha. Quer dizer, devorar os pastéis que a minha netinha vai trazer. Você está me confundindo.
— Como é que a senhora sabe que sua netinha vam aí trazendo pasteis?
— Porque eu encontrei com ela na... Porque ela é uma boa netinha e não deixaria de trazer pastéis para a sua vozinha que está doente.
— Tem uma coisa nessa história que eu nunca compreendi muito bem.
— O que é, coração?
— Por que o lobo não devora a Chapeuzinho no primeiro encontro? Por que correr para a casa da vovozinha, devorar a vovozinha, vestir o seu camisolão e sua touca e esperar a Chapeuzinho? Não seria mais fácil devorar a Chapeuzinho na floresta mesmo?
— Eu, ahn, não sei do que você está falando.
— Eu tenho uma teoria.
— Não! Uma teoria não! Tudo menos uma teoria!
— Eu acho que é uma perversão do lobo. Ninguém sacou que o lobo mau, nesta história, é um travesti. Ele faz questão de vestir o camisolão e a touca antes de atacar a Chapeuzinho. Para ter mais graça. O que é que você acha?
— Sem comentários.
— Esta história tem de tudo. Geriotricídio, infanticídio, troca de sexo...
— Você quer sair da minha casa?
— A casa não é sua, é da vovozinha.
— Agora é minha. Saia! E leve as suas teorias.
— Mas eu só estou fazendo uma pesquisa.
— O quê? Pesquisa?!
— Seu lobo...
— Eu prefiro caçador a pesquisa! Saia senão eu não espero a Chapeuzinho e devoro você mesmo. Com esses cabelos e tudo!
— Aqui no microfone.
— Que barulho é esse?
— O quê?
— Uma corneta. Latidos de cachorros... Já vi tudo. Era só o que me faltava. Os caçadores. Deixa eu sair daqui.
— Você vai sair assim, de camisolão e touca?
— Assumi, pronto. E ainda por cima estou com azia. Não devia ter comido aquela vovozinha. Saia da minha frente!
Mas é tarde demais. Os caçadores ivadem a casa, abrem a barriga do lobo e tiram a vovozinha ainda viva. A vovozinha se abraça com Chapeuzinho, que acabou de chegar. Furunga aproxima o microfone da boca do lobo para as suas palavras finais. Ele fala com dificuldade.
— É... sempre... assim. O lobo mau...morre...no fim. In...
— Um pouco mais alto, por favor.
— In..com..preen..dido... como viveu... Seu destino... já estava... traçado. Nenhum... lobo... nasce mau. Por favor...
— Sim?
— Avise... a... minha... mãe.
O lobo morre. Furunga investe contra os caçadores, pedindo explicações sobre aquela execução sumária. Os caçadores recusam-se a falar. A vovozinha diz que, antes de mais nada, precisa tomar um banho.

CASA VENEZA

Venha comemorar conosco. Os nossos gerentes têm carta branca para presentear você...

rejuvenescendo aos 63 anos

Manta de lã anti-alérgica
casal Cr$ 1.100,00
solteiro Cr$ 950,00

Toalhas devoré a partir de Cr$ 950,00

Quando todo o crédito fica mais difícil, nós estamos com nossas fiéis clientes, conservando e renovando, tentadoras soluções, que tornam possíveis todos os seus sonhos:

Toa[illegible]nho gigantes lisas ave[illegible]artir de Cr$ 380,00

5 vezes iguais sem aumento

A NOSSA FESTA

No nosso aniversário estamos em clima de festa, com nova linha, nova filosofia e "velho atendimento".

Av. Copacabana, 620 • 236-6260 • 237-7322
Visc. Pirajá, 517 • 239-8299 • 239-8249
Pça. Sãens Peña, 9 • 264-8398 • 264-9384
Gavião Peixoto, 78 • 719-5777 • Icaraí
Rua Ouvidor, 134 • 242-5983 • 252-5539
RIO SUL SHOPPING CENTER • SEGUNDO PISO • LOJA 29

FGL&LM

MAISA TEM MAIS.

Muito mais fruta que qualquer outro suco.